

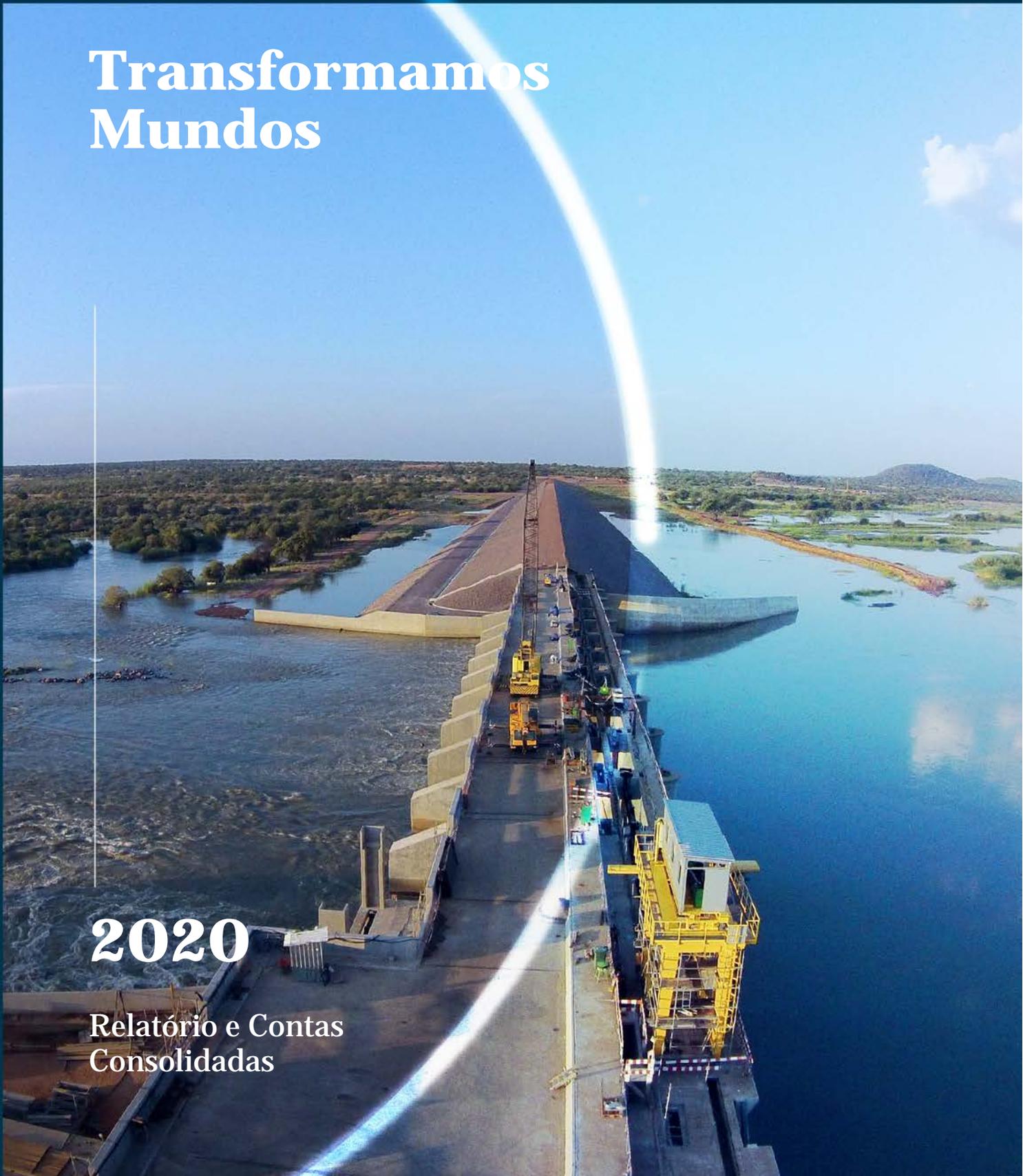
**MOTAENGIL**

*Um Mundo de Inspiração*

# Transformamos Mundos

**2020**

**Relatório e Contas  
Consolidadas**



# 6,1 Mil Milhões de euros

de carteira de encomendas em 2020

## Europa

Mai 2020  
**POLÓNIA**  
Estrada S1

## África

Abr 2020  
**MOÇAMBIQUE**  
Projeto GPL (construção de ponte cais e plataforma)

Mai 2020  
**ANGOLA**  
Redes de Distribuição de Água

Ago 2020  
**ANGOLA**  
Estrada EN230 (306,5 Km)

Nov 2020  
**ÁFRICA DO SUL**  
Mina de Gamsberg

**COSTA DO MARFIM**  
Estádio de Futebol Félix Houphouët-Boigny + Mercado de Bouaké

## América Latina

Fev 2020  
**COLÔMBIA**  
Projecto Hidroelétrico de Talasa

Abr 2020  
**MÉXICO**  
Tren Maya (Troço 1) Obra Ferroviária

Nov 2020  
**PERU**  
Contratos de Mineração + Hospital (Conceção/Construção)

Dez 2020  
**MÉXICO**  
Construção/Concessão da estrada Tultepec-AIFA-Piramides

### DISTINÇÕES MOTA-ENGIL



# 2020

## Destaques

# 6,1

Mil milhões de euros

**CARTEIRA DE ENCOMENDAS  
RECORDE  
DE 6,1 MIL MILHÕES DE EUROS**

# 2,4

Mil milhões de euros

**VOLUME DE NEGÓCIOS DE 2,4  
MIL MILHÕES DE EUROS, UMA  
DIMINUIÇÃO DE 483 MILHÕES  
DE EUROS FACE AO PERÍODO  
HOMÓLOGO**

# 380

Milhões de euros

**EBITDA DE 380 MILHÕES  
DE EUROS COM UMA MARGEM  
RESILIENTE DE 16%**

# -20

Milhões de euros

**RESULTADO LÍQUIDO  
CONSOLIDADO ATINGE OS -20  
MILHÕES DE EUROS**

# 1.243

Milhões de euros

**DÍVIDA LÍQUIDA DE 1.243  
MILHÕES DE EUROS, COM UM  
RÁCIO DÍVIDA LÍQUIDA /  
EBITDA DE 3,3X.**

# 197

Milhões de euros

**INVESTIMENTO DE 197 MILHÕES  
DE EUROS, UMA DIMINUIÇÃO DE  
65 MILHÕES DE EUROS FACE AO  
PERÍODO HOMÓLOGO**

## Vendas e prestações de serviços

(milhões de euros)

GRUPO

(milhões de euros)



## EBITDA

(milhões de euros)

GRUPO

(milhões de euros)



■ Atividade Europeia (\*) ■ Atividade Externa (\*\*)

(\*) Inclui a região da Europa e outros, eliminações e intragrupo

(\*\*) Inclui as regiões de África e da América Latina

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

MILHARES DE EUROS

	12M20	% VPS	Δ	12M19	% VPS	2S20	% VPS	Δ	2S19	% VPS
Vendas e Prestações de Serviços (VPS)	2 429 134		(16,6%)	2 912 440		1 271 943		(18,9%)	1 567 987	
EBITDA(*)	380 256	15,7%	(8,8%)	417 071	14,3%	236 180	18,6%	5,9%	223 055	14,2%
Amortizações, provisões e perdas de imparidade	-235 770	(9,7%)	(2,8%)	-229 337	(7,9%)	-124 398	(9,8%)	1,3%	-126 058	(8,0%)
EBIT(**)	144 485	5,9%	(23,0%)	187 734	6,4%	111 783	8,8%	15,2%	96 997	6,2%
Resultados financeiros (***)	-134 797	(5,5%)	(109,2%)	-64 440	(2,2%)	-92 535	(7,3%)	(635,6%)	-12 580	(0,8%)
Ganhos/(perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	-6 049	(0,2%)	-	-5 407	(0,2%)	-9 229	(0,7%)	(37,7%)	-6 704	(0,4%)
Ganhos/(perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas	11 146	0,5%	-	-7 986	(0,3%)	7 491	0,6%	193,8%	-7 986	(0,5%)
Posição monetária líquida	10 748	0,4%	-	1 746	0,1%	3 389	0,3%	-	1 746	-
Resultado antes de imposto	25 534	1,1%	(77,1%)	111 647	3,8%	20 899	1,6%	(70,8%)	71 473	4,6%
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>7 809</b>	<b>0,3%</b>	<b>(88,9%)</b>	<b>70 173</b>	<b>2,4%</b>	<b>-2 242</b>	<b>(0,2%)</b>	<b>(105,0%)</b>	<b>44 652</b>	<b>2,8%</b>
Atribuível:										
a interesses que não controlam	27 753	1,1%	(36,1%)	43 445	1,5%	12 662	1,0%	(51,4%)	26 050	1,7%
<b>ao Grupo</b>	<b>-19 944</b>	<b>(0,8%)</b>	<b>(174,6%)</b>	<b>26 728</b>	<b>0,9%</b>	<b>-14 903</b>	<b>(1,2%)</b>	<b>(180,1%)</b>	<b>18 602</b>	<b>1,2%</b>

(\*) EBITDA corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada dos resultados: “Vendas e prestações de serviços”; “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e Variação da produção”; “Fornecimentos e serviços externos”; “Gastos com pessoal”; “Outros rendimentos / (gastos) operacionais”

(\*\*) EBIT corresponde à soma algébrica do EBITDA com as seguintes rubricas da demonstração consolidada dos resultados: “Amortizações e depreciações”, “Provisões” e “Perdas de imparidade”

(\*\*\*) Os Resultados financeiros correspondem à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada dos resultados: “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiras”



Fomos afetados negativamente e com diferentes incidências em quase todos os países onde estamos presentes, mas em todos eles continuámos a produzir, reforçando um prestígio de um Grupo que, em cada país, enfrenta as dificuldades com o povo local.

Como sempre disse, estou convicto de que a Mota-Engil irá ultrapassar esta crise e irá seguir em frente ainda mais forte, como aliás sempre o fez no passado.

Mais uma vez, “venceremos” e continuaremos a ter motivos para nos orgulharmos!



**ANTÓNIO MOTA**

Presidente do Conselho  
de Administração

Senhores Acionistas,

Quando no ano passado escrevi a minha mensagem, nunca pensei que, decorrido um ano, a Humanidade continuasse a viver os desígnios de uma pandemia que nos afeta a todos – pessoas, empresas e países.

Estamos agora unidos numa esperança de que a vacinação que decorre possa minimizar o impacto futuro e permita que todos possamos voltar a uma vida mais normal.

Até lá, é preciso continuar a caminhar com cautela e a não correr riscos desnecessários; é preciso não deixarmos cair em esquecimento de que este novo perigo existe e, acima de tudo, não devemos esquecer o que aprendemos. Só assim conseguiremos a tão necessária adaptação que “ele” exige.

Admito que esse exercício de aprendizagem é tão necessário como difícil: é natural que a primeira reação é descrevermos 2020 como “um ano para esquecer”. Mas permitam-me contestar que, face a todos os desafios, é um ano que deve ser lembrado com orgulho por tudo o que fizemos.

Com efeito, são os piores resultados económicos que alguma vez tivemos, fruto de uma conjuntura mundial já de si fragilizada e do impacto da pandemia na economia.

Porém – insisto – orgulhem-nos:

- Fomos afetados negativamente e com diferentes incidências em quase todos os países onde estamos presentes, mas em todos eles continuámos a produzir, reforçando um prestígio de um GRUPO que, em cada país, enfrenta as dificuldades com o povo local;

- Preservámos em todos esses países o emprego, continuando assim a garantir a estabilidade dos nossos colaboradores e das suas famílias, facto primordial na cultura da nossa empresa;

- A nossa carteira de encomendas cresceu exponencialmente, não só nos países onde já estamos, mas também em novos mercados, como a Nigéria e o Gana, onde assinámos no final de 2020 e já em 2021 dois relevantes contratos. Do outro lado do Atlântico, ganhámos a maior obra de sempre no México, “O Trem Maya”.

Tudo isto é um sinal relevante de credibilidade para clientes e governos, que sabem que podem contar connosco para dizermos “presentes”. É assim há 75 anos, e assim continuará a ser, nos momentos bons e também nos momentos mais difíceis.

E se pensarmos que em muitos destes aumentos de carteira é necessário o apoio de instituições financeiras para que seja possível a sua implementação, então os sinais que recebemos são encorajadores e mostram-nos que, também nesse aspeto, a nossa empresa continua forte e credível junto dos potenciais investidores multilaterais.

Senhores acionistas,

Está em fase de conclusão a entrada de um novo acionista, alguém com uma importante posição de prestígio no sector da construção.

Estou certo de que desse processo irá desenvolver-se uma empresa ainda mais forte e mais preparada para enfrentar a concorrência internacional; acima de tudo, uma empresa que continua a adaptar-se, a reinventar-se e a crescer, mas, e tal como no passado, sem nunca perder a sua cultura de 75 anos.

Antes de terminar, quero – em meu nome e em nome de toda a família MOTA-ENGIL – deixar expressa a dor que sentimos com as perdas humanas que a nossa empresa sofreu por força da pandemia. Não são muitos, mas eram dos nossos, e a todos deixo a minha sentida homenagem e agradecimento, evocando na pessoa do Dr. Lúcio Resende (fundador da empresa ECB, parceira do GRUPO MOTA-ENGIL no Brasil) como exemplo de tudo o que de bom fizeram pelo nosso GRUPO.

É lembrando-os que agradeço também a todos os acionistas, parceiros, subempreiteiros, fornecedores e instituições financeiras, que sempre foram e continuarão a ser fundamentais para nós; e não esquecendo os nossos colaboradores, a quem devemos um trabalho notável, quer no enfrentar da crise no dia a dia, quer no aspeto comercial, quer ainda na minimização do impacto sanitário.

Senhores acionistas, caros colaboradores:

Como sempre disse, estou convicto de que a MOTA-ENGIL irá ultrapassar esta crise e irá seguir em frente ainda mais forte, como aliás sempre o fez no passado.

Mais uma vez, “venceremos” e continuaremos a ter motivos para nos orgulharmos!



O ano de 2020 trouxe-nos a todos uma nova realidade.

O Grupo atingiu em 2020 a concretização de uma meta relevante: o recorde histórico da sua carteira de encomendas atingindo, pela primeira vez, um valor superior a seis mil milhões de euros.

Esta meta, alcançada num dos mais improváveis cenários, resulta, acima de tudo, da capacidade técnica do GRUPO e das suas pessoas, como também pelo legado de confiança que os 75 anos, que este ano celebramos, nos responsabilizam.

Gonçalo Moura Martins  
Presidente da  
Comissão Executiva



**GONÇALO  
MOURA MARTINS**  
Presidente da Comissão Executiva

Exmos. Senhores Acionistas,

O ano de 2020 trouxe-nos a todos uma nova realidade.

Inesperada e com uma exigência sem precedentes, que colocou ao Mundo e às suas lideranças um desafio global como poucas vezes terá acontecido nos últimos cem anos.

A sociedade teve de reagir, adaptando comportamentos à medida dos resultados e do conhecimento que foi sendo obtido no combate travado perante uma pandemia desconhecida, com fortíssimo impacto económico e social e de duração imprevisível.

O mesmo se passou nas empresas, onde foi necessário promover avaliações do contexto com maior regularidade por forma a assegurar a mais correta atuação e definição de prioridades.

Na MOTA-ENGIL implementámos um Plano de Ação com quatro pilares fundamentais:

- Proteção e segurança dos trabalhadores e apoio à comunidade;
- Resiliência na capacidade operacional e na estabilidade financeira;
- Monitorização e realinhamento do plano de negócios do ano de 2020;
- Foco na estratégia comercial visando o longo prazo.

Entendemos que desta forma asseguraríamos a salvaguarda do ativo mais importante da organização: as suas pessoas, nunca deixando de olhar o Mundo em sua volta, e com o cariz solidário que temos na nossa matriz fundadora, tendo estado na linha da frente no apoio às comunidades em que nos inserimos.

Na vertente operacional, pretendo fazer o justo reconhecimento de todos os nossos colaboradores que nos setores da construção, da operação de resíduos, energia ou no desenvolvimento de novas concessões, asseguraram, com eficiência e em segurança, a sua função.

Relativamente à performance, tivemos um impacto significativo nos mercados emergentes, motivado pelo *lockdown*, intenso e prolongado, em diversos países, assim como pelos constrangimentos logísticos resultantes da impossibilidade de mobilização de pessoas e equipamentos, verificando-se contudo uma dinâmica positiva e crescente na Europa, impulsionada pelo investimento público a que importará dar continuidade e robustez através da chamada dos apoios comunitários, sem precedentes, assegurando a retoma da economia europeia nos próximos anos.

Por último, devo assinalar que o GRUPO atingiu em 2020 a concretização de uma meta relevante: o recorde histórico da sua carteira de encomendas, atingindo, pela primeira vez, um valor superior a seis mil milhões de euros, tornando realidade a estratégia de ser resiliente no presente, mas com a visão no futuro, angariando projetos de dimensão superior e com margens ao nível do histórico do GRUPO.

Esta meta, alcançada num dos mais improváveis cenários, resulta, acima de tudo, da capacidade técnica do GRUPO e das suas pessoas, como também pelo legado de confiança que os 75 anos, que este ano celebramos, nos responsabilizam.

Espera-se que 2021 seja o ano da ambicionada recuperação do Mundo como o conhecíamos até há pouco, com as devidas adaptações, para evoluirmos enquanto Sociedade, devendo ser encarado o presente como oportunidade para alterar paradigmas e melhorar a qualidade de vida das populações.

É pois, um ano de desafios para todos, sociedades, famílias, empresas, que, apesar de tudo, encaramos com realismo otimista e redobrada motivação.

Na MOTA-ENGIL, tudo continuaremos a fazer para que assim seja.

# Índice

MOTAENGIL

# 01

## **Relatório de Gestão Consolidado** **14**

---

<b>1.1</b>		
Análise do desempenho económico-financeiro		15
<b>1.2</b>		
Análise por áreas de negócio		21
<b>1.3</b>		
Impactos e medidas implementadas pelo Grupo no combate à pandemia		38
<b>1.4</b>		
Mota-Engil na Bolsa		39
<b>1.5</b>		
Atividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração		40
<b>1.6</b>		
Proposta de aplicação de resultados		40
<b>1.7</b>		
Perspetivas para 2021		41
<b>1.8</b>		
Factos relevantes após o termo do exercício		42
<b>1.9</b>		
Nota final		44

# 02

## **Relatório de Informação Não Financeira**

---

46

# 03

## **Informação Financeira Consolidada**

---

110

### **3.1**

Demonstrações consolidadas dos resultados

111

### **3.2**

Demonstrações consolidadas do outro rendimento integral

112

### **3.3**

Demonstrações consolidadas da posição financeira

113

### **3.4**

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

114

### **3.5**

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

116

### **3.6**

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

117

### **3.7**

Apêndice A

233

# 04

## **Relatório Sobre as Práticas do Governo Societário 241**

---

### **PARTE I**

Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da Sociedade 243

### **PARTE II**

Avaliação do Governo Societário 291

# 05

## Anexos

**295**

### **5.1**

Declaração nos termos do artigo 245.º do CVM

296

### **5.2**

Artigo 324.º do CSC

299

### **5.3**

Artigo 447.º do CSC

299

### **5.4**

Decreto-Lei n.º 411/91

300

### **5.5**

Artigo 66.º do CSC

301

### **5.6**

Participações qualificadas

302

### **5.7**

Lista de cargos exercidos pelos membros  
do Conselho de Administração

303

# 06

## Relatórios de Fiscalização

**315**

### **6.1**

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

316

### **6.2**

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

330

**Expandir na  
Construção,  
*Alargar a novos  
Horizontes.***

*Continuar a fazer mais e melhor  
para consolidar a capacidade  
de execução que nos distingue,  
e corresponder à confiança  
que de forma crescente os clientes  
têm depositado no GRUPO  
de forma global.*

**Transformamos Mundos.**

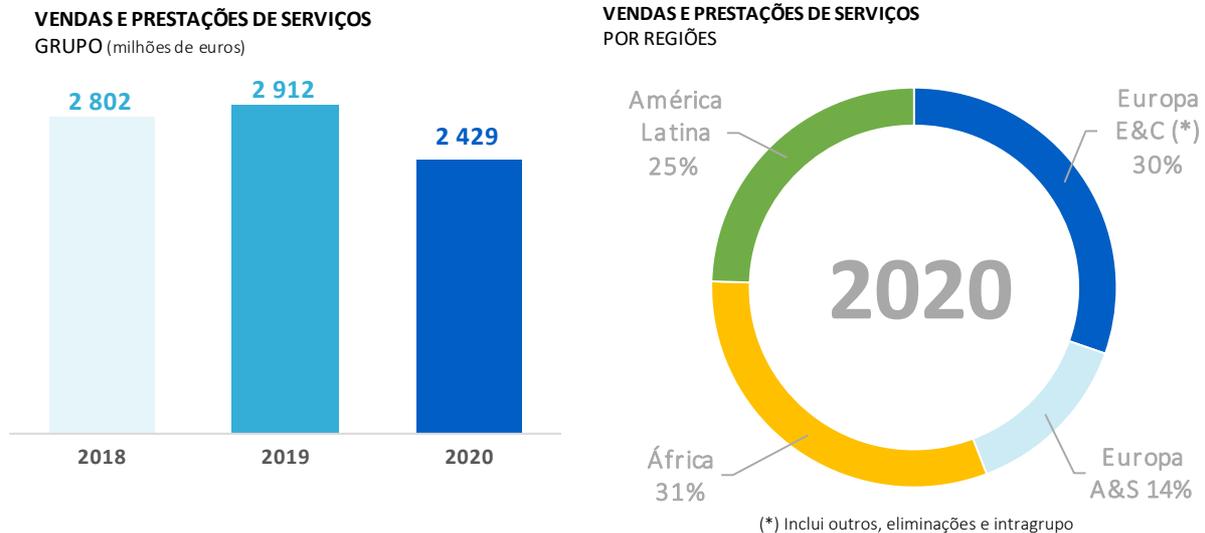
MOTA-ENGIL



**01**

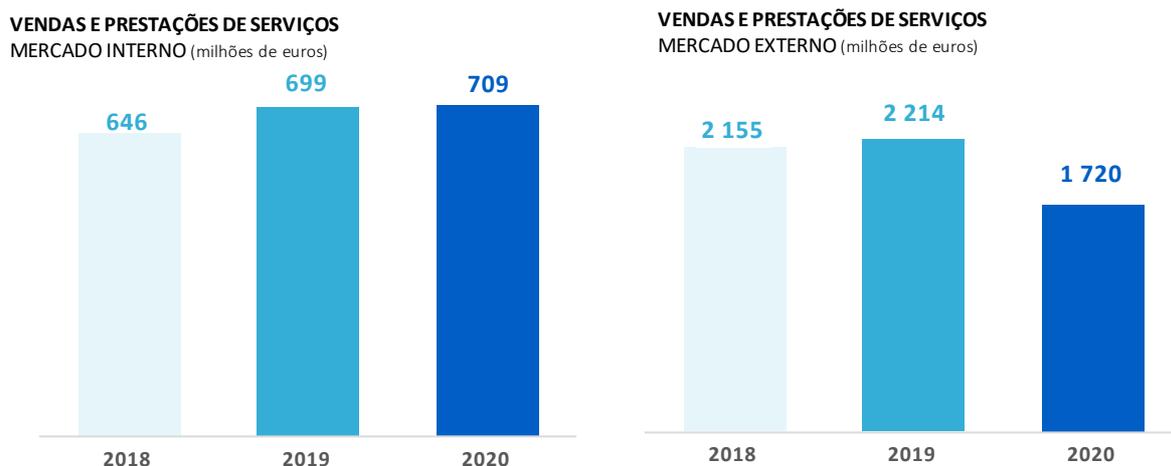
**Relatório de Gestão  
Consolidado**

## 1.1 Análise do desempenho económico-financeiro



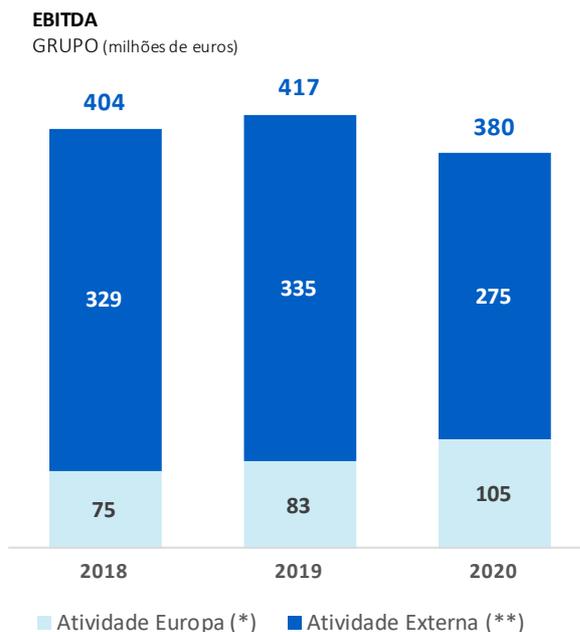
Fruto essencialmente dos constrangimentos provocados pela pandemia, dissecados em maior detalhe ao longo deste documento, o volume de negócios (\*\*) no ano de 2020 atingiu os 2.429 milhões de euros, uma contração de cerca de 17% relativamente ao ano de 2019. No entanto, há que destacar o comportamento assimétrico daquele indicador entre regiões, tendo a Europa contribuído com um aumento de cerca de 8% e África e a América Latina contribuído com quedas de 24% e 37%, respetivamente.

No seguimento do atrás descrito, a Europa foi a região que mais contribuiu em 2020 para o volume de negócios do GRUPO, com uma quota de 44% (33% no ano de 2019), muito à custa da América Latina que neste período contribuiu apenas com 25% (33% no ano de 2019). Adicionalmente, em 2020, na região da Europa, o segmento de E&C (Engenharia e Construção) contribuiu com 30% para o volume de negócios do GRUPO (21% em 2019) e o segmento de A&S (Ambiente e Serviços) com 14% (12% em 2019).



Em 2020, contrariamente à tendência verificada em anos anteriores, o volume de negócios no mercado externo sofreu uma queda relevante fruto, essencialmente, dos efeitos provocados pela pandemia. No entanto, mesmo num contexto adverso, destaca-se a resiliência do mercado interno que mesmo assim evidenciou um ligeiro crescimento (1%).

(\*\*) Volume de negócios corresponde à rubrica “Vendas e prestações de serviços” da demonstração consolidada dos resultados



(\*) Inclui o EBITDA gerado na região da Europa e em outros, eliminações e intragrupo

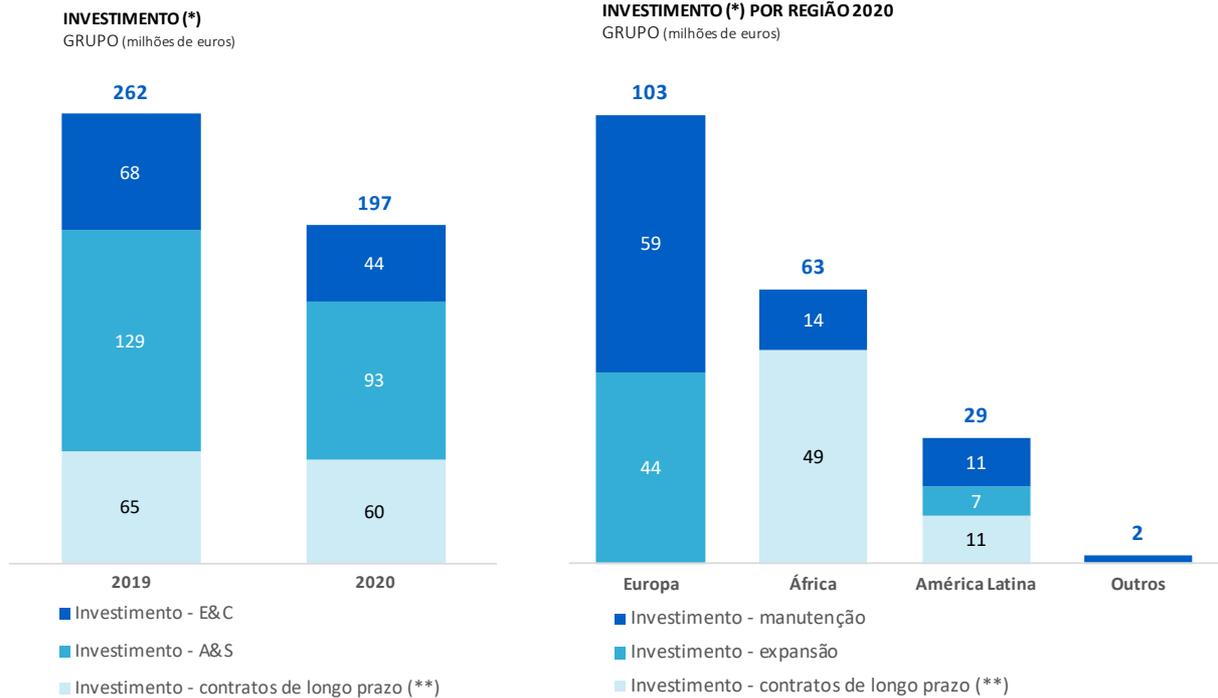
(\*\*) Inclui o EBITDA gerado nas regiões de África e da América Latina

Em 2020, fruto de uma menor produtividade e diluição de custos fixos resultantes dos efeitos negativos provocados pela pandemia, o EBITDA do GRUPO registou uma contração de 9% para 380 milhões de euros, influenciada, positivamente, pela performance da Europa (crescimento de 26%), a qual no entanto não foi suficiente para contrabalançar o desempenho menos positivo de África (contração de 11%) e da América Latina (contração de 28%). No entanto, fruto da redução do volume de negócios, da revisão em alta das tarifas das empresas concessionárias do SUBGRUPO EGF, da redução dos custos de estrutura e do encerramento de alguns mercados / conclusão de projetos menos rentáveis, a margem EBITDA (EBITDA / Volume de negócios) em 2020 atingiu os 15,7% (14,3% em 2019).

Por outro lado, no ano de 2020, o EBITDA gerado nos negócios que não E&C representou 29% do total (26% em 2019).

Por último, tal como ocorrido em anos anteriores, e mesmo influenciada por diversos fatores explicitados acima, a margem EBITDA voltou a atingir os níveis de rentabilidade projetados no Plano Estratégico do GRUPO, mantendo-se igualmente acima de muitas das grandes empresas a operar no setor.

No que respeita ao EBIT, este ascendeu em 2020 a 144 milhões de euros, um montante inferior ao verificado em 2019 (188 milhões de euros), tendo o mesmo sido negativamente influenciado pela redução ocorrida no EBITDA, positivamente influenciado por uma ligeira redução ao nível das amortizações, fruto de alguns equipamentos terem atingido o fim da sua vida útil, e negativamente influenciado por um reforço significativo das provisões e perdas de imparidade, que atingiram os 39 milhões de euros, destinadas, maioritariamente, a acautelar os efeitos negativos provocados pela pandemia na realização de algumas contas a receber.



Em 2020, fruto da necessidade de se adequar o investimento ao contexto macroeconómico que se viveu, o mesmo ascendeu a 197 milhões de euros (uma redução de 25% face ao ano anterior), sendo que 93 milhões de euros foram afetos ao negócio de A&S (dos quais, 73 milhões de euros foram realizados pelas empresas concessionárias da EGF para efeitos de cumprimento do plano de investimentos aprovado pelo regulador), 44 milhões de euros afetos ao negócio de E&C e 60 milhões de euros afetos a contratos de longo prazo (canalizados, maioritariamente, para um novo contrato de mineração na Guiné Conacri).

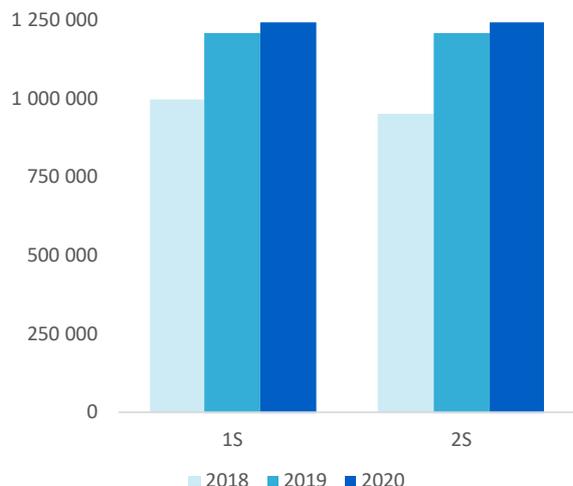
Por outro lado, há que destacar que: (i) 57% do investimento realizado foi canalizado para contratos de longo prazo e para atividades de expansão; (ii) que o investimento realizado no negócio de E&C (44 milhões de euros) correspondeu a menos de 3% do seu volume de negócios; e (iii) que o investimento de manutenção cifrou-se em 4% do volume de negócios total.

(\*) Investimento corresponde à soma algébrica dos aumentos e alienações de ativos tangíveis, ativos intangíveis e direitos de uso de ativos ocorridos no ano.

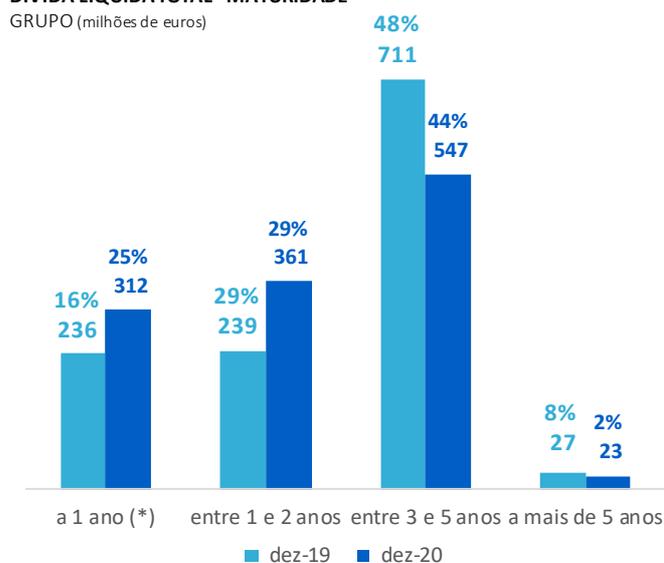
(\*\*) Contratos de longo prazo correspondem aos contratos de mineração em África e ao negócio da energia na América Latina.

**DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL**

GRUPO (milhões de euros)

**DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL - MATURIDADE**

GRUPO (milhões de euros)



Em 31 de dezembro de 2020, a dívida líquida<sup>1)</sup> ascendia a 1.243 milhões de euros, um aumento de cerca de 29 milhões de euros face a 31 de dezembro de 2019, justificado, essencialmente, pelo volume de investimento realizado no ano e pela redução, embora em menor montante, do fundo de maneiio.

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida líquida adicionada das operações de *factoring*<sup>2)</sup> e de locação<sup>3)</sup> ascendia a 1.768 milhões de euros, um aumento de 73 milhões de euros face a 31 de dezembro de 2019.

Como resultado da evolução da dívida e do desempenho operacional do ano, influenciados pela pandemia, o rácio que compara a dívida líquida total com o EBITDA dos últimos 12 meses atingiu os 3,3x (2,9x em 31 de dezembro de 2019).

A dívida bruta<sup>4)</sup> em 31 de dezembro de 2020 ascendia a 1.891 milhões de euros, estando 48% contratada a taxa variável, sendo o seu custo médio de 5,0%. Por outro lado, em 31 de dezembro de 2020, 87% do total da dívida bruta estava denominada em euros e esta apresentava uma vida média de 2,4 anos (2,5 anos em 31 de dezembro de 2019).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, o GRUPO mantinha linhas de crédito contratadas e não utilizadas de cerca de 153 milhões de euros, traduzindo-se num montante total de liquidez efetiva<sup>5)</sup> de 802 milhões de euros, correspondendo a cerca de 42% da dívida bruta total.

Neste capítulo, destaca-se ainda durante o ano de 2020 a adesão do GRUPO aos mecanismos de moratórias estabelecidos pelo Estado / sistema financeiro Português, no âmbito das medidas de apoio ao combate à pandemia, os quais permitiram adiar cerca de 462 milhões de euros de reembolsos de capital e juros.

<sup>(\*)</sup> A dívida líquida a 1 ano inclui a totalidade dos títulos de dívida pública de Angola, Moçambique e da Costa do Marfim (de Angola e da Costa do Marfim em 2019) registados nas rubricas de "Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado" da demonstração consolidada da posição financeira.

<sup>1)</sup> A dívida líquida corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada da posição financeira: "Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista", "Caixa e seus equivalentes com recurso à vista", "Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo"; "Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado"; "Empréstimos sem recurso" e "Empréstimos com recurso". De salientar que as operações de locação e de *factoring* contratadas pelo GRUPO não se encontram contabilizadas nas rubricas atrás referidas.

<sup>2)</sup> As operações de *factoring* encontram-se registadas na demonstração consolidada da posição financeira nas rubricas de "Outros passivos financeiros".

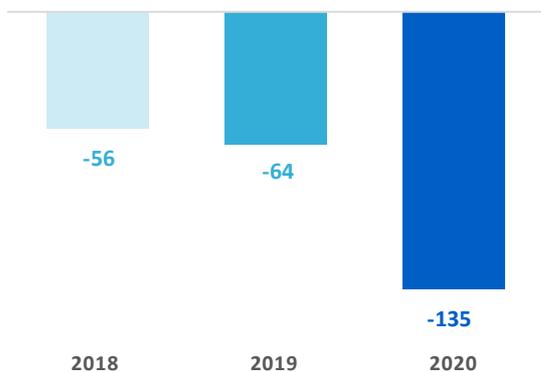
<sup>3)</sup> As operações de locação encontram-se registadas na demonstração consolidada da posição financeira nas rubricas de "Passivos de locação".

<sup>4)</sup> A dívida bruta corresponde à soma algébrica da dívida líquida com os saldos das rubricas da demonstração consolidada da posição financeira "Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista", "Caixa e seus equivalentes com recurso à vista", "Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo"; e "Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado".

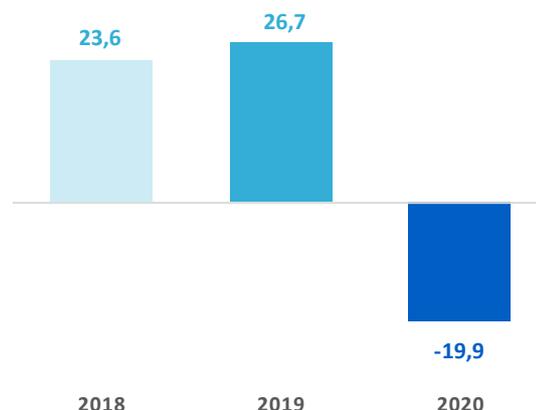
<sup>5)</sup> Liquidez efetiva corresponde à soma algébrica das rubricas da demonstração consolidada da posição financeira "Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista", "Caixa e seus equivalentes com recurso à vista", "Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo"; "Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado" com o montante de linhas de crédito contratadas e não utilizadas pelo GRUPO.

**RESULTADOS FINANCEIROS**

GRUPO (milhões de euros)

**RESULTADO LÍQUIDO**

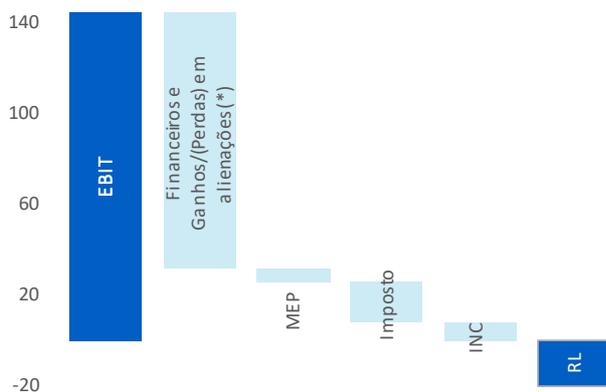
GRUPO (milhões de euros)



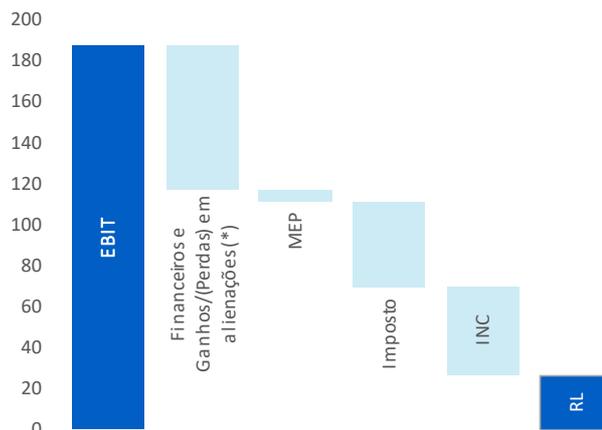
Em 2020, os resultados financeiros atingiram 135 milhões de euros negativos (64 milhões de euros negativos em 2019), o que representou um aumento de cerca de 109%, tendo, no entanto, os mesmos sido influenciados em 2019 pelo forte contributo das diferenças de câmbio favoráveis. Relativamente aos encargos financeiros líquidos (juros suportados – juros obtidos), estes atingiram em 2020 cerca de 99 milhões de euros, um montante similar ao alcançado em 2019.

**COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO 2020**

GRUPO (milhões de euros)

**COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO 2019**

GRUPO (milhões de euros)



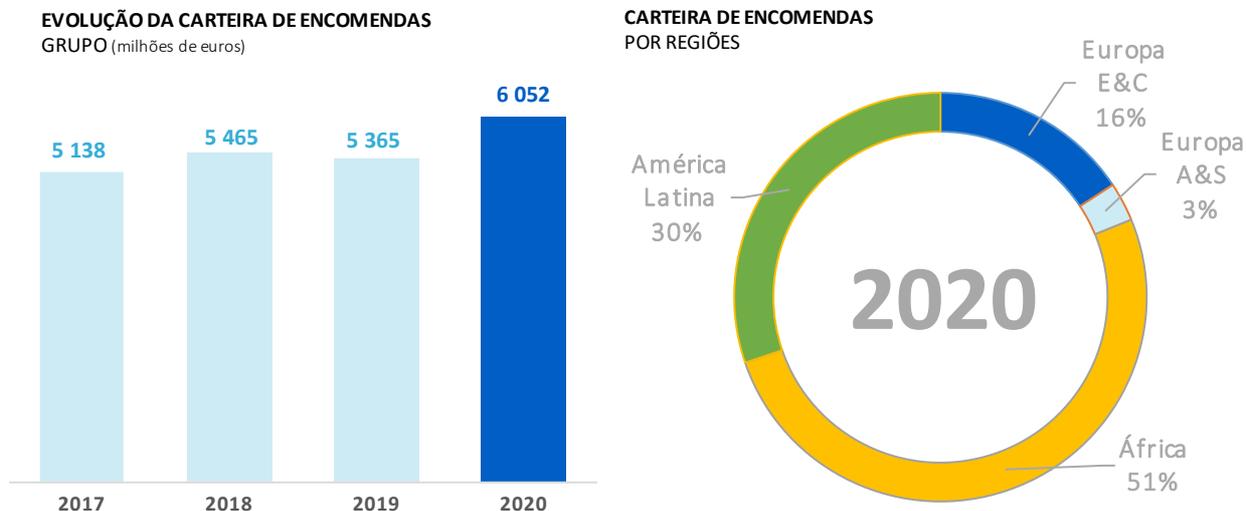
(\*) Inclui cerca de 11 e 2 milhões de euros em 2020 e 2019, respetivamente, associados a parte do efeito resultante da consideração do Zimbabué como uma economia hiperinflacionária (IAS 29)

Em 2020, a rubrica Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas (MEP) contribuiu negativamente em 6 milhões de euros para o resultado líquido (negativamente em 5 milhões de euros em 2019), fruto, entre outros, da performance das concessionárias de autoestradas mexicanas e do veículo utilizado para promover e dinamizar o projeto turístico de Costa Canuva no México. Por outro lado, no ano de 2020, a rubrica de Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas (Ganhos / (Perdas) em alienações) atingiu os 11 milhões de euros positivos (8 milhões de euros negativos em 2019), influenciada pela alienação em 2020 de diversas empresas com mais valias.

No que respeita ao imposto sobre lucros (Imposto), no ano de 2020 este ascendeu a 18 milhões de euros (41 milhões de euros no ano de 2019) correspondendo a uma taxa efetiva de imposto (Imposto sobre o rendimento / Resultado antes de imposto) de 69%. Para mais informação sobre esta matéria, recomenda-se a leitura da Nota 12 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Por fim, no que respeita aos interesses que não controlam (INC), estes ascenderam em 2020 a 28 milhões de euros, uma diminuição de 16 milhões de euros face a 2019, tendo os mesmos sido gerados, essencialmente, pelas participadas do GRUPO no México, em Angola e pelas empresas concessionárias da EGF.

Deste modo, no seguimento da performance operacional e financeira acima descrita, influenciada significativamente pelos efeitos da pandemia, o resultado líquido (RL) atribuível ao GRUPO em 31 de dezembro de 2020 ascendeu a -20 milhões de euros (27 milhões de euros positivos em 31 de dezembro de 2019).



A carteira de encomendas (\*) em 31 de dezembro de 2020 atingiu o número recorde de 6.052 milhões de euros, com as regiões de África e da América Latina a contribuírem com cerca de 81% do montante total. Por outro lado, há que destacar que a carteira de encomendas do negócio de E&C representa 89% da carteira total e que o rácio carteira de encomendas / volume de negócios de E&C atingiu em 31 de dezembro de 2020 3,1x.

Em 31 de dezembro de 2020, o negócio de A&S contribuiu com 674 milhões de euros para a carteira de encomendas do GRUPO, sendo que aquele montante não inclui as receitas previsíveis decorrentes dos contratos de tratamento e valorização de resíduos das empresas concessionárias da EGF e da CLEAN EBURNIE (aterro sanitário na Costa do Marfim).

Por outro lado, no que respeita à composição da carteira de encomendas, salienta-se o peso dos contratos de longo prazo, nomeadamente nos setores de mineração, *oil&gas* e energia, que em 31 de dezembro de 2020 representavam 27% do total da carteira de E&C (35% em 31 de dezembro de 2019).

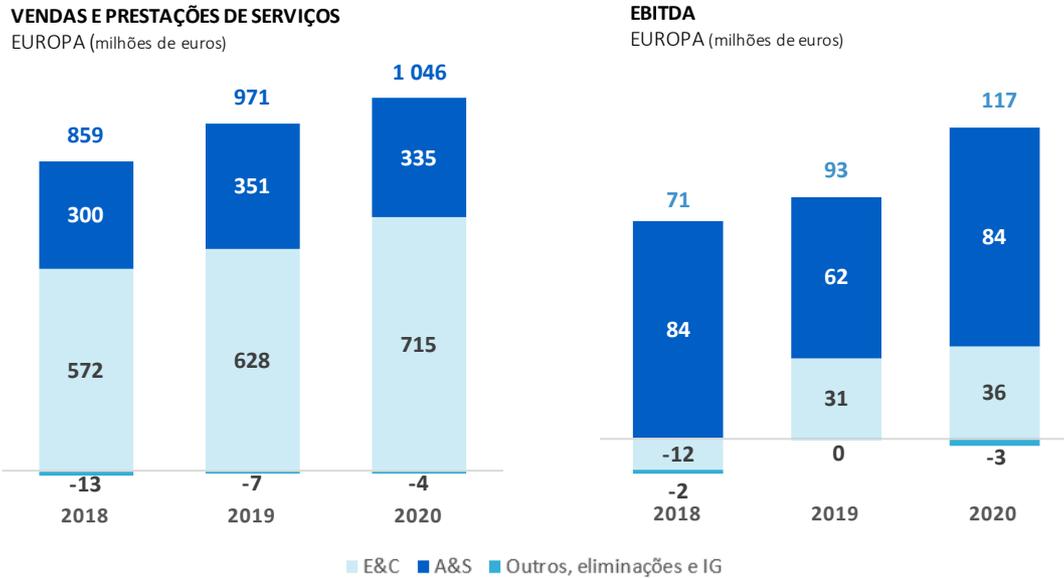
De igual forma, destaca-se num período conturbado o crescimento da carteira de encomendas face a 31 de dezembro de 2019 em cerca de 687 milhões de euros, para o qual, entre outros, contribuiu decisivamente o mercado mexicano com a angariação, em parceria com a China Communications Construction Company, de um contrato de construção do primeiro lote da nova infraestrutura ferroviária designada "Trem Maya" no México avaliado em mais de 500 milhões de euros e o mercado do Gana com a angariação de um contrato de construção de uma autoestrada avaliado em cerca de 465 milhões de euros.

Por último, salienta-se igualmente a continuação do excelente desempenho comercial evidenciado em 2020, com a adjudicação já em 2021 do maior contrato de sempre do GRUPO, na Nigéria, avaliado em cerca de 1.500 milhões de euros.

(\*) Contratos adjudicados por executar ao câmbio de 31 de dezembro de 2020.

## 1.2 Análise por áreas de negócio

### EUROPA



A região da Europa gere as atividades e empresas de E&C e de A&S que o GRUPO detém em Portugal, na Polónia, na Irlanda e no Reino Unido, ou que são geridas pela estrutura de gestão desta região. No domínio do A&S são desenvolvidas, essencialmente, atividades de recolha de resíduos (cujo veículo é a SUMA) e de tratamento e valorização de resíduos (cujo veículo é a EGF).

Na Europa, especificamente na atividade de E&C, como resultado da pandemia, verificaram-se algumas interrupções de projetos decorrentes das medidas decretadas pelas Autoridades locais e das decisões adotadas por alguns clientes, nomeadamente em projetos a decorrer em Portugal e na Irlanda, que se explicitam com maior detalhe ao longo deste documento.

No entanto, pese embora os efeitos negativos provocados pela pandemia, o volume de negócios na Europa em 2020 ascendeu a 1.046 milhões de euros, um aumento de 8% face ao montante verificado em 2019 (971 milhões de euros).

Neste capítulo, destaca-se o aumento do volume de negócios na área de E&C de 15%, influenciado, essencialmente, pela forte atividade na Polónia (crescimento de 65% face a 2019).

Adicionalmente, em 2020, Portugal contribuiu com cerca de 49% para o volume de negócios da área de E&C (cerca de 57% em 2019).

Ao nível da rentabilidade operacional, o EBITDA na Europa em 2020 atingiu 117 milhões de euros, um aumento de 26% face a 2019 (93 milhões de euros), tendo aquele aumento sido justificado, essencialmente, pela performance positiva da área de E&C (+5 milhões de euros), nomeadamente na Polónia, mas, fundamentalmente, pelo desempenho da área de A&S (+22 milhões de euros), fruto, nomeadamente, da revisão em alta das tarifas a praticar pelas empresas concessionárias da EGF (cerca de 22 milhões de euros).

## ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

### Portugal

No ano de 2020, a economia portuguesa registou uma contração de 10% (crescimento de 1,9% em 2019) com uma inflação de 0% (0,9% em 2019). Por outro lado, em 31 de dezembro de 2020, a taxa de juro de referência(\*) no mercado atingiu os 0% (0,5% em 31 de dezembro de 2019).

Em 2020, interrompendo o ritmo de crescimento a que se vinha a assistir no sector da construção civil desde o ano anterior, o GRUPO foi surpreendido pela pandemia Covid-19 em Portugal, como de resto se verificou em todas as economias mundiais, com os seus efeitos a manifestarem-se a partir de março, mantendo-se os mesmos ainda na presente data. Alguns investidores privados, naturalmente, adiaram o lançamento de grandes empreendimentos anteriormente previstos, enquanto que nas obras públicas se fizeram sentir as dificuldades do Estado para fazer face às solicitações de todos os quadrantes da economia e da sociedade em geral.

Ainda assim, a MOTA ENGIL, uma vez mais, evidenciou a sua histórica capacidade e resiliência na resposta imediata a grandes adversidades, tendo conseguido que nenhum dos projetos que se encontravam em execução à data de início da pandemia tivesse sido suspenso ou cancelado.

Num contexto de pandemia Covid-19, a MOTA ENGIL foi célere a reforçar as medidas preventivas recomendadas: equipamentos de proteção, higienização, distanciamento, teletrabalho, ações de sensibilização, entre outras. O resultado destas medidas foi a constatação de quebras de produção muito inferiores às que seriam de prever num contexto tão adverso.

Por outro lado, a evolução que o GRUPO tem vindo a introduzir ao longo dos últimos anos na execução dos seus projetos, em termos da adoção das recomendações mais avançadas de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho, permitiu que o reforço das medidas de prevenção tenha sido implementado naturalmente na nossa operação em todos os países onde o GRUPO está presente e, por maioria de razão, em Portugal. Este aspeto foi, aliás, muito bem-recebido por todos os nossos clientes, cuja confiança na MOTA-ENGIL se mostrou inabalável.

No que diz respeito à evolução dos projetos que a MOTA-ENGIL se encontra a executar em Portugal, os resultados alcançados em 2020 refletem perfeitamente o espírito dos parágrafos anteriores. Com efeito, no início da pandemia, foram encetadas diversas ações preparatórias de mitigação do risco que se consubstanciaram num período bastante limitado, mas abrupto, de menor capacidade de execução dos trabalhos. No entanto, foi também este período de preparação estratégica e reorganização das atividades que nos permitiu recuperar rapidamente para níveis de produção manifestamente impressionantes logo desde o início do mês de abril e que se mantêm, tendo em conta, naturalmente, as recomendações e restrições impostas pelas diversas autoridades competentes.

Toda esta dinâmica e capacidade demonstradas de rápida intervenção e adaptação a uma nova realidade, gerou um clima de segurança e de satisfação junto dos nossos clientes que permitiu, não só a manutenção das obras que já se encontravam em execução, como também o arranque efetivo de alguns projetos muito relevantes durante este período.

No primeiro trimestre de 2020, já em pleno período de pandemia, foi-nos permitido arrancar com normalidade dois projetos cujos valores globais ultrapassam os 150 milhões de euros. Estamos a referir-nos, nomeadamente, ao empreendimento Infinity Tower, para o cliente Vanguard Properties, que será um dos edifícios mais proeminentes de Lisboa; e à empreitada da Linha de Évora, Subtroço Freixo – Alandroal, para o cliente Infraestruturas de Portugal.

Por outro lado, pudemos também assistir no início de 2020, e em plena pandemia, ao reforço da confiança que os nossos clientes e o mercado continuam a depositar na MOTA-ENGIL, designadamente pelos resultados comerciais efetivos que se verificaram, traduzidos num volume de novos contratos adjudicados em Portugal superior a 250 milhões de euros e cujo início dos trabalhos se prevê no curto prazo.

Relativamente ao corpo técnico da MOTA-ENGIL, desde os quadros superiores até aos oficiais mais qualificados, o mesmo manteve-se praticamente inalterado e, mesmo ao nível do pessoal menos qualificado, a MOTA-ENGIL recusou seguir uma estratégia de despedimentos.

(\*) Corresponde à taxa de juro de emissão de obrigações soberanas a 10 anos

Embora os grandes projetos de investimento público em Portugal tenham sofrido um adiamento, sendo conhecido que o Estado tem intenções de avançar muito em breve com a abertura de concursos para um conjunto de projetos estruturantes, importa relevar que a MOTA-ENGIL tem vindo a implementar ao longo dos anos uma forte dinâmica comercial no setor privado, junto de clientes e investidores nacionais e internacionais, com os quais vai mantendo uma relação de confiança e de compromisso que se tem demonstrado determinantes no momento de escolha do parceiro para execução de contratos de construção. Só assim tem vindo a ser possível a preservação de uma carteira de obras estável e diversificada, especialmente em momentos de grande contração do investimento público.

Por outro lado, a capacidade que a MOTA-ENGIL demonstrou em resistir à crise, a carteira de encomendas contratada, as obras em curso, os novos projetos iniciados nos primeiros meses de 2020 e outros que estão em fase de adjudicação, evidenciam o compromisso dos nossos clientes e permitem-nos continuar hoje a olhar para o futuro com uma dose reforçada de determinação e confiança necessárias para prosseguir com êxito o seu percurso em 2021 e enfrentar os novos desafios que terá, invariavelmente, que enfrentar.

Deste modo, a MOTA-ENGIL encontra-se assim com plena capacidade de resposta para os grandes projetos que já se anunciam, nomeadamente consubstanciados no arranque de um novo ciclo de grandes empreitadas de construção a iniciar em 2021, no contexto de incentivo e revitalização das economias da União Europeia.

## Polónia

No ano de 2020, a economia polaca registou uma contração de 3,6% (crescimento de 4,0% em 2019) com uma inflação de 3,3% (2,4% em 2019). Por outro lado, em 31 de dezembro de 2020, a taxa de juro de referência no mercado atingiu os 1,25% (2,1% em 31 de dezembro de 2019).

Ao longo de 2020, a MOTA-ENGIL reforçou a sua posição como uma das maiores empresas de construção a operar na Polónia graças a uma presença ativa no mercado, ao aumento da carteira de encomendas, à sua flexibilidade num ambiente em rápida mudança, à sua abordagem de proximidade, bem como ao cumprimento dos melhores padrões de qualidade. No entanto, o ano de 2020 foi especialmente exigente fruto da atual situação de pandemia.

O setor de construção na Polónia tem registado um forte crescimento durante os últimos anos o que apoiou a expansão económica do país e contribuiu para o seu desenvolvimento. Em 2020, a conjuntura económica na Polónia permaneceu estável, apesar do ambiente económico desafiador na União Europeia. O impacto da pandemia foi visível na queda do PIB, no aumento da taxa de desemprego e no aumento da instabilidade nos mercados, no entanto, o setor da construção em geral continuou a crescer, pelo que apesar de não serem esperadas reduções nos níveis de atividade, 2021 continuará a ser um ano muito exigente.

Em 2020, a MOTA-ENGIL manteve a sua estratégia de constante desenvolvimento e inovação nas suas principais operações, aumentando e diversificando a sua carteira de encomendas, o que fortaleceu a sua reputação no mercado polaco. Deste modo, o GRUPO focou a sua atividade principalmente no setor rodoviário e no desenvolvimento do mercado da construção civil. Uma vantagem competitiva substancial do GRUPO no mercado polaco tem sido precisamente a cooperação e desenvolvimento contínuo entre as áreas de construção (MECE - MOTA ENGIL CENTRAL EUROPE) e de promoção imobiliária (MEREM - MOTA ENGIL REAL ESTATE MANAGEMENT).

Apesar do abrandamento esperado nos investimentos no mercado residencial, devido à crise sanitária, o setor permanece estável com preços dos apartamentos nas principais cidades polacas a aumentarem em termos homólogos de acordo com os dados recolhidos pelo Banco Nacional da Polónia. Por outro lado, o setor de construção de estradas permanece em fase de expansão contínua. Até 2020, mais de 4.200 km de vias rápidas e autoestradas foram disponibilizadas ao público, o que fez da Polónia o quinto entre os países da União Europeia em termos de extensão total de vias rápidas e autoestradas. A longo prazo, encontram-se previstos 3.780 km adicionais de vias rápidas e autoestradas, estando atualmente 908 km em fase de construção e 165 km em fase de licitação.

O compromisso, uma estratégia coerente e a construção em curso de vários projetos estruturantes para o desenvolvimento do país vieram trazer ao GRUPO novos desafios para provar a sua posição como um dos líderes de mercado. Entre outros, em 2020, a MOTA-ENGIL deu continuidade à construção de dois projetos relevantes, a via expresso S7, perto de Cracóvia, e a via expresso S19, perto de Lublin. Adicionalmente, fruto da turbulência verificada no mercado polaco de infraestruturas sentida nomeadamente por alguns concorrentes do GRUPO, a MOTA-ENGIL conseguiu iniciar a obra da via rápida S3 em Polkowice, um sinal claro da confiança do mercado. Paralelamente, a carteira no setor das infraestruturas tem vindo a crescer com novas adjudicações como por exemplo a via-rápida S1 Kosztowy - Bielsko Biala e a S19 Płoski.

No que respeita ao setor da construção civil, a MEREM continuou a consolidar a sua forte posição no mercado, expandindo a sua base de clientes privados e alargando o seu portfólio de projetos. Adicionalmente, procedeu também à diversificação do seu portfólio de projetos nas principais cidades polacas: Varsóvia, Cracóvia, Gdańsk, Katowice, Szczecin e Łódź. Por outro lado, tal como acima referido, procedeu também à diversificação do seu portfólio de projetos para outros segmentos, tais como residências para estudantes, hotéis, edifícios residenciais, parques de estacionamento e centros de pesquisa e desenvolvimento. Atualmente, novos projetos de grande importância estão em curso, tais como as residências Arkona na cidade de Szczecin, Esteio e o Projeto La Scala em Varsóvia. Por último, há que destacar ainda em 2020 os projetos residenciais AVORE fase II e YANA em Varsóvia que foram concluídos com sucesso.

Ao nível estratégico, a MEREM encontra-se constantemente a trabalhar para encontrar novas oportunidades de investimento em novas áreas de negócio que possam beneficiar tanto a sua atividade de promoção imobiliária como a atividade de construção. Adicionalmente, como reconhecimento da atuação da MEREM no mercado polaco, salienta-se o prémio recebido em 2020 do Programa Nacional de Construção – “Melhor promotor imobiliário”.

Deste modo, a MOTA-ENGIL na Polónia está comprometida com o aumento e diversificação da sua carteira de encomendas, focando a sua atenção em novas oportunidades de investimento, no desenvolvimento das suas principais operações e no desenvolvimento do seu capital humano, o que lhe garantirá uma posição de destaque no mercado, bem como olhar com otimismo para o futuro.

### **Irlanda e Reino Unido**

No ano de 2020, a economia irlandesa registou uma contração de 3% (crescimento de 4,3% em 2019) com uma inflação de -0,2% (1,2% em 2019). Por outro lado, em 31 de dezembro de 2020, a taxa de juro de referência no mercado atingiu os -0,3% (0,1% em 31 de dezembro de 2019).

Relativamente ao Reino Unido, em 2020 a sua economia registou uma contração de 9,8% (crescimento de 1,2% em 2019) com uma inflação de 0,8% (1,8% em 2019). Por outro lado, em 31 de dezembro de 2020, a taxa de juro de referência no mercado atingiu os 0,8% (0,8% em 31 de dezembro de 2019).

Também neste dois mercados o ano de 2020 foi naturalmente marcado pelo forte impacto da pandemia Covid-19, a qual paralisou durante vários meses diversos setores da economia, nomeadamente a área da construção, quer na concretização de projetos em curso, quer na adjudicação de propostas já submetidas, quer ainda no lançamento de novos concursos. Ainda que o primeiro trimestre do ano tenha sido globalmente positivo e acima das expectativas, fruto de uma sólida carteira de encomendas, anteriormente angariada, os estrangulamentos legais à circulação de bens e pessoas, à execução de atividades económicas, à disponibilidade de recursos (internos e externos) e apertados procedimentos de higiene e segurança, implicaram uma paralisação praticamente total dos projetos de construção, mantendo-se apenas em regime relativamente estável as atividades de operação e manutenção no sector das águas. Refira-se, no entanto, que este fenómeno de retração da atividade se sentiu em maior grau na Irlanda em comparação com o Reino Unido, onde as medidas governamentais permitiram a manutenção mínima (ainda que igualmente em esforço) de projetos chave em curso.

O ano de 2020 foi assim marcado por uma redução do volume de negócios na Irlanda e no Reino Unido, o qual acabou por ser mitigado pelo esforço comercial empreendido pela MOTA ENGIL IRELAND CONSTRUCTION (MEIC) e pela GLAN AGUA, nomeadamente ao nível de novas tipologias de contratos no setor de abastecimento e tratamento de águas e águas residuais. Nos setores rodoviário, escolar e habitacional, foi um ano de conclusão de alguns projetos marcantes e de dimensão, apesar das dificuldades sentidas, associadas ao contexto de pandemia.

Ainda que de alguma forma relegado para segundo plano, no ano 2020 não foi ultrapassado o forte risco e incerteza associado ao processo de negociação pós-Brexit, que continuou a originar elevada desconfiança na indústria da construção, atrasando decisões de investimento e o lançamento de investimentos em projetos estruturantes.

A atividade comercial durante 2020 refletiu a decisão estratégica de se centrar esforços no setor das águas (tratamento e distribuição de águas limpas e residuais), visando aprofundar o envolvimento da organização em projetos estruturais, quer na Irlanda, quer no Reino Unido nos próximos anos. Por outro lado, assistiu-se a uma queda significativa de novo no investimento público no setor das águas, sendo evidente quer o adiamento de concursos por parte dos principais *players* do mercado (sobretudo na Irlanda), quer o adiamento de decisões de adjudicação. Ainda assim, foram obtidos importantes sucessos comerciais nas duas geografias, perspetivando-se um ano de 2021 suportado por uma carteira sólida em valor e em rentabilidade, com reais perspetivas de assegurar um crescimento da atividade. Importa ainda assinalar a consolidação da marca e credibilidade técnica da GLAN AGUA, quer na Irlanda, com a parceria estratégica com o seu principal cliente, quer com um novo *player* no competitivo mercado inglês.

### Restantes mercados

Nos restantes mercados, a MOTA-ENGIL manteve a sua presença em nichos específicos do seu portfólio de valências, nomeadamente na área da prefabricação em França e na área das fundações em Espanha.

## AMBIENTE & SERVIÇOS - RESÍDUOS

### SUMA

Acabada de assinalar o 26.º aniversário, a SUMA viu-se, como o restante mundo empresarial, perante uma situação sem precedentes e de extrema adversidade, induzida pela pandemia Covid-19.

A disseminação acelerada da pandemia e as necessárias medidas de contenção do novo coronavírus, tornaram incontornáveis alterações, onde possível de aplicar, ao modelo organizacional instituído. Os serviços prestados no terreno, devido à importância de que se revestem para a saúde pública, não foram passíveis de supressão ou redução, tendo, pelo contrário, muitas vezes, sido objeto de reforço e intensificação, através de contratos extraordinários de lavagem e desinfeção de vias e estruturas públicas (arruamentos, fachadas de edifícios, mobiliário urbano) e de equipamentos de contentorização de resíduos.

Neste novo contexto, assumiu particular relevância o recurso a tecnologias e a ferramentas informáticas. A transição de modelos de trabalho para um registo de distância laboral obrigou a infraestrutura a respostas imediatas – de preparação e disseminação de ferramentas informáticas colaborativas, de licenciamento adicional de ligações remotas, e de apoio à distância –, apenas possíveis pelo estado de maturação organizativa existente, fruto de um atempado investimento.

Também no apoio à produção e ao controle remoto das operações, a SUMA vem investindo, com pioneirismo, numa forte componente tecnológica de aplicações informáticas específicas a vários contratos ou operações, desenvolvidas internamente, e operacionais no mercado nacional desde 2014 e exportadas com sucesso para monitorização das atividades de empresas do GRUPO no exterior. A perceção da tecnologia como mais-valia e a antecipação de algumas tomadas de decisão representou, assim, o sucesso sem constrangimentos relevantes dos objetivos de capacidade, segurança e desempenho, que resultaram numa célere adaptação à nova realidade e na manutenção dos índices de produtividade.

Em junho, a SUMA foi nomeada, pelo quarto ano consecutivo, como “Marca de Confiança – Ambiente”, na categoria de “Empresas de Tratamento dos Resíduos”, o que, enquanto galardão votado diretamente por uma amostra significativa da população portuguesa, é revelador dos padrões de qualidade das operações e da confiança estabelecida nas parcerias que a SUMA integra.

O reconhecimento da importância do trabalho de todos os profissionais que atuam na área da higiene urbana e da recolha de resíduos, por parte do Ministro do Ambiente e Ação Climática, constituiu-se igualmente um reforço e um incentivo para quem presta um serviço público essencial e faz do sentimento de missão cumprida um objetivo diário.

Independentemente das condições adversas, a SUMA pretende conservar a liderança nacional do mercado da recolha e limpeza, otimizando serviços e apostando na inovação para atingir ganhos de eficiência, que permitam aumentar a capacidade concorrencial.

## Plano nacional

A este nível, as autarquias mantêm-se como os principais contratantes de serviços de recolha de resíduos e limpeza urbana, tendo sido entregues, no ano de 2020, 200 propostas, num valor total de 92 milhões de euros. Destas propostas, resultaram 135 adjudicações à SUMA, num valor total de 50 milhões de euros, continuando pendentes de decisão 14 propostas.

Entre as novas adjudicações, merecem especial referência as seguintes:

- Câmara Municipal de Mafra: Aquisição de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos a destino final e manutenção e lavagem de contentores, pelo período de 8 anos;
- Câmara Municipal de Ílhavo: Serviços para a recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos, fornecimento, manutenção e lavagem de equipamento, limpeza pública e gestão do ecocentro, pelo período de 1 ano renovável até 8 anos;
- Câmara Municipal de Leiria: Recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos e resíduos de construção e demolição, pelo período de 4 meses;
- Câmara Municipal de Espinho: Serviços de recolha e transporte a destino final de resíduos urbanos indiferenciados e limpeza urbana, pelo período de 36 meses;
- Câmara Municipal de Oeiras: Aquisição de serviços de varredura mecânica para limpeza de ruas (lote 2), pelo período de 36 meses;
- Câmara Municipal de Belmonte: Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, lavagem e desinfecção de contentores, pelo período de 36 meses;
- Tejo Ambiente, EIM, SA: Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos, pelo período de 4 meses.

Para maximizar a oportunidade apresentada no campo de atividades de desinfecção, foi concebida uma monofolha digital de apresentação destes serviços, com contactos diretos para obtenção de informações adicionais e cotações, junto da área comercial da empresa.

Idêntica estratégia foi usada pela área da sensibilização ambiental da SUMA, para divulgação da experiência e resultados de eficácia obtidos em processos de introdução de recolha porta-a-porta (PaP) e de proximidade RUB (fração alimentar/fração verdes), de recolha PaP multimaterial, aproveitando a disponibilização de Fundos de Coesão, com vista à ampliação e/ou adaptação de infraestruturas de recolha seletiva de biorresíduos.

Este âmbito tem assumido particular protagonismo nos contratos de educação ambiental, que contaram, em 2020, com 20 municípios distintos (Sintra, Setúbal, Póvoa do Varzim, Maia, 8 municípios da RESIALENTEJO e 8 municípios da LIPOR) e em campanhas PaP que abrangeram sensivelmente 88 mil fogos residenciais e não residenciais (canal Horeca e outros). Estes serviços em muito contribuíram para o aumento de 72% na prestação de serviços de educação ambiental a clientes extra-contrato de recolha e limpeza SUMA.

O aumento de atividade neste segmento foi acompanhado pela entrada de dez técnicos de sensibilização para as zonas da grande Lisboa, grande Porto e Alentejo, pelo reforço da equipa de cogestão da produção e de meios logísticos de apoio, e por ações de formação interna que contabilizaram 25 horas em áreas tema-chave, através de estratégias diversas (videochamada, processos de tutoria, treino *in loco*).

No entanto, os imperativos do distanciamento social obrigaram a uma adaptação da metodologia de contacto direto com as populações, tendo sido criado e implementado o modelo telefone-a-telefone (TaT), para reforçar e, em algumas circunstâncias, substituir o PaP, obrigando à criação de duas centrais de atendimento telefónico dedicado a municípios aderentes.

Mantendo a segurança como um dos principais focos da sua atividade, para além dos protocolos suplementares decorrentes da crise sanitária (distribuição de máscaras, luvas e gel desinfetante, implementação de teletrabalho em regime de rotatividade, mesmo nas áreas administrativas das operações, criação de equipas de reserva, para mais eficiente resguardo dos trabalhadores e facilitação de acesso a testes Covid e a consultas *online* de medicina de clínica geral, evitando deslocções aos centros de saúde), no início de 2020, a SUMA procedeu à distribuição de capacetes individuais para todos os trabalhadores que desempenham funções nos estribos de viaturas. Este novo equipamento, independente de requisito legal à sua utilização, providencia uma medida de proteção adicional face a possíveis riscos decorrentes de quedas, visando a diminuição do impacto das mesmas.

No campo da comunicação externa, nomeadamente em redes sociais, de salientar o papel da página de *Facebook* de educação ambiental da SUMA na divulgação de informações relevantes sobre comportamentos a adotar neste período (ênfase praticamente diária nas regras de etiqueta respiratória, encaminhamento de resíduos especiais, como máscaras e luvas, procedimentos de proteção individual), assim como a reativação da página *LinkedIn* da SUMA, que soma 5.800 seguidores e conta com publicações semanais, nomeadamente ao nível de divulgação de processos de recrutamento, difusão de notícias de relevância no seio da estrutura, e testemunhos de trabalhadores com posições de destaque.

## Plano internacional

Em 2020, não foram registadas entradas em novos mercados. No entanto, as participadas da SUMA a operar além-fronteiras mantiveram o bom desempenho, apesar de penalizadas pela crise mundial e pelas grandes variações cambiais ocorridas durante o ano.

De salientar a participada no mercado brasileiro, que manteve a aposta no crescimento, posicionando-se como uma concorrente relevante em importantes concursos públicos nacionais. Tendo em vista o alinhamento com o grupo empresarial em que se insere, esta participada alterou a sua designação para SUMA BRASIL – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE S.A., ganhando com a sinergia inerente ao portefólio e conhecimento adquiridos ao longo de décadas de operação.

No Médio Oriente, a participada ECOVISION continuou a desempenhar com normalidade a sua atividade e a realizar investimentos na implementação das melhores práticas em termos de segurança e saúde no trabalho, atingindo as quatro milhões de horas de trabalho sem acidentes.

Ainda em Omã, foi contratada uma assessoria técnica para supervisão, acompanhamento pedagógico, análise programática, tutoria, formação de técnicos e capacitação de quadros, na área da sensibilização e educação ambiental por parte da entidade responsável pela estratégia nacional de resíduos nesse país, reforçada por uma visita técnica a diversas estruturas e programas nacionais deste campo de intervenção em que a SUMA se constitui também líder, com vista à introdução de políticas de prevenção da produção de resíduos com metas de redução da captação média.

## EGF

No que respeita ao setor de tratamento e valorização de resíduos, 2020 foi um ano desafiante a diferentes níveis, destacando-se os seguintes:

- Ao nível setorial:

O final de 2020 foi marcado por alterações legislativas significativas para o setor dos resíduos, através da publicação do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que aprovou o Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR), o Regime Jurídico da Deposição de Resíduos em Aterro e alterou o Regime da Gestão de Fluxos Específicos de Resíduos (unilix), transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852 para a ordem jurídica nacional. Estes documentos passaram a definir as novas metas de resíduos a que o país está sujeito. Além disso, estes diplomas vão caracterizar, de forma significativa, os desafios para as empresas do GRUPO EGF e a sua articulação com as restantes entidades do setor nos próximos anos.

Relativamente ao novo Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos 2030, a EGF tem participado no Conselho Consultivo, coordenado pela Prof.ª Graça Martinho e pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), tendo sido recentemente divulgado que o PERSU 2030 será apresentado até junho de 2021, incluindo já a avaliação ambiental estratégica, pelo que, posteriormente, as empresas do GRUPO EGF, em articulação com os seus Municípios, deverão elaborar os respetivos planos de ação.

O ano de 2020 foi ainda marcado pela alteração das licenças das Entidades Gestoras do Sistema de Gestão Integrado de Embalagens (SIGRE) e pela realização de um estudo promovido pelas Entidades Gestoras para a caracterização das embalagens e resíduos de embalagens, no âmbito do Despacho n.º 5615/2020, de 20 de maio, bem como, pelo aumento da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), prevista no Decreto-Lei n.º 92/2020, de 23 de outubro, com aplicação a 1 de janeiro de 2021, de 11 Euros/ton para 22 Euros/ton com impacto nas empresas do GRUPO EGF pelo consequente agravamento da TGR não repercutível associada ao cumprimento das metas ambientais.

- Ao nível da regulação:

Em 2019, a decisão da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) sobre os proveitos permitidos e tarifas do período regulatório 2019-2021 foi impugnada judicialmente pelas empresas do GRUPO EGF, uma vez que os proveitos permitidos definidos e, conseqüentemente, as tarifas, não refletia as necessidades das empresas para o seu desempenho operacional em conformidade com as obrigações legais e contratuais a que se encontram sujeitas.

Apesar da decisão do Regulador, as empresas mantiveram, à semelhança do ano anterior, o seu foco na manutenção da qualidade e dos níveis de serviço, assim como no cumprimento dos objetivos de serviço público subjacente à respetiva concessão, indo ao encontro dos clientes municipais e das populações servidas, o que, face ao valor insuficiente das tarifas aprovadas, demonstrou ser um desafio constante e contínuo ao qual se procurou dar uma resposta adequada.

Durante o ano de 2020, e face aos resultados negativos gerados por algumas concessionárias da EGF em 2019, a ERSAR tomou a iniciativa de propor a realização de uma auditoria independente, realizada por uma consultora prestigiada, de forma a aferir “as razões e justificações para as eventuais diferenças entre as contas reguladas e as estatutárias” e “recolher e determinar as evidências que traduzam estas diferenças, em particular de alegadas exigências excessivas” o que foi acolhido com entusiasmo pela EGF e pelas empresas concessionárias. Quando a maior parte do trabalho estava realizado e sistematizado, a ERSAR quebrou unilateralmente este processo no dia 31 de outubro de 2020; a 2 de novembro de 2020, a EGF tendo apresentado os seus argumentos, solicitou que a ERSAR reponderasse a sua decisão o que não veio a acontecer.

No entanto, paralelamente, no âmbito do processo de revisão das contas reguladas de 2019, a ERSAR mostrou disponibilidade para efetuar algumas alterações extraordinárias nos custos operacionais (OPEX) de referência das empresas, principal razão para o desequilíbrio financeiro apresentado pelas mesmas nas suas contas de 2019 e 2020. Existindo alteração no OPEX de referência, o qual veio a manifestar-se, embora não na dimensão que o referido estudo efetuado pela entidade externa apurou, as contas dos diversos anos do período regulatório 2019-2021 foram e serão impactadas por tal facto. O efeito e a natureza das alterações extraordinárias aceites pela ERSAR encontram-se descritas na Nota 15 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2020.

Ainda em termos regulatórios, a ERSAR realizou duas consultas públicas no final de 2020, em 27 e 30 de novembro, a primeira sobre o Projeto de Regulamento de Qualidade de Serviço e a segunda sobre uma alteração ao Regulamento Tarifário dos Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos, mais particularmente ao seu artigo 49º (saldo regulatório).

- Ao nível da atividade corrente:

Durante o ano de 2020, o foco das empresas concessionárias do GRUPO EGF incidiu na continuidade da operação, tendo em conta que, face à debilidade económico-financeira verificada, existiu a necessidade de abrandar a execução do ambicioso plano de investimento previsto e aprovado, de cerca de 104 milhões de euros, tentando, ainda assim, não colocar em causa o cumprimento das metas ambientais, bem como as obrigações de serviço público decorrentes do contrato de concessão.

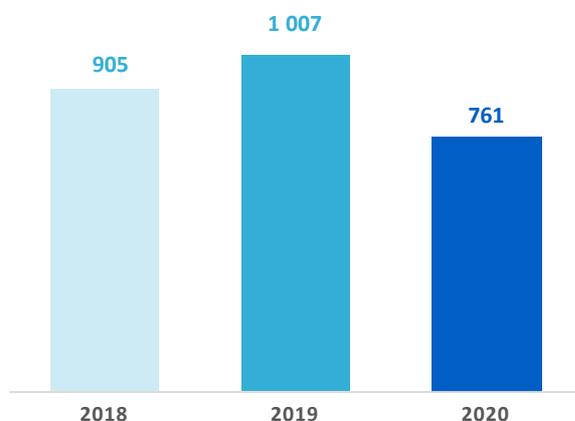
Por outro lado, a atual situação de pandemia provocou impactos negativos na atividade, destacando-se a redução da produção de energia associada à paragem dos TMB até junho (inclusive) por determinação da APA e da ERSAR, de acordo com as orientações da Direção Geral de Saúde (DGS), e a redução da recolha de recicláveis em algumas concessões. Face ao impacto provocado pela pandemia no cumprimento das metas ambientais (com consequências ao nível da TGR não repercutível), bem como nos resultados das concessionárias, encontra-se em análise o seu tratamento ao nível regulatório, sobretudo, tendo em consideração, que o efeito pandémico, em muitas matérias, ainda perdura.

Destaca-se ainda, em 2020, o arranque do projeto de implementação do ERP SAP na VALORSUL e na RESINORTE, assim como de outros projetos de informatização das empresas (ex. básculas unificadas), bem como o enfoque na harmonização de informação e de processos entre as várias concessionárias. Ao nível de recursos humanos, foi dada continuidade ao sistema de avaliação único para as 11 empresas concessionárias, com procedimentos uniformes. Com um particular enfoque na eficiência, foi ainda alargado o processo de *procurement* centralizado e formalizada a direção técnica de apoio à operação das empresas. Ao nível da comunicação, foi lançada no 3º trimestre de 2020, a maior campanha de comunicação do GRUPO EGF, “o Futuro do Planeta não é reciclável”, focada na promoção da separação dos resíduos como um movimento global, com impacto no setor e na generalidade da população.

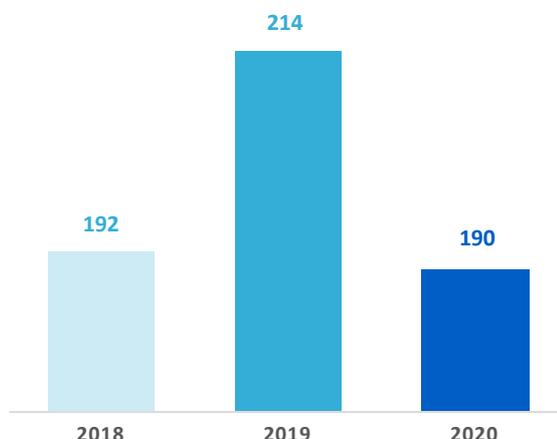
Por último, a implementação de todas estas ações foi, contudo, um forte desafio para a gestão das empresas, que se manterá em 2021, face (i) aos fortes constrangimentos económicos e financeiros decorrentes da decisão regulatória da ERSAR para o período regulatório de 2019-2021, (ii) à complexidade crescente da aplicação do modelo regulatório; (iii) à situação de pandemia existente; (iv) à instabilidade do SIGRE, atenta a atuação das entidades gestoras; e (v) à gestão das concessões e às futuras metas ambientais.

## ÁFRICA

**VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**  
ÁFRICA (milhões de euros)



**EBITDA**  
ÁFRICA (milhões de euros)



Em África, como resultado da pandemia, e tal como explicitado com maior detalhe ao longo deste documento, verificaram-se igualmente impactos negativos decorrentes das medidas decretadas pelas Autoridades locais, bem como das decisões adotadas por alguns clientes, as quais conduziram a interrupções na maioria dos projetos desenvolvidos em Angola e no Uganda, tendo ocorrido igualmente algumas interrupções em Moçambique. Por outro lado, nos restantes mercados da região, assistiu-se a uma redução da produção fruto, nomeadamente, de algumas limitações logísticas impostas que dificultaram a movimentação de pessoas, mercadorias e equipamentos.

Desta forma, no ano de 2020, assistiu-se a uma contração de 24% no volume de negócios em África, face a 2019, tendo este atingido os 761 milhões de euros. Neste capítulo, há que destacar que os mercados tradicionais da região foram atingidos de forma diferenciada (Angola – contração de 35%, Moçambique – contração de 22% e Malawi – contração de 41%).

No que respeita à rentabilidade operacional, o EBITDA de África em 2020 ascendeu a 190 milhões de euros, uma contração de 11% face a 2019, tendo a margem EBITDA contudo crescido para os 25% (21% em 2019), fruto da redução do volume de negócios, da redução dos custos de estrutura, do encerramento de alguns mercados deficitários e da conclusão de alguns projetos com margem reduzida.

### Angola

No ano de 2020, a economia angolana registou uma contração de 4% (0,3% em 2019) com uma inflação de 21% (17,2% em 2019).

O ano de 2020 foi particularmente desafiante para a economia angolana. A crise provocada pela pandemia Covid-19 arrastou o preço do petróleo (maior fonte de rendimento do país) para os valores mais baixos de sempre. No início do segundo trimestre de 2020, assistiu-se a um recuo gigantesco e sem precedentes, com o preço de alguns contratos futuros de crude nos Estados Unidos a cair para -37,63 dólares por barril. Um colapso na procura de petróleo devido à paralisação provocada pela pandemia conjugada com uma guerra de preços entre os maiores produtores mundiais que inundaram o mercado e unidades de armazenamento próximas da sua capacidade máxima contribuíram de forma decisiva para aquele preço sem precedentes. Para compensar a perda de receitas após a queda dos preços do petróleo, o Governo Angolano tem financiado o défice com recurso a dívida externa.

É, no entanto, expectável que os cortes na produção doméstica de petróleo ocorridos em 2020 aliados à redefinição estratégica da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e ao aumento do consumo de petróleo em 2021, façam com que este setor retome o crescimento. Adicionalmente, espera-se que com a consolidação da reforma do sistema bancário, com a retoma dos estímulos ao setor privado e com a diversificação da economia o país regresse igualmente ao crescimento. Por outro lado, políticas fiscais e monetárias mais restritivas e a eliminação gradual dos estrangulamentos à produção, sustentarão os objetivos do Banco Nacional de Angola em reduzir a inflação para um dígito, no médio prazo.

Presente em Angola desde 1946 (ano em que a MOTA & COMPANHIA foi fundada), o GRUPO enfrentou em 2020 um dos anos mais desafiantes. O impacto da pandemia e da queda do preço do petróleo e consequente contração económica aliada à contínua reorganização das instituições públicas e a implementação de reformas e processos estruturantes conduziram a atrasos no arranque de algumas obras públicas relevantes. No entanto, estes riscos foram em grande medida mitigados pela antecipação estratégica consubstanciada na angariação de contratos com perfil determinante para o desenvolvimento do país (hospitais, construção e reabilitação das vias de comunicação, recolha de resíduos, entre outros), estruturados do ponto de vista da cobertura de financiamento e de oscilações cambiais do kwanza. Adicionalmente, a atividade do GRUPO já incorporava nas suas boas práticas os padrões mais exigentes e modernos ao nível da higiene e segurança no trabalho, pelo que a reação e a adaptação ao “novo normal” trazido pela pandemia foi bastante célere, o que permitiu proteger as pessoas, mas também as margens e a continuidade operacionais.

Assim, em termos de atividade operacional em 2020, há que destacar os trabalhos desenvolvidos na requalificação da Base Naval do Soyo, a construção do Hospital Geral de Cabinda e do Instituto Hematológico Pediátrico de Luanda, a reabilitação do Hotel do Eixo Viário (inaugurado no final de 2020), a angariação e o arranque do projeto de reabilitação da Estrada Nacional 230, troço Malange- Saurimo, que faz parte de um dos principais eixos rodoviários do país, ligando a capital Luanda à cidade de Saurimo e ainda a recolha de resíduos na Província de Luanda.

Atendendo à qualidade e relevância da atual carteira de encomendas, bem como à melhoria expectável nas condições económicas e financeiras do país, prevê-se que 2021 venha a representar para o GRUPO mais um ano de consolidação da tendência de crescimento neste mercado.

### **Moçambique**

Em 2020, a economia moçambicana registou uma contração de 0,5% (crescimento de 1,8% em 2019) com uma inflação de 3,6% (5,6% em 2019).

A crise pandémica atingiu Moçambique num momento de grande debilidade da sua história económica, nomeadamente quando o país ainda se encontrava a recuperar de dois grandes choques: a crise da dívida oculta e os efeitos devastadores dos ciclones Idai e Kenneth em 2019. Adicionalmente, e também pela negativa, surgiram focos de instabilidade social resultantes da crescente atividade militar no norte da província de Cabo Delgado. Foram estes fatores essencialmente exógenos que deterioraram a balança comercial do país e consequentemente provocaram a desvalorização do metical nos últimos trimestres. No entanto, é expectável que a resolução das tensões no norte do país, o aumento do investimento estrangeiro e o aumento das exportações de gás conduzam a um crescimento económico e a uma apreciação gradual do metical no curto prazo.

Em 2020, o GRUPO arrancou com o primeiro contrato do projeto de Gás Natural Liquefeito (GNL) na província de Cabo Delgado. Para este projeto, o GRUPO associou-se numa parceria 50/50 com a BESIX, empresa belga especializada em trabalhos marítimos. Aquele projeto integra a construção de uma ponte cais e de uma plataforma de descarga de material e é um marco estratégico para o GRUPO uma vez que o coloca no centro do projeto de GNL em Moçambique, que irá trazer o país para o top 5 mundial da produção de gás.

Adicionalmente, em 2020, o GRUPO continuou envolvido em projetos estruturais no desenvolvimento do país, nomeadamente na manutenção de uma das principais fontes de divisas, através da operação de mineração de carvão em Moatize e da manutenção do Corredor de Nacala, e na melhoria das infraestruturas do país, através da reabilitação e expansão do porto de Maputo.

O desempenho do GRUPO em 2020 permite encarar o futuro com otimismo, dado que a estratégia implementada, a forte estrutura operacional e a posição estável no mercado moçambicano permitirão não só superar os desafios que se avizinham mas, principalmente, estar numa posição de destaque para aproveitar as oportunidades que irão certamente surgir.

### **Malawi**

No ano de 2020, a economia malawiana registou um crescimento de 0,6% (4,5% em 2019) com uma inflação de 9,3% (8,8% em 2019).

Em 2020, o percurso de três anos de crescimento económico do Malawi foi interrompido pela pandemia Covid-19. A extensão total do impacto negativo ainda é incerta, mas o impacto generalizado da crise ter-se-á sentido no quarto trimestre, com reduções na receita tributária acompanhadas de maiores gastos com a saúde e com a economia. Para além do impacto da pandemia, o ano de 2020 fica marcado pela repetição das eleições presidenciais após os tribunais terem anulado as eleições de 2019. No entanto, este impasse governativo foi ultrapassado no final do primeiro semestre e culminou na nomeação do Malawi, pela revista "The Economist", como o país do ano 2020, enaltecendo assim o esforço que tem sido feito no seu desenvolvimento.

O GRUPO está presente no Malawi desde 1990 e tem desenvolvido alguns dos maiores projetos de engenharia e construção do país. Como prestador de serviços essenciais para o desenvolvimento do país, e apesar da instabilidade política e sanitária que marcaram 2020, o GRUPO conseguiu adaptar-se e manter a produção durante todo o ano. Neste âmbito, destaca-se a construção e reabilitação de algumas vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias, bem como a reabilitação e o aumento de capacidade da barragem de Kamuzu, projeto essencial para o desenvolvimento energético do país.

Para o ano de 2021, estima-se um desempenho estável no Malawi, sustentado pela carteira de encomendas já contratada, sendo expectável que a crescente atenção das instituições internacionais ao país possa retomar e acelerar o crescimento já a partir do próximo ano.

### Costa do Marfim

No ano de 2020, a economia da Costa do Marfim registou um crescimento de 1,8% (7,5% em 2019) com uma inflação de 1,2% (1,0% em 2019).

Em 2020, realizaram-se eleições presidenciais no país que conduziram à reeleição do presidente em funções. A natural incerteza dos períodos pré e pós-eleições, em paralelo com um período de pandemia, condicionou o normal desenvolvimento das atividades económicas em particular no segundo e terceiro trimestres do ano. No entanto, o preço da principal matéria-prima para exportação, o cacau, manteve-se, o que significou que as exportações líquidas tiveram uma contribuição positiva para o crescimento do país. Paralelamente, o governo manteve o empenho em criar melhorias substanciais nas infraestruturas para receber em 2023 a organização do Campeonato Africano das Nações (CAN), esperando-se que este evento impulse o turismo no país, bem como o emprego.

Presente na Costa do Marfim desde 2017, em 2020 o GRUPO continuou a executar o seu principal projeto de engenharia e construção no país relacionado com a preparação das infraestruturas para o CAN 2023. Assim, durante 2020, o GRUPO deu seguimento aos trabalhos de ampliação e reabilitação do Estádio de Bouaké tendo-lhe sido ainda adjudicados os contratos de ampliação e reabilitação do Estádio Félix Houphouët-Boigny, em Abidjan e a construção de um mercado municipal na cidade de Bouaké.

Relativamente às empresas de ambiente e serviços detidas pelo GRUPO na Costa do Marfim, ECOEBURNIE e CLEANEBURNIE, as mesmas tiveram em 2020 um papel essencial na manutenção dos níveis sanitários da cidade de Abidjan. As operações de recolha e aterro de resíduos, de varredura e de limpeza de valetas foram desenvolvidas de forma ininterrupta durante todo o ano o que permitiu, mesmo atravessando um período de pandemia, melhorar os níveis de performance atingindo médias mensais de 71,1 milhares de toneladas na recolha e 3,1 milhares de quilómetros de varredura.

Por último, tendo em consideração um ano tão desafiante como 2020, a estabilização das operações em curso e o conhecimento cada vez mais profundo do mercado, fazem antever a existência de condições ideais para potenciar a presença na Costa do Marfim e dinamizar a sua atividade no futuro.

### Guiné

No ano de 2020, a economia da Guiné registou um crescimento de 1,4% (5,9% em 2019) com uma inflação de 9,1% (8,9% em 2019).

Na Guiné, em plena crise pandémica, realizaram-se no final de outubro eleições presidenciais que resultaram na reeleição do presidente em funções. As medidas colocadas em prática para combater a disseminação da pandemia Covid-19 tiveram um impacto negativo sobre os gastos do consumidor e sobre o investimento privado, podendo potencialmente desacelerar o crescimento do setor de mineração.

No entanto, as operações do GRUPO na Guiné foram de certa forma alheias a estes desenvolvimentos, não só pela importância que o setor mineiro empresta à geração de divisas para o país, mas também pela enorme resiliência demonstrada pelo GRUPO no terreno, garantindo a continuidade das operações. Assim, o GRUPO prosseguiu a sua operação de mineração em Siguiri e, mesmo num ambiente altamente restritivo e desafiante, conseguiu arrancar com as operações, no decorrer do segundo semestre, de um novo projeto de mineração relevante na província de Mandiana.

Relativamente ao futuro, existe uma perspetiva de crescimento robusto de longo prazo no país, sustentado pelo aumento do investimento e da produção na indústria de mineração. O potencial do depósito de ferro de Simandou, considerado a maior reserva inexplorada de ferro de alto teor do mundo, representa uma elevada oportunidade a médio-longo prazo. Assim, o GRUPO continua a desenvolver diversas iniciativas comerciais por forma a potenciar a presença no país, tanto na área de mineração como diversificando a sua presença para a recolha e tratamento de resíduos urbanos e para a construção civil e de infraestruturas.

## Ruanda

No ano de 2020, a economia do Ruanda registou um crescimento de 2% (7,8% em 2019) com uma inflação de 6,9% (3,5% em 2019).

A resposta eficaz do país na contenção da pandemia Covid-19 fortaleceu o apoio ao governo, tanto no país como no exterior, garantindo que o Ruanda continue a ser um dos países politicamente mais estáveis da região. É assim expectável que a economia do Ruanda seja uma das mais ágeis a recuperar, visto que o país suspendeu a maioria das medidas de bloqueio económico e já se encontra a aplicar políticas fiscais e monetárias de estímulo à procura interna, ao mesmo tempo que aguarda a subida dos preços das *commodities* para impulsionar as exportações.

O principal projeto do GRUPO no Ruanda, o New Bugesera International Airport (NBIA), conheceu no decorrer de 2020 desenvolvimentos muito relevantes, com a entrada de um novo parceiro estratégico no capital social da concessionária, a BUGESERA AIRPORT COMPANY, o que levou a uma redefinição do projeto, em valor e dimensão. A participação relevante do novo parceiro estratégico deverá catapultar este projeto para uma nova dimensão, no sentido de tornar este aeroporto como o novo *hub* aéreo de África, não só pela sua representatividade em termos de dimensão mas também pelo seu potencial de operacionalidade.

Para o ano de 2021, estima-se um crescimento da presença do GRUPO neste país, não só pelo desenvolvimento do projeto acima referido, que é um dos mais relevantes do GRUPO, como pela eventual angariação de novos projetos resultantes do esforço comercial que tem vindo a ser empreendido.

## Uganda

No ano de 2020, a economia do Uganda registou uma contração de 0,3% (crescimento de 6,2% em 2019) com uma inflação de 4,2% (3,2% em 2019). Por outro lado, em 31 de dezembro de 2020, a taxa de juro de referência no mercado atingiu os 17,0% (15,8% em 31 de dezembro de 2019).

A economia do Uganda encontra-se atualmente em recuperação após ter caído no primeiro semestre de 2020 fruto, entre outros, do impacto negativo da pandemia Covid-19. No entanto, prevê-se um crescimento em 2021, com a procura externa a aumentar conjuntamente com a recuperação dos principais parceiros comerciais, enquanto que a remoção das medidas destinadas a conter a disseminação da pandemia impulsionará a atividade económica. As medidas do Banco Central para aliviar a pressão sobre as empresas também deverão ser um importante vetor da recuperação.

Em 2020, o GRUPO concluiu a reabilitação da estrada Ishaka-Katunguru e prosseguiu os trabalhos de alargamento da autoestrada Northern Bypass, localizada em torno da capital Kampala, e do projeto NERAMP (North East Road Asset Management).

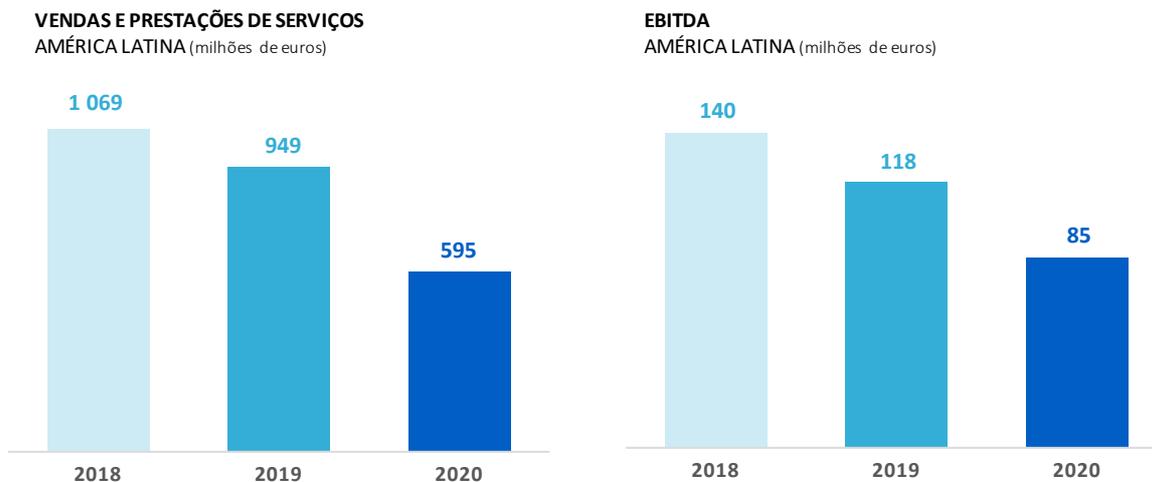
Deste modo, relativamente a 2021, sustentado pela carteira de encomendas já angariada, estima-se um volume de negócios em linha com o alcançado em 2020.

**Outros mercados**

Até à data de emissão do presente relatório, o GRUPO tinha contratos adjudicados e ainda não iniciados, ou numa fase muito embrionária de execução, em alguns mercados novos em África, prosseguindo assim a estratégia de diversificação geográfica e de áreas de negócio. Destes, destaca-se um novo projeto de mineração na África do Sul, a construção de novas vias de comunicação rodoviária no Gana e no Quênia e uma nova ligação ferroviária entre a Nigéria e o Níger, a qual representa o maior contrato angariado pelo GRUPO em toda a sua existência (1.820 milhões de dólares).

Face ao acima descrito, os quatro contratos acima indicados testemunham o enorme trabalho que o GRUPO tem vindo a desenvolver na Região e o inquestionável reconhecimento e voto de confiança na MOTA-ENGIL por parte dos governos e clientes privados, que, mesmo num ano invariavelmente marcado por uma pandemia, que quase paralisou o mundo, não deixaram de adjudicar ao GRUPO um conjunto de contratos cujos valores globais ascenderam a cerca de 2,3 mil milhões de euros.

## AMÉRICA LATINA



Na América Latina, a região do GRUPO mais afetada pela pandemia, e tal como explicitado com maior detalhe ao longo deste documento, verificaram-se também impactos negativos relevantes decorrentes das medidas decretadas pelas Autoridades locais e das decisões adotadas por alguns clientes, com especial impacto no Peru e no México, que conduziram à interrupção / suspensão de alguns projetos. Nesta região, o mercado que sentiu mais precocemente os efeitos deste enquadramento foi precisamente o Peru, com o decretar do Estado de Emergência e do Recolher Obrigatório Parcial.

Deste modo, tendo em consideração o enquadramento atrás referido, o volume de negócios na América Latina em 2020 atingiu os 595 milhões de euros, uma contração de 37% face a 2019, tendo os mercados do México e do Peru sido aqueles que mais contribuíram para aquele desempenho (contrações de 25% e 46%, respetivamente).

Adicionalmente, em 2020, o México contribuiu com 53% do volume de negócios da região (45% em 2019).

No que respeita à rentabilidade operacional, o EBITDA da América Latina em 2020 contraiu 28% face a 2019, atingindo os 85 milhões de euros, tendo sido influenciado, essencialmente, pela performance menos positiva do mercado brasileiro, do mercado peruano e dos pequenos mercados da região (Aruba, Dominicana e Paraguai).

### México

No ano de 2020 a economia mexicana registou uma contração de 9% (crescimento de 0,4% em 2019), com uma inflação anual de 3,4% (3,8% em 2019). Por outro lado, em 31 de dezembro de 2020, a taxa de juro de referência no mercado atingiu os 5,3% (6,9% em 31 de dezembro de 2019).

Em 2020, o impacto causado pela pandemia na atividade económica no México foi bastante relevante. A magnitude e características daquele impacto podem definir-se por: (i) um primeiro efeito no final do primeiro trimestre de 2020, derivado do encerramento e condicionamento de fronteiras e do cancelamento de voos a nível mundial, o que impactou sobretudo as atividades turísticas; (ii) a decisão de suspender todas as atividades consideradas como não essenciais, o que levou a que a atividade económica no país tenha desacelerado significativamente, tendo esta decisão afetado inevitavelmente vários setores transformadores e de serviços que tiveram de encerrar. Esta fase manifestou-se predominantemente entre os meses de abril e junho, e em alguns setores até ao final do ano. No entanto, é importante referir que no início de junho alguns setores importantes como o mineiro, a construção e a indústria automóvel e aeroespacial passaram a ser considerados como atividades essenciais, tendo, contudo, a reabertura destes setores sido relativamente limitada no início, derivado dos ajustes e preparativos logísticos para garantir condições apropriadas nos locais de trabalho. (iii) no final de julho, iniciou-se o processo de reabertura gradual, embora mais lento do que se tinha previsto, através da emissão pelo governo mexicano de um conjunto de medidas focadas em apoios sociais e em apoios a pequenas e médias empresas, sem ter definido contudo apoios concertados para a globalidade da economia, nomeadamente ao nível fiscal e bancário.

Face ao acima exposto, o setor da construção foi particularmente impactado pela pandemia, estando limitado em termos da capacidade de execução, e por outro lado por menores níveis de investimento público e privado. Ao nível do investimento público, houve uma redução da despesa pública em infraestruturas no início do ano de 2020, refletido sobretudo no atraso do arranque dos projectos incluídos no Acuerdo Nacional de Infraestructura. Ao nível do investimento privado, sentiu-se em muitos setores, sobretudo no setor da construção, uma aversão ao risco por parte dos investidores privados. Não obstante, para 2021, o Governo Federal estima encetar um plano de investimentos em infraestruturas no valor de 9.200 milhões de euros através de 29 obras com um início esperado até ao final do primeiro semestre de 2021.

Em 2020, a MOTA-ENGIL MÉXICO foi sobretudo afetada no primeiro semestre do ano pelo atraso e limitação na execução dos seus projetos de construção. Não obstante, o GRUPO demonstrou uma forte resiliência e conseguiu já no segundo semestre recuperar parte daquele atraso. Adicionalmente, e já desde o final do primeiro semestre, a MOTA-ENGIL MÉXICO conseguiu a adjudicação de um importante conjunto de novos projetos, dos quais se destacam: Tren Maya – Tramo 1 Palenque-Escárcega (infraestrutura ferroviária de 227 km, que abarca três estados: Chiapas, Tabasco e Campeche); Parque Urbano Aztlán (construção e operação do parque, no modelo BOT, i.e., *build, operate and transfer*) e a Autopista Tultepec-Pirâmides (desenho, construção, operação, manutenção, conservação e exploração de uma autoestrada de 27.1 km).

Por outro lado, é ainda relevante mencionar que em 2020 a empresa manteve o enfoque na rotação e monetização de alguns ativos, nomeadamente: (i) na alienação de 50% da sua participação acionista na APP COATZACOALCOS VILLAHERMOSA à Certificados Bursátiles Fiduciarios de Proyectos de Inversión (CERPI); e (ii) a alienação de 100% da GISA.

Para 2021, a MOTA-ENGIL MÉXICO estima uma forte recuperação na sua atividade alicerçada na forte carteira de encomendas angariada. Paralelamente, a MOTA-ENGIL MÉXICO irá continuar a participar em concursos com o objetivo de ganhar alguns projectos relevantes que serão lançados no presente ano.

Relativamente à área de negócio da energia, em particular no segmento da geração, na qual o GRUPO opera no México através da GENERADORA FÉNIX, o ano de 2020 foi caracterizado por: (i) uma geração de energia superior a 700 GWh (negativamente impactada por níveis de pluviosidade abaixo do normal para o ano); (ii) a venda da maioria dos certificados de energia limpa (CEL) produzidos em 2020 sobretudo através de contratos de longo prazo; e (iii) a concretização do plano de melhoria dos ativos existentes. Adicionalmente, em 2020, a GENERADORA FÉNIX continuou a construção do projeto Jorge Luque, uma central de ciclo combinado de 110 MW, a qual será desenvolvida em duas etapas e que terá até final de 2021 uma capacidade instalada de até 37 MW disponível para operação. Por outro lado, no segmento de comercialização de energia, cuja actividade é desenvolvida através da SUMINISTRADORA FÉNIX, o ano de 2020 foi caracterizado pela expansão da carteira de clientes para compra e venda de produtos (energia, potência e certificados de energia limpa), quer em número, quer em volume de energia transaccionada, a qual ultrapassou os 1.000 GWh/ano.

Relativamente à área de negócio do turismo, destaca-se a continuidade do desenvolvimento do projeto de construção do empreendimento Costa Canuva, localizado na Riviera Nayarit, que conta com 267 hectares de terreno para a construção de 7 hotéis com 1.150 quartos, 30 lotes de condomínios com capacidade para 1.290 unidades, 450 lotes unifamiliares de 550m<sup>2</sup>, uma marina com 260 escorregadores, um campo de golfe de 18 buracos projetado por Lorena Ochoa e Greg Norman entre outras atividades turísticas. Para 2021, está previsto o início da construção do primeiro hotel do empreendimento, bem como a continuação da construção das diferentes infraestruturas comuns. Neste setor, considerando a fase atual de desenvolvimento do projeto, não se sentiram impactos relevantes resultantes da pandemia.

## Peru

No ano de 2020 a economia peruana registou uma contração de 13,9% (crescimento de 2,6% em 2019), com uma inflação de 1,8% (2,2% em 2019). Por outro lado, em 31 de dezembro de 2020, a taxa de juro de referência no mercado atingiu os 3,5% (4,2% em 31 de dezembro de 2019).

O impacto causado pela pandemia Covid-19 na atividade económica e as restrições sociais no Peru foram talvez das mais relevantes na América Latina no ano de 2020. Deste modo, a quarentena obrigatória nacional por um período superior a 100 dias levou a uma interrupção quase total da atividade económica. No entanto, já no final do primeiro semestre, o Governo publicou um “Decreto Supremo” que oficializou a retoma das atividades económicas de maneira gradual e progressiva contemplando 4 fases de reativação: (i) retoma das atividades no setor mineiro, na indústria, na construção (projetos relacionados com o Plano Nacional de Infraestrutura), nos serviços, no consumo e no comércio; (ii) a partir de junho, retoma das atividades nos setores da agricultura e mineiro (na exploração da grande e média mineração); (iii) a partir do início de julho, retoma das atividades de energia e minas, construção (projetos de construção em geral), manufatura, e outros; e (iv) em outubro, reativação dos voos internacionais, transporte de passageiros por ferrovia e marítima, agências de viagens e operadores turísticos, entre outras atividades, sempre com capacidade limitada.

Paralelamente, o Governo desenvolveu um ambicioso programa global de compensação económica e de auxílio com o fim de proteger a população mais vulnerável e apoiar as empresas, tendo o mesmo incluído transferências em dinheiro, adiamento de pagamento de impostos e atribuição de garantias de crédito para o setor privado. À parte deste ambicioso programa, foram tomadas também outras medidas dirigidas à geração e recuperação de um milhão de empregos e também se acelerou a execução de diversas obras de infraestrutura.

Contudo, para além do impacto gerado pela pandemia, gerou-se no final do ano uma crise política profunda no país.

Em 2020, o setor da construção no Peru foi particularmente impactado pelos efeitos provocados pela pandemia Covid-19, numa primeira instância pela paralisação total das obras durante os primeiros meses do ano, e, numa segunda fase, pela forte demora no processo de retoma das mesmas. No entanto, o setor tem vindo a recuperar de forma relativamente rápida, prevendo-se que a recuperação continue, sobretudo impulsionada pela execução de obras privadas e pelos programas de estímulo ao investimento público, como o “Arranca Perú” e o “la Reconstrucción con Cambios”.

Deste modo, em 2020, face ao acima descrito, a MOTA-ENGIL PERU viu-se sobretudo afetada no primeiro semestre do ano pelo atraso e limitação na execução dos seus projetos de construção. Não obstante, o GRUPO demonstrou uma forte resiliência e conseguiu já no segundo semestre recuperar uma parte do atraso causado pela pandemia. Adicionalmente, e já desde o final do primeiro semestre, a MOTA-ENGIL PERU conseguiu a adjudicação de um importante conjunto de novos projetos, dos quais se destacam: o Hospital Regional de Huaraz (estudo e construção), a construção do Dique Corredor Antamina (construção de infraestruturas de captação, tratamento e distribuição de água) e a Conservación Vial n° 8.

Para 2021, a MOTA-ENGIL PERU estima uma forte recuperação da sua atividade suportada na carteira de encomendas angariada, que inclui, entre outros os seguintes projetos: Etapa 5 - Presa De Relaves, Puente Nanay, Dique Corredor, bem como os três últimos referidos no parágrafo anterior.

## Brasil

No ano de 2020 a economia brasileira registou uma contração de 5,8% (crescimento de 0,9% em 2019), com uma inflação de 2,7% (3,8% em 2019). Por outro lado, em 31 de dezembro de 2020, a taxa de juro de referência no mercado atingiu os 7,0% (6,8% em 31 de dezembro de 2019).

Em 2020, o impacto causado pela pandemia Covid-19 na atividade económica e na sociedade brasileira foi muito significativo. As primeiras medidas de controlo pandémico no seguimento dos impactos causados pelo novo coronavírus iniciaram-se em março a nível federal e focaram-se sobretudo na suspensão de eventos, serviços de atendimento público e aulas presenciais, flexibilização do mercado laboral e medidas de isolamento e distanciamento social. Não obstante, fruto do desacordo entre o Governo Federal e os Governos Estaduais na aplicação e na profundidade das medidas decretadas, gerou-se bastante incerteza sobretudo no que diz respeito à atividade económica. Paralelamente, e de forma a auxiliar as famílias mais carenciadas e as pequenas e média empresas, o Congresso aprovou um programa de assistência monetária que beneficiou diretamente as famílias de maneira imediata, tendo o Governo Federal implementado diversos apoios à concessão de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (PRONAMPE).

Em 2020, o setor da construção no Brasil foi particularmente impactado pela pandemia, sendo apenas considerado como um setor essencial (e passível de retomar a sua atividade) no final do primeiro semestre, o que impactou na capacidade de execução de projetos de muitas empresas. A reativação do setor obrigou a uma reorganização da operação e da produção nos diferentes projetos (por questões de turnos, cumprimento de medidas sanitárias adicionais, etc.), o que naturalmente se refletiu no volume e nas margens esperadas. Não obstante, para 2021, é esperada a apresentação de diferentes programas de apoio à economia, sobretudo a nível estadual, nos quais se espera um relevante enfoque no setor das infraestruturas.

Deste modo, em 2020, a ECB viu-se afetada na possibilidade de execução de algumas das suas obras, assim como teve algumas dificuldades na adaptação às medidas sanitárias uma vez que as mesmas foram assimétricas entre cada projeto, cada cliente e cada Estado.

Para 2021, a ECB estima uma recuperação da sua atividade baseada na carteira de encomendas existente, que inclui, entre outros, os seguintes projetos: UO - Rio Lote B, UO - Rio Lote A, Duplicação BR-381 - Lote 3.1, BR 101/BA, Plataformas UO-RJ - Lote A. Adicionalmente, a ECB procurará nos planos de infraestrutura estaduais oportunidades para expandir a sua atividade, assim como junto de clientes privados, apoiando os mesmos no desenvolvimento dos seus projetos estratégicos.

Relativamente à área de negócio de Ambiente e Serviços, na qual o GRUPO opera no Brasil através da SUMA BRASIL, registou-se um ano sem impactos adversos relevantes e com a execução da forte carteira de encomendas angariada, consubstanciada nos contratos de limpeza urbana localizados em Brasília.

## Colômbia

No ano de 2020 a economia colombiana registou uma contração de 8,2% (crescimento de 3,4% em 2019), com uma inflação de 2,4% (3,6% em 2019). Por outro lado, em 31 de dezembro de 2020, a taxa de juro de referência no mercado atingiu os 4,8% (6,1% em 31 de dezembro de 2019).

No ano de 2020, a economia colombiana interrompeu a recuperação registada em 2019, fruto, essencialmente, do impacto causado pela pandemia Covid-19, que entre outras medidas de confinamento originou uma quarentena obrigatória de longa duração. Não obstante, no princípio de maio, teve início o plano de abertura de alguns setores da economia, como o setor da construção, numa tentativa de reduzir os impactos económicos e sociais causados pelo novo coronavírus. Contudo, no final de maio, o Governo Colombiano teve de estender a quarentena obrigatória até final de agosto numa tentativa de controlar a dispersão do novo vírus. No entanto, no início de setembro, todo o país retomou as suas atividades, com algumas restrições, sendo de salientar ainda que no segundo semestre registaram-se alguns sinais de melhoria, visíveis especialmente no mercado de trabalho, que tinha registado uma enorme queda até agosto, com cerca de 2 milhões de postos de trabalho perdidos.

Paralelamente, o Governo apresentou no final de julho de 2020 um plano para reativar a economia no período de 2021-2024 num montante que ascendeu a 8,3 mil milhões de euros. Deste montante, 5,6 mil milhões de euros, serão destinados, em 2021, ao reforço de programas existentes em matéria de educação, inclusão social, saúde, trabalho e habitação. No que toca ao investimento, executar-se-ão 2,6 mil milhões de euros adicionais ao plano de investimento atual, com o fim de impulsionar projetos relacionados com o tratamento de águas e saneamento, transportes e edificações (residenciais e não residenciais).

Em 2020, o setor da construção na Colômbia, inicialmente muito impactado pelas medidas de combate à pandemia, mostrou a partir do segundo semestre uma ligeira recuperação muito alicerçada nos clientes privados, com o objetivo de avançar rapidamente com as obras contratadas, após as restrições pesadas na execução das mesmas.

Deste modo, em 2020, face ao acima descrito, a MOTA-ENGIL COLÔMBIA teve um desempenho abaixo do expectável, contudo ao nível de todas as empresas do setor. As restrições impostas pelo Governo dificultaram a execução dos projetos em curso, o início de projetos em carteira (como Cambao Manizales ou o projeto hidroelétrico de Talasa), bem como a capacidade de participar em licitações públicas e privadas.

Para 2021, a MOTA-ENGIL COLÔMBIA espera uma forte recuperação da sua atividade, bem como a adjudicação de alguns projetos relevantes em fase de licitação.

## Outros países

Em 2020, fora dos 4 principais mercados de atuação do GRUPO MOTA-ENGIL na América Latina, é relevante mencionar: (i) a conclusão do projeto de construção da Watty Vos Boulevard, em Aruba; (ii) a conclusão do projeto de construção e reabilitação do Puerto de Caucedo, na República Dominicana, onde, até final de 2021, o GRUPO concluirá os trabalhos a realizar no projeto Cidade Juan Bosh; e (iii) o desenvolvimento de pequenos projetos no Aeroporto Internacional de Tocumen, no Panamá, aproveitando o encerramento do mesmo. Adicionalmente, no Panamá, o GRUPO iniciará em 2021 o projeto de extensão da Linha 1 do Metro na Cidade do Panamá.

Por último, o GRUPO continuará ativo na procura e análise de oportunidades relevantes de negócio na Região, sempre e quando cumpram com os seus objetivos de negócio.

## 1.3 Impactos e medidas implementadas pelo Grupo no combate à pandemia

---

Desde o início da pandemia, e mais concretamente a partir da segunda semana de março de 2020, o GRUPO encontra-se a monitorizar a evolução desta temática, numa primeira fase numa base diária e atualmente com uma frequência inferior, cumprindo e difundindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde e das Autoridades locais e a atuar no sentido de minimizar os efeitos decorrentes daquele vírus nos seus colaboradores, nas comunidades onde se insere e no seu património.

Especificamente, para dar uma resposta coordenada e organizada à presente crise, o GRUPO criou um comité permanente de acompanhamento (“Comité Covid”) consubstanciado numa rede de apoio com várias valências, a qual inclui os responsáveis dos mercados e uma equipa central dedicada. Aquela rede é centralmente coordenada pela Comissão Executiva, a qual, numa primeira fase, reunia pelo menos bissemanalmente, e que tem vindo a tomar conhecimento dos pontos de situação quanto ao impacto daquela crise: (1) nas pessoas, (2) na atividade corrente (nas vertentes económica e financeira), (3) no plano de negócios para 2020 e (4) na estratégia de médio prazo.

Quanto ao impacto nas pessoas, as primeiras decisões tomadas anteciparam-se mesmo às restrições decretadas pelas diversas Autoridades locais e materializaram-se na definição de planos de contingência para aplicar em todos os locais onde o GRUPO operava, quer fossem nos diversos escritórios centrais, quer fossem nos estaleiros, frentes de obra, unidades industriais, etc.. De forma generalizada, o GRUPO implementou o teletrabalho para todas as funções em que tal se demonstrou viável e nas operações implementou medidas reforçadas de segurança e higiene reforçando os meios de proteção individual e monitorizando o cumprimento daquelas medidas por todas as pessoas, quer fossem colaboradores de empresas do GRUPO, quer fossem de subempreiteiros, fornecedores, clientes, fiscalizações, etc.. Adicionalmente, em relação aos colaboradores expatriados, o GRUPO assegurou um reforço da sua segurança ao contratar uma empresa de “global rescue” com capacidade de apoio tanto em termos de acesso a cuidados de saúde locais como quanto às eventuais viagens de regresso ao respetivo país de origem.

Quanto ao impacto na atividade corrente, fruto dos constrangimentos e das medidas adotadas pelo GRUPO, explicitadas nos capítulos anteriores deste documento, assistiu-se a uma redução do volume de negócios em 2020 face a 2019, sendo provável que ainda possam surgir alguns novos impactos, nomeadamente pelo replaneamento da produção em alguns mercados enquanto os focos de contágio e de propagação do vírus não se encontrem neutralizados ou as respetivas populações não se encontrarem vacinadas.

Por outro lado, de forma a assegurar a gestão da liquidez dos negócios, o GRUPO, nomeadamente em Portugal, acedeu ao regime de moratórias estabelecido pelo Estado / sistema financeiro Português, o qual lhe permitiu adiar cerca de 462 milhões de euros de reembolsos de capital e de juros. Paralelamente, o GRUPO negociou e tem vindo a negociar linhas adicionais de liquidez com os bancos portugueses (linhas COVID – no montante de cerca de 23 milhões de euros) e com os bancos locais nos principais países onde opera em África e na América Latina. De igual modo, e tendo em consideração o objetivo acima descrito, o GRUPO acelerou um conjunto de medidas de eficiência que já se encontravam em curso e procedeu ao adiamento de algum investimento previsto para 2020.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2020, o reembolso da dívida bruta com vencimento a 1 ano, encontra-se totalmente assegurado através das disponibilidades existentes, através das linhas de crédito disponíveis e não utilizadas, e/ou através das operações já refinanciadas ou em vias de refinanciamento após 31 de dezembro de 2020.

Quanto ao impacto no cumprimento do plano de negócios para 2020 e anos seguintes, o GRUPO tem vindo a monitorizar periodicamente a evolução do mesmo, bem como a encetar algumas ações mitigadoras de forma a minimizar os desvios entretanto verificados.

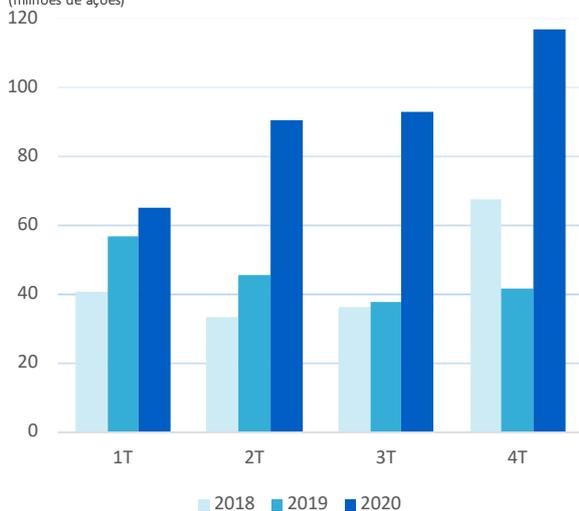
Por fim, quanto ao impacto na estratégia de médio prazo, o GRUPO procedeu a uma reflexão sobre o “novo normal” através de uma metodologia baseada em 5 passos: (1) avaliação e compreensão da situação em todas as suas vertentes e em todos os negócios / empresas; (2) reforço da capacidade de resistência, assegurando a proteção dos seus ativos; (3) planeamento caso a caso da necessária retoma; (4) simulação de novos cenários para o futuro; e (5) adaptação da organização para o novo ambiente regulatório e concorrencial (o “novo normal”). No seguimento daquela reflexão, novos planos de ação têm vindo a ser elaborados com impacto positivo expectável na performance futura do GRUPO. Ainda a este respeito, há que salientar durante o ano de 2020 a resiliência comercial evidenciada pelo GRUPO que, num período conturbado, mesmo assim conseguiu reforçar a sua carteira de encomendas para um nível recorde, o que lhe permite encarar o futuro com um otimismo moderado.

## 1.4 Mota-Engil na bolsa

A evolução da *performance* da cotação da ação MOTA-ENGIL em 2020 pode ser analisada nos gráficos seguintes:

**QUANTIDADE DE AÇÕES TRANSACIONADAS POR TRIMESTRE**

(milhões de ações)



**EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE DA AÇÃO 2020**



Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da MOTA-ENGIL era composto por 237.505.141 ações, com um valor nominal de um euro cada, estando todas as ações admitidas à cotação na Euronext Lisbon. Nessa mesma data, a MOTA-ENGIL detinha 6.091.581 ações próprias, correspondentes a 2,56% do seu capital social.

O ano de 2020 foi caracterizado pelas consequências sociais e económicas da pandemia Covid-19 e, também, pelo impacto desta na volatilidade e evolução dos mercados acionistas, o qual atingiu o seu mínimo do ano em março de 2020, tendo recuperado ao longo do mesmo, à medida que surgiram notícias sobre o elevado grau de eficácia das vacinas em desenvolvimento contra a Covid-19.

A cotação da ação MOTA-ENGIL em 31 de dezembro de 2020 era de 1,364 euros, correspondendo a uma capitalização bolsista de cerca de 324 milhões de euros. Durante o ano, a ação desvalorizou 27,16%, tendo atingido em maio a cotação mínima de 1,012 euros. Já a cotação máxima do ano de 1,916 euros foi atingida no final de agosto.

Os índices europeus em geral apresentaram também um desempenho negativo, nomeadamente o índice acionista português, PSI20, o qual apresentou uma desvalorização de 6,06% e o índice setorial de “Construção & Materiais” europeu, SXOP, o qual desvalorizou 3,88%.

Em 2020, foram transacionadas na Euronext Lisbon um total de 366 milhões de ações da MOTA-ENGIL, correspondendo a um volume médio diário de 1.422 mil ações, o que representa uma liquidez recorde da ação.

A Assembleia Geral Anual de Acionistas da MOTA-ENGIL decorreu no dia 18 de junho de 2020, tendo sido aprovados todos os pontos nela apreciados.

## 1.5 Atividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração

---

Durante o ano, os administradores não-executivos participaram regularmente nas reuniões do Conselho de Administração, sendo que discutiram as matérias em análise e manifestaram as suas opiniões relativamente a diretrizes estratégicas e a áreas de negócio específicas. Mantiveram, sempre que necessário, contacto com as equipas do Centro Corporativo e com o Centro de Serviços Partilhados, bem como com os gestores de negócio. Conforme descrito no relatório sobre as práticas de Governo Societário, alguns administradores não-executivos participaram nas reuniões e outras atividades das comissões societárias do GRUPO.

## 1.6 Proposta de aplicação de resultados

---

Face aos resultados negativos apresentados em 31 de dezembro de 2020 nas contas individuais da MOTA-ENGIL, não haverá lugar, em 2021, à distribuição de qualquer dividendo, sendo proposto que aqueles resultados negativos sejam transferidos para a rubrica de “Resultados transitados”.

## 1.7 Perspetivas para 2021

---

Considerando que o impacto do atual contexto pandémico se reduz ao longo do exercício, as perspetivas do GRUPO MOTA-ENGIL para 2021, são as seguintes:

1. Reforçar o foco na otimização, acelerando a utilização de processos transversais, e fomentando a digitalização nas atividades de suporte, mas também nas atividades operacionais nas diversas áreas de negócio e em todas as regiões;
2. Na Europa, acelerar o crescimento do volume de negócios com melhoria da rentabilidade nos negócios de engenharia e construção e manter a liderança na área de resíduos em Portugal;
3. Em África, implementar um ritmo crescente de execução do portfolio de novos projetos de grande dimensão e manter margens nos segmentos e países tradicionais nos negócios de engenharia e construção e procurar novos projetos na área de resíduos;
4. Na América Latina, retomar a velocidade de execução e procurar dar resposta aos novos desafios nos países onde o GRUPO opera;
5. Acelerar a otimização da estrutura de capitais na sequência da futura operação de aumento de capital e na geração de caixa dos projetos de grande dimensão a arrancar em todas as regiões durante o primeiro semestre do ano;
6. Limitar o investimento, por via de uma utilização otimizada dos ativos disponíveis e do recurso a soluções alternativas que evitem o aumento do ativo consolidado;
7. Carteira de encomendas acima dos 6.000 milhões de euros com base na atividade de construção e capacidade comercial e de execução em resposta aos ambiciosos planos públicos dos diversos países.

Salienta-se que estas perspetivas não correspondem a um compromisso quanto ao desempenho futuro do GRUPO, mas tão somente à melhor capacidade de previsão, nesta data, quanto à atividade das suas empresas. Assim sendo, o desempenho efetivamente alcançado em 2021 poderá diferir substancialmente destas previsões. Adicionalmente, o GRUPO MOTA-ENGIL não se compromete a fazer atualizações ou correções desta informação por alteração de qualquer fator endógeno ou exógeno que venha a alterar o desempenho do GRUPO.

## 1.8 Factos relevantes após o termo do exercício

---

Em 2021, até à data de emissão do presente relatório, destacamos os seguintes factos relevantes, os quais foram adequadamente divulgados como informação privilegiada nos sítios da MOTA-ENGIL e da CMVM:

### 4 de janeiro de 2021

“MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE A ADJUDICAÇÃO DE UM NOVO CONTRATO NO GANA NUM MONTANTE TOTAL DE 570 MILHÕES DE DÓLARES

A MOTA-ENGIL informa sobre a adjudicação de um novo contrato à sua subsidiária MOTA-ENGIL ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO ÁFRICA, SA, no Gana, no montante total de 570 milhões de dólares.

Os trabalhos agora adjudicados correspondem à conceção e construção (reabilitação e expansão) da Autoestrada Accra-Tema e extensões, num total de 27,7 Km, e decorrerão durante um período de 48 meses.”

### 11 de janeiro de 2021

“MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE ASSINATURA DE CONTRATO NA NIGÉRIA, NO MONTANTE DE 1.820 MILHÕES DE DÓLARES

A MOTA-ENGIL informa que a sua subsidiária para a região de África assinou um contrato conducente à execução do projeto, à construção e ao financiamento de uma infraestrutura ferroviária na República Federal da Nigéria e na República do Níger.

O contrato acima referido celebrado com o Ministério dos Transportes da Nigéria ascende a cerca de 1.820 milhões de Dólares Americanos e incluirá o projeto, o *procurement*, a construção, bem como o financiamento (EPC-F) da linha férrea com cerca de 284 km + 94 km, “Kano-Danbatta-Kazaure-Daura-Mashi-Katsina-Jibiya-Maradi (Niger Republic) with a branch line to Dutse”.

Durante os próximos meses, a MOTA-ENGIL irá, conjuntamente com o Governo da Nigéria e as entidades financiadoras, trabalhar na conclusão do ESIA (Environmental and Social Impact Assessment), nas necessárias expropriações, na mobilização inicial e na elaboração do projeto, com vista à sua conclusão e à aprovação final do financiamento por parte do Governo da Nigéria.

Aquele financiamento tem vindo a ser estruturado e negociado pelo KFW-IPEX BANK, Africa Finance Corporation e pelo Credit Suisse, como *Financial Advisors* da MOTA-ENGIL e *Mandated Lead Arrangers* para a transação, contará com o apoio de diversas ECA (Export Credit Agencies) internacionais e será tomado pela República da Nigéria.

Terminada aquela fase, arrancarão os trabalhos efetivos de construção da infraestrutura ferroviária que terão uma duração de 32 meses.”

### 01 de março de 2021

“MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE A ADJUDICAÇÃO DE UM NOVO CONTRATO NA POLÓNIA NUM MONTANTE TOTAL DE 150 MILHÕES DE EUROS

A MOTA-ENGIL informa sobre a adjudicação de um novo contrato à sua subsidiária na Polónia, MOTA-ENGIL CENTRAL EUROPE, SA, no montante total de 150 milhões de euros.

O projeto agora adjudicado compreende a conceção e construção (reabilitação e expansão) da Autoestrada S19 entre o nó de "Lubartów Północ" (incluindo o próprio nó) e o nó de "Lublin Rudnik" (excluindo este último nó), num total de 23 Km, e decorrerá durante um período de 36 meses.”

### ACORDO DE INVESTIMENTO COM A CCCC

Em 27 de novembro de 2020, a MOTA-ENGIL S.G.P.S., S.A. informou publicamente ter concluído com a CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION COMPANY, LTD. (CCCC), um acordo de investimento (Acordo) cujos aspectos essenciais tinham sido já objeto de divulgação ao mercado através do comunicado emitido em 27 de agosto de 2020. Uma das condições precedentes do Acordo, consoante então divulgado, consistia na confirmação por parte da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) de que o Acordo e as operações nele previstas não impunham à CCCC uma obrigação de lançamento de uma oferta pública de aquisição (OPA). Por outro lado, os estatutos da MOTA-ENGIL naquela data conferiam a um acionista, ou grupo de acionistas, detentores de pelo menos 30% do capital social, o direito de obstem à aprovação pela Assembleia Geral de deliberações sobre várias matérias, bem como o direito de designar 1/3 dos membros do órgão de administração, sendo certo que, quanto a um conjunto alargado de assuntos, a tomada de decisões, ao nível desse órgão, dependia da não oposição de pelo menos 1/3 dos administradores. Havendo o risco de que a situação descrita pudesse ser encarada como indo além do objetivo de proteger os acionistas minoritários, o que poderia sujeitar o futuro acionista CCCC ao dever de lançar uma OPA quando esta última se tornasse detentora de uma participação igual ou superior a 30% do capital social da MOTA-ENGIL, — o que, de resto, nunca chegaria a suceder, uma vez que o investimento por parte da CCCC estava justamente condicionado a que a CMVM confirmasse que a transação não gerava uma obrigação de OPA — o Conselho de Administração deliberou propor aos sócios uma alteração dos estatutos da SOCIEDADE, no sentido da redução daqueles direitos e afastar tal risco.

No seguimento do atrás descrito, no dia 24 de fevereiro de 2021, a CCCC requereu formalmente à CMVM a confirmação de que o Acordo e as operações nele previstas não impõem para a CCCC a obrigação de lançamento de uma OPA. Tal confirmação foi comunicada pela CMVM em 5 de março, na condição de que a alteração estatutária proposta pelo Conselho de Administração venha a ser aprovada em 19 de março.

Mais se informa que, uma vez verificadas todas as condições precedentes:

- a MOTA-ENGIL, no uso da autorização, entretanto já concedida pela Assembleia Geral, irá deliberar um aumento de capital de 100 milhões de novas ações, com respeito pelo direito de preferência dos acionistas, ao preço unitário de 1,50;
- a CCCC, por sua vez, obrigou-se a participar nesse aumento, exercendo os direitos inerentes às 55 milhões de ações que adquirirá à MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, S. A. (MGP), bem como os direitos de subscrição inerentes a outros 20,66% do atual capital, cedidos também pela MGP;
- a MGP, por último, também se vinculou a acorrer ao aumento de capital, subscrevendo um mínimo de 22.598.927 novas ações. Lembra-se que toda a operação (incluindo o aumento de capital) depende da verificação de várias condições precedentes, com relevo para a referida acima e para a obtenção de todas as autorizações e consentimentos por parte de entidades públicas que sejam legalmente exigíveis, nomeadamente por parte de autoridades da concorrência em qualquer jurisdição, o que já sucedeu relativamente à Autoridade da Concorrência do Brasil e da União Europeia.

Por outro lado, e ainda no âmbito da implementação do Acordo, nas Assembleias Gerais de Obrigacionistas a realizar em 23 de março de 2021, será colocada à consideração a atualização da cláusula de “Events of Default” de forma a que alteração da detenção por parte da MGP não venha a desencadear o reembolso antecipado das obrigações MOTA-ENGIL 2018 / 2021 e MOTA-ENGIL 2018 / 2023.

Finalmente, antes do termo da futura oferta pública de subscrição, será convocada uma reunião da Assembleia Geral para deliberar sobre a recomposição global do Conselho de Administração.

## 1.9 Nota final

---

Resta agradecer o empenhamento pessoal e profissional de todos os colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL, dos membros dos órgãos sociais, dos clientes e de todos quantos se relacionaram com as suas diversas empresas.

Porto, 15 de março de 2021

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota  
Presidente do Conselho de Administração

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins  
Vice-presidente do Conselho de Administração e  
Presidente da Comissão Executiva (*Chief Executive Officer*)

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo  
Vice-presidente não executivo do Conselho de Administração

Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho  
Vice-presidente não executivo e independente do  
Conselho de Administração

Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro  
Vogal não executivo e independente do  
Conselho de Administração

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier  
Vogal não-executivo e independente do  
Conselho de Administração

António Manuel da Silva Vila Cova  
Vogal não-executivo e independente do  
Conselho de Administração

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos  
Vogal do Conselho de Administração e  
Vice-presidente da Comissão Executiva

Eduardo João Frade Sobral Pimentel  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro  
Vogal não executivo do Conselho de Administração

Francisco Manuel Seixas da Costa  
Vogal não executivo e independente do  
Conselho de Administração

Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto  
Vogal não executivo e independente do  
Conselho de Administração

Ismael Antunes Hernandez Gaspar  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

João Pedro dos Santos Dinis Parreira  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva (*Chief Financial Officer*)

Luís Filipe Cardoso da Silva  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

Luís Valente de Oliveira  
Vogal não-executivo e independente do  
Conselho de Administração

Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos  
Vogal não executivo do Conselho de Administração

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles  
Vogal não executivo do Conselho de Administração

Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa  
Vogal não executivo do Conselho de Administração

# Produzir uma Nova Energia, Ligar o *Futuro.*

*Gerar energia limpa segura e eficiente, numa visão centrada na ação climática e na otimização de recursos por um Planeta com consciência e ação responsável.*

**Transformamos Mundos.**

MOTAENGIL



02

Relatório de Informação  
não-Financeira

# Índice

<b>PARTE I - INFORMAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS.....</b>	<b>48</b>
A. Introdução .....	48
B. Modelo empresarial.....	50
C. Principais fatores de risco .....	52
D. Políticas implementadas.....	64
I. Políticas ambientais .....	66
II. Políticas sociais e fiscais.....	72
III. Trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação.....	82
IV. Direitos humanos .....	101
V. Combate à corrupção e às tentativas de suborno .....	102
<b>PARTE II - INFORMAÇÃO SOBRE OS STANDARDS / DIRETRIZES SEGUIDOS.....</b>	<b>108</b>
1. Identificação de standards/diretrizes seguidos no reporte de informação não financeira .....	108
2. Identificação do âmbito e metodologia de cálculo dos indicadores .....	108
3. Explicação em caso de não aplicação de políticas .....	109
4. Outras informações .....	109

# I - INFORMAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS

## A. Introdução

1. Descrição da política geral da Sociedade quanto aos temas da sustentabilidade, com indicação das eventuais alterações face à anteriormente aprovada.
2. Descrição da metodologia e das razões para a sua adoção no reporte da informação não financeira, bem como quaisquer alterações que tenham ocorrido em relação a anos anteriores e as razões que as motivaram.

Consciente do papel fundamental que as empresas desempenham na concretização de uma agenda para a sustentabilidade, o GRUPO MOTA-ENGIL integra na sua visão e estratégia de desenvolvimento um compromisso firme com um modelo de gestão ética, social e ambientalmente responsável, capaz de promover a diferenciação e a excelência competitiva, por via de um clima interno favorável à aprendizagem e inovação, eficiência e melhoria contínua do nosso trabalho e desempenho.

A estratégia de sustentabilidade da MOTA-ENGIL decorre da sua missão, visão e valores:

### A nossa Missão

Criar valor acionista com respeito pela comunidade e pelo futuro, de uma forma socialmente responsável.

### A nossa Visão

Ser uma referência internacional dos setores nos quais exerce a sua atividade, alinhada com as melhores práticas do mercado ao nível da produtividade, com uma permanente inovação, assumindo assim uma identidade forte, reconhecida na competência técnica através da prestação de um serviço de excelência aos seus clientes e à comunidade.

### Os nossos Valores

Reconhecendo que a construção de uma identidade e cultura fortes é determinante para a concretização dos desafios a que se propõe, o GRUPO MOTA-ENGIL compartilha com os seus *stakeholders* os seguintes valores:

#### Ambição

Ânsia sempre renovada de fazer mais e melhor, encarando o presente e o futuro com ousadia e confiança e assumindo, de forma determinada e comprometida, novos desafios que contribuam para o crescimento do GRUPO.

#### Integridade

Opção pelo caminho que reforce os princípios de honestidade, verdade, lealdade, retidão e justiça, na conduta diária de todos.

#### Coesão

Garantia de que as metas fixadas, que se pretendem ambiciosas, são atingidas através do contributo de todas as unidades de negócio e que a vitalidade do GRUPO resulta da congregação da sabedoria e força necessárias à superação dos novos desafios.

#### Espírito de Grupo

Consolidação do sentido de pertença, respeito pelas diferenças, lealdade e reciprocidade num contexto global e culturalmente diverso, mantendo o orgulho no passado e reforçando a confiança no futuro.

Alinhada com a Agenda 2030 das Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reforçando o compromisso com a sustentabilidade dos seus clientes, comunidades, colaboradores e restantes *stakeholders*, a nossa estratégia de sustentabilidade assenta no crescimento, internacionalização e diversificação do GRUPO, pautada por cinco pilares fundamentais e as respetivas prioridades estratégicas:

- **Captação de talentos e desenvolvimento de pessoas** – ser reconhecida como uma boa empresa para trabalhar, garantindo o desenvolvimento dos nossos colaboradores e a implementação das melhores práticas de gestão, promovendo a diversidade e igualdade de oportunidades, bem como a saúde e segurança no trabalho.
- **Inovação e crescimento económico sustentável** – promover a inovação, enquanto fonte geradora de mudança e de criação de valor (no que concerne a recursos, métodos e processos organizacionais), assim como o crescimento económico sustentável do GRUPO.
- **Proteção ambiental** – ser reconhecida como uma empresa ambientalmente responsável, atuando de acordo com as melhores práticas de gestão ambiental e desempenhando um papel ativo na preservação do ambiente.
- **Ética e compliance** – pautar a atividade do GRUPO por comportamentos éticos e pelas melhores práticas de *compliance*, envolvendo os *stakeholders* e promovendo a aplicação efetiva do código de ética e de conduta empresarial, assim como políticas e procedimentos no âmbito da avaliação e controlo do risco.
- **Envolvimento e satisfação dos *stakeholders*** – promover o envolvimento com os *stakeholders*, procurando a sua satisfação, ao mesmo tempo que garantimos a segurança, fiabilidade, qualidade e cumprimento dos nossos compromissos.

A conceção da estratégia de sustentabilidade, a determinação das questões prioritárias, bem como a identificação dos principais *stakeholders* para efeitos da execução da política de sustentabilidade, obedeceu a um processo de auscultação interno, promovido junto dos principais responsáveis das unidades de negócio e regiões onde o GRUPO opera.

Com vista a relatar de forma transparente o desempenho do GRUPO, nas diferentes dimensões da sustentabilidade, é anualmente elaborado um relatório de sustentabilidade, que se encontra disponível no site da MOTA-ENGIL<sup>1</sup>, e que complementa a informação constante do presente documento.

O relato de informação não financeira da MOTA-ENGIL é efetuado de acordo com as Normas da *Global Reporting Initiative* (GRI), na sua opção “Essencial”, e de acordo com a Diretiva de Relato Não Financeiro 2014/95 EU, do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de outubro, transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei 89/2017, de 28 de julho. Com base num *benchmarking* setorial, na estratégia de sustentabilidade e na auscultação interna realizada, foram determinados os tópicos de sustentabilidade materialmente relevantes e que dão corpo à estrutura e conteúdo do presente relatório.

A divulgação de informação fiável e comparável sobre a atividade do GRUPO faz parte do compromisso da MOTA-ENGIL em permitir decisões informadas, sustentadas num sistema de gestão eficaz, e de estabelecer uma relação de confiança com os diversos *stakeholders*. O caráter multissetorial das atividades do GRUPO Mota-Engil e a sua presença em contextos geográficos diversos, torna a identificação e o relato dos tópicos materiais numa tarefa de elevado grau de complexidade e exigência. Por forma a melhorar continuamente a informação relatada, será realizado em 2021 o processo de revisão dos indicadores mais relevantes e a consolidação das metodologias de apuramento dos mesmos, motivo pelo qual se optou por não apresentar dados históricos (anteriores a 2020).

Atenta às tendências de sustentabilidade e aos desafios que se colocam globalmente, e com vista a potenciar um alinhamento cada vez maior entre a estratégia de negócio, os ODS e as expectativas dos *stakeholders*, visando a criação de valor de médio e longo prazo para os mesmos, a MOTA-ENGIL irá visitar a sua estratégia de sustentabilidade – até ao final de 2021 será definida uma Agenda e *Roadmap* de Sustentabilidade, visando o horizonte 2030. Reconhecendo a análise de materialidade como um exercício crítico para o desenvolvimento da estratégia de sustentabilidade, permitindo a identificação e priorização das questões relevantes para o GRUPO e seus *stakeholders*, esta contará com uma auscultação alargada aos seus *stakeholders* externos e internos. Do *roadmap* constarão objetivos e metas, ações a desenvolver e os respetivos KPI.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.mota-engil.com/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade/>

## B. Modelo empresarial

---

Descrição geral do modelo de negócio e forma de organização da Sociedade/Grupo, indicando principais áreas de negócio e mercados em que opera (se possível com recurso a organogramas, gráficos ou quadros funcionais).

Fundado em 1946, o GRUPO MOTA-ENGIL é hoje uma multinacional com atividade centrada na construção e gestão de infraestruturas segmentada pelas áreas de Engenharia e Construção, Ambiente e Serviços, Concessões de Transportes, Energia e Mineração.

Líder em Portugal e com uma posição consolidada no ranking dos 30 maiores grupos europeus de construção, a MOTA-ENGIL marca presença em 23 países, repartidos por três áreas geográficas – Europa, África e América Latina – mantendo em cada mercado os mesmos *standards* de rigor, qualidade e capacidade de execução que permitiram afirmar a MOTA-ENGIL a nível internacional<sup>2</sup>.

A MOTA-ENGIL assume um posicionamento de mercado alinhado com as melhores práticas e numa conduta empresarial assente em princípios éticos e suportados numa visão estratégica única e integrada para a MOTA-ENGIL do futuro.

### 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

Remete-se para o Relatório sobre as Práticas do Governo Societário (Parte I, ponto 21) para a descrição da estrutura funcional do GRUPO MOTA-ENGIL.

### 2. ÁREAS DE NEGÓCIO

A MOTA-ENGIL desenvolve um vasto leque de atividades associado à conceção, construção, gestão e operação de infraestruturas, detendo uma longa e reconhecida experiência, associada a um elevado *know-how* técnico para o desenvolvimento de diversas áreas, tais como:

#### Engenharia e Construção

Líder em Portugal<sup>2</sup> e com uma posição destacada em diversos mercados da Europa, África e América Latina, o GRUPO desenvolveu projetos de construção em mais de 40 países, afirmando a competência técnica demonstrada em cada projeto e construindo uma reputação de excelência em áreas técnicas da construção civil e obras públicas, destacando-se na construção de infraestruturas diversas como estradas, autoestradas, aeroportos, portos, barragens, edifícios, ferrovia, eletromecânica, fundações e geotecnia, entre outras especialidades.

#### Gestão de Resíduos

Com uma participação maioritária na SUMA, empresa constituída em 1995 para a gestão e recolha urbana de resíduos em Portugal, a MOTA-ENGIL concretiza a ambição de liderar este setor<sup>2</sup>, atuando de forma crescente em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Brasil, Omã e Costa do Marfim. Por outro lado, o GRUPO MOTA-ENGIL atua, através da EGF, no tratamento e valorização de resíduos, assegurando a capacidade para desempenhar toda a cadeia de valor na gestão de resíduos, detendo tecnologia de vanguarda no tratamento e valorização orgânica dos resíduos, bem como na produção de energia através da captação de biogás em aterro e através de centrais de valorização energética.

#### Energia

O GRUPO MOTA-ENGIL é o primeiro operador privado no setor da produção de energia no México, detendo um conjunto de ativos em exploração pela GENERADORA FÉNIX com uma capacidade de produção de 288 MW e que poderá ser ampliada para 2.000 MW, tendo reforçado em 2018 a presença no setor na área da comercialização de energia.

#### Concessões de Infraestruturas de Transportes

A MOTA-ENGIL assume uma importante posição na gestão de diversas concessionárias de infraestruturas rodoviárias, destacando-se a participação na LUSOPONTE, concessionária das duas pontes em Lisboa (Portugal) e concessões no Brasil, México, Colômbia e Moçambique.

---

<sup>2</sup> Consultar: <https://www.mota-engil.com/institucional/apresentacao/>

### Mineração

A MOTA-ENGIL encontra-se igualmente a desenvolver trabalhos em África e na América Latina, beneficiando da longa experiência obtida no desenvolvimento dos trabalhos de construção civil e movimentação de terras que desenvolve para algumas das maiores companhias mineiras mundiais, destacando-se as operações no Peru, Malawi, Moçambique e Guiné-Conacri.

### Logística

A TAKARGO foi o primeiro operador privado em Portugal no transporte ferroviário de mercadorias, apostando na eficiência logística e na qualidade de serviço para oferecer soluções logísticas integradas e competitivas no mercado ibérico.

### Multisserviços

De forma a complementar a atividade de construção e gestão de infraestruturas, a MOTA-ENGIL desenvolve atividade na área da manutenção através da MANVIA, uma empresa de referência em Portugal e com atuação em África e em outros países da Europa. Na área de arquitetura paisagista, o GRUPO marca presença através da VIBEIRAS, líder em Portugal neste segmento e com obras de relevância em África.

## 3. MERCADOS ONDE OPERA

Remete-se para a brochura institucional<sup>3</sup> e para o Relatório de Sustentabilidade de 2020 da MOTA-ENGIL o acesso a informação mais detalhada sobre este tópico.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.mota-engil.com/institucional/apresentacao/>

## C. Principais fatores de risco

---

1. Identificação dos principais riscos associados aos temas objeto de reporte e decorrentes das atividades, produtos, serviços ou relações comerciais da Sociedade, incluindo, se for caso disso e sempre que possível, as cadeias de fornecimento e subcontratação.
2. Indicação da forma como esses riscos são identificados e geridos pela Sociedade.
3. Explicitação da divisão funcional interna de competências, incluindo os órgãos sociais, comissões, comités ou departamentos responsáveis pela identificação e gestão/acompanhamento dos riscos.
4. Indicação expressa dos novos riscos identificados pela Sociedade face ao relatado em anos anteriores, bem como dos riscos que deixaram de o ser.
5. Indicação e breve descrição das principais oportunidades que sejam identificadas pela Sociedade no contexto dos temas objeto de reporte.

O processo de gestão de risco é parte integrante do sistema de controlo interno e consiste no desenvolvimento de políticas e procedimentos de gestão com o objetivo de assegurar a criação de valor, a salvaguarda dos ativos, o cumprimento de leis e regulamentos e um ambiente de controlo que assegure o cumprimento dos valores éticos do GRUPO e a fiabilidade da informação relatada.

Deste modo, a gestão de riscos no GRUPO MOTA-ENGIL assenta num processo integrado e transversal, que se pretende que seja evolutivo na permanente identificação e controlo da exposição aos diferentes tipos de riscos inerentes à sua atividade, considerando a diversidade de negócios e geografias em que marca presença e promovendo o estudo e implementação de estratégias de mitigação dos principais riscos identificados.

No presente capítulo, apresentamos as estruturas responsáveis pela análise e acompanhamento do processo de gestão de riscos, identificando os principais riscos a que o GRUPO está exposto no exercício da sua atividade.

### Organização

A gestão global de risco no GRUPO MOTA-ENGIL é da competência da Comissão Executiva da MOTA-ENGIL SGPS e dos órgãos de administração e fiscalização das empresas que o integram. Ao nível da Comissão Executiva, a área de responsabilidade da Função de Risco Corporativo é atribuída a um administrador executivo.

Adicionalmente, existe ainda uma Comissão especializada, a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, que, reportando ao presidente do Conselho de Administração, tem como principais funções e responsabilidades: aprovar o plano anual de auditorias, apreciar e sugerir políticas de investimento e risco de negócios e projetos ao Conselho de Administração, examinar e emitir parecer sobre projetos de investimento ou desinvestimento, emitir parecer sobre a entrada e saída em novas áreas de negócio ou mercados, monitorizar operações financeiras e societárias relevantes, emitir parecer sobre a matriz de risco do GRUPO MOTA-ENGIL sempre que esta for atualizada ou sempre que existirem alterações substanciais nos riscos da envolvente externa e / ou nos riscos operacionais, avaliar as estratégias de gestão de risco definidas ao nível corporativo e a implementação das políticas transversais de gestão de risco nas regiões / áreas de negócio. Esta Comissão é composta, normalmente, por três membros permanentes, dois dos quais administradores não-executivos, sendo um deles administrador independente, assegurando-se assim a devida independência dos órgãos de gestão dependentes da Comissão Executiva.

Por outro lado, a Função Corporativa de Auditoria Interna abrange todas as áreas, processos e atividades das empresas que constituem o GRUPO, e tem como principal missão contribuir para a concretização dos objetivos estratégicos, avaliando a conformidade e melhoria contínua da eficácia do controlo interno dos processos de gestão do GRUPO, apoiando na prevenção e mitigação de riscos de controlo que se traduzem no risco de perda financeira e, promovendo o respeito do GRUPO e dos seus colaboradores por todo o normativo aplicável através de uma intervenção independente, em conjunto com todas as unidades orgânicas do GRUPO.

De igual modo, a Função Corporativa de *Compliance* tem como principal missão garantir a aplicação e cumprimento universal a todo o GRUPO das práticas e regras de *compliance*, velar pela sua atualização, atuando na prevenção e mitigação de riscos de *compliance*, que se traduzem no risco de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação em consequência da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos e do código de ética e de conduta empresarial, promovendo um ambiente de integridade e cultura de cumprimento de marcos regulatórios e normas relacionadas com princípios e valores éticos em todo o GRUPO.

Procurando assegurar o permanente reforço do sistema de controlo interno, a integração do processo e o respetivo alinhamento ao nível das três linhas de defesa, são ainda realizadas com periodicidade mensal reuniões entre as áreas corporativas de Auditoria Interna, Risco e *Compliance*, tendo por objetivo refletir sobre o nível de exposição de risco do GRUPO e a avaliação do cumprimento dos normativos existentes e em vigor.

De referir ainda que a gestão de riscos da MOTA-ENGIL é um elemento integrador de todos os processos e decisões organizativas e não uma atividade isolada, afastada das principais atividades do GRUPO. A gestão e controlo do risco são acompanhados pelo Conselho de Administração, pelos responsáveis das áreas de negócio e pelas Funções Corporativas da Sociedade, com destaque para as seguintes: Controlo de Negócios; Planeamento Estratégico; Finanças Corporativas; Fiscalidade Corporativa; Risco Corporativo; Estratégia de Recursos Humanos e Sustentabilidade; Relação com os Investidores; Assuntos Jurídicos; *Compliance* e Tecnologia de SI.

Assim, os principais riscos a que o GRUPO está exposto e que de seguida se abordam são acompanhados pelos reportes internos dos responsáveis das áreas de negócio e pelos relatórios, pareceres e recomendações da Comissão acima referida, em conjugação com as informações elaboradas pelos titulares das funções corporativas.

De destacar, ao nível dos novos riscos identificados em 2020, os que se prendem com a situação pandémica, conforme descrito abaixo.

### Gestão de riscos transversais

No domínio específico dos riscos transversais a que o GRUPO está exposto, compete à Função de Risco Corporativo assegurar uma análise independente dos vários riscos, tendo por suporte uma matriz de risco aprovada pela Comissão Executiva, revista anualmente, bem como monitorizar através de vários parâmetros de risco e de modelos especificamente produzidos o perfil de atuação do GRUPO.

A matriz de riscos transversais do GRUPO MOTA-ENGIL assume-se como uma ferramenta de trabalho para efeitos de monitorização sistemática do grau de risco implícito nas diferentes dimensões de riscos a que o GRUPO se encontra exposto. Deste modo, a matriz está, assim, dividida em três dimensões: Comercial, Operacional e Económica / Financeira. Adicionalmente, foram definidas várias etapas chave que definem a construção e manutenção da matriz de riscos transversais do GRUPO, das quais se destacam:

- Identificação dos principais riscos de negócio com impacto na rentabilidade do GRUPO;
- Avaliação com as áreas corporativas e com as regiões do histórico de performance em cada *Key Performance Indicator* (KPI) selecionado;
- Definição do *Risk Appetite*;
- Definição do objetivo estratégico para cada tipologia de risco; e
- Avaliação, Monitorização e Definição das medidas de mitigação e seus resultados.

O processo de gestão de risco, coordenado pela Função de Risco Corporativo, é caracterizado pelas seguintes macro atividades:

- Recolha de informação sobre os KPI definidos: monitorizar os riscos definidos como prioritários;
- Avaliação de níveis de risco identificados nos KPI: definir prioridades de atuação;
- Estimativa de impactos e probabilidades associadas: aprofundar a análise de riscos;
- Definição de medidas de mitigação: minimizar a exposição ao risco; e
- Reporte e discussão em Comissão Executiva: reportar principais riscos e medidas de mitigação.

A Função de Risco Corporativo produz relatórios trimestrais, os quais são apresentados à Comissão Executiva, permitindo assim que esta última decida sobre as ações necessárias para mitigar os principais riscos sinalizados, sendo cada reporte partilhado igualmente com a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco.

Os procedimentos de acompanhamento permanente e de reporte trimestral permitem apresentar e detalhar os níveis de exposição a cada um dos principais riscos identificados ao longo do ano, assim como as medidas de mitigação implementadas.

## Riscos relacionados com a pandemia Covid-19

A crise sanitária originada pela pandemia Covid-19 provocou e encontra-se a provocar impactos severos na atividade económica a nível global, sendo que como resultado desta emergência sanitária os diversos países tiveram de aplicar medidas de contenção que impactaram negativamente a atividade económica, nomeadamente durante os vários períodos de confinamento, com destaque para o final do primeiro e segundo trimestres de 2020 e, mais tarde, na parte final do ano aqui em análise. Aquelas medidas, têm perturbado o fluxo normal da atividade empresarial nos diferentes países, onde se incluem aqueles onde o GRUPO MOTA-ENGIL opera.

Aqueles períodos de confinamento e quase paralisação da economia geraram uma crise como nenhuma outra e a pior recessão desde a Grande Depressão. O FMI, nas suas previsões de outono, estima que a economia mundial contraia cerca de 4,4% em 2020 (muito acima do que sucedeu durante a crise financeira de 2008-09).

Na sua luta contra a pandemia, a maioria dos países comprometeu-se em gastar o que fosse necessário para salvar vidas, proteger o emprego e o rendimento das famílias, bem como evitar a falência das empresas, tendo implementado medidas de estímulo à crise que, coletivamente, representaram a maior intervenção orçamental de todos os tempos.

Da mesma forma, os principais bancos centrais de todo o mundo continuaram a empreender medidas massivas de expansão monetária. Em 2020, a base monetária dos EUA cresceu cerca de 3 biliões de USD e o Banco Central Europeu (BCE) expandiu o seu programa de compra de títulos de emergência em mais 1,35 biliões de euros. Esta criação de moeda encontra-se tacitamente a financiar grande parte dos gastos de emergência desencadeados com o aparecimento e disseminação da pandemia.

A rápida e enérgica intervenção dos principais países e bancos centrais foi decisiva para que nos terceiro e quarto trimestres de 2020 a retoma económica global fosse rápida, suportada na recuperação da produção industrial e no comércio internacional. Não obstante, a retoma mantém-se ofuscada por uma pandemia ressurgente que, apesar das vacinas já aprovadas e o início das campanhas de vacinação, vai continuar a marcar o ano 2021 com níveis importantes de incerteza quanto à recuperação da atividade económica para níveis pré-crise.

Desta forma, a atual pandemia Covid-19 e quaisquer surtos potenciais de outros vírus podem ter um efeito adverso significativo no GRUPO MOTA-ENGIL. Em primeiro lugar, as medidas de resposta dos governos para conter a propagação de tais doenças, a sua incidência entre os colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL, ou quaisquer quarentenas que afetem os seus colaboradores ou instalações, podem reduzir a capacidade do pessoal do GRUPO MOTA-ENGIL para realizar o seu trabalho e conduzir à interrupção ou paralisação temporária dos projetos em curso, afetando assim a operação do GRUPO.

Em segundo lugar, quaisquer quarentenas ou propagação de vírus podem afetar a capacidade dos fornecedores, subcontratados e outras partes interessadas do GRUPO MOTA-ENGIL de realizarem as suas operações, o que pode, por sua vez, afetar adversamente a capacidade do próprio GRUPO MOTA-ENGIL em desenvolver o seu negócio normalmente.

Em terceiro lugar, a atual pandemia e eventuais surtos futuros podem também ter um efeito adverso em outras contrapartes, nomeadamente clientes, do GRUPO MOTA-ENGIL, resultando em riscos adicionais no cumprimento das obrigações por eles assumidas, como e quando estas se vencerem, expondo o GRUPO MOTA-ENGIL a um aumento do número de insolvências desses clientes ou de outras contrapartes.

## Riscos conjunturais

O risco-país, aferido sobre as diferentes dimensões para cada um dos mercados onde o GRUPO marca presença, encontra-se associado a alterações ou perturbações específicas de natureza política, económica ou financeira, que podem impedir o cumprimento dos objetivos estratégicos do GRUPO.

Com uma exposição geográfica diversificada e com profunda maturidade nos mercados mais representativos, o GRUPO tem ainda assim procurado, ao longo dos últimos anos, promover a sua expansão em países integrados nas regiões em que se encontra, colocando na Comissão Executiva e no Conselho de Administração a responsabilidade final de conceder a necessária validação de todo e qualquer projeto de investimento em novos mercados, constituindo, por si só, e ainda que complementada com níveis de análise técnica e económico-financeira, uma premissa organizacional promotora de um efetivo sistema de controlo interno, mitigadora de riscos e promotora de um alinhamento estratégico a todos os níveis do GRUPO.

Em 2020, os principais riscos conjunturais dos diversos mercados onde o GRUPO MOTA-ENGIL está presente foram agravados pela atual pandemia. Por um lado, relacionados com eventuais danos económicos, sociais e políticos que perdurarão para lá da crise sanitária, tais como os níveis historicamente elevados de dívida pública e privada na maioria dos países, que amplificaram os riscos financeiros mundiais que já se vinham acumulando pelas baixas taxas de juro que prevalecem há mais de uma década.

Por outro lado, as vacinas Covid-19 e outras formas de tratamento ou minimização do impacto da pandemia irão marcar o ritmo da recuperação global da economia. O impacto das vacinas dependerá de fatores como a sua eficácia, com que rapidez são fabricadas e entregues e quantas pessoas serão vacinadas. Uma prolongada onda de surtos até as campanhas de vacinação serem efetivas resultará em sucessivas medidas de contenção que impactam e continuarão a impactar negativamente nos mercados e na recuperação da economia global. Uma série de choques dessincronizados induzidos pelas medidas de contenção pode atrasar a recuperação global, conduzir ao aumento do endividamento dos países, instabilidade política interna e conflitos sociais.

Os países europeus onde o GRUPO MOTA-ENGIL está presente foram fortemente afetados e condicionados pelo contexto adverso gerado pela pandemia Covid-19 registando no ano de 2020 uma queda média estimada de 7,8% no seu PIB. Como na generalidade das economias mundiais, assistiu-se a um forte impacto ao nível da produção (quebras e encerramento de atividades), aumento do desemprego, quebra das exportações, queda do consumo e investimento, perturbações ao nível da distribuição de matéria-prima e bens, volatilidade dos mercados financeiros, sobre-endividamento empresarial e especial pressão sobre o crédito malparado.

Quanto aos principais mercados europeus do GRUPO, temos para Portugal e, segundo as previsões de outono do Fundo Monetário Internacional, uma redução do PIB de 10% e na Polónia e na Irlanda quedas estimadas do PIB de 3,6% e 3,0% respetivamente.

No que diz respeito às taxas de juro de curto prazo da área do euro, após o início da pandemia e até agosto, a trajetória foi descendente, reflexo das medidas de flexibilização dos ativos e de garantias elegíveis para as operações de política monetária de cedência de liquidez estabelecidas pelo BCE, tendo as mesmas estabilizado nos meses seguintes. Já as taxas de juro médias de empréstimos concedidos às empresas, em outubro, subiram para 2,07%.

Para 2021, prevê-se um crescimento de 6,5% do PIB em Portugal, 4,9% na Irlanda e 4,6% na Polónia, num contexto em que os países da União Europeia devem implementar medidas de expansão orçamental para proteger as suas economias domésticas e, deste modo, antecipar e acelerar o investimento público em infraestruturas. Deverão ainda continuar a ser desenvolvidas e executadas políticas destinadas a preservar postos de trabalho, a coesão social, a continuidade dos negócios e empresas e demais apoios à retoma da atividade.

No entanto, a recuperação económica dos países onde a MOTA-ENGIL está presente na região da Europa, para níveis anteriores à crise, apenas deverá acontecer a partir de junho de 2022.

Tal como a Europa, a região de África também foi afetada pela pandemia, a qual originou uma queda de 1,9% do PIB em 2020 no conjunto de países onde a MOTA-ENGIL opera. Esta queda resultou, essencialmente, da quebra das exportações dos produtos primários e das consequentes perdas de receitas fiscais que reduziram a capacidade dos Governos em fazerem face à crise pandémica.

Os países que sofreram maiores quedas no PIB em África em 2020 foram a África do Sul (queda de 8%), a Nigéria (queda de 4%) e Angola (queda de 4%). Este grupo de países foi particularmente impactado pelo colapso da procura global e do preço das *commodities*, incluindo o petróleo, dado tratarem-se de países produtores de matérias-primas com economias muito dependentes das receitas obtidas da exploração desses recursos naturais.

Esta crise económica conduziu também a um aumento do endividamento público o qual, para o conjunto de países da região de África onde a MOTA-ENGIL opera, deverá aumentar de uma média de 59% do PIB registados em 2019 para 68% do PIB em 2020. Os países com maior endividamento público estimado para 2020 são Moçambique (121% do PIB), Angola (120%) e Zâmbia (120%).

Para 2021, as expectativas são de retoma económica e recuperação do PIB para níveis de 2019, com um crescimento expetável no conjunto daqueles países de 3,8%. Como *driver* do crescimento estarão o aumento dos preços da energia, das *commodities* industriais e dos preços dos metais industriais que registaram uma subida desde os finais de 2019 até ao princípio de 2020 em função do aumento da procura, liderados principalmente pelo petróleo e pelo cobre.

Na América Latina, o impacto da pandemia no conjunto dos países onde a MOTA-ENGIL opera originou igualmente, uma retração das economias em cerca de 8% em 2020. A queda da atividade económica foi agravada pelo colapso no preço das *commodities*, com efeitos no aumento da pobreza e desigualdades sociais, despoletando tensões e conflitos em toda a região, perturbações nas cadeias de valor, volatilidade nos mercados financeiros e uma queda abrupta nas receitas geradas pelo turismo.

Nos principais mercados onde o GRUPO atua na América Latina (México, Perú, Brasil e Colômbia), em consequência da Covid-19, estima-se para 2020 uma queda do PIB média de cerca de 8%. Para 2021, espera-se o início de uma recuperação económica que apenas deverá em 2023 restabelecer os níveis de geração do PIB registados em 2019.

De assinalar ainda os níveis de endividamento público registados nestes países da América Latina que deverão registar um aumento de 12p.p. para um nível médio de 63% de dívida relativamente ao PIB em 2020.

### Riscos específicos dos setores e dos mercados onde o GRUPO MOTA-ENGIL atua

A MOTA-ENGIL, enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS), desenvolve direta e indiretamente atividades de gestão sobre as suas participadas, com operações em áreas de negócio diversificadas, incluindo a engenharia e construção, a recolha e tratamento de resíduos, a geração e comercialização de energia, a gestão de concessões de infraestruturas de transportes e a mineração, atuando em diversos mercados e em várias regiões (Europa, África, América Latina).

O cumprimento das obrigações assumidas pela MOTA-ENGIL depende dos fundos disponibilizados pelas sociedades nas quais participa e através das quais desenvolve indiretamente atividades, nomeadamente a título de distribuição de dividendos, de reembolso de empréstimos concedidos ou de outros pagamentos.

A capacidade dessas participadas disponibilizarem tais fundos à MOTA-ENGIL dependerá, em parte, da sua capacidade para gerarem *cash-flows* positivos no âmbito das suas atividades operacionais, as quais se encontram sujeitas, em especial, a riscos específicos dos setores e mercados em que atuam, os quais se detalham de seguida.

Uma parte significativa das empresas do GRUPO MOTA-ENGIL que se dedicam à área de engenharia e construção dependem, quanto à formação da sua estrutura de custos, da evolução dos preços internacionais de algumas *commodities*, como sejam, entre outros, o petróleo, o aço e o cimento, e da evolução dos preços locais, designadamente do fator trabalho. A variação adversa dos preços tem um impacto negativo para o GRUPO. Por outro lado, aquelas empresas estão sujeitas a riscos de natureza contratual, dado que prestam grande parte dos seus serviços ao abrigo de contratos específicos enquadrados por legislação e regulamentos setoriais que, por sua vez, dependem da obtenção de alvará geral e de licenças específicas para determinadas atividades / tarefas. A ocorrência de situações de mora ou incumprimento contratual pode ter efeitos adversos relevantes na gestão contratual e no cumprimento do objeto de cada contrato celebrado.

Por outro lado, o GRUPO MOTA-ENGIL está exposto a riscos associados à cadeia de abastecimentos e de logística nos mercados onde está presente (especialmente em África e na América Latina). Estes riscos assumem particular relevância em África, constituindo a componente logística de transporte de pessoas, equipamentos, peças e materiais (gasóleo, ferro, cimento e outros) um desafio relevante nas grandes obras, na medida em que é necessário prever o mais fiavelmente possível o seu custo e tempo de execução nos orçamentos e prazos a prestar aos clientes. A suspensão ou o atraso na cadeia de abastecimentos pode ter um impacto adverso no desenvolvimento dos trabalhos e na prestação de serviços nestes mercados. Mais uma vez, a pandemia Covid-19 exponenciou este risco, nomeadamente em países com infraestruturas de transportes menos desenvolvidas. Por sua vez, na América Latina, devido à tipologia do terreno, as atividades desenvolvidas pelo GRUPO MOTA-ENGIL suscitam riscos de execução acrescidos, sendo frequentemente realizados trabalhos de mineração ou de construção e manutenção de infraestruturas acima dos 2.000 ou mesmo 5.000 metros de altitude, o que dificulta o transporte dos respetivos meios de produção e que tem consequências ao nível da produtividade.

Deste modo, os objetivos de rentabilidade económica estipulados pelo GRUPO MOTA-ENGIL relativamente aos projetos de engenharia e construção diferem de região para região, dependendo das circunstâncias e dos contextos concretos, sendo mais exigentes para as regiões que requerem uma maior intensidade de meios de produção próprios e de capital para a execução daqueles projetos.

Da mesma forma, também as empresas do GRUPO MOTA-ENGIL que se dedicam a outras áreas de negócio, nomeadamente à recolha e tratamento de resíduos, dependem, quanto à formação da sua estrutura de custos, da evolução dos preços internacionais de algumas *commodities*, com destaque para o petróleo, bem como, de forma muito sensível e direta, da evolução dos preços locais, designadamente do fator trabalho. Ambas as variáveis, preço do petróleo e preço local do fator trabalho, são necessariamente monitorizadas com detalhe nos vários países onde o GRUPO opera nesta área, tanto na Europa, como em África como na América Latina.

### Riscos relacionados com as operações comerciais do GRUPO MOTA-ENGIL

A procura pela atividade de engenharia e construção nos mercados onde o GRUPO MOTA-ENGIL atua depende dos níveis de investimento público e privado registados em cada mercado.

A pandemia Covid-19 pode afetar a atividade do GRUPO MOTA-ENGIL de várias formas, conforme mencionado acima. Deste modo, no curto prazo, pode ter um impacto negativo nas receitas decorrentes de atrasos nos projetos, redução dos níveis de produção e no despoletar de medidas de contenção decretadas pelos Estados dos países onde a MOTA-ENGIL opera. Devido às políticas de contenção, o GRUPO MOTA-ENGIL poderá também enfrentar uma redução da procura de determinados serviços de gestão de instalações e uma diminuição do tráfego nas estradas com portagem.

De igual modo, a pandemia e os seus efeitos na economia dos diversos países, podem afetar de forma diferenciada os volumes de resíduos a recolher e, ou, a tratar pelas empresas do GRUPO e a procura de energia produzida pelas suas instalações, com potencial efeito na sua rentabilidade.

Os resultados líquidos também podem ser afetados, uma vez que o GRUPO MOTA-ENGIL poderá ver os seus gastos aumentarem para fazer face aos novos protocolos de saúde ocupacional. No médio e longo prazo, o alto nível de endividamento dos Estados pode ter um impacto negativo sobre o investimento em infraestruturas públicas em todo o mundo.

O investimento público em novos projetos de infraestruturas depende dos ciclos políticos de cada mercado, das respetivas políticas orçamentais em vigor a cada momento, bem como do contexto macroeconómico, fatores que o GRUPO MOTA-ENGIL não controla nem pode condicionar. Também o investimento em parcerias público-privadas está dependente da estratégia de investimento público de cada mercado e das condições dos mercados financeiros nacionais e internacionais.

O investimento privado em infraestruturas depende, entre outros fatores, da evolução dos preços internacionais de algumas *commodities*, em particular do preço do petróleo, gás e dos minérios em geral, cuja evolução o GRUPO MOTA-ENGIL não controla nem pode condicionar.

Adicionalmente, as empresas do GRUPO MOTA-ENGIL que se dedicam à área de engenharia e construção encontram-se expostas a uma relevante concorrência. A dimensão de muitos dos projetos desenvolvidos nas regiões de África e da América Latina atraem diversas empresas mundiais do setor, o que aumenta o contexto concorrencial nesses mercados e tem impactos adversos nas hipóteses do GRUPO MOTA-ENGIL ser contratado para a realização de obras de engenharia e construção.

Na Europa Central, o potencial de crescimento do número e valor dos projetos de infraestruturas a desenvolver na região, nomeadamente na Polónia, enquanto mercado da União Europeia com maior fluxo previsto de fundos comunitários, levou à fixação de um elevado número de grandes construtoras europeias no mercado, com reflexos ao nível concorrencial.

Um contexto de maior concorrência empresarial aumenta a pressão sobre os preços praticados no mercado, e consequentemente, sobre as margens alcançadas, o que poderá ter efeitos mais ou menos continuados no tempo dependendo da dimensão e maturidade do mercado, do crescimento verificado e das expectativas e comportamentos dos agentes económicos que intervêm no setor.

No entanto, as empresas do GRUPO MOTA-ENGIL têm vindo a demonstrar capacidade em manter um posicionamento no mercado que não recorre apenas a estratégias com base no preço, potenciando a sua experiência, capacidade técnica e humana assim como altos padrões de qualidade, práticas ambientais, de segurança e *compliance*. Adicionalmente, aqueles fatores diferenciadores têm permitido reforçar continuada e sustentavelmente a confiança e a fidelização dos seus clientes, traduzida não só pela sua base estável e crescente, pela recorrência de negócio que se tem estabelecido com os clientes atuais, mas também pela replicação de negócios com clientes multinacionais em geografias onde esses clientes e o GRUPO MOTA-ENGIL estão presentes.

### Riscos relacionados com as operações financeiras do GRUPO MOTA-ENGIL

O GRUPO MOTA-ENGIL, pela sua diversificação geográfica, com presença em 3 Continentes e 23 países, está exposto a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e de crédito. Estes riscos financeiros resultam do desenrolar das atividades do GRUPO MOTA-ENGIL e induzem incertezas quanto à capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos adequados à remuneração dos capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros do GRUPO visa minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados financeiros. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção e medidas concretas e efetivas de gestão.

A atividade de gestão do risco financeiro é coordenada pela Função de Finanças Corporativas, a qual coordena e monitoriza a gestão de tesouraria e da carteira de dívida, com o apoio e suporte da Função Corporativa de Controlo de Negócios, e desenvolve-se de acordo e em conformidade com as orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, com intervenção consultiva da Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, não deixando de ser uma responsabilidade das administrações de cada uma das unidades de negócio do GRUPO.

A postura do GRUPO relativamente à gestão dos riscos financeiros é conservadora, recorrendo, quando aconselhável, a instrumentos de cobertura de riscos, sempre na perspetiva de que estes se relacionem com a atividade normal e corrente, não assumindo nunca posições em derivados ou outros instrumentos financeiros que se revistam de carácter especulativo.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão pretendem assegurar a prossecução do mesmo objetivo, isto é, a salvaguarda dos ativos, e a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

### Risco de taxa de juro

A dívida financeira do GRUPO MOTA-ENGIL, maioritariamente denominada em euros, encontra-se indexada a taxas de juro cujas variações podem resultar em perdas.

A política de gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, pretende controlar e mitigar o risco de se incorrer em perdas resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira do GRUPO. Refira-se a este nível que a estratégia de alocação da dívida aos mercados locais, próxima da geração de *cash-flows*, tem contribuído para uma diversificação de moedas em termos de tomada de dívida, ainda que contratadas de forma muito significativa em moedas como o euro e o dólar norte-americano ou a estas indexadas.

Decorrente da estagnação das taxas de juro de curto e médio longo prazo, que se mantiveram estáveis e em mínimos históricos, têm sido realizadas com menor expressão novas operações de cobertura de risco de taxa de juro. No entanto, nos casos em que as maturidades dos empréstimos são longas, o GRUPO continua a analisar e avaliar oportunamente a contratação de instrumentos de cobertura que assegurem possíveis alterações futuras das taxas de juro, mantendo-se o GRUPO atento à inversão de tendência que certamente acompanhará a retoma das economias ou alterações das políticas monetárias nos anos que se avizinham por parte dos bancos centrais.

### Risco cambial

Tendo em consideração a sua diversidade geográfica, o GRUPO MOTA-ENGIL operacionaliza os seus negócios a nível internacional através de diversas empresas e jurisdições, posicionamento do qual resulta a exposição do GRUPO MOTA-ENGIL a diferentes moedas e, conseqüentemente, ao risco de taxa de câmbio.

Refira-se que ao nível da análise do risco de taxa de câmbio, existe um acompanhamento contínuo e sistemático das variações a que o GRUPO está sujeito. Este acompanhamento é da responsabilidade das Funções de Finanças Corporativas e de Controlo de Negócios, que consolidam e reportam a informação de todas as empresas presentes nas diversas geografias, quer ao nível de fluxos, saldos e dívida.

Durante grande parte do ano de 2020 e fruto da evolução da pandemia Covid-19 em todo o mundo, a perceção de risco e os preços das *commodities* foram os principais impulsionadores das desvalorizações ocorridas nas moedas dos principais mercados onde a MOTA-ENGIL está presente, nomeadamente nos mercados emergentes ou nos mais expostos à variação dos preços do petróleo e das *commodities*.

No final de 2020 e inícios de 2021, assistiu-se a uma diminuição da volatilidade, esperando-se em 2021 que os preços das *commodities*, incluindo o do petróleo, recuperem dos baixos níveis de 2020, e que as moedas dos mercados emergentes, e em particular as moedas dos países exportadores de *commodities*, permaneçam sob menor pressão.

As principais moedas que não o euro a que a atividade do GRUPO MOTA-ENGIL está exposta são o dólar norte-americano, o dólar do Zimbábwe, o kwacha malawiano, o kwanza angolano, o metical moçambicano, o novo sol peruano, o peso colombiano, o peso mexicano, o real brasileiro e o zloty polaco.

A política de gestão do risco de taxa de câmbio tem por objetivo a redução da volatilidade nos investimentos e nas operações expressas em moeda externa (moedas que não o euro), contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

O risco de taxa de câmbio no GRUPO MOTA-ENGIL sintetiza-se de duas formas:

- Risco de transação: risco associado aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos financeiros registados na demonstração da posição financeira, em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e os fluxos de tesouraria.
- Risco de translação: riscos associados a flutuações no valor do capital investido nas empresas estrangeiras do GRUPO, devido a alterações de taxas de câmbio.

Contratos com clientes, dívida financeira, massa salarial, subcontratos, compras de equipamento e aprovisionamentos em geral, constituem compromissos que, quando realizados em moeda diferente do euro, têm associados um risco de natureza cambial. Por conseguinte, oscilações adversas das taxas de câmbio poderão originar a alteração do valor relativo dos ativos líquidos cuja moeda de pagamento seja diferente da moeda funcional do GRUPO MOTA-ENGIL (euro).

Em termos de gestão do risco de taxa de câmbio, procura-se, sempre que possível ou aconselhável, realizar coberturas naturais de valores em exposição pelo recurso a dívida financeira denominada na moeda externa em que se expressam os valores em risco. Sempre que tal não se revele possível ou adequado, promove-se a contratação ou realização de outras operações baseadas em instrumentos derivados, estruturadas, numa lógica de minimização do seu custo, nomeadamente para cobertura de riscos em transações cambiais futuras, com grande grau de certeza quanto a montante e data de realização. Salienta-se, por outro lado, que uma parte significativa dos contratos executados pelo GRUPO é denominada em euros ou em dólares norte-americanos, sendo, sempre que possível, indexado o câmbio ao valor de contrato registado em moeda nacional, com vista a eliminar qualquer risco de volatilidade com perda de valor.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade das empresas do GRUPO MOTA-ENGIL para liquidar ou cumprir as suas obrigações no prazo estipulado. Neste sentido, a gestão deste risco passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam assegurar os meios financeiros necessários para solver compromissos no momento em que estes se tornam exigíveis.

As empresas do GRUPO MOTA-ENGIL que se dedicam à área de engenharia e construção apresentam necessidades de liquidez mais importantes, dado os prazos de pagamento verificados na indústria desde o momento em que os trabalhos são executados até à sua conversão em numerário.

A política de gestão do risco de liquidez do GRUPO MOTA-ENGIL tem por objetivo garantir que existem fundos disponíveis (saldos e fluxos financeiros de entrada) a cada momento nas várias empresas que o integram, suficientes para que estas possam fazer face, em devido tempo, a todos os compromissos financeiros assumidos (fluxos financeiros de saída).

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes medidas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro ao GRUPO numa ótica de médio e longo prazo, independentemente do contexto que possa condicionar os negócios;
  - Contratação e manutenção de linhas de crédito excedentárias de curto prazo, que se constituem como reservas de liquidez, disponíveis para utilização a todo o momento;
  - Realização de um rigoroso planeamento financeiro por empresa, concretizado na elaboração e revisão periódica de orçamentos de tesouraria, possibilitando a previsão antecipada de excedentes e défices futuros de tesouraria;
  - Financiamento dos investimentos no médio e longo prazo, adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento à capacidade de geração de fluxos de caixa de cada projeto ou empresa;
  - Início do processo de negociação dos refinanciamentos de empréstimos de médio e longo prazo a vencer no ano, com pelo menos um ano de antecedência sobre a respetiva maturidade;
  - Contratação de financiamentos de médio e longo prazo de forma a reduzir a sua dependência de fundos mais voláteis de curto prazo e criando alguma imunização a fatores conjunturais dos mercados financeiros;
  - Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o ciclo de libertação de meios e do grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos pelo GRUPO;
- Procura de novas fontes de financiamento e de novos financiadores, com o objetivo de:
- Diversificação geográfica – captação de recursos nos diversos mercados em que o GRUPO desenvolve atividade;
  - Diversificação de instrumentos de dívida – captação de fundos junto de fontes alternativas, reforçando o objetivo estratégico de uma maior desintermediação bancária.

Em 2020, as necessidades de financiamento do GRUPO MOTA-ENGIL não se agravaram significativamente como resultado da pandemia Covid-19, apesar dos seus efeitos generalizados e profundos. Deste modo, o GRUPO MOTA-ENGIL manteve o financiamento à sua atividade através das facilidades de crédito disponíveis em Portugal ou nos restantes países em que opera, tendo também recorrido às “linhas de crédito Covid-19” e ao processo de moratórias promovido pelo Estado / sistema financeiro português, o que lhe permitiu adiar o pagamento de capital e juros a instituições financeiras perante as quais tinha responsabilidades financeiras em dívida em Portugal.

### Risco de crédito

Pela natureza das suas atividades, o GRUPO MOTA-ENGIL está exposto a risco de crédito, ou seja, o risco de não receber, ou não receber integralmente, os seus créditos sobre terceiros nos prazos estabelecidos ou negociados para o efeito.

O risco de crédito ao qual as atividades do GRUPO MOTA-ENGIL estão sujeitas tem natureza operacional e de tesouraria e prende-se, sobretudo, com as contas a receber decorrentes do desenvolvimento normal das suas diversas atividades, merecendo especial atenção as atividades de prestação de serviços na Região de África, em particular no mercado de Angola.

O desenvolvimento significativo da atividade do GRUPO em África e na América Latina foi em parte promovido pelo desenvolvimento de uma estratégia comercial próxima e dirigida a um elevado e crescente número de clientes, espalhados por diversas áreas de negócio e polos geográficos, o que permitiu dispersar e mitigar o risco.

Adicionalmente, regista-se o facto de alguns dos maiores projetos que o GRUPO tem em curso terem como promotores alguns dos maiores conglomerados privados a nível mundial, o que confere uma segurança acrescida ao nível da solidez financeira e de cobertura de crédito. O crescente número de projetos de infraestruturas nas regiões de África e da América Latina, apoiados por entidades multilaterais que atuam como financiadores de projetos que promovem o desenvolvimento económico e social, e, o recurso à contratação de seguros de crédito junto de reputadas companhias de seguros especializadas, asseguram um conforto adicional ao nível do risco de crédito.

Apesar da tendência reforçada nos últimos anos para o desenvolvimento de projetos de dimensão superior, o GRUPO tem uma dispersão muito significativa do seu relacionamento comercial, contando muitas vezes nesses projetos com o recebimento de adiantamentos que permitem reduzir de forma significativa o risco de crédito.

Por fim, contribui também para a mitigação do risco de crédito a implementação, no âmbito do seu Programa de *Compliance*, de um procedimento de terceiros a que corresponde uma verificação, no momento do *on boarding* e de forma recorrente, das condições dos clientes para cumprirem com as suas obrigações financeiras perante o GRUPO, para além de outros aspetos referentes à ética nas suas diversas vertentes.

### Riscos relativas à saúde e à segurança no trabalho

No setor de atividade onde opera o GRUPO MOTA-ENGIL, a sinistralidade laboral assume um carácter absolutamente incontestável, estando o GRUPO sujeito a disposições legais relativas à saúde, à segurança no trabalho e a riscos laborais.

A gestão do risco de segurança e saúde no trabalho (SST) é coordenada pelas áreas de SST das diferentes empresas do GRUPO, garantindo-se assim um enquadramento eficaz para prevenir e minimizar acidentes e problemas de saúde.

De forma a enfrentar os desafios impostos associados, por um lado, à relevância da incidência dos riscos laborais nas diversas áreas de negócio e mercados onde o GRUPO MOTA-ENGIL opera, e, por outro lado, às exigências legais associadas à saúde e à segurança no trabalho, o GRUPO tem implementado em todos estes âmbitos uma metodologia uniforme para a identificação dos perigos e a avaliação dos riscos, de forma a hierarquizar e definir medidas de controlo adequadas.

Esta metodologia tem como base de partida a análise das atividades e operações a realizar, atendendo aos recursos humanos a empregar, equipamentos a utilizar, materiais a incorporar e condicionalismos da envolvente, para assim identificar os perigos e riscos associados. Uma vez identificados, os riscos são avaliados tendo por base uma matriz que associa a probabilidade da ocorrência do risco com a severidade do mesmo.

Em linha com as melhores práticas internacionais e orientações normativas (p.e. ISO 45001:2018), o GRUPO dispõe de programas proativos de avaliação de risco que atuam no desenvolvimento de medidas de controlo, tais como:

- Formação inicial em segurança no trabalho, realizada na fase de acolhimento e de integração de novos colaboradores;
- Informação aos colaboradores sobre os riscos que se apresentam nos postos de trabalho e sobre a conduta preventiva a adotar;

- Formação em *standards* de gestão da segurança das equipas;
- Implementação de medidas de autoproteção;
- Manutenção de apólices de seguro de acidentes de trabalho;
- Realização de auditorias de verificação dos *standards* de segurança e saúde;
- Elaboração da avaliação de riscos;
- Investigação e análise de acidentes de trabalho; e
- Realização de exames de saúde.

Por outro lado, as medidas depois de implementadas são monitorizadas de forma a garantir a sua continuidade, eventual melhoria e, ou, correção de eventuais desvios.

Claro está que, perante a crise pandémica que vivemos, as medidas de mitigação de riscos foram amplamente reforçadas e adaptadas às circunstâncias vividas em cada escritório e em cada estaleiro, tendo vindo também a ser objeto de campanhas transversais de publicidade e de sensibilização interna.

### Riscos legais, regulatórios e de *compliance*

Os riscos legais são essencialmente os decorrentes do exercício da própria atividade do GRUPO, da assunção de obrigações jurídicas cujo risco não tenha sido devidamente avaliado e minimizado, podendo gerar impactos financeiros ou aumento da litigância, bem como os riscos jurídicos emergentes da diversidade dos ordenamentos jurídicos, nos quais o GRUPO está representado, assim como a exposição a níveis de litigância elevados.

A política de gestão dos riscos legais tem por objetivo garantir que as empresas do GRUPO, no exercício da sua atividade, cumprem as normas e regulamentos aplicáveis, e que ao nível das negociações e contratação, bem como de operações de fusões e aquisições, são assessoradas por advogados, *in-house* e ou externos, com vista a ser efetuada uma prévia avaliação do risco jurídico inerente à operação em causa, e bem assim, a serem encontradas soluções legalmente admissíveis, de limitar o risco, a níveis aceitáveis pelos órgãos de Administração do GRUPO.

O GRUPO MOTA-ENGIL exerce atividade em diversos países, com sistemas jurídicos distintos e com características locais próprias, pelo que o risco emergente desta diversidade legal é mitigado pela preocupação de ter os projetos, negociações e contratação acompanhados por advogados locais, conhecedores e habilitados nos sistemas jurídicos em causa, com vista a ser dado cumprimento a todas as normas e regulamentos aplicáveis, evitando impactos financeiros adversos ou o aumento da litigância.

Todo o GRUPO é monitorizado do ponto de vista jurídico e do respetivo risco de contencioso laboral, administrativo, civil e fiscal que se possa traduzir quer em danos económicos quer em danos reputacionais. Adicionalmente, existe um acompanhamento especial com o contencioso de maior valor e ou de maior risco, através da prestação de informação trimestral, reportada à respetiva Função Corporativa pelos mercados e regiões, procurando-se desta forma ter sempre informação rigorosa e atualizada, e bem assim, poderem ser atempadamente identificadas situações jurídicas que careçam de maior intervenção e acompanhamento, com vista a minimizar os seus efeitos.

Para minimizar o risco de o GRUPO atingir níveis de litigância elevados, é efetuada a gestão pré-contenciosa dos litígios com vista a, sempre que possível, obter a sua resolução extrajudicial. Não obstante, o GRUPO MOTA-ENGIL tem, sempre que entende conveniente, atendendo, nomeadamente, à opinião dos seus advogados, contestado as pretensões contra si apresentadas, pelo que, historicamente, num passado recente, o nível de condenações tem sido reduzido.

Considerando a presença em diferentes mercados (23 países distribuídos por três continentes), o GRUPO assegura ao nível técnico e operacional que cada empresa e cada unidade de negócio dá cumprimento a uma multiplicidade de exigências normativas e regulações próprias, quer de âmbito estatal, quer de âmbito setorial (negócio), garantindo a sua devida habilitação técnica e legal para a execução dos projetos a que se propõe no âmbito das negociações mantidas com os seus clientes e com outras contrapartes.

No entanto, o GRUPO MOTA-ENGIL não controla o fluxo de alterações e reforço de obrigações ou outras definições regulatórias a que está sujeito, nem eventuais alterações de interpretação dessas obrigações e outras definições regulatórias.

As empresas do GRUPO MOTA-ENGIL do segmento de tratamento e recolha seletiva de resíduos urbanos, detidas pela EGF, estão sujeitas a uma tarifa regulada e à aprovação do valor dos ativos regulados (BAR – Base de Ativos Regulados) sob os quais se aplica a TRA (Taxa de Remuneração dos Ativos) por parte da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (“ERSAR”), o que constitui um contexto regulatório complexo, exigindo um esforço de acompanhamento detalhado pela própria EGF.

Por outro lado, a MOTA-ENGIL SGPS está cotada na bolsa de valores portuguesa, no principal índice, o PSI-20, pelo que inerentemente encontra-se ao abrigo da supervisão da Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM). Sendo uma empresa com as suas ações cotadas em mercado regulamentado, a MOTA-ENGIL SGPS está, portanto, sujeita a um conjunto específico de leis e regulamentos em permanente atualização.

Ainda no âmbito da supervisão dos mercados financeiros, existem também obrigações da MOTA-ENGIL SGPS que se encontram cotadas na bolsa do Luxemburgo, cuja supervisão está ao abrigo da *Commission de Surveillance du Sector Financier*.

A Função Corporativa de *Compliance* tem um papel preponderante na monitorização do cumprimento dos diversos normativos e regras aos quais o GRUPO tem a obrigação de cumprir, mitigando desta forma os riscos de *compliance*. Em complemento, as restantes Funções Corporativas asseguram o acompanhamento em matérias mais específicas, como por exemplo, fiscalidade, *governance* e outras de índole não financeiro.

A avaliação da conformidade das políticas e procedimentos, da eficácia dos controlos internos e do apoio na prevenção e mitigação tanto de riscos de controlo como de riscos de *compliance*, implementados pela gestão do GRUPO, são objeto de verificação, o que se traduz numa análise de risco das sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação em consequência da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos e do código de ética e de conduta empresarial.

Para além do código de ética e de conduta empresarial, o GRUPO MOTA-ENGIL rege-se pelas seguintes normas internas:

- Política Anticorrupção e Suborno, Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo;
- Procedimento de Comunicação de Irregularidades;
- Procedimento de Terceiros;
- Procedimento de Ofertas e Ajudas de Custo;
- Procedimento de Donativos;
- Procedimento de Caixa; e
- Procedimento de Conflito de Interesses.

Para além do cumprimento legal e regulatório associado às atividades exercidas em cada mercado por parte das participadas do GRUPO, cada colaborador é igualmente sensibilizado a praticar as normas estabelecidas no Código de Ética e de Conduta Empresarial cuja última revisão foi realizada em outubro de 2019, e que se encontra disponível no sítio da internet da empresa, em [www.mota-engil.com](http://www.mota-engil.com).

De salientar ainda que o GRUPO MOTA-ENGIL implementou os procedimentos necessários para o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados, e acompanha em permanência esse cumprimento através do Comité de Privacidade e dos *Focal Points* regionais e de negócio.

### Riscos ambientais

O desenvolvimento da atividade do GRUPO MOTA-ENGIL está exposto a riscos ambientais, relacionados com a captação e utilização de água, materiais sobranes não incorporados nos trabalhos realizados, impactos na biodiversidade, emissões diretas e indiretas de gases com efeitos de estufa e outros, efluentes e resíduos, e outros impactos ambientais decorrentes dos produtos e serviços prestados.

A gestão do risco ambiental é coordenada pelas áreas de Qualidade e Ambiente das diferentes empresas do GRUPO MOTA-ENGIL, as quais se encontram comprometidas com a adoção de práticas sustentáveis e eficientes em todas as vertentes da atividade.

Neste sentido, o GRUPO MOTA-ENGIL tem vindo a reforçar as ações desenvolvidas no âmbito da promoção de comportamentos responsáveis e proativos, distribuindo valor partilhado para os negócios, ambiente e sociedade, em áreas consideradas como prioritárias, tais como a gestão de resíduos e a preservação de recursos.

Não obstante esta abordagem relativamente a este tipo de riscos, o GRUPO MOTA-ENGIL não pode excluir a possibilidade de ocorrência dos mesmos e, se tal se verificar, de tais riscos poderem afetar de forma adversa os seus negócios ou os resultados das suas atividades.

Os riscos ambientais a que as empresas do GRUPO MOTA-ENGIL estão expostas podem materializar-se em multas e sanções a aplicar por entidades governamentais, impactos reputacionais negativos, penalidades previstas em contratos com clientes e custos de remediação dos impactos ambientais originados.

### Riscos dos sistemas tecnológicos e da segurança dos sistemas de informação

Empresas globais como o GRUPO MOTA-ENGIL dependem fortemente da área de tecnologia da informação (TI) para executarem os seus processos e operações nos diversos negócios e geografias onde atuam, assim como para assegurar a devida fiabilidade nos processos de controlo e reporte. Para tal, o GRUPO trabalha constantemente com o objetivo de proceder à uniformização de plataformas de forma a aumentar o grau de confiança da utilização das TI e a transversalidade dos processos.

Atendendo à crescente complexidade da infraestrutura de tecnologias no GRUPO, presente em diferentes geografias, a segurança da informação tornou-se uma função essencial da missão das TI.

A governação da segurança da informação tem diferentes especificidades e um conjunto próprio de requisitos. Neste sentido, o GRUPO definiu uma política de governação ao nível da gestão dos dados, acessos, identificação de perfis, políticas de supervisão e monitorização dos mesmos, como suporte ao sistema de controlo interno, tendo ainda reforçado a qualidade de segurança dos seus sistemas, alinhando-os com as melhores práticas internacionais.

Para tal, o seu plano de recuperação de desastres tem sido monitorizado por forma a melhorar a capacidade de resposta a um eventual evento com impacto sobre as suas infraestruturas de TI.

Eventuais falhas dos sistemas tecnológicos e de segurança dos sistemas de informação poderão tornar vulneráveis as empresas do GRUPO MOTA-ENGIL a riscos de ataques cibernéticos que possam comprometer os dados pessoais retidos pelas empresas, dados contabilísticos e financeiros e informação estratégica. Eventuais falhas dos sistemas tecnológicos e de segurança dos sistemas de informação poderão expor as empresas do GRUPO MOTA-ENGIL a multas e sanções a aplicar pelos reguladores, custos de recuperação de informação, disrupção nas áreas de suporte e nas atividades operacionais.

Por outro lado, o GRUPO MOTA-ENGIL implementou um Modelo de Governo para a Proteção de Dados, tendo estabelecido auditorias regulares para aferição dos níveis de segurança e de conformidade das suas plataformas tecnológicas, permitindo assim definir medidas de segurança, de nível técnico e organizacional, de forma a minimizar os riscos de violações de dados.

Por último, até à presente data, não se verificou qualquer tipo de advertência, multa ou sanção por parte de qualquer entidade governamental ou regulador no que se refere a esta área.

## D. Políticas implementadas

Descrição das políticas: i. ambientais, ii. sociais e fiscais, iii. referentes a trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação, iv. referentes a direitos humanos e v. referentes ao combate à corrupção e às tentativas de suborno da Sociedade, incluindo as políticas de devida diligência (*due diligence*), bem como os resultados da sua aplicação, incluindo indicadores de desempenho essenciais não financeiros conexos, e respetiva comparação quanto ao ano anterior.

### Enquadramento

Desde a sua origem, a MOTA-ENGIL sempre foi conhecida pela proteção dos seus colaboradores e pela qualidade elevada das suas obras e iniciativas dedicadas à proteção do ambiente e das comunidades envolventes.

O carácter multissetorial das atividades do GRUPO e a sua presença em múltiplos contextos geográficos repercute-se hoje numa responsabilidade acrescida em matéria de sustentabilidade, necessariamente pensada e trabalhada a uma escala global, focada no bem-estar dos seus colaboradores, numa conduta ética e responsável, na satisfação dos seus clientes e parceiros e em soluções mais ecológicas.

Lado a lado com a expansão e complexidade dos negócios da MOTA-ENGIL, a sustentabilidade no GRUPO materializa-se através de um conjunto de objetivos estratégicos, nos quais se procura corporizar e dar resposta prática a inúmeros desafios. Estes visam a proteção ambiental e eficiência, gestão do capital humano, apoio ao desenvolvimento local, criação de valor, ética empresarial e relacionamento com as partes interessadas (apresentando-se em detalhe nas secções seguintes).

Dado o carácter transversal das certificações e da política de segurança, saúde, ambiente e qualidade do GRUPO, por forma a evitar a duplicação de conteúdos e uma vez que estas abarcam temáticas que são depois tratadas com maior pormenor nos pontos seguintes (questões ambientais e de segurança e saúde dos trabalhadores), refere-se neste texto de enquadramento a importância estratégica que as mesmas têm para a MOTA-ENGIL e a forma como o GRUPO se organiza neste âmbito.

Várias empresas do GRUPO tomaram a decisão estratégica de avançar com a certificação dos seus sistemas de gestão – ex. nos domínios da gestão do ambiente (ISO 14001), segurança e saúde do trabalho (ISO 45001) e da qualidade (ISO 9001). Com a globalização dos mercados e o alargamento da concorrência, a certificação tem assumido um papel cada vez mais relevante. Para fazer face às novas necessidades, o GRUPO criou a área de Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade (SHEQ). Focada na eficiência da organização, através da integração e alinhamento das áreas da segurança, saúde, ambiente e qualidade a nível regional, a criação desta estrutura transversal veio permitir a definição de objetivos comuns, a atualização da Política SHEQ e a colaboração dos vários mercados na partilha e implementação de boas práticas, contribuindo para a fundação de uma nova cultura.

A certificação integrada da região África, em 2019, nos vários âmbitos (ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001) e para os vários tipos de operação (construção, mineração e gestão de resíduos), constituiu-se no maior reconhecimento internacional desta nova abordagem, tendo sido o ano de 2020, o ano de maturação e consolidação deste novo conceito de Certificação Regional. De salientar que a Certificação da Região África foi o primeiro passo para a certificação integral e global do GRUPO, estando previsto nos próximos anos a inclusão das restantes regiões onde o GRUPO opera.

Com a ambição de ser uma empresa líder em termos de SHEQ, a MOTA-ENGIL está empenhada em garantir a aplicação de um modelo de gestão transversal aos mercados do GRUPO, sendo complementarmente um agente de mudança para todas as regiões e respetivas partes interessadas.

A **Política de SHEQ**, em linha com o plano estratégico do GRUPO, encontra-se estruturada de acordo com os seguintes princípios:

1. **Missão, Visão e Valores**, considerados como a fundação da cultura e estratégia de sustentabilidade do GRUPO MOTA-ENGIL.
2. **Sistema de Gestão Integrado e Transversal**, sendo as orientações estratégicas integradas definidas centralmente e implementadas e ajustadas em cada um dos mercados, projetos e empresas onde a MOTA-ENGIL opera.
3. **Processos Estratégicos de Suporte e Operacionais**, promovendo uma clara estruturação, priorização e monitorização das áreas consideradas críticas para a eficiência da organização.
4. **Requisitos aplicáveis ao Sistema de Gestão**, reforçando a necessidade de identificar e monitorizar todos os requisitos que interferem com a operação, nomeadamente requisitos legais, normativos, externos (clientes, parceiros, outros) e, não menos importantes, os requisitos internos do GRUPO MOTA-ENGIL.
5. **Processos Baseados no Ciclo PDCA (*Plan, Do, Control e Act*)**, garantindo que os mesmos se baseiam em objetivos proativos (*leading*) e que a sua performance é constantemente monitorizada através de *reporting* e auditorias internas, potenciando organicamente a melhoria contínua de cada processo.

6. **Responsabilização dos vários intervenientes**, promovendo o reconhecimento pelas boas práticas e a penalização no caso de incumprimento das regras consideradas cruciais para a MOTA-ENGIL.

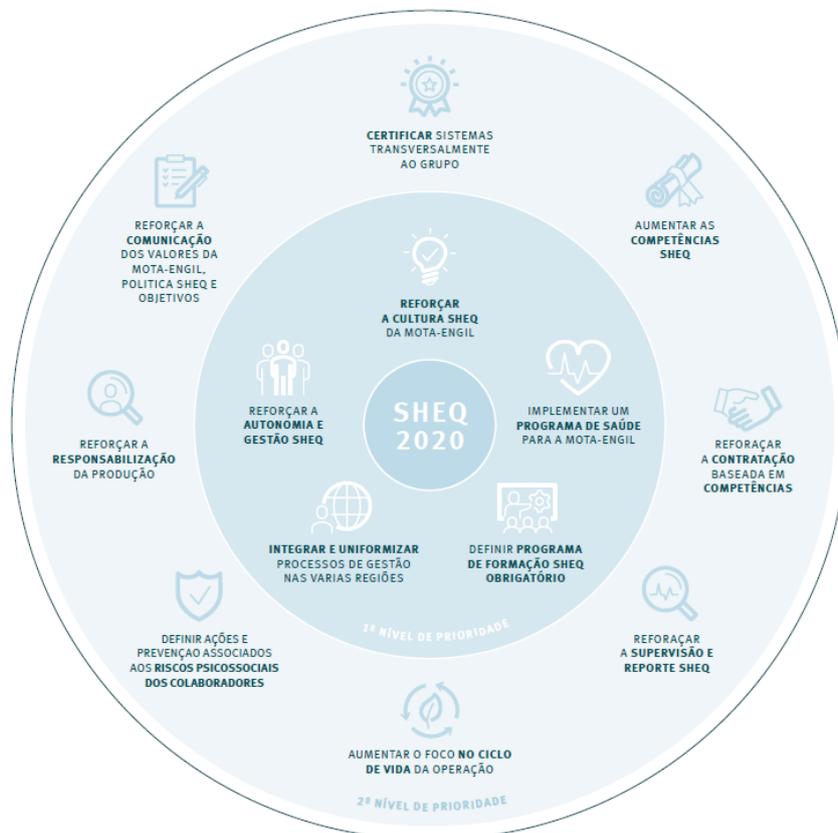
7. **Cultura SHEQ**, reforçando as preocupações do GRUPO MOTA-ENGIL na segurança e saúde dos seus colaboradores, na qualidade dos seus projetos e serviços, bem como na preservação e proteção do meio ambiente e comunidades envolventes. O reforço é traduzido em:

- (1) programas baseados em comportamento e envolvimento da Gestão de Topo;
- (2) autonomia das equipas SHEQ;
- (3) supervisão das atividades e reporte;
- (4) gestão dos riscos e oportunidades;
- (5) auscultação de todas as partes interessadas;
- (6) comunicação bilateral e eficaz.

8. **Competências**, potenciando a contratação de colaboradores, com base em competências e promovendo a sua evolução através de campanhas de formação e sensibilização.

9. **Plataformas Digitais**, garantindo a implementação de soluções tecnológicas que permitam a eficiência dos processos e a consequente proteção e controlo dos dados da MOTA-ENGIL.

Tendo por base estes princípios orientadores, em 2019 foi desenvolvida uma estratégia de SHEQ para o GRUPO, assente nos seguintes pilares de atuação:



Em 2020, não só foi iniciada a implementação de alguns dos princípios apresentados na estratégia SHEQ como foi ainda, motivado pela pandemia Covid-19, reforçado o foco da MOTA-ENGIL na proteção da saúde dos seus colaboradores.

Não obstante à estratégia SHEQ, de forma a preservar e melhorar a sua reputação e com o objetivo não só de fazer cumprir as leis, regras e regulamentos aplicáveis ao seu negócio, mas também de atingir elevados padrões internacionais de conduta empresarial, a MOTA-ENGIL definiu e tem implementado um Programa de Integridade e *Compliance*, constituído nomeadamente pelo Código de Ética e Conduta Empresarial, a Política Anticorrupção e Suborno, Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo e o Procedimento de Comunicação de Irregularidades, complementado pela avaliação de terceiros, campanhas de formação e sensibilização e canais de denúncia (*whistleblowing hotline*).

## I. Políticas ambientais

1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.

2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.

*Os indicadores satisfazem critérios de materialidade, relevância e fiabilidade, bem como de comparabilidade e suscetibilidade de verificação, mencionando-se no relatório o quadro de indicadores (nacional, europeu ou internacional) utilizado para cada assunto, bem como uma breve justificação da escolha do mesmo, apresentando-se ainda uma comparação dos mesmos face ao anterior.*

3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:

i. **Utilização sustentável dos recursos:** consumo de água, de outras matérias-primas e de energia; indicação de medidas tomadas para melhorar a eficiência da utilização daqueles recursos; indicação do recurso a medidas de promoção da eficiência energética e utilização de energias renováveis.

ii. **Poluição e alterações climáticas:** indicação dos valores de emissões de gases com efeito de estufa; indicação de emissões de poluentes para a natureza; indicação de penalizações incorridas e de medidas para prevenir, reduzir ou reparar as referidas emissões.

iii. **Economia circular e gestão de resíduos:** medidas de prevenção, reciclagem, reutilização ou outras formas de valorização e eliminação de resíduos.

iv. **Proteção da biodiversidade:** impactos causados por atividades ou operações em áreas protegidas e medidas tomadas para preservar ou restaurar a biodiversidade.

Atendendo à diversidade das operações / negócios desenvolvidos pelo GRUPO, a responsabilidade ambiental está no centro das suas preocupações, nomeadamente, no que concerne à utilização de recursos naturais, gestão de resíduos e minimização da poluição. Neste âmbito, são primeiramente identificados e cumpridos os requisitos legais de cada geografia. Para além destes requisitos e de outros definidos contratualmente, poderão ainda ser definidos requisitos mínimos transversais às diversas geografias. Portadora de valências e de *know-how* transversais aos mais diversos setores da atividade, a MOTA-ENGL coloca-se na vanguarda pelo respeito das comunidades e espaços em que se insere, promovendo as boas práticas ambientais.

Os principais impactes ambientais registam-se ao nível do consumo de matérias-primas e recursos naturais, de onde se destacam a água, energia e vários minerais. De referir que o vasto e diversificado consumo de materiais acarreta impactes na cadeia de valor, a montante através do substancial consumo dos recursos, na operação concreta e na gestão eficiente (circularidade) dos mesmos e, a jusante, na gestão dos resíduos produzidos pelas operações que não podem ser reutilizados ou reincorporados no processo produtivo, abrindo caminho à necessidade de um encaminhamento responsável para a sua deposição para fim do respetivo ciclo de vida.

Para algumas áreas de negócio, como por exemplo na gestão de resíduos, destacam-se ainda como aspetos ambientais a relevar as emissões atmosféricas e de odores, a produção de ruído, efluentes e lixiviados.

Consciente da importância de cuidar do meio em que vivemos, o GRUPO MOTA-ENGL estabeleceu como objetivos estratégicos:

### Ecoeficiência e Inovação

- Fazer mais com menos, reduzindo o consumo de recursos e incrementando a eficiência na sua utilização.
- Procurar, de forma contínua, melhorias no plano ambiental que, paralelamente, potenciem benefícios económicos.
- Incentivar a inovação como fator crítico de aumento da competitividade, estimulando o crescimento, a diversificação e a criação de novas oportunidades de negócio.

### Proteção do ambiente

- Minimizar o impacto ambiental das atividades do GRUPO, integrando a perspetiva ambiental nos processos e sistemas de gestão.
- Promover e participar em iniciativas de sensibilização e preservação dos valores ambientais.

As linhas de ação a este nível, transversais à atuação do GRUPO, centram-se especialmente:

- Na otimização do consumo de energia e na redução das emissões de gases com efeito de estufa.
- Na otimização do consumo dos recursos naturais e na reutilização, recuperação e reciclagem.

Apresenta-se de seguida uma seleção dos principais indicadores definidos neste âmbito – a informação diz respeito ao desempenho de 2020 e na sua definição e apuramento teve-se em consideração as Normas GRI (ver notas explicativas no ponto A do presente documento). Os indicadores foram selecionados por forma a refletir os principais impactos associados aos tópicos materiais da MOTA-ENGIL e as recomendações da CMVM, assim como permitir o acompanhamento dos objetivos definidos.

De referir que, no que diz respeito a não conformidades com leis e regulamentos ambientais (indicador GRI 307-1) e para o período de relato, não foram registadas muitas significativas e sanções não monetárias resultantes de não conformidades com leis e, ou, regulamentos ambientais. O pressuposto desta informação é o de que as questões colocadas têm por objeto, unicamente, processos sancionatórios (de natureza meramente administrativa, contraordenacional ou penal), cujo desfecho tenha sido definitivo em 2020 e envolvendo, direta (coimas, multas, etc.) ou indiretamente (exemplo: custos de operações de limpeza), montantes significativos, entendendo-se estes de valor mínimo de 50.000 euros.

Remete-se para o Relatório de Sustentabilidade de 2020 da MOTA-ENGIL o acesso a informação mais detalhada sobre o desempenho do GRUPO, formas de gestão e ações empreendidas. De referir ainda que, à presente data, está em curso o processo de consolidação das metodologias de apuramento dos dados ambientais (conforme referido no ponto A do presente documento), motivo pelo qual os resultados dos indicadores a seguir apresentados devem ser considerados como preliminares e, na existência de diferenças, devem considerar-se os dados constantes do Relatório de Sustentabilidade de 2020.

#### i. Utilização sustentável dos recursos

O tipo e a quantidade de materiais usados por uma organização refletem a dependência de recursos naturais e os impactos que estes têm na sua disponibilidade.

Para o consumo de materiais da MOTA-ENGIL apresentam-se, nos quadros seguintes, os dados referentes às tipologias de materiais considerados como mais representativos das diversas atividades do GRUPO (Norma GRI 301: Materiais (2016)), com destaque para os materiais associados à área de negócio da engenharia e construção, onde este consumo é mais significativo. De referir que, neste âmbito, o consumo de materiais pode ser muito variável entre geografias e entre anos, uma vez que depende da natureza e dimensão dos projetos de construção. A MOTA-ENGIL encontra-se a analisar a viabilidade de se definir um indicador relativo que permita mais facilmente medir o seu desempenho em termos do consumo dos materiais.

Destaque-se, também, o consumo de AEIRU - Agregado Artificial proveniente das Escórias de Incineração de Resíduos Urbanos, produzido pelas empresas da EGF em resultado da valorização energética de resíduos, e que as próprias empresas utilizam, por exemplo, como cobertura de aterros e caminhos. De referir, ainda, que este produto se encontra certificado, apresentando marcação CE, para utilização na construção rodoviária – base e sub-base –, e que constitui um exemplo perfeito de economia circular, poupando o recurso aos agregados naturais, tantas vezes extraídos de pedreiras e rios.

Os materiais estão divididos de acordo com a sua natureza (renovável ou não renovável). No caso dos dados dos materiais não renováveis, estes são apresentados em unidade de volume ou peso, de acordo com as suas características (ver notas abaixo indicadas).

#### Consumo total de materiais usados por peso ou volume (GRI 301-1)

Região	Materiais renováveis (toneladas)
Europa	25 803,1
África	1 554,5
América Latina	1 355,6
Total	28 713,3

Nota 1: O consumo de materiais renováveis diz essencialmente respeito a agregado AEIRU - Agregado Artificial proveniente das Escórias de Incineração de Resíduos Urbanos, a madeira, e a papel.

Nota 2: Deve ser consultado o Relatório de Sustentabilidade de 2020 para acesso às notas metodológicas relativas ao apuramento do indicador (pressupostos, exclusões, fatores de conversão, entre outras informações).

Região	Materiais não renováveis (m <sup>3</sup> ) (1)	Materiais não renováveis (toneladas) (2)
Europa	5 279,1	7 643 125,9
África	237,0	2 387 613,4
América Latina	0,0053	2 032 552,2
Total	5 516,2	12 063 291,4

Nota 1: Nos materiais indicados em unidade de volume (m<sup>3</sup>) incluem-se: tintas/vernizes/esmaltes/diluentes; lubrificantes / massas; químicos; entre outros.

Nota 2: Nos materiais indicados em unidade de peso incluem-se: agregados pétreos; cimento; betume e emulsões betuminosas; aço; explosivos; acumuladores; sacos plásticos; pneus; entre outros.

Nota 3: Deve ser consultado o Relatório de Sustentabilidade de 2020 para acesso às notas metodológicas relativas ao apuramento do indicador (pressupostos, exclusões, entre outras informações).

Uma compreensão abrangente do uso de água é fundamental por forma a permitir às organizações avaliarem os seus impactes, quer nos recursos hídricos que beneficiam todo o ecossistema, quer noutros utilizadores de água e na própria organização.

Apresentam-se na tabela seguinte os quantitativos de captação de água do GRUPO MOTA-ENGIL, de acordo com a sua origem (Norma GRI 303: Água e Efluentes (2018)). De referir que o valor desproporcionalmente elevado da geografia Europa se deve à água captada do rio Tejo (95 441 833 m<sup>3</sup>) para arrefecimento do circuito água-vapor da Central de Valorização Energética da Valorsul (empresa EGF), sendo esta devolvida na totalidade ao meio hídrico com um ligeiro aumento de temperatura. Se este valor for excluído dos quantitativos totais, verifica-se que aproximadamente 51% da água captada é proveniente de água superficial (especialmente relevante para as empresas do setor da engenharia e construção e mineração), 26% de água adquirida a terceiros e 23% proveniente de água subterrânea.

#### Captação de água (GRI 303-3)

Região	Água superficial (m <sup>3</sup> )	Água subterrânea (m <sup>3</sup> )	Água adquirida a terceiros (m <sup>3</sup> )	Total de água captada (m <sup>3</sup> )
Europa	95 455 105,6	511 549,3	500 220,8	96 466 875,7
África	1 078 173,0	70 808,1	147 059,2	1 296 040,3
América Latina	356 233,2	55 218,9	79 951,5	491 403,6
Total	96 889 511,7	637 576,3	727 231,5	98 254 319,6

Nota 1: A fonte "água adquirida a terceiros" inclui o abastecimento de água por entidades gestoras municipais.

Nota 2: Deve ser consultado o Relatório de Sustentabilidade de 2020 para acesso às notas metodológicas relativas ao apuramento do indicador (pressupostos, exclusões, entre outras informações).

O consumo de energia é essencial para o funcionamento de qualquer atividade. O uso mais eficiente de energia e a opção por fontes de energia renováveis são essenciais para combater as alterações climáticas e reduzir a pegada ambiental geral da organização.

Na tabela seguinte encontra-se sistematizado o consumo de energia na MOTA-ENGIL (Norma GRI 302: Energia (2016)). De referir uma elevada dependência dos combustíveis fósseis (com destaque para o gasóleo), resultante da sua utilização em viaturas (ligeiras e pesadas), geradores, equipamentos, entre outros – particularmente relevante nas áreas de negócio da engenharia e construção, da mineração, da logística (transporte ferroviário de mercadorias) e na gestão de resíduos.

**Consumo de energia dentro da organização (GRI 302-1)**

Região	Consumo total de energia não renovável (GJ)	Consumo total de energia renovável (GJ)	Consumo total de energia adquirida para consumo (GJ)	Total de energia vendida (GJ)
Europa	2 124 114,6	2 983,2	288 723,2	1 658 258,0
África	2 579 305,7	0,0	38 760,1	0,0
América Latina	1 287 594,8	7,9	13 922,8	0,0
Total	5 991 015,2	2 991,1	341 406,2	1 658 258,0

Nota 1: O consumo total de energia não renovável inclui, dependendo das geografias e área de negócio, o consumo de gasóleo, gás natural, gás butano e propano, gasolina, carvão, entre outros.

Nota 2: Deve ser consultado o Relatório de Sustentabilidade de 2020 para acesso às notas metodológicas relativas ao apuramento do indicador (pressupostos, exclusões, fatores de conversão, entre outras informações).

No que diz respeito à energia adquirida, esta diz respeito essencialmente ao consumo de eletricidade, registando-se também a existência de energia gerada pela própria organização, para consumo próprio e também venda (associado a processos de cogeração, com destaque para a Central de Valorização Energética da Valorsul).

De referir ainda que o GRUPO MOTA-ENGIL opera no setor da produção de energia no México (valores não incluídos na tabela acima).

**ii. Poluição e alterações climáticas**

O combate às alterações climáticas é um dos maiores desafios que a Humanidade enfrenta e as emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE), geradas pelas atividades humanas, um dos principais fatores que contribuem para esta problemática.

Na MOTA-ENGIL, o consumo de combustíveis não renováveis é o fator que mais contribui para emissões diretas (Âmbito 1) – ver ponto anterior. No que diz respeito às emissões indiretas provenientes da aquisição de energia (Âmbito 2), estas resultam essencialmente do consumo de energia elétrica. Os dados das emissões de GEE (indicadores 305-1 e 305-2, da Norma GRI 305: Emissões (2016)) encontram-se, à data de publicação do presente relatório, a ser consolidadas, remetendo-se para o Relatório de Sustentabilidade 2020 para mais informação.

No que diz respeito aos poluentes atmosféricos, refiram-se as emissões que resultam das atividades das empresas de resíduos, com destaque para as da EGF. Os dados a seguir indicados dizem respeito às emissões, de 2020, das centrais de digestão anaeróbia e aterros sanitários (incluindo emissões difusas), assim como da Central de Valorização Energética da Valorsul, localizadas em Portugal.

Em qualquer uns dos casos estão implementadas medidas de controlo / tratamento e de monitorização das emissões, conforme as condições definidas nas respetivas licenças e dando cumprimento à legislação aplicável. Refira-se por exemplo que, no caso da Central de Valorização Energética e ao longo dos últimos quase 20 anos de recolha e análise de dados aos parâmetros ambientais da região envolvente da Central, em estudos conduzidos, sempre que possível, por entidades independentes, os resultados foram positivos e consistentes, demonstrando que a atividade da Central não revela impactes negativos na qualidade ambiental da envolvente.

**Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas (GRI 305-7)**

Emissões atmosféricas (toneladas)	
Óxidos de azoto (NOx)	710,1
Óxidos de enxofre (SOx)	25,6
Compostos Orgânicos Voláteis (COV)	159,3

Emissões atmosféricas (toneladas)	
Poluentes tóxicos (HAP)	0,3
Partículas	9,3
Monóxido de carbono (CO)	301,9
Metano (CH4)	27 434,0
Dióxido de Carbono (CO2)	681 427,1
Compostos Orgânicos Voláteis Não Metânicos (COVNM)	20,0

Nota 1: Deve ser consultado o Relatório de Sustentabilidade de 2020 para acesso às notas metodológicas relativas ao apuramento do indicador.

### iii. Economia circular e gestão de resíduos

Os resíduos podem ser gerados nas próprias atividades das organizações, por exemplo, durante a produção dos seus produtos e prestação de serviços, assim como nas suas cadeias de valor. Refira-se que a MOTA-ENGIL, para além da produção de resíduos por via das suas diversas atividades, desempenha um importante papel na minimização dos impactes ambientais associados aos resíduos nas geografias onde as suas empresas de gestão de resíduos operam.

No que diz respeito às atividades próprias, os resíduos associados à área de negócio da engenharia e construção, dependendo da natureza e dimensão dos projetos em curso, podem ser significativos. Os quantitativos de resíduos perigosos e não perigosos, por tipo de destino final, encontram-se indicados na tabela seguinte (Norma GRI 306: Resíduos (2020)).

#### Resíduos gerados (GRI 306-3)

Região	Resíduos perigosos (toneladas)		Resíduos não perigosos (toneladas)		Total (toneladas)
	Operações de valorização	Operações de eliminação	Operações de valorização	Operações de eliminação	
Europa	2 930,7	7 817,5	241 851,3	31 488,6	284 088,1
África	5 430,2	959,8	36 889,9	122 904,3	166 184,1
América Latina	105,3	301,2	3 556,4	14 769,5	18 732,4
Total	8 466,2	9 078,5	282 297,6	169 162,3	469 004,6

Nota 1: Os quantitativos reportados dizem respeito aos resíduos produzidos pelas atividades próprias das empresas do GRUPO, com exceção da Vista Waste (Angola). Não contemplam os resíduos tratados pelas empresas de gestão de resíduos.

Nota 2: Na região Europa os resíduos não perigosos, destinados a operações de valorização, apresentam um valor muito elevado quando comparado com outras regiões, devido ao facto de na Polónia se estar a contabilizar os solos movimentados (superficiais e outros) como resíduo, conforme requisito legal nacional.

Nota 3: Deve ser consultado o Relatório de Sustentabilidade de 2020 para acesso às notas metodológicas relativas ao apuramento do indicador (pressupostos, exclusões, entre outras informações).

O encaminhamento para destino final adequado é fundamental para se reduzir os impactes negativos associados aos resíduos, quer para o ambiente, quer para as comunidades locais. É preocupação da MOTA-ENGIL assegurar esse destino final adequado, com particular destaque para as operações de valorização, sempre que as características dos resíduos e as infraestruturas existentes nas geografias onde opera o permitam. A valorização dos resíduos constitui uma importante medida de circularidade, permitindo o reaproveitamento dos recursos, evitando-se a extração de matérias-primas virgens e contribuindo-se para uma menor pegada de carbono, entre outros benefícios.

### iv. Proteção da biodiversidade

A maioria das instalações operacionais da MOTA-ENGIL não estão localizadas em áreas protegidas ou em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas (Indicador GRI 304-1, Norma GRI 304: Biodiversidade (2016)) exceção feita a algumas instalações da EGF (na área da gestão de resíduos) e à empresa CAPSFIL:

- A Valorsul é adjacente à Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo, estabelecida ao abrigo da Diretiva Aves, e que se destina essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves e seus habitats;
- No caso da Algar, o Aterro Sanitário do Sotavento localiza-se na freguesia de Salir, concelho de Loulé, e insere-se nas seguintes áreas que integram a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA): Sítio de Importância Comunitária Caldeirão (PTCON0057) e Zona de Proteção Especial Caldeirão (com o mesmo código), da Rede Natura 2000 (RN2000), e ainda na Zona Húmida com interesse internacional de conservação (Convenção de Ramsar), Ribeira do Vascão;
- No caso da Resiestrela, esta está localizada no interior do Parque Natural da Serra da Estrela. (Instalações da pedreira, parcialmente dentro da zona de Rede Ecológica Nacional); No caso da CAPSFIL, tratam-se de instalações da pedreira, localizadas parcialmente dentro de uma zona classificada como Reserva Ecológica Nacional (REN).

De referir ainda que poderão verificar-se situações de projetos de construção que decorrem dentro ou em áreas adjacentes a áreas protegidas, como é o caso de atividades de construção ocorridas em 2020 na Polónia, Brasil e Colômbia.

Em qualquer um dos casos, as empresas do GRUPO dão cumprimento à legislação vigente, às condições definidas em licenças ambientais e de exploração, assim como aos requisitos dos donos de obra, e a medidas de minimização, definidas no âmbito da avaliação de impacto ambiental (quando aplicável), visando a salvaguarda dos *habitats* e das espécies.

## II. Políticas sociais e fiscais

1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.

2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.

3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:

**i. Compromisso da empresa com a comunidade:** o impacto da atividade da Sociedade no emprego e no desenvolvimento local; o impacto da atividade da Sociedade nas populações locais e no território; as relações mantidas com os agentes da comunidade local e os respetivos meios de diálogo; as ações de parceria ou de patrocínio.

**ii. Subcontratação e fornecedores:** a inclusão na política de compras de questões sociais, de igualdade de género e ambientais; a consideração nas relações com os fornecedores e subcontratantes da sua responsabilidade social, ambiental e de *governance*; sistemas de controlo e auditoria e respetivos resultados. Sempre que possível, incluir uma referência ao facto de os fornecedores da Sociedade aplicarem políticas coerentes com as que foram estabelecidas pela Sociedade.

**iii. Consumidores:** medidas para a saúde e segurança dos consumidores; sistemas de receção de reclamações e respetivo tratamento e resolução, nomeadamente o número de reclamações recebidas e o número de reclamações pendentes, bem como aquelas em que foi dada razão ao reclamante, inquéritos de satisfação, e indicação do responsável pelas reclamações.

**iv. Investimento responsável:** se aplicável, informação sobre o investimento responsável que a Sociedade almejou atrair, incluindo quanto à emissão/aquisição de *green bonds* ou de *SDG-linked bonds*.

**v. Stakeholders:** informação quanto a eventuais formas de auscultação dos *stakeholders*.

**vi. Informação fiscal:** informação sobre medidas ou atos com impacto fiscal, incluindo eventuais subsídios ou qualquer tipo de subvenção ou vantagem patrimonial atribuída pelo Estado.

Trabalhando por um desenvolvimento integrado e sustentável, o GRUPO MOTA-ENGIL procura, através da sua estratégia e atuação, assegurar um efetivo contributo para o desenvolvimento integrado das comunidades onde exerce a sua atividade, em particular através da geração de emprego, mas também nos domínios social, cultural, educativo, formativo e ambiental.

Estamos convictos de que assim contribuiremos para uma sociedade mais próspera e mais justa, assegurando a melhoria e qualidade de vida das populações, lado a lado com a evolução do crescimento económico, coesão social e proteção do ambiente. Consciente da relevância do estabelecimento de relações de confiança junto da generalidade dos seus *stakeholders* e das comunidades onde atua, o GRUPO MOTA-ENGIL estabeleceu como objetivos estratégicos:

### Diálogo com os *stakeholders*

- Promover a transparência e a abertura no relacionamento com os *stakeholders*.
- Comunicar de forma regular e sistematizada com os *stakeholders*, visando auscultar e integrar as suas preocupações.
- Apresentar um relato objetivo e credível do desempenho económico, social e ambiental.

### Apoio ao desenvolvimento local

- Apoiar iniciativas de carácter social, educativo, cultural e ambiental promovidas pelo GRUPO ou em parceria com entidades externas.
- Contribuir, através de mecenato, para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades onde desenvolve a sua atividade.

Apresenta-se de seguida uma seleção de informação relativa às principais atividades realizadas pelo GRUPO neste âmbito e remete-se para o Relatório de Sustentabilidade de 2020 da MOTA-ENGIL o acesso a informação mais detalhada sobre as formas de gestão e ações empreendidas.

### i. Compromisso da empresa com a comunidade

Presente em três continentes, e transportando consigo uma experiência inigualável nas relações pessoais e institucionais, a MOTA-ENGIL congratula-se por manter um diálogo aberto e confiante com as comunidades locais.

Inspirado no lema “Pensar Global, Agir Local”, o GRUPO MOTA-ENGIL destaca-se com uma vertente muito forte de interação e desenvolvimento local, apoiando as comunidades e as causas sociais locais em todas as regiões onde marca presença, promovendo o desenvolvimento local e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa. Quer através das suas equipas locais, quer por via da Fundação Manuel António da Mota, a MOTA-ENGIL tem vindo a apoiar a criação de infraestruturas básicas e apresenta um conjunto diversificado de programas e apoios, estando também disponível para prestar auxílio nas situações de maior fragilidade das comunidades.

Consciente da sua importância para o desenvolvimento local das comunidades, a MOTA-ENGIL desenvolveu, em 2020, uma grande diversidade de iniciativas. A aproximação e construção de relações contínuas e duradouras são objetivos presentes no dia-a-dia do GRUPO como entidade socialmente responsável.

Em 2020, de entre as várias iniciativas realizadas pelo GRUPO, refira-se:

- A doação de equipamentos médicos de alta tecnologia para estabelecimentos hospitalares e centros de apoio à Covid-19.
- Desenvolvimento de campanhas e ações de sensibilização ambiental junto das comunidades locais e de escolas.
- Apoio a pessoa em condição de sem-abrigo, através da realização de obras de reparação de uma casa, contribuindo, deste modo, para que este deixasse de viver debaixo de um viaduto na cidade do Porto e começasse o seu processo de reintegração na sociedade.
- Doação de livros, manuais escolares e equipamentos desportivos a uma escola do Malauí e criação de uma relação permanente com esta instituição de ensino.
- No âmbito da construção do Hospital Geral de Cabinda, e com o suporte e orientação da Fundação Manuel António da Mota, a MOTA-ENGIL ANGOLA tem vindo a realizar diversas atividades de carácter social junto das comunidades circundantes, das quais se destacam: a entrega de *kits* escolares e brinquedos a escolas e orfanatos; a reabilitação de salas de aulas da escola primária de Simindele e a criação de uma biblioteca; a reabilitação do posto de polícia de Chibodo; a limpeza / reabilitação do campo de jogos da comunidade local e a valorização de resíduos da construção civil.
- No âmbito da construção do Instituto Hematológico Pediátrico, e com o suporte e orientação da Fundação, a MOTA-ENGIL ANGOLA tem vindo igualmente a realizar diversas atividades de carácter social junto das comunidades circundantes, das quais se destacam a reabilitação dos edifícios da comunidade de leprosos da Funda – Luanda, a reabilitação da área de neonatologia e impermeabilização da cobertura do Hospital Pediátrico David Bernardino, bem como o fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado para o edifício sede do Ministério da Saúde.

#### Ação da Fundação Manuel António da Mota

A Fundação Manuel António da Mota (FMAM ou Fundação) é um importante instrumento da política de responsabilidade social do GRUPO MOTA-ENGIL, enquanto expressão organizada e sistematizada de uma gestão ética e socialmente comprometida, em nome de uma cidadania empresarial ativa e participativa.

Instituída pelo GRUPO MOTA-ENGIL e pela família Mota, sua acionista de referência, a Fundação procura ir ao encontro de uma visão estratégica geradora de valor a longo prazo, assente nos princípios mais amplos do desenvolvimento sustentável, concretizados através de uma política de responsabilidade social coerente e estruturada e em linha com a matriz empresarial do GRUPO. Em 2020 a Fundação completou uma década de atividade.

Com sede na cidade do Porto, a Fundação tem como objetivos estratégicos o desenvolvimento social, a atribuição anual do Prémio Manuel António da Mota, o apoio à educação e formação, a promoção da cultura e o acesso à fruição dos bens culturais. Exerce a sua ação em todo o território nacional e nos países onde o GRUPO Mota-Engil marca presença.

Em 2020 e face à crise pandémica, a Fundação acorreu a vários pedidos que lhe foram dirigidos, apoiando financeiramente a aquisição de bens e equipamentos de higienização e proteção individual e a provisão de ajuda alimentar, procurando assim mitigar as dificuldades sentidas pelas instituições da economia social.

A resposta à Covid-19 foi um traço muito significativo da atividade da Fundação em 2020 e não obstante os constrangimentos a que teve de fazer face, com reflexos num ou noutro segmento da sua atividade, deu continuidade aos eixos fundamentais que norteiam a sua atuação. A Fundação prosseguiu o seu trabalho ininterruptamente, dando corpo e execução, em conjunto com os seus parceiros e beneficiários, aos múltiplos projetos em que está envolvida, para além dos inúmeros apoios atribuídos a instituições da economia social nos mais diversos domínios.

A capacidade de responder às questões mais emergentes não invalidou, portanto, a prossecução por parte da Fundação de uma estratégia focada em projetos, programas e iniciativas de carácter plurianual geradores de impacto social, potenciando desta forma a capacidade das instituições apoiadas em produzirem efeitos transformadores e duradouros junto das pessoas que beneficiam das suas valências e serviços.

Num ano que foi tão difícil e marcante para a sociedade portuguesa, a Fundação manteve-se fiel à sua divisa “Ver, Ouvir, Agir” e ao seu rumo de procurar contribuir para uma sociedade mais justa, coesa e solidária.

- **Desenvolvimento social:**

O investimento social estratégico na comunidade privilegia a ação em favor dos grupos sociais vulneráveis e mais desfavorecidos e uma especial sensibilidade pelas situações emergentes procurando, através do seu esforço solidário, combater a pobreza e a exclusão e promover a inserção social e a cidadania plena. Através de programas e apoios nas áreas da solidariedade social, deficiência, saúde, habitação, desporto, entre outras, a Fundação visa assim contribuir para o fortalecimento e a sustentabilidade do terceiro setor, apoiando projetos de reconhecida relevância e impacto sociais.

Na área do desenvolvimento humano e social, a habitação, deficiência e saúde continuaram a destacar-se enquanto setores de intervenção, em linha com os anos anteriores.

O programa “Uma obra, um projeto”, que se destina a apoiar a realização de projetos em territórios onde a MOTA-ENGIL tenha intervenção na execução de obras de referência, foi prosseguido no concelho de Vila Pouca de Aguiar e iniciado no concelho alentejano do Alandroal, tendo sido realizadas obras de reabilitação de um conjunto de habitações degradadas de várias famílias carenciadas em ambos os concelhos, em colaboração com as respetivas edilidades e a associação “Just a Change” que mobilizou estudantes universitários para a sua execução no período das suas férias escolares.

Os programas “Porto Amigo”, com a Câmara Municipal do Porto, associação “Just a Change” e “G.A.S. Porto – Grupo de Ação Social do Porto” – no âmbito da linha de financiamento “Parcerias para o Impacto” da “Portugal Inovação Social” –, e “Habitat”, em parceria com a filial portuguesa da Habitat for Humanity International, ainda no domínio da habitação, contribuíram para a resolução dos problemas habitacionais de famílias económica e socialmente vulneráveis nos concelhos do Porto e Amarante, respetivamente. No caso do “Porto Amigo” e apesar dos condicionalismos ditados pelas medidas de combate à pandemia, tratou-se do melhor ano de sempre no que toca ao número de projetos executados (reabilitação de seis casas de idosos carenciados residentes no Porto, tendo beneficiado onze pessoas).

Na área da deficiência, e numa parceria com a Fundação Montepio, o programa “Mobilidade Integrada” de auxílio à aquisição de produtos de apoio e intervenções na esfera habitacional em benefício de cidadãos deficientes com poucos recursos económicos, prosseguiu a sua execução.

No domínio da saúde, a Fundação manteve o seu apoio a doentes oncológicos e suas famílias, por via dos protocolos definidos com a Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleos Regionais do Norte, Centro e Sul –, com o Instituto Português de Oncologia do Porto, com o Instituto Português de Oncologia de Coimbra e com o Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra. Apoiou ainda várias IPSS, como por exemplo a Acreditar - Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro. A Fundação tem vindo a renovar, ano após ano, o apoio concedido para suportar os custos de funcionamento da Casa de Coimbra, o que veio a suceder igualmente em 2020. Paralelamente e nos anos de 2019 e 2020, a Fundação alargou o seu apoio à casa do Porto da Acreditar, tendo em vista a cobertura das despesas de manutenção de um dos quartos da casa. De destacar também o apoio ao Mundo a Sorrir – Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses, que tem como principais objetivos a promoção do direito à saúde oral em Portugal e no mundo.

- **Apoio social e familiar aos colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL:**

O apoio social e familiar aos colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL tem sido igualmente um eixo marcante da atividade da Fundação.

Neste capítulo, a Fundação deu continuidade aos programas vigentes, “Bolsas de Estudo”, “Fundo de Apoio Social”, “Fundo 1+2”, “Consultório Financeiro” e “Primeira Infância”, cobrindo um amplo espectro de necessidades, como sejam, respetivamente, o acesso ao ensino superior para os filhos dos colaboradores de menores recursos económicos, o apoio pecuniário em situações de vulnerabilidade económica pessoal ou familiar, a resposta especializada a situações de sobre-endividamento, culminando no apoio à natalidade, dirigido a todos os colaboradores que sejam pais ou mães, e na frequência de creches pelos filhos dos colaboradores de menores recursos.

- **Projetos internacionais:**

No plano internacional, e em particular em África com a criação do programa “Mota-Engil African Initiatives”, sob o qual são concebidos e executados todos os projetos no domínio da responsabilidade social a decorrer no continente africano, era intenção da Fundação iniciar e concluir em 2020 a 1.ª edição do “Prémio Manuel António da Mota – Uma vida em Angola”, anunciado um ano antes. Tal não veio infelizmente a acontecer, devido à crise sanitária.

De referir, no entanto, que no âmbito da presença das forças armadas portuguesas na República Centro-Africana, através da 7.ª Força Nacional Destacada na República Centro-Africana, sob a égide da ONU, foi realizada uma ação de solidariedade que passou pela distribuição de diverso material hospitalar, desportivo e brinquedos ao Centro Hospitalar e Universitário Pediátrico de Bangui, capital do país. A Fundação associou-se ao esforço solidário das forças armadas nacionais através da doação de produtos necessários para a manutenção das infraestruturas do Hospital.

- **Prémio Manuel António da Mota:**

O Prémio Manuel António da Mota, que visa honrar e homenagear a memória do fundador da MOTA-ENGL é porventura a mais emblemática e mediatizada iniciativa da Fundação, tendo como objetivo distinguir, todos os anos, organizações que se destaquem nos vários domínios de atividade da FMAM. Em 2020 elegeram como mote, da sua 11.ª edição, o tema “Portugal Vence a Covid-19”, premiando as instituições que se distinguiram no combate à crise epidémica e às suas consequências nas áreas do combate à pobreza e exclusão social, saúde, educação, emprego, inovação e empreendedorismo social, inclusão digital e tecnológica e apoio à família.

A Associação para o Desenvolvimento do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve, com o projeto “ABC-COVID”, foi a vencedora, tendo recebido o 1.º prémio no valor de 50.000 euros. A par desta associação foram ainda distinguidas: a Associação Tempos Brilhantes, 2.ª classificada, com um prémio de 25.000 euros; a Associação de Socorros Mútuos Mutualista Covilhanense, 3.ª classificada, com um prémio de 10.000 euros; a cada uma das sete menções honrosas, foram atribuídos 5.000 euros.

- **Educação e formação:**

Cumprindo um dos seus objetivos estratégicos, a FMAM manteve o seu apoio à educação, formação e qualificação de jovens e adultos, em particular junto dos públicos mais desfavorecidos, valorizando o potencial humano e promovendo a inserção social e profissional.

No domínio da educação e formação, o combate ao insucesso educativo e ao abandono escolar precoce dos jovens que não se encontram em processo de educação, formação ou presença no mercado de emprego, continuaram a pautar a atuação da Fundação, através dos apoios aos projetos Arco Maior e Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos, pioneiros em Portugal na resposta a esta problemática.

Visando favorecer a permanência no ensino superior de jovens com dificuldades económicas, a Fundação apoiou a Universidade de Évora, Instituto Politécnico do Porto e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no financiamento de respostas a esta problemática.

Com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e no âmbito do projeto denominado “Cantinho do Estudo” – com o intuito de favorecer a melhoria das aprendizagens e das condições de estudo dos alunos dos agrupamentos de escolas do concelho gaiense –, deu-se continuidade a esta parceria no âmbito de uma candidatura à linha de financiamento “Parcerias para o Impacto” gerida pela estrutura de missão “Portugal Inovação Social”, projeto este que iria concluir-se no final do ano letivo 2019/2020, mas que haverá de prolongar-se até ao final do ano letivo de 2020/2021.

Além do projeto “Jovens Empreendedores - Construir o Futuro”, de que a Fundação é a principal patrocinadora desde a 1.ª edição, deu-se início ao projeto “Jump Box” de capacitação para jovens maiores de 18 anos, promovido pelo IET - Instituto Empresarial do Tâmega no âmbito de uma “Parceria para o Impacto” em que a Fundação figura como investidora social.

- **Cultura:**

A valorização da cultura e a promoção do acesso aos bens culturais são um importante objetivo para a FMAM, procurando apoiar instituições e iniciativas que promovam uma maior aproximação entre os cidadãos e a cultura, divulgando e apoiando o trabalho de jovens artistas e protagonizando projetos próprios que enriqueçam o panorama cultural nacional, num quadro de transversalidade com os demais objetivos estratégicos da Fundação, em que o desenvolvimento social, a educação, a formação e a cultura se mostram interligados e interdependentes.

No domínio cultural destaca-se, uma vez mais, o apoio à realização do projeto “Cultura em Expansão”, iniciativa da Câmara Municipal do Porto, bem como o suporte financeiro e logístico à realização na cidade do Porto da “XXII edição do Concurso Internacional de Santa Cecília”, concurso de piano que continua a trazer à cidade do Porto dezenas de jovens pianistas provenientes de diversos países.

A convite da CNU – Comissão Nacional da UNESCO e patrocinado pela Fundação teve lugar pela primeira vez a iniciativa Prémio “Fundação Manuel António da Mota para Clubes UNESCO”, a atribuir anualmente a Clubes UNESCO pertencentes à Rede Portuguesa, e que visa reconhecer e valorizar publicamente o papel desenvolvido pelos Centros e Clubes UNESCO de divulgação e promoção da organização, dos seus ideais e das suas áreas de ação.

- **Abertura à comunidade:**

A Fundação prossegue uma política de utilização dos seus espaços caracterizada pelo espírito de serviço e abertura à comunidade. Para além da atividade que desenvolve no cumprimento dos seus objetivos estratégicos, a Fundação acolhe regularmente nas suas instalações as organizações da sociedade civil e do terceiro setor que, por insuficiência dos seus recursos materiais ou financeiros, aí queiram realizar reuniões, sessões de trabalho, ações de formação ou outras atividades, podendo fazê-lo livremente, com toda a privacidade e conforto e em condições de gratuidade.

Os espaços da Fundação, mormente a sua sala de exposições, foram mais uma vez palco de diversas iniciativas culturais, embora em número aquém do que havia sido inicialmente planeado, face às medidas de contenção da crise sanitária.

A Fundação acolheu a “XXXIV Exposição Coletiva dos Sócios da Árvore”, em colaboração com esta cooperativa de artistas da cidade do Porto, e que contou com um vasto conjunto de obras produzidas pelos artistas sócios da Árvore, reeditando um evento já realizado em anos anteriores.

Acolheu igualmente no final de 2020 a 16.ª edição do “CRIDEM - Concurso Nacional de Obras de Expressão Plástica de Pessoas com Deficiência Intelectual”, evento promovido pela APPACDM do Porto, e que conta com os apoios da Fundação Manuel António da Mota, Fundação Montepio e o Alto Patrocínio do Senhor Presidente da República. Concorreram à presente edição 60 instituições de todo o país, tendo sido apresentadas 125 obras de arte nas diversas categorias do concurso (Pintura, Desenho, Escultura, Têxteis e Outras expressões plásticas), naquela que é uma bienal singular e muitíssimo relevante no panorama artístico nacional da arte que é idealizada e produzida pelas pessoas com deficiência.

O auditório da Fundação, habitual local da realização de diversos eventos protagonizados pela Fundação, como o seu Ciclo de Música anual ou os ensaios por parte do seu Coro Sénior, e por instituições que aí realizam gratuitamente as suas ações, viu a sua ocupação fortemente restringida, reduzindo assim de forma muito expressiva a atividade aí realizada.

- **Representação institucional:**

Para além da presença regular em diversos eventos, onde a Fundação se faz representar como participante ou como oradora, em menor número em 2020 e grande parte dos quais realizados por meios telemáticos, cumpre ainda assinalar a continuidade da pertença a diversos organismos associativos, como são os casos do Centro Português de Fundações, GRACE – Empresas Responsáveis e EPIS – Empresários pela Inclusão Social, integrando a Direção da última e, a partir do triénio 2021/2023, a presidência da Mesa da Assembleia-Geral da segunda.

A par disso, a Fundação é ainda membro do Conselho Consultivo da Comissão Nacional da UNESCO e do Conselho Municipal de Cultura da Câmara Municipal do Porto.

ii. **Subcontratação e fornecedores**

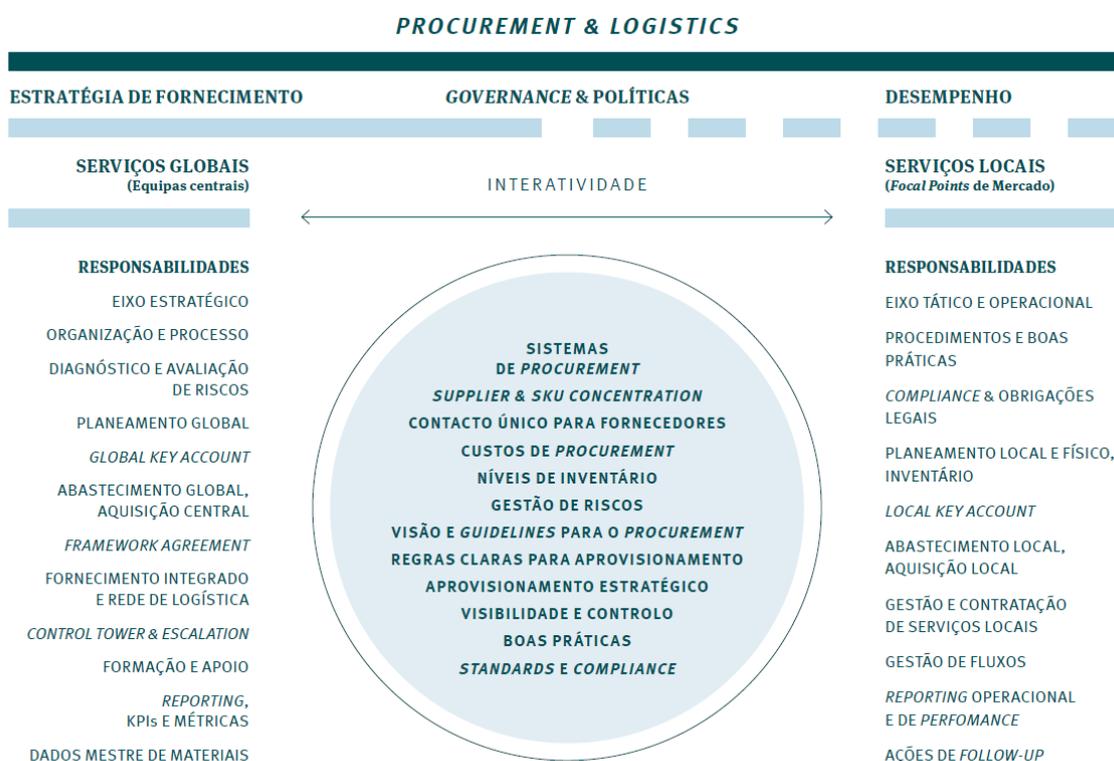
A MOTA-ENGIL assume um compromisso claro com os seus parceiros e fornecedores, por um lado, na procura de novas parcerias garantindo padrões de excelência em matéria de inovação e diferenciação e, por outro lado, na promoção de relações a longo prazo já estabelecidas e norteadas por valores de confiança e integridade.

O GRUPO apenas mantém relações de negócio com empresas e indivíduos que tenham conhecimento do seu Código de Ética e de Conduta Empresarial e que partilhem as suas normas de *compliance* e de integridade. O Código aplica-se a empreiteiros, subempreiteiros, fornecedores e prestadores de serviços, entre outros grupos de *stakeholders*.

O GRUPO MOTA-ENGIL procura reforçar os seus processos de *supply chain*, através do desempenho na sua atividade, na qualidade do produto e na otimização dos meios de transporte, incentivando os seus fornecedores na adoção de práticas de negócio sustentáveis.

A MOTA-ENGIL apresenta três pontos de abastecimento transversais, concretamente, no continente Europeu, na África do Sul e na China, garantindo desta forma, uma base estrutural em termos de *supply chain* alicerçada por fontes de abastecimento transversais aos vários mercados, assegurando a uniformização do processo, independentemente do destino final dos bens ou serviços. Adicionalmente, cada um dos mercados tem autonomia para se autoabastecer, maioritariamente, por via de fornecedores locais.

A área de *Procurement & Logistics* rege-se atualmente por um modelo de *governance* alicerçado numa estrutura de serviços globais, com a agregação das funções corporativas sob a alçada de uma Unidade Autónoma, garantindo a transversalidade dos processos, a sinergia com os serviços locais e uma maior eficiência e rentabilidade dos mercados/negócios. Tem como objetivo assegurar uma estratégia global, a uniformização das políticas e processos nas estruturas locais, bem como a monitorização do desempenho da área nos vários mercados/negócios do GRUPO.



O GRUPO reforçou a integração das áreas corporativas de *Procurement*, *Compliance* e Auditoria interna, para rever alguns dos princípios fundamentais do processo de *Procurement* e monitorizar indicadores que mitiguem situações de risco e permitam a implementação de medidas preventivas e corretivas.

Neste âmbito, foi revisto, em 2020, o modelo de gestão de fornecedores, reforçando os requisitos e procedimentos de qualificação e avaliação de desempenho, as métricas e principais KPI / modelo de *reporting*.

Para além de permitir o melhor controlo dos custos e alcançar a excelência na prestação de serviços, o novo procedimento visa também mitigar riscos, mantendo subjacentes os critérios e princípios que medeiam a aplicação da Política de Integridade e *Compliance* do GRUPO MOTA-ENGIL com o Código de Ética e de Conduta Empresarial e com o Sistema de Gestão Integrado (Qualidade, Segurança e Ambiente). De referir a integração das ferramentas de avaliação de Integridade, como as Plataformas Securimate e *KYS – Know your Supplier*. Sendo este um procedimento novo e acabado de implementar, só em 2022 será possível fazer uma análise consistente da evolução dos indicadores de desempenho, servindo 2021 como ano base e histórico de referência.

De relevar também que, em 2020, foram uniformizados os Contratos de Fornecimento de Materiais e Subempreitadas em África, nomeadamente ao nível dos deveres e garantias anticorrupção e suborno, prevenção de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, assim como procedimentos de *due diligence* e regime legal da proteção de dados pessoais. Este exercício está a ser alargado a outras regiões / empresas do GRUPO.

Em curso está a revisão e atualização das condições gerais / particulares de fornecimento, nelas adicionando requisitos sociais, ambientais e de promoção do ciclo de vida dos produtos, no sentido de potenciar melhores soluções em fase de desenvolvimento / compra de produtos, menos impactantes para o ambiente e promotoras da segurança dos colaboradores.

### iii. Clientes

O GRUPO MOTA-ENGIL tem uma estratégia de comunicação alinhada com o seu posicionamento no mercado global seguindo as melhores e mais atuais práticas.

Esta desenvolve-se pelas várias plataformas, redes profissionais, sectoriais, sociais através das quais disponibiliza canais de comunicação com o objetivo de se aproximar dos vários *stakeholders* com que se relaciona, sejam parceiros, investidores, clientes ou mesmo o cidadão comum.

Através dos canais oficiais divulgados no *website* do GRUPO, seja o endereço de email ([geral@mota-engil.pt](mailto:geral@mota-engil.pt)) ou nas páginas nas várias redes sociais e profissionais, são desenvolvidas interações com elevado grau de heterogeneidade. Toda e qualquer situação que configure uma reclamação, é reencaminhada para o endereço [etica@mota-engil.pt](mailto:etica@mota-engil.pt).

O endereço [etica@mota-engil.pt](mailto:etica@mota-engil.pt) é o canal de Comunicação de Irregularidades e representa o meio exclusivo e confidencial, disponibilizado pela MOTA-ENGIL, para a comunicação segura e sigilosa de irregularidades ou práticas observadas não conformes com uma atuação íntegra, ética e transparente, traduzida no nosso Código de Ética e Conduta Empresarial e suportada pelas nossas normas internas e legislação vigente nos países onde estamos presentes.

A receção e encaminhamento das participações de preocupações ou infrações é da responsabilidade da Auditoria Interna. Nos casos em que a legislação local determina a existência de canais de reporte com domínios locais, é assegurado (sempre que legalmente viável) o reenvio automático e simultâneo das comunicações para o canal de Ética do GRUPO. Algumas infrações, em virtude da sua natureza, poderão e, ou, deverão ser encaminhadas para outras áreas funcionais, nomeadamente Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos.

O procedimento que enquadra a existência e utilização do canal acima referido está disponível no *website* da MOTA-ENGIL. Relativamente às reclamações recebidas em 2020:

Reclamações de 2020	
Número total de reclamações recebidas	79
Número de reclamações em análise	31
Número de reclamações consideradas como fundamentadas	15

São realizados regularmente inquéritos de satisfação aos clientes pelas empresas do Grupo cujos sistemas de gestão da qualidade se encontram certificados, mas cuja informação não se encontra centralmente tratada pela estrutura corporativa.

A nível central é de referir, por isso, a consulta aos clientes realizada pelo SHEQ, à região de África, em que se verifica que mais de 85% dos clientes se encontram bastante satisfeitos com a MOTA-ENGIL, constatando-se uma exigência crescente com: (1) cumprimento dos prazos; (2) existência de recursos humanos para a realização dos trabalhos; e (3) um compromisso em assegurar os requisitos contratuais.

#### iv. Stakeholders

O GRUPO MOTA-ENGIL considera essencial focalizar a sua atenção nos seus múltiplos *stakeholders* com que se relaciona. Pela dimensão e carácter diversificado das suas atividades em diferentes geografias e contextos económicos, sociais e culturais de referência, o quadro relacional do GRUPO MOTA-ENGIL expande-se significativamente, assumindo regularmente novos contornos. Os processos de identificação e abordagem dos principais *stakeholders* dependem, em grande medida, da dinâmica e das características próprias de cada região onde o GRUPO opera.

No que respeita ao GRUPO MOTA-ENGIL, pelo seu carácter internacional e diversificado e, face aos objetivos do seu desenvolvimento estratégico, a consolidação e busca constante de novas oportunidades de negócio coloca particular ênfase nos seus clientes (nacionais e internacionais, institucionais ou do setor privado), nos seus parceiros de negócio e no universo dos seus colaboradores.

De igual modo, assumem primordial importância os acionistas do GRUPO, investidores, entidades financeiras e do setor segurador, os meios de comunicação social e organizações não-governamentais, bem como as entidades reguladoras.

Pela sua relevância, refiram-se, as universidades e as comunidades locais, pelo impacto do setor de construção nos domínios social e ambiental, bem como a vasta gama de fornecedores de produtos e serviços, nota marcante desta atividade caracterizada pela sua extensa cadeia de fornecimento.

O GRUPO MOTA-ENGIL, pela importância estratégica que as organizações de índole industrial e comercial representam, enquanto fatores de cooperação e de relacionamento estreito com a comunidade empresarial, faz parte, através das suas várias empresas, de associações setoriais, associações empresariais, câmaras de comércio e outros organismos. O GRUPO faz-se assim representar nos setores onde atua e nas câmaras de comércio dos mercados geográficos onde opera.

As formas de envolvimento com os *stakeholders* variam consoante o grupo de *stakeholders* e incluem: ações de informação através dos canais de comunicação estabelecidos; a realização de inquéritos de satisfação e existência de canais de reclamação; a realização de reuniões; a celebração de protocolos; a participação em grupos de trabalho; a atividade associativa, através da quotização e exercício de funções nos seus órgãos executivos; a promoção de ações de formação, fóruns de partilha e de conhecimento; entre outros.

#### v. Informação fiscal

A MOTA-ENGIL possui uma Política de Gestão do Risco Fiscal. Este documento formaliza a política de gestão do risco fiscal do GRUPO MOTA-ENGIL, estabelecendo um conjunto de princípios e procedimentos que visam permitir ao GRUPO identificar, avaliar e gerir o risco fiscal inerente às operações (correntes e não correntes). Estes princípios e procedimentos aplicam-se a todas as empresas detidas pelo GRUPO e são seguidas pelos vários níveis de gestão – *holding*, regiões e mercados / países – que, em linha com os princípios gerais da organização do GRUPO, deverão interagir entre si para assegurar a identificação atempada dos riscos fiscais e a sua gestão efetiva.

O documento tipifica também um conjunto de situações que, pela sua natureza, complexidade ou dimensão, são potencialmente geradoras de riscos fiscais materiais para o GRUPO e em que deve ser envolvida a Direção de Fiscalidade Corporativa no processo de tomada de decisão.

O GRUPO rege-se pelo cumprimento da lei e obrigações fiscais nos vários mercados onde opera e monitoriza, central e localmente, alterações às leis e regulamentos fiscais em cada um daqueles locais onde opera e que possam ter impacto na sua estratégia fiscal.

A MOTA-ENGIL procura manter uma boa relação com as autoridades fiscais dos países onde opera, tentando dessa forma minimizar o risco de disputa com as mesmas. Em Portugal, a MOTA-ENGIL é uma das empresas que aderiu ao Código de Boas Práticas Tributárias promovido pelas autoridades fiscais portuguesas, o qual estabelece um conjunto de princípios e regras de conduta que devem nortear a relação entre os contribuintes e as autoridades fiscais.

#### Princípios orientadores

O GRUPO rege-se pelo cumprimento da lei e obrigações fiscais nos vários mercados onde opera. Qualquer decisão tomada respeita as leis e regulamentos fiscais aplicáveis.

O princípio-base de gestão do risco fiscal assenta na prevenção de disputas desnecessárias com as várias autoridades fiscais: (i) garantindo que as decisões tomadas têm por base posições técnicas robustas e bem fundamentadas; (ii) documentando de forma apropriada os factos que estiverem na base das decisões tomadas; e (iii) implementando procedimentos de *compliance* que garantam que o resultado destas decisões é refletido de forma correta nos cálculos e declarações fiscais.

Num contexto em que a interpretação dos factos ou da legislação fiscal tem frequentemente associado um nível de subjetividade (sendo, portanto, suscetível de gerar disputas), evitar toda e qualquer disputa com as autoridades fiscais pode ser demasiado oneroso e não estar em linha com o objetivo de maximizar o valor criado para o GRUPO. Neste sentido, o GRUPO pode em determinadas circunstâncias decidir correr o risco de disputas, desde que seja provável que tais disputas sejam resolvidas a seu favor. Estas situações são avaliadas e geridas de acordo com os princípios estabelecidos na Política de Gestão do Risco Fiscal.

Todas as decisões têm como base os objetivos de negócio do GRUPO e, como tal, quaisquer iniciativas de otimização fiscal são realizadas neste contexto. Isto significa que qualquer transação ou operação realizada tem que ser motivada por razões comerciais e ter um propósito válido de negócio.

### **Avaliação do risco fiscal na tomada de decisões**

Reconhecendo que as necessidades e objetivos do negócio são a prioridade para o GRUPO, sempre que existam formas alternativas de atingir os mesmos resultados para o negócio é seguida aquela que se revela mais eficiente do ponto de vista fiscal. Assim, os responsáveis de negócio envolvem as equipas de fiscalidade locais, regionais e, ou, corporativa no processo de planeamento e tomada de decisão para que estas possam trabalhar em parceria com as funções de negócio, fornecendo informação clara e atempada sobre o impacto fiscal das opções consideradas e (quando existam) sugerindo soluções que garantam o alinhamento entre os objetivos do negócio e a eficiência do ponto de vista fiscal. As equipas de fiscalidade devem ser capazes de operar num ambiente de incerteza e de capacidade de assunção de risco controlado em linha com os princípios de gestão de risco estabelecidos neste documento.

A prioridade das necessidades e objetivos do negócio não poderá, todavia, sobrepor-se ao cumprimento da lei e obrigações fiscais. Em caso de incerteza na interpretação da legislação fiscal, é efetuada uma avaliação clara das consequências fiscais esperadas e assegurar que estas são consideradas no processo de tomada de decisão.

Além de participar nos processos de tomada de decisão em que a sua intervenção seja solicitada pelos responsáveis de negócio ou equipas de fiscalidade locais ou regionais, a Direção de Fiscalidade Corporativa é consultada quando estão em causa operações / decisões que, pela sua natureza ou complexidade, são suscetíveis de ter impactos fiscais materiais para o GRUPO.

### **Gestão do risco no cumprimento de obrigações fiscais**

#### *- Compliance fiscal*

Cada empresa do GRUPO é responsável pelo cumprimento das várias obrigações fiscais nos mercados onde opera. Estas obrigações incluem o cálculo dos vários impostos de acordo com a lei e regulamentos fiscais aplicáveis, o respetivo pagamento, a submissão de declarações dentro dos prazos estabelecidos por lei e outras obrigações acessórias de caráter administrativo. O cálculo e pagamento de impostos e a submissão de declarações fiscais são sempre feitos com base na legislação fiscal em vigor à data do cumprimento de cada obrigação.

Em linha com os princípios estabelecidos, cada empresa é também responsável por documentar de forma apropriada as posições técnicas e os factos que estiverem na base de transações e decisões tomadas com reflexo nas declarações fiscais. Esta responsabilidade inclui a preparação de documentação relativa a preços de transferência nos mercados onde esta seja exigida. Esta documentação é preparada no momento em que são realizadas as transações ou tomadas as decisões e mantida em arquivo durante o período exigido pela lei local para a manutenção de registos de natureza fiscal.

Posições técnicas que afetem mais do que uma jurisdição são reconciliadas e acordadas entre as partes intervenientes e a Direção de Fiscalidade Corporativa antes de serem incluídas em qualquer declaração fiscal.

Tendo em conta que a legislação fiscal é constantemente alvo de alterações, os intervenientes de cada empresa com responsabilidades na área fiscal mantêm-se atualizados sobre os desenvolvimentos a este nível no país onde operam.

- Gestão de inspeções e contencioso fiscal

Os responsáveis de cada empresa procuram manter uma boa relação com as respetivas autoridades fiscais locais para minimizar o risco de disputa com estas autoridades. O relacionamento é conduzido de forma profissional e cordial, baseado na prestação de informação clara e disponibilização da mesma de forma atempada.

A gestão de inspeções fiscais e ações de contencioso fiscal (como por exemplo reclamações administrativas ou ações judiciais) é da responsabilidade das empresas locais. As empresas notificam a Direção de Fiscalidade Corporativa sempre que iniciada uma nova inspeção, devendo incluir na notificação qual a empresa alvo de inspeção, o âmbito e o período coberto pela ação inspetiva. As decisões de aceitar ou recorrer administrativa ou judicialmente de correções de imposto a pagar decorrentes de qualquer ação inspetiva são tomadas com base numa avaliação de custo-benefício, tendo em conta os seguintes fatores:

- Mérito dos argumentos técnicos que suportam cada matéria alvo de correção.
- Qualidade da documentação produzida para suportar os factos que estiverem na base das decisões tomadas.
- Alternativas existentes de resolução da disputa e, para cada alternativa, uma estimativa da probabilidade de sucesso, do tempo esperado de resolução e dos custos esperados (por exemplo, custos com garantias, consultores e advogados, custas judiciais).
- Riscos associados ao processo de disputa, em especial riscos reputacionais e de relacionamento com as autoridades fiscais.

Quando estas decisões incidem sobre situações identificadas como sendo suscetíveis de ter impactos fiscais materiais para o GRUPO, a Direção de Fiscalidade Corporativa é envolvida no processo de decisão.

- Reporte de informação fiscal

As contas e demonstrações financeiras reportadas por cada empresa incluem todos os movimentos e saldos relativos a impostos, calculados com base em informação atualizada à data da sua preparação. Isto é essencial para permitir ao GRUPO o reporte de informação financeira consolidada que seja precisa e completa.

Além do reporte financeiro, cada empresa reporta também à Direção de Fiscalidade Corporativa eventuais contingências fiscais existentes no respetivo período de reporte. Este processo insere-se nos processos de Monitorização de Riscos Transversais e de Grandes Projetos implementados pelo GRUPO.

- Partilha de boas práticas e informação fiscal

As empresas locais e as equipas de fiscalidade regionais e corporativa partilham conhecimento, experiências e boas práticas em todas as questões que possam contribuir para melhorar a identificação, avaliação e gestão de riscos fiscais.

Esta partilha permite aumentar a eficácia e qualidade na definição de posições técnicas sobre o tratamento de determinados rendimentos ou gastos, na identificação de questões relevantes no contexto de ações de inspeção fiscal e na gestão destas mesmas inspeções.

Qualquer alteração às leis ou regulamentos fiscais em cada país que possa ter impacto material na operação das empresas locais é comunicada pelos responsáveis das respetivas empresas à Direção de Fiscalidade Corporativa para que esta participe na avaliação do impacto e na determinação de eventuais ações que possam ser necessárias tomar como resposta às alterações identificadas.

### III. Trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação

1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.

2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.

3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:

**i. Emprego:** número total e distribuição dos trabalhadores por género, idade, país e classificação profissional, bem como número total e distribuição das modalidades de vínculo contratual (ex.: contrato de trabalho, prestadores de serviços, trabalho temporário, etc.) por género e idade, duração média dos contratos; percentagem da força de trabalho a receber o salário mínimo nacional, independentemente do vínculo contratual; remuneração para cargos iguais ou médios na empresa, por género; remuneração média dos administradores e gestores, incluindo remuneração variável, subsídios, indemnizações, pagamento a regimes de poupança a longo prazo e qualquer outro pagamento discriminado por género; trabalhadores com deficiência (incluindo indicação da forma como a Sociedade se encontra a cumprir, ou a preparar o cumprimento, da Lei n.º 4/2019 de 10 de janeiro, relativa ao sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência).

**ii. Organização do trabalho:** organização do tempo de trabalho, incluindo medidas destinadas a facilitar o desligamento do trabalho e a vida familiar.

**iii. Saúde e segurança:** condições de saúde e segurança no trabalho e número de acidentes de trabalho.

**iv. Relações sociais:** organização do diálogo social, incluindo os procedimentos de informação e negociação com o pessoal, nomeadamente o número de interações mantidas com sindicatos e/ou comissões de trabalhadores, caso existentes; novos acordos celebrados ou revisão dos acordos em vigor; número de processos em tribunal e queixas à Autoridade para as Condições do Trabalho; percentagem de trabalhadores abrangidos por convenções coletivas por país; avaliação das convenções coletivas, nomeadamente no domínio da saúde e segurança no trabalho.

**v. Formação:** as políticas aplicadas no domínio da formação e o tipo de formações (p. ex., se a Sociedade ministra aos seus colaboradores formação sobre matérias ligadas à avaliação do desempenho da empresa em matérias “não financeiras” (p. ex. de proteção da privacidade/RGPD, combate ao branqueamento de capitais/AML, Direitos Humanos na cadeia de valor, etc.); o rácio entre as horas de formação e o número de trabalhadores.

**vi. Igualdade:** medidas/políticas adotadas para promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre géneros; planos de igualdade; número de despedimentos por género; protocolos contra o assédio sexual e o assédio com base no género; políticas para a integração e acessibilidade universal das pessoas com deficiência; políticas contra todos os tipos de discriminação e, se for caso disso, gestão da diversidade.

A MOTA-ENGIL está convicta da necessidade de proteger e gerir da melhor forma possível o seu capital humano, bem como da importância de atrair e reter pessoas qualificadas e motivadas, num quadro de rigor e compromisso, que estimule a excelência e o mérito, a progressão na carreira, a vontade permanente de aprender e melhorar, permitindo fazer do universo de empresas do GRUPO comunidades de trabalho dinâmicas e progressivas, aptas a enfrentar tranquilamente, mas com garra e entusiasmo, os desafios do futuro.

A Política de Gestão de Pessoas constitui, deste modo, um pilar central no suporte ao desenvolvimento, diversificação e expansão internacional do GRUPO MOTA-ENGIL. Alinhado com o seu plano estratégico, a Política de Gestão de Pessoas encontra-se estruturada em quatro eixos nevrálgicos:

**Cultura de mérito** – A Ambição é um valor intrínseco ao ADN da MOTA-ENGIL e, nesse sentido, promove-se uma filosofia assente na gestão e reconhecimento do mérito, que encoraje as suas Pessoas a procurar novos desafios, a crescer e a superar barreiras.

**Reforço da cultura e modelo organizacional** – Sob o lema “*um só Grupo, um só Projeto, uma só Estratégia*”, a MOTA-ENGIL investe na implementação de um modelo organizacional uniforme e transversal ao GRUPO, que seja um elemento facilitador da comunicação, que incremente a eficiência dos processos e incentive a mobilidade entre mercados e regiões.

**Desenvolvimento e transversalidade de competências** – “*Somos o que fazemos*” – A MOTA-ENGIL acredita que o seu principal fator distintivo reside nas Pessoas, na experiência e *know-how* acumulados, na diversidade e na inteligência distribuída dentro do GRUPO e, nesse sentido, atua na preparação, capacitação e desenvolvimento das competências dos seus colaboradores de modo a garantir a transversalidade do conhecimento dentro da MOTA-ENGIL.

**Mobilidade global de Quadros** – Os desafios da diversificação e internacionalização do GRUPO tem exigido, crescentemente, a capacidade de transformar a mobilidade num vetor ímpar para a presença da Empresa junto dos Clientes, Parceiros e Comunidades e um fator de coesão, intercâmbio e crescimento das suas Pessoas.

Sendo as pessoas o principal ativo da MOTA-ENGIL, a promoção de uma cultura organizacional, centrada na saúde, segurança e bem-estar é essencial. O GRUPO aposta na melhoria das condições de trabalho, na prevenção e minimização dos riscos e em assegurar a integridade física e psicológica dos seus colaboradores.

Esta é a força da MOTA-ENGIL: É pelas Pessoas e com as Pessoas que o GRUPO prosseguirá o seu caminho de afirmação no Mundo. A MOTA-ENGIL foca-se, portanto, numa gestão de pessoas capaz de atrair, desenvolver e reter o capital humano e na segurança e saúde das pessoas, como epicentros das suas prioridades, garantindo uma visão uniforme e transversal a todas as realidades e negócios do GRUPO. Deste modo, o GRUPO estabeleceu como objetivos estratégicos neste âmbito:

### Gestão do capital humano

- Traduzir a dimensão humana e o respeito pelas pessoas na estratégia e nas políticas de gestão de Pessoas.
- Valorizar o emprego e a progressão na carreira, estimulando a aquisição de competências através da formação contínua e da aprendizagem ao longo da vida.
- Criar condições de trabalho motivadoras e compensadoras, mediante políticas remuneratórias e de incentivo que favoreçam a excelência e o mérito.
- Garantir os mais elevados padrões de saúde e segurança no trabalho.
- Adotar práticas de recrutamento e seleção não discriminatórias e que promovam a igualdade de oportunidades.
- Desenvolver um ambiente de trabalho reconhecido pela promoção do respeito pela diversidade, desenvolvimento pessoal e profissional, refletindo o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.
- Apoiar ativamente a transição da escola para a vida ativa, promovendo a formação qualificante.
- Estimular o envelhecimento ativo, visando o equilíbrio geracional das Pessoas no quadro de uma Política de Gestão de Pessoas responsável e socialmente sustentável.

### Saúde e segurança das pessoas

- Implementação e recolha de evidências do sistema de segurança comportamental (com a meta de 80% de registos).
- Liderança pelo exemplo em que pelo menos 50% dos registos / evidências deverão ficar a cargo dos responsáveis operacionais dos estabelecimentos da empresa.
- Todos os mercados com implementação do programa de formação / reforço de competências no âmbito da segurança e saúde no trabalho.
- Implementação do “Programa de Saúde”.

Apresenta-se de seguida um resumo dos principais programas e linhas de atuação da MOTA-ENGIL neste âmbito, assim como a seleção dos principais indicadores – a informação diz respeito ao desempenho de 2020 e na sua definição e apuramento teve-se em consideração as normas GRI (ver notas explicativas no ponto A do presente documento). Os indicadores foram selecionados por forma a refletir os principais impactos associados aos tópicos materiais da MOTA-ENGIL e às recomendações da CMVM, assim como permitir o acompanhamento dos objetivos definidos.

Remete-se para o Relatório de Sustentabilidade de 2020 da MOTA-ENGIL o acesso a informação mais detalhada sobre o desempenho do GRUPO, formas de gestão e ações empreendidas.

#### i. Emprego

Em 2020, a MOTA-ENGIL foi distinguida no Top 100 do Ranking Anual das empresas portuguesas mais atrativas para trabalhar, no estudo “Most Attractive Employers” pela Universum – estudo anual que premeia as empresas mais atrativas em Portugal, de acordo com a perceção dos jovens talentos. A MOTA-ENGIL ficou classificada como a 14.ª melhor empresa na área de Engenharia, sendo a 6.ª empresa de origem portuguesa entre as referidas.

A MOTA-ENGIL promove uma filosofia assente na gestão e reconhecimento do mérito, encorajando as suas Pessoas a procurar novos desafios a crescer e a superar barreiras.

Este é um desafio crítico para o GRUPO, que exige ser, crescentemente, capaz de atrair as melhores pessoas, identificar e gerir o seu potencial criando oportunidades para que possam crescer, comprometerem-se e estarem motivadas para contribuir para o crescimento sustentável do GRUPO.

Destacam-se como políticas e compromissos mais relevantes neste âmbito: o Modelo de Carreiras; o Modelo de Formação e Aprendizagem, a Avaliação de Desempenho; a Retribuição Variável e o Sistema de Incentivos à Produção. Os principais objetivos e linhas de ação estabelecidas para cada uma destas políticas são:

#### **Modelo de Carreiras:**

Objetivos:

- Valorizar as carreiras técnicas no GRUPO, definindo um modelo em “Y”, no qual existe espaço, por um lado, para a evolução para funções técnicas de maior complexidade / responsabilidade e, por outro, para funções de gestão / executivas.
- Agilizar a mobilidade e progressão, estabelecendo um modelo transversal às diferentes realidades do GRUPO, através do qual todos os colaboradores sejam posicionados num nível de carreira com princípios de progressão e valorização comuns.
- Clarificar os percursos e níveis de evolução de carreira, dando clareza à estrutura de carreiras e permitindo a compreensão do horizonte de evolução no GRUPO.

Abrangência: o Modelo de Carreiras aplica-se a todas as empresas geridas maioritariamente pelo GRUPO MOTA-ENGIL e respetivos colaboradores que possuam vínculo contratual.

Critérios de evolução e progressão: a evolução ao longo do Modelo de Carreiras do GRUPO resultará da conjugação dos seguintes critérios:

- Senioridade: nível de experiência do Colaborador numa ou mais áreas de conhecimento, traduzidas no *know-how* e autonomia no desempenho de uma função de natureza operacional, técnica e / ou de gestão.
- Mobilidade: desempenho de funções em contexto de mobilidade que poderá ser traduzida (1) entre diferentes áreas funcionais, (2) entre diferentes geografias e (3) entre diferentes negócios.
- Mérito: nível de avaliação de desempenho obtido em relação à performance demonstrado nos anos anteriores no exercício das suas funções prévias / atuais.
- Potencial: nível de avaliação projetado para o desempenho de outras funções (1) de natureza diferente, (2) de maior complexidade, e / ou (3) de maior responsabilidade no GRUPO.

Em 2020, com base no Modelo de Carreiras descrito, os Recursos Humanos Corporativos procederam ao mapeamento de todas as funções de Direção Técnica e Gestão, que posteriormente foram alvo de aprovação pela Comissão Executiva do GRUPO. O mapeamento para os restantes Colaboradores foi efetuado em parceria com todos os Mercados / Empresas e Negócios, e validado pela respetiva Administração.

O mesmo procedimento foi efetuado para a atribuição do MEG (*Mota-Engil Grade*) que será um excelente ponto de partida para a revisão e atualização das Políticas de Recursos Humanos indexadas à estrutura do Modelo de Carreiras.

Damos nota que as categorias funcionais que apresentamos nos diversos indicadores, ao longo do presente documento, referem-se à classificação consolidada a 31 de dezembro de 2020, aquando da implementação das mesmas no GRUPO, pelo que poderão ocorrer ajustes, em 2021, fruto da maturação interna do respetivo exercício.

#### **Avaliação de Desempenho:**

Objetivo: o grande objetivo da Avaliação de Desempenho é o desenvolvimento e orientação pessoal e profissional das Pessoas, garantindo assim o reconhecimento, a meritocracia e a promoção do crescimento sustentável do GRUPO.

Abrangência: todos os colaboradores do GRUPO (inclui todas as geografias / negócios do GRUPO).

Metodologia: o desempenho foca-se em resultados mensuráveis e em comportamentos e atitudes desejáveis:

- Avaliação Qualitativa: competências com ponderação 50%.
- Avaliação Quantitativa: objetivos com ponderação 50% (alinhamento dos objetivos de negócio com o desempenho individual).
- Processo com vários intervenientes: Chefias; Pares, Clientes e Parceiros; Autoavaliação.

Operacionalização: processo de avaliação anual constituído por várias etapas para garantir o acompanhamento contínuo do desempenho das nossas pessoas.

Etapas: definição e confirmação de metas; avaliação contínua; autoavaliação; avaliação do ano anterior; harmonização e comunicação da avaliação.

#### Sistema de Incentivos à Produção:

Objetivo: parte significativa do nosso sucesso enquanto GRUPO construtor está diretamente ligado à eficácia das nossas operações, isto é, à boa execução dos contratos de construção, que assenta em três pilares básicos:

1. A segurança das pessoas e bens.
2. O cumprimento rigoroso dos contratos, nomeadamente dos prazos de entrega.
3. A rentabilidade e cumprimento das margens de orçamento.

Tendo em vista reconhecer e incentivar o desenvolvimento destes três pilares, o GRUPO definiu um Sistema de Incentivos à Produção (SIP) cuja aplicação descrevemos seguidamente.

Abrangência: este sistema abrange todas as obras de Engenharia e Construção, em qualquer geografia do GRUPO, que tenham um prazo contratual superior a 6 meses.

Metodologia / operacionalização: o *budget* será atribuído através da conjugação de 4 fatores:

- Segurança: 0 acidentes mortais (incluindo ao nível dos subempregados).
- Prazo: cumprimento do prazo acordado com o dono de obra.
- Melhoria da margem: diferença entre a margem real final e a margem estimada na proposta comercial.
- % *Profit sharing*: percentagem que se estabelece para partilha de uma parte do ganho resultante da execução do contrato.

A identificação dos destinatários do sistema de incentivos deverá ter por base os seguintes critérios cumulativos:

- Impacto na obra, se tiveram um contributo relevante para a sua execução.
- Proficiência, grau de desempenho demonstrado ao longo da obra.
- Afetação, grau de alocação durante o ciclo da obra.

#### Retribuição Variável:

Objetivo: promover e reforçar uma cultura de desempenho assente no mérito e no reconhecimento do desempenho.

Abrangência: todos os colaboradores do GRUPO (inclui todas as geografias / negócios do GRUPO).

Metodologia / operacionalização: foram definidos um conjunto de diretrizes que fomentam a meritocracia:

1. Definição do teto de retribuição variável: definição do teto por empresa que será calculado anualmente tendo em conta os seguintes racionais: 1) Incentivar a geração de resultados; 2) Valorizar o cumprimento do orçamento anual do GRUPO; 3) Valorizar quem excede o orçamento anual do GRUPO.

A aplicação dos critérios acima enunciados será desdobrada de acordo com uma visão de GRUPO e de mercado / negócio / empresa, de modo a encorajar uma filosofia de partilha global e simultaneamente, premiar desempenhos a nível individual, de cada mercado / negócio / empresa:

- Resultado GRUPO: tomará por referência o Resultado Líquido do GRUPO e será distribuído na proporção da massa salarial global de cada empresa.
  - Resultado mercado / negócio / empresa: tomará por referência o Resultado Líquido do mercado / negócio / empresa.
2. Distribuição do teto pelas pessoas: A distribuição pelas Pessoas deverá ter em conta a avaliação de desempenho e os princípios de diferenciação preconizados.
  3. Reconhecimento do mérito: O montante a distribuir será uma % do salário anual de referência que assumirá, por defeito, os indexantes condicionados ao teto estabelecido para cada empresa.

A MOTA-ENGIL aposta na atração e desenvolvimento de jovens com elevado potencial, através de um conjunto de programas de talento, que visam a identificação e captação de futuros profissionais para os seus mercados, proporcionando-lhes um primeiro contacto desafiante com o mercado de trabalho:

#### Learn@ME:

Direcionado para jovens estudantes, tem como intuito promover uma aproximação ao mercado de trabalho, bem como incentivar a identificação antecipada de jovens com elevado potencial. Com este propósito, cobre os seguintes vetores de atuação:

- Colaborar em projetos académicos e de investigação, fomentando a partilha de *know-how* e experiências.
- Acolher grupos de estudantes que pretendam conhecer o GRUPO MOTA-ENGIL.
- Atrair estudantes de licenciatura ou mestrado interessados em realizar, no GRUPO, um estágio curricular ou de verão.

#### Start@ME:

Visa a atração e integração de jovens talentos, em início de carreira, para o desenvolvimento de um estágio profissional no GRUPO, com a duração de um ano.

Este programa pretende impulsionar o desenvolvimento individual e proporcionar um vasto leque de experiências e aprendizagens, através do contacto com os diferentes negócios, o conhecimento de metodologias e soluções inovadoras, uma rede alargada de *networking*, bem como o desenvolvimento de competências críticas em contexto internacional.

Apresentam-se, de seguida, alguns dos principais indicadores relativos ao emprego e que caracterizam a *workforce* da MOTA-ENGIL, em 2020 (Normas: GRI 102: Conteúdos Gerais (2016); GRI 202: Presença no Mercado (2016); 401: Emprego 2016; GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades (2016)).

#### Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores (GRI 102-8)

Número total de colaboradores por duração de contrato e por género		
Contrato sem termo	Homens	12 989
	Mulheres	2 533
	Subtotal	15 522
Contrato a termo certo	Homens	17 644
	Mulheres	2 165
	Subtotal	19 809
Total Colaboradores		35 331

Nota 1: Não foram incluídos os trabalhadores temporários e os estagiários.

Nota 2: Os dados reportam-se ao n.º de colaboradores existentes à data de 31-12-2020.

Número total de colaboradores por duração de contrato e por região		
Contrato sem termo	Europa	5 459
	África	3 383
	América Latina	6 003
	Holding	280
	Capital	397
	Subtotal	15 522

Contrato a termo certo	Europa	3 092
	África	12 172
	América Latina	4 158
	Holding	43
	Capital	344
	Subtotal	19 809
Total Colaboradores		35 331

Nota 1: Não foram incluídos os trabalhadores temporários e os estagiários.

Nota 2: Os dados reportam-se ao n.º de colaboradores existentes à data de 31-12-2020.

Número total de colaboradores por tipo de contrato e por género		
Full-time	Homens	30 633
	Mulheres	4 698
	Total	35 331

Nota 1: Não foram incluídos os trabalhadores em regime de *part-time*

Nota 2: Os dados reportam-se ao n.º de colaboradores existentes à data de 31-12-2020

No que diz respeito ao pagamento dos salários, a MOTA-ENGIL garante, no mínimo, o cumprimento com o salário mínimo nacional de cada uma das geografias onde opera. O GRUPO apresenta uma percentagem global de 4,1% dos colaboradores a receber o salário mínimo.

Rácios entre o salário de entrada e o salário mínimo local (Adaptado de GRI 202-1)		
Percentagem de colaboradores a receber o salário mínimo (%)		
Europa	Homens	3,2%
	Mulheres	2,7%
	Total	3,1%
África	Homens	2,6%
	Mulheres	6,7%
	Total	3,0%
América Latina	Homens	4,9%
	Mulheres	19,9%
	Total	7,0%
Holding	Homens	0,7%
	Mulheres	0,0%
	Total	0,3%
Capital	Homens	0,1%
	Mulheres	0,0%
	Total	0,1%
GRUPO MOTA-ENGIL	Homens	3,3%
	Mulheres	9,2%
	Total	4,1%

Nota: Os dados reportam-se ao n.º de colaboradores existentes à data de 31-12-2020.

A análise de rotatividade pressupõe contextualizar-se o facto de existirem flutuações ao nível dos contratos que se encontram indexados à duração dos projetos, justificando percentagens acima dos 100% (conforme tabela abaixo).

**Contratação de novos colaboradores e rotatividade dos colaboradores (401-1)**

Percentagem de colaboradores por categoria funcional e idade		Entradas			Saídas		
		< 30	30 a 50	> 50	< 30	30 a 50	> 50
Europa	Homens	75%	27%	18%	40%	18%	20%
	Mulheres	64%	23%	15%	32%	18%	12%
	Total	73%	26%	18%	38%	18%	20%
África	Homens	51%	34%	21%	67%	54%	50%
	Mulheres	51%	38%	14%	69%	68%	54%
	Total	51%	35%	20%	68%	56%	50%
América Latina	Homens	86%	35%	37%	110%	118%	124%
	Mulheres	47%	28%	55%	77%	55%	30%
	Total	80%	34%	38%	104%	110%	118%
Holding	Homens	22%	4%	0%	33%	10%	4%
	Mulheres	27%	6%	2%	42%	10%	15%
	Total	25%	5%	1%	38%	10%	9%
Capital	Homens	48%	23%	21%	32%	18%	24%
	Mulheres	29%	10%	0%	43%	14%	9%
	Total	46%	21%	20%	33%	17%	23%
Total de Entradas e Saídas (por Faixa Etária)		57%	32%	20%	67%	53%	39%
Taxa de Entradas e Saídas (por Sexo)	Homens	35%			54%		
	Mulheres	33%			47%		
Taxa de Entradas e Saídas (por Localização)	Europa	28%			21%		
	África	37%			58%		
	América Latina	43%			110%		
	Holding	8%			15%		
	Capital	23%			20%		
Taxa de Entradas e Saídas		35%			53%		

Nota 1: Dados compilados a partir do Sistema de Informação Central do Grupo, não refletindo a informação consolidada da totalidade dos mercados / negócios (cuja integração está em desenvolvimento).

Nota 2: Para o denominador do indicador considerou-se o n.º de colaboradores existentes à data de 31-12-2020.

**Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores (GRI 405-1)**

(Ver também secção vi. Igualdade de género)

Percentagem de colaboradores por categoria funcional e idade		Idade		
		< 30	30 a 50	> 50
Europa	Direção Técnica e Gestão	1%	47%	52%
	Especialização e Coordenação	1%	73%	26%
	Supervisão e Técnicas	11%	52%	37%
	Operacionais e Suporte	15%	64%	22%
África	Direção Técnica e Gestão	0%	51%	49%
	Especialização e Coordenação	1%	63%	36%
	Supervisão e Técnicas	22%	69%	9%
	Operacionais e Suporte	17%	57%	26%
América Latina	Direção Técnica e Gestão	0%	58%	42%
	Especialização e Coordenação	1%	71%	27%

Percentagem de colaboradores por categoria funcional e idade		Idade		
		< 30	30 a 50	> 50
	Supervisão e Técnicas	18%	64%	18%
	Operacionais e Suporte	12%	76%	12%
Holding	Direção Técnica e Gestão	0%	45%	55%
	Especialização e Coordenação	3%	82%	15%
	Supervisão e Técnicas	29%	38%	33%
	Operacionais e Suporte	24%	57%	19%
Capital	Direção Técnica e Gestão	0%	27%	73%
	Especialização e Coordenação	0%	76%	24%
	Supervisão e Técnicas	9%	64%	27%
	Operacionais e Suporte	16%	75%	8%
GRUPO MOTA-ENGIL	Direção Técnica e Gestão	1%	53%	47%
	Especialização e Coordenação	1%	71%	28%
	Supervisão e Técnicas	15%	65%	21%
	Operacionais e Suporte	18%	63%	19%

Nota: Os dados reportam-se ao n.º de colaboradores existentes à data de 31-12-2020.

Percentagem de colaboradores por categoria funcional e antiguidade		Antiguidade			
		< 3 Anos	3 a 10	11 a 20	≥ 20 Anos
Europa	Direção Técnica e Gestão	18%	20%	28%	34%
	Especialização e Coordenação	14%	19%	41%	25%
	Supervisão e Técnicas	42%	25%	24%	10%
	Operacionais e Suporte	32%	25%	26%	18%
África	Direção Técnica e Gestão	15%	25%	25%	36%
	Especialização e Coordenação	35%	32%	14%	19%
	Supervisão e Técnicas	67%	26%	5%	1%
	Operacionais e Suporte	50%	28%	10%	12%
América Latina	Direção Técnica e Gestão	25%	38%	23%	15%
	Especialização e Coordenação	39%	47%	9%	5%
	Supervisão e Técnicas	88%	12%	0%	0%
	Operacionais e Suporte	56%	42%	1%	1%
Holding	Direção Técnica e Gestão	19%	19%	29%	33%
	Especialização e Coordenação	7%	39%	39%	15%
	Supervisão e Técnicas	32%	16%	26%	26%
	Operacionais e Suporte	28%	26%	21%	24%
Capital	Direção Técnica e Gestão	0%	27%	36%	36%
	Especialização e Coordenação	7%	40%	43%	10%
	Supervisão e Técnicas	61%	29%	8%	2%
	Operacionais e Suporte	45%	35%	20%	0%
GRUPO MOTA-ENGIL	Direção Técnica e Gestão	14%	26%	29%	31%
	Especialização e Coordenação	22%	30%	29%	19%
	Supervisão e Técnicas	43%	32%	14%	11%
	Operacionais e Suporte	66%	22%	8%	3%

Nota: Os dados reportam-se ao n.º de colaboradores existentes à data de 31-12-2020.

Percentagem de colaboradores por categoria funcional e habilitações		Habilitações		
		Básico	Secundário	Superior
Europa	Direcção Técnica e Gestão	0%	0%	100%
	Especialização e Coordenação	4%	8%	88%
	Supervisão e Técnicas	15%	22%	62%
	Operacionais e Suporte	73%	25%	3%
África	Direcção Técnica e Gestão	0%	0%	100%
	Especialização e Coordenação	11%	13%	76%
	Supervisão e Técnicas	31%	33%	36%
	Operacionais e Suporte	76%	20%	4%
América Latina	Direcção Técnica e Gestão	0%	0%	100%
	Especialização e Coordenação	3%	11%	85%
	Supervisão e Técnicas	5%	33%	63%
	Operacionais e Suporte	51%	44%	5%
Holding	Direcção Técnica e Gestão	0%	0%	100%
	Especialização e Coordenação	0%	15%	85%
	Supervisão e Técnicas	5%	20%	75%
	Operacionais e Suporte	32%	41%	27%
Capital	Direcção Técnica e Gestão	0%	0%	100%
	Especialização e Coordenação	0%	2%	98%
	Supervisão e Técnicas	4%	16%	80%
	Operacionais e Suporte	48%	49%	3%
Grupo Mota-Engil	Direcção Técnica e Gestão	0%	0%	100%
	Especialização e Coordenação	5%	10%	84%
	Supervisão e Técnicas	17%	28%	54%
	Operacionais e Suporte	67%	29%	4%

Nota: Os dados reportam-se ao n.º de colaboradores existentes à data de 31-12-2020.

## ii. Organização do trabalho

A conciliação entre a vida profissional e pessoal, necessidade emergente das transformações sociais e empresariais decorridas ao longo dos últimos anos, foi acentuada em 2020 pela pandemia da Covid-19, reforçando a responsabilidade social das empresas nesta matéria.

O fomento da conciliação da vida pessoal e familiar dos seus colaboradores é uma medida que contribui para uma melhor produtividade e para incrementar o bem-estar pessoal e social dos colaboradores. De destacar que a MOTA-ENGIL assume, de forma crescente, a promoção da conciliação do trabalho e da vida familiar e pessoal, integrando na sua gestão políticas e práticas nestes domínios.

O GRUPO, por intermédio da Fundação Manuel António da Mota, presta benefícios diretos a colaboradores e a familiares através de: apoios e serviços de consultoria financeira aos colaboradores e famílias mais carenciadas; patrocínio de serviços de saúde e bem-estar (tais como promoção de atividades desportivas e culturais, via empresas e Fundação Manuel António da Mota); protocolos com entidades de renome visando serviços de natureza variada, nas áreas da educação, saúde e lazer e com benefícios extensíveis ao agregado familiar.

Em paralelo, o Clube de Vantagens MOTA-ENGIL permite o acesso a uma ampla rede de parceiros privilegiados, permitindo aos colaboradores o acesso facilitado a condições preferenciais em instituições bancárias, seguros, combustíveis, hotéis, ginásios, cuidados de saúde, farmácias, espetáculos, lojas, telecomunicações, energia, entre outros serviços e produtos.

Em 2020 e no contexto do combate à pandemia e limitação de possíveis contágios, refira-se que o teletrabalho foi uma importante medida tomada pelo GRUPO, para todas as funções em que tal se demonstrou viável e devidamente suportada por meios tecnológicos, para garantir soluções de *Home Office* viáveis e sustentáveis.

Ainda no contexto de resposta à Covid-19, é de salientar a Campanha “Ajuda-ME”, de apoio a famílias dos colaboradores. A Fundação Manuel António da Mota e a MOTA-ENGIL colocaram à disposição de todos os colaboradores do GRUPO a plataforma “Ajuda-ME”. O sistema permite que as pessoas da família de colaboradores em mobilidade internacional ou que trabalhem em Portugal solicitem ajuda e que outros colaboradores se ofereçam como voluntários para dar essa ajuda (ex. apoio a idosos, compras, farmácia, cozinhar, transporte de pessoas).

Em linha com outros programas destinados aos colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL, a Fundação celebrou, em 2020, um protocolo de colaboração com a DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, que tem como objetivo prestar apoio gratuito aos colaboradores que se encontrem em situação de sobre-endividamento ou em risco de desequilíbrio financeiro, bem como fornecer informação e orientação financeira de forma a prevenir essas situações. No sentido de atenuar os efeitos da pandemia, este apoio é particularmente relevante no acesso à moratória de créditos das instituições financeiras, aplicável ao crédito hipotecário, crédito aos consumidores ou a outras operações de crédito concedido a pessoas singulares.

### iii. Saúde e segurança

A segurança e saúde das pessoas em geral e dos colaboradores do GRUPO em particular estão no centro das prioridades de gestão da MOTA-ENGIL. A atenção centra-se numa análise de riscos que impactam não só na segurança, mas também na saúde (entendendo-se para tal o bem-estar físico e mental), análise essa que se quer eficiente, identificando a exposição dos colaboradores e determinando medidas de prevenção e proteção eficazes nos seus diversos tipos de operações.

Numa preocupação crescente com os mais elevados padrões de saúde e segurança no trabalho, a MOTA-ENGIL procura a preservação e melhoria das condições de segurança e saúde dos colaboradores, através da identificação de perigos, sua eliminação ou minimização dos riscos residuais. Aposta fortemente na informação, sensibilização e formação dos colaboradores neste âmbito, como forma de reduzir as práticas inseguras e a incidência de acidentes de trabalho e o desenvolvimento de doenças profissionais.

A diversidade das operações da MOTA-ENGIL, a sua dispersão geográfica e o grande número de pessoas envolvidas, impacta diretamente não só na segurança e saúde dos colaboradores do GRUPO, mas também na das comunidades vizinhas.

Neste contexto, a gestão da segurança e saúde tem como visão atual uma atuação cada vez mais eficiente baseada na segurança e saúde proativas e no comportamento humano.

Das linhas de ação atualmente definidas e assumidas na política do sistema de gestão integrado (conforme referido no enquadramento ao ponto D do presente documento), fazem parte diversos programas direcionados para:

- A saúde, em que, para além da “tradicional” monitorização da aptidão médica para o trabalho, se pretende atingir o real bem-estar físico e mental dos colaboradores.
- Liderança visível e marcada pelo exemplo.
- Padronização de regras básicas e inegociáveis definidas de acordo com os riscos e características das diversas operações desenvolvidas – “Regras de Ouro”.
- Padronização de um nível de competência e formação interna.
- Autonomia, responsabilidade e responsabilização.

De referir ainda que o objetivo dos “0 acidentes mortais” foi contemplado na política de incentivos à produção (referido no ponto anterior).

De destacar o marco histórico atingido pelo GRUPO de 1.000 dias e de 4.500.000 horas trabalhadas sem acidentes no projeto de mineração localizado em Moatize, Moçambique, o que reforça que o trabalho em segurança é uma realidade na MOTA-ENGIL. Apresentam-se, seguidamente, os principais indicadores monitorizados pelo GRUPO em matéria de segurança e saúde do trabalho (Norma GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho (2018) e KPI próprio referente ao número médio de dias de trabalho perdidos por acidente de trabalho não mortal).

Acidentes de trabalho (GRI 403-9)		
Região	N.º de acidentes mortais	N.º de acidentes não mortais com baixa
Europa	0	91
África	1	173
América Latina	0	25
Total	1	289

Região	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	Índice de acidentes de trabalho com baixa
Europa	0	18,14
África	0,03	5,22
América Latina	0	1,75
Total	0,02	5,51

Nota: Para o cálculo dos índices foi utilizado o fator de normalização de horas trabalhadas de 1 000 000.

Região	N.º dias perdidos	N.º dias perdidos / N.º acidentes não mortais
Europa	2 884	31,7
África	1 706	9,9
América Latina	370	14,8
Total	4 960	17,2

Em matéria de segurança e saúde do trabalho, interessa igualmente referir a resposta da MOTA-ENGIL para fazer face à urgência e complexidade da situação pandémica vivida em 2020, tendo sido reforçado o foco na proteção da saúde dos colaboradores.

Esse reforço traduziu-se na implementação de ações dedicadas à prevenção e proteção Covid-19 (contempladas no plano de Contingência Covid-19 da MOTA-ENGIL), mas também em ações que potenciaram: (1) a identificação sistematizada do estado de saúde de todos os colaboradores (como prevenção de doenças profissionais); (2) o acompanhamento da saúde dos colaboradores (física e mental); e (3) uma maior eficiência no processo de evacuação de colaboradores em caso de emergência (saúde ou física).

As primeiras decisões tomadas para fazer face à Covid-19 anteciparam-se mesmo às restrições decretadas pelas diversas autoridades locais e materializaram-se na definição de planos de contingência para aplicar em todos os locais onde o GRUPO estava em operação, quer fossem nos diversos escritórios centrais, quer fossem nos estaleiros, frentes de obra, unidades industriais, entre outros.

De forma generalizada, a MOTA-ENGIL implementou o teletrabalho para todas as funções em que tal se demonstrou viável (conforme referido no ponto anterior) e reforçou as medidas de segurança, saúde e higiene, incluindo a vigilância e medição da temperatura e a realização de testes de diagnóstico Covid-19 (PCR) a todos os colaboradores em viagem. Foi feito um reforço da sinalética Covid-19 para os edifícios e instalações, organizados sistemas de marcação de refeições em horários específicos, de forma garantir o desfazamento de horários nos refeitórios da MOTA-ENGIL, campanhas de sensibilização para a desinfeção e limpeza dos postos de trabalho e recomendações relativas à partilha de viaturas da MOTA-ENGIL, entre outras medidas.

Foram reforçados os meios de proteção individual e monitorizado o cumprimento das medidas por todas as pessoas, quer colaboradores de empresas do GRUPO, quer subempreiteiros, fornecedores, clientes, entre outros. Adicionalmente, em relação aos colaboradores expatriados, o GRUPO assegurou um reforço da sua segurança ao contratar uma empresa de *global rescue* com capacidade de apoio tanto em termos de acesso a cuidados de saúde locais, como quanto às eventuais viagens de regresso ao respetivo país de origem.

#### iv. Relações sociais

A MOTA-ENGIL, aberta e recetiva ao diálogo social, pauta-se pela igualdade de oportunidades e de tratamento no acesso ao emprego, designadamente, no que respeita a critérios de seleção e a condições de contratação, bem como a formação e reconversão profissionais, incluindo a aquisição de experiência prática.

No exercício das suas funções, todos os colaboradores têm os mesmos direitos. Sendo esta a base da relação bipartida, empregador vs. trabalhador, o respeito por este axioma promove a confiança nas relações laborais e devolve à sociedade a igualdade que outros conquistaram.

Ao longo dos tempos, e fortemente marcada pela sua presença internacional, a MOTA-ENGIL transporta para as várias comunidades nas quais se insere, o integral respeito pelos direitos dos seus colaboradores, assegurando, em especial, os direitos fundamentais inseridos na relação de emprego:

- Cumprimento da legislação laboral e assunção de práticas laborais não discriminatórias.
- Atribuição de retribuição justa e adequada, paga de forma pontual.
- Prazos mínimos de aviso prévio em relação a mudanças operacionais.
- Tratamento pautado pelo respeito e educação.
- Promoção de igualdade de oportunidades na progressão de carreira.
- Prestação de formação contínua, com vista a desenvolver a sua qualificação profissional.
- Garantia de ambiente de trabalho seguro.
- Garantia do direito ao exercício de cargos com estruturas representativas de colaboradores.
- Garantia de boas condições de trabalho, do ponto de vista físico e moral.
- Contribuição para o aumento da produtividade e empregabilidade do trabalhador.
- Prevenção de riscos e doenças profissionais, tendo em conta a proteção da segurança e saúde do trabalhador.
- Garantia de condições de trabalho que favoreçam a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal.

Com uma forte presença internacional e conciliando com um mercado de trabalho que já não se coaduna com as fronteiras nacionais, a MOTA-ENGIL leva em consideração as convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que abrange as matérias relacionadas com o trabalho, nomeadamente na defesa dos direitos dos colaboradores, estando estas patentes nos relacionamentos com os governos locais e com as organizações de empregadores.

Um bom relacionamento laboral resulta, em grande parte, de diálogos abertos e trocas de opiniões fundamentadas. Deste modo, o direito à informação e à consulta de que o trabalhador dispõe, garante a este o legítimo conhecimento da atividade económica da empresa bem como da evolução do emprego e de medidas preventivas.

De referir que existem vários canais que permitem a consulta e participação dos colaboradores, de entre os quais se destacam as reuniões dos comités de Segurança e Saúde do Trabalho (SST), as *tool box talks* e os inquéritos de consulta e participação direta dos colaboradores. A somar a estes canais, existe também um portal digital corporativo, realizando-se formações e sessões de esclarecimento que servem também como meios para prestação de informações relevantes, como por exemplo no âmbito da SST. Em termos de *compliance*, a MOTA-ENGIL possui uma política de comunicação de irregularidades na qual define meios para a recolha de informação sobre situações críticas, por parte dos colaboradores.

No que diz respeito a incidentes de discriminação ocorridos no período de relato, foram registadas três denúncias, as quais se encontram em análise, segundo os trâmites definidos na Política Interna do GRUPO.

Nas empresas do GRUPO em Portugal, em 2020 e relativamente ao número de processos em tribunal e queixas à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), verificaram-se:

- Na EGF, 12 processos em tribunal e uma queixa na ACT;
- Na SUMA, sete processos em tribunal e três queixas na ACT.

Em algumas empresas do GRUPO ocorreram várias outras interações com a ACT, tendo sido prestados os esclarecimentos necessários.

De referir que, relativamente a não conformidades com leis e regulamentos sociais e económicos (indicador GRI 419-1) e para o período de relato, não foram registadas multas significativas e sanções não monetárias resultantes de não conformidades com leis e / ou regulamentos sociais e económicos. O pressuposto desta informação é o de que as questões colocadas têm por objeto unicamente processos sancionatórios (de natureza meramente administrativa, contraordenacional ou penal), cujo desfecho tenha sido definitivo em 2020, e envolvendo, direta (coimas, multas, etc.) ou indiretamente (exemplo: custos de operações de limpeza), montantes significativos, entendendo-se estes de valor mínimo de 50.000 euros.

As empresas do GRUPO asseguram a salvaguarda da prática dos direitos associativos, mormente a liberdade de associação e de negociação coletiva, o que corresponde, de resto, a um imperativo de natureza constitucional e legal. Estando a MOTA-ENGIL a operar em diversas áreas de negócio e geografias, mantém com os mais diversos representantes sindicais uma abertura ao diálogo, fomentando as boas relações institucionais com estes legítimos representantes dos colaboradores. De referir a existência de diferentes modalidades de convenção coletiva aplicáveis aos colaboradores – contratos coletivos, acordos coletivos e acordos de empresa –, variável de acordo com a empresa do GRUPO e área de atividade. 59% dos colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL estão abrangidos por acordos de negociação coletiva.

Acordos de negociação coletiva (GRI 102-41)	
Percentagem de colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva	
Europa	73%
África	44%
América Latina	70%
Holding	16%
Capital	79%
Total	59%

Nota: Os dados reportam-se ao n.º de colaboradores existentes à data de 31-12-2020.

Saliente-se ainda que através da linha de ética do GRUPO não foram reportados quaisquer casos de operações e fornecedores em que a liberdade de associação e negociação coletiva possa estar em risco (Norma GRI 407: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva 2016).

#### v. Formação

Garantindo o acompanhamento dos objetivos estratégicos dos recursos humanos, e convictos de que a criação de valor se concretiza, em grande medida, através da valorização do seu capital humano, a MOTA-ENGIL aposta de forma contínua e transversal no desenvolvimento dos seus colaboradores.

Com este propósito subjacente, a MOTA-ENGIL desenvolveu uma política de formação e aprendizagem, com a estruturação, implementação e operacionalização de um modelo formativo que compreende os seguintes princípios orientadores:

##### 1. Valorização das pessoas e competitividade da empresa

Garantir a formação dos colaboradores em áreas que garantam, por um lado, a sua valorização e crescimento e, por outro, a competitividade do negócio.

##### 2. Formação e partilha de conhecimento a nível interno

Promover a aprendizagem e disseminação do conhecimento no GRUPO, recorrendo às equipas e *experts* internos.

##### 3. Atualização e reciclagem do *know-how*

Potenciar a evolução e a produtividades das pessoas, através da atualização e reciclagem do *know-how*, quer na vertente técnica, quer na vertente comportamental.

##### 4. Transversalidade e sinergias de GRUPO

Maximizar o acesso a oportunidades de formação e aprendizagem de natureza comum entre as empresas / mercados do GRUPO, fomentando a cultura e a identidade da MOTA-ENGIL.

##### 5. Otimização e eficiência no acesso a formação

Agilizar formatos de formação e aprendizagem remota, com recurso a novas tecnologias, de forma a facilitar o acesso a oportunidades de formação.

Com vista a assegurar a formação dos colaboradores em áreas que garantam a sua valorização e desenvolvimento profissional e, paralelamente, o crescimento sustentável e competitividade da Organização, a MOTA-ENGIL definiu um conjunto de competências chave, consideradas os alicerces para as iniciativas formativas desenvolvidas. Em 2020, deu-se especial enfoque ao desenvolvimento dos seguintes eixos de intervenção:

##### 1. Desenvolvimento de *soft skills*

Formação comportamental, alicerçada numa componente prática e experimental, com o objetivo de promover o desenvolvimento de competências na área da inteligência emocional, que remetem para a forma como os colaboradores interagem e se relacionam com os outros, bem como a forma como reagem às situações do dia-a-dia da sua função.

## 2. Aquisição de competências técnicas

Formação técnica, especializada e direcionada para áreas e temas críticos do negócio, com o objetivo de assegurar a preparação, capacitação e atualização de *know-how* relevante para o desempenho eficaz da função.

Com este propósito subjacente, o GRUPO deu continuidade ao programa o AcadeME - Academia de Formação Interna, que compreende um conjunto de programas de formação especializada, desenhados de acordo com as prioridades da área funcional e do mercado / empresa, com o objetivo de desenvolver competências essenciais nos quadros do GRUPO.

Privilegiando a formação interna, estas iniciativas apostam em equipas e *experts* do GRUPO para o desenvolvimento de formações técnicas, promovendo a aprendizagem, a disseminação do conhecimento e a aquisição e desenvolvimento de competências.

## 3. Consolidação de uma cultura e identidade corporativa

Formação corporativa e organizacional ancorada em vetores e diretrizes estratégicos do GRUPO, que visa sensibilizar e preparar os colaboradores transversalmente para princípios operativos fundamentais.

De referir que no âmbito da Política de Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade, são realizadas regularmente formações visando estas matérias, tendo sido definido um programa de formação SHEQ obrigatório, o qual se encontra em implementação. Refira-se, por exemplo, ao nível da SST a existência de um vasto leque de temas e conteúdos programáticos, tais como:

- Riscos e medidas prevenção / proteção associadas aos trabalhos em altura.
- Riscos e medidas de prevenção / proteção associadas aos trabalhos de escavação mecânica.
- Riscos e medidas de prevenção / proteção associadas à operação de equipamentos de movimentação de terras.
- Riscos e medidas de prevenção / proteção associados à elevação de cargas.

Apresenta-se de seguida informação relativa às horas de formação ministradas aos colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL em 2020 (Norma GRI 404: Capacitação e Educação (2016)).

Média de horas de formação anual por colaborador (GRI 404-1)				
Formação por categoria funcional e género			N.º de horas de formação	Média de horas de formação
Europa	Direção Técnica e Gestão	Homens	512	7
		Mulheres	106	11
		Total	619	7
	Especialização e Coordenação	Homens	4 847	13
		Mulheres	3 291	25
		Total	8 138	16
	Supervisão e Técnicas	Homens	11 623	12
		Mulheres	7 150	16
		Total	18 773	13
	Operacionais e Suporte	Homens	139 714	24
		Mulheres	15 874	21
		Total	155 588	24
	Total	Homens	156 696	22
		Mulheres	26 420	20
		Total	183 117	21
África	Direção Técnica e Gestão	Homens	510	9
		Mulheres	9	9
		Total	519	9
	Especialização e Coordenação	Homens	892	4
		Mulheres	301	10
		Total	1 193	4
	Supervisão e Técnicas	Homens	2 691	2
		Mulheres	650	4
		Total	3 341	3

Formação por categoria funcional e género			N.º de horas de formação	Média de horas de formação
	Operacionais e Suporte	Homens	18 254	1
		Mulheres	965	1
		Total	19 219	1
	Total	Homens	22 348	2
		Mulheres	1 924	1
		Total	24 271	2
América Latina	Direção Técnica e Gestão	Homens	354	8
		Mulheres	653	327
		Total	1 007	21
	Especialização e Coordenação	Homens	3 292	18
		Mulheres	614	16
		Total	3 906	18
	Supervisão e Técnicas	Homens	35 391	43
		Mulheres	4 383	20
		Total	39 775	39
	Operacionais e Suporte	Homens	44 481	6
		Mulheres	1 959	2
		Total	46 439	5
	Total	Homens	83 518	10
		Mulheres	7 609	5
		Total	91 127	9
Holding	Direção Técnica e Gestão	Homens	209	6
		Mulheres	5	1
		Total	213	5
	Especialização e Coordenação	Homens	339	11
		Mulheres	610	17
		Total	949	14
	Supervisão e Técnicas	Homens	222	7
		Mulheres	304	5
		Total	525	6
	Operacionais e Suporte	Homens	133	3
		Mulheres	230	3
		Total	362	3
Total	Homens	902	6	
	Mulheres	1 148	7	
	Total	2 049	6	
Capital	Direção Técnica e Gestão	Homens	267	27
		Mulheres	23	23
		Total	290	26
	Especialização e Coordenação	Homens	712	22
		Mulheres	887	89
		Total	1 598	38
	Supervisão e Técnicas	Homens	1 291	17
		Mulheres	618	19
		Total	1 909	17
	Operacionais e Suporte	Homens	3 652	7
		Mulheres	113	5
		Total	3 765	5

Formação por categoria funcional e género			N.º de horas de formação	Média de horas de formação
	Total	Homens	5 922	9
		Mulheres	1 640	25
		Total	7 562	10
GRUPO MOTA-ENGIL	Direção Técnica e Gestão	Homens	1 852	8
		Mulheres	795	35
		Total	2 647	11
	Especialização e Coordenação	Homens	10 082	12
		Mulheres	5 702	23
		Total	15 784	14
	Supervisão e Técnicas	Homens	51 219	17
		Mulheres	13 104	14
		Total	64 322	16
	Operacionais e Suporte	Homens	206 233	8
		Mulheres	19 140	5
		Total	225 373	8
	Total	Homens	269 386	9
		Mulheres	38 740	8
		Total	308 126	9

Nota: Para o denominador do indicador considerou-se o n.º de colaboradores existentes à data de 31-12-2020.

#### vi. Igualdade

A MOTA-ENGIL valoriza a diversidade e inclusão, enquanto fatores potenciadores da tolerância e respeito, essenciais a uma sociedade mais inclusiva e à criação de condições para um trabalho mais digno, estimulante e assente na valorização individual e coletiva. A diversidade constitui um importante fator de competitividade: quanto mais diversas forem as empresas, melhor a sua capacidade de atrair talento, de inovar, de aumentar os índices de satisfação dos seus colaboradores, e de corresponder, de forma crescente, às expectativas de clientes, investidores e da própria sociedade.

O GRUPO pauta a sua atuação pelo combate à discriminação, pelo fomento da igualdade de género e de oportunidades, e pela promoção de uma cultura de abertura, reconhecendo a importância de não deixar ninguém para trás, como imperativo ético e parte de uma atuação socialmente responsável.

Apresentam-se de seguida os principais indicadores através dos quais o GRUPO monitoriza a igualdade de género (Norma GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades (2016)). Ver também indicadores das secções i. Emprego e v. Formação.

#### Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores (GRI 405-1)

Percentagem de colaboradores por categoria funcional e género		Género	
		Homens	Mulheres
Europa	Direção Técnica e Gestão	91%	9%
	Especialização e Coordenação	76%	24%
	Supervisão e Técnicas	96%	4%
	Operacionais e Suporte	70%	30%
África	Direção Técnica e Gestão	98%	2%
	Especialização e Coordenação	89%	11%
	Supervisão e Técnicas	89%	11%
	Operacionais e Suporte	89%	11%
América Latina	Direção Técnica e Gestão	96%	4%
	Especialização e Coordenação	83%	17%
	Supervisão e Técnicas	87%	13%
	Operacionais e Suporte	79%	21%

Percentagem de colaboradores por categoria funcional e género		Género	
		Homens	Mulheres
Holding	Direção Técnica e Gestão	79%	21%
	Especialização e Coordenação	48%	52%
	Supervisão e Técnicas	42%	58%
	Operacionais e Suporte	34%	66%
Capital	Direção Técnica e Gestão	91%	9%
	Especialização e Coordenação	76%	24%
	Supervisão e Técnicas	96%	4%
	Operacionais e Suporte	70%	30%
GRUPO MOTA-ENGL	Direção Técnica e Gestão	93%	7%
	Especialização e Coordenação	78%	22%
	Supervisão e Técnicas	89%	11%
	Operacionais e Suporte	88%	12%

Nota: Os dados reportam-se ao n.º de colaboradores existentes à data de 31-12-2020.

#### Rácio do salário e remuneração entre mulheres e homens (GRI 405-2)

		Rácio M:H
Europa	Direção Técnica e Gestão	1,09
	Especialização e Coordenação	0,85
	Supervisão e Técnicas	0,82
	Operacionais e Suporte	0,96
África	Direção Técnica e Gestão	0,62
	Especialização e Coordenação	0,72
	Supervisão e Técnicas	1,49
	Operacionais e Suporte	0,95
América Latina	Direção Técnica e Gestão	-
	Especialização e Coordenação	0,84
	Supervisão e Técnicas	1,06
	Operacionais e Suporte	0,74
Holding	Direção Técnica e Gestão	1,46
	Especialização e Coordenação	0,82
	Supervisão e Técnicas	0,84
	Operacionais e Suporte	0,91
Capital	Direção Técnica e Gestão	0,73
	Especialização e Coordenação	0,90
	Supervisão e Técnicas	0,92
	Operacionais e Suporte	1,17
Grupo Mota-Engil	Direção Técnica e Gestão	1,05
	Especialização e Coordenação	0,83
	Supervisão e Técnicas	1,06
	Operacionais e Suporte	0,90

De referir que a totalidade dos elementos que compõem o Conselho de Administração da MOTA-ENGIL possuem grau académico superior e apresentam uma média de idades na ordem dos 59 anos. Com 76% de homens na sua constituição, e num setor de atividade ainda predominantemente masculino, a MOTA-ENGIL vincula-se pelos valores defendidos na Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto, a qual estabelece o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa, tais como a MOTA-ENGIL.

Consolidando uma cultura empresarial orientada pelos valores da igualdade e consciente de que várias das suas áreas de atividade são tradicionalmente masculinas, em 2018 a MOTA-ENGIL constituiu, formalmente, o Comité para a Igualdade entre Mulheres e Homens, sendo este o motor que desencadeou em 2019 e 2020 (e que continuará a desencadear para o triénio 2021-2023) um conjunto de procedimentos e medidas, com vista a contribuir para uma gestão socialmente responsável e ancorada na igualdade de género.

O Plano para a Igualdade de Género visa sensibilizar todos os colaboradores para a estratégia do GRUPO para a igualdade entre mulheres e homens e integra, nas práticas regulares de formação, conteúdos sobre igualdade, nomeadamente: estereótipos de género; linguagem inclusiva e articulação da vida profissional, familiar e pessoal.

Com o objetivo de promover um ambiente organizacional baseado no respeito pela integridade e dignidade das pessoas será divulgado, em local apropriado, informação relativa aos respetivos direitos e deveres em matéria de igualdade e não discriminação em função do sexo, sendo incentivada a partilha de boas práticas com outras empresas, com vista a uma melhoria do clima organizacional e incremento da motivação e satisfação dos colaboradores. De igual modo, e em consonância com aquele propósito, a MOTA-ENGIL apresenta uma desagregação, na generalidade dos seus instrumentos de comunicação (designadamente, nos diagnósticos e relatórios), a respetiva informação por género.

Ao nível do recrutamento e seleção, salientamos que as pessoas responsáveis pelo mesmo se encontram sensibilizadas sobre procedimentos de recrutamento e seleção sem enviesamentos de género, sendo ainda de destacar que as ações de formação se encontram organizadas de modo a garantir igualdade de acesso e participação a mulheres e homens.

Os atuais procedimentos ao nível do sistema de remuneração e recompensas garantem o respeito pelo princípio de salário igual para trabalho igual, estando ele sustentado num modelo de avaliação de desempenho objetivo e isento de quaisquer enviesamentos de género, não penalizando os colaboradores pelo exercício das suas responsabilidades familiares.

Em média, a remuneração fixa das mulheres que integram o Conselho de Administração corresponde a 85% da remuneração atribuída aos elementos do género masculino.

As diferenças evidenciadas resultam do histórico de antiguidade dos respetivos titulares. Encontram-se, contudo, em avaliação um conjunto de iniciativas, com vista à convergência do gap salarial.

No que diz respeito à Lei n.º 4/2019, que estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, e que introduz a obrigação das empresas do setor privado admitirem pessoas com deficiência, a MOTA-ENGIL está comprometida no cumprimento legal e na identificação do melhor talento para as suas empresas, contribuindo deste modo para o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho e à oportunidade de desenvolverem um percurso profissional. A MOTA-ENGIL tem identificadas as empresas do GRUPO às quais esta obrigação legal é aplicável, estando em fase de transição, conforme legalmente previsto, para assegurar o pleno cumprimento.

As empresas do GRUPO, em Portugal, com registo de trabalhadores com deficiência, estão indicadas na tabela seguinte:

Empresa	Registos de Deficiência	N.º Ativos a 31.12.2020
Carlos A. Pinto Santos	1	76
Largo do Paço	1	51
Mota Engil Engenharia e Construção África	3	540
MESP	2	176
Mota Engil Engenharia e Construção	12	2 004
Mota Engil SGPS	1	87
Mota-Engil Railway Engineering	4	213
Vibeiras	1	376
ALGAR	6	335
AMARSUL	1	309
ERSUC	7	404
RESINORTE	2	327
RESULIMA	1	113
VALNOR	1	157
VALORSUL	10	402
ENVIROIL	1	40
SUMA	4	1 702

## IV. Direitos humanos

1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.

2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.

3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:

i. **Procedimentos de diligência devida** aplicados em matéria de direitos humanos, em especial no que respeita à contratação de fornecedores e prestadores de serviços.

ii. **Medidas de prevenção dos riscos** de violação dos direitos humanos e, se for caso disso, medidas para corrigir eventuais abusos; eliminação da discriminação em matéria de emprego (quando não esteja já referido acima); eliminação do trabalho forçado ou obrigatório; abolição efetiva do trabalho infantil.

iii. **Processos judiciais** por violação dos direitos humanos.

A publicação dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos marca um ponto de viragem no que diz respeito à preocupação dos gestores empresariais pelo respeito dos Direitos Humanos. Neste sentido, e corroborando publicamente o seu compromisso no âmbito da promoção da defesa dos Direitos Humanos e da melhoria das condições de vida das pessoas, a MOTA-ENGIL subscreveu, em 2019, o Guia do CEO sobre Direitos Humanos do BCSD Portugal (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), confirmando a responsabilidade corporativa do GRUPO nesta matéria e comprometendo-se a inovar em práticas que visem a melhoria das condições de vida, não só dos seus colaboradores, como também das comunidades impactadas pela atividade do GRUPO. Enquanto CEO da MOTA-ENGIL, Gonçalo Moura Martins aliou-se, em 2019, a este desafio internacional, tornando-se também ele, e em nome do GRUPO, signatário deste documento, elevando os esforços necessários para a garantia, ao mais alto nível, dos Direitos Humanos, nos diferentes contextos e geografias em que o GRUPO marca presença, reforçando a incorporação do respeito pelos Direitos Humanos nas operações e nas relações de negócios da MOTA-ENGIL.

A MOTA-ENGIL respeita e promove os Direitos Humanos em todos os contextos culturais, socioeconómicos e geografias onde opera, respeitando as respetivas tradições e culturas e promovendo o apoio às comunidades locais de acordo com os interesses específicos de cada região, e repudiando todo e qualquer ato que atente contra a dignidade da pessoa humana. Tal comportamento é naturalmente extensivo às práticas do GRUPO, quer em matéria de política de investimentos, quer na gestão da cadeia de fornecimentos, procurando tornar extensíveis à mesma os princípios pelos quais se rege nas atividades diretamente exercidas, designadamente em matéria de saúde e segurança no trabalho.

Na MOTA-ENGIL, através da linha de ética do GRUPO, não foram reportados quaisquer casos de:

- Operações e fornecedores em que se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho infantil (Norma GRI 408: Trabalho Infantil (2016));
- Operações e fornecedores em que se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho escravo ou forçado (Norma GRI 409: Trabalho Forçado ou Escravo (2016));
- Casos de violação de direitos dos Povos Indígenas (Norma GRI 411: Direitos das Populações Indígenas (2016)).

Paralelamente, a MOTA-ENGIL veda a contratação ou parceria em negócios com empresas nas quais estas práticas tenham sido reportadas. Nesse sentido, o GRUPO dispõe nos seus contratos de cláusulas que preveem tais impedimentos e, no âmbito do Procedimento para Terceiros, foram definidos, em 2019, os princípios orientadores para a execução de ações de *due diligence* às contrapartes com as quais estabelece relações de negócio (ex. clientes, fornecedores (incluindo subempreiteiros) e sócios de negócios). Neste processo de avaliação de risco do parceiro de negócio, aplicável às entidades que cumprem um conjunto de requisitos definidos internamente, são escrutinados os incidentes / registos ao nível de sanções, exclusões e condenações, mas também notícias de imprensa negativas relativas a entidades ou pessoas, cuja busca incide nos seguintes tópicos: tráfico humano; discriminação / abuso no local de trabalho; questões de segurança e saúde no trabalho; trabalho infantil; trabalho forçado ou escravo; igualdade de género; direitos LGBT; racismo; más práticas ambientais; entre outros.

De referir que os trabalhadores ou entidades subcontratadas envolvidas em questões de segurança (*security*) de instalações e salvaguarda dos seus bens (não existem no GRUPO colaboradores ou entidades subcontratadas envolvidas em missões de segurança pessoal) respeitam, nas suas interações pessoais, os direitos legalmente consagrados em cada espaço geográfico onde exercem as suas funções.

Saliente-se também que o GRUPO MOTA-ENGIL não exerce, habitualmente, atividade em qualquer território onde estejam ou possam estar em causa os direitos das populações ou povos indígenas.

Remete-se para o Relatório de Sustentabilidade de 2020 da MOTA-ENGIL<sup>4</sup> o acesso a informação mais detalhada sobre os compromissos definidos, formas de gestão e ações empreendidas neste âmbito.

## V. Combate à corrupção e às tentativas de suborno

**1. Prevenção da corrupção:** medidas e instrumentos adotados para prevenção da corrupção e suborno; políticas implementadas para a dissuasão destas práticas junto de trabalhadores e fornecedores; informação sobre o sistema de *compliance* indicando os respectivos responsáveis funcionais, caso existente; indicação de processos judiciais que envolvam a Sociedade, os seus administradores ou trabalhadores relacionados com a corrupção ou subornos; medidas adotadas em sede de contratação pública, caso relevante.

**2. Prevenção do branqueamento de capitais (para sociedades emitentes sujeitas a este regime):** informação sobre medidas de prevenção e combate ao branqueamento de capitais.

**3. Códigos de ética:** indicação de eventual código de ética a que a Sociedade tenha aderido ou implementado; indicação dos respectivos mecanismos de implementação e monitorização do cumprimento do mesmo, se aplicável.

**4. Gestão de conflitos de interesses:** medidas de gestão e acompanhamento de conflitos de interesses, nomeadamente exigência de subscrição de declarações de interesses, incompatibilidades e impedimentos pelos dirigentes e trabalhadores.

### 1. Prevenção da corrupção

O GRUPO MOTA-ENGIL está empenhado em realizar todos os negócios e parcerias com integridade e profissionalismo, de forma justa e honesta, cumprindo com a legislação aplicável (ver, nomeadamente, o que se refere no capítulo C sobre riscos legais, regulatórios e de *compliance*).

O GRUPO possui uma “Política de Anticorrupção e Suborno, de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo” cuja versão 4.0, atualmente em vigor, foi lançada em junho de 2020. Esta política reflete o compromisso contínuo da MOTA-ENGIL na luta contra a corrupção e suborno, o branqueamento de capitais e o financiamento ao terrorismo e a responsabilidade do GRUPO para com os mercados onde opera.

A política tem como objetivos:

- Definir as responsabilidades do GRUPO e as dos seus colaboradores, na observação e defesa da posição da MOTA-ENGIL contra a corrupção e o suborno.
- Garantir o cumprimento das leis, regras e regulamentos anticorrupção e suborno, em qualquer país onde o GRUPO possa vir a realizar negócios.
- Oferecer informação e orientação sobre como reconhecer e como lidar com questões de corrupção e suborno.

O GRUPO MOTA-ENGIL adotou uma política de tolerância zero em relação a atos de corrupção, suborno, de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, e proíbe tais atos em qualquer forma, seja diretamente ou através de terceiros, em qualquer lugar no mundo. A oferta ou aceitação de subornos de qualquer espécie não é tolerável, em qualquer lugar em que o GRUPO marca presença. A MOTA-ENGIL acredita que a sua reputação em termos de integridade é um dos bens mais valiosos e que quaisquer atos ilícitos são uma ameaça para o negócio e para os valores do GRUPO. Esta política reflete o compromisso contínuo na luta contra a corrupção e a responsabilidade do GRUPO para com os mercados onde opera.

Em algumas jurisdições, se fosse constatado que o GRUPO tomou parte em situações de corrupção, este poderia estar sujeito a multas significativas, ser excluído de concursos públicos ou privados e enfrentar danos de reputação. Os colaboradores também poderiam estar sujeitos a processos judiciais e ser condenados a penas de prisão. Para além disso, o GRUPO trabalha frequentemente em projetos patrocinados por bancos de desenvolvimento internacionais, como o Banco Mundial e outras entidades similares, tendo estas instituições diretrizes anticorrupção e suborno exigentes, necessitando que as empresas com quem trabalham respeitem tais orientações e práticas de ética, nos negócios. As empresas que sejam envolvidas em situações de corrupção podem ser excluídas ou integradas numa lista negra, pelo Banco Mundial e por outras entidades similares, durante vários anos, sendo que tal exclusão significa que o GRUPO deixaria de poder trabalhar ou realizar contratos com projetos patrocinados pelo Banco Mundial ou por outras entidades similares.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.mota-engil.com/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade/>

Refira-se como exemplos de medidas de mitigação destes riscos:

- Os procedimentos de *compliance* em vigor no GRUPO MOTA-ENGIL, desde 2017, e suas sucessivas atualizações, que regulam os seguintes aspetos: ofertas, donativos, relações com contrapartes e transações em numerário.
- O plano de formação e sensibilização que versa sobre tópicos de *compliance* e visa alinhar comportamentos dos colaboradores aos valores, ética e conduta defendida pelo GRUPO MOTA-ENGIL.
- Ferramentas de *screening* e identificação de *ultimate beneficial owners*.
- Ferramenta de *data analytics* para monitorização contínua de transações.
- Canais disponibilizados para a comunicação de irregularidades.

Para que a Política de Integridade e *Compliance* seja efetiva na MOTA-ENGIL, a comunicação e formação são fundamentais. Os valores e diretrizes gerais sobre *compliance* adotados na MOTA-ENGIL estão disponíveis e são amplamente divulgados. A Política de Integridade e *Compliance* está disponível para acesso no *website* do GRUPO a todos os colaboradores da MOTA-ENGIL, acionistas, partes interessadas e sociedade em geral.

Adicionalmente, os seus conteúdos são repassados periodicamente, em versões mais sintéticas que favoreçam a plena comunicação desta Política, de modo a garantir:

- Aos gestores da MOTA-ENGIL, uma plena compreensão desta Política, para que possam atuar como educadores das suas equipas.
- Aos colaboradores com atribuições específicas, que obrigam a conhecimento especializado sobre determinados temas da Política.
- A todos os colaboradores, para assegurar o conhecimento e para promover o compromisso em atuar nos negócios da MOTA-ENGIL de forma ética, íntegra e transparente.

Abaixo apresentam-se algumas das iniciativas de divulgação das políticas de *compliance* nas unidades da MOTA-ENGIL:

- Envio de Ordem de Serviço sobre o tema. A Ordem de Serviço é um meio de comunicação formal da MOTA-ENGIL, enviada a todos os colaboradores da unidade, sempre assinado por membros da Administração da unidade. Geralmente comunica a implementação de uma diretriz.
- Divulgação do tema por e-mail e cartazes / panfletos que indicam os canais de denúncia e de dúvidas sobre *compliance*.
- Nas formações, conforme descrito no ponto seguinte.
- Nas reuniões de administração para acompanhamento do *status* de implementação da Política de Integridade e *compliance*.

No que diz respeito às atividades formativas, a MOTA-ENGIL possui um plano de aprendizagem, incluindo a formação sobre *compliance*, que tem como objetivo formar os colaboradores sobre o conteúdo e aspetos práticos da Política de Integridade e *Compliance*.

As formações neste âmbito ocorrem:

- Na entrada do colaborador na empresa.
- Na revisão de políticas e procedimentos da Política de Integridade e *Compliance*.
- Na reciclagem anual baseada, nomeadamente, numa plataforma digital de formação *online*.

A formação obrigatória para todos os colaboradores contempla os temas:

Conteúdo	
Ética e Conduta empresarial	Apresentação do Código de Ética: O que é Código de Ética, Visão, Missão e Valores da MOTA-ENGIL, Responsabilidades no trabalho, Proteção dos recursos e informações da empresa, Práticas Leais, Relações de Trabalho, Infrações ao Código de Ética, etc.
Política de Integridade e <i>Compliance</i>	Posição da empresa contra a corrupção e suborno (Política de tolerância zero); Orientações sobre como reconhecer e como lidar com questões de corrupção e suborno, etc. Procedimentos de <i>Compliance</i> : sensibilização.
Comunicação de Irregularidades	Como comunicar uma irregularidade (canais e formas de comunicação). Investigação e tratamento das denúncias e não-retaliação.

Todo o conteúdo das formações é transmitido aos colaboradores não só de forma teórica, mas também com situações práticas de forma a discutir e esclarecer eventuais dilemas. Todas as formações geram uma lista de presenças que permanece arquivada na unidade de negócio.

Apresenta-se, de seguida, informação relativa ao número de colaboradores que receberam formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção (Norma GRI 205: Combate à Corrupção (2016)).

#### Formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção. (GRI 205-2)

Formação em Anticorrupção		Nº de participantes
Europa	Direção Técnica e Gestão	87
	Especialização e Coordenação	620
	Supervisão e Técnicas	1 361
	Operacionais e Suporte	931
África	Direção Técnica e Gestão	73
	Especialização e Coordenação	316
	Supervisão e Técnicas	605
	Operacionais e Suporte	113
América Latina	Direção Técnica e Gestão	55
	Especialização e Coordenação	254
	Supervisão e Técnicas	2 797
	Operacionais e Suporte	778
Holding	Direção Técnica e Gestão	38
	Especialização e Coordenação	110
	Supervisão e Técnicas	151
	Operacionais e Suporte	123
Capital	Direção Técnica e Gestão	12
	Especialização e Coordenação	59
	Supervisão e Técnicas	94
	Operacionais e Suporte	131
GRUPO MOTA-ENGIL	Direção Técnica e Gestão	265
	Especialização e Coordenação	1 359
	Supervisão e Técnicas	5 008
	Operacionais e Suporte	2 076

Nota 1: Para o denominador do indicador considerou-se o n.º de colaboradores existentes à data de 31-12-2020.

Nota 2: Sendo uma formação *online*, a menor taxa de realização da formação nos colaboradores "Operacionais e Suporte" justifica-se pelas menores habilitações e lacunas informáticas dos mesmos.

Além das formações acima descritas, de acordo com as suas funções na MOTA-ENGIL, os colaboradores recebem formação nos procedimentos internos que definem o modo de atuação contra a corrupção e o suborno, com destaque para:

- Procedimento de Ofertas e Ajudas de Custo;
- Procedimentos de donativos;
- Procedimentos de Caixa; e
- Procedimentos de terceiros.

Por sua vez, o Programa de Formação Global - *Compliance Online* foi criado com o objetivo assegurar o conhecimento e o comprometimento de todos os colaboradores com o tema.

De referir ainda que o GRUPO MOTA-ENGIL instituiu, em 2018, a função de *Chief Compliance Officer* (CCO), a qual depende da Comissão Executiva e reporta também a um administrador independente, o qual tem a responsabilidade de validar todos os procedimentos aplicáveis ao sistema de *compliance* e validar todas as futuras alterações que venham a ser propostas, tendo sempre e em qualquer circunstância as mesmas de ser aprovadas em Conselho de Administração.

Apresenta-se, seguidamente, o número de casos confirmados de corrupção e as medidas tomadas (Norma GRI 205: Combate à Corrupção (2016)).

#### Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas (GRI 205-3)

N.º total de incidentes confirmados de corrupção	3
N.º total de incidentes confirmados nos quais colaboradores foram demitidos ou disciplinados devido a corrupção	2
N.º total de incidentes confirmados nos quais contratos com parceiros de negócio foram terminados ou não renovados devido a violações provocadas por corrupção	3

Em dois dos casos, os colaboradores da área de *Procurement* de determinados mercados associaram-se a fornecedores em benefício próprio, efetuando adjudicações prejudiciais para a empresa ao nível do preço, incumprindo os procedimentos estabelecidos. Os colaboradores em questão foram suspensos, preventivamente, durante a investigação, e os seus contratos foram, posteriormente, rescindidos. Os fornecedores em questão foram bloqueados no *software* ERP da empresa de forma transversal, garantindo que não poderão concorrer a quaisquer processos de *Procurement* futuros.

Noutro dos casos, o acionista de um fornecedor do GRUPO, tendo visto a sua empresa bloqueada, preventivamente, por alegado incumprimento fiscal, tentou criar outras empresas para concorrer a propostas. As empresas foram identificadas e bloqueadas transversalmente no *software* ERP, de forma semelhante aos casos acima.

## Principais políticas e aspetos abrangidos pelo Código de Ética

### Juntos...

O bom nome e reputação do GRUPO MOTA-ENGIL são produto da dedicação e do trabalho árduo de todos. É um objetivo que não consiste apenas em cumprir as leis, regras e regulamentos aplicáveis ao negócio; trabalhamos também para cumprir padrões elevados

### Cultura pelo exemplo

O Conselho Administração, os gestores de topo e os gestores operacionais dão o exemplo, orientam e apoiam as suas equipas no cumprimento do Código de Ética e de Conduta empresarial.

### Governo societário

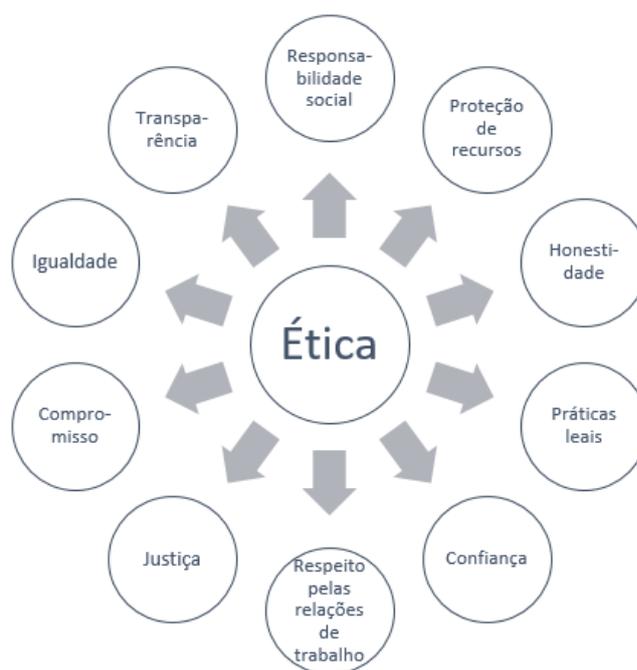
O GRUPO MOTA-ENGIL é gerido com transparência e na observância das normas, orientações e princípios do bom governo das sociedades, nos termos do compromisso para com os seus acionistas, parceiros, clientes,

### *Know Your Customer / Know Your Supplier*

O GRUPO MOTA-ENGIL segue as normas de *compliance* nacionais e internacionais aplicáveis à sua atividade. Para esse efeito, cumpre procedimentos e mecanismos de análise de todas as contrapartes com as quais se relaciona.

### Tolerância e respeito pelos outros

O GRUPO MOTA-ENGIL respeita os direitos humanos em todos os contextos culturais, socioeconómicos e geográficos onde opera, reconhecendo as respetivas tradições e culturas e promovendo o apoio às comunidades locais de acordo com as especificidades de cada região.



### Canal de comunicação de irregularidades

Qualquer *stakeholder* poderá reportar, em qualquer altura, alegadas irregularidades e/ou infrações ao Código de Ética ou às políticas do GRUPO, sem qualquer receio de retaliação, se e desde que com boa-fé, utilizando para o efeito o e-mail [etica@mota-engil.com](mailto:etica@mota-engil.com) ou o endereço Ética – Rua do Rêgo Lameiro, 38, 4300-454 Porto, Portugal.

## 1. Códigos de ética

O GRUPO MOTA-ENGIL possui um Código de Ética e de Conduta Empresarial, o qual foi adotado em 2015, tendo a última revisão ocorrida em outubro de 2019. Este Código tem como finalidade estabelecer as bases de comportamento responsável, deveres e regras gerais de natureza ética e empresarial que devem reger a conduta de todos os colaboradores e gestores do GRUPO com relação ao desempenho das suas funções no trabalho, cumprindo com a Missão, Visão e Valores que integram a cultura organizacional da MOTA-ENGIL.

O objetivo do Código de Ética e de Conduta Empresarial consiste em definir e difundir os princípios e regras que orientam a MOTA-ENGIL, os quais constituem a base de comportamento que o GRUPO exige dos seus colaboradores. Os mecanismos de implementação e monitorização de cumprimento do mesmo, baseiam-se nos que foram identificados no ponto anterior.

## 2. Gestão de conflitos de interesses

O Código de Ética e de Conduta Empresarial do GRUPO Mota-Engil caracteriza as situações em que poderá ocorrer um conflito de interesses e define a responsabilidade dos colaboradores de agir no melhor interesse do GRUPO, não devendo atuar de forma que colida com essa responsabilidade. Situações que potencialmente possam gerar conflito de interesses deverão ser reportadas para a linha de ética do GRUPO ou para a linha de apoio de *Compliance*. Adicionalmente, foi aprovado um Procedimento de Conflito de Interesses que estabelece um processo de revisão e prevenção de conflitos de interesses reais ou aparentes.

Remete-se para o Relatório de Sustentabilidade de 2020 da MOTA-ENGIL o acesso a informação mais detalhada sobre os compromissos definidos, formas de gestão e ações empreendidas neste âmbito.

## PARTE II - INFORMAÇÃO SOBRE OS STANDARDS / DIRETRIZES SEGUIDOS

---

### 1. Identificação de standards/diretrizes seguidos no reporte de informação não financeira

---

Identificação dos *standards* / diretrizes seguidos na preparação da informação não financeira, incluindo as respectivas opções, bem como outros princípios considerados na atuação da Sociedade, caso aplicável.

No caso de a Sociedade referir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, incluir identificação daqueles para cujo cumprimento a Sociedade se compromete a contribuir, com indicação das medidas tomadas, em cada ano, no sentido da prossecução dos propósitos traçados relativamente a cada um desses ODS. Ou seja, identificar ações, projetos ou investimentos concretos direcionados ao cumprimento desse ODS.

Conforme mencionado no ponto A, o relato de informação não financeira da MOTA-ENGIL faz-se de acordo com as Normas da *Global Reporting Initiative* (GRI), na sua opção "Essencial".

Os indicadores foram selecionados por forma a refletir os principais impactos associados aos tópicos materiais da MOTA-ENGIL e às recomendações da CMVM, assim como permitir o acompanhamento dos objetivos definidos.

A MOTA-ENGIL, no âmbito da sua estratégia de sustentabilidade, assume o seu compromisso na prossecução dos ODS e contributo para a Agenda 2030 das Nações Unidas. Remete-se para o Relatório de Sustentabilidade de 2020 da MOTA-ENGIL o acesso a informação mais detalhada sobre os ODS e ações empreendidas neste âmbito.

De referir que o Relatório de Sustentabilidade apresenta também uma Tabela de Correspondência ODS, a qual tem por objetivo facilitar a identificação dos principais indicadores e iniciativas que melhor permitem perceber o contributo da MOTA-ENGIL para os diversos ODS impactados pela organização.

### 2. Identificação do âmbito e metodologia de cálculo dos indicadores

---

Descrição do âmbito e metodologia de cálculo (incluindo a fórmula de cálculo) dos indicadores apresentados, bem como das limitações desse reporte.

Sempre que possível, apresentação de uma tabela de correspondência entre os indicadores apresentados e os princípios ou objetivos considerados, indicando o sítio onde a informação se encontra detalhada (ex., a página do relatório autónomo de reporte de informação não financeira, do relatório e contas, de outro documento ou do sítio de internet da Sociedade).

Conforme mencionado no ponto A, o relato de informação não financeira da MOTA-ENGIL faz-se de acordo com as Normas da GRI.

Remete-se para o Relatório de Sustentabilidade de 2020 da MOTA-ENGIL, o acesso a informação mais detalhada sobre o âmbito e metodologias de cálculo associados aos indicadores apresentados.

De referir que o Relatório de Sustentabilidade apresenta também uma tabela de correspondências com as recomendações da CMVM.

### 3. Explicação em caso de não aplicação de políticas

---

Caso a Sociedade não aplique políticas em relação a uma ou mais questões, o reporte de informação não financeira apresenta uma explicação para esse facto.

A MOTA-ENGIL não apresenta no presente documento referência a políticas no âmbito do investimento responsável, uma vez que se encontra a desenvolver internamente o tema, registando-se, no entanto, crescente interesse pelo mesmo.

### 4. Outras informações

---

Elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidos nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão, enquadramento e justificação da relevância da informação não financeira divulgada, designadamente quanto a redes/consórcios de entidades ligadas a temas de sustentabilidade e responsabilidade das organizações que integra/a que pertence, seja a nível nacional ou internacional, e compromissos de sustentabilidade que a Sociedade voluntariamente assumiu, de âmbito local ou global.

Remete-se para o Relatório de Sustentabilidade de 2020 da MOTA-ENGIL, o acesso a informação mais detalhada sobre as iniciativas externas (GRI 102-12) subscritas pelo GRUPO e identificação das associações / redes onde participa (GRI 102-13).

**Respeitar  
o Ambiente,  
Promover a  
Sustentabilidade.**



MOTAENGIL

*Contribuir para um amanhã sustentável, com respeito pelo ambiente e o planeta, promovendo novas formas de maximizar eficiência e a economia circular.*

**Transformamos Mundos.**

**03**

**Informação Financeira  
Consolidada**

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PARA OS EXERCÍCIOS E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
(Montantes expressos em milhares de euros)

Notas	Ano		2º Semestre		
	2020	2019 <sup>(1)</sup>	2020	2019 <sup>(1)</sup>	
	€ '000	€ '000	€ '000	€ '000	
			(não auditado)	(não auditado)	
Vendas e prestações de serviços	2	2 429 134	2 912 440	1 271 943	1 567 987
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação da produção	3	(560 591)	(661 040)	(280 717)	(302 817)
Fornecimentos e serviços externos	4	(970 194)	(1 245 312)	(503 036)	(722 297)
Gastos com pessoal	5	(519 644)	(587 229)	(251 505)	(300 540)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	6	1 550	(1 788)	(504)	(19 278)
Amortizações e depreciações	7, 15, 16 e 17	(196 743)	(206 542)	(100 945)	(104 499)
Perdas de imparidade	8	(37 118)	(6 147)	(40 056)	(5 351)
Provisões	8	(1 909)	(16 648)	16 603	(16 208)
Rendimentos e ganhos financeiros	9	256 419	209 865	129 479	165 932
Gastos e perdas financeiras	9	(391 216)	(274 305)	(222 013)	(178 511)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	10	(6 049)	(5 407)	(9 229)	(6 704)
Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas	11	11 146	(7 986)	7 491	(7 986)
Posição monetária líquida	47	10 748	1 746	3 389	1 746
<b>Resultado antes de imposto</b>	12	<b>25 534</b>	<b>111 647</b>	<b>20 899</b>	<b>71 473</b>
Imposto sobre o rendimento	12	(17 725)	(41 474)	(23 141)	(26 821)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>7 809</b>	<b>70 173</b>	<b>(2 242)</b>	<b>44 652</b>
Atribuível:					
a interesses que não controlam	38	27 753	43 445	12 662	26 050
<b>ao Grupo</b>	13	<b>(19 944)</b>	<b>26 728</b>	<b>(14 903)</b>	<b>18 602</b>
Resultado por ação em euros:					
básico	13	-0,09 €	0,12 €	-0,06 €	0,08 €
diluído	13	-0,09 €	0,12 €	-0,06 €	0,08 €

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

<sup>(1)</sup> Ver Nota 2

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL  
PARA OS EXERCÍCIOS E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
(Montantes expressos em milhares de euros)

Notas	Ano		2º Semestre	
	2020 € '000	2019 € '000	2020 € '000	2019 € '000
			(não auditado)	(não auditado)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>7 809</b>	<b>70 173</b>	<b>(2 242)</b>	<b>44 652</b>
<b>Itens de outro rendimento integral que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados</b>				
<b>Empresas consolidadas pelo método integral</b>				
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira:	29			
Das quais associadas ao impacto da hiperinflação em Angola e no Zimbábue em exercícios anteriores		(10 587)	(10 486)	(4 822)
Outras		(181 050)	(128 279)	(113 037)
Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa		559	180	450
Impostos diferidos associados à variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa		(126)	(41)	(125)
Impacto da hiperinflação no Zimbábue	47	(21 227)	(17 656)	(2 983)
<b>Empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial</b>				
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira		(3 234)	(43)	(383)
Variação, líquida de impostos, no justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa		(401)	(854)	97
Outro rendimento integral em empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial		928	287	928
<b>Itens de outro rendimento integral que não serão reclassificados para a demonstração dos resultados</b>				
<b>Empresas consolidadas pelo método integral</b>				
Variação nos excedentes de revalorização de ativos tangíveis	16	20 618	33 029	10 321
Impostos diferidos associados à variação nos excedentes de revalorização de ativos tangíveis		(5 712)	(9 203)	(3 395)
Desvios actuariais	39	(3 857)	(659)	(857)
Impostos diferidos associados aos desvios actuariais		926	137	251
Variação no justo valor de outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	20	(9 976)	(6 200)	(24 977)
Impostos diferidos associados à variação no justo valor de outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral		2 245	1 375	5 000
<b>Total do outro rendimento integral</b>		<b>(210 894)</b>	<b>(138 412)</b>	<b>(133 532)</b>
<b>Total do rendimento integral consolidado do exercício</b>		<b>(203 085)</b>	<b>(68 239)</b>	<b>(136 774)</b>
<b>Atribuível:</b>				
a interesses que não controlam		(24 842)	(950)	334
ao Grupo		<b>(178 243)</b>	<b>(67 289)</b>	<b>(136 108)</b>
				<b>(60 550)</b>

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2020 € '000	2019 € '000
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Goodwill	14	20 717	22 233
Ativos intangíveis	15	707 988	629 811
Ativos tangíveis	16	384 589	460 028
Direitos de uso de ativos	17	218 246	246 411
Investimentos financeiros em empresas associadas	18	123 606	103 908
Investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas	19	17 496	19 902
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	20	177 915	212 078
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	20	42 675	54 088
Propriedades de investimento	21	173 565	161 753
Clientes e outros devedores	23	176 428	184 433
Outros ativos não correntes	25	9 546	5 427
Instrumentos financeiros derivados	32	39	4
Ativos por impostos diferidos	12	201 918	186 296
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>2 254 729</b>	<b>2 286 371</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários	22	252 220	332 599
Clientes e outros devedores	23	941 678	1 059 462
Ativos associados a contratos com clientes	24	668 882	568 360
Outros ativos correntes	25	76 243	54 799
Imposto sobre o rendimento	26	23 824	35 146
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	20	21 088	10 568
Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo	27	79 646	98 303
Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista	27	31 507	34 593
Caixa e seus equivalentes com recurso à vista	27	338 699	299 957
Ativos não correntes detidos para venda	28	126 967	274 407
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>2 560 753</b>	<b>2 768 193</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>4 815 482</b>	<b>5 054 564</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Empréstimos sem recurso	30	133 303	110 425
Empréstimos com recurso	30	797 917	866 760
Passivos de locação	17	243 707	203 883
Instrumentos financeiros derivados	32	482	688
Fornecedores e credores diversos	33	70 418	93 943
Passivos associados a contratos com clientes	34	6 614	44 247
Outros passivos não correntes	35	165 299	157 746
Provisões	37	103 598	106 587
Passivos por impostos diferidos	12	181 695	161 984
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>1 703 033</b>	<b>1 746 263</b>
<b>Corrente</b>			
Empréstimos sem recurso	30	45 443	50 148
Empréstimos com recurso	30	914 624	841 592
Outros passivos financeiros	31	224 233	208 156
Passivos de locação	17	57 554	69 999
Instrumentos financeiros derivados	32	108	9
Fornecedores e credores diversos	33	801 317	885 832
Passivos associados a contratos com clientes	34	277 100	233 639
Outros passivos correntes	35	595 088	530 905
Imposto sobre o rendimento	36	20 740	30 395
Passivos não correntes detidos para venda	28	30 229	129 600
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>2 966 437</b>	<b>2 980 272</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>4 669 470</b>	<b>4 726 535</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	29	237 505	237 505
Ações próprias	29	(10 232)	(10 232)
Reservas, Resultados transitados e Prémios de emissão	29	(295 963)	(177 674)
Resultado líquido consolidado do exercício		(19 944)	26 728
<b>Capital próprio atribuível ao Grupo</b>		<b>(88 634)</b>	<b>76 327</b>
Interesses que não controlam	38	234 646	251 703
<b>Total do Capital próprio</b>		<b>146 012</b>	<b>328 030</b>
<b>Total do Capital próprio e Passivo</b>		<b>4 815 482</b>	<b>5 054 564</b>

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM**  
(Montantes expressos)

Notas	Reservas de justo valor					
	Capital social	Ações próprias	Prémios de emissão	Investimentos financeiros	Ativos fixos	Derivados
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018 (auditado)</b>	237 505	(10 232)	92 584	27 702	690	65
Ajustamento resultante da adoção da IFRS 9 (líquido de imposto)	-	-	-	-	-	-
Ajustamento resultante da adoção da IFRS 15 (líquido de imposto)	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019 (não auditado)</b>	237 505	(10 232)	92 584	27 702	690	65
<b>Movimentos com detentores de capital</b>						
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Aumentos/ diminuições de capital social	29	-	-	-	-	-
<b>Outros movimentos</b>						
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(4 825)	16 571	(714)
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-
Transferências para outras reservas	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Alterações de percentagem de participação em entidades controladas:						
- Outras aquisições/alienações de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	237 505	(10 232)	92 584	22 877	17 261	(649)
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2020</b>	237 505	(10 232)	92 584	22 877	17 261	(649)
<b>Movimentos com detentores de capital</b>						
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Aumentos/ diminuições de capital social	29	-	-	-	-	-
Aquisição de empresas a entidades sob controlo comum	42	-	-	-	-	-
<b>Outros movimentos</b>						
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(7 732)	10 599	32
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-
Transferências para outras reservas	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Alterações de percentagem de participação em entidades controladas:						
- Outras aquisições/alienações de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	237 505	(10 232)	92 584	15 145	27 860	(617)

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

## DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

em milhares de euros)

Reserva de conversão cambial	Reservas legais	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Capital próprio atribuível ao Grupo	Capital próprio atribuível a int. que não controlam	Total do capital próprio
(212 093)	55 166	(37 823)	23 306	176 872	268 998	445 869
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
(212 093)	55 166	(37 823)	23 306	176 872	268 998	445 869
-	-	(17 125)	-	(17 125)	(12 972)	(30 096)
-	-	-	-	-	(14 908)	(14 908)
(80 659)	-	(24 390)	-	(94 017)	(44 395)	(138 412)
-	-	-	26 728	26 728	43 445	70 173
-	2 567	20 739	(23 306)	-	-	-
-	-	(9 265)	-	(9 265)	(5 319)	(14 584)
-	-	(6 866)	-	(6 866)	16 855	9 989
(292 752)	57 733	(74 730)	26 728	76 327	251 703	328 030
(292 752)	57 733	(74 730)	26 728	76 327	251 703	328 030
-	-	-	-	-	(4 673)	(4 673)
-	-	-	-	-	(885)	(885)
-	-	14 757	-	14 757	-	14 757
(130 470)	-	(30 728)	-	(158 299)	(52 595)	(210 894)
-	-	-	(19 944)	(19 944)	27 753	7 809
-	-	26 728	(26 728)	-	-	-
-	-	(2 955)	-	(2 955)	(527)	(3 483)
-	-	1 482	-	1 482	13 869	15 351
(423 222)	57 733	(65 447)	(19 944)	(88 634)	234 646	146 012

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2020 € '000	2019 € '000
<b>Atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		2 166 562	2 694 169
Pagamentos a fornecedores		(1 440 468)	(1 817 930)
Pagamentos ao pessoal		(526 711)	(583 293)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		<b>199 383</b>	<b>292 946</b>
(Pagamento)/Recebimento de imposto sobre o rendimento		(19 540)	(37 454)
Outros recebimentos/(pagamentos) de atividades operacionais		41 157	(137 989)
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>221 000</b>	<b>117 502</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros	43	69 933	22 334
Propriedades de investimento		1 316	-
Ativos tangíveis, intangíveis e direitos de uso de ativos		22 891	32 497
Subsídios ao investimento		19 698	14 461
Juros e proveitos similares		52 105	51 529
Dividendos	43	2 136	2 075
Outras aplicações financeiras		18 657	-
		<b>186 735</b>	<b>122 897</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Investimentos financeiros	43	(20 108)	(19 108)
Empréstimos concedidos		-	(13 882)
Outras aplicações financeiras		-	(854)
Ativos tangíveis, intangíveis e direitos de uso de ativos		(199 289)	(294 863)
Propriedades de investimento		(185)	(1 680)
		<b>(219 582)</b>	<b>(330 387)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(32 847)</b>	<b>(207 490)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Empréstimos obtidos	30	1 528 906	1 739 682
Contratos de locação	17	-	65 490
Contratos de factoring	31	264 622	-
		<b>1 793 528</b>	<b>1 805 172</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Empréstimos obtidos	30	(1 455 173)	(1 430 133)
Contratos de locação	17	(30 197)	(60 642)
Contratos de factoring	31	(248 533)	-
Juros e custos similares		(163 045)	(200 821)
Dividendos	43	(4 874)	(28 990)
		<b>(1 901 822)</b>	<b>(1 720 585)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(108 294)</b>	<b>84 586</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		79 859	(5 402)
Efeito da hiperinflação em caixa e seus equivalentes		(27 041)	(5 083)
Efeito da caixa e seus equivalentes das empresas registadas como detidas para venda		-	(767)
Efeito das diferenças de câmbio		(32 501)	(11 067)
Efeito da hiperinflação no saldo inicial de caixa e seus equivalentes		15 338	4 017
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	27	334 550	352 852
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>27</b>	<b>370 206</b>	<b>334 550</b>

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

# 0. Nota Introdutória

---

A MOTA-ENGIL, SGPS, SA, com sede no Edifício Mota, Rua do Rego Lameiro, nº 38 4300-454 Porto (MOTA-ENGIL SGPS ou EMPRESA), e as suas empresas participadas (GRUPO ou GRUPO MOTA-ENGIL), têm como atividades principais a execução de empreitadas de obras públicas e privadas e atividades com elas conexas, bem como a recolha e tratamento de resíduos. A atividade do GRUPO é desenvolvida essencialmente em três regiões: Europa, África e América Latina. Por último, as ações da MOTA-ENGIL SGPS encontram-se admitidas à cotação na Euronext Lisbon.

As presentes demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA (acionista direta da EMPRESA – MGP) e nas da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA (entidade detentora de 100% do capital social da MGP e acionista última da EMPRESA (entidade controladora final)).

Todos os montantes explicitados neste anexo são apresentados em milhares de euros, arredondados à unidade mais próxima, salvo se expressamente referido em contrário.

## 1. Bases de apresentação, de consolidação e principais políticas contabilísticas

---

### 1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO MOTA-ENGIL foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que o constituem, ajustados no processo de consolidação.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do GRUPO operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras disponíveis sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o GRUPO dispõe dos recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) ou pelo anterior *Standards Interpretation Committee* (SIC), tal como adotadas e efetivas pela União Europeia à data de 1 de janeiro de 2020. No que se refere às empresas do GRUPO que utilizam normativos contabilísticos diferentes, foram efetuados ajustamentos de conversão para as IFRS.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinadas classes de ativos tangíveis, para as propriedades de investimento, para alguns investimentos em ações e para os instrumentos financeiros derivados, os quais foram mensurados ao custo revalorizado ou ao justo valor no final de cada período de reporte, tal como explicitado nas políticas contabilísticas abaixo.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, o GRUPO considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração. O justo valor para efeitos de mensuração e divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado na base atrás descrita, exceto no que se refere a locações que são tratadas no âmbito da IFRS 16, e às mensurações com semelhanças ao justo valor, mas que não correspondem ao justo valor, tais como o valor realizável líquido preconizado na IAS 2 ou o valor de uso preconizado na IAS 36.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é hierarquizada em três níveis (Nível 1, 2 e 3), os quais têm em consideração, nomeadamente, se os dados utilizados são observáveis em mercado ativo e a significância dos mesmos ao nível da valorização dos ativos / passivos ou na divulgação destes.

Os níveis hierárquicos atrás referidos são como se seguem:

- Nível 1 – o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para ativos / passivos idênticos;
- Nível 2 – o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e
- Nível 3 – o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais dados não são observáveis no mercado.

### 1.1.1. NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRARAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia foram aplicadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
IAS 1 e IAS 8 (alteração) - Definição de material	1/jan/20	Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material. Inclui clarificações quanto à referência a informações pouco claras, correspondendo a situações em que o seu efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, no contexto global das demonstrações financeiras; e ainda clarificações quanto ao termo "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como "atuais e futuros investidores, financiadores e credores" que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.
IFRS 3 (alteração) – Definição de negócio	1/jan/20	Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um <i>input</i> e um processo substancial que conjuntamente gerem <i>outputs</i> . Os <i>outputs</i> passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos "testes de concentração" para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.
IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração) - Reforma das taxas de juro de referência - Fase 1	1/jan/20	Esta alteração faz parte da primeira fase do projeto "IBOR reform" do IASB e permite isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito de 'altamente provável'; iii) avaliação prospectiva; iv) testes de eficácia retrospectivos (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxos de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.
Estrutura conceptual – Alterações na referência a outras IFRS	1/jan/20	Como resultado da publicação da nova estrutura conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retroespéctiva, exceto se impraticáveis.

Em 31 de dezembro de 2020, não foram gerados efeitos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas anexas decorrentes da adoção das normas / emendas e revisões acima referidas, tendo o GRUPO aplicado a versão revista da IFRS 3 às aquisições de negócios ocorridas no exercício.

### 1.1.2. NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE IRÃO ENTRAR EM VIGOR EM EXERCÍCIOS FUTUROS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios futuros, foram, até 31 de dezembro de 2020, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
IFRS 16 (alteração), Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19	1/jun/20	Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como “modificações” quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez.
IFRS 4 (alteração) - Contratos de seguro – Diferimento da aplicação da IFRS 9	1/jun/21	Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.

### 1.1.3. NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até 31 de dezembro de 2020, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações) - Reforma das taxas de juro de referência - fase 2	1/jan/21	Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxos de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualização da taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR.
IAS 16 (Alteração) - Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	1/jan/22	Esta alteração especifica o tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.
IAS 37 (Alteração) - Contratos onerosos - custos de cumprir com um contrato	1/jan/22	Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluem obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.
IAS 41 - Tributação e mensuração do justo valor	1/jan/22	Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13 – ‘Justo valor’.
IFRS 1 - Subsidiária enquanto adoptante das IFRS pela primeira vez	1/jan/22	Esta melhoria clarifica que quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseada na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.
IFRS 9 - Desreconhecimento de passivos - custos incorridos a incluir no teste dos 10% de variação	1/jan/22	Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, o mutuário deve determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra.
IFRS 16 - Incentivos à locação	1/jan/22	Esta melhoria refere-se à alteração do Exemplo ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16, para eliminar inconsistências no tratamento contabilístico de incentivos à locação, atribuídos pelo locador.
IFRS 3 (Alteração) - Referências à Estrutura conceptual	1/jun/22	Esta alteração atualiza as referências à Estrutura conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus incluídos numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospectiva.
IAS 1 (Alteração) - Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos	1/jan/23	Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
IFRS 17 – Contratos de seguro	1/jan/23	Esta nova norma substitui a IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“ <i>building block approach</i> ”) ou simplificado (“ <i>premium allocation approach</i> ”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.
IFRS 17 (Alteração) - Contratos de seguro	1/jan/23	Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

As normas / interpretações / emendas / revisões referidas nos pontos 1.1.2. e 1.1.3. acima não foram aplicadas pelo GRUPO no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. No entanto, não se estimam impactos materiais decorrentes da sua aplicação.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em Euro (milhares) por esta ser a moeda principal das operações do GRUPO. As demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira das empresas participadas foram convertidas para Euro de acordo com as políticas contabilísticas descritas na alínea h) da Nota 1.3. deste anexo.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas, em conformidade com as IFRS, o Conselho de Administração do GRUPO adotou certos pressupostos e estimativas que afetaram o montante dos ativos e passivos reportados, bem como os respetivos rendimentos e gastos incorridos, parte dos quais se encontram descritos na alínea xxii) da Nota 1.4. deste anexo.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração tiveram por base o seu conhecimento à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso.

## 1.2. COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o GRUPO passou a reconhecer os gastos incorridos com subcontratos na rubrica da demonstração consolidada dos resultados de “Fornecimento e serviços externos”.

Até 31 de dezembro de 2019, aqueles gastos, no montante de 561.524 milhares de euros, eram reconhecidos na rubrica da demonstração consolidada dos resultados de “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, variação da produção e subcontratos”.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o GRUPO passou a reconhecer os proveitos e os encargos associados à construção de ativos concessionados por parte das empresas do SUBGRUPO EGF na demonstração consolidada dos resultados nas rubricas de “Vendas e prestações de serviços” e “Fornecimentos e serviços externos”, respetivamente.

Até 31 de dezembro de 2019, aqueles proveitos e encargos, no montante de 85.693 milhares de euros, eram reconhecidos na rubrica da demonstração consolidada dos resultados de “Outros rendimentos/(gastos operacionais)”.

## 1.3. BASES DE CONSOLIDAÇÃO

### a) Empresas controladas

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da EMPRESA e das entidades por si controladas, bem como as controladas pelas suas subsidiárias. Entende-se que existe controlo quando uma entidade: (i) tem poder sobre a participada; (ii) está exposta a e/ou tem direito a retornos variáveis em resultado do seu envolvimento com a participada; e (iii) tem a capacidade de utilizar o poder atrás referido para influenciar os retornos da participada. Desta forma, algumas empresas participadas cuja percentagem de participação efetiva detida pelo GRUPO é inferior a 50% foram consideradas como controladas pelo mesmo. A maioria dessas situações ocorre quando o GRUPO detém uma participação financeira maioritária numa empresa subsidiária que por sua vez detém outra participação maioritária numa empresa participada. Por outro lado, algumas empresas participadas cuja percentagem de participação efetiva detida pelo GRUPO é superior a 50% não foram consideradas como controladas, dada a existência de acordos com terceiras entidades em que se estabeleceu a partilha de controlo sobre as mesmas. Sempre que se verificam alterações em algum dos três elementos acima referidos relativamente a uma participada, o GRUPO reavalia a existência de controlo sobre a mesma.

O GRUPO controla uma participada mesmo que não detenha a maioria dos seus direitos de voto quando, em virtude dos direitos de voto detidos e/ou de eventuais acordos celebrados, tenha a capacidade prática de dirigir as atividades relevantes da participada de forma unilateral e esteja exposto a retornos variáveis.

As demonstrações financeiras das empresas controladas (incluindo entidades estruturadas ou SPV) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método da consolidação integral a partir do momento em que é adquirido o controlo por parte do GRUPO. Consequentemente, os resultados das empresas cujo controlo foi adquirido ou perdido durante o exercício são incluídos na demonstração dos resultados, respetivamente, desde a data de obtenção de controlo ou até à data em que o mesmo foi cedido.

O resultado líquido e os demais elementos do outro rendimento integral e do capital próprio de empresas controladas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas (interesses que não controlam) são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada do outro rendimento integral em rubricas específicas de “Interesses que não controlam”.

O outro rendimento integral das empresas controladas é atribuído ao GRUPO e aos interesses que não controlam, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário destes últimos.

Quando necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas de modo a que as suas políticas contabilísticas sejam consistentes com as adotadas pelo GRUPO. As transações e os saldos mantidos entre empresas do GRUPO são eliminados no processo de consolidação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as principais transações realizadas entre empresas do GRUPO podem resumir-se a:

- (i) Compras e vendas de inventários;
- (ii) Prestações de serviços de construção;
- (iii) Prestações de serviços administrativos;
- (iv) Concessão e obtenção de empréstimos; e
- (v) Distribuição de dividendos.

As empresas controladas (incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método da consolidação integral) encontram-se detalhadas no Apêndice A ao presente anexo.

#### b) Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo incluídos na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica “Investimentos financeiros em empresas associadas”.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos onde o GRUPO exerce uma influência significativa. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de cariz financeiro e operacional de uma empresa, sem todavia exercer controlo ou controlo conjunto sobre a mesma. Adicionalmente, em algumas empresas onde a percentagem de participação efetiva detida pelo GRUPO é inferior a 20% o mesmo exerce influência significativa sobre as mesmas. A maioria dessas situações ocorre quando o GRUPO detém uma participação financeira maioritária numa empresa subsidiária que por sua vez controla ou exerce influência significativa numa empresa participada.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros são inicialmente registados pelo seu custo de aquisição, sendo este ajustado posteriormente:

- Pelo valor correspondente à participação do GRUPO no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das associadas - por contrapartida de outro rendimento integral do GRUPO ou de ganhos ou perdas do exercício, conforme aplicável;
- Pelos dividendos recebidos – por contrapartida de uma conta a receber ou de disponibilidades; e
- Por eventuais ganhos ou perdas gerados em operações com outras empresas do GRUPO, que afetem a valorização dos ativos do GRUPO.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as principais transações realizadas entre empresas do GRUPO e empresas associadas podem resumir-se a:

- (i) Prestações de serviços de construção;
- (ii) Prestações de serviços administrativos;
- (iii) Concessão e obtenção de empréstimos; e
- (iv) Distribuição de dividendos.

É efetuada uma análise de imparidade aos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme. A quantia recuperável dos investimentos financeiros em empresas associadas é, para este fim, determinada de acordo com o disposto na IAS 36. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixarem de existir, as mesmas são objeto de reversão através do registo do correspondente ganho na demonstração dos resultados. As perdas por imparidade são registadas como uma dedução à quantia escriturada dos investimentos financeiros.

Quando a proporção do GRUPO nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o GRUPO tenha assumido compromissos para com a associada, registando, nesse caso, uma provisão para fazer face àqueles compromissos.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do GRUPO na associada por contrapartida da rubrica “Investimentos financeiros em empresas associadas”. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas associadas para adequar as suas políticas contabilísticas às adotadas pelo GRUPO.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados no Apêndice A ao presente anexo.

#### c) Empreendimentos conjuntos

Empreendimentos conjuntos são acordos em que as partes que têm o controlo conjunto do acordo têm direitos sobre os ativos líquidos do mesmo. Controlo conjunto é a partilha contratualmente acordada de controlo que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controlo. Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas na rubrica de “Investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas” através do método da equivalência patrimonial, tal como descrito na alínea b) acima.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos encontram-se detalhados no Apêndice A ao presente anexo.

#### d) Operações conjuntas

Operações conjuntas são acordos em que as partes que detêm o controlo conjunto do acordo têm direitos sobre os ativos e obrigações perante os passivos do acordo. Controlo conjunto é a partilha contratualmente acordada de controlo que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controlo. Quando uma empresa do GRUPO desenvolve a sua atividade no âmbito de uma operação conjunta, o GRUPO, como um operador conjunto, reconhece em relação ao seu interesse naquela operação conjunta os seguintes elementos:

- Os seus ativos, incluindo a sua parte de quaisquer ativos detidos conjuntamente;
- Os seus passivos, incluindo a sua parte de quaisquer passivos incorridos conjuntamente;
- A sua quota de receitas provenientes da venda da produção pela ação conjunta; e
- As suas despesas, incluindo a sua parte de quaisquer gastos incorridos pela ação conjunta.

#### e) Concentrações de atividades empresariais

As concentrações de atividades empresariais são registadas de acordo com o método da compra. O custo da concentração é apurado ao justo valor, consistindo na soma, na data de aquisição do controlo, do: (i) justo valor dos ativos transferidos pelo GRUPO; (ii) do justo valor das responsabilidades assumidas pelo GRUPO em resultado da aquisição do controlo; e (iii) do justo valor dos instrumentos de capital próprio emitidos pelo GRUPO em troca da aquisição do controlo. Os gastos relacionados com concentrações de atividades empresariais são registados na demonstração consolidada dos resultados quando incorridos.

Na data de aquisição do controlo, os ativos e passivos identificáveis adquiridos são mensurados ao seu justo valor podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após aquela data. Para efeitos de mensuração do justo valor, o GRUPO recorre a preços de mercado vigentes para ativos e passivos semelhantes, ou, na sua ausência, a técnicas de valorização universalmente aceites (preços comparáveis, *discounted cash-flows*, etc.). O excesso do custo da concentração acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos na empresa adquirida e do valor atribuído aos interesses que não controlam relativamente ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos é reconhecido como *Goodwill*. Caso o referido diferencial seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica “Outros rendimentos / (gastos) operacionais” após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos e passivos identificáveis adquiridos. O GRUPO opta, numa base casuística, pela valorização dos interesses que não controlam: (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) pelo seu justo valor. Até 1 de janeiro de 2012, os interesses que não controlam eram valorizados exclusivamente de acordo com a correspondente proporção no justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

Os pagamentos contingentes futuros, caso existam, são reconhecidos como passivo no momento da aquisição do controlo pelo seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada por contrapartida da quantia escriturada do *Goodwill*, desde que ocorra dentro do período de remensuração (12 meses após a data da aquisição) e desde que esteja relacionada com eventos anteriores à data de aquisição. Caso contrário, será registada por contrapartida da demonstração dos resultados.

Quando uma concentração de atividades empresariais é atingida em etapas, o interesse anteriormente detido pelo GRUPO na empresa adquirida é remensurado ao justo valor na data de aquisição e o ganho ou perda daí resultante, se algum, é reconhecido na demonstração dos resultados. Por outro lado, os montantes resultantes de interesses na empresa adquirida anteriores à data de aquisição que tenham sido reconhecidos no outro rendimento integral são reclassificados para a demonstração dos resultados, desde que esse fosse o tratamento apropriado caso essa participação tivesse sido alienada.

A aquisição de investimentos financeiros em empresas associadas é registada pelo método da compra.

Deste modo, qualquer excesso / défice do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos das empresas associadas na data de aquisição é reconhecido, respetivamente, como *Goodwill* (sendo adicionado ao valor do investimento financeiro), ou como um rendimento na demonstração consolidada dos resultados do exercício na rubrica “Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas” (neste último caso, após a devida reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis).

Por último, as concentrações de atividades empresariais que resultem de transações efetuadas com entidades sob controlo comum são registadas de acordo com o método da compra, adotando-se por analogia as regras preconizadas na IFRS-3. Adicionalmente, o diferencial entre o valor recebido e o justo valor dos ativos e passivos adquiridos, a diferença de aquisição apurada e a revalorização dos interesses anteriormente detidos são registados diretamente na demonstração consolidada das alterações no capital próprio.

#### f) Outras alterações em interesses em entidades controladas

A aquisição de interesses em empresas já controladas é considerada uma transação entre detentores de capital e, conseqüentemente, não dá origem ao reconhecimento de qualquer *Goodwill* ou resultado. Deste modo, qualquer diferença entre o respetivo custo e a quantia escriturada dos correspondentes interesses que não controlam adquiridos é registada diretamente no capital próprio. De igual forma, na alienação de interesses em empresas controladas que não resultem na perda de controlo, as eventuais diferenças entre a quantia transferida para interesses que não controlam e o preço da transação são registadas diretamente no capital próprio.

Quando uma alienação de interesses numa empresa até então controlada resulta na perda de controlo por parte do GRUPO, é reconhecido um ganho ou uma perda na demonstração consolidada dos resultados correspondente à diferença entre: (i) o justo valor dos ativos recebidos pelo GRUPO acrescido do justo valor de eventuais interesses mantidos na empresa e (ii) a quantia escriturada dos ativos e passivos da empresa nas demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO e eventuais interesses que não controlam relacionados.

#### g) *Goodwill*

O *Goodwill* encontra-se registado ao custo (apurado tal como descrito na alínea e) da presente Nota) deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Até 1 de janeiro de 2004, o *Goodwill* era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento associado, sendo as amortizações correspondentes registadas na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de “Amortizações e depreciações”. A partir de 1 de janeiro de 2004, o *Goodwill* deixou de ser amortizado, sendo sujeito a testes de imparidade anuais ou sempre que existam indícios de imparidade.

No caso do *Goodwill* gerado antes da data de transição para as IFRS, o respetivo custo considerado correspondeu ao valor líquido contabilístico do mesmo apurado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal àquela data, tendo aquele sido objeto de testes de imparidade na data de transição. Adicionalmente, e de acordo com a alternativa prevista na IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, a MOTA-ENGIL SGPS não aplicou retrospectivamente as disposições da IAS 21 – Efeitos de alteração de taxas de câmbio ao *Goodwill* gerado antes da data de transição para as IFRS.

O *Goodwill* gerado com a aquisição de empresas subsidiárias cuja moeda funcional não seja o Euro encontra-se registado na moeda funcional dessas subsidiárias, sendo convertido para a moeda funcional e de relato do GRUPO (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de referência da demonstração consolidada da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica do capital próprio “Reserva de conversão cambial”.

Anualmente e com referência à data da demonstração consolidada da posição financeira, o GRUPO procede à realização de testes de imparidade ao *Goodwill*. Sempre que o montante pelo qual o *Goodwill* se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Perdas de imparidade”. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. O justo valor é o montante que seria obtido com a alienação do ativo numa transação ao alcance de partes independentes. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que é esperado que resultem do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. No caso do *Goodwill*, a quantia recuperável é sempre estimada para a unidade geradora de caixa (UGC) à qual o mesmo foi imputada.

De uma forma geral, as UGC correspondem às próprias empresas adquiridas, exceto no caso das empresas de tratamento e valorização de resíduos da EGF, cuja UGC corresponde ao grupo de empresas adquiridas (11 concessionárias de tratamento e valorização de resíduos e duas empresas detentoras de participações sociais).

As perdas por imparidade registadas no *Goodwill* não podem ser revertidas.

#### h) Conversão de demonstrações financeiras de empresas com moeda funcional diferente do Euro.

Os ativos e passivos expressos nas demonstrações financeiras de empresas que não utilizem o Euro como moeda funcional são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de referência da demonstração consolidada da posição financeira. Os rendimentos e os gastos, bem como os fluxos de caixa, são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio médias verificadas no exercício, exceto para as empresas estrangeiras que utilizem uma moeda funcional considerada hiperinflacionária, situação em que são utilizadas as taxas de câmbio em vigor à data de referência da demonstração consolidada da posição financeira. As diferenças cambiais resultantes, geradas após 1 de janeiro de 2004, são registadas no capital próprio na rubrica “Reserva de conversão cambial”. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para as IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica “Outras reservas e resultados transitados”.

O *Goodwill* e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de empresas que não utilizam o Euro como moeda funcional são tratados como ativos e passivos dessas empresas e convertidos para Euro de acordo com as taxas de câmbio em vigor à data de referência da demonstração consolidada da posição financeira.

Sempre que uma das empresas acima referidas é alienada, a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como um ganho ou uma perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferida para interesses que não controlam no caso de não haver perda de controlo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as moedas funcionais utilizadas pelas principais subsidiárias do GRUPO no reporte da sua informação financeira eram como se segue:

Subsidiária	2020			2019		
	Segmento de negócio	Moeda Local	Moeda Funcional	Segmento de negócio	Moeda Local	Moeda Funcional
Eco Eburnie	África	Franco África Ocidental (XOF)	Franco África Ocidental (XOF)	África	Franco África Ocidental (XOF)	Franco África Ocidental (XOF)
ME África NV	África	Euro (EUR)	Euro (EUR)	África	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Angola	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)
Mota-Engil Camarões	África	Franco África Ocidental (XOF)	Franco África Ocidental (XOF)	África	Franco África Ocidental (XOF)	Franco África Ocidental (XOF)
Mota-Engil Construction South Africa	África	Rand África do Sul (ZAR)	Rand África do Sul (ZAR)	África	Rand África do Sul (ZAR)	Rand África do Sul (ZAR)
Mota-Engil Costa do Marfim	África	Franco África Ocidental (XOF)	Franco África Ocidental (XOF)	África	Franco África Ocidental (XOF)	Franco África Ocidental (XOF)
Mota-Engil Engenharia e Construção África (MEECA)	África	Euro (EUR)	Euro (EUR)	África	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Guiné	África	Franco Guineense (GNF)	Dólares americanos (USD)	África	Franco Guineense (GNF)	Dólares americanos (USD)
Mota Maurícias	África	Rupia Mauriciana (MUR)	Euro (EUR)	África	Rupia Mauriciana (MUR)	Euro (EUR)
Sucursal Mota-Engil África Angola	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)
Sucursal Mota-Engil África Costa do Marfim	África	Franco África Ocidental (XOF)	Franco África Ocidental (XOF)	África	Franco África Ocidental (XOF)	Franco África Ocidental (XOF)
Sucursal Mota-Engil África Malawi	África	Kwacha do Malawi (MWK)	Kwacha do Malawi (MWK)	África	Kwacha do Malawi (MWK)	Kwacha do Malawi (MWK)
Sucursal Mota-Engil África Moçambique	África	Meticial (MZN)	Meticial (MZN)	África	Meticial (MZN)	Meticial (MZN)
Sucursal Mota-Engil África Rwanda	África	Franco Ruandês (RWF)	Euro (EUR)	África	Franco Ruandês (RWF)	Euro (EUR)
Sucursal Mota-Engil África Uganda	África	Xelim Ugandês (UGX)	Euro (EUR)	África	Xelim Ugandês (UGX)	Euro (EUR)
Vista Waste	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)
Consortio Lamat	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	-	-	-
Empresa Construtora Brasil	América Latina	Real (BRL)	Real (BRL)	América Latina	Real (BRL)	Real (BRL)
FSE Suministradora Fenix SAPI	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Generadora Fenix	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Mota-Engil México	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Mota-Engil Peru	América Latina	Nuevo Sol Peruano (PEN)	Nuevo Sol Peruano (PEN)	América Latina	Nuevo Sol Peruano (PEN)	Nuevo Sol Peruano (PEN)
Empresas do Grupo EGF	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Glan Agua (Ireland)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Central Europe Polónia	Europa	Zloty (PLN)	Zloty (PLN)	Europa	Zloty (PLN)	Zloty (PLN)
Mota-Engil Engenharia e Construção (MEEC)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Ireland Construction	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Suma	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil SGPS	Holdings	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Holdings	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Real Estate SGPS	Outros, eliminações e intragrupo	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Outros, eliminações e intragrupo	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Real Estate Portugal	Outros, eliminações e intragrupo	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Outros, eliminações e intragrupo	Euro (EUR)	Euro (EUR)

As taxas de câmbio (de fecho e média) utilizadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 na conversão para Euro das demonstrações financeiras das principais empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas que não utilizam o Euro como moeda funcional foram como se segue:

Moedas	Taxas de câmbio de fecho		Taxas de câmbio médias		
	2020	2019	2020	2019	
Dólares dos Estados Unidos	EUR / USD	1,23	1,12	1,15	1,12
Franco Comunidade Financeira Africana Ocidental	EUR / XOF	655,96	655,96	655,96	655,96
Kwanza de Angola	EUR / AOA	798,43	540,82	669,78	419,07
Kwacha do Malawi	EUR / MWK	946,09	824,43	853,68	824,41
Meticiais Moçambicanos	EUR / MZN	91,70	69,59	79,15	69,98
Nuevo Sol Peruano	EUR / PEN	4,54	4,00	4,13	3,83
Pesos Mexicanos	EUR / MXN	24,42	21,22	24,73	21,61
Rands da África do Sul	EUR / ZAR	18,02	15,78	18,91	16,17
Real do Brasil	EUR / BRL	6,37	4,52	6,00	4,42
Zlotys Polacos	EUR / PLN	4,56	4,26	4,47	4,30

#### i) Empresas em economias hiperinflacionárias

De acordo com a IAS 29 – “Relato financeiro em economias hiperinflacionárias”, as demonstrações financeiras de entidades / empresas cuja moeda funcional seja a de uma economia hiperinflacionária têm de ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da demonstração consolidada da posição financeira, sendo o ganho ou a perda na posição monetária líquida incluído no resultado líquido consolidado do exercício.

São consideradas pelo GRUPO economias hiperinflacionárias aquelas em que se verifiquem algumas das seguintes situações:

- i) a população em geral prefere conservar a sua riqueza em ativos não monetários ou numa moeda estrangeira relativamente estável. As quantias de moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- ii) a população em geral vê as quantias monetárias não em termos de moeda local, mas em termos de uma moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- iii) as vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada de poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- iv) as taxas de juro, os salários e os preços estão ligados a um índice de preços; e
- v) a taxa de inflação acumulada durante os três últimos anos aproxima-se de 100% ou excede esse valor.

No seguimento do atrás descrito, e verificando-se algumas das situações acima elencadas, Angola (nos exercícios de 2017 e 2018) e Zimbabué (nos exercícios de 2019 e 2020) foram consideradas economias hiperinflacionárias. Contudo, no exercício de 2019, por algumas das situações acima referidas terem deixado de se verificar em Angola, o GRUPO, a partir de 1 de janeiro de 2019, suspendeu a aplicação da IAS 29. No entanto, os impactos gerados em exercícios anteriores resultantes da adoção daquela norma, nomeadamente os associados à remensuração dos ativos e passivos não monetários, manter-se-ão até que os ativos sejam alienados, consumidos ou amortizados e até que os passivos sejam alienados ou liquidados.

De acordo com a IAS 29, a reexpressão das demonstrações financeiras das entidades cuja moeda funcional era o Kwanza / Dólar zimbabuano para a unidade de mensuração corrente foi efetuada da seguinte forma:

#### Demonstração da posição financeira

- As quantias da demonstração da posição financeira não expressas ainda em termos de unidade de mensuração corrente à data de referência daquela demonstração foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços;
- Os itens monetários não foram reexpressos porque já se encontravam expressos em termos de unidade de mensuração corrente à data da demonstração da posição financeira. Os itens monetários representam dinheiro devido e elementos a ser recebidos ou a ser pagos em dinheiro;
- Os ativos e passivos ligados por acordo às alterações de preços, tais como obrigações e empréstimos indexados a um índice, foram ajustados nos termos do acordo a fim de determinar a quantia em aberto à data da demonstração da posição financeira;
- Todos os outros ativos e passivos foram considerados como não monetários. Contudo, alguns itens não monetários foram registados pelas quantias correntes à data da demonstração da posição financeira, tais como o valor realizável líquido e o justo valor, e por isso não foram reexpressos. Todos os outros ativos e passivos não monetários foram reexpressos;
- A maior parte dos itens não monetários encontrava-se registada ao custo ou ao custo deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, pelo que encontrava-se expressa por quantias correntes à data da sua aquisição. O custo reexpresso de cada item foi determinado pela aplicação ao seu custo histórico e à sua amortização / perda de imparidade acumulada da variação ocorrida num índice geral de preços a partir da data da sua aquisição (ou data de alteração de moeda funcional) até à data de referência da demonstração da posição financeira. Deste modo, os ativos tangíveis e intangíveis, os investimentos financeiros, os inventários e o *Goodwill* foram reexpressos a partir das datas da sua aquisição ou de alteração de moeda funcional;
- Quando aplicável, a quantia reexpressa dos itens não monetários foi reduzida para a sua quantia recuperável por força do uso futuro estimado do item ou da sua alienação. Deste modo, em certos casos, as quantias reexpressas dos ativos tangíveis foram reduzidas para a sua quantia recuperável, as quantias reexpressas dos inventários foram reduzidas para o seu valor realizável líquido e as quantias reexpressas dos investimentos financeiros foram reduzidas para o seu justo valor;
- Os itens expressos pelo custo corrente (justo valor) não foram reexpressos porque já se encontravam expressos em termos da unidade de mensuração corrente à data da demonstração da posição financeira; e
- As rubricas de capital próprio, exceto as de resultados transitados e as de qualquer excedente de revalorização, foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços desde as datas em que os respetivos montantes foram gerados. Por outro lado, qualquer excedente de revalorização que tivesse sido originado em exercícios anteriores foi eliminado. Por último, os resultados transitados reexpressos foram determinados a partir de todas as outras quantias da demonstração da posição financeira reexpressas.

### Demonstração dos resultados

- A demonstração dos resultados, antes da reexpressão, relata geralmente os custos e os proveitos correntes no momento em que ocorreram as transações ou os acontecimentos subjacentes. Deste modo, o custo das vendas e a amortização dos ativos fixos são registados pelos custos correntes no momento do seu consumo; e os proveitos e outros custos correntes são registados pelas quantias correntes no momento em que foram gerados / incorridos;

- Todos os itens da demonstração dos resultados foram reexpressos em termos de unidade de mensuração corrente à data de referência da demonstração da posição financeira. Deste modo, todas as quantias foram reexpressas a partir das datas em que os itens de rendimentos e gastos foram inicialmente registados na demonstração dos resultados pela aplicação do respetivo índice geral de preços; e

- A reexpressão das demonstrações financeiras de acordo com a IAS 29 originou diferenças entre o resultado tributável e o resultado contabilístico. Aquelas diferenças foram contabilizadas de acordo com a IAS 12.

### Posição monetária líquida

Num período de inflação, uma empresa que detenha um excesso de ativos monetários sobre passivos monetários (posição monetária líquida devedora) perde poder de compra e conseqüentemente gera uma perda; por outro lado, uma empresa que detenha um excesso de passivos monetários sobre ativos monetários (posição monetária líquida credora) ganha poder de compra e conseqüentemente gera um ganho.

O ganho ou a perda na posição monetária líquida foi incluído no resultado líquido consolidado do exercício.

Para efeitos de determinação do índice geral de preços acima mencionado, o GRUPO utilizou a informação divulgada pelo Banco Nacional do Zimbabué sobre os níveis de inflação ocorridos naquele país nos últimos anos. Aqueles índices, resumidamente, foram como se segue:

Índice de Preços no Zimbabue	
Data	Índice de preços
31.12.2016	4 095,95
31.03.2017	4 060,27
30.06.2017	4 066,67
30.09.2017	4 071,10
31.12.2017	3 959,13
31.03.2018	3 954,19
30.06.2018	3 951,73
30.09.2018	3 862,88
31.12.2018	2 786,40
31.03.2019	2 370,67
30.06.2019	1 433,57
30.09.2019	852,13
31.12.2019	448,59
31.03.2020	305,34
30.06.2020	171,23
30.09.2020	112,21
31.12.2020	100,00

Informação detalhada sobre o impacto das reexpressões acima referidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser consultada na Nota 47.

## 1.4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

### i) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, sendo apenas reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para o GRUPO, se for possível medir razoavelmente o seu custo e se o GRUPO possuir o controlo sobre os mesmos.

Os ativos intangíveis são constituídos basicamente pelas licenças de exploração de concessões (decorrentes da adoção da IFRIC 12), pelos ativos reconhecidos no âmbito do processo de imputação de justo valor aos ativos e passivos adquiridos em concentrações de atividades empresariais e por *software*.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviço público nos quais o Concedente controla (regula):

- os serviços a serem prestados pela concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:

- construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros; e
- já existentes e às quais é dado acesso ao operador.

Atendendo ao acima descrito, as concessões detidas pelo GRUPO, maioritariamente afetas à área do tratamento e valorização de resíduos (SUBGRUPO EGF), encontram-se abrangidas no âmbito daquela IFRIC pelas seguintes razões:

- O GRUPO possui contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado (Concedente) e por um período pré-definido;
- O GRUPO efetua a prestação de serviços públicos mediante a utilização de infraestruturas;
- O Concedente controla os serviços prestados e as condições em que são prestados (no caso das concessões na área do tratamento e valorização dos resíduos, nomeadamente, através do regulador ERSAR); e
- Os diversos ativos utilizados para a prestação dos serviços revertem para o Concedente no final dos contratos de concessão.

Por outro lado, a IFRIC 12 estabelece igualmente os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as características mencionadas anteriormente e define os seguintes modelos de reconhecimento:

- i) Modelo do ativo financeiro – aplicável quando o operador tem um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Concedente, correspondente a montantes específicos ou determináveis. Nestas circunstâncias, o operador deverá registar um ativo financeiro (conta a receber). Neste modelo, o Concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser, em geral, legalmente vinculativo;
- ii) Modelo do ativo intangível – aplicável quando o operador recebe do Concedente o direito de cobrar uma tarifa em função da utilização da infraestrutura. Nestas situações, o operador deverá reconhecer um ativo intangível; e
- iii) Modelo misto – aplicável quando o contrato de concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo Concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas concessionadas.

Atendendo aos termos dos contratos de concessão celebrados pelas empresas concessionárias da EGF, nomeadamente ao seu modelo remuneratório, foi entendido que as operações desenvolvidas por aquelas concessionárias são enquadráveis no modelo do ativo intangível em virtude das mesmas terem o direito de cobrar aos utilizadores uma tarifa e de assumirem os riscos operacionais, de investimento e de financiamento das concessões.

Para fins de amortização dos ativos afetos às concessões, foi tido em consideração o método que melhor reflete o modelo pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros dos ativos sejam consumidos pelas concessionárias. Desta forma, o GRUPO encontra-se a utilizar as vidas úteis definidas e aprovadas pelo regulador (ERSAR) por ser esta a base do seu rendimento anual, ou seja, os ativos concessionados são amortizados numa base linear em conformidade com o modelo de remuneração subjacente ao regulamento tarifário.

As vidas úteis definidas e aprovadas pela ERSAR para as principais infraestruturas afetas à atividade de tratamento e valorização de resíduos são como se seguem:

Classes	Anos
Aterros sanitários	Método de depleção
Selagem de aterros	Período da concessão
Tratamento mecânico	3 - 36
Valorização orgânica e biológica	3 - 36
Incineração	3 - 36
Triagem e ecocentros	3 - 36
Transferências e transportes	10 - 36
Recolha seletiva	3 - 10
Biogás de aterros	7 - 36
ETAR - ETAL	3 - 36
Produção CDR	7 - 36
Outros	2 - 12

As amortizações dos ativos intangíveis são registadas por duodécimos na rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração consolidada dos resultados. Eventuais alterações ao período de vida útil estimada dos ativos intangíveis são efetuadas de forma prospetiva.

Importa ainda referir que, o direito atribuído no âmbito dos contratos de concessão consiste na possibilidade das concessionárias cobrarem tarifas em função dos custos incorridos com as infraestruturas. Assim, tendo em consideração a metodologia de apuramento das tarifas, a base de remuneração é apurada atendendo a cada item de ativo concessionado em específico, o que pressupõe a necessidade de componentização do direito. Consequentemente, considera-se que o direito é componentizável por partes distintas à medida que se vão concretizando as diversas bases de remuneração. Desta forma, o ativo intangível vai sendo aumentado à medida que se vão concretizando as diversas infraestruturas afetas à concessão, sendo registado com base no seu custo de aquisição / construção e diminuído à medida que se vão consumindo os benefícios económicos futuros.

Relativamente aos subsídios ao investimento afetos aos ativos concessionados, estes são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na mesma cadência da amortização dos ativos.

Por último, no âmbito dos contratos de concessão em vigor, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, as concessionárias do SUBGRUPO EGF não têm qualquer margem na construção dos ativos afetos às concessões, pelo que o réditio e os encargos com a construção daqueles ativos apresentam igual montante e são registados nas rubricas da demonstração consolidada dos resultados de “Vendas e prestações de serviços” e “Fornecimentos e serviços externos”.

Os restantes ativos intangíveis associados a licenças de exploração de concessões encontram-se a ser amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período de vigência remanescente dos respetivos direitos (60 anos para os afetos à AMGP AGRICULTURA, 20 anos para os afetos à ESTRADAS DO ZAMBEZE e 7 anos para os afetos à ECOEBURNIE e à CLEAN EBURNIE).

Em 31 de dezembro de 2020, não existem ativos intangíveis de valor material com uma vida útil indefinida nem ativos intangíveis de valor material gerados internamente.

## ii) Imóveis para uso próprio

Os imóveis (terrenos e edifícios) para uso próprio são registados inicialmente ao custo de aquisição ou produção. No entanto, o GRUPO adotou o modelo da revalorização (valor revalorizado deduzido de amortizações acumuladas) como política contabilística para a mensuração subsequente dos mesmos. A respetiva quantia revalorizada corresponde ao seu justo valor à data da revalorização. As revalorizações são efetuadas regularmente (num prazo que não exceda os três anos), por avaliadores imobiliários independentes, para que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor do respetivo imóvel. O justo valor é apurado essencialmente através do método comparativo de mercado ou através do método do rendimento.

No método comparativo de mercado são utilizados como *inputs* relevantes o custo m<sup>2</sup> de aquisição, de construção ou de arrendamento de imóveis com características similares, enquanto que no método do rendimento são utilizados como *inputs* relevantes as rendas em vigor, as rendas a vigorar após o final do contrato de arrendamento e a taxa de desconto que melhor reflita os riscos inerentes ao imóvel.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efetuadas aos imóveis para uso próprio são registados por contrapartida de capital próprio. Quando um terreno / edifício que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios anteriores se encontra sujeito a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores, deduzido da quantia realizada através das depreciações, sendo o seu excedente registado como custo na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

As depreciações são imputadas numa base sistemática pelo método das quotas constantes durante a vida útil estimada dos edifícios, a qual varia entre os 20 e os 50 anos. Os terrenos não são depreciados.

As depreciações dos imóveis para uso próprio são registadas por duodécimos na rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração consolidada dos resultados. Eventuais alterações ao período de vida útil estimada dos imóveis para uso próprio são efetuadas de forma prospetiva.

#### iii) Terrenos afetos à exploração de pedreiras

Os terrenos afetos à exploração de pedreiras são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. A depreciação destes ativos é efetuada de acordo com o método da depleção, ou seja, tendo em consideração o rácio entre as quantidades de inertes extraídas anualmente e as reservas totais estimadas de inertes existentes, as quais são objeto de aferição a cada período de relato.

#### iv) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção / desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados, ou seja, quando os ativos se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operarem de acordo com o pretendido pelo Conselho de Administração do GRUPO, e são imputadas numa base sistemática pelo método das quotas constantes durante a sua vida útil, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pelo GRUPO, o desgaste natural esperado, a sujeição a uma previsível obsolescência técnica e ao eventual valor residual atribuível ao bem.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Equipamentos	Anos
Equipamento básico (excluindo o afeto a concessões)	3 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Equipamento de transporte	3 - 10
Ferramentas e utensílios	3 - 6
Outros ativos tangíveis	3 - 10

As depreciações dos outros ativos tangíveis são registadas por duodécimos na rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração consolidada dos resultados. Eventuais alterações ao período de vida útil estimada dos outros ativos tangíveis são efetuadas de forma prospetiva.

As despesas subsequentes incorridas pelo GRUPO associadas à substituição de componentes de ativos tangíveis são adicionadas aos respetivos ativos, sendo o valor líquido das componentes substituídas abatido e registado como um custo na rubrica da demonstração consolidada dos resultados de “Outros rendimentos / (gastos) operacionais”.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis são registadas como custo no exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate de ativos tangíveis são determinadas pela diferença entre o seu preço de venda e o seu valor líquido contabilístico na data de alienação / abate, sendo registadas na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Outros rendimentos / (gastos) operacionais”.

#### v) Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão às quantias escrituradas dos ativos tangíveis e intangíveis do GRUPO com vista a determinar se existe algum indício de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indício, é estimada a quantia recuperável do respetivo ativo (ou da UGC) a fim de se determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo ou da UGC consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido dos custos para vender; ou (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da UGC relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da UGC) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de “Perdas de imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, aquela perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

As perdas de imparidade são imputadas à quantia escriturada dos ativos da UGC na seguinte ordem: em primeiro lugar ao *Goodwill* alocado à UGC (se existir) e depois aos outros ativos da UGC numa base pro-rata atendendo às respetivas quantias escrituradas.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores só ocorre quando exista evidência de que as perdas de imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão de perdas de imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de “Perdas de imparidade”. A reversão de perdas de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações e depreciações) caso a perda de imparidade anterior não tivesse sido registada.

#### vi) Locações

Na data de início de cada contrato, o GRUPO avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, através do qual se atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo em troca de uma retribuição. Para se aferir se um contrato atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, o GRUPO avalia, se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e
- O direito de direcionar o uso do ativo identificável.

O GRUPO reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato. O direito de uso de um ativo é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial do passivo de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de início, quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

O direito de uso de um ativo é depreciado por duodécimos utilizando o método das quotas contantes durante a sua vida útil estimada ou durante o período do contrato de locação, dos dois o mais baixo.

O direito de uso de um ativo é periodicamente sujeito a testes de imparidade sendo que eventuais perdas detetadas são registadas de imediato na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data de entrada em vigor do contrato, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental da respetiva empresa participada. Na maioria das situações, o GRUPO utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de juro a aplicar no cálculo acima referido.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem as seguintes componentes:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia sobre o valor residual do ativo;
- preço de exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que o locatário irá exercer as mesmas; e
- pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo remensurado quando se verificarem: (i) alterações nos pagamentos futuros derivadas de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato; (ii) alterações na estimativa do GRUPO sobre o montante que deverá ser pago a título de garantia sobre o valor residual de um ativo, ou (iii) caso o GRUPO altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado, o direito de uso de um ativo é ajustado em igual montante, exceto se a quantia já escriturada do direito de uso se encontrar reduzida a zero, situação em que é registado um ganho na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

#### vii) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento incluem terrenos e edifícios cuja finalidade é a obtenção de rendas e / ou a valorização do capital investido e não o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos (casos em que são classificados como ativos tangíveis), ou para venda no decurso ordinário dos negócios (casos em que são classificados como inventários). A classificação de determinados terrenos e edifícios como propriedades de investimento, em detrimento de inventários e / ou de ativos tangíveis, resulta, essencialmente, do uso que o Conselho de Administração do GRUPO define para aqueles imóveis, tendo em conta, nomeadamente, a maximização do retorno dos mesmos.

As propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em fase de construção, são registadas pelo seu justo valor, determinado anualmente por peritos independentes especializados.

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de "Outros rendimentos / (gastos) operacionais – Variações de justo valor nas propriedades de investimento".

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam.

#### viii) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado principalmente através de uma alienação ou através de uma distribuição aos acionistas e não através do seu uso continuado. Para que tais ativos sejam objeto daquela classificação, os mesmos têm de estar disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais, a venda tem de ser altamente provável, o Conselho de Administração tem de estar comprometido a executar tal venda e a alienação ocorrer previsivelmente num período de 12 meses.

Os ativos não correntes detidos para venda podem incluir, quer um ativo separado, quer um grupo de ativos, quer um investimento financeiro.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são registados pelo mais baixo entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos estimados com a venda. A sua eventual amortização cessa a partir do momento da classificação como ativos não correntes detidos para venda.

Para efeitos de apuramento do justo valor dos ativos não correntes detidos para venda, foram consideradas, nomeadamente, as propostas de compra recebidas para os ativos a alienar e avaliações efetuadas por entidades independentes.

Devido a alterações de circunstâncias, os ativos não correntes podem deixar de ser classificados como detidos para venda. Quando tal acontecer, aqueles ativos serão reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos ativos.

#### ix) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira quando o GRUPO se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos ativos e passivos financeiros (que não sejam ativos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através da demonstração dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração consolidada dos resultados.

#### Ativos financeiros

Todas as compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao justo valor (através do outro rendimento integral ou da demonstração dos resultados), dependendo do modelo de negócio adotado pelo GRUPO e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

### Classificação de ativos financeiros

#### a) Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida de rendimento fixo e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado:

- (i) o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

Para os ativos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, ativos com imparidade no reconhecimento inicial), a taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo *fees* e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante pelo qual o mesmo é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas de imparidade.

O rendimento associado aos juros é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Rendimentos e ganhos financeiros", através do método da taxa de juro efetiva, para os ativos financeiros registados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados. O rendimento de juros é calculado aplicando-se a taxa de juro efetiva à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

Os instrumentos de dívida e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente a justo valor através de outro rendimento integral:

- (i) o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo prevê quer o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, quer a sua alienação; e
- (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

#### b) Instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral

No reconhecimento inicial, o GRUPO pode efetuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio (ações) a justo valor através de outro rendimento integral.

A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.

Um instrumento de capital é mantido para negociação se:

- i) ele for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo;
- ii) no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o GRUPO administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- iii) se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afetado a uma operação de cobertura).

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulado gerado com estes instrumentos financeiros não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de "Outras reservas e resultados transitados".

Os dividendos associados a investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados no momento em que são atribuídos / deliberados, a menos que os mesmos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são registados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Rendimentos e ganhos financeiros".

Na primeira aplicação da IFRS 9, em 1 de janeiro de 2018, o GRUPO designou os investimentos em instrumentos de capital próprio que não eram mantidos para negociação como valorizados ao justo valor através de outro rendimento integral.

c) Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

Imparidade de ativos financeiros

O GRUPO reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, tais como para contas a receber de clientes e para ativos associados a contratos com clientes.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os ativos financeiros acima referidos é atualizada a cada data de relato de forma a refletir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas para crédito concedido (contas a receber de clientes e ativos associados a contratos com clientes) são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do GRUPO nos últimos cinco anos, ajustada por fatores específicos atribuíveis aos devedores, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. Para o efeito, os saldos de clientes foram agrupados tendo em conta perfis de risco de crédito semelhantes (país, unidade de negócio, tipologia de devedor - público ou privado, etc.) e intervalos de vencimento.

O GRUPO reconhece perdas de imparidade esperadas para crédito concedido para toda a vida das contas a receber de clientes, bem como para os ativos associados a contratos com clientes.

No que respeita às contas a receber de empresas conjuntamente controladas e associadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas empresas, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível ("on demand"); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o saldo a receber é imediatamente exigível e a empresa relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento foi considerada próxima de 0% e por isso a imparidade foi considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível, é avaliado qual o risco de crédito da empresa relacionada e se este for "baixo" ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o GRUPO apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de contas a receber, o GRUPO aplica a abordagem geral do modelo de imparidade avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito, o GRUPO calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, o GRUPO calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos de caixa contratuais até à maturidade do ativo. A avaliação do risco de crédito é efetuada de acordo com os critérios divulgados na política de gestão de risco de crédito constante na Nota 45.

### Apresentação de contas a receber

As contas a receber são registadas na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de “Clientes e outros devedores”.

As contas a receber são classificadas como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior ao ciclo normal dos negócios, situação em que são classificadas como ativos não correntes.

Em algumas geografias, nomeadamente em África e na América Latina, o ciclo normal dos negócios pode exceder os 12 meses da data da demonstração consolidada da posição financeira e, para o efeito, é estimado o valor atual daquelas contas a receber, nos termos explicitados na Nota 23.

### Política de Write-offs

O GRUPO procede à anulação contabilística (“write-off”) de um ativo financeiro quando existe informação que evidencie que o devedor se encontra numa situação financeira muito débil, nomeadamente, quando se encontra num processo de liquidação ou de falência e quando não existem perspetivas realistas de recuperação do ativo. No entanto, os ativos financeiros anulados poderão ainda ser sujeitos a procedimentos de recuperação por parte do GRUPO. Quaisquer recuperações posteriores serão reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

### Desreconhecimento de ativos financeiros

O GRUPO desreconhece um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua propriedade para outra entidade. Se o GRUPO nem transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade de um ativo financeiro, mas continuar a controlar o mesmo, o GRUPO reconhece o seu interesse no ativo retido e um passivo equivalente ao montante que terá de devolver. Se o GRUPO reter substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade de um ativo financeiro transferido, o GRUPO continua a reconhecer o mesmo e reconhece adicionalmente um empréstimo pelo montante entretanto recebido.

No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre a sua quantia escriturada e a soma da retribuição recebida e a receber é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Por outro lado, no desreconhecimento de um ativo financeiro representativo de um instrumento de dívida a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de justo valor é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados.

No entanto, no desreconhecimento de um ativo financeiro representativo de um instrumento de capital designado no reconhecimento inicial irrevogavelmente como registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de justo valor não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido para a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados”.

### Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

#### Classificação como passivo financeiro ou como instrumento de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados como passivo ou como capital próprio de acordo com a substância contratual da transação.

#### Capital próprio

São considerados pelo GRUPO instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que o GRUPO detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo GRUPO são reconhecidos pelo montante recebido, líquido dos custos diretamente atribuíveis à sua emissão.

A recompra de instrumentos de capital próprio emitidos pelo GRUPO (ações próprias) é registada pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de ações próprias são registados na rubrica “Outras reservas e resultados transitados”.

### Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou pelo justo valor através da demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros são registados ao justo valor através da demonstração dos resultados quando:

- (i) o passivo financeiro resultar de uma contraprestação contingente decorrente de uma concentração de atividades empresariais;
- (ii) quando o passivo for detido para negociação; ou
- (iii) quando o passivo for designado para ser registado a justo valor através da demonstração dos resultados.

Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se:

- (i) for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo; ou
- (ii) no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o GRUPO administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- (iii) se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afeto a uma operação de cobertura).

Os passivos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo seu justo valor com os respetivos ganhos ou perdas decorrentes da sua variação reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura.

### Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são designados para registo ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juro efetiva.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo *fees* e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do passivo financeiro na sua quantia escriturada na data do seu reconhecimento inicial.

### Tipologias de passivos financeiros

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração do GRUPO utilizar essa fonte de financiamento igualmente por um período superior a um ano.

Os empréstimos sem recurso correspondem aos empréstimos em que apenas os ativos das empresas financiadas respondem pela liquidação da dívida (*Project finances*). Nos empréstimos com recurso, a liquidação da dívida é sempre assegurada pelo GRUPO.

Os outros passivos financeiros referem-se, essencialmente, a operações de *factoring* e de locação, as quais são inicialmente registadas pelo seu justo valor. Estes passivos financeiros são, subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

### Desreconhecimento de passivos financeiros

O GRUPO desreconhece passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do GRUPO são liquidadas, canceladas ou expiraram.

A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga ou a pagar é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Quando o GRUPO troca com um determinado credor um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

De igual forma, o GRUPO contabiliza as modificações substanciais nos termos de uma responsabilidade existente, ou em parte dela, como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro. Assume-se que os termos são substancialmente diferentes se o valor atual dos fluxos de caixa do passivo financeiro renegociado, incluindo quaisquer comissões pagas líquidas de quaisquer comissões recebidas, descontados utilizando a taxa de juro efetiva original é pelo menos 10 por cento divergente do valor atual dos fluxos de caixa remanescentes do passivo financeiro original.

Caso a modificação não seja substancial, a diferença entre: (i) a quantia escriturada do passivo antes da modificação; e (ii) o valor presente dos fluxos de caixa futuros após a modificação é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como um ganho ou perda da modificação.

#### Instrumentos financeiros derivados

O GRUPO tem vindo a contratar um conjunto de instrumentos financeiros derivados (*forwards, swaps* e opções) com o objetivo de gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro e ao risco de taxa de câmbio, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objetivo de especulação. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente regulada pelo GRUPO.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente na data em que são contratados pelo seu justo valor, sendo posteriormente remensurados ao seu justo valor em cada data de relato. O ganho ou perda resultante é reconhecido imediatamente na demonstração consolidada dos resultados a não ser que o instrumento financeiro derivado seja designado como instrumento de cobertura, caso em que o reconhecimento na demonstração dos resultados depende da natureza da relação de cobertura.

Conforme acima referido, os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo GRUPO respeitam, essencialmente, a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio maioritariamente afetos a empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, as datas de vencimento de juros e os planos de reembolso são geralmente semelhantes às condições estabelecidas para os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio, pelo que, normalmente, a cobertura é altamente eficaz.

Os critérios utilizados pelo GRUPO no reconhecimento inicial para classificar instrumentos financeiros derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são como se seguem:

- a) O relacionamento de cobertura é constituído apenas por instrumentos de cobertura elegíveis e itens cobertos elegíveis;
- b) No início da relação de cobertura, existe designação e documentação formais relativamente ao relacionamento de cobertura e ao objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para efetuar a cobertura; e
- c) O relacionamento de cobertura satisfaz todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura:
  - i) Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
  - ii) O efeito do risco de crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica;
  - iii) O rácio de cobertura do relacionamento de cobertura é o mesmo que resulta da quantidade do item coberto que uma entidade cobre efetivamente e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto; e
  - iv) Existe uma expectativa de que o valor do instrumento de cobertura e do instrumento coberto irão deslocar-se em sentidos opostos, como resultado dos pressupostos comuns subjacentes ou do risco coberto.

Os instrumentos financeiros derivados de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu justo valor. As alterações subsequentes de justo valor dos instrumentos financeiros derivados afetos à cobertura de fluxos de caixa, associadas à parcela de cobertura efetiva, são reconhecidas na demonstração consolidada do outro rendimento integral na rubrica “Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa”, sendo transferidas para a demonstração consolidada dos resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta os resultados.

As eventuais ineficácias de cobertura existentes são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e de “Gastos e perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados do exercício.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz, quando já não existe relação económica entre o item coberto e o item de cobertura ou se o relacionamento de cobertura deixar de cumprir o objetivo de gestão de risco ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no outro rendimento integral, sendo refletido na demonstração consolidada dos resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

Caso o rácio de cobertura para efeitos de gestão de risco deixar de estar otimizado, mas o objetivo de gestão de risco permanece inalterado e a cobertura continua a qualificar-se para a contabilidade de cobertura, a relação de cobertura será rebalanceada com o ajustamento quer do volume do instrumento de cobertura, quer do volume do instrumento coberto, de modo a que o rácio de cobertura fique alinhado com o rácio utilizado para efeitos de gestão de risco. Qualquer ineficácia de cobertura é calculada e reconhecida no resultado líquido do exercício no momento em que a relação de cobertura é rebalanceada.

Um instrumento financeiro derivado com justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro, enquanto um instrumento financeiro derivado com justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro.

Os instrumentos financeiros derivados não são compensados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas a menos que o GRUPO tenha um direito legal e a intenção de os compensar.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como ativo não corrente ou passivo não corrente se o seu prazo de maturidade residual for superior a 12 meses a contar da data de relato e não se esperar que o mesmo seja realizado ou liquidado no prazo de 12 meses a partir da data acima referida. Os restantes instrumentos financeiros derivados são apresentados como ativos correntes ou passivos correntes.

#### x) Caixa e seus equivalentes

##### a) Caixa e seus equivalentes à vista

Os montantes incluídos nas rubricas “Caixa e seus equivalentes com/sem recurso à vista” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses que possam ser imediatamente mobilizáveis com um risco de alteração de valor não significativo.

##### b) Caixa e seus equivalentes a prazo

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria não imediatamente disponíveis, pelo facto de terem sido dados em garantia ou estarem cativos.

Os montantes de Caixa e seus equivalentes sem recurso correspondem às disponibilidades das empresas financiadas em regime de project finance, nomeadamente as do Subgrupo EGF.

#### xi) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao menor do custo médio de aquisição ou do respetivo valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a alienação).

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são registados ao custo de produção, o qual é inferior ao seu valor realizável líquido. O custo de produção inclui o custo da matéria-prima incorporada, o da mão-de-obra direta e os gastos gerais de fabrico.

São registados ajustamentos para refletir a diferença entre a quantia escriturada dos inventários e o correspondente valor realizável líquido, nos casos em que este último seja inferior na data de relato.

No caso dos inventários, os ajustamentos para o seu valor realizável líquido são apurados com base em valores de mercado e em diversos indicadores de rotação.

O custeio das mercadorias vendidas e das matérias consumidas segue as seguintes regras:

- Imóveis – custo específico; e
- Materiais e restantes inventários – custo médio.

## xii) Rédito

O rédito é mensurado de acordo com a retribuição especificada nos contratos estabelecidos com os clientes, excluindo qualquer montante recebido por conta de terceiros. O GRUPO reconhece o rédito quando transfere o controlo sobre um determinado produto ou serviço, consoante a área de negócio em que desenvolve a sua atividade.

As principais áreas de negócio / fontes de rédito do GRUPO podem ser detalhadas como se segue:

- (i) Engenharia e Construção – Nesta área, o GRUPO desenvolve nas três regiões onde atua projetos de construção civil e de obras públicas, destacando-se a construção de infraestruturas diversas como estradas, autoestradas, aeroportos, portos, barragens, linhas férreas, edifícios residenciais e comerciais, etc.. Nesta área, são incluídos igualmente os serviços prestados pelo GRUPO na área de mineração (extração e transporte de minério) e na área de operação e manutenção de infraestruturas.
- (ii) Ambiente e Serviços – Nesta área, o GRUPO desenvolve as seguintes atividades:
  - a. Recolha, tratamento e valorização de resíduos – Nesta subárea, o GRUPO desenvolve nas três regiões onde atua serviços de recolha urbana de resíduos, bem como procede ao tratamento e valorização dos mesmos. Na componente de tratamento e valorização de resíduos, destaca-se a valorização orgânica de resíduos, bem como a produção de energia através da captação de biogás em aterro e através de centrais de valorização energética.
  - b. Energia – Nesta subárea, inclui-se, essencialmente, a atividade de geração e comercialização de energia elétrica no México.

Natureza, obrigações de desempenho e momento de reconhecimento do rédito

- (i) Engenharia e Construção – Nesta área de negócio, o GRUPO celebra com entidades públicas e privadas diversos contratos de prestação de serviços de construção que incluem várias componentes / tarefas. Embora na maior parte dos casos os clientes possam beneficiar das diferentes componentes / tarefas isoladamente, dado que as mesmas são negociadas em conjunto a promessa de transferência de cada uma delas não é separadamente identificável das outras. Adicionalmente, dado que as componentes / tarefas acima referidas tipicamente se encontram altamente interrelacionadas e dependentes entre si, o GRUPO considera que as mesmas devem ser tratadas como uma obrigação de desempenho única. Deste modo, geralmente, cada contrato de construção é tratado como sendo uma obrigação de desempenho única.

Por outro lado, dado que os clientes têm a capacidade (controlo) de orientar a utilização do ativo à medida que o mesmo vai sendo construído e a capacidade de obter substancialmente todos os benefícios económicos remanescentes do mesmo, a obrigação de desempenho do GRUPO nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido de acordo com o método *cost to cost* (descrito abaixo).

Assim sendo, o GRUPO reconhece os resultados dos contratos de construção, contrato a contrato, de acordo com o método *cost-to-cost* (também denominado método da percentagem de acabamento), o qual é entendido como a relação entre os gastos incorridos em cada contrato até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para o completar. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos totais estimados e os valores até então faturados são contabilizadas nas rubricas de ativos / passivos associados a contratos com clientes. Adicionalmente, o Conselho de Administração do GRUPO entende que o método *cost-to-cost* é o método mais apropriado a aplicar para medir o estágio de cumprimento das obrigações de desempenho nos contratos de construção.

Para efeitos de aplicação do método *cost to cost*, não são considerados custos com formação, orçamentação, deslocação, etc., na medida em que os mesmos não refletem o progresso e a transferência de controlo para o cliente.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia dos contratos de construção, o GRUPO reconhece um passivo para acomodar tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em consideração os valores históricos de produção e de gastos incorridos com os contratos em período de garantia. Em virtude das garantias de qualidade prestadas pelo GRUPO resultarem unicamente de uma obrigação legal (quer no seu âmbito, quer no seu período de vigência) as mesmas não foram tratadas como obrigações de desempenho autónomas.

Nas situações em que o GRUPO tem a capacidade (controle) de orientar a utilização do ativo à medida que o mesmo vai sendo construído e a capacidade de obter substancialmente todos os benefícios económicos remanescentes do mesmo (nomeadamente na atividade de promoção imobiliária), o rédito é reconhecido quando o GRUPO transfere o controle do ativo para o cliente (geralmente no momento da realização da escritura de compra e venda do imóvel).

Relativamente à prestação de serviços de mineração e de operação e manutenção de infraestruturas, dado que os clientes recebem e consomem em simultâneo os benefícios económicos decorrentes do desempenho do GRUPO à medida que este desenvolve a sua atividade (extração e transporte de minério ou operação e manutenção de infraestruturas), a obrigação de desempenho do GRUPO nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido no momento em que o GRUPO tem direito a faturar os serviços prestados, pois não existe um hiato significativo de tempo entre o momento da prestação dos serviços e o momento da sua faturação.

(ii) Ambiente e Serviços

- a. Recolha, tratamento e valorização de resíduos – Nesta subárea de negócio, o GRUPO celebra, nomeadamente com entidades públicas, diversos contratos de recolha, tratamento e valorização de resíduos. Dado que na maior parte dos casos os clientes podem beneficiar dos serviços acima referidos isoladamente, cada uma daquelas atividades é considerada como uma obrigação de desempenho autónoma. Por outro lado, dado que os clientes recebem e consomem em simultâneo os benefícios económicos decorrentes do desempenho do GRUPO à medida que este desenvolve a sua atividade (recolha e tratamento de resíduos), a obrigação de desempenho do GRUPO nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido no momento em que o GRUPO presta o serviço.

Por outro lado, o rédito proveniente das atividades concessionadas desenvolvidas pelas empresas do SUBGRUPO EGF (tratamento e valorização de resíduos) é apurado com base na tarifa aprovada pelo regulador (ERSAR), tendo em consideração os proveitos permitidos e as quantidades de resíduos da recolha indiferenciada.

A tarifa tem a finalidade de recuperar:

- i) A amortização dos ativos da concessão associados à atividade regulada;
- ii) O retorno do valor líquido contabilístico médio dos ativos associados à atividade regulada, de acordo com as taxas definidas pelo regulador; e
- iii) Os custos operacionais associados à atividade regulada.

Desvios tarifários

O regulamento tarifário, emitido pela ERSAR, define a fórmula de cálculo dos proveitos permitidos para as atividades reguladas e contempla nessa fórmula o apuramento dos desvios tarifários que deverão ser recuperados até ao segundo ano após a data em que os mesmos forem gerados.

Desta forma, em cada data de relato, o GRUPO apura, de acordo com os critérios definidos no regulamento tarifário, os desvios tarifários existentes entre os proveitos permitidos recalculados com base nos valores reais e os proveitos faturados.

Atendendo ao enquadramento regulatório acima descrito, os desvios tarifários apurados pelo GRUPO em cada exercício cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, direito à sua recuperação, transmissibilidade dos mesmos e incidência de juros) que suportam o seu reconhecimento como rédito, e como ativo, no ano em que são apurados. Tal racional é igualmente válido quando são apurados desvios tarifários a entregar (a pagar), os quais são configuráveis como passivos e menos rédito.

- b. Energia – Nesta subárea de negócio, ao abrigo dos contratos estabelecidos, o GRUPO vende, nomeadamente a empresas gestoras de redes energéticas, a energia que produz. Desta forma, cada contrato de venda de energia é considerado como uma obrigação de desempenho autónoma. Por outro lado, dado que os clientes recebem e consomem em simultâneo os benefícios económicos decorrentes do desempenho do GRUPO à medida que este desenvolve a sua atividade (produção de energia), a obrigação de desempenho do GRUPO nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido no momento em que o GRUPO tem direito a faturar o mesmo.

Genericamente, e dada a tipologia de serviços executados pelo GRUPO, a alocação do preço às diferentes obrigações de desempenho vem definida nos próprios contratos estabelecidos com os clientes.

#### Componentes significativas de financiamento

Sempre que existe um desfasamento temporal significativo (mais de 12 meses) entre o momento em que um bem ou serviço fica à disposição do cliente e o momento em que é pago, o GRUPO procede à avaliação sobre a existência de uma componente significativa de financiamento no contrato. Caso exista, aquela componente é tratada como uma obrigação de desempenho autónoma, sendo o respetivo juro reconhecido como proveito ao longo do período estimado do financiamento.

Adicionalmente, o GRUPO avalia também a existência de uma componente significativa de financiamento nos adiantamentos recebidos de clientes. Caso exista, aquela componente é tratada como uma obrigação de desempenho autónoma, sendo o respetivo juro reconhecido como custo ao longo do período estimado do financiamento.

#### Componentes variáveis de rédito

Para efeitos de determinação do preço total do contrato, o GRUPO toma em consideração todas as componentes variáveis do mesmo, nomeadamente, descontos, bónus, revisões de preços, penalidades, pedidos de recuperação de custos incorridos, etc.. No entanto, o GRUPO apenas reconhece rédito associado a componentes variáveis quando seja altamente provável que uma reversão significativa do mesmo não venha a ocorrer no futuro. Deste modo, no que respeita a revisões de preços, dado que a fórmula de cálculo inerente ao seu apuramento geralmente contempla alguns índices de difícil estimação, o rédito associado só é reconhecido no momento em que pode ser apurado com fiabilidade. De igual forma, dado que historicamente o GRUPO não tem sido objeto de penalidades aplicadas pelos seus clientes, as mesmas só são reconhecidas quando é altamente provável que venham a concretizar-se. Por último, os pedidos de recuperação de custos incorridos (os quais incluem, entre outros, *claims*) só são considerados como rédito quando for altamente provável que uma reversão significativa do mesmo não venha a ocorrer no futuro.

#### Ativos associados a contratos com clientes

Os ativos associados a contratos com clientes correspondem às obrigações de desempenho já cumpridas pelo GRUPO ao abrigo de contratos estabelecidos com clientes para as quais a respetiva faturação não foi ainda emitida (essencialmente produção executada ao abrigo de contratos de construção reconhecida pelo método *cost-to-cost*). Quando a respetiva faturação for emitida e o direito ao seu recebimento for incondicional o saldo desta rubrica é transferido para a rubrica de “Clientes e outros devedores”.

#### Passivos associados a contratos com clientes

Os passivos associados a contratos com clientes correspondem a adiantamentos recebidos de clientes relativamente a obrigações de desempenho a executar pelo GRUPO no futuro ou a proveitos diferidos resultantes da adoção do método *cost-to-cost*, nomeadamente, aos contratos de construção em curso.

#### Custos associados ao cumprimento de contratos com clientes

Os custos associados ao cumprimento de contratos com clientes são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira quando:

- (i) Estiverem relacionados com um contrato já existente ou com um contrato futuro específico;
- (ii) Criarem recursos que irão ser utilizados para satisfazer uma ou mais obrigações de desempenho no futuro;
- (iii) For expectável que sejam recuperáveis; e
- (iv) Não estiverem já cobertos pelo âmbito de outra norma IFRS, como por exemplo, a de inventários, a de ativos tangíveis ou a de ativos intangíveis.

Deste modo, os custos com mão-de-obra, materiais e outros custos indiretos ou outros custos específicos com a instalação, mobilização e desmobilização de estaleiros em contratos de construção são reconhecidos nesta rubrica.

Os custos associados ao cumprimento de contratos com clientes são reconhecidos ao longo do período de vigência do contrato de construção em rubricas de custos operacionais.

Quando é provável que os gastos totais previstos para completar um contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

### Adiantamentos denominados em moeda estrangeira

Nos contratos celebrados com clientes denominados em moeda estrangeira, em que são recebidos adiantamentos, o rédito associado aos mesmos é reconhecido à taxa de câmbio da data do recebimento.

#### xiii) Especialização dos exercícios

O GRUPO adota o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

#### xiv) Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

No momento do reconhecimento inicial, todas as transações em moeda estrangeira são registadas na moeda funcional da respetiva entidade pela aplicação à quantia em moeda estrangeira da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transação.

No fim de cada período de relato: a) os itens monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio de fecho; b) os itens não monetários que sejam mensurados em termos de custo histórico numa moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transação; e c) os itens não monetários que sejam mensurados pelo justo valor numa moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários a taxas diferentes daquelas a que foram convertidos no reconhecimento inicial ou, em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do exercício, exceto se resultarem de itens monetários que façam parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira. Neste último caso, as diferenças de câmbio são reconhecidas inicialmente em outro rendimento integral e são reclassificadas do capital próprio para o resultado líquido consolidado do exercício aquando da alienação total ou parcial daquela unidade operacional.

As diferenças de câmbio relacionadas com transações de investimento / financiamento (financeiras) são registadas em subrubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e de “Gastos e perdas financeiras”.

As diferenças de câmbio relacionadas com transações operacionais são registadas em subrubricas de “Outros rendimentos / (gastos) operacionais”.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas, os resultados, os fluxos de caixa e a posição financeira das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação, cujas moedas funcionais não sejam a moeda de uma economia hiperinflacionária, foram convertidas para Euro às taxas de câmbio indicadas na Nota 1.3. alínea h).

#### xv) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação (de acordo com as regras fiscais em vigor no país em que operam) e considera a tributação diferida.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e referem-se às diferenças temporárias existentes entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, na data da reversão das diferenças temporárias.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *Goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada demonstração consolidada da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente, por não terem preenchido as condições para o seu registo, e / ou para reduzir o montante dos mesmos em função da expectativa atual da sua recuperação futura. Especificamente, no que respeita ao registo de ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis, estes apenas são registados quando os planos de negócio das respetivas empresas suportam a sua recuperação integral dentro dos prazos legais estabelecidos.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) o GRUPO tem o direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos relacionam-se com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) o GRUPO tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

O montante de imposto a reconhecer, quer de imposto corrente, quer de imposto diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em rubricas de outro rendimento integral é registado diretamente nessas mesmas rubricas não afetando o resultado do exercício.

O montante de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas corresponde ao entendimento do GRUPO sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto, sendo reconhecidos passivos relativos a imposto sobre o rendimento ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da considerada pelo GRUPO, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento do GRUPO, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, o GRUPO trata a situação como um passivo contingente, não reconhecendo qualquer montante de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento do mesmo. Nas situações em que a probabilidade de perda é superior a 50%, é reconhecido um passivo, ou, caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

#### xvi) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros associados a empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos que se qualifiquem são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização, no final de construção do ativo, ou quando a construção do ativo se encontra suspensa.

Os restantes encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo no exercício em que sejam incorridos.

#### xvii) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o GRUPO tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração consolidada da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (valor esperado do exfluxo a incorrer), tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tal estimativa. Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação, a mesma é registada pelo seu valor atual. A taxa de desconto utilizada na atualização financeira atrás referida corresponde à taxa média de financiamento da respetiva empresa à data de relato.

Provisões para contratos onerosos - As obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. É considerado que existe um contrato oneroso quando o GRUPO está perante uma situação em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam que sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

Provisões para garantia de obra - As provisões para fazer face a gastos a incorrer durante o período de garantia dos contratos de construção são registadas há medida em que o rédito da construção é reconhecido em função da melhor estimativa do Conselho de Administração dos exfluxos de recursos necessários para satisfazer aquela obrigação.

Provisões para processos judiciais - As provisões para processos judiciais são registadas no momento em que se determina que é provável a ocorrência de uma saída de recursos para o GRUPO, sendo as mesmas reapreciadas anualmente tendo em conta a opinião dos respetivos advogados / consultores legais encarregues dos processos.

As provisões para reestruturação só são reconhecidas pelo GRUPO quando exista um plano formal e detalhado de reestruturação que já esteja em curso e / ou na medida em que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

#### xviii) Benefícios a empregados

a) Benefícios concedidos a empregados correntes e não correntes

É reconhecido um passivo para fazer face aos benefícios concedidos a empregados relativamente a salários, férias e subsídio de férias no período em que o serviço dos empregados é prestado, sendo o mesmo reconhecido pelo montante dos benefícios expectáveis de serem pagos.

Os passivos reconhecidos relativos a benefícios concedidos a empregados correntes são mensurados ao valor não descontado dos benefícios expectáveis de serem pagos pelos serviços prestados.

Os passivos reconhecidos relativos a benefícios concedidos a empregados não correntes são mensurados ao valor atual dos pagamentos expectáveis futuros relativamente aos serviços prestados pelos empregados até à data de reporte.

#### b) Pensões

As responsabilidades com o plano de pensões de benefícios definidos, atribuído a alguns ex-funcionários e a alguns atuais administradores do GRUPO, são apuradas de acordo com o método da unidade de crédito projetada (*"Projected unit credit method"*), sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato utilizando os pressupostos atuariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O GRUPO regista na rubrica de "Gastos com pessoal" da demonstração consolidada dos resultados as seguintes componentes afetas ao plano de pensões acima referido:

- Custo dos serviços correntes;
- Custo líquido de juros com o plano de pensões; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O custo líquido de juros com o plano de pensões é calculado pelo GRUPO multiplicando a responsabilidade líquida com pensões de reforma pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das respetivas responsabilidades. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as responsabilidades do GRUPO com pensões de reforma eram unicamente cobertas através do registo de uma provisão na demonstração consolidada da posição financeira, na rubrica "Provisões", não existindo um Fundo autónomo.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como os ganhos e perdas decorrentes de alterações de pressupostos atuariais são reconhecidos por contrapartida da demonstração consolidada do outro rendimento integral.

#### xix) Subsídios atribuídos pelo Estado

Os subsídios atribuídos para financiar ações de formação do pessoal são reconhecidos como rendimento durante o período de tempo durante o qual o GRUPO incorre nos respetivos gastos de formação e são apresentados na demonstração consolidada dos resultados a deduzir a esses mesmos gastos.

Os subsídios atribuídos para financiar investimentos em ativos tangíveis ou intangíveis são diferidos e registados como responsabilidades. Os subsídios ao investimento são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados durante o período de vida útil estimado dos bens subsidiados na rubrica de "Outros rendimentos / (gastos) operacionais".

#### xx) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, mas são divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

#### xxi) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data da demonstração consolidada da posição financeira e a data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração consolidada da posição financeira (*"adjusting events"*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos entre a data da demonstração consolidada da posição financeira e a data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração consolidada da posição financeira (*"non adjusting events"*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

## xxii) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas, o Conselho de Administração do GRUPO baseou-se no seu melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e / ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas (e correspondentes fontes de incerteza) incluem:

- a) Justo valor dos ativos tangíveis e das propriedades de investimento e valor realizável líquido dos imóveis registados em inventários

Alguns ativos imobiliários do GRUPO (nomeadamente terrenos e edifícios) são mensurados através do modelo da revalorização, ou do modelo do justo valor, no caso das propriedades de investimento, o que implica a determinação do respetivo justo valor. Adicionalmente, os imóveis registados em inventários que apresentam indícios de imparidade são sujeitos a testes de imparidade que assentam na determinação do valor realizável líquido dos mesmos. O justo valor e o valor realizável líquido daqueles ativos imobiliários é frequentemente determinado com recurso a avaliações, as quais têm inevitavelmente subjacentes incertezas associadas a diversos fatores, tais como preços de mercado, *yields*, procura, etc.. Para atenuar o efeito destas incertezas, o Conselho de Administração tem por política, sempre que tal for praticável, o recurso a peritos credenciados e independentes para a realização das avaliações.

Quando as avaliações são efetuadas por técnicos internos, existe o requisito de as mesmas utilizarem a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis.

A informação sobre os pressupostos mais relevantes utilizados no apuramento do justo valor e do valor realizável líquido para os principais imóveis detidos pelo GRUPO, bem como a sensibilidade dos resultados apurados face a algumas alterações de pressupostos encontra-se divulgada nas Notas 16, 21 e 22.

- b) Análises de imparidade ao *Goodwill*, a investimentos financeiros em empresas associadas e conjuntamente controladas, a ativos tangíveis e a ativos intangíveis

As análises de imparidade requerem a determinação do justo valor e / ou do valor de uso dos ativos em questão (ou de algumas UGC). Este processo requer um elevado número de julgamentos, nomeadamente a estimação de fluxos de caixa futuros associados aos ativos ou às respetivas UGC e a determinação de uma taxa de desconto apropriada para o apuramento do valor presente dos referidos fluxos de caixa. Neste particular, o GRUPO, mais uma vez, estabeleceu o requisito de ser utilizada a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis. Estabeleceu ainda mecanismos de monitorização dos cálculos assentes no desafio crítico da razoabilidade dos pressupostos utilizados, da sua coerência e consistência (em situações similares).

A informação sobre os pressupostos mais relevantes utilizados nas análises de imparidade, bem como a sensibilidade dos resultados apurados face a algumas alterações de pressupostos encontra-se divulgada nas Notas 14, 15, 16, 18 e 19.

- c) Determinação de perdas de imparidade em contas a receber e em outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado

As perdas de imparidade em contas a receber são apuradas conforme indicado na Nota 1.4. ix). Deste modo, a determinação da imparidade através da análise individual corresponde ao julgamento do GRUPO quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa sobre o valor atribuído a eventuais garantias existentes, com o conseqüente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. Por outro lado, as perdas de imparidade esperadas para o crédito concedido e para os outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado são apuradas tendo em conta um conjunto de informação histórica e de pressupostos (descritos na Nota 45 para os outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado), os quais poderão vir a não ser representativos da incobrável futura dos devedores do GRUPO.

A informação sobre os pressupostos mais relevantes utilizados na determinação das perdas de imparidade para contas a receber encontra-se divulgada nas Notas 23 e 45.

- d) Reconhecimento do rédito em contratos de construção em curso

O rédito dos contratos de construção em curso é reconhecido com base no método *cost to cost*, ou seja, de acordo com a fase de acabamento do contrato. A fase de acabamento traduz-se numa estimativa muito relevante que assenta na previsão dos gastos ainda a incorrer até à conclusão do contrato. Este processo baseia-se, em grande medida, no *input* dos técnicos envolvidos na execução do contrato, em virtude do seu conhecimento detalhado sobre o mesmo, da sua experiência e da sua competência técnica.

e) Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos (nomeadamente, instrumentos financeiros derivados contratados pelo GRUPO e as ações do Banco Angolano de Investimentos, S.A. – BAI) foram utilizadas técnicas de valorização assentes em métodos de fluxos de caixa descontados ou em múltiplos de transações de mercado.

A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é geralmente efetuada pelas entidades junto das quais os mesmos foram contratados (contrapartes). O Conselho de Administração do GRUPO reconhece competência e objetividade às contrapartes. Adicionalmente, o GRUPO tem ainda acesso aos principais pressupostos e metodologias utilizados na determinação do justo valor daqueles instrumentos, os quais são considerados apropriados.

A determinação do justo valor das ações do BAI foi efetuada tendo em consideração informação pública disponibilizada na *Reuters / Bloomberg* ou em outras fontes credíveis de disponibilização de informação sobre transações financeiras.

A informação sobre os pressupostos mais relevantes utilizados na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos encontra-se divulgada nas Notas 20 e 32.

f) Determinação do desfecho dos processos legais em curso

O desfecho dos processos legais em curso, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados / consultores legais do GRUPO. Os advogados / consultores legais do GRUPO possuem as competências técnicas e o conhecimento detalhado dos processos que lhes permitem fazer face à incerteza inerente ao desfecho de processos desta natureza (Nota 37).

g) Mensuração e reconhecimento de impostos diferidos

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável positiva futura. Adicionalmente, os ativos e os passivos por impostos diferidos são determinados com base na interpretação da legislação fiscal em vigor nas várias jurisdições onde o GRUPO opera. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no montante dos impostos diferidos reconhecidos. Por último, a recuperação dos ativos por impostos diferidos depende ainda do desempenho das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação, circunstância que o GRUPO não controla por inteiro. De modo a atenuar o grau de incerteza associado a estas estimativas, em particular no tocante à interpretação da legislação fiscal aplicável, o GRUPO e as várias empresas incluídas no seu perímetro de consolidação recorrem aos serviços de consultores fiscais externos especializados.

As diversas estimativas acima referidas foram determinadas com base na melhor informação histórica disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas. Os julgamentos subjacentes àquelas estimativas tiveram em consideração a envolvente económica global do setor e da geografia em que operam as várias empresas incluídas no perímetro de consolidação, bem como os seus desenvolvimentos futuros esperados. Atendendo à sua natureza, aqueles julgamentos encontram-se sujeitos a um razoável grau de incerteza. Consequentemente, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nas estimativas e que podem levar a que os desfechos observados difiram materialmente dos previstos. Alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas anexas serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8.

À data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas não são antecipadas alterações relevantes às estimativas efetuadas e, consequentemente, não são esperadas variações materiais nos ativos e passivos registados com base nessas estimativas.

xxiii) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7 através do método direto. O GRUPO classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, mas exclui os valores cativos de depósitos a prazo afetos ao serviço da dívida, bem como os depósitos dados em garantia ao abrigo de cláusulas contratuais, os quais se encontram registados na rubrica de “Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo”. Por outro lado, os descobertos bancários não são incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” por não fazerem parte da gestão de tesouraria do GRUPO.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa encontra-se segregada em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, os pagamentos a fornecedores, os pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, os associados a aquisições e alienações de empresas participadas, bem como os pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação, bem como o pagamento de dividendos.

## 2. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, podem ser analisadas como se segue:

	2020	2019 <sup>(1)</sup>
<b>Vendas</b>		
Energia	149 005	230 057
Material reciclável	48 653	53 127
Imobiliário	68 741	26 280
Inertes	15 543	9 836
Outras	52 698	50 671
<b>Prestações de serviços</b>		
Contratos de construção	1 550 356	2 050 902
Resíduos - recolha	205 813	186 946
Resíduos - tratamento	106 311	65 144
Resíduos tratamento - associadas à construção de ativos concessionados	43 626	85 693
Outros	188 388	153 783
	<b>2 429 134</b>	<b>2 912 440</b>

<sup>(1)</sup> Ver Nota 2

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a redução ocorrida na rubrica “Vendas - Energia” é justificada, essencialmente, pela diminuição da produção e comercialização de energia no México, fruto, nomeadamente, dos impactos adversos provocados pela pandemia (redução de procura).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o aumento ocorrido na rubrica “Vendas – Imobiliário” é justificado, essencialmente, pela alienação de diversas frações de apartamentos associadas a três projetos imobiliários promovidos na Polónia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, fruto da decisão da ERSAR de corrigir as tarifas a aplicar pelas concessionárias do SUBGRUPO EGF no período regulatório de 2019-2021, a rubrica de “Vendas e prestações de serviços” inclui um montante positivo de cerca de 22.200 milhares de euros associado a esse efeito (Nota 15).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as vendas e prestações de serviços por segmento operacional podem ser analisadas como se segue:

	2020	2019 <sup>(1)</sup>
Europa - Engenharia e Construção	715 138	623 079
Europa - Ambiente e Serviços	335 112	350 528
África	760 907	1 006 586
América Latina	595 401	948 924
Outros, eliminações e intragrupo	22 577	(16 677)
	<b>2 429 134</b>	<b>2 912 440</b>

<sup>(1)</sup> Ver Nota 2

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros, eliminações e intragrupo” incluía, essencialmente, as vendas e prestações de serviços efetuadas pelas empresas subsidiárias da MOTA-ENGIL CAPITAL e as vendas e prestações de serviços efetuadas pelas empresas subsidiárias do segmento Europa - Engenharia e Construção para o segmento de África.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, nenhum cliente do GRUPO representava mais de 10% da rubrica “Vendas e prestações de serviços”.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não se verificou qualquer descontinuação significativa nas atividades desenvolvidas pelo GRUPO.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a componente futura de rédito alocada a obrigações de desempenho ainda não cumpridas, ou cumpridas parcialmente, pode ser analisada como se segue:

Segmento	2021	2022 e seguintes	Total
Europa - Engenharia e Construção	533 309	424 384	957 693
Europa - Ambiente e Serviços	85 863	100 743	186 607
<b>Europa - Total</b>	<b>619 172</b>	<b>525 127</b>	<b>1 144 299</b>
África - Engenharia e Construção	905 980	1 795 911	2 701 891
África - Ambiente e Serviços	95 067	273 658	368 726
<b>África - Total</b>	<b>1 001 047</b>	<b>2 069 569</b>	<b>3 070 616</b>
América Latina - Engenharia e Construção	632 421	1 085 504	1 717 925
América Latina - Ambiente e Serviços	24 682	93 994	118 676
<b>América Latina - Total</b>	<b>657 103</b>	<b>1 179 498</b>	<b>1 836 601</b>
Grupo - Engenharia e Construção	2 071 709	3 305 799	5 377 508
Grupo - Ambiente e Serviços	205 613	468 396	674 009
<b>Grupo - Total</b>	<b>2 277 322</b>	<b>3 774 195</b>	<b>6 051 517</b>

Segmento	2020	2021 e seguintes	Total
Europa - Engenharia e Construção	616 061	418 917	1 034 978
Europa - Ambiente e Serviços	74 721	96 138	170 859
<b>Europa - Total</b>	<b>690 781</b>	<b>515 055</b>	<b>1 205 837</b>
África - Engenharia e Construção	1 012 783	1 222 024	2 234 807
África - Ambiente e Serviços	87 946	388 652	476 598
<b>África - Total</b>	<b>1 100 729</b>	<b>1 610 676</b>	<b>2 711 405</b>
América Latina - Engenharia e Construção	612 622	597 423	1 210 045
América Latina - Ambiente e Serviços	38 337	96 255	134 592
<b>América Latina - Total</b>	<b>650 959</b>	<b>693 678</b>	<b>1 344 637</b>
Grupo - Engenharia e Construção	2 241 466	2 238 364	4 479 830
Grupo - Ambiente e Serviços	201 004	581 045	782 049
<b>Grupo - Total</b>	<b>2 442 470</b>	<b>2 819 409</b>	<b>5 261 879</b>

### 3. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e Variação da produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e a variação da produção, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, podem ser analisados como se segue:

2020	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	92 065	120 722	212 788
Diferenças cambiais e outros movimentos	230	(3 941)	(3 711)
Impacto da hiperinflação no Zimbabue	(21)	-	(21)
Variação de perímetro	-	990	990
Compras	82 384	400 255	482 639
Inventário final (Nota 22)	(82 774)	(98 882)	(181 657)
	<b>91 884</b>	<b>419 144</b>	<b>511 029</b>
Variação da produção			49 562
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e Variação da produção</b>			<b>560 591</b>

2019 <sup>(1)</sup>	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	84 697	121 236	205 933
Diferenças cambiais e outros movimentos	7 909	161	8 070
Impacto da hiperinflação em Angola	-	(880)	(880)
Impacto da hiperinflação no Zimbabue	(521)	-	(521)
Variação de perímetro	-	2 841	2 841
Compras	40 401	619 567	659 968
Inventário final (Nota 22)	(92 065)	(120 722)	(212 788)
	<b>40 420</b>	<b>622 203</b>	<b>662 623</b>
Variação da produção			(1 583)
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e Variação da produção</b>			<b>661 040</b>

<sup>(1)</sup> Ver Nota 2

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a variação de perímetro ocorrida foi justificada, essencialmente, pela alienação da subsidiária MOTA-ENGIL CONSTRUCTION SOUTH ÁFRICA.

Os montantes incluídos na rubrica “Variação da produção” correspondem, essencialmente, ao valor de custo dos apartamentos construídos e alienados pelo GRUPO, nomeadamente na Polónia.

## 4. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser analisados como se segue:

	2020	2019 <sup>(1)</sup>
Subcontratos	452 115	561 524
Trabalhos especializados	107 620	111 654
Rendas e alugueres	98 864	134 215
Conservação e reparação	52 841	53 644
Encargos associados à construção de ativos concessionados	43 626	85 693
Transportes, deslocações e estadias	38 127	55 710
Combustíveis	37 512	46 388
Transportes de mercadorias	29 017	31 221
Seguros	27 255	28 460
Água e eletricidade	17 456	17 357
Vigilância e segurança	16 109	16 616
Comissões e honorários	14 007	15 252
Utensílios, outros materiais e material de escritório	8 879	19 450
Comunicações	5 217	6 259
Limpeza	4 701	3 851
Publicidade e propagação	3 745	7 993
Outros fornecimentos e serviços	13 102	50 024
	<b>970 194</b>	<b>1 245 312</b>

<sup>(1)</sup>Ver Nota 2

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Subcontratos” respeitava, essencialmente, aos encargos suportados com subempreiteiros associados à execução dos contratos de construção que o GRUPO se encontrava a realizar. Naquelas datas, 241.378 milhares de euros e 229.994 milhares de euros, respetivamente, respeitavam à região da Europa - Engenharia e Construção, 113.665 milhares de euros e 195.118 milhares de euros, respetivamente, respeitavam à região da América Latina e 88.798 milhares de euros e 187.469 milhares de euros, respetivamente, respeitavam à região de África.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Trabalhos especializados” incluía, entre outros, trabalhos de assistência técnica, *outsourcing*, auditoria e consultoria.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Rendas e alugueres” respeitava, essencialmente, aos encargos suportados com o aluguer de equipamentos, máquinas, viaturas e instalações, alugueres esses que não cumpriam a definição de locação prevista na IFRS - 16, ou que, cumprindo, eram de curto prazo, de baixo valor ou incluíam uma componente variável de preço (Nota 1.4. vi).

## 5. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser analisados como se segue:

	2020	2019
Remunerações	405 285	461 567
Encargos sociais:		
Pensões (plano de benefícios definidos) - Nota 39	442	496
Outros	113 917	125 167
	<b>519 644</b>	<b>587 229</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros” incluía, essencialmente, os gastos suportados com a Segurança Social e com outros regimes de contribuição social similares no estrangeiro, subsídios de refeição e doença, seguros de acidentes de trabalho e indemnizações.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os gastos com pessoal por segmento operacional podem ser analisados como se segue:

	2020	2019
Europa - Engenharia e Construção	111 440	115 732
Europa - Ambiente e Serviços	96 741	95 565
África	123 642	141 257
América Latina	146 785	188 296
Outros, eliminações e intragrupo	41 036	46 380
	<b>519 644</b>	<b>587 229</b>

## Número de colaboradores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o número de colaboradores ao serviço do GRUPO (tendo em consideração a região onde os mesmos estavam a prestar efetivamente a sua atividade) pode ser analisado como se segue:

	2020	2019
Administradores e Membros dos órgãos sociais	147	128
Pessoal do quadro	15 382	14 798
Pessoal não do quadro	19 802	26 380
	<b>35 331</b>	<b>41 306</b>
Europa	8 551	8 440
África	15 555	18 229
América Latina	10 161	13 423
Outros, eliminações e intragrupo	1 064	1 214
	<b>35 331</b>	<b>41 306</b>

## 6. Outros rendimentos / (gastos) operacionais

Os outros rendimentos / (gastos) operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser analisados como se segue:

	2020	2019 <sup>(1)</sup>
<b>Rendimentos e ganhos operacionais</b>		
Diferenças de câmbio favoráveis	387 227	416 403
Variações de justo valor nas propriedades de investimento - Aumentos (Nota 21)	18 581	54 925
Subsídios ao investimento (Nota 35)	19 440	20 978
Ganhos na alienação de ativo tangível	6 322	11 543
Outros proveitos	8 519	6 458
	<b>440 090</b>	<b>510 308</b>
<b>Gastos e perdas operacionais</b>		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	397 402	426 868
Impostos	22 428	32 219
Perdas na alienação de ativo tangível	1 886	8 327
Variações de justo valor nas propriedades de investimento - Reduções (Nota 21)	1 953	4 869
Donativos	2 611	1 549
Outros gastos	12 260	38 265
	<b>438 539</b>	<b>512 096</b>
	<b>1 550</b>	<b>(1 788)</b>

<sup>(1)</sup> Ver Nota 2

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as diferenças de câmbio líquidas tiveram a sua origem, essencialmente, na região de África.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Subsídios ao investimento” respeitava, essencialmente, ao reconhecimento de subsídios ao investimento por parte das empresas do SUBGRUPO EGF.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Impostos” incluía diversos impostos suportados pelas várias empresas do GRUPO, com destaque para as localizadas em Angola e na Colômbia.

## 7. Amortizações e depreciações

As amortizações e depreciações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser analisadas como se segue:

	2020	2019
<b>Amortizações do exercício em ativo intangível (Nota 15):</b>		
Despesas de desenvolvimento	4 033	2 772
Software e outros direitos	1 158	1 353
Licenças de exploração de concessões	61 339	53 506
Outros ativos intangíveis	1 358	899
	<b>67 889</b>	<b>58 529</b>
<b>Depreciações do exercício em ativo tangível (Nota 16):</b>		
Terrenos e edifícios	7 668	8 490
Equipamentos		
Europa - Engenharia e Construção	5 917	8 857
Europa - Ambiente e Serviços	7 623	4 659
África	37 084	54 372
América Latina	9 672	11 509
Outros	186	236
Outros ativos tangíveis	1 688	1 453
	<b>69 838</b>	<b>89 577</b>
<b>Depreciações do exercício em direitos de uso de ativos (Nota 17):</b>		
Terrenos e edifícios	4 547	3 673
Equipamentos	54 462	54 333
Outros ativos tangíveis	6	430
	<b>59 016</b>	<b>58 436</b>
	<b>196 743</b>	<b>206 542</b>

## 8. Provisões e perdas de imparidade

As provisões e perdas de imparidade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser analisadas como se segue:

	2020			2019		
	Aumentos	Reversões	Líquido	Aumentos	Reversões	Líquido
<b>Provisões (Nota 37)</b>	15 666	(13 757)	1 909	38 584	(21 936)	16 648
<b>Total de provisões</b>	<b>15 666</b>	<b>(13 757)</b>	<b>1 909</b>	<b>38 584</b>	<b>(21 936)</b>	<b>16 648</b>
<b>Ajustamentos e perdas de imparidade:</b>						
Em inventários (Nota 22)	1 574	(464)	1 110	3 644	(1 138)	2 506
Em goodwill (Nota 14)	406	-	406	686	-	686
Em ativos tangíveis (Nota 16)	425	(2 836)	(2 411)	8 489	-	8 489
Em outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado (Nota 20)	8 008	-	8 008	-	-	-
Em clientes e outros devedores (Nota 23)	37 717	(9 002)	28 715	25 683	(31 217)	(5 534)
Em direitos de uso de ativos (Nota 17)	1 290	-	1 290	3 685	(2 281)	1 404
<b>Total perdas de imparidade</b>	<b>49 420</b>	<b>(12 302)</b>	<b>37 118</b>	<b>38 501</b>	<b>(32 355)</b>	<b>6 147</b>
<b>Total de provisões e perdas de imparidade</b>	<b>65 086</b>	<b>(26 059)</b>	<b>39 027</b>	<b>77 085</b>	<b>(54 291)</b>	<b>22 794</b>

O aumento líquido ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 nas rubricas de “Provisões” e de “Perdas de imparidade” deveu-se, essencialmente, à constituição de imparidades nas regiões de África e da América Latina para fazer face à realização de algumas contas a receber e à constituição de uma provisão na América Latina para fazer face a um acordo estabelecido com um terceiro (Nota 40).

O aumento líquido ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 nas rubricas de “Provisões” e de “Perdas de imparidade” deveu-se, essencialmente, à constituição de perdas de imparidade para contas a receber na região da América Latina, para perdas de imparidade para ativos tangíveis na região de África e para contingências diversas na região de África e em algumas empresas do SUBGRUPO EGF.

## 9. Rendimentos e ganhos financeiros e Gastos e perdas financeiras

Os rendimentos e ganhos financeiros e os gastos e perdas financeiras (resultados financeiros) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser analisados como se segue:

	2020	2019
<b>Rendimentos e ganhos financeiros</b>		
<b>Ativos financeiros registados ao custo amortizado:</b>		
Juros obtidos	42 145	44 410
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 054	760
Diferenças de câmbio favoráveis	205 018	157 174
<b>Outros ativos financeiros:</b>		
Rendimentos de participações de capital - Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	2 258	1 556
Ganhos de justo valor - Instrumentos financeiros derivados	937	338
Outros rendimentos e ganhos financeiros	5 008	5 627
	<b>256 419</b>	<b>209 865</b>
<b>Gastos e perdas financeiras</b>		
<b>Passivos financeiros registados ao custo amortizado</b>		
Juros suportados	131 347	135 678
Juros suportados - Passivos de locação (Nota 17)	10 254	10 286
Descontos de pronto pagamento concedidos	416	927
Diferenças de câmbio desfavoráveis	203 654	68 612
<b>Outros passivos financeiros:</b>		
Outros gastos e perdas financeiras	45 545	58 801
	<b>391 216</b>	<b>274 305</b>
	<b>(134 797)</b>	<b>(64 440)</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Juros obtidos” incluía, maioritariamente, os juros associados às obrigações de tesouro Angolanas e Moçambicanas (apenas em 2020) detidas pelo GRUPO.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as diferenças de câmbio líquidas tiveram maioritariamente a sua origem na região de África e na região da América Latina (apenas em 2020).

Os dividendos são reconhecidos quando é estabelecido o direito do GRUPO a receber o correspondente montante. Deste modo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Rendimentos de participações de capital” respeitava, essencialmente, a dividendos recebidos do BAI – Banco Angolano de Investimentos, S.A. (1.664 milhares de euros em 2020 e 1.552 milhares de euros em 2019).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os encargos financeiros capitalizados a ativos em construção / desenvolvimento podem ser analisados como se segue:

	2020	2019
Inventários	1 031	1 452
	<b>1 031</b>	<b>1 452</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, para efeitos de capitalização de encargos financeiros aos ativos em construção / desenvolvimento acima referidos, foi utilizada uma taxa de juro média de 3,88 % e 3,92%, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros gastos e perdas financeiras” incluía, essencialmente, gastos com garantias e com a montagem de empréstimos, bem como diversas comissões e custos debitados por instituições financeiras parte dos quais se encontram a ser reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a rubrica acima referida incluía igualmente o montante de cerca de 760 milhares de euros associado ao efeito das modificações não substanciais efetuadas em alguns empréstimos obtidos pelo GRUPO (Nota 1.4. ix).

## 10. Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ganhos em empresas associadas e conjuntamente controladas podem ser analisados como se segue:

Ganhos em empresas associadas e conjuntamente controladas	2020	2019
AUSUR (segmento América Latina)	1 064	-
Haçor (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	701	510
Sistemas Electricos Metropolitanos (segmento América Latina)	614	4 866
HL - Sociedade Gestora do Edifício (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	552	775
Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's) participados pela Mota-Engil Engenharia e Construção (segmento Europa - Engenharia e Construção)	426	200
APP Tamaulipas (segmento América Latina)	384	601
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica (segmento América Latina)	345	-
APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina)	109	-
Estradas do Zambéze e participada (segmento África)	-	881
Outras	2 231	2 498
	<b>6 428</b>	<b>10 331</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as perdas em empresas associadas e conjuntamente controladas podem ser analisadas como se segue:

Perdas em empresas associadas e conjuntamente controladas	2020	2019
Fideicomiso el Capomo (segmento América Latina)	9 357	7 477
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina)	2 657	2 669
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica (segmento América Latina)	-	4 146
Logz (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	-	655
Outras	463	791
	<b>12 476</b>	<b>15 738</b>
<b>Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas</b>	<b>(6 049)</b>	<b>(5 407)</b>

## 11. Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas podem ser analisados como se segue:

Ganhos na alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas	2020	2019
Immo Park (ME Central Europe Polónia)	2 381	-
APP Coatzacoalcos Villahermosa (Mota-Engil México) <sup>(a)</sup>	1 959	-
Logz (Mota-Engil Capital) <sup>(b)</sup> - Nota 42	1 853	-
Vector Diálogo (Mota-Engil SGPS)	1 639	-
Ajuste de preço Tertir (Mota-Engil Ambiente e Serviços)	1 146	-
Nortenha Angola (ME 31 SGPS)	1 001	-
GISA (Mota-Engil México)	982	-
Rutas del Este (Mota-Engil Engenharia e Construção) <sup>(c)</sup>	-	4 189
Outros	327	20
	<b>11 288</b>	<b>4 209</b>

(a) Ganho gerado com a venda e com a perda de controlo da participada

(b) Ganho gerado com a aquisição de controlo da participada

(c) Empresa que não se encontrava a ser consolidada

Perdas na alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas	2020	2019
Mercado Urbano (Mota-Engil Real Estate Portugal)	71	-
ME Investment South Africa (Mota Internacional)	-	11 698
Sangobiar Peru (ME 31 SGPS)	-	125
Outros	71	372
	<b>142</b>	<b>12 195</b>
<b>Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas</b>	<b>11 146</b>	<b>(7 986)</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, para as transações mais relevantes, é apresentado na Nota 44 o detalhe do apuramento dos respetivos ganhos / (perdas).

## 12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser analisado como se segue:

	2020	2019
Imposto corrente	30 548	42 403
Imposto diferido - Impacto da hiperinflação no Zimbábue	(271)	(345)
Imposto diferido	(12 552)	(584)
	<b>17 725</b>	<b>41 474</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe e o movimento dos ativos e passivos por impostos diferidos, de acordo com as diferenças temporárias que os originaram, podem ser analisados como se segue:

Ativos por impostos diferidos 2020	2019	Alteração de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em reservas	Transferências e outros	2020
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	62 107	-	3 784	(130)	3 561	69 322
Prejuízos fiscais	40 776	-	10 790	(840)	(538)	50 188
Acréscimos de gastos não aceites fiscalmente	44 878	-	4 150	(7 298)	(86)	41 646
Acréscimos de gastos por investimento a realizar não aceites fiscalmente	23 182	-	720	149	-	24 051
Diferenças temporárias na liquidação de subsidiárias	9 189	-	-	-	-	9 189
Outros	6 163	-	8 057	(6 699)	-	7 521
	<b>186 296</b>	-	<b>27 501</b>	<b>(14 817)</b>	<b>2 938</b>	<b>201 918</b>
Ativos por impostos diferidos 2019	2018	Alteração de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em reservas	Transferências e outros	2019
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	53 343	-	6 964	3 044	(1 245)	62 107
Acréscimos de gastos não aceites fiscalmente	42 049	-	11 814	(7 976)	(1 009)	44 878
Prejuízos fiscais	38 175	(6 129)	9 788	(1 058)	-	40 776
Acréscimos de gastos por investimento a realizar não aceites fiscalmente	23 376	-	(344)	-	149	23 182
Diferenças temporárias na liquidação de subsidiárias	9 189	-	-	-	-	9 189
Outros	18 185	-	(2 651)	(2 948)	(6 423)	6 163
	<b>184 318</b>	<b>(6 129)</b>	<b>25 572</b>	<b>(8 938)</b>	<b>(8 527)</b>	<b>186 296</b>
Passivos por impostos diferidos 2020	2019	Alteração de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em reservas	Transferências e outros	2020
Reavaliação de ativos fixos e propriedades de investimento	44 838	-	(1 869)	7 020	2 094	52 082
Acréscimos de rendimentos não tributados	25 423	-	18 320	(9 492)	-	34 252
Imputação de justo valor em concentrações de atividades empresariais	29 510	11 264	(1 008)	-	-	39 766
Amortizações associadas a investimento futuro a realizar não aceites fiscalmente	24 046	-	(43)	-	-	24 002
Diferenças cambiais não aceites fiscalmente	14 230	-	(380)	-	-	13 850
Amortizações não aceites fiscalmente	8 741	-	39	(0)	-	8 780
Impacto da hiperinflação em Angola	9 227	-	(264)	(3 159)	-	5 803
Outros	5 970	-	155	(3 077)	113	3 160
	<b>161 984</b>	<b>11 264</b>	<b>14 949</b>	<b>(8 709)</b>	<b>2 207</b>	<b>181 695</b>

Passivos por impostos diferidos 2019	2018	Alteração de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em reservas	Transferências e outros	2019
Reavaliação de ativos fixos e propriedades de investimento	26 112	-	15 214	9 447	(5 935)	44 838
Imputação de justo valor em concentrações de atividades empresariais	30 517	-	(1 008)	-	-	29 510
Acréscimos de rendimentos não tributados	16 797	-	6 795	1 832	-	25 423
Amortizações associadas a investimento futuro a realizar não aceites fiscalmente	25 233	-	(1 187)	-	-	24 046
Diferenças cambiais não aceites fiscalmente	14 411	-	(181)	-	-	14 230
Impacto da hiperinflação em Angola	16 427	-	(1 302)	(6 207)	310	9 227
Amortizações não aceites fiscalmente	8 948	-	(207)	-	-	8 741
Outros	9 631	-	6 863	(5 395)	(5 130)	5 970
	148 075	-	24 988	(324)	(10 755)	161 984

Em 31 de dezembro de 2020, a porção de ativos por impostos diferidos que se espera virem a ser realizados num prazo superior a 12 meses ascende a cerca de 146.000 milhares de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a coluna “Alteração de perímetro” refere-se à aquisição e consolidação pela primeira vez da AMGP AGRICULTURA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a coluna “Alteração de perímetro” referia-se, essencialmente, à alienação da MOTA-ENGIL CONSTRUCTION SOUTH ÁFRICA.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a coluna “Efeito em reservas” incluía, essencialmente: (i) o efeito cambial decorrente da transposição de demonstrações financeiras de empresas participadas expressas em moeda estrangeira, nomeadamente das localizadas em Angola e (ii) o efeito das reavaliações efetuadas em 2020 e 2019 aos terrenos e edifícios de uso próprio detidos pelo GRUPO e às suas propriedades de investimento.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de “Acréscimos de gastos não aceites fiscalmente” e de “Acréscimos de rendimentos não tributados” incluíam, essencialmente, o efeito resultante das diferenças temporárias existentes no tratamento fiscal e contabilístico dos contratos de construção (nomeadamente, reconhecimento para efeitos fiscais de custos e proveitos apenas no momento em que ocorre o respetivo fluxo financeiro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o efeito líquido verificado na coluna “Transferências e outros” foi justificado, essencialmente, pela participada MERCADO URBANO que passou a ser classificada naquele exercício como um “Ativo não corrente detido para venda”.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, de acordo com as estimativas de imposto e as declarações fiscais das empresas que registaram ativos por impostos diferidos associados a prejuízos e créditos fiscais, aqueles eram reportáveis como se segue:

2020	Prejuízos e créditos fiscais	Ativos por impostos diferidos
<b>Ano do registo:</b>		
até 2016 (inclusive)	30 976	1 340
2017	18 377	6 091
2018	53 440	12 330
2019	44 873	12 735
2020	57 685	17 692
	205 352	50 188

2020	Prejuízos e créditos fiscais	Ativos por impostos diferidos
<b>Data de caducidade:</b>		
2021	9 110	1 675
2022	3 203	2 288
2023	10 165	4 138
2024	31 769	7 015
após 2024	151 105	35 072
	205 352	50 188

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram sujeitos a avaliação os ativos por impostos diferidos reconhecidos resultantes de prejuízos fiscais reportáveis e de outras diferenças temporárias dedutíveis. Consequentemente, os mesmos só foram registados na medida em que fosse provável, de acordo com a informação abaixo indicada, que ocorressem lucros tributáveis no futuro e que esses pudessem ser utilizados para recuperar perdas fiscais ou para compensar diferenças temporárias tributáveis existentes. Aquela avaliação baseou-se, essencialmente, nos planos de negócio das diversas empresas do GRUPO, periodicamente revistos e atualizados.

De igual modo, para efeitos de aferição da recuperação dos ativos por impostos diferidos gerados no consolidado fiscal (RETGS) da MOTA-ENGIL SGPS, foram utilizados os planos de negócio das empresas que o compõe, nomeadamente o da MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, cujos principais pressupostos se encontram descritos na Nota 16 e o da MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO AFRICA.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, caso os lucros tributáveis considerados nos planos de negócio das empresas que compõem o consolidado fiscal da MOTA-ENGIL SGPS fossem superiores ou inferiores a 5%, os ativos por impostos diferidos reconhecidos viriam aumentados e diminuídos em 142 milhares de euros e 160 milhares de euros, respetivamente (431 milhares de euros e 534 milhares de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2019).

Adicionalmente, o prazo de utilização dos prejuízos fiscais reportáveis é de 14 anos, para os gerados no exercício de 2016, de 7 anos, para os gerados nos exercícios de 2017 a 2019, e de 12 anos para os gerados após aquela data, encontrando-se a dedução dos mesmos, por ano, limitada a 70% do lucro tributável, com exceção da dedução dos prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2020 e 2021 cuja dedução está limitada a 80% do lucro tributável. Nestes prazos estão introduzidas as alterações previstas na Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho, ou seja, uma suspensão da contagem do prazo de caducidade do reporte de prejuízos fiscais aplicável aos prejuízos vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020 durante os exercícios fiscais de 2020 e 2021.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, existiam prejuízos fiscais reportáveis no montante de 192.267 milhares de euros e 81.541 milhares de euros, respetivamente, cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência e de incerteza quanto à sua recuperação, não foram registados.

2020	Prejuízos fiscais	Ativos por impostos diferidos
<b>Ano em que foram gerados:</b>		
até 2016 (inclusive)	50 469	8 974
2017	29 774	5 923
2018	90 297	18 033
2019	13 758	2 772
2020	7 969	1 518
	<b>192 267</b>	<b>37 220</b>

2020	Prejuízos fiscais	Ativos por impostos diferidos
<b>Data de caducidade:</b>		
2021	16 299	2 921
2022	28 489	5 591
2023	89 263	17 926
2024	7 343	1 144
após 2024	50 873	9 637
	<b>192 267</b>	<b>37 220</b>

2019	Prejuízos fiscais	Ativos por impostos diferidos
<b>Ano em que foram gerados:</b>		
até 2015 (inclusive)	19 300	2 173
2016	18 759	3 399
2017	18 887	3 570
2018	17 670	2 916
2019	6 926	1 359
	<b>81 541</b>	<b>13 416</b>

2019	Prejuízos fiscais	Ativos por impostos diferidos
<b>Data de caducidade:</b>		
2020	7 782	941
2021	17 268	3 089
2022	18 710	3 515
2023	18 792	3 140
após 2023	18 989	2 732
	<b>81 541</b>	<b>13 416</b>

A MOTA-ENGIL SGPS é abrangida, desde janeiro de 2010, pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime, de acordo com as regras do mesmo.

O RETGS engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em, pelo menos, 75% do capital social e que sejam residentes em Portugal e sujeitas ao regime geral de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Para as empresas não abrangidas por aquele regime, o imposto corrente é calculado com base no respetivo resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa participada.

A partir de 1 de janeiro de 2007, os municípios passaram a poder cobrar uma derrama municipal anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Desta forma, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a MOTA-ENGIL SGPS e as suas empresas participadas sedeadas em Portugal foram tributadas em sede de IRC à taxa de 21%, acrescida de uma derrama municipal à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo assim uma taxa agregada de imposto máxima de cerca de 22,5%.

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os lucros tributáveis das empresas participadas sedeadas em Portugal que excederam os 1.500.000 euros foram sujeitos a uma derrama estadual, apurada nos termos do artigo 87ºA do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros; e
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 euros.

Por outro lado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável esteve condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 euros; e
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Por último, nos termos do artigo 88.º do Código do IRC, as empresas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo atrás mencionado.

Deste modo, para efeitos de apuramento de ativos / passivos por impostos diferidos, foram utilizadas em Portugal as taxas de 21% (para prejuízos fiscais e créditos fiscais reportáveis) e de 22,5% (para as outras diferenças temporárias) na medida em que se estima que aquelas serão as taxas que estarão em vigor na data de reversão das respetivas diferenças temporárias.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a reconciliação entre a taxa nominal e efetiva de imposto sobre o rendimento pode ser analisada como se segue:

2020	Taxa	Base fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	22,5%	25 534	5 745
Resultados de empresas associadas e conjuntamente controladas em equivalência patrimonial	-2,8%	6 049	1 361
Prejuízos fiscais e outras diferenças temporárias geradas no ano para os quais não foi reconhecido ativo por imposto diferido e / ou anulação de ativos por impostos diferidos reconhecidos em exercícios anteriores	45,4%	71 374	16 059
Taxas nominais de imposto diferenciadas	12,2%	-	4 327
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	-7,4%	(11 617)	(2 614)
Tributação autónoma	3,3%	-	1 158
Encargos financeiros não dedutíveis	36,9%	58 095	13 071
Rendimentos tributados em sede de Imposto de Aplicação de Capitais (IAC) em detrimento de imposto sobre o rendimento	-39,5%	-	(13 996)
Correções de exercícios anteriores	-19,1%	-	(6 750)
Outros efeitos	-4,8%	(7 582)	(638)
<b>Taxa efetiva e imposto sobre o rendimento</b>	<b>69,4%</b>		<b>17 725</b>

2019	Taxa	Base fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	22,5%	111 647	25 121
Resultados de empresas associadas e conjuntamente controladas em equivalência patrimonial	1,1%	5 407	1 217
Prejuízos fiscais e outras diferenças temporárias geradas no ano para os quais não foi reconhecido ativo por imposto diferido e / ou anulação de ativos por impostos diferidos reconhecidos em exercícios anteriores	25,2%	125 280	28 188
Diferenças temporárias de anos anteriores que originaram no ano o registo de ativos / passivos por impostos diferidos	-5,9%	-	(6 623)
Taxas nominais de imposto diferenciadas	11,5%	-	12 882
Rendimentos tributados em sede de Imposto de Aplicação de Capitais (IAC) em detrimento de imposto sobre o rendimento	-19,7%	-	(21 951)
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	-1,9%	(9 340)	(2 101)
Tributação autónoma	1,4%	-	1 517
Encargos financeiros não dedutíveis	6,5%	32 380	7 285
Correções de exercícios anteriores	-5,1%	-	(5 640)
Outros efeitos	1,4%	7 020	1 580
<b>Taxa efetiva e imposto sobre o rendimento</b>	<b>37,1%</b>		<b>41 474</b>

Os montantes incluídos na rubrica “Taxas nominais de imposto diferenciadas” justificam-se, essencialmente, pelo facto das empresas sedeadas fora de Portugal apresentarem taxas de tributação distintas dos 22,5%.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as taxas nominais de imposto sobre lucros em vigor nos principais países onde o GRUPO opera, e que serviram igualmente como base para o apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos, por serem as que se estima que estejam em vigor na data de reversão das respetivas diferenças temporárias, foram como se segue:

País	Taxas	
	2020	2019
África do Sul	28%	28%
Angola	25%	30%
Brasil	34%	34%
Colômbia	32%	33%
Malawi	35%	35%
México	30%	30%
Moçambique	32%	32%
Peru	29,5%	29,5%
Polónia	19%	19%

De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Desta forma, as declarações fiscais das empresas do GRUPO sedeadas em Portugal, relativas aos exercícios de 2017 a 2020, poderão ser sujeitas a revisão e correção. No entanto, o Conselho de Administração do GRUPO entende que eventuais correções resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das Autoridades Fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Por outro lado, é convicção do Conselho de Administração do GRUPO, corroborada pelos seus advogados e consultores fiscais, que não existem passivos materiais associados a contingências fiscais, aferidos de acordo com a IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento do imposto sobre o rendimento, que devessem originar o registo de provisões ou a necessidade de divulgação dos mesmos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

## 13. Resultados por ação

A MOTA-ENGIL SGPS emitiu apenas ações ordinárias, pelo que não existem direitos especiais de dividendo ou voto.

Não se verifica no GRUPO qualquer situação que possa representar uma redução dos resultados por ação com origem em opções, *warrants*, obrigações convertíveis ou outros direitos associados a ações ordinárias. Assim, não existe dissemelhança entre o cálculo do resultado por ação básico e o cálculo do resultado por ação diluído.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da MOTA-ENGIL SGPS, totalmente subscrito e realizado, encontrava-se representado por 237.505.141 ações ordinárias, com um valor nominal de 1 euro cada.

Desta forma, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o apuramento dos resultados por ação pode ser analisado como se segue:

		2020	2019
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível ao Grupo	(I)	(19 944)	26 728
Número total de ações ordinárias	(II)	237 505 141	237 505 141
Número de ações próprias no final do exercício	(III)	6 091 581	6 091 581
Número médio ponderado de ações ordinárias	(IV)	237 505 141	237 505 141
Número médio ponderado de ações próprias	(V)	6 091 581	6 091 581
<b>Número médio de ações em circulação</b>	<b>(IV - V)</b>	<b>231 413 560</b>	<b>231 413 560</b>
Resultado por ação em euros:			
básico	(I) / (IV - V)	- 0,09 €	0,12 €
diluído	(I) / (IV - V)	- 0,09 €	0,12 €

## 14. Goodwill

A informação relativa ao *Goodwill*, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	2020			2019		
	Goodwill bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Goodwill líquido	Goodwill bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Goodwill líquido
<b>Europa Engenharia e Construção</b>						
Mota-Engil Central Europe Polónia	8 152	(3 015)	5 137	8 536	(2 772)	5 764
Mota-Engil Central Europe Republica Checa	1 308	(1 308)	-	1 351	(1 351)	-
Outros	1 726	(1 726)	-	1 726	(1 726)	-
	<b>11 186</b>	<b>(6 049)</b>	<b>5 137</b>	<b>11 613</b>	<b>(5 849)</b>	<b>5 764</b>
<b>Europa Ambiente e Serviços</b>						
Grupo Suma	13 609	(4 229)	9 380	13 609	(4 229)	9 380
Outros	1 139	(116)	1 023	1 139	(116)	1 023
	<b>14 748</b>	<b>(4 345)</b>	<b>10 403</b>	<b>14 748</b>	<b>(4 345)</b>	<b>10 403</b>
<b>África</b>						
Outros	920	-	920	1 166	-	1 166
	<b>920</b>	<b>-</b>	<b>920</b>	<b>1 166</b>	<b>-</b>	<b>1 166</b>
<b>América Latina</b>						
Empresa Construtora Brasil	3 139	-	3 139	4 430	-	4 430
Consita	333	-	333	470	-	470
	<b>3 472</b>	<b>-</b>	<b>3 472</b>	<b>4 900</b>	<b>-</b>	<b>4 900</b>
<b>Outros eliminações e intragrupos</b>						
Outros	785	-	785	-	-	-
	<b>785</b>	<b>-</b>	<b>785</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>31 112</b>	<b>(10 394)</b>	<b>20 717</b>	<b>32 427</b>	<b>(10 194)</b>	<b>22 233</b>

Os movimentos ocorridos no *Goodwill*, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, podem ser analisados como se segue:

	2020	2019
<b>Goodwill no início do exercício</b>	<b>22 233</b>	<b>33 741</b>
<b>Perdas de imparidade em goodwill (Nota 8)</b>		
Mota-Engil Central Europe Polónia	(244)	(481)
Mota-Engil Central Europe Republica Checa	(162)	(205)
	<b>(406)</b>	<b>(686)</b>
<b>Alterações no goodwill por variação de perímetro (aquisições)</b>		
Outros	785	-
	<b>785</b>	<b>-</b>
<b>Alterações no goodwill por variação de perímetro (alienação)</b>		
ME Construction South Africa	-	(11 215)
Outros	-	13
	<b>-</b>	<b>(11 201)</b>
<b>Alterações no goodwill por atualização cambial</b>		
Mota-Engil Central Europe Polónia	(383)	29
Mota-Engil Central Europe Republica Checa	162	205
Empresa Construtora Brasil	(1 291)	(71)
ME Construction South Africa	-	231
Outros	(382)	(15)
	<b>(1 895)</b>	<b>379</b>
<b>Goodwill no fim do exercício</b>	<b>20 717</b>	<b>22 233</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as perdas de imparidade registadas para o *Goodwill* foram justificadas, essencialmente, pela anulação do *Goodwill* afeto aos negócios de pontes e de eletromecânica, respetivamente, na Polónia.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os métodos e os principais pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade nos valores mais significativos de *Goodwill* registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, foram como se segue:

2020			
Pressuposto	ECB*	Mota-Engil Central Europe Polónia	Grupo Suma (excluindo EGF)
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Projeções com perpetuidade	Projeções com perpetuidade	Projeções com perpetuidade
Período utilizado	5 anos	5 anos	5 anos
<b>Taxas de crescimento das vendas:</b>			
Ano n+1	30,0%	7,5%	2,0%
Ano n+3	10,0%	1,1%	2,0%
Na perpetuidade	3,3%	1,1%	1,0%
Taxa de desconto utilizada	10,2%	7,0%	6,2%

\* Avaliação expressa em moeda local, tomando em consideração 3 cenários (conservador, central e otimista). Os dados divulgados referem-se ao cenário central.

2019			
Pressuposto	ECB*	Mota-Engil Central Europe Polónia	Grupo Suma (excluindo EGF)
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Projeções	Projeções	Projeções
Período utilizado	5 anos	5 anos	5 anos
<b>Taxas de crescimento das vendas:</b>			
Ano n+1	3,5%	1,0%	1,0%
Ano n+3	3,5%	1,0%	1,0%
Na perpetuidade	3,5%	1,1%	1,0%
Taxa de desconto utilizada	11,1%	6,7%	5,1%

\* Avaliação expressa em moeda local.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a sensibilidade dos resultados dos testes de imparidade efetuados ao *Goodwill* aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto, à taxa de crescimento das vendas na perpetuidade e aos *cash-flows* projetados, era como se segue (impacto no valor recuperável dos ativos líquidos aos quais foram afetos os valores de *Goodwill*):

2020							em milhões de euros	
	Sensibilidade aos pressupostos-chave							
	Taxa de desconto		Taxa de crescimento das vendas na perpetuidade		Cash-flows projetados			
	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%		
ECB	(5)	6	4	(4)	3	(3)	(3)	
Mota-Engil Central Europe Polónia	(7)	9	7	(6)	5	(5)	(5)	
<b>Suma</b>	<b>(16)</b>	<b>20</b>	<b>16</b>	<b>(13)</b>	<b>10</b>	<b>(10)</b>	<b>(10)</b>	

2019							em milhões de euros	
	Sensibilidade aos pressupostos-chave							
	Taxa de desconto		Taxa de crescimento das vendas na perpetuidade		Cash-flows projetados			
	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%		
ECB	(7)	8	5	(5)	5	(5)	(5)	
Mota-Engil Central Europe Polónia	(8)	10	8	(7)	5	(5)	(5)	
<b>Suma</b>	<b>(14)</b>	<b>18</b>	<b>14</b>	<b>(11)</b>	<b>6</b>	<b>(6)</b>	<b>(6)</b>	

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, caso se tivesse utilizado uma taxa de desconto superior em 0,5%, ou uma taxa de crescimento das vendas na perpetuidade inferior em 0,5% ou projetado *cash-flows* inferiores em 5%, os resultados apurados nos testes acima referidos não originariam o registo de imparidades adicionais.

O valor de uso corresponde à estimativa do valor presente dos fluxos de caixas futuros das respetivas UGC, apurados com base em orçamentos e *business plans* devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do GRUPO, os quais abrangem, em média, um período de cinco anos.

Resumidamente, os pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso foram os seguintes: (i) os fluxos de caixa de receitas foram projetados com base no conhecimento histórico do negócio, em análises de mercado, quer em termos de crescimento, quer em termos de quota de mercado, na carteira de encomendas já angariada, bem como nas perspetivas de angariação de novos contratos no futuro, baseadas em probabilidades históricas de sucesso; (ii) a margem operacional foi projetada com base em dados históricos e na experiência e conhecimento da gestão; (iii) os fluxos de caixa após o período de projeção foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento perpétuo similar à taxa de inflação esperada para o mercado onde a participada opera; e (iv) os fluxos de caixa estimados foram descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de custo médio ponderado de capital.

Entre 31 de dezembro de 2020 e a data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, o GRUPO não adquiriu nenhuma participação financeira com significado material que tivesse gerado *Goodwill*.

## 15. Ativos intangíveis

A informação relativa ao valor líquido contabilístico dos ativos intangíveis por segmento operacional, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	Europa Engenharia e Construção	Europa Ambiente e Serviços	África	América Latina	Outros, eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
<b>2020</b>						
Despesas de desenvolvimento	0	22 079	12	-	-	22 091
Software e outros direitos	198	212	1 176	1 238	940	3 764
Licenças de exploração de concessões	-	457 762	100 276	-	-	558 038
Ativos em curso	-	51 116	25	53 524	92	104 758
Outros ativos intangíveis	87	-	255	18 997	-	19 338
	<b>284</b>	<b>531 169</b>	<b>101 744</b>	<b>73 759</b>	<b>1 033</b>	<b>707 988</b>
<b>2019</b>						
Despesas de desenvolvimento	49	14 681	12	-	-	14 741
Software e outros direitos	179	275	1 392	2 005	1 544	5 395
Licenças de exploração de concessões	4 327	470 428	44 139	-	-	518 894
Ativos em curso	-	27 991	38	50 601	18	78 648
Outros ativos intangíveis	93	-	331	11 709	-	12 132
	<b>4 648</b>	<b>513 375</b>	<b>45 911</b>	<b>64 315</b>	<b>1 562</b>	<b>629 811</b>

A informação relativa ao valor bruto dos ativos intangíveis, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	Despesas de desenvolvimento	Software e outros direitos	Licenças de exploração de concessões	Ativos em curso	Outros ativos intangíveis	Total
<b>2020</b>						
Saldo inicial	22 689	22 678	1 432 682	78 648	15 870	1 572 568
Aumentos	5 311	272	15 847	61 638	-	83 068
Alienações	-	(136)	(1 406)	-	-	(1 542)
Abates	(121)	(229)	(7 481)	(39)	(1 110)	(8 980)
Diferenças cambiais	(217)	(839)	(1 196)	(6 635)	(1 979)	(10 867)
Variação de perímetro	233	0	52 797	-	-	53 030
Transferências e outros movimentos	6 468	(534)	42 403	(28 855)	9 666	29 148
	<b>34 363</b>	<b>21 212</b>	<b>1 533 647</b>	<b>104 758</b>	<b>22 447</b>	<b>1 716 427</b>
<b>2019</b>						
Saldo inicial	15 205	23 046	1 345 162	21 645	15 685	1 420 743
Aumentos	4 689	419	35 611	90 503	8	131 230
Alienações	-	-	(4 402)	-	-	(4 402)
Abates	(4)	(235)	(14 424)	(40)	(10)	(14 712)
Diferenças cambiais	(12)	(94)	(1 831)	515	687	(735)
Transferências e outros movimentos	2 811	(459)	72 566	(33 974)	(499)	40 444
	<b>22 689</b>	<b>22 678</b>	<b>1 432 682</b>	<b>78 648</b>	<b>15 870</b>	<b>1 572 568</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os principais aumentos / alienações / abates ocorridos em ativos intangíveis estiveram relacionados com a execução do plano de investimento das empresas do SUBGRUPO EGF e pelos investimentos efetuados pela GENERADORA FÉNIX, associados à construção de uma central de ciclo combinado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as variações de perímetro incluem os montantes de cerca de 50.000 milhares de euros e 7.900 milhares de euros associados às diferenças de aquisição geradas na aquisição de 100% da AMGP AGRICULTURA e de 55% da ESTRADAS DO ZAMBEZE, respetivamente, as quais foram imputadas à rubrica de licenças de exploração de concessões (Nota 42).

A informação relativa ao valor das amortizações acumuladas dos ativos intangíveis e respetivos valores líquidos, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	Despesas de desenvolvimento	Software e outros direitos	Licenças de exploração de concessões	Ativos em curso	Outros ativos intangíveis	Total
<b>2020</b>						
Saldo inicial	(8 463)	(17 283)	(913 787)	-	(3 223)	(942 757)
Aumentos (Nota 7)	(4 033)	(1 158)	(61 339)	-	(1 358)	(67 889)
Alienações	-	136	1 406	-	-	1 542
Abates	121	229	7 404	-	595	8 350
Diferenças cambiais	77	541	43	-	326	987
Variação de perímetro	9	-	848	-	-	857
Transferências e outros movimentos	17	88	(10 182)	-	550	(9 527)
	<b>(12 273)</b>	<b>(17 448)</b>	<b>(975 609)</b>	<b>-</b>	<b>(3 109)</b>	<b>(1 008 438)</b>
<b>2019</b>						
Saldo inicial	(6 254)	(16 587)	(874 377)	-	(2 032)	(899 249)
Aumentos (Nota 7)	(2 772)	(1 353)	(53 506)	-	(899)	(58 529)
Alienações	-	-	4 401	-	-	4 401
Abates	4	234	14 101	-	10	14 349
Diferenças cambiais	3	121	39	-	(15)	148
Transferências e outros movimentos	557	301	(4 446)	-	(288)	(3 876)
	<b>(8 463)</b>	<b>(17 283)</b>	<b>(913 787)</b>	<b>-</b>	<b>(3 223)</b>	<b>(942 757)</b>
<b>Valor líquido</b>						
<b>2020</b>	<b>22 091</b>	<b>3 764</b>	<b>558 038</b>	<b>104 758</b>	<b>19 338</b>	<b>707 988</b>
<b>2019</b>	<b>14 226</b>	<b>5 395</b>	<b>518 894</b>	<b>78 648</b>	<b>12 647</b>	<b>629 811</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a linha de transferências e outros movimentos inclui cerca de 9.000 milhares de euros transferidos da rubrica de ativos tangíveis associados ao contrato de exploração de um aterro sanitário na Costa do Marfim (Nota 16).

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, destaca-se igualmente a transferência de cerca de 39.500 milhares de euros da rubrica de ativos tangíveis associada ao contrato de concessão de recolha de resíduos da ECOEBURNIE na Costa do Marfim.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Licenças de exploração de concessões” apresentava o seguinte detalhe:

	2020	2019
Concessões atribuídas ao subgrupo EGF	457 762	470 428
AMGP Agricultura	50 658	-
Eco Eburnie	29 301	40 776
Outras	20 317	7 690
	<b>558 038</b>	<b>518 894</b>

No final de 2014 foi conhecida a decisão que considerou a SUMA vencedora do concurso público de privatização de 95% do capital social da EGF, entidade que gere as empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais para o tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos em Portugal. Após obtenção da declaração de não oposição por parte da Autoridade da Concorrência, o processo de privatização ficou concluído no final do primeiro semestre de 2015 e a EGF e as suas participadas foram consolidadas no GRUPO MOTA-ENGIL a partir de 1 de julho de 2015.

As concessões atribuídas em regime de exclusividade por um período de 19 anos às empresas do SUBGRUPO EGF (ALGAR, AMARSUL, ERSUC, RESIESTRELA, RESINORTE, RESULIMA, SULDOURO, VALNOR, VALORLIS, VALORMINHO e VALORSUL) têm o seu termo em 2034.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, cerca de 66% e 66%, respectivamente, do montante total de licenças de exploração de concessões do SUBGRUPO EGF era justificado por 5 concessionárias (VALORSUL, ERSUC, RESINORTE, ALGAR E AMARSUL).

A atividade objeto das concessões compreende o tratamento dos resíduos urbanos gerados nas áreas dos municípios utilizadores, incluindo a sua valorização e a disponibilização de subprodutos, assim como a recolha seletiva de resíduos urbanos, encontrando-se os municípios obrigados a entregar às concessionárias todos os resíduos urbanos cuja gestão se encontre sob sua responsabilidade.

A fiscalização das concessões é da responsabilidade da ERSAR, tendo esta a competência de definir as tarifas a aplicar, assim como de aprovar as contas reguladas e os planos de investimento das concessionárias.

A exploração e a gestão das concessões compreende também a conceção, a construção, a aquisição, a extensão, a reparação, a renovação, a manutenção e a otimização de obras e equipamentos necessários ao exercício da atividade das concessionárias.

As bases da concessão definem que as concessionárias terão como atividade principal a atividade relativa à exploração e à gestão do sistema multimunicipal de resíduos urbanos, compreendendo o tratamento de resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada e a recolha seletiva de resíduos urbanos, incluindo a triagem, e como atividades complementares as atividades que, não se integrando na atividade principal, utilizam ativos afetos a esta, permitindo otimizar a respetiva rentabilidade. O exercício das atividades complementares depende de autorização do Concedente, precedida de pareceres da Autoridade da Concorrência e da ERSAR.

Consideram-se como bens afetos à concessão:

- As infraestruturas relativas ao tratamento e valorização de resíduos urbanos indiferenciados e seletivos, bem como os bens utilizados na recolha seletiva de resíduos urbanos: as estações de transferência, os ecocentros, as centrais de processamento, triagem e valorização e os respetivos acessos, as infraestruturas associadas, os aterros, os ecopontos e os meios de transporte de resíduos;
- Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas e ao acompanhamento e controlo da sua exploração;
- Todas as obras, máquinas e aparelhagens e respetivos acessórios utilizados para a receção e tratamento dos resíduos e para a manutenção dos equipamentos e gestão do sistema multimunicipal não referidos acima; e
- Os equipamentos, máquinas, veículos, aparelhagens e respetivos acessórios utilizados para a recolha seletiva de resíduos urbanos.

Adicionalmente, são também considerados como ativos afetos à concessão:

- Os imóveis adquiridos por via do direito privado ou mediante expropriação para implantação das infraestruturas;
- Os direitos privativos de propriedade intelectual e industrial de que as concessionárias sejam titulares; e
- Outros bens e direitos que se encontrem relacionados com a continuidade da exploração das concessões, nomeadamente laborais, de empreitada, de locação e de prestação de serviços.

As concessionárias devem elaborar e manter o inventário dos bens e direitos afetos às concessões, devendo, anualmente, enviar à ERSAR informação detalhada sobre os mesmos, assim como dos abates efetuados.

As concessionárias têm a obrigação de, durante o prazo de vigência das concessões, manter o bom estado de funcionamento, conservação e segurança dos ativos e meios a elas afetos, efetuando todas as reparações, renovações e adaptações necessárias para a manutenção dos ativos nas condições técnicas requeridas.

As concessionárias mantêm o direito de explorar os ativos afetos às concessões até à extinção destas. Os ativos afetos às concessões apenas podem ser utilizados para o fim previsto nas concessões. Na data de extinção das concessões, os bens a elas afetos reverterem para uma Entidade Intermunicipal, para a Associação de Municípios, para o conjunto dos Municípios utilizadores, ou para o Estado, mediante o exercício do respetivo direito de opção e o pagamento às concessionárias, nos termos previstos nas Bases e nos contratos de concessão, de uma indemnização correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens, líquido de subsídios.

As concessionárias são responsáveis pelos riscos inerentes às concessões nos termos da legislação aplicável, assumindo os respetivos riscos operacionais. Por outro lado, as concessionárias são responsáveis pela obtenção do financiamento necessário ao desenvolvimento do objeto da concessão, por forma a cumprir cabal e atempadamente as obrigações assumidas nos contratos de concessão, assumindo assim os respetivos riscos de investimento e de financiamento.

O regime remuneratório das concessões baseia-se no reconhecimento às concessionárias dos proveitos permitidos a serem refletidos nas tarifas a aplicar aos utilizadores do sistema.

Os proveitos permitidos anualmente às concessionárias, no âmbito da atividade concessionada, são definidos pela ERSAR para um horizonte temporal de três a cinco anos ("Período regulatório"). O modelo regulatório é fixado pela ERSAR e assenta, entre outros, nos seguintes pressupostos:

- Elegibilidade dos custos de exploração, para efeitos de determinação dos proveitos permitidos, por referência a um cenário de eficiência produtiva da exploração e gestão do sistema multimunicipal;
- Remuneração do capital com base no custo médio ponderado, com parâmetros definidos tendo como referência valores de mercado e o desempenho de entidades representativas comparáveis;
- Definição de uma base de ativos, constituída pelos bens afetos às concessões, como incidência da remuneração do capital;
- Adoção de mecanismos de incentivo à eficiência; e
- Repercussão adequada nos proveitos permitidos das diferenças registadas entre as quantidades estimadas e as quantidades de resíduos urbanos entregues às concessionárias.

Adicionalmente, a definição da base de custos de exploração deve atender ao seu controlo efetivo pelas concessionárias, às tecnologias e capacidades instaladas, bem como às oscilações da procura.

Assim, as tarifas a aplicar aos utilizadores devem proporcionar às concessionárias os proveitos permitidos nos termos das bases anteriores e correspondem ao resultado da divisão dos proveitos permitidos anualmente às concessionárias pelas quantidades estimadas de consumo para esse ano.

Os contratos de concessão poderão ser rescindidos pelo Concedente se ocorrer qualquer uma das situações a seguir descritas, com impacto significativo nas operações das concessões: desvio do objeto da concessão; interrupção prolongada da exploração por facto imputável às concessionárias; oposição reiterada ao exercício da fiscalização ou repetida desobediência às determinações do Concedente ou, ainda, sistemática inobservância das leis e regulamentos aplicáveis à exploração; recusa em proceder à adequada conservação e reparação das infraestruturas; cobrança reiterada de valores superiores aos fixados nos contratos de concessão e nos contratos celebrados com os utilizadores; dissolução ou insolvência das concessionárias; trespasse da concessão ou subconcessão não autorizadas; alienação não autorizada de participações no capital das concessionárias; oneração de participações no capital das concessionárias em inobservância do disposto nos contratos de concessão; aumento ou redução não autorizados, quando aplicável, do capital social das concessionárias; falta de prestação da caução ou de renovação do respetivo valor nos termos e prazos previstos; e recusa ou impossibilidade das concessionárias em retomar as concessões.

Adicionalmente, o Concedente pode resgatar as concessões, assumindo a gestão direta do serviço público concedido, sempre que motivos de interesse público o justifiquem e decorrido que seja pelo menos dois terços do prazo contratual, com, pelo menos, um ano de antecedência relativamente à data de produção de efeitos do resgate.

Pelo resgate, as concessionárias têm direito a uma indemnização que deve atender ao valor contabilístico à data do resgate dos bens revertidos, líquido de subsídios, ao valor dos créditos existentes, bem como ao valor de eventuais lucros cessantes, tendo em consideração o número de anos que restem para o termo da concessão.

Por outro lado, em setembro de 2018, foi atribuída à ECOEBURNIE a concessão de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos em Abidjan, na Costa do Marfim, por um período de 7 anos. Nesta concessão, a remuneração da ECOEBURNIE está indexada às quantidades de resíduos sólidos urbanos recolhidos e tratados estando a mesma exposta ao risco de procura. No final da concessão, os bens afetos à mesma reverterão para o Concedente em troca do recebimento do seu valor líquido contabilístico.

Também na Costa do Marfim, e relacionada com a concessão acima descrita, foi atribuída à CLEAN EBURNIE a concessão de exploração de um aterro sanitário por um período de 7 anos. Nesta concessão, a remuneração da CLEAN EBURNIE é composta por duas parcelas: (i) uma renda fixa incondicional independente da quantidade de resíduos depositados no aterro (e que foi tratada de acordo com o modelo do ativo financeiro – ver Nota 23); e (ii) uma renda variável em função da quantidade de resíduos depositados no aterro (e que foi tratada de acordo com o modelo do ativo intangível). No final da concessão, os bens afetos à mesma reverterão para o Concedente.

Adicionalmente, em 2010, o Estado Moçambicano atribuiu à ESTRADAS DO ZAMBEZE a concessão de exploração de duas pontes e de alguns eixos viários por um período de 30 anos. Nesta concessão, a remuneração da ESTRADAS DO ZAMBEZE consistia no recebimento de uma renda líquida mínima garantida que lhe permitiria fazer face ao serviço da dívida, aos custos de operação e manutenção dos ativos concessionados, bem como às grandes reparações a executar no futuro nos mesmos. No entanto, em abril de 2015, fruto da contestação dos agentes económicos locais, as portagens em algumas daquelas infraestruturas foram suspensas pelo Governo Moçambicano, sendo que, após aquela data, e até à conclusão do processo de renegociação em curso da concessão, a ESTRADAS DO ZAMBEZE encontra-se, ao abrigo das disposições previstas no contrato de concessão, a receber na íntegra as portagens cobradas nas infraestruturas remanescentes. Deste modo, e até à clarificação do novo modelo de concessão, a ESTRADAS DO ZAMBEZE encontra-se a reconhecer o seu direito de exploração como um ativo intangível na medida em que, neste período, encontra-se a suportar o risco de procura.

Por último, durante o exercício de 2020, foi renovado à EMPRESA AGRÍCOLA E FLORESTAL (participada da AMGP AGRICULTURA) o direito de superfície e de exploração por 60 anos de um terreno localizado em Cabinda com uma área de cerca de 16.000 hectares destinado ao exercício de atividades de natureza agrícola e florestal. Este direito foi atribuído provisoriamente por 5 anos, convertendo-se em definitivo se forem cumpridas determinadas condições. Adicionalmente, aquele direito poderá ser renovável ainda por mais 60 anos, contando que nenhuma das partes proceda à sua denúncia com uma antecedência de um ano sobre a data do seu termo inicial, altura em que reverterá para o Estado Angolano. Neste negócio, o risco de procura é assumido na plenitude pela EMPRESA AGRÍCOLA E FLORESTAL.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os montantes mais significativos incluídos na rubrica “Ativos em curso” referiam-se aos seguintes projetos:

Descrição	2020	2019
Análise e desenvolvimento do Projecto Jorge Luque (Geradora Fenix)	44 580	44 081
Unidade de confinamento, preparação e tratamento de resíduos urbanos (Resulima)	17 113	10 974
Centro de Tratamento e Triagem de Resíduos Urbanos (Algar)	4 871	4 355
Aumento da Capacidade de Processamento de Riba D'Ave (Resinorte)	4 224	-
Projeto Nova Fénix (Geradora Fenix)	3 282	4 752
Expansão do aterro de Aveiro (Ersuc)	3 101	-
Outros investimentos em curso efetuados pelas empresas do Subgrupo EGF	21 168	11 228
	<b>77 170</b>	<b>64 163</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, no que se refere aos ativos afetos à rubrica de “Licenças de exploração de concessões”, os mesmos não podem ser transacionados sem a aprovação prévia do Concedente e do Regulador (no caso das empresas do SUBGRUPO EGF). Por outro lado, excluindo os compromissos de investimento das empresas do SUBGRUPO EGF, a serem definidos / aprovados pela ERSAR (cerca de 62.000 milhares de euros para 2021), não existem compromissos contratuais para a aquisição de outros ativos intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2020, existiam cerca de 30.900 milhares de euros de ativos intangíveis cujos ativos foram dados em garantia aos respetivos credores.

A aferição da existência de indícios de imparidade nos ativos intangíveis e a realização dos respetivos testes, se necessários, foram efetuados numa base anual tal como referido na Nota 1.4.v).

Para efeitos de aferição da existência de indícios de imparidade nos ativos intangíveis foram considerados pelo GRUPO os seguintes indicadores:

- Obsolescência física / técnica do ativo;
- Valor do rácio ativo / EBITDA superior a um determinado parâmetro (em função da tipologia e localização do ativo);
- Alterações nas taxas de juro e nas taxas de remuneração de capital;
- Geração de *cash-flows* negativos; e
- Interrupção / atraso no desenvolvimento / construção dos respetivos ativos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os métodos e os principais pressupostos utilizados na elaboração dos testes de imparidade aos ativos intangíveis do GRUPO que evidenciavam indícios de imparidade, foram como se segue:

Pressuposto	2020
	Projeto Jorge Luque
Método utilizado	Valor de uso
Base utilizada	Projeções
Período utilizado	20 anos
Taxa de crescimento médio das vendas	26,71%
Taxa de desconto média utilizada	9,14%
<b>Valor de balanço da UGC</b>	<b>44 580</b>

O projeto Jorge Luque corresponde à construção de uma central de ciclo combinado no México (a qual se encontra em curso), ao abrigo de um contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2020, caso se tivesse utilizado uma taxa de desconto superior em 0,5%, ou uma taxa de crescimento das vendas inferior em 0,5%, ou projetado *cash-flows* inferiores em 5%, os resultados apurados no teste acima referido não originariam o registo de imparidades.

Pressuposto	2020
	Ecoeburnie
Método utilizado	Valor de uso
Base utilizada	Projeções
Período utilizado	5 anos (final do período de concessão)
Taxa de crescimento médio das vendas	10,00%
Taxa de desconto média utilizada	11,45%
<b>Valor de balanço da UGC</b>	<b>29 301</b>

Em 31 de dezembro de 2020, caso se tivesse utilizado uma taxa de desconto superior em 0,5%, ou uma taxa de crescimento das vendas inferior em 0,5%, ou projetado *cash-flows* inferiores em 5%, os resultados apurados no teste acima referido não originariam o registo de imparidades.

	2020
Pressuposto	Subgrupo EGF (a)
Método utilizado	Valor de uso
Base utilizada	Projeções
Período utilizado	14 anos (Período remanescente das concessões)
Base de ativos regulada média aprovada para 2021	327 612
Base de ativos regulada média estimada em 2034	324 404
Taxa de desconto média utilizada no período 2021 - 2034	5,08%
<b>Valor de balanço da UGC</b>	<b>292 957</b>

(a) Ativos líquidos afetos à atividade de tratamento e valorização de resíduos desenvolvida pelas empresas concessionárias do SUBGRUPO EGF.

	2019
Pressuposto	Subgrupo EGF (a)
Método utilizado	Valor de uso
Base utilizada	Projeções
Período utilizado	15 anos (Período remanescente das concessões)
Base de ativos regulada média aprovada para 2020	333 051
Base de ativos regulada média estimada em 2034 (excluindo efeito da inflação)	334 152
Taxa de desconto média utilizada no período 2020 - 2034	5,25%
<b>Valor de balanço da UGC</b>	<b>260 051</b>

(a) Ativos líquidos afetos à atividade de tratamento e valorização de resíduos desenvolvida pelas empresas concessionárias do SUBGRUPO EGF.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, caso se tivesse utilizado uma taxa de desconto superior em 0,25% ou uma Base de ativos regulada (BAR) média inferior em 5%, os resultados apurados nos testes acima referidos não originariam o registo de imparidades.

Relativamente às empresas concessionárias do SUBGRUPO EGF, informa-se que as decisões da ERSAR, sobre os proveitos permitidos e as tarifas reguladas para o período regulatório 2019-2021, foram objeto de ação administrativa especial em 2019, com pedido de impugnação em sede de Tribunal, por parte da própria EGF.

Deste modo, no seguimento do acima descrito, em 2020, a ERSAR propôs à EGF, como forma de encontrar uma solução equilibrada, sustentável e estável ao nível dos resultados das empresas concessionárias do SUBGRUPO EGF, num quadro de eficiência operativa, efetuar uma análise, em conjunto com um auditor independente, que permitisse identificar as causas dos desvios ocorridos nos resultados das empresas entre 2018 e 2019 (entre as contas previsionais que determinaram a estimação das tarifas e as reais) e os quantificasse, de forma a proceder a correções aos custos operacionais de referência de 2019. Este processo decorreu durante o ano de 2020, tendo a decisão final da ERSAR sido recebida durante o mês de dezembro. Consequentemente, os efeitos da decisão da ERSAR, quer os relativos aos anos de 2018 e 2019, quer os relativos ao ano de 2020, foram refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas e respeitaram a:

- Ajustamento tarifário ao ano de 2019 no montante de 1.395 milhares de euros determinado de acordo com o previsto no artigo 37º do Regulamento Tarifário;
- Retificação às contas reguladas de 2018 no montante de 1.131 milhares de euros referente à correção do ajustamento tarifário do ano de 2018; e
- Correção dos custos operacionais de referência de 2019, face à insuficiência de custos aprovados nas contas reguladas previsionais no período regulatório de 2019-2021, sendo que tal montante será igualmente repercutido nos proveitos permitidos de 2022 e de 2023, pelo que o montante registado em 2020 refere-se à correção de 2019 no montante de 10.871 milhares de euros e à correção de 2020 no montante de 11.291 milhares de euros.

No seguimento do atrás descrito, por não concordar na sua plenitude com a decisão final da ERSAR, as concessionárias do SUBGRUPO EGF continuam a manter negociações com o Regulador de forma a incrementar os valores das respetivas tarifas, nomeadamente, naquelas empresas que em 2020 ainda foram apurados resultados líquidos negativos.

Deste modo, o desfecho daquelas negociações poderá influenciar os pressupostos utilizados no teste de imparidade acima referido e consequentemente a valorização futura atribuída àqueles ativos intangíveis. No entanto, com a informação disponível, à data das demonstrações financeiras consolidadas anexas, os ativos das empresas concessionárias do SUBGRUPO EGF não se encontram em imparidade.

## 16. Ativos tangíveis

A informação relativa ao valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis por segmento operacional, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	Europa Engenharia e Construção	Europa Ambiente e Serviços	África	América Latina	Outros, eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
<b>2020</b>						
Terrenos e edifícios	56 862	11 146	75 527	18 853	1 861	164 249
Equipamentos	26 017	15 235	85 701	38 791	(2 148)	163 595
Ativos tangíveis em curso	4 953	3 405	32 459	11 162	176	52 155
Outros ativos tangíveis	172	467	1 276	2 676	-	4 591
	<b>88 003</b>	<b>30 252</b>	<b>194 964</b>	<b>71 482</b>	<b>(112)</b>	<b>384 589</b>
<b>2019</b>						
Terrenos e edifícios	61 701	12 361	108 374	21 773	1 723	205 932
Equipamentos	27 978	18 768	108 513	50 103	(2 526)	202 835
Ativos tangíveis em curso	4 696	2 495	31 570	8 260	-	47 020
Outros ativos tangíveis	76	339	594	3 231	-	4 241
	<b>94 451</b>	<b>33 963</b>	<b>249 051</b>	<b>83 366</b>	<b>(803)</b>	<b>460 028</b>

A informação relativa ao valor bruto dos ativos tangíveis, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Ativos tangíveis em curso	Outros ativos tangíveis	Total
<b>2020</b>					
Saldo inicial	328 783	740 262	47 020	25 409	1 141 473
Aumentos	1 362	67 465	24 032	2 001	94 861
Alienações	(3 074)	(110 829)	-	(39)	(113 942)
Abates	(1 188)	(7 895)	(6)	(2 756)	(11 845)
Impacto da hiperinflação no Zimbabwe	-	(718)	-	-	(718)
Reavaliações	21 441	-	-	-	21 441
Diferenças cambiais	(41 806)	(66 969)	(5 788)	(2 226)	(116 789)
Variação de perímetro	899	2 666	17	491	4 073
Transferências e outros movimentos	(35 495)	1 111	(13 120)	251	(47 252)
	<b>270 922</b>	<b>625 094</b>	<b>52 155</b>	<b>23 132</b>	<b>971 302</b>
<b>2019</b>					
Saldo inicial	349 069	1 081 976	47 577	28 678	1 507 300
Reclassificação para a rubrica "Direitos de uso de ativos"	(49 406)	(308 342)	(542)	(91)	(358 382)
Aumentos	5 258	98 060	16 153	(1 831)	117 640
Alienações	(365)	(60 674)	(82)	(3 009)	(64 130)
Abates	(1 566)	(18 685)	-	(912)	(21 163)
Impacto da hiperinflação no Zimbabwe	-	735	-	-	735
Reavaliações	33 213	1	-	-	33 213
Diferenças cambiais	(35 068)	(23 790)	(1 514)	(648)	(61 020)
Variação de perímetro	29 149	(4 321)	-	-	24 829
Transferências e outros movimentos	(1 501)	(24 698)	(14 571)	3 221	(37 549)
	<b>328 783</b>	<b>740 262</b>	<b>47 020</b>	<b>25 409</b>	<b>1 141 474</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os aumentos ocorridos nos ativos tangíveis foram justificados, essencialmente, pelos investimentos efetuados na Guiné Conacri, associados à execução de um novo contrato de *mining* de médio e longo prazo, aos investimentos efetuados em Moçambique e em Portugal no segmento de engenharia e construção e na Costa do Marfim no segmento de Ambiente e Serviços.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os aumentos ocorridos nos ativos tangíveis foram justificados, essencialmente, pelos investimentos efetuados em Moçambique, associados à execução de contratos de *mining* de médio e longo prazo, e aos investimentos efetuados na Costa do Marfim e na SUMA, associados à área de recolha e tratamento de resíduos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as alienações de ativos tangíveis foram justificadas, essencialmente, pela MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO ÁFRICA e pelas suas sucursais.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o montante inscrito na rubrica "Reavaliações" resultou, essencialmente, da atualização para o justo valor de um conjunto de imóveis detidos pelo GRUPO em Angola e em Portugal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante inscrito na rubrica "Variação de perímetro" resultou, essencialmente, da alteração do método de consolidação da participada CLEAN EBURNIE.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante inscrito na rubrica "Transferências e outros movimentos" respeitou, essencialmente, à transferência dos ativos afetos à concessão de exploração de um aterro sanitário na Costa do Marfim por parte da CLEAN EBURNIE para a rubrica de "Ativos intangíveis" (cerca de 9.000 milhares de euros) e para a rubrica de "Clientes, conta corrente" (cerca de 45.000 milhares de euros).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante inscrito na rubrica “Transferências e outros movimentos” respeitou, essencialmente, à transferência dos ativos afetos à concessão de recolha e tratamento de resíduos da ECOEBURNIE para a rubrica de “Ativos intangíveis”.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as diferenças cambiais apuradas foram justificadas, essencialmente, pela desvalorização do kwanza angolano (em 2020 e 2019) e pela desvalorização do metical moçambicano e do kwacha malawiano (em 2020).

A informação relativa aos valores de depreciações e perdas de imparidade acumuladas em ativos tangíveis e respetivos valores líquidos, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Ativos tangíveis em curso	Outros ativos tangíveis	Total
<b>2020</b>					
Saldo inicial	(122 852)	(537 427)	-	(21 168)	(681 446)
Aumentos do exercício (Nota 7)	(7 668)	(60 483)	-	(1 688)	(69 838)
Perdas de imparidade (Nota 8)	2 411	-	-	-	2 411
Alienações	3 073	92 377	-	37	95 487
Abates	1 162	6 851	-	2 719	10 732
Reavaliações	(823)	-	-	-	(823)
Diferenças cambiais	13 629	41 196	-	1 516	56 341
Variação de perímetro	(20)	(2 200)	-	(3)	(2 223)
Transferências e outros movimentos	4 413	(1 814)	-	45	2 645
	<b>(106 674)</b>	<b>(461 499)</b>	<b>-</b>	<b>(18 541)</b>	<b>(586 714)</b>
<b>2019</b>					
Saldo inicial	(130 972)	(617 797)	-	(18 084)	(766 853)
Reclassificação para a rubrica "Direitos de uso de ativos"	19 044	85 989	-	3	105 035
Aumentos do exercício (Nota 7)	(8 490)	(79 634)	-	(1 453)	(89 577)
Perdas de imparidade (Nota 8)	(8 489)	-	-	-	(8 489)
Alienações	297	31 612	-	2 940	34 849
Abates	984	11 904	-	912	13 800
Reavaliações	(184)	1	-	-	(184)
Diferenças cambiais	9 904	23 412	-	574	33 889
Variação de perímetro	(4 764)	3 293	-	-	(1 471)
Transferências e outros movimentos	(182)	3 794	-	(6 057)	(2 446)
	<b>(122 852)</b>	<b>(537 427)</b>	<b>-</b>	<b>(21 168)</b>	<b>(681 446)</b>
<b>Valor líquido</b>					
<b>2020</b>	<b>164 249</b>	<b>163 595</b>	<b>52 155</b>	<b>4 591</b>	<b>384 589</b>
<b>2019</b>	<b>205 932</b>	<b>202 835</b>	<b>47 020</b>	<b>4 241</b>	<b>460 028</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os montantes mais significativos incluídos na rubrica “Ativos tangíveis em curso” referiam-se aos seguintes projetos:

Descrição	2020
Terreno Dry Port Liwonde (Sucursal da MEECA no Malawi)	16 323
Equipamentos diversos (Taticani)	6 022
Hotel Fairmont (Fideicomiso Fairmont Costa Canuva)	3 606
Equipamentos diversos (ME Railway Engineering)	2 901
Equipamentos diversos (Clean Eburnie)	2 438
Terrenos (Citrave)	1 972
Terreno Biske Plaza (ME Real Estate Hungary)	1 156
Estaleiro de Viana (Vista Waste)	695
	<b>35 092</b>

Descrição	2019
Terreno Dry Port Liwonde (Sucursal da MEECA no Malawi)	18 669
Estrutura oficial e ponte rolante (Sucursal da MEECA em Moçambique)	1 667
Terrenos (Citrave)	1 662
Terreno Biske Plaza (ME Real Estate Hungary)	1 246
Estaleiro de Viana (Vista Waste)	1 188
	<b>24 432</b>

A aferição da existência de indícios de imparidade nos ativos tangíveis e a realização dos respetivos testes, se necessários, foram efetuados numa base anual tal como referido na Nota 1.4.v).

Para efeitos de aferição da existência de indícios de imparidade nos ativos tangíveis, foram considerados pelo GRUPO os seguintes indicadores:

- Obsolescência física / técnica do ativo;
- Valor do rácio ativo / EBITDA superior a um determinado parâmetro (em função da tipologia e localização do ativo);
- Alterações nas taxas de juro e nas taxas de remuneração de capital;
- Geração de *cash-flows* negativos; e
- Interrupção / atraso no desenvolvimento / construção dos respetivos ativos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os métodos e os principais pressupostos utilizados na elaboração dos testes de imparidade aos principais ativos tangíveis do GRUPO que evidenciavam indícios de imparidade foram como se segue:

Pressuposto	2020	
	MEEC (a)	Novicer (b)
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	projeções com perpetuidade	projeções com perpetuidade
Período utilizado	5 anos	5 anos
<b>Taxa de crescimento das vendas</b>		
<b>Ano n+1</b>	7,50%	24,01%
<b>Ano n+3</b>	3,75%	11,90%
Taxa de desconto utilizada	7,00%	20,75% (c)
<b>Valor de balanço da UGC</b>	<b>35 135</b>	<b>2 022</b>

(a) Ativos líquidos afetos à atividade de construção da MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, excluindo a atividade de exploração de pedreiras e a venda de apartamentos.

(b) Ativos líquidos afetos à atividade de fabrico de materiais de barro em Angola.

(c) Na avaliação da Novicer, foram utilizadas taxas de desconto diferenciadas para cada período de projeção de forma a incorporar o nível de inflação anual esperado em Angola (entre 16,21% e 28,39%).

Pressuposto	2020
	Malawi Gateway Project (Atividade logística)
Método utilizado	Justo valor menos custos para vender
Base utilizada	projeções para a vida útil estimada dos ativos
Período utilizado	32 anos
Taxa média de crescimento dos cash-flows	8,08%
Taxa de desconto utilizada	14,00%
<b>Valor de balanço da UGC</b>	<b>20 224</b>

Pressuposto	2019	
	MEEC (a)	Novicer (b)
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	projeções com perpetuidade	projeções com perpetuidade
Período utilizado	5 anos	5 anos
<b>Taxa de crescimento das vendas</b>		
<b>Ano n+1</b>	7,50%	12,80%
<b>Ano n+3</b>	1,00%	11,00%
Taxa de desconto utilizada	5,94%	20,52% (c)
<b>Valor de balanço da UGC</b>	<b>78 465</b>	<b>3 194</b>

(a) Ativos líquidos afetos à atividade de construção da MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, excluindo a atividade de exploração de pedreiras e a venda de apartamentos.

(b) Ativos líquidos afetos à atividade de fabrico de materiais de barro em Angola.

(c) Na avaliação da Novicer, foram utilizadas taxas de desconto diferenciadas para cada período de projeção de forma a incorporar o nível de inflação anual esperado em Angola (entre 18,4% e 25,4%).

Pressuposto	2019
	Malawi Gateway Project (Atividade logística)
Método utilizado	Valor de uso
Base utilizada	projeções para a vida útil estimada dos ativos
Período utilizado	33 anos
Taxa média de crescimento dos cash-flows	12,10%
Taxa de desconto utilizada	14,00%
<b>Valor de balanço da UGC</b>	<b>21 020</b>

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os equipamentos da EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL foram objeto de um teste de imparidade em que o valor recuperável dos ativos foi determinado com base no justo valor dos mesmos (apurado de acordo com o método comparativo de mercado) menos os custos de vender, apurado por um perito avaliador externo, tendo o mesmo evidenciado que o seu justo valor era superior em cerca de 9.000 milhares de euros à sua quantia escriturada.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a sensibilidade dos resultados dos testes de imparidade efetuados aos ativos tangíveis aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto, à taxa de crescimento das vendas na perpetuidade e aos *cash-flows* projetados, era como se segue:

		em milhões de euros					
2020		Sensibilidade aos pressupostos-chave					
		Taxa de desconto		Taxa de crescimento das vendas na perpetuidade		Cash-flows projetados	
		0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%
MEEC		(16)	19	15	(13)	9	(9)
Malawi Gateway project		(1 643)	1 761	n.a.	n.a.	1 349	(1 349)
Novicer		(0,3)	0,3	0,2	(0,2)	0,1	(0,1)

		em milhões de euros					
2019		Sensibilidade aos pressupostos-chave					
		Taxa de desconto		Taxa de crescimento das vendas na perpetuidade		Cash-flows projetados	
		0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%
MEEC		(13)	16	13	(10)	7	(7)
Novicer		(0,2)	0,2	0,1	(0,1)	0,2	(0,2)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, caso se tivesse utilizado uma taxa de desconto superior em 0,5%, ou uma taxa de crescimento das vendas na perpetuidade inferior em 0,5% ou projetado *cash-flows* inferiores em 5%, os resultados apurados nos testes acima referidos não originariam o registo de imparidades materiais adicionais.

O valor de uso corresponde à estimativa do valor presente dos fluxos de caixas futuros das respetivas UGC, apurados com base em orçamentos e *business plans* devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do GRUPO, os quais abrangem, em média, um período de cinco anos.

Genericamente, os pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso foram os seguintes: (i) os fluxos de caixa de receitas foram projetados com base no conhecimento histórico do negócio, em análises de mercado, quer em termos de crescimento, quer em termos de quota de mercado, na carteira de encomendas já angariada, bem como nas perspetivas de angariação de novos contratos no futuro, baseadas em probabilidades históricas de sucesso; (ii) a margem operacional foi projetada com base em dados históricos e na experiência e conhecimento da gestão; (iii) os fluxos de caixa após o período de projeção foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento perpétuo similar à taxa de inflação esperada para o mercado onde a participada opera; e (iv) os fluxos de caixa estimados foram descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de custo médio ponderado de capital.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, decorrente dos testes de imparidade efetuados, o GRUPO registou perdas líquidas de imparidade de 8.489 milhares de euros afetas, essencialmente, ao MALAWI GATEWAY PROJECT e a outros ativos fixos localizados no Malawi.

Os terrenos e edifícios (imóveis) do GRUPO estão registados ao seu custo revalorizado, tendo parte dos mesmos sido objeto de reavaliação em 2020 ou em 2019. De acordo com as políticas definidas pelo GRUPO, os imóveis registados na rubrica de ativos tangíveis devem ser reavaliados pelo menos de três em três anos.

As avaliações dos terrenos e edifícios foram efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica de cada imóvel:

a) Método de mercado

O método de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo

O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação / obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas aos imóveis do GRUPO foram na sua grande maioria executadas por entidades independentes e especializadas, as quais, quando sedeadas em Portugal, se encontram credenciadas junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Relativamente às avaliações realizadas aos imóveis localizados em Angola, as mesmas foram executadas igualmente por uma entidade independente e especializada, credenciada junto da Comissão de Mercado de Capitais de Angola e que pertence a um grupo internacional que presta aquele tipo de serviços.

Os *inputs* mais relevantes utilizados nas avaliações dos imóveis acima referidos, foram como se segue:

- Custo do terreno m<sup>2</sup>;
- Custo de construção m<sup>2</sup>;
- Valor de venda por m<sup>2</sup>;
- Valor de renda por m<sup>2</sup>; e
- Taxa de capitalização / desconto.

A informação mais relevante sobre as avaliações realizadas em 2020 e 2019 aos principais imóveis detidos pelo GRUPO pode ser resumida como se segue:

2020				Principais pressupostos		
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Renda m <sup>2</sup> /mês	Taxa de desconto	Preço de venda m <sup>2</sup>
Imóvel em Angola - I	MEA	Método comparativo	22 288	n.a.	n.a.	816,39
Imóvel em Angola - II	MEA e MEECA - Sucursal de Angola	Método comparativo	17 537	n.a.	n.a.	2 481,78
Imóvel em Angola - III	MEA	Método comparativo	10 062	n.a.	n.a.	818,04
Imóvel em Angola - IV	MEECA - Sucursal de Angola	Método comparativo	9 470	n.a.	n.a.	1 425,61
Imóvel Sede - I	MEEC	Método do rendimento	17 435	13,50 €	8,3%	n.a.
Imóvel Sede - II	MEEC	Método do rendimento	11 366	9,78 €	7,0%	n.a.
2019				Principais pressupostos		
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Renda m <sup>2</sup> /mês	Taxa de desconto	Preço de venda m <sup>2</sup>
Imóvel em Angola - I	MEA	Método comparativo	25 097	n.a.	n.a.	919,27
Imóvel em Angola - II	MEA e MEECA - Sucursal de Angola	Método comparativo	19 725	n.a.	n.a.	2 791,53
Imóvel em Angola - III	MEA	Método comparativo	11 376	n.a.	n.a.	924,89

A sensibilidade dos resultados das avaliações efetuadas aos imóveis acima referidos aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto, às rendas m<sup>2</sup>/mês e ao preço de venda por m<sup>2</sup>, pode ser analisada como se segue:

2020				Sensibilidade aos pressupostos-chave				
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Taxa de desconto		Renda m <sup>2</sup> /mês		Preço de venda m <sup>2</sup>	
			0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%	5,0%	-5,0%
Imóvel em Angola - I	MEA	Método comparativo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1 114	(1 114)
Imóvel em Angola - II	MEA e MEECA - Sucursal de Angola	Método comparativo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	877	(877)
Imóvel em Angola - III	MEA	Método comparativo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	503	(503)
Imóvel em Angola - IV	MEECA - Sucursal de Angola	Método comparativo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	474	(474)
Imóvel Sede - I	MEEC	Método do rendimento	(909)	1 025	803	(803)	n.a.	n.a.
Imóvel Sede - II	MEEC	Método do rendimento	(731)	843	548	(548)	n.a.	n.a.
2019				Sensibilidade aos pressupostos-chave				
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Taxa de desconto		Renda m <sup>2</sup> /mês		Preço de venda m <sup>2</sup>	
			0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%	5,0%	-5,0%
Imóvel em Angola - I	MEA	Método comparativo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1 255	(1 255)
Imóvel em Angola - II	MEA e MEECA - Sucursal de Angola	Método comparativo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	986	(986)
Imóvel em Angola - III	MEA	Método comparativo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	569	(569)

Caso venha a ocorrer um aumento do preço de venda por m<sup>2</sup>, das rendas por m<sup>2</sup>/mês ou uma diminuição da taxa de capitalização / desconto, o justo valor dos imóveis virá aumentado. Por outro lado, caso venha a ocorrer uma diminuição do preço de venda por m<sup>2</sup>, das rendas por m<sup>2</sup>/mês ou um aumento da taxa de capitalização / desconto, o justo valor dos imóveis virá diminuído.

Embora as avaliações acima referidas tenham sido realizadas com base em dados e transações de mercado (divulgadas, essencialmente, por agências imobiliárias), a reduzida liquidez das mesmas e as diferentes características de cada imóvel não permitem qualificar o mercado como ativo. Deste modo, o apuramento do justo valor dos imóveis do GRUPO enquadra-se no Nível 3 da IFRS 13.

A quantia escriturada que teria sido reconhecida se os ativos tangíveis do GRUPO tivessem sido registados de acordo com o modelo do custo, seria como se segue:

	Custo histórico	Revalorização	Total
<b>2020</b>			
Terrenos e edifícios			
- Imóveis de uso próprio	55 921	51 086	107 008
- Outros (de natureza industrial ou de reduzido montante)	57 241	-	57 241
Equipamentos	163 053	541	163 595
Ativos tangíveis em curso	52 155	-	52 155
Outros ativos tangíveis	4 588	3	4 591
	<b>332 959</b>	<b>51 630</b>	<b>384 589</b>
<b>2019</b>			
Terrenos e edifícios	151 586	54 346	205 932
Equipamentos	202 283	553	202 835
Ativos tangíveis em curso	47 020	-	47 020
Outros ativos tangíveis	4 238	3	4 241
	<b>405 127</b>	<b>54 901</b>	<b>460 028</b>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, de acordo com avaliações externas efetuadas aos principais equipamentos pesados associados às atividades de construção e mineração, na região de África e no Brasil, o seu justo valor era superior em cerca de 71.000 milhares de euros (valor apurado provisoriamente não auditado) e em 9.000 milhares de euros, respetivamente, ao seu valor líquido contabilístico.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os principais ativos e passivos do GRUPO afetos à exploração de pedreiras eram como se segue:

	2020	2019
<b>Ativo fixo:</b>		
Terrenos em exploração	25 581	24 935
Edifícios afetos à exploração	1 100	1 195
Equipamentos afetos à exploração	4 571	5 000
<b>Inventário:</b>		
Stock de minério	3 638	5 159
Saldos a receber	9 922	8 913
Saldos a pagar	4 557	4 186
	<b>40 255</b>	<b>41 017</b>

Para efeitos de realização de testes de imparidade à quantia escriturada dos ativos líquidos afetos à exploração de pedreiras, o justo valor dos mesmos (apurado com base no valor de uso) foi determinado através do método do rendimento utilizando um modelo de *discounted cash-flows*. No método do rendimento, foram utilizados como *inputs* relevantes as quantidades de inertes a extrair nos próximos exercícios, tendo em consideração a área licenciada e a capacidade de exploração, os respetivos preços de venda, os custos a incorrer com a recuperação paisagística das pedreiras, o valor dos terrenos subjacentes e, adicionalmente, os seguintes pressupostos de índole financeira:

Pressuposto	2020	2019
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Projeções	Projeções
Período utilizado	Período estimado de exploração da respetiva pedreira	Período estimado de exploração da respetiva pedreira
<b>Taxa de crescimento das vendas:</b>		
Ano n+1	Entre 1% e 4%	Entre 0% e 2%
Ano n+3	Entre 1% e 2,5%	0,00%
Crescimento médio anual após n+3	1,00%	1,00%
Taxa de desconto utilizada	7,00%	5,94%

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, caso se tivesse utilizado uma taxa de desconto superior em 0,5%, ou uma taxa de crescimento das vendas média anual inferior em 0,5%, os resultados apurados nos testes acima referidos não originariam o registo de imparidades.

## 17. Direitos de uso de ativos e passivos de locação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe dos direitos de uso de ativos era como se segue:

Direitos de uso de ativos	2020	2019
Terrenos e edifícios	48 954	45 440
Equipamentos	168 175	197 577
Outros ativos tangíveis	1 117	3 394
	<b>218 246</b>	<b>246 411</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe dos passivos de locação era como se segue:

Passivos de locação	2020	2019
Corrente	57 554	69 999
Não corrente	243 707	203 883
	<b>301 261</b>	<b>273 882</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, existiam cerca de 193.300 milhares de euros e 214.500 milhares de euros, respetivamente, de direitos de uso de ativos, cujos ativos foram dados em garantia aos respetivos credores.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o impacto na demonstração consolidada dos resultados dos contratos de locação, foi como se segue:

	2020	2019
<b>Depreciações do exercício (Nota 7):</b>		
Terrenos e edifícios	4 547	3 673
Equipamentos	54 462	54 333
Outros ativos tangíveis	6	430
	<b>59 016</b>	<b>58 436</b>
<b>Juros suportados (Nota 9):</b>		
Juros suportados - Direitos de uso de ativos	10 254	10 286
	<b>10 254</b>	<b>10 286</b>
<b>Rendas (Nota 4):</b>		
Rendas de curta duração, de reduzido valor, variáveis ou associadas a contratos sem ativos de locação identificáveis	98 864	134 215
	<b>98 864</b>	<b>134 215</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os aumentos ocorridos nos direitos de uso de ativos ascenderam a cerca de 40.000 milhares de euros e 43.000 milhares de euros, respetivamente, tendo no exercício de 2019 sido transferidos igualmente cerca de 27.300 milhares de euros para a rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda” afetos à participada TAKARGO.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nos passivos de locação foi como se segue:

	2020	2019
Saldo inicial	273 882	303 935
<b>Transações com impacto em caixa:</b>		
Amortizações e reembolsos de empréstimos	(30 197)	(60 642)
	<b>(30 197)</b>	<b>(60 642)</b>
<b>Transações sem impacto em caixa:</b>		
Variação cambial	(3 934)	837
Contratação de novas operações	61 510	65 490
Transferências e variações de perímetro	-	(35 738)
Saldo final	<b>301 261</b>	<b>273 882</b>

## 18. Investimentos financeiros em empresas associadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe dos investimentos financeiros em empresas associadas era como se segue:

	2020	2019
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina)	31 903	27 638
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica (segmento América Latina)	28 553	29 908
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina)	18 856	25 046
APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina)	13 211	-
Fideicomiso el Capomo (segmento América Latina)	9 401	-
APP Tamaulipas (segmento América Latina)	6 722	4 042
Estradas do Zambeze e participada (segmento África)	-	5 556
Outros	14 959	11 718
	<b>123 606</b>	<b>103 908</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor de balanço dos principais investimentos financeiros em empresas associadas pode ser detalhado como se segue:

2020	Capital próprio da associada <sup>(1)</sup>	% detida	Goodwill	Empréstimos equiparados a investimento líquido	Valor de balanço
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina)	(599)	17%	-	32 503	31 903
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica (segmento América Latina)	(5 064)	29%	-	33 617	28 553
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina)	(5 961)	26%	-	24 817	18 856
APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina)	12 794	19%	417	-	13 211

2019	Capital próprio da associada <sup>(1)</sup>	% detida	Goodwill	Empréstimos equiparados a investimento líquido	Valor de balanço
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica (segmento América Latina)	(5 741)	29%	-	35 649	29 908
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina)	(239)	17%	-	27 876	27 638
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina)	(3 508)	26%	-	28 555	25 046

<sup>(1)</sup> excluindo prestações suplementares e aportes de capital e considerando a percentagem de detenção do Grupo

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nos investimentos financeiros em empresas associadas foi como se segue:

2020	Saldo inicial	Efeito em resultados do exercício	Efeito em reservas <sup>(1)</sup>	Transferências e variações de perímetro	Outros aumentos e diminuições	Saldo final
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina)	27 638	(401)	(3 608)	-	8 275	31 903
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica (segmento América Latina)	29 908	345	(4 415)	(0)	2 715	28 553
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina)	25 046	(2 657)	(3 534)	(0)	0	18 856
APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina)	-	109	5 570	7 532	-	13 211
Fideicomiso el Capomo (segmento América Latina)	-	(9 357)	-	0	18 758	9 401
APP Tamaulipas SAPI (segmento América Latina)	4 042	384	2 296	-	-	6 722
Estradas do Zambeze e participada (segmento África)	5 556	-	(1 864)	(3 693)	-	-
Outros	11 718	4 361	(891)	(228)	(1)	14 959
	<b>103 908</b>	<b>(7 215)</b>	<b>(6 445)</b>	<b>3 611</b>	<b>29 747</b>	<b>123 606</b>

2019	Saldo inicial	Efeito em resultados do exercício	Efeito em reservas <sup>(1)</sup>	Transferências e variações de perímetro	Outros aumentos e diminuições	Saldo final
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica (segmento América Latina)	26 867	(4 146)	471	-	6 716	29 908
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina)	25 347	234	1 462	-	595	27 638
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina)	21 502	(2 669)	789	-	5 425	25 046
Estradas do Zambeze e participada (segmento África)	4 721	881	(46)	-	-	5 556
APP Tamaulipas (segmento América Latina)	-	601	11	(1 647)	5 077	4 042
Outros	11 979	(3 632)	7 001	(3 624)	(6)	11 718
	<b>90 416</b>	<b>(8 732)</b>	<b>9 688</b>	<b>(5 271)</b>	<b>17 807</b>	<b>103 908</b>

<sup>(1)</sup> Inclui essencialmente variações cambiais e variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os principais movimentos ocorridos na rubrica “Transferências e variações de perímetro” foram justificados, essencialmente: (i) pela alteração do método de consolidação da ESTRADAS DO ZAMBEZE, no seguimento da aquisição de controlo ocorrida no ano e (ii) pela alteração do método de consolidação da APP COATZACOALCOS VILLAHERMOSA, no seguimento da perda de controlo ocorrida no ano.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os principais movimentos ocorridos na coluna “Outros aumentos e diminuições” foram justificados, essencialmente, pela realização de aumentos de capital e pela constituição/devolução de aportes de capital nas empresas concessionárias de autoestradas mexicanas (AUTOPISTA URBANA SIERVO DE LA NACION, CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA CARDEL POZA RICA, CONCESSIONARIA AUTOPISTA TUXPAN-TAMPICO, APP TAMAULIPAS) e no FIDEICOMISO EL CAPOMO (em 2020).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a informação resumida sobre os principais investimentos financeiros em empresas associadas, extraída das suas demonstrações financeiras individuais, pode ser analisada como se segue:

2020	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina)	17%	461 181	54 405	35 666	409 150	70 770	90 638	92
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica (segmento América Latina)	29%	292 798	24 724	-	262 086	55 436	39 355	(2 398)
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina)	26%	264 995	26 742	-	254 376	37 361	25 021	(7 649)
APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina)	19%	69 660	40 128	2 310	76 819	30 660	19 924	5 557
2019	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica (segmento América Latina)	29%	304 608	37 573	16 955	267 697	57 529	46 387	(3 533)
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina)	17%	426 541	36 998	50 992	354 184	58 363	86 585	679
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina)	26%	295 369	31 780	6 089	275 898	45 163	53 686	(3 414)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o GRUPO celebrou com uma entidade mexicana um acordo conducente à alienação de duas das suas empresas concessionárias de auto-estradas no México (CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA CARDEL – POZA RICA E CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA TUXPAN TAMPICO). Na sequência daquele acordo, o GRUPO concedeu uma opção de compra à contraparte exercível durante os três anos subsequentes à inauguração das respetivas auto-estradas e aquela atribuiu ao GRUPO uma opção de venda daquelas participações exercível nos dois anos subsequentes à data em que expirem as suas opções de compra. O exercício das opções de venda por parte do GRUPO está dependente do nível de receita gerado pelas auto-estradas e, em caso de exercício, o GRUPO alienará as respetivas participações financeiras pelo seu custo de aquisição acrescido de uma remuneração variável em função do tempo que medeia entre a data de celebração do acordo acima referido e a data de exercício das opções.

Adicionalmente, dado tratarem-se de opções sobre ações de entidades não cotadas e dado que não existem elementos suficientes e fidedignos para se apurar o justo valor das mesmas, este não foi reconhecido nem divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o GRUPO mantinha registado na rubrica “Adiantamentos por conta de vendas de participações financeiras” cerca de 47.400 milhares de euros e 45.500 milhares de euros, respetivamente, recebidos do potencial comprador associados às transações acima referidas (Nota 33).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a informação resumida sobre os principais Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) em que o GRUPO participa, extraída das suas demonstrações financeiras individuais, pode ser analisada como se segue:

2020	País	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital Próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
MESOFER, ACE	Portugal	37%	-	2 073	-	2 073	-	21 843	-
MOTA-ENGL/ACCIONA/ EDIVISA - OBRAS DO APROVEITAMENTO HIDROELÉCTRICO DE ALTO TÁMEGA, A.C.E.	Portugal	43%	-	5 965	513	6 581	(1 130)	3 087	(3)
SOMAGUE, BPC, ENGL, SPIE, ACE - LINHA VERMELHA, ACE	Portugal	24%	-	2 323	-	308	2 016	2 300	2 016

2019	País	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital Próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
MOTA-ENGL/ACCIONA/ EDIVISA - OBRAS DO APROVEITAMENTO HIDROELÉCTRICO DE ALTO TÁMEGA, A.C.E.	Portugal	43%	-	4 703	-	5 830	(1 127)	18 113	(1 625)
MESOFER, ACE	Portugal	38%	-	1 852	-	1 852	-	11 516	-
APROVEITAMENTO HIDROELÉCTRICO DE FOZ TUA	Portugal	33%	-	5 475	2 637	559	2 280	3 465	2 280
PINHAL, ACE	Portugal	54%	-	2 691	454	1 960	278	618	(193)
VENDA NOVA III, ACE	Portugal	28%	-	2 129	1 510	219	400	3	2
VRCLCL, ACE	Portugal	36%	-	2 410	1 352	691	367	-	367

Em 31 de dezembro de 2020, não existem compromissos assumidos, passivos contingentes e restrições materiais quanto à distribuição de fundos por parte das empresas acima referidas.

A relação dos ACE em que o GRUPO participa é apresentada no Apêndice A deste Anexo.

## 19. Investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe dos investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas era como se segue:

	2020	2019
Sistemas Electricos Metropolitanos (segmento América Latina)	13 287	14 349
HL - Sociedade Gestora do Edifício (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	2 749	2 597
Automatriz (segmento África)	459	703
Outros	1 001	2 254
	<b>17 496</b>	<b>19 902</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nos investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas foi como se segue:

2020	Saldo inicial	Efeito em resultados do exercício	Efeito em reservas <sup>(1)</sup>	Transferências e variações de perímetro	Outros aumentos/diminuições	Saldo final
Sistemas Electricos Metropolitanos (segmento América Latina)	14 349	614	(1 676)	-	-	13 287
HL - Sociedade Gestora do Edifício (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	2 597	552	(401)	-	-	2 749
Automatriz (segmento África)	703	33	(276)	-	-	459
Outros	2 254	(33)	195	(1 463)	48	1 001
	<b>19 902</b>	<b>1 166</b>	<b>(2 158)</b>	<b>(1 463)</b>	<b>48</b>	<b>17 496</b>

2019	Saldo inicial	Efeito em resultados do exercício	Efeito em reservas <sup>(1)</sup>	Transferências e variações de perímetro	Outros aumentos/diminuições	Saldo final
Sistemas Electricos Metropolitanos (segmento América Latina)	9 005	4 866	477	-	-	14 349
HL - Sociedade Gestora do Edifício (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	2 675	775	(854)	-	-	2 597
GISA (segmento América Latina)	999	51	27	-	-	1 077
Manvia II Condutas (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	1 143	162	(67)	(165)	-	1 072
Automatriz (segmento África)	676	106	(261)	-	182	703
Outros	482	(251)	82	(209)	-	105
	<b>14 981</b>	<b>5 710</b>	<b>(596)</b>	<b>(374)</b>	<b>182</b>	<b>19 902</b>

<sup>(1)</sup> Inclui essencialmente variações cambiais e variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a informação resumida sobre os principais investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas, extraída das suas demonstrações financeiras individuais, pode ser analisada como se segue:

2020	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
Sistemas Electricos Metropolitanos (segmento América Latina)	26%	53 397	15 812	12 859	34 796	21 554	78 761	4 006
HL - Sociedade Gestora do Edifício (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	50%	4 658	83 156	61 482	20 836	5 497	3 627	1 104
Automatriz (segmento África)	26%	595	6 187	39	6 044	698	6 420	130

2019	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
Sistemas Electricos Metropolitanos (segmento América Latina)	26%	53 119	19 609	4 498	45 298	22 932	88 637	9 733
HL - Sociedade Gestora do Edifício (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	50%	4 405	84 499	64 856	18 853	5 194	3 711	1 551
Automatriz (segmento África)	26%	693	6 609	43	6 132	1 126	5 257	415
Manvia II Condutas (segmento Outros, eliminações e intragrupos)	45%	858	6 927	53	5 410	2 321	6 846	359
GISA (segmento América Latina)	25%	4 045	2 936	-	2 727	4 255	6 255	208

Por outro lado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o GRUPO desenvolveu diversas operações conjuntas com parceiros, nomeadamente através de consórcios (Nota 1.3.d), os quais se encontram elencados no Apêndice A deste anexo. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a informação resumida sobre as principais operações conjuntas desenvolvidas pelo GRUPO, integradas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas na proporção dos ativos e passivos e gastos e rendimentos que lhe são contratualmente alocáveis, extraída das suas demonstrações financeiras individuais, pode ser analisada como se segue:

2020	Pais	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital Próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
CCPSM-Consorcio Constructor Del Puert o de San Martin	Peru	33%	46	3 101	-	647	2 501	25 950	7 479
BEME VOF	Holanda	50%	-	16 415	-	15 509	906	15 616	1 037
Consorcio Puentes de Loreto	Peru	34%	1 547	15 586	174	12 512	4 447	15 492	2 876
Consorcio Vial Vizcachane	Peru	50%	197	1 332	-	829	699	4 009	798
Consorcio Vial Acobamba	Peru	50%	81	796	-	162	714	2 737	690
2019	Pais	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital Próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
CCPSM-Consorcio Constructor Del Puert o de San Martin	Peru	33%	3 011	20 308	-	20 995	2 324	78 631	8 368
Consorcio Puentes de Loreto	Peru	34%	2 173	21 304	1 362	18 533	3 582	34 512	4 214
Consorcio Vial Vizcachane	Peru	50%	272	3 721	230	2 092	1 670	6 380	1 866
Consorcio Conservacion Vial Santa Rosa	Peru	50%	329	5 901	11	1 875	4 344	4 681	1 564
Consorcio Mota-Engil Dominicana SAS/EMCA	República Dominicana	42%	1	4 342	-	3 771	572	3 711	314

Em 31 de dezembro de 2020, não existem compromissos assumidos, passivos contingentes e restrições materiais quanto à distribuição de fundos por parte das empresas acima referidas.

## 20. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe dos outros investimentos financeiros era como se segue:

	2020	2019
<b>Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado</b>		
<b>Não correntes</b>		
Títulos de dívida pública de Angola	156 463	201 118
Títulos de dívida pública da Costa do Marfim	12 143	10 960
Títulos de dívida pública de Moçambique	9 310	-
	<b>177 915</b>	<b>212 078</b>
<b>Correntes</b>		
Títulos de dívida pública de Angola	20 388	8 741
Títulos de dívida pública da Costa do Marfim	-	1 827
Títulos de dívida pública de Moçambique	700	-
	<b>21 088</b>	<b>10 568</b>
	<b>199 003</b>	<b>222 646</b>
<b>Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral</b>		
BAI-Banco Angolano de Investimentos	30 796	40 776
STI	3 904	5 144
Auto - Sueco Angola	2 724	2 724
Concessionária Alternativa Vialles	82	1 480
Outros	5 169	3 964
	<b>42 675</b>	<b>54 088</b>

### Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os títulos de dívida pública de Angola e de Moçambique, detidos no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais, bem como para assegurar uma proteção ao risco cambial e permitir uma gestão de tesouraria adequada em moeda local, apresentavam as seguintes características:

2020	Montante (Valor nominal)	Taxa de juro	Maturidade de acordo com o valor de balanço			
			1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos
Obrigações do Tesouro Angolanas em Kwanzas	52 477	12% - 16,5%	16 588	24 996	5 166	-
Obrigações do Tesouro Angolanas em Kwanzas indexados ao USD	75 411	0	1 893	66 825	-	-
Obrigações do Tesouro Angolanas em USD	68 862	0	1 329	2 964	57 090	-
Obrigações do Tesouro Moçambicano em Meticals	15 123	variável	700	1 617	1 630	6 063
	<b>211 872</b>		<b>20 510</b>	<b>96 402</b>	<b>63 886</b>	<b>6 063</b>
Diferencial entre o valor nominal e o custo amortizado e perdas de imparidade acumuladas	(25 011)					
Valor de balanço	<b>186 861</b>					

2019	Montante (Valor nominal)	Taxa de juro	Maturidade de acordo com o valor nominal			
			1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos
Obrigações do Tesouro Angolanas em Kwanzas	59 930	12% - 16,5%	2 353	42 497	15 080	-
Obrigações do Tesouro Angolanas em Kwanzas indexados ao USD	88 347	5%	6 387	12 888	69 071	-
Obrigações do Tesouro Angolanas em USD	74 589	5%	-	-	74 589	-
	<b>222 866</b>		<b>8 741</b>	<b>55 386</b>	<b>158 740</b>	<b>-</b>
Diferencial entre o valor nominal e o custo amortizado e perdas de imparidade acumuladas	(13 007)					
<b>Valor de balanço</b>	<b>209 859</b>					

O pagamento dos juros e o reembolso de capital das obrigações emitidas em Kwanzas indexadas ao USD irá ser realizado em kwanzas, mas indexado à taxa de câmbio do USD em vigor na data de liquidação.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, parte dos títulos acima referidos no montante de, aproximadamente, 110.000 milhares de euros e 43.000 milhares de euros (valores nominais), respetivamente, encontravam-se a colateralizar empréstimos bancários e garantias bancárias obtidos em Angola.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os títulos de dívida pública da Costa do Marfim não eram transacionados em mercado regulamentado mas até à data de aprovação das respetivas demonstrações financeiras consolidadas tinham sido integralmente alienados pelo seu valor nominal.

#### *Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral*

O GRUPO adquiriu em exercícios anteriores uma participação financeira de 3% no BAI – Banco Angolano de Investimentos, S.A.. Com referência a 31 de dezembro de 2020, o GRUPO apurou o justo valor daquele investimento financeiro através do recurso a múltiplos de transações de mercado ocorridas nos últimos anos em Angola e no continente africano (*Price-to-Book Value* e *Price to Earnings*), utilizando um universo de 24 transações ocorridas em mercados com restrições de capital estrangeiro (15 no exercício de 2019). O justo valor final apurado correspondeu à média simples dos dois múltiplos acima referidos.

Como resultado dos cálculos acima indicados, o GRUPO, nos exercícios de 2020 e 2019, reduziu o justo valor daquele investimento financeiro em 9.976 milhares de euros e 6.200 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2020, caso a média do *Price-to-Book Value* e do *Price to Earnings* fosse superior ou inferior a 10%, o justo valor do investimento financeiro no BAI viria aumentado ou diminuído em 3.080 milhares de euros (4.080 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019), respetivamente.

Adicionalmente, para os restantes ativos financeiros incluídos nesta rubrica (ações em empresas não cotadas), o Conselho de Administração do GRUPO entendeu que o seu custo de aquisição, deduzido, se necessário, das respetivas perdas de imparidade identificadas, correspondia à melhor estimativa do seu justo valor em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nos outros investimentos financeiros foi como se segue:

	2020	
	Ao custo amortizado	Ao justo valor
Saldo em 1 de janeiro de 2020	222 646	54 088
Aumentos	60 501	-
Reembolsos	(47 329)	-
Variação de justo valor	-	(9 976)
Perdas de imparidade (Nota 8)	(8 008)	-
Variações cambiais e outros	(28 806)	(1 437)
	<b>199 003</b>	<b>42 675</b>

	2019	
	Ao custo amortizado	Ao justo valor
Saldo em 1 de janeiro de 2019	166 363	59 224
Aumentos	74 197	2 616
Reembolsos	(21 399)	-
Variação do justo valor	-	(6 200)
Alienações (Rutas Del Este)	-	(1 546)
Variações cambiais e outras	3 485	(6)
	<b>222 646</b>	<b>54 088</b>

De acordo com o modelo geral de apuramento de perdas de imparidade previsto na IFRS-9 para ativos financeiros, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o GRUPO registou cerca de 8.000 milhares de euros de perdas de imparidade estimadas para os títulos de dívida pública que detinha em carteira.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o GRUPO recebeu cerca de 61.000 milhares de euros de obrigações do tesouro de Angola, de Moçambique e da Costa do Marfim como forma de liquidação de contas a receber que o mesmo mantinha com entidades públicas daqueles países.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o GRUPO recebeu cerca de 68.000 milhares de euros de obrigações do tesouro de Angola e da Costa do Marfim como forma de liquidação de contas a receber que o mesmo mantinha com entidades públicas daqueles países.

## 21. Propriedades de investimento

A informação relativa às propriedades de investimento, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	2020	2019
Europa Engenharia e Construção	42 195	42 542
Europa Ambiente e Serviços	3 383	3 710
África	27 463	31 616
América Latina	85 524	83 886
Outros, eliminações e intragrupo	15 000	-
	<b>173 565</b>	<b>161 753</b>

O movimento ocorrido nas propriedades de investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser analisado como se segue:

	2020	2019
Saldo inicial	161 753	133 685
Aumentos	185	1 680
Variação de justo valor (Nota 6)	16 628	50 056
Alienações	(1 316)	-
Diferenças cambiais	(20 793)	(10 475)
Variação de perímetro	15 000	-
Transferências e outros movimentos	2 108	(13 193)
	<b>173 565</b>	<b>161 753</b>

A variação de justo valor ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi justificada, essencialmente, por três terrenos no México e por um terreno em Angola mas deverá ser analisada em conjunto com a rubrica de diferenças cambiais.

A variação de justo valor ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi justificada, essencialmente, pela valorização de dois terrenos no México e de um terreno em Angola mas deverá ser analisada em conjunto com a rubrica de diferenças cambiais.

As diferenças cambiais ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 tiveram a sua origem, essencialmente, nos terrenos detidos pelo GRUPO no México e em Angola.

As diferenças cambiais ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tiveram a sua origem, essencialmente, no terreno detido pelo GRUPO em Angola.

As transferências e outros movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram justificados, essencialmente, pela alteração do método de consolidação da participada LOGZ, no seguimento da aquisição de 70% do seu capital social (Nota 42).

As transferências e outros movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram justificados, essencialmente, pela consideração da participada MERCADO URBANO (e dos seus ativos e passivos) como um ativo não corrente detido para venda (Nota 28).

As propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em fase de construção, são registadas pelo seu justo valor determinado anualmente com referência à data de relato por peritos independentes especializados.

Em 31 de dezembro de 2020, exceto para uma das propriedades de investimento no México, no montante de cerca de 17.600 milhares de euros, em que se está a desenvolver com um parceiro um projeto de desenvolvimento turístico, não existem outras obrigações de construção, melhoria ou desenvolvimento relativamente às propriedades de investimento detidas pelo GRUPO.

Os resultados gerados com propriedades de investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser analisados como se segue:

	2020			
	Valor do ativo	Rendimentos de rendas	Ganhos/perdas de variação de justo valor (Nota 6)	Perdas por imparidade
<b>Em Portugal</b>				
Imóvel em Matosinhos	33 180	1 235	79	-
Terreno Logz	15 000	-	-	-
Imóvel Mota Galiza	8 319	280	364	-
Outras	4 079	6	-	-
	<b>60 578</b>	<b>1 521</b>	<b>444</b>	<b>-</b>
<b>Fora de Portugal</b>				
Terrenos no México	67 042	-	13 166	-
Terreno em Luanda	25 717	-	4 535	-
Terreno no Peru	14 213	-	(888)	-
Outras	6 016	-	(629)	-
	<b>112 987</b>	<b>-</b>	<b>16 185</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>173 565</b>	<b>1 521</b>	<b>16 628</b>	<b>-</b>

	2019		
	Valor do ativo	Rendimentos de rendas	Ganhos/perdas de variação de justo valor (Nota 6)
<b>Em Portugal</b>			
Imóvel em Matosinhos	33 103	1 492	(2 395)
Mercado do Bom Sucesso	-	1 126	(1 842)
Imóvel Mota Galiza	8 674	351	-
Outras	4 474	6	-
	<b>46 251</b>	<b>2 975</b>	<b>(4 237)</b>
<b>Fora de Portugal</b>			
Terrenos no México	62 843	-	39 221
Terreno em Luanda	29 088	-	14 447
Terreno no Peru	16 431	-	(633)
Outras	7 140	-	1 258
	<b>115 501</b>	<b>-</b>	<b>54 292</b>
<b>Total</b>	<b>161 753</b>	<b>2 975</b>	<b>50 056</b>

Em 31 de dezembro de 2020, a propriedade de investimento localizada em Matosinhos encontrava-se a colateralizar empréstimos obtidos no montante de cerca de 17.000 milhares de euros.

As avaliações das propriedades de investimento foram efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica de cada imóvel:

a) Método de mercado

O método de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos foram executadas por entidades independentes e especializadas, as quais, para os imóveis localizados em Portugal, se encontram credenciadas junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Para as principais propriedades de investimento detidas pelo GRUPO, o seu justo valor foi apurado tendo em consideração os seguintes *inputs* relevantes:

- Taxa de ocupação;
- Custo do terreno m<sup>2</sup>;
- Custo de construção m<sup>2</sup>;
- Preço de venda m<sup>2</sup>;
- Valor de renda m<sup>2</sup>; e
- Taxa de capitalização / desconto.

A informação mais relevante sobre as avaliações realizadas em 2020 e 2019 às principais propriedades de investimento detidas pelo GRUPO pode ser resumida como se segue:

2020					Principais pressupostos			
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Preço de venda m <sup>2</sup>	Renda m <sup>2</sup> /mês	Custo de construção m <sup>2</sup>	Taxa de desconto	
Imóvel em Matosinhos	MERE	Cash-flows descontados	33 180	1 732,59 €	n.a.	473,35 €	9,6%	
Imóvel Mota Galiza	MERE	Método do rendimento	8 319	n.a.	4,44 €	n.a.	7,4%	
Terreno no Peru	Promotora e Imobiliária Santa Clara	Método comparativo	14 213	134,65 €	n.a.	n.a.	n.a.	
Terreno em Luanda	MEA	Método comparativo	25 717	187,42 €	n.a.	n.a.	n.a.	
Terrenos no México - Lote I	ME Turismo	Método comparativo	20 726	444,17 €	n.a.	n.a.	n.a.	
Terrenos no México - Lote II	ME Turismo	Método comparativo	18 061	294,01 €	n.a.	n.a.	n.a.	
Terrenos no México - Lote III	ME Turismo	Cash-flows descontados	17 625	7 100,78 €	n.a.	3 821,39 €	18,5%	
Terrenos no México - Lote IV	ME Turismo	Método comparativo	10 630	980,65 €	n.a.	n.a.	n.a.	

2019					Principais pressupostos			
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Preço de venda m <sup>2</sup>	Renda m <sup>2</sup> /mês	Custo de construção m <sup>2</sup>	Taxa de desconto	
Imóvel em Matosinhos	MERE	Cash-flows descontados	33 103	1 683,76 €	n.a.	473,35 €	9,4%	
Imóvel Mota Galiza	MERE	Método do rendimento	8 674	n.a.	4,17 €	n.a.	7,5%	
Terreno no Peru	Promotora e Imobiliária Santa Clara	Método comparativo	16 431	155,66 €	n.a.	n.a.	n.a.	
Terreno em Luanda	MEA	Método comparativo	29 088	212,57 €	n.a.	n.a.	n.a.	
Terrenos no México - Lote I	ME Turismo	Cash-flows descontados	20 062	7 667,37 €	n.a.	4 366,33 €	16,2%	
Terrenos no México - Lote II	ME Turismo	Método comparativo	20 563	334,90 €	n.a.	n.a.	n.a.	

Adicionalmente, pese embora considerem os valores acima os mais representativos do justo valor dos ativos avaliados, os avaliadores externos nos seus relatórios de avaliação mencionam a existência de uma incerteza relevante quanto aos eventuais impactos que a pandemia Covid-19 poderá provocar no futuro nos preços dos ativos imobiliários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o apuramento do justo valor do terreno da LOGZ foi determinado através de uma proposta de alienação recebida.

A sensibilidade dos resultados das avaliações efetuadas às propriedades de investimento aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto, ao preço de venda m<sup>2</sup>, ao custo de construção m<sup>2</sup> e às rendas m<sup>2</sup>/mês, foi como se segue (impacto no justo valor dos imóveis):

2020				Sensibilidade aos pressupostos-chave							
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Taxa de desconto		Preço de venda m <sup>2</sup>		Custo de construção m <sup>2</sup>		Renda m <sup>2</sup> /mês		
			0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%	5,0%	-5,0%	5,0%	-5,0%	
Imóvel em Matosinhos	MERE	Cash-flows descontados	(1 967)	2 086	8 041	(8 041)	(6 287)	6 287	n.a.	n.a.	
Imóvel Mota Galiza	MERE	Método do rendimento	(524)	599	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	415	(415)	
Terreno no Peru	Promotora e Imobiliária Santa Clara	Método comparativo	n.a.	n.a.	711	(711)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Terreno em Luanda	MEA	Método comparativo	n.a.	n.a.	1 282	(1 282)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Terrenos no México - Lote I	ME Turismo	Cash-flows descontados	(1 649)	1 704	6 836	(6 836)	(5 883)	5 883	n.a.	n.a.	
Terrenos no México - Lote II	ME Turismo	Método comparativo	n.a.	n.a.	896	(896)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Terrenos no México - Lote III	ME Turismo	Método comparativo	n.a.	n.a.	823	(823)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Terrenos no México - Lote IV	ME Turismo	Método comparativo	n.a.	n.a.	520	(520)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	

2019				Sensibilidade aos pressupostos-chave							
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Taxa de desconto		Preço de venda m <sup>2</sup>		Custo de construção m <sup>2</sup>		Renda m <sup>2</sup> /mês		
			0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%	5,0%	-5,0%	5,0%	-5,0%	
Imóvel em Matosinhos	MERE	Cash-flows descontados	(1 894)	2 000	8 757	(8 757)	(6 996)	6 996	n.a.	n.a.	
Imóvel Mota Galiza	MERE	Método do rendimento	(559)	645	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	433	(433)	
Terreno no Peru	Promotora e Imobiliária Santa Clara	Método comparativo	n.a.	n.a.	822	(822)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Terreno em Luanda	MEA	Método comparativo	n.a.	n.a.	1 454	(1 454)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Terrenos no México - Lote I	ME Turismo	Cash-flows descontados	(1 818)	1 894	7 020	(7 020)	(4 934)	4 934	n.a.	n.a.	
Terrenos no México - Lote II	ME Turismo	Método comparativo	n.a.	n.a.	1 028	(1 028)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	

Caso venha a ocorrer um aumento dos preços de venda por m<sup>2</sup>, das rendas por m<sup>2</sup>/mês ou uma diminuição da taxa de capitalização / desconto ou do custo de construção m<sup>2</sup>, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso venha a ocorrer uma diminuição dos preços de venda por m<sup>2</sup>, das rendas por m<sup>2</sup>/mês ou um aumento da taxa de capitalização / desconto ou do custo de construção m<sup>2</sup>, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

Embora as avaliações acima referidas tenham sido realizadas com base em dados e transações de mercado (divulgadas, essencialmente, por agências imobiliárias), a reduzida liquidez das mesmas e as diferentes características de cada imóvel não permitem qualificar o mercado como ativo. Deste modo, o apuramento do justo valor das propriedades de investimento do GRUPO enquadra-se no Nível 3 da IFRS 13.

## 22. Inventários

A informação relativa aos inventários, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	2020	2019
<b>Valor bruto:</b>		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	98 882	120 722
Produtos e trabalhos em curso	73 828	126 286
Produtos acabados	11 612	13 438
Mercadorias	82 774	92 065
Adiantamentos por conta de compras	10 838	9 637
	<b>277 934</b>	<b>362 149</b>
<b>Ajustamentos em inventários:</b>		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	(3 463)	(3 117)
Produtos e trabalhos em curso	(11 285)	(12 024)
Produtos acabados	(2 575)	(2 801)
Mercadorias	(8 391)	(11 608)
	<b>(25 714)</b>	<b>(29 550)</b>
	<b>252 220</b>	<b>332 599</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” incluía, essencialmente, materiais de construção localizados em África (cerca de 72.000 milhares de euros e 85.000 milhares de euros, respetivamente), em Portugal (cerca de 14.000 milhares de euros e 10.000 milhares de euros, respetivamente) e na Polónia (cerca de 4.300 milhares de euros e 7.000 milhares de euros, respetivamente).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica “Produtos e trabalhos em curso” referia-se, essencialmente, a projetos imobiliários em desenvolvimento na Polónia e a projetos imobiliários a desenvolver em Portugal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a redução ocorrida na rubrica de “Produtos e trabalhos em curso” deveu-se, essencialmente, à conclusão e à alienação de diversas frações de apartamentos em três projetos imobiliários na Polónia.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica “Mercadorias” referia-se, essencialmente, a projetos imobiliários localizados em Portugal cujo destino é a comercialização.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Inventários” incluía cerca de 126.800 milhares de euros e 177.000 milhares de euros, respetivamente, associados a projetos imobiliários.

Em 31 de dezembro de 2020, a porção de inventários que se espera virem a ser realizados num prazo superior a 12 meses ascende a cerca de 157.000 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2020, existem alguns imóveis registados na rubrica de inventários que se encontram a colateralizar empréstimos obtidos no montante de cerca de 18.700 milhares de euros.

O movimento ocorrido nos ajustamentos em inventários, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisado como se segue:

	2020	2019
Saldo inicial	29 550	31 592
Aumentos (Nota 8)	1 574	3 644
Reduções (Nota 8)	(464)	(1 138)
Utilizações	(4 083)	-
Transferências, cambial e variação de perímetro	(863)	(4 548)
	<b>25 714</b>	<b>29 550</b>

Para efeitos de aferição do valor realizável líquido dos inventários, nomeadamente dos imóveis, foram utilizadas as metodologias de avaliação descritas na Nota 16.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a informação mais relevante sobre as avaliações efetuadas aos principais imóveis (classificados em inventários) detidos pelo GRUPO pode ser resumida como se segue:

2020	Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Principais pressupostos			
					Custo de construção m <sup>2</sup>	Preço de venda m <sup>2</sup>	Renda m <sup>2</sup> /mês	Taxa de desconto
	Projeto imobiliário - Portugal	MERE	Cash-flows descontados	37 629	528,92 €	3 055,38 €	n.a.	9,9%
	Projeto imobiliário - Polónia - V	MECE	Cash-flows descontados	11 137	1 577,42 €	1 902,60 €	n.a.	6,4%
	Projeto imobiliário - Polónia - VI	MECE	Cash-flows descontados	8 170	2 051,64 €	2 275,18 €	n.a.	6,5%
	Projeto imobiliário - Polónia - I	MECE	Cash-flows descontados	7 992	859,06 €	1 858,53 €	n.a.	6,4%
	Projeto imobiliário - Polónia - II	MECE	Cash-flows descontados	6 483	817,05 €	2 180,42 €	n.a.	6,6%

2019	Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Principais pressupostos			
					Custo de construção m <sup>2</sup>	Preço de venda m <sup>2</sup>	Renda m <sup>2</sup> /mês	Taxa de desconto
	Projeto imobiliário - Portugal	MERE	Cash-flows descontados	37 378	526,45 €	2 941,32 €	n.a.	9,7%
	Projeto imobiliário - Polónia - I	MECE	Cash-flows descontados	25 984	846,21 €	1 587,78 €	n.a.	6,4%
	Projeto imobiliário - Polónia - II	MECE	Cash-flows descontados	25 117	954,55 €	2 097,09 €	n.a.	6,5%
	Projeto imobiliário - Polónia - III	MECE	Cash-flows descontados	15 366	n.a.	1 211,94 €	n.a.	6,4%
	Projeto imobiliário - Polónia - IV	MECE	Cash-flows descontados	10 652	368,15 €	1 109,81 €	n.a.	6,7%

A sensibilidade dos resultados das avaliações efetuadas aos imóveis acima referidos aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto, ao custo de construção m<sup>2</sup> e ao preço de venda m<sup>2</sup>, foi como se segue (impacto no justo valor dos imóveis):

2020	Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Sensibilidade aos pressupostos-chave						
				Taxa de desconto		Custo de construção m <sup>2</sup>		Preço de venda m <sup>2</sup>		
				0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%	5,0%	-5,0%	
	Projeto imobiliário - Portugal	MERE	Cash-flows descontados	(2 045)	2 175	31	(3 226)	3 226	5 162	(5 162)
	Projeto imobiliário - Polónia - V	MECE	Cash-flows descontados	(31)		n.a.	n.a.	n.a.	575	(575)
	Projeto imobiliário - Polónia - VI	MECE	Cash-flows descontados	(73)		56	(327)	327	718	(718)
	Projeto imobiliário - Polónia - I	MECE	Cash-flows descontados	(17)		17	(6)	6	405	(405)
	Projeto imobiliário - Polónia - II	MECE	Cash-flows descontados	(7)		7	n.a.	n.a.	336	(336)

2019	Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Sensibilidade aos pressupostos-chave						
				Taxa de desconto		Custo de construção m <sup>2</sup>		Preço de venda m <sup>2</sup>		
				0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%	5,0%	-5,0%	
	Projeto imobiliário - Portugal	MERE	Cash-flows descontados	(1 956)	2 076	2 076	(3 569)	3 569	5 499	(5 499)
	Projeto imobiliário - Polónia - I	MECE	Cash-flows descontados	(182)	183		n.a.	n.a.	1 311	(1 311)
	Projeto imobiliário - Polónia - II	MECE	Cash-flows descontados	(404)	408		(841)	841	284	(284)
	Projeto imobiliário - Polónia - III	MECE	Cash-flows descontados	(75)	75		(124)	124	1 449	(1 449)
	Projeto imobiliário - Polónia - IV	MECE	Cash-flows descontados	(26)	26		n.a.	n.a.	778	(778)

## 23. Clientes e outros devedores

A informação relativa a clientes e outros devedores, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	Não correntes		Correntes	
	2020	2019	2020	2019
<b>Clientes, conta corrente</b>				
Valor bruto				
Europa Engenharia e Construção	6 435	4 801	135 927	182 005
Europa Ambiente e Serviços	633	428	100 321	90 693
África	41 876	2 243	515 805	593 590
América Latina	124	46	164 103	177 145
Outros, eliminações e intragrupo	(62)	(73)	(49 521)	(40 556)
	<b>49 006</b>	<b>7 447</b>	<b>866 634</b>	<b>1 002 878</b>
Perdas de imparidade acumuladas	(50)	(62)	(193 985)	(181 714)
	<b>48 956</b>	<b>7 385</b>	<b>672 650</b>	<b>821 164</b>
<b>Clientes, títulos a receber</b>	-	-	15	15
<b>Total de clientes</b>	<b>48 956</b>	<b>7 385</b>	<b>672 665</b>	<b>821 179</b>
<b>Empresas associadas, participadas e participantes</b>				
Valor bruto	23 545	48 627	2 607	6 026
Perdas de imparidade acumuladas	(3 567)	(3 663)	-	-
	<b>19 978</b>	<b>44 964</b>	<b>2 607</b>	<b>6 026</b>
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>	-	-	31 483	43 930
<b>Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o Rendimento)</b>	6 762	6 252	48 105	50 527
<b>Outros</b>				
Valor bruto				
Europa Engenharia e Construção	3 128	4 332	363 769	282 388
Europa Ambiente e Serviços	795	9	71 803	78 480
África	75 108	90 836	134 161	88 663
América Latina	40 707	48 622	38 614	54 663
Outros, eliminações e intragrupo	4	8 014	(379 237)	(321 919)
	<b>119 743</b>	<b>151 813</b>	<b>229 110</b>	<b>182 274</b>
Perdas de imparidade acumuladas	(19 011)	(25 982)	(42 293)	(44 476)
	<b>100 732</b>	<b>125 831</b>	<b>186 818</b>	<b>137 799</b>
<b>Total de outros devedores</b>	<b>127 472</b>	<b>177 047</b>	<b>269 013</b>	<b>238 283</b>
<b>Total de clientes e outros devedores</b>	<b>176 428</b>	<b>184 433</b>	<b>941 678</b>	<b>1 059 462</b>

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da rubrica “Clientes, conta corrente – Valor bruto – África” inclui cerca de 45.000 milhares de euros (dos quais 38.000 milhares de euros classificados como não correntes) associados a uma concessão de exploração de um aterro sanitário na Costa do Marfim. Esta concessão foi atribuída pelo Estado da Costa do Marfim por um prazo de 7 anos à CLEAN EBURNIE, e a empresa participada tem um direito incondicional de receber uma renda mensal como contrapartida da construção do referido aterro.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica “Empresas associadas, participadas e participantes” referia-se, essencialmente, a suprimentos concedidos a empresas associadas do GRUPO.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da rubrica “Outros – Valor bruto – África – Não correntes” referia-se, essencialmente, a uma conta a receber da MOTA-ENGIL CONSTRUCTION SOUTH ÁFRICA, a qual, no seguimento do seu processo de alienação, viu o seu plano de reembolso modificado (5 prestações anuais iguais de 17 milhões de euros a partir de junho de 2021). Adicionalmente, em virtude daquela conta a receber não vencer juros, o GRUPO registou no ano de 2019 uma perda de imparidade de cerca de 23.000 milhares de euros para fazer face ao efeito temporal do dinheiro. Em 31 de dezembro de 2020, 68.000 milhares de euros daquela conta a receber encontram-se classificados como não correntes e 17.000 milhares de euros encontram-se classificados como correntes. Por outro lado, naquela data, as imparidades constituídas para aquela conta a receber ascendiam a 17.000 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica “Outros – Valor bruto – América Latina – Não correntes”, referia-se, essencialmente, a saldos a receber dos parceiros do GRUPO na América Latina, os quais vencem juros.

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade acumuladas de clientes e outros devedores, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisado como se segue:

	2020	2019
<b>Clientes e outros devedores:</b>		
Saldo inicial	255 897	228 782
Aumentos (Nota 8)	37 717	25 683
Reduções (Nota 8)	(9 002)	(31 217)
Utilizações	(1 943)	(1 260)
Transferências, cambial e variação de perímetro	(23 762)	33 909
	<b>258 907</b>	<b>255 897</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de “Transferências, cambial e variação de perímetro” inclui cerca de 8.600 milhares de euros associados a variações cambiais originadas, essencialmente, por empresas / entidades localizadas em Angola.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a rubrica “Transferências, cambial e variação de perímetro” incluía uma perda de imparidade de cerca de 23.000 milhares de euros associada à alienação da MOTA-ENGIL CONSTRUCTION SOUTH ÁFRICA a qual foi registada por contrapartida da menos valia gerada com aquela transação.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram reconhecidas perdas de imparidade esperadas para contas a receber, as quais foram estimadas utilizando uma matriz de incobabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do GRUPO nos últimos cinco anos, ajustada por fatores específicos atribuíveis aos devedores, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro (Nota 45). Adicionalmente, naquelas datas, foram igualmente registados ajustamentos às contas a receber por perdas de imparidade incorridas quando ocorrerem indicadores objetivos de que o GRUPO não iria receber integralmente os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Os ajustamentos foram apurados considerando a antiguidade das contas a receber, o perfil de risco do devedor, bem como a sua situação económico-financeira. Por outro lado, para as contas a receber cujo momento expectável de realização excede o prazo de um ano, o GRUPO procedeu à atualização financeira desses saldos (considerando um prazo entre um e dois anos adicionais para recuperar a dívida) e taxas de atualização entre os 7% e os 25% no segmento de África (7% e 8% no exercício de 2019) e de 11,8% no segmento da América Latina (11,2% no exercício de 2019).

A exposição do GRUPO ao risco de crédito é atribuível, sobretudo, às contas a receber associadas à sua atividade operacional.

Por outro lado, é convicção do Conselho de Administração do GRUPO de que o montante pelo qual aqueles ativos se encontram registados na demonstração consolidada da posição financeira se aproxima do seu justo valor.

O GRUPO não cobra qualquer encargo de juros enquanto os prazos de pagamento definidos com os seus clientes estejam a ser cumpridos (normalmente inferiores a 1 ano). Findos esses prazos, são cobrados os juros que estiverem definidos contratualmente, ou de acordo com a lei em vigor e aplicável a cada situação.

## 24. Ativos associados a contratos com clientes

A informação relativa aos ativos associados a contratos com clientes por segmento operacional, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	2020		2019	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Europa - Engenharia e Construção	-	55 799	-	56 573
Europa - Ambiente e Serviços	-	11 862	-	14 072
África	-	297 974	-	191 302
América Latina	-	297 783	-	306 367
Outros	-	5 464	-	47
	-	<b>668 882</b>	-	<b>568 360</b>

O movimento ocorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 nos ativos e nos passivos associados a contratos com clientes, excluindo a componente de adiantamentos, pode ser analisado como se segue:

<b>Saldo em 1 de janeiro de 2020</b>	<b>543 625</b>
Transferências para a rubrica de clientes e outros devedores	(465 367)
Aumentos resultantes do cumprimento de novas obrigações de desempenho ainda não faturadas	599 206
Alterações às estimativas formuladas em exercícios anteriores	(17 124)
Diferenças cambiais, variações de perímetro e outras	(20 213)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>640 126</b>
Ativos associados a contratos com clientes	668 882
Passivos associados a contratos com clientes - Proveitos diferidos (Nota 34)	(28 756)
	<b>640 126</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019</b>	<b>468 939</b>
Transferências para a rubrica de clientes e outros devedores	(408 855)
Aumentos resultantes do cumprimento de novas obrigações de desempenho ainda não faturadas	581 630
Alterações às estimativas formuladas em exercícios anteriores	(52 637)
Diferenças cambiais, variações de perímetro e outras	(45 452)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>543 625</b>
Ativos associados a contratos com clientes	568 360
Passivos associados a contratos com clientes - Proveitos diferidos (Nota 34)	(24 736)
	<b>543 625</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as alterações às estimativas formuladas em exercícios anteriores foram justificadas, essencialmente, pela negativa, pelos mercados do Brasil, Angola, Uganda e Malawi e, pela positiva, pelo mercado do México.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as alterações às estimativas formuladas em exercícios anteriores foram justificadas, essencialmente: (i) pela rescisão unilateral de um contrato na Colômbia; (ii) pela interrupção / adiamento da execução de três contratos (dois no Brasil e um em Angola) a pedido dos respetivos clientes com impacto negativo nos custos totais estimados para completar os mesmos; e (iii) pelos atrasos verificados nas expropriações (da responsabilidade do cliente) em dois contratos no México, os quais provocaram igualmente uma deterioração da margem estimada.

## 25. Outros ativos

A informação relativa aos outros ativos, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	Não correntes		Correntes	
	2020	2019	2020	2019
<b>Acréscimos de rendimentos</b>				
Juros a receber	-	-	3 422	5 868
	-	-	3 422	5 868
<b>Gastos diferidos</b>				
Seguros	239	135	13 395	12 093
Custos associados ao cumprimento de contratos com clientes	-	-	11 647	14 101
Outros gastos diferidos (Outros)	9 307	5 291	47 779	22 737
	<b>9 546</b>	<b>5 427</b>	<b>72 821</b>	<b>48 931</b>
	<b>9 546</b>	<b>5 427</b>	<b>76 243</b>	<b>54 799</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Custos associados ao cumprimento de contratos com clientes” incluía, essencialmente, gastos diferidos associados à produção efetuada nas regiões da Europa Engenharia e Construção e da América Latina, nomeadamente, afetos à mobilização / desmobilização de equipamentos e de estaleiros.

## 26. Imposto sobre o rendimento

A informação relativa ao imposto sobre o rendimento por segmento operacional, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	2020	2019
Europa Engenharia e Construção	1 069	1 313
Europa Ambiente e Serviços	534	619
África	11 972	12 344
América Latina	9 919	19 681
Outros, eliminações e intragrupo	329	1 189
	<b>23 824</b>	<b>35 146</b>

## 27. Caixa

A informação relativa às rubricas de “Caixa e seus equivalentes com recurso à vista / a prazo”, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	À vista		A prazo		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Outras aplicações financeiras</b>	2 995	525	-	-	2 995	525
<b>Depósitos bancários e caixa</b>						
Depósitos bancários	325 944	296 895	79 646	98 303	405 589	395 198
Caixa	9 760	2 537	-	-	9 760	2 537
	<b>338 699</b>	<b>299 957</b>	<b>79 646</b>	<b>98 303</b>	<b>418 344</b>	<b>398 260</b>

A informação relativa à rubrica de “Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista”, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	à Vista	
	2020	2019
<b>Depósitos bancários e caixa</b>		
Depósitos bancários	31 479	34 572
Caixa	28	21
	<b>31 507</b>	<b>34 593</b>

Os montantes de “Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista” estão associados, essencialmente, às empresas do SUBGRUPO EGF.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, para efeitos de preparação da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, o saldo de “Caixa e seus equivalentes” apresentava a seguinte composição:

	Total	
	2020	2019
Com recurso	418 344	398 260
Sem recurso	31 507	34 593
Valores cativos	(79 646)	(98 303)
	<b>370 206</b>	<b>334 550</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, existiam 79.646 milhares de euros e 98.303 milhares de euros, respetivamente, registados em “Caixa e seus equivalentes” não imediatamente disponíveis pelo facto de terem sido dados em garantia ou estarem cativos ao abrigo de contratos de financiamento celebrados com terceiros.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os montantes incluídos nas rubricas de “Caixa e seus equivalentes” apresentavam a seguinte origem geográfica:

	2020	2019
Portugal	199 396	202 313
Polónia	64 042	61 305
México	37 396	27 969
Costa do Marfim	27 169	897
Moçambique	24 956	5 555
Zimbábwe	20 229	23 328
Angola	19 216	33 753
Peru	16 354	19 238
Brasil	5 906	23 685
Maurícias	4 106	4 534
Outros	31 081	30 276
	<b>449 851</b>	<b>432 853</b>

## 28. Ativos e passivos não correntes detidos para venda

A informação relativa aos ativos e passivos não correntes detidos para venda, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	2020	2019
Investimento financeiro no subgrupo Lineas (segmento outros, eliminações e intragrupo)	89 396	89 396
Ativos da Takargo (segmento outros, eliminações e intragrupo)	31 278	31 092
Ativos da APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina)	-	131 347
Ativos da Mercado Urbano (segmento outros, eliminações e intragrupo)	-	14 577
Outros (segmento outros, eliminações e intragrupo)	6 293	7 995
<b>Ativos não correntes detidos para venda</b>	<b>126 967</b>	<b>274 407</b>

	2020	2019
Passivos da Takargo (segmento outros, eliminações e intragrupo)	30 229	23 804
Passivos da APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina)	-	97 964
Passivos da Mercado Urbano (segmento outros, eliminações e intragrupo)	-	7 832
<b>Passivos não correntes detidos para venda</b>	<b>30 229</b>	<b>129 600</b>

No último trimestre de 2015, o Conselho de Administração da MOTA-ENGIL SGPS decidiu proceder à alienação do investimento financeiro detido na LINEAS. Desta forma, de acordo com o preconizado na IFRS 5, os ativos e passivos associados a tal participada foram reclassificados para as rubricas de “Ativos não correntes detidos para venda” e “Passivos não correntes detidos para venda”.

Na sequência do atrás descrito, e de forma a concretizar a alienação daquele investimento financeiro, foi estabelecido em fevereiro de 2016 um acordo com a ARDIAN INFRASTRUCTURE para a alienação das participações financeiras da LINEAS na ASCENDI PT e na ASCENDI PT II, sociedades que detinham direta ou indiretamente as participações financeiras nas concessionárias e operadoras ASCENDI NORTE, ASCENDI BEIRAS LITORAL e ALTA, ASCENDI COSTA DE PRATA, ASCENDI GRANDE PORTO e ASCENDI GRANDE LISBOA.

O acordo acima referido englobou ainda a venda dos ativos detidos pela LINEAS direta ou indiretamente nas subconcessionárias e operadoras da ASCENDI PINHAL INTERIOR e ASCENDI DOURO INTERIOR, na AUVISA, na VIA VERDE PORTUGAL, na ASCENDI O&M, na ASCENDI IGI e na ASCENDI SERVIÇOS, por um valor total na ordem dos 600 milhões de euros, a que poderiam ser adicionados mais 53 milhões de euros por via de um mecanismo variável de preço.

A primeira fase do acordo foi concretizada nos últimos dias de dezembro de 2016, através da alienação da ASCENDI PT e da ASCENDI PT II, tendo sido complementada em janeiro de 2017 com a alienação da VIA VERDE PORTUGAL e com a alienação de 75% da ASCENDI SERVIÇOS.

Por outro lado, durante os exercícios de 2017 e 2018, concretizaram-se igualmente as alienações da AUVISA, da ASCENDI PINHAL INTERIOR, da SCUTVIAS e da VIALITORAL.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, contrariamente à sua pretensão inicial, a ARDIAN INFRASTRUCTURE comunicou à LINEAS a sua intenção de não adquirir a ASCENDI DOURO INTERIOR.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi concluída a alienação de 25% do capital social detido na ASCENDI SERVIÇOS e foram estabelecidos com terceiros acordos para a venda da ASCENDI DOURO INTERIOR, para a CRT e para a COPEXA.

Deste modo, à presente data, encontra-se essencialmente por concretizar a alienação da própria LINEAS, da LUSOPONTE, da CRT, da COPEXA e da ASCENDI DOURO INTERIOR, tendo, conforme acima referido, o GRUPO já recebido propostas para a alienação das mesmas, as quais se encontram a ser operacionalizadas. No entanto, é intenção do Conselho de Administração concluir o processo de alienação da LINEAS e das suas participadas no curto prazo, dependente sempre das autorizações dos Concedentes e das entidades financiadoras.

Tendo em consideração as propostas recebidas para a alienação dos restantes ativos da LINEAS, bem como a sua dívida financeira, o justo valor do investimento financeiro detido naquela entidade, deduzido dos custos estimados com a sua venda, é superior à sua quantia escriturada.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, fruto da aplicação do método da equivalência patrimonial se encontrar suspensa, o GRUPO não registou qualquer resultado naqueles exercícios associado ao SUBGRUPO LINEAS. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição dos ativos e passivos não correntes detidos para venda associados ao SUBGRUPO LINEAS era como se segue:

	2020	2019
Investimentos financeiros em empresas associadas	89 396	89 396
	<b>89 396</b>	<b>89 396</b>

Por outro lado, no exercício de 2018, o Conselho de Administração do GRUPO decidiu proceder à alienação parcial do investimento financeiro que detinha na APP COATZACOALCOS-VILLAHERMOSA (segmento América Latina), tendo aquela operação sido concretizada em 2020 e originado que o GRUPO tenha deixado de controlar aquela entidade. O impacto desta transação no resultado líquido consolidado do exercício é apresentado na Nota 42.

Em 31 de dezembro de 2019, o detalhe dos ativos e passivos não correntes detidos para venda associados à APP COATZACOALCOS-VILLAHERMOSA, era como se segue:

	2019
<b>Ativo</b>	
<b>Não corrente</b>	
Ativos tangíveis	20
Clientes e outros devedores	79 618
Ativos por impostos diferidos	913
	<b>80 550</b>
<b>Corrente</b>	
Clientes e outros devedores	9 804
Outros ativos correntes	11 894
Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista	29 099
	<b>50 797</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>131 347</b>
<b>Passivo</b>	
<b>Não corrente</b>	
Empréstimos sem recurso	80 963
Fornecedores e credores diversos	2 248
	<b>83 211</b>
<b>Corrente</b>	
Empréstimos sem recurso	9 251
Fornecedores e credores diversos	2 595
Outros passivos correntes	2 907
	<b>14 752</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>97 964</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o contributo da APP COATZACOALCOS-VILLAHERMOSA para a demonstração consolidada dos resultados do GRUPO até à data da sua alienação (abril de 2020) foi como segue:

	2020	2019
Vendas e prestações de serviços	6 507	16 814
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e Variação da produção	-	(220)
Fornecimentos e serviços externos	(2 106)	(1 484)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	-	(10 409)
Amortizações e depreciações	-	(6)
Rendimentos e ganhos financeiros	517	16 785
Gastos e perdas financeiras	(2 482)	(9 319)
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>2 434</b>	<b>12 161</b>
Imposto sobre o rendimento	(729)	(2 179)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>1 705</b>	<b>9 981</b>

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração do GRUPO decidiu proceder à alienação dos investimentos financeiros que detinha na TAKARGO - TRANSPORTES DE MERCADORIAS, S.A. (segmento outros, eliminações e intragrupo) e na MERCADO URBANO - GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A. (segmento outros, eliminações e intragrupo).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe dos ativos e passivos não correntes detidos para venda associados à TAKARGO, era como se segue:

	2020	2019
<b>Ativo</b>		
<b>Não corrente</b>		
Ativos intangíveis	509	545
Ativos tangíveis	1 831	1 215
Direitos de uso de ativos	22 839	24 019
Investimentos financeiros em empresas associadas	484	460
Clientes e outros devedores	-	21
Ativos por impostos diferidos	2	95
	<b>25 665</b>	<b>26 356</b>
<b>Corrente</b>		
Clientes e outros devedores	4 435	3 601
Outros ativos correntes	906	697
Caixa e seus equivalentes com recurso à vista	272	437
	<b>5 613</b>	<b>4 735</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>31 278</b>	<b>31 092</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Não corrente</b>		
Passivos de locação	13 353	13 589
Fornecedores e credores diversos	2 622	459
Provisões	980	1 380
	<b>16 955</b>	<b>15 427</b>
<b>Corrente</b>		
Empréstimos com recurso	2 774	1 558
Passivos de locação	917	744
Fornecedores e credores diversos	8 655	5 205
Outros passivos correntes	928	870
	<b>13 274</b>	<b>8 377</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>30 229</b>	<b>23 804</b>

Em 31 de dezembro de 2019, o detalhe dos ativos e passivos não correntes detidos para venda associados à MERCADO URBANO, era como se segue:

	Mercado Urbano
<b>Ativo</b>	
<b>Não corrente</b>	
Ativos intangíveis	10
Ativos tangíveis	87
Propriedades de investimento	14 146
	<b>14 243</b>
<b>Corrente</b>	
Clientes e outros devedores	153
Outros ativos correntes	65
Caixa e seus equivalentes com recurso à vista	116
	<b>334</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>14 577</b>
<b>Passivo</b>	
<b>Não corrente</b>	
Passivos de locação	5 259
Fornecedores e credores diversos	1 693
	<b>6 952</b>
<b>Corrente</b>	
Empréstimos com recurso	543
Fornecedores e credores diversos	255
Outros passivos correntes	82
	<b>879</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>7 832</b>

Em fevereiro de 2020, foi concretizada a alienação da MERCADO URBANO GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A., a qual gerou um resultado residual (Nota 42).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o contributo da MERCADO URBANO para a demonstração consolidada dos resultados do GRUPO foi como segue:

	Mercado Urbano
Vendas e prestações de serviços	1 445
Fornecimentos e serviços externos	(643)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	(1 776)
Amortizações e depreciações	(51)
Perdas de imparidade	1
Gastos e perdas financeiras	(451)
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>(1 476)</b>
Imposto sobre o rendimento	358
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(1 118)</b>

## 29. Capital e reservas

### Capital social

O capital social da MOTA-ENGIL SGPS em 31 de dezembro de 2020 e 2019, totalmente subscrito e realizado, ascendia a 237.505.141 euros e encontrava-se representado por 237.505.141 ações com um valor nominal de 1 euro cada.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a MOTA-ENGIL, SGPS, S.A. cumpriu com os requisitos de capital estabelecidos na legislação comercial portuguesa, nomeadamente, os definidos no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

### Ações próprias

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o GRUPO não procedeu a aquisições nem a alienações de ações próprias.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o GRUPO detinha 6.091.581 ações próprias com um custo médio de 1,68 euros por ação totalizando 10.232 milhares de euros.

### Prémios de emissão

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou com aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para as “Reservas legais”, isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação da EMPRESA, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

### Reserva de justo valor – Investimentos financeiros

A “Reserva de justo valor – Investimentos financeiros” reflete as variações de justo valor dos ativos financeiros registados ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e não é passível de ser distribuída aos acionistas ou utilizada para absorver prejuízos.

### Reserva de justo valor – Ativos fixos

A “Reserva de justo valor – Ativos fixos” não pode ser distribuída aos acionistas, exceto se se encontrar totalmente depreciada ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tiverem sido alienados.

### Reserva de justo valor – Derivados

A “Reserva de justo valor – Derivados” reflete as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa que se consideram eficazes e não é passível de ser distribuída aos acionistas ou utilizada para absorver prejuízos.

### Reserva de conversão cambial

A “Reserva de conversão cambial” reflete as variações cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras de empresas filiais com moeda diferente do Euro e não é passível de ser distribuída aos acionistas ou utilizada para absorver prejuízos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos nesta rubrica deveram-se, essencialmente, à desvalorização do kwanza de Angola (em 2020 e 2019), do dólar do Zimbabue (em 2020 e 2019), do metical de Moçambique (em 2020), do kwacha do Malawi (em 2020) e do peso mexicano (em 2020).

Os efeitos da aplicação da IAS – 29 às operações do Zimbabue (Nota 47), bem como o efeito cambial acumulado da aplicação desta norma em exercícios anteriores (Zimbabue até 2019 e Angola até 2018) não são considerados nesta rubrica mas na rubrica de Outras reservas e resultados transitados.

### Reservas legais

A legislação comercial portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da EMPRESA, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Nos termos da legislação comercial portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da MOTA-ENGIL SGPS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

### Distribuições

De acordo com o aprovado na Assembleia-Geral de Acionistas realizada em 18 de junho de 2020, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi aplicado na íntegra na rubrica de reservas livres.

De acordo com o aprovado na Assembleia-Geral de Acionistas realizada em 23 de maio de 2019, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi aplicado como segue:

Reservas legais	2 567
Outras reservas	424 640
Dividendos (0,074 euros por ação)	17 575

O dividendo acima indicado, excluindo o referente às ações próprias, no montante líquido de 17.125 milhares de euros foi pago no dia 7 de junho de 2019.

### Política de gestão de capital

A estrutura de capital do GRUPO MOTA-ENGIL, determinada pela proporção entre o capital próprio e a dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e o desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar os custos de financiamento.

O GRUPO MOTA-ENGIL monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos acima referidos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o GRUPO MOTA-ENGIL apresentava um *Gearing* contabilístico de 12% e 27% respectivamente.

*Gearing* = total do capital próprio / dívida líquida, sendo que a dívida líquida corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada da posição financeira: empréstimos com recurso; empréstimos sem recurso; caixa e seus equivalentes com recurso à vista / a prazo; caixa e seus equivalentes sem recurso à vista e outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado.

### Proposta de aplicação de resultados

Do Relatório de Gestão Individual consta a seguinte proposta:

“O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral anual a transferência dos resultados líquidos negativos do exercício, no montante de 28.100.076 euros e 99 cêntimos, para a rubrica de “Resultados transitados”.

## 30. Empréstimos

Os montantes relativos ao endividamento com recurso, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, podem ser analisados como se segue:

	Corrente (a 1 ano)	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	a mais de 5 anos	Não corrente	Total
<b>2020</b>						
<b>Empréstimos por obrigações não convertíveis</b>	<b>20 155</b>	119 310	219 551	-	<b>338 862</b>	359 016
<b>Dívidas a instituições de crédito:</b>						
Empréstimos bancários	594 059	211 012	228 126	9 083	448 221	1 042 279
Descobertos bancários	118 232	-	-	-	-	118 232
Contas caucionadas	50 818	-	-	-	-	50 818
<b>Outros empréstimos obtidos:</b>						
Emissões de papel comercial	131 032	8 250	2 500	-	10 750	141 782
Outros empréstimos	329	82	2	-	84	414
	<b>914 624</b>	<b>338 654</b>	<b>450 180</b>	<b>9 083</b>	<b>797 917</b>	<b>1 712 541</b>
<b>2019</b>						
<b>Empréstimos por obrigações não convertíveis</b>	<b>61 059</b>	21 737	331 575	-	<b>353 312</b>	414 371
<b>Dívidas a instituições de crédito:</b>						
Empréstimos bancários	560 606	176 790	273 234	10 924	460 948	1 021 554
Descobertos bancários	55 075	-	-	-	-	55 075
Contas caucionadas	64 616	-	-	-	-	64 616
<b>Outros empréstimos obtidos:</b>						
Emissões de papel comercial	99 990	24 500	28 000	-	52 500	152 490
Outros empréstimos	246	-	-	-	-	246
	<b>841 592</b>	<b>223 027</b>	<b>632 809</b>	<b>10 924</b>	<b>866 760</b>	<b>1 708 352</b>

As emissões de papel comercial, embora tenham o seu vencimento num prazo igual ou inferior a um ano, encontram-se, maioritariamente, abrangidas por programas de médio e longo prazo que asseguram a sua renovação automática ao longo do tempo. Nestas circunstâncias, e dado que o Conselho de Administração do GRUPO pretende continuar a utilizar aqueles programas durante a sua vigência, registou aquelas emissões de papel comercial como exigíveis no médio e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, existiam operações de financiamento com compromissos de manutenção de *covenants* relacionados com níveis de autonomia financeira e rácios de endividamento, determinados com base nas demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO e das suas *subholdings*, cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas normais de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020, em virtude da MOTA-ENGIL SGPS, e de algumas das suas *subholdings*, não se encontraram a cumprir com alguns dos *covenants* estabelecidos nos contratos de financiamento que celebraram, e dado que os respetivos credores poderão solicitar o reembolso antecipado dos mesmos, foram reclassificados do passivo não corrente para o passivo corrente cerca de 228.000 milhares de euros de empréstimos (165.000 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019). No entanto, à presente data, e de acordo com a informação recebida das respetivas instituições financeiras, nenhum daqueles financiamentos será exigível nos próximos 12 meses.

Os montantes relativos ao endividamento sem recurso, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, podem ser analisados como se segue:

	Corrente (a 1 ano)	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	a mais de 5 anos	Não corrente	Total
<b>2020</b>						
<b>Dívidas a instituições de crédito:</b>						
Empréstimos bancários	15 503	19 689	90 970	13 955	124 614	140 117
Descobertos bancários	2 056	-	-	-	-	2 056
Contas caucionadas	25 384	-	-	-	-	25 384
<b>Outros empréstimos obtidos:</b>						
Emissões de papel comercial	2 500	2 500	6 189	-	8 689	11 189
	<b>45 443</b>	<b>22 189</b>	<b>97 158</b>	<b>13 955</b>	<b>133 303</b>	<b>178 746</b>
<b>2019</b>						
<b>Dívidas a instituições de crédito:</b>						
Empréstimos bancários	27 596	13 228	71 079	14 929	99 236	126 833
Descobertos bancários	2 039	-	-	-	-	2 039
Contas caucionadas	18 013	-	-	-	-	18 013
<b>Outros empréstimos obtidos:</b>						
Emissões de papel comercial	2 500	2 500	7 500	1 189	11 189	13 689
	<b>50 148</b>	<b>15 728</b>	<b>78 579</b>	<b>16 118</b>	<b>110 425</b>	<b>160 573</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os montantes de endividamento sem recurso encontravam-se associados às empresas do SUBGRUPO EGF e à empresa utilizada para o financiamento da sua aquisição (SUMA TRATAMENTO).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a maturidade média do endividamento (com e sem recurso) era de 2,4 e 2,5 anos, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido no endividamento foi como se segue:

2020	Empréstimos por obrigações não convertíveis	Empréstimos bancários	Descobertos bancários	Contas caucionadas	Emissões de papel comercial	Outros empréstimos	Total
Saldo inicial	414 371	1 148 387	57 114	82 629	166 179	246	1 868 924
<b>Transações com impacto em caixa:</b>							
Recebimentos de empréstimos	57 119	359 594	93 652	734 634	283 720	187	1 528 906
Amortizações e reembolsos de empréstimos	(114 263)	(280 143)	(29 818)	(733 907)	(296 812)	(230)	(1 455 173)
	(57 144)	79 451	63 835	727	(13 092)	(43)	73 733
<b>Transações sem impacto em caixa:</b>							
Varição cambial	-	(48 051)	(660)	(7 154)	-	211	(55 654)
Reconhecimento do custo amortizado	1 790	1 603	-	-	(116)	-	3 277
Variações de perímetro e transferências	-	1 006	-	-	-	-	1 006
Saldo final	359 016	1 182 397	120 288	76 202	152 971	414	1 891 287

2019	Empréstimos por obrigações não convertíveis	Empréstimos bancários	Descobertos bancários	Contas caucionadas	Emissões de papel comercial	Outros empréstimos	Total
Saldo inicial	369 580	796 171	78 600	113 244	211 683	2 528	1 571 806
<b>Transações com impacto em caixa:</b>							
Recebimentos de empréstimos	166 918	798 894	31 363	355 740	386 666	101	1 739 682
Amortizações e reembolsos de empréstimos	(119 961)	(445 567)	(53 149)	(376 915)	(432 158)	(2 383)	(1 430 133)
	46 957	353 327	(21 786)	(21 174)	(45 492)	(2 282)	309 550
<b>Transações sem impacto em caixa:</b>							
Varição cambial	-	(15 325)	299	(6 556)	-	-	(21 582)
Fusões	-	(43)	-	-	-	-	(43)
Reconhecimento do custo amortizado	(2 167)	(4 356)	-	-	(12)	-	(6 535)
Variações de perímetro e transferências	-	18 614	-	(2 885)	-	-	15 729
Saldo final	414 371	1 148 387	57 114	82 629	166 179	246	1 868 924

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os principais empréstimos obrigacionistas e programas de papel comercial contratados pelo GRUPO em vigor naquelas datas, eram como se segue:

2020						
Tipo de emissão / Emitente	Data de emissão inicial	Data de vencimento	Indexação	Condições de reembolso	Montante nominal atual	Prazos de emissão
<b>Empréstimos obrigacionistas:</b>						
Mota-Engil SGPS	out/19	out/24	Taxa Fixa 4,375%	i)	168 000	
Mota-Engil SGPS	nov/18	nov/22	Taxa Fixa 4,5%	ii)	110 000	
Mota-Engil SGPS	jan/18	jan/23	Taxa Fixa 4%	ii)	60 510	
Mota-Engil Engenharia e Construção África	dez/17	dez/23	Euribor 6M+5,00%	iii)	20 000	
Mota-Engil SGPS	jun/18	jun/21	Euribor 3M 360 + 3,5%	ii)	12 570	
Mota-Engil Latin America BV	dez/17	dez/23	Euribor 6M+5%	iv)	7 500	
<b>Programas de papel comercial:</b>						
Mota-Engil SGPS	ago/19	fev/21	Euribor do prazo + 2,75%		27 584	7 a 181 dias
Mota-Engil SGPS	jun/19	dez/21	Taxa determinada por acordo entre a emitente e as entidades colocadoras		25 900	3 a 397 dias
Mota-Engil Europa	dez/15	jun/22	Euribor do prazo + 4,70%		25 000	Col. Direta: de 7 dias a 6 meses
Resinorte	ago/16	fev/25	Euribor 6M + 3%		11 189	104 meses
Suma	dez/18	dez/21	Euribor 12M + 2%		10 000	37 meses
Mota-Engil SGPS	out/17	out/22	Euribor 3M + 4%		7 650	90 dias
Suma	dez/18	dez/23	Euribor 6M + 1,7%		7 500	61 meses
Mota-Engil SGPS	mai/19	mai/23	Euribor 6M + 2,25%		6 250	7 dias a 6 meses
Suma	dez/18	dez/21	Euribor 12M + 1,5%		5 500	37 meses
Mota-Engil SGPS	fev/18	jan/21	Euribor do prazo + 3%		5 000	7 a 365 dias
Mota-Engil Europa	dez/18	nov/21	Euribor do prazo +1,5%		5 000	Col. Direta: de 7 dias a 6 meses
Mota-Engil Engenharia e Construção	mai/19	mai/23	Euribor do prazo + 2,25%		3 125	Col. Direta: de 7 dias a 6 meses

i) Juros semestrais com reembolso em 2 prestações, 50% em 30/10/23 e 50% em 30/10/24;

ii) Juros semestrais com reembolso único no vencimento do contrato;

iii) Juros e reembolsos pagos em 12 semestralidades;

iv) Juros e reembolsos pagos em 10 semestralidades.

2019						
Tipo de emissão / Emitente	Data de emissão inicial	Data de vencimento	Indexação	Condições de reembolso	Montante nominal atual	Prazos de emissão
<b>Empréstimos obrigacionistas:</b>						
Mota-Engil SGPS	out/19	out/24	Taxa Fixa 4,8%	i)	168 000	
Mota-Engil SGPS	nov/18	nov/22	Taxa Fixa 4,5%	ii)	110 000	
Mota-Engil SGPS	jan/18	jan/23	Taxa Fixa 4%	ii)	60 510	
Mota-Engil SGPS	jul/15	fev/20	Taxa Fixa 3,90%	ii)	55 097	
Mota-Engil Engenharia e Construção África	dez/17	dez/23	Euribor 6M+5%	iii)	26 667	
Mota-Engil SGPS	jun/18	jun/21	Euribor 3M + 3,5%	ii)	12 570	
Mota-Engil Latin America BV	dez/17	dez/23	Euribor 6M+5%	iv)	10 000	
<b>Programas de papel comercial:</b>						
Mota-Engil SGPS	jun/19	dez/20	Taxa determinada por acordo entre a emitente e as entidades colocadoras		30 945	3 a 397 dias
Mota-Engil Europa	dez/15	jun/22	Euribor do prazo + 4,70%		25 000	Col. Direta: de 7 dias a 6 meses
Mota-Engil SGPS	ago/19	fev/20	Euribor do prazo + 2,75%		14 928	7 a 181 dias
Resinorte	ago/16	fev/25	Euribor 6M + 3%		13 689	104 meses
Mota-Engil SGPS	out/17	out/22	Euribor 3M + 4%		11 136	90 dias
Suma	dez/18	dez/21	Euribor 12M + 1,5%		10 000	36 meses
Suma	dez/18	dez/21	Euribor 12M + 2%		10 000	36 meses
Mota-Engil SGPS	mai/19	mai/23	Euribor 6M + 2,25%		8 750	7 dias a 6 meses
Mota-Engil SGPS	fev/18	jan/20	Euribor do prazo + 3%		5 000	7 a 365 dias
Mota-Engil Europa	dez/18	nov/21	Euribor do prazo +1,5%		5 000	Col. Direta: de 7 dias a 6 meses
Suma	out/19	abr/20	Euribor 12M + 3,5%		5 000	6 meses
Suma	dez/18	dez/23	Euribor 6M + 1,7%		10 000	60 meses
Mota-Engil Engenharia e Construção	mai/19	mai/23	Euribor do prazo + 2,25%		4 375	Col. Direta: de 7 dias a 6 meses

i) Juros semestrais com reembolso em 2 prestações, 50% em 30/10/23 e 50% em 30/10/24;

ii) Juros semestrais com reembolso único no vencimento do contrato;

iii) Juros e reembolsos pagos em 12 semestralidades;

iv) Juros e reembolsos pagos em 10 semestralidades.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os montantes acumulados de dívida contraída através de outros contratos de empréstimo de montante superior a 10.000 milhares de euros podem ser analisados como se segue:

2020		
Devedor	Tipo de operação	Montante em dívida
<b>Outras operações:</b>		
Mota-Engil, SGPS	Empréstimos de médio e longo prazo	38 644
Mota-Engil, SGPS	Empréstimos de curto prazo	208 955
Mota-Engil, SGPS	Contas caucionadas	10 600
Mota-Engil Engenharia e Construção	Empréstimos de médio e longo prazo	34 937
Mota-Engil Engenharia e Construção	Empréstimos de curto prazo	27 972
Mota-Engil Engenharia e Construção	Descoberto bancário	12 025
Mota-Engil Europa	Empréstimos de médio e longo prazo	25 643
Mota-Engil Europa	Empréstimos de curto prazo	35 065
Mota-Engil Real Estate Portugal	Empréstimos de curto prazo	11 986
Mota-Engil Angola	Empréstimos de curto prazo	13 277
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Empréstimos de médio e longo prazo	133 408
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Empréstimos de curto prazo	100 552
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Descobertos bancários	41 564
Generadora Fenix	Empréstimos de curto prazo	16 825
Mota-Engil Peru	Empréstimos de médio e longo prazo	10 718
Mota-Engil México	Empréstimos de médio e longo prazo	19 500
Clean Eburnie	Empréstimos de médio e longo prazo	15 866
Mota-Engil Ambiente e Serviços	Empréstimos de médio e longo prazo	10 371
Suma Tratamento	Empréstimos de médio e longo prazo	43 495

2019		
Devedor	Tipo de operação	Montante em dívida
<b>Outras operações:</b>		
Mota-Engil, SGPS	Empréstimos de médio e longo prazo	218 159
Mota-Engil Engenharia e Construção	Empréstimos de médio e longo prazo	66 400
Mota-Engil Europa	Empréstimos de médio e longo prazo	25 000
Mota-Engil Real Estate Portugal	Empréstimos de médio e longo prazo	17 000
Mota-Engil Angola	Empréstimos de médio e longo prazo	22 087
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Empréstimos de médio e longo prazo	208 027
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Empréstimos de curto prazo	15 970
Geradora Fenix	Empréstimos de médio e longo prazo	20 538
Mota-Engil Peru	Empréstimos de médio e longo prazo	19 583
Mota-Engil México	Empréstimos de médio e longo prazo	15 000
Suma Tratamento	Empréstimos de médio e longo prazo	51 918
Kilinskięo Property Investment	Empréstimos de médio e longo prazo	15 329
Project Development 2	Empréstimos de médio e longo prazo	17 068

Os montantes incluídos na rubrica de “Outros empréstimos” dizem respeito, essencialmente, a empréstimos obtidos junto da Agência Portuguesa para o Investimento (AICEP) e do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) como apoio ao investimento, não vencendo juros, tendo sido mensurados ao justo valor na data do seu reconhecimento inicial com o reconhecimento do diferencial para o valor recebido como um subsídio.

## 31. Outros passivos financeiros

A informação relativa aos outros passivos financeiros, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	Não correntes		Correntes	
	2020	2019	2020	2019
Factoring	-	-	224 233	112 481
Venda de créditos	-	-	-	95 674
	-	-	224 233	208 156

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica “Venda de créditos” correspondia à contrapartida do recebimento em numerário pela venda de alguns créditos cuja transferência definitiva para o adquirente encontrava-se pendente apenas de alguns trâmites administrativos. Quando aqueles trâmites se efetivaram, em 2020, o montante desta rubrica foi desreconhecido por contrapartida de uma conta a receber de igual montante.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nos outros passivos financeiros foi como se segue:

2020	Factoring	Venda de créditos	Total
Saldo inicial	112 481	95 674	208 156
<b>Transações com impacto em caixa:</b>			
Recebimentos	264 622	-	264 622
Amortização de dívida dos clientes às entidades financeiras	(152 859)	(95 674)	(248 533)
	111 763	(95 674)	16 088
<b>Transações sem impacto em caixa:</b>			
Variação cambial	(11)	-	(11)
Saldo final	224 233	-	224 233

2019	Factoring	Venda de créditos	Total
Saldo inicial	119 928	28 000	147 927
<b>Transações com impacto em caixa:</b>			
Recebimentos	40 704	95 674	136 378
Amortização de dívida dos clientes às entidades financeiras	(50 454)	(28 000)	(78 454)
	(9 750)	67 674	57 924
<b>Transações sem impacto em caixa:</b>			
Variação cambial	2 304	-	2 304
Saldo final	112 481	95 674	208 156

## 32. Instrumentos financeiros derivados

A informação relativa aos instrumentos financeiros derivados contratados pelo GRUPO, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

Coberturas de fluxos de caixa							Justo valor	
Participada	Tipo	Contraparte	Início	Nocional	Taxas contratadas	Vencimento	2020	2019
Mota-Engil, SGPS	Swap	Bank of China	jun/18	27 511	Recebe Euribor 6M - 0,4% se Euribor 6M > 0,4%, caso contrário 0	dez/22	1	4
Mota-Engil, SGPS	Swap	Bank of China	abr/20	64 200	Recebe Euribor 6M - 0,5% se Euribor 6M > 0,5%, caso contrário 0	mar/25	38	-
							39	4
Mota-Engil, SGPS	Swap	JP Morgan	set/17	22 500	Troca Euribor 6M por taxa fixa -0,02%	jun/21	(57)	(137)
Mota-Engil, SGPS	Swap	JP Morgan	jun/18	11 000	Troca Euribor 3M por taxa fixa -0,03%	dez/21	(44)	(83)
Mota-Engil, SGPS	Swap	JP Morgan	jun/18	4 000	Troca Euribor 6M por taxa fixa -0,01%	ago/21	(7)	(25)
Mota-Engil, SGPS	Swap	JP Morgan	jun/18	7 250	Troca Euribor 3M por taxa fixa -0,03%	out/22	(30)	(60)
Mota-Engil, SGPS	Swap	JP Morgan	jun/18	6 144	Troca Euribor 12M por taxa fixa -0,05%	jan/20	-	(0)
Mota-Engil, SGPS	Swap	JP Morgan	jun/18	6 144	Troca Euribor 12M por taxa fixa -0,05%	jan/20	-	(1)
Mota-Engil, SGPS	Swap	JP Morgan	jun/18	1 778	Troca Euribor 6M por taxa fixa -0,02%	dez/20	-	(3)
Mota-Engil, SGPS	LimitSwapFloor	SG	nov/19	95 156	Troca Euribor 6M por taxa fixa 0,128%	ago/24	(240)	(80)
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Swap	CAIXA BI	jun/18	10 000	Troca Euribor 6M por taxa fixa 0,54%	dez/23	(95)	(163)
Mota-Engil Latin America BV	Swap	CAIXABI	mar/18	7 500	Troca Euribor 6M por taxa fixa -0,381%	dez/23	(117)	(140)
ME Peru	Swap	Citibank	dez/15	4 406	Troca Libor 3M +1,70% por taxa fixa 4,35%	dez/20	-	(4)
ME Peru	Opção cambial	Citibank	ago/16	4 406	Cobertura cambial USD/PEN no intervalo [3,413 - 3,80 PEN]	dez/20	-	-
							(590)	(697)
Total ativo não corrente							39	4
Total ativo corrente							-	-
Total passivo não corrente							(482)	(688)
Total passivo corrente							(108)	(9)
							(551)	(693)

O apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados pelo GRUPO foi efetuado pelas respetivas contrapartes, que são consideradas entidades financeiras idóneas / independentes e de reconhecido mérito. Os modelos de avaliação utilizados basearam-se no método dos fluxos de caixa descontados, utilizando *par rates of swaps*, cotadas no mercado interbancário e disponíveis nas páginas da *Reuters* e da *Bloomberg* para os prazos relevantes, sendo calculadas as respetivas taxas *forwards* e fatores de desconto que serviram para descontar os fluxos de caixa fixos (*fixed leg*) e os fluxos de caixa variáveis (*floating leg*). O somatório das duas *legs* apura o VAL (valor atualizado líquido). No caso das opções, foi utilizado o modelo de *Black-Scholes* e os valores de volatilidade disponíveis nas páginas da *Reuters* e da *Bloomberg*.

No seguimento do acima descrito, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados pelo GRUPO foi determinado com base em técnicas de avaliação cujos principais *inputs* são observáveis no mercado, pelo que o mesmo enquadra-se no nível 2 da IFRS 13.

## 33. Fornecedores e credores diversos

A informação relativa aos fornecedores e credores diversos, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	Não correntes		Correntes	
	2020	2019	2020	2019
<b>Fornecedores</b>				
Europa - Engenharia e Construção	13 914	17 616	198 846	191 291
Europa - Ambiente e Serviços	-	60	38 792	40 632
África	6 122	1 037	265 184	297 851
América Latina	1 534	6 935	155 743	171 162
Outros, eliminações e intragrupo	(493)	(731)	(108 988)	(146 355)
	<b>21 076</b>	<b>24 918</b>	<b>549 577</b>	<b>554 581</b>
Fornecedores de ativo fixo	-	-	28 199	51 201
Empresas associadas e outros acionistas	23 940	23 055	5 014	12 181
Adiantamentos por conta de vendas de participações financeiras	-	0	47 371	45 477
Estado e outros entes públicos (exceto impostos sobre o rendimento)	-	-	86 679	85 918
Outros credores	25 401	45 969	84 477	136 474
	<b>49 341</b>	<b>69 024</b>	<b>251 740</b>	<b>331 251</b>
	<b>70 418</b>	<b>93 943</b>	<b>801 317</b>	<b>885 832</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Fornecedores” incluía os montantes de, aproximadamente, 32.800 milhares de euros e 16.300 milhares de euros, respetivamente, relativos a contratos de *confirming*. Estes montantes dizem respeito, essencialmente, a dívidas com origem em subcontratação na realização de obras em curso adjudicadas ao GRUPO.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros, eliminações e intragrupo” incluía, essencialmente, saldos entre as empresas subsidiárias do segmento de África e as empresas do segmento da Europa Engenharia e Construção.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Empresas associadas e outros acionistas” incluía, essencialmente, os saldos devidos a parceiros do GRUPO, nomeadamente aos parceiros da MOTA-ENGIL MÉXICO e da CLEAN EBURNIE em 2020 e aos parceiros da MOTA-ENGIL ANGOLA, do SUBGRUPO SUMA, do SUBGRUPO EGF e da MOTA-ENGIL MÉXICO em 2019.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Adiantamentos por conta de vendas de participações financeiras” incluía os montantes de cerca de 47.400 milhares de euros e 45.500 milhares de euros, respetivamente, associados à futura alienação de duas empresas concessionárias de auto-estradas no México (Nota 18).

Por último, é convicção do Conselho de Administração do GRUPO de que o valor pelo qual os passivos financeiros acima referidos se encontram registados na demonstração consolidada da posição financeira se aproxima do seu justo valor.

## 34. Passivos associados a contratos com clientes

A informação relativa a passivos associados a contratos com clientes por segmento operacional, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	2020		2019	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
<b>Adiantamentos recebidos de clientes:</b>				
Europa - Engenharia e Construção	-	40 879	17 894	60 231
Europa - Ambiente e Serviços	6 614	6 990	13 016	4 395
África	-	123 559	13 337	76 256
América Latina	-	76 916	-	68 021
	<b>6 614</b>	<b>248 344</b>	<b>44 247</b>	<b>208 903</b>
<b>Proveitos diferidos:</b>				
Europa - Engenharia e Construção	-	14 270	-	9 638
África	-	13 253	-	8 578
América Latina	-	1 233	-	6 172
Outros	-	-	-	348
	-	<b>28 756</b>	-	<b>24 736</b>
	<b>6 614</b>	<b>277 100</b>	<b>44 247</b>	<b>233 639</b>

O movimento ocorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 nos adiantamentos recebidos de clientes pode ser analisado como se segue:

<b>Saldo em 1 de janeiro de 2020</b>	<b>253 149</b>
Rédito reconhecido no ano associado a passivos registados em exercícios anteriores	(122 828)
Adiantamentos recebidos no ano, líquidos de crédito reconhecido no próprio ano	142 109
Diferenças cambiais, variações de perímetro e outras	(17 473)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>254 958</b>

<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019</b>	<b>299 635</b>
Rédito reconhecido no ano associado a passivos registados em exercícios anteriores	(136 637)
Adiantamentos recebidos no ano, líquidos de crédito reconhecido no próprio ano	89 693
Diferenças cambiais, variações de perímetro e outras	458
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>253 149</b>

## 35. Outros passivos

A informação relativa aos outros passivos não correntes, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

Outros passivos não correntes	2020	2019
Subsídios ao investimento	147 677	145 890
Trabalhos em curso não faturados por fornecedores	4 973	4 178
Outros	12 649	7 679
	<b>165 299</b>	<b>157 746</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Subsídios ao investimento” respeitava na sua maioria às empresas do SUBGRUPO EGF.

A informação relativa aos outros passivos correntes, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

Outros passivos correntes	2020	2019
<b>Acréscimos de gastos</b>		
Encargos com férias e subsídio de férias	34 715	38 857
Juros a liquidar	29 132	14 654
Trabalhos em curso não faturados por fornecedores	484 469	402 409
Outros acréscimos de gastos	8 281	34 607
	<b>556 596</b>	<b>490 527</b>
<b>Rendimentos diferidos</b>		
Subsídios ao investimento	19 440	20 970
Outros rendimentos diferidos	19 051	19 408
	<b>38 491</b>	<b>40 378</b>
	<b>595 088</b>	<b>530 905</b>

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Trabalhos em curso não faturados por fornecedores” apresentava o seguinte detalhe por segmento operacional (antes de eliminações intragrupo): 203.900 milhares de euros no segmento África (202.500 milhares de euros em 2019), 170.000 milhares de euros no segmento América Latina (192.500 milhares de euros em 2019) e 87.100 milhares de euros no segmento Europa Engenharia e Construção (13.900 milhares de euros em 2019).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros rendimentos diferidos” incluía os montantes de 4.300 milhares de euros e 4.500 milhares de euros, respetivamente, relacionados com juros de mora debitados a clientes que se encontravam diferidos até ao momento do seu recebimento e 6.800 milhares de euros e 5.200 milhares de euros, respetivamente, relativos aos desvios tarifários das empresas do SUBGRUPO EGF.

A principal informação sobre os subsídios ao investimento atribuídos ao GRUPO é como se segue:

Sociedade beneficiária	Valor do ativo	Reconhecimento de proveitos		
		Proveitos diferidos	Reconhecimento de proveitos em 2020	Reconhecimento de proveitos em 2019
Algar	76 188	9 469	1 166	1 162
Amarsul	67 735	15 047	1 897	1 540
Correia & Correia	3 158	75	12	12
Enviroil II	4 187	1 474	451	37
Ersuc	161 449	26 071	6 302	6 454
Mota-Engil Real Estate Portugal	1 331	671	-	-
Resiestrela	32 156	9 652	983	1 122
Resinorte	130 510	42 028	3 188	3 373
Resulima	38 925	18 797	211	166
Suldouro	46 430	9 586	1 027	765
Valnor	47 444	10 457	1 108	1 344
Valorlis	34 739	5 434	564	604
Valorminho	6 007	2 203	212	132
Valorsul	188 675	16 150	2 317	4 252
Vibeiras	35	1	-	1
Triu	1 139	2	2	13
		<b>167 117</b>	<b>19 440</b>	<b>20 978</b>

## 36. Imposto sobre o rendimento

A informação relativa ao imposto sobre o rendimento por segmento operacional, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	2020	2019
Europa Engenharia e Construção	1 903	561
Europa Ambiente e Serviços	2 559	1 582
África	8 399	5 259
América Latina	7 729	22 611
Outros, eliminações e intragrupo	150	382
	<b>20 740</b>	<b>30 395</b>

## 37. Provisões

A informação relativa a provisões, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	2020	2019
<b>Provisões para investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial</b>	<b>575</b>	<b>5 688</b>
	<b>575</b>	<b>5 688</b>
<b>Provisões diversas</b>		
Provisões para garantias de obra	34 411	37 011
Provisões para responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos (Nota 39)	18 000	13 796
Provisões para processos de natureza legal	15 842	5 607
Provisões para selagem e monitorização de aterros	7 319	6 180
Provisões para outras contingências	27 451	38 306
	<b>103 023</b>	<b>100 899</b>
	<b>103 598</b>	<b>106 587</b>

As provisões para garantias de obra decorrem dos contratos de construção executados pelo GRUPO e respeitam, essencialmente, à MOTA-ENGIL ANGOLA e à MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO.

As provisões para processos de natureza legal incluem 10.431 milhares de euros (60.000.000 de soles peruanos - valor nominal - equivalentes em 31 de dezembro de 2020 a 13.636 milhares de euros) relativos ao acordo estabelecido com a INDECOPI (Nota 40).

As provisões para selagem e monitorização de aterros referem-se, essencialmente, às empresas do SUBGRUPO SUMA.

As provisões para outras contingências incluem custos estimados com contingências diversas de índole legal, fiscal e judicial.

A informação relativa ao movimento das provisões, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	2020	2019
<b>Provisões para investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial</b>		
Saldo inicial	5 688	9 259
Aumentos	108	822
Reduções	(340)	(4 393)
Transferências, cambial e variação de perímetro	(4 881)	-
	<b>575</b>	<b>5 688</b>
<b>Provisões diversas</b>		
Saldo inicial	100 899	94 739
Aumentos (Nota 8)	15 666	38 584
Reduções (Nota 8)	(13 757)	(21 936)
Utilizações	(3 968)	(140)
Cambial	(9 911)	-
Transferências, cambial e variação de perímetro	14 093	(10 348)
	<b>103 023</b>	<b>100 899</b>

Em 31 de dezembro de 2019, as provisões para investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial referiam-se, essencialmente, à participada LOGZ.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Transferências, cambial e variação de perímetro” era justificada, essencialmente, por variações cambiais geradas maioritariamente por empresas participadas localizadas em Angola.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, com exceção das provisões constituídas para selagem e monitorização de aterros, para as responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos e para a provisão associada à INDECOPI, a data de utilização das restantes provisões não é passível de ser estimada, pelo que as mesmas não foram alvo de atualização financeira.

De igual modo, exceto para a provisão associada à INDECOPI, dada a incerteza quanto ao momento em que as provisões acima referidas se irão converter em passivos, não foi possível divulgar os momentos esperados para a ocorrência dos respetivos exfluxos futuros de recursos, razão pela qual as mesmas foram classificadas como não correntes.

Em 31 de dezembro de 2020, as datas em que a provisão associada à INDECOPI será utilizada são como se segue:

Data	Montante
30 de setembro de 2021	682
30 de setembro de 2022	1 364
30 de setembro de 2023	2 045
30 de setembro de 2024	2 727
30 de setembro de 2025	3 409
30 de setembro de 2026	3 409
	<b>13 636</b>
<b>Diferença para o valor atual</b>	<b>(3 206)</b>
<b>Valor atual da provisão</b>	<b>10 431</b>

## 38. Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as empresas controladas pelo GRUPO que apresentavam interesses que não controlam mais significativos eram como seguem:

2020	Porcentagem de detenção dos interesses que não controlam	Resultado atribuível a interesses que não controlam	Interesses que não controlam acumulados	Principais acionistas
Mota-Engil Angola	49,00%	16 672	56 521	Sonangol (20%) Rosenberg (29%)
Valorsul	68,67%	1 141	30 673	Município de Lisboa (20,00%) Município de Loures (11,51%) Município da Amadora (5,16%) Município de Vila Franca de Xira (4,61%) Município de Odivelas (0,54%) Outros municípios (5,25%); (a)
Suma	38,50%	1 444	24 345	Urbaser (38,5%)
Fideicomiso Fairmont Costa Canuva	73,14%	535	20 394	Instituto de Pensiones del Estado de Jalisco (26,86%)
Vista Waste	43,86%	5 815	17 569	Vista Energy (41%) Mota-Engil Angola (10%); (a)
Mota-Engil Turismo	56,87%	4 563	(9 071)	Askora Capital (48,04%) Outros investidores (8,83%)
Outras		(2 417)	94 214	
		<b>27 753</b>	<b>234 646</b>	

(a) Esta empresa é detida igualmente, direta ou indiretamente, pela SUMA (entidade detida pelo GRUPO MOTA-ENGIL em 61,5% e pelo Grupo Urbaser em 38,5%).

2019	Percentagem de detenção dos interesses que não controlam	Resultado atribuível a interesses que não controlam	Interesses que não controlam acumulados	Principais acionistas
Mota-Engil Angola	49,00%	37 229	70 807	Sonangol (20%) BPA (5%) Finicapital (15%) Globalpactum (9%)
Valorsul	68,67%	(1 234)	29 532	Município de Lisboa (20,00%) Município de Loures (11,51%) Município da Amadora (5,16%) Município de Vila Franca de Xira (4,61%) Município de Odivelas (0,54%) Outros municípios (5,25%); (a)
Fideicomiso Fairmont Costa Canuva	73,14%	(1)	22 842	Instituto de Pensiones del Estado de Jalisco (26,86%)
Suma	38,50%	216	20 564	Urbaser (38,5%)
Vista Waste	43,86%	11 787	20 367	Vista Energy (41%) Mota-Engil Angola (10%); (a)
Mota-Engil Turismo	56,87%	9 917	(11 791)	Askora Capital (48,04%) Outros investidores (8,83%)
Outras		(14 469)	99 381	
		<b>43 445</b>	<b>251 703</b>	

(a) Esta empresa é detida igualmente, direta ou indiretamente, pela SUMA (entidade detida pelo GRUPO MOTA-ENGL em 61,5% e pelo Grupo Urbaser em 38,5%).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os montantes incluídos na rubrica “Outras - Interesses que não controlam acumulados” referem-se, essencialmente, à SUMA TRATAMENTO, às restantes participadas do SUBGRUPO EGF, à MOTA-ENGL MÉXICO, à EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL, à GENERADORA FÉNIX e à FSE SUMINISTRADORA FENIX (somente em 2020).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e nos exercícios findos naquelas datas, a informação financeira resumida (contributos) sobre as principais subsidiárias controladas pelo GRUPO com interesses que não controlam, era como se segue:

2020	Mota-Engil Angola	Valorsul	Suma	Fideicomiso Fairmont Costa Canuva	Vista Waste	Mota-Engil Turismo
<b>Posição financeira</b>						
Ativos correntes	131 488	13 728	158 714	6 626	12 085	48
Ativos não correntes	229 144	92 647	29 687	21 260	45 791	56 453
Passivos correntes	239 437	26 162	73 590	-	13 009	50 582
Passivos não correntes	40 673	35 546	51 578	-	4 804	21 871
Capital próprio atribuível aos acionistas maioritários	24 001	13 995	38 888	7 491	22 493	(6 881)
Interesses que não controlam	56 521	30 673	24 345	20 394	17 569	(9 071)
	<b>80 522</b>	<b>44 668</b>	<b>63 233</b>	<b>27 886</b>	<b>40 063</b>	<b>(15 952)</b>
<b>Demonstração de resultados</b>						
Rendimentos	199 282	58 026	48 803	3 592	70 980	17 780
Gastos	165 258	56 364	45 052	2 860	57 722	9 755
Resultado líquido do exercício	<b>34 024</b>	<b>1 661</b>	<b>3 751</b>	<b>732</b>	<b>13 259</b>	<b>8 025</b>
atribuível:						
aos acionistas maioritários	17 352	520	2 307	197	7 444	3 461
a interesses que não controlam	16 672	1 141	1 444	535	5 815	4 563
<b>2019</b>						
<b>Posição financeira</b>						
Ativos correntes	150 008	8 214	11 780	151 686	4 606	146
Ativos não correntes	259 775	94 086	19 453	28 208	60 965	45 463
Passivos correntes	231 619	34 540	-	62 977	12 668	55 374
Passivos não correntes	71 869	24 754	-	63 504	6 462	10 970
Capital próprio atribuível aos acionistas maioritários	35 488	13 475	8 390	32 849	26 074	(8 944)
Interesses que não controlam	70 807	29 532	22 842	20 564	20 367	(11 791)
	<b>106 295</b>	<b>43 006</b>	<b>31 233</b>	<b>53 413</b>	<b>46 441</b>	<b>(20 735)</b>
<b>Demonstração de resultados</b>						
Rendimentos	325 839	55 016	-	53 189	79 090	38 983
Gastos	249 861	56 813	1	52 628	52 213	21 543
Resultado líquido do exercício	<b>75 978</b>	<b>(1 797)</b>	<b>(1)</b>	<b>561</b>	<b>26 877</b>	<b>17 439</b>
atribuível:						
aos acionistas maioritários	38 749	(563)	(0)	345	15 090	7 522
a interesses que não controlam	37 229	(1 234)	(1)	216	11 787	9 917

O movimento ocorrido na rubrica de interesses que não controlam nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser detalhado como se segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	251 703
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam	27 753
Itens de outro rendimento integral que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados:	
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	(53 814)
Varição, líquida de impostos, nos excedentes de revalorização de ativos tangíveis	5 235
Outras variações no rendimento integral	(4 016)
Distribuição de dividendos (a)	(4 673)
Aumentos / diminuições de capital social	(885)
Alterações no perímetro de consolidação e nos interesses que não controlam (b)	13 869
Outros	(526)
	<b>234 646</b>

(a) Dos quais cerca de 2.040 milhares de euros relativos à FENIX e cerca de 2.065 milhares de euros relativos à MOTA-ENGIL ANGOLA.

(b) Dos quais cerca de (7.000) milhares de euros relativos à alienação parcial da APP COATZCOALCOS e cerca de 11.500 milhares de euros relativos a aumentos de capital no FIDEICOMISO EL CAPOMO.

	2019
Saldo em 31 de dezembro de 2018	268 998
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam	43 445
Itens de outro rendimento integral que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados:	
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	(51 986)
Varição, líquida de impostos, nos excedentes de revalorização de ativos tangíveis	7 576
Outras variações no rendimento integral	15
Distribuição de dividendos (c)	(12 972)
Aumentos / diminuições de capital social (d)	(14 908)
Alterações no perímetro de consolidação e nos interesses que não controlam (e)	16 854
Outros	(5 319)
	<b>251 703</b>

(c) Dos quais cerca de 7.600 milhares de euros relativos à FENIX e cerca de 3.700 milhares de euros relativos ao SUBGRUPO EGF.

(d) Dos quais cerca de 15.650 milhares de euros realizados no FIDEICOMISO EL CAPOMO.

(e) Dos quais cerca de 5.651 milhares de euro relativos à compra e venda da MOTA-ENGIL INVESTMENTS SOUTH ÁFRICA (Nota 42) e cerca de 11.780 milhares de euros relativos ao FIDEICOMISO FAIRMONT COSTA CANUVA (Nota 42).

Em 31 de dezembro de 2020, não existem acordos ou direitos protetivos estabelecidos com acionistas minoritários que limitem o uso ou a realização dos ativos acima elencados por parte do GRUPO.

## 39. Planos de pensões de benefícios definidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o GRUPO tinha assumido responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos relativamente a alguns ex-funcionários e aos administradores acionistas fundadores. Estes últimos, são beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos que lhes permitirá em traços gerais obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da sua reforma (ou do salário do Presidente do Conselho de Administração ou de outro administrador do GRUPO se, mais elevado).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a informação sobre as responsabilidades com pensionistas e com os administradores acionistas fundadores, bem como as respetivas coberturas, podem ser analisadas como se segue:

	2020	2019
Responsabilidades com pensionistas	1 408	1 438
Responsabilidades com administradores acionistas fundadores	16 592	12 358
Provisões constituídas	18 000	13 796
<b>% de cobertura</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

A informação relativa ao movimento das responsabilidades com pensões, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como se segue:

	2020	2019
Responsabilidades no início do exercício	13 796	12 737
Benefícios pagos	(95)	(96)
Custo dos serviços correntes	303	303
Custo dos juros	139	193
Perdas/(Ganhos) atuariais	3 857	659
<b>Responsabilidades no fim do exercício</b>	<b>18 000</b>	<b>13 796</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os desvios atuariais ocorridos foram justificados pela redução da taxa de desconto, pelo aumento da massa salarial superior à estimada e por um aumento da idade expectável de reforma dos beneficiários.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os montantes reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados referentes aos planos de pensões de benefícios definidos ascenderam a 442 milhares de euros e 496 milhares de euros, respetivamente. Adicionalmente, naqueles exercícios, foram reconhecidos na demonstração consolidada do outro rendimento integral os montantes de -3.857 milhares de euros e de -659 milhares de euros, respetivamente, referentes aos desvios atuariais e financeiros verificados.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os estudos atuariais efetuados para quantificar as responsabilidades com pensões foram elaborados por um perito atuário independente certificado pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e assumiram os seguintes pressupostos:

	2020	2019
Tabela de Mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tabela de Invalidez	EKV80	EKV80
Taxa de desconto	0,75%	1,0%
Taxa de crescimento salarial	1,0%	1,0%
Taxa de atualização das pensões	0,75%	1,0%
Taxa de crescimento das pensões	0%/1,5%	0%/1,5%
Número de pagamentos do benefício	12/13/14	13/14

As responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos foram apuradas de acordo com o “*Projected Unit Credit Method*”, utilizando os pressupostos atuariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

Com base no estudo atuarial efetuado em 31 de dezembro de 2020, a melhor estimativa do custo com pensões a pagar no ano de 2021 ascende a 425 milhares de euros.

Os planos de pensões de benefícios definidos expõem o GRUPO aos seguintes riscos:

- Risco de taxa de juro – o valor atual das responsabilidades é apurado com base numa taxa de desconto determinada por referência às taxas de juro de obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a taxa de desconto diminuir as responsabilidades irão aumentar.

- Risco de longevidade – o valor atual das responsabilidades é apurado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada para os participantes antes e após a data da reforma. Um aumento da esperança média de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.

- Risco de salário / pensão - o valor atual das responsabilidades é apurado tendo como pressuposto uma estimativa de salário / pensão futuro dos participantes. Assim, um aumento do salário / pensão dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, caso a taxa de crescimento dos salários aumentasse 0,5%, o valor atual das responsabilidades viria aumentado em cerca de 248 milhares de euros e em cerca de 110 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, caso a taxa de desconto fosse superior ou inferior a 0,5%, o valor atual das responsabilidades viria diminuído e aumentado em 971 e 1.052 milhares de euros e em 704 e 764 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2020, a *duration* das responsabilidades ascendia a 11 anos.

## 40. Ativos e Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as garantias prestadas pelo GRUPO a terceiros sob a forma de garantias bancárias e de seguros caução, nomeadamente a clientes cujas empreitadas estão a cargo das diversas empresas do GRUPO, discriminadas por moeda, são como se segue:

	2020	2019
Coroas Checas	5 703	6 201
Dólares dos Estados Unidos	312 590	166 031
Escudos Cabo Verdianos	243	243
Euros	366 875	389 166
Kwanzas de Angola	25 809	36 130
Kwachas do Malawi	23 470	21 843
Meticais Moçambicanos	4 339	9 315
Nuevos Soles Peruanos	42 801	54 346
Pesos Colombiano	203 043	214 891
Pesos Mexicanos	59 602	51 099
Reais do Brasil	85 344	112 601
Zlotys Polacos	153 131	129 140
Outras	105 471	135 162
	<b>1 388 421</b>	<b>1 326 169</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe das garantias prestadas por empresa do GRUPO é como se segue:

	2020	2019
Áreagolfe	118	120
Empresa Construtora Brasil	54 927	86 057
Generadora Fenix	1 795	7 103
Grupo Suma/EGF	47 775	56 022
Manvia	2 837	2 975
Mota-Engil Engenharia e Construção África	213 987	95 232
Mota-Engil Angola	26 469	36 611
Mota-Engil Central Europe Polónia	162 423	147 325
Mota-Engil Central Europe República Checa	3 139	3 552
Mota-Engil Engenharia e Construção	157 678	162 448
Mota-Engil México	46 036	45 362
Mota-Engil Peru	88 512	105 154
Sucursal Mota-Engil Engenharia e Construção África - Costa do Marfim	40 695	39 247
Sucursal Mota-Engil Engenharia e Construção Colômbia/Mota-Engil Colômbia	108 059	123 108
Sucursal Mota-Engil Engenharia e Construção África - Malawi	40 188	43 008
Sucursal Mota-Engil Engenharia e Construção África - Moçambique	35 248	47 175
Vibeiras	11 595	9 253
Outras	346 941	316 418
	<b>1 388 421</b>	<b>1 326 169</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor das garantias prestadas pelo GRUPO a favor da administração fiscal portuguesa por processos fiscais ascendia a 80.613 milhares de euros (80.523 milhares de euros em 2019) com a seguinte composição: 73.194 milhares de euros de seguros de caução (72.116 milhares de euros em 2019); 848 milhares de euros de fianças (848 milhares de euros em 2019); 4.913 milhares de euros de garantias bancárias (4.913 milhares de euros em 2019); e 1.659 milhares de euros através de penhor de ações (2.646 milhares de euros em 2019). Adicionalmente, durante o exercício de 2020, o GRUPO foi objeto de duas correções efetuadas pelas autoridades fiscais portuguesas, uma relativa a IRC e outra relativa a Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), as quais envolvem montantes de imposto de, respetivamente, 14.400 milhares de euros e 4.200 milhares de euros. No entanto, o GRUPO procedeu e irá proceder à impugnação judicial das respetivas liquidações adicionais, sendo entendimento do seu Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores legais / fiscais, que as referidas impugnações judiciais serão precedentes, razão pela qual não foram registados quaisquer passivos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2020, o GRUPO encontrava-se envolvido em vários processos judiciais, quer como réu, quer como autor, que, considerando apenas os processos superiores a 500 milhares de euros, envolviam, na qualidade de réu, valores de, aproximadamente, 113.000 milhares de euros (95.000 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019). A este respeito, há que referir que do valor acima mencionado 51.000 milhares de euros encontram-se concentrados em dois processos (um em Portugal e outro na Eslováquia), que se prolongam há mais de dez anos, e que cerca de 30.000 milhares de euros estão associados a seis processos contraordenacionais instaurados pela Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, correspondentes à coima máxima passível de aplicação, sendo que no passado, para processos análogos em que as empresas do GRUPO foram condenadas, as respetivas coimas situaram-se num intervalo entre os 10 e os 30 milhares de euros.

Quanto ao primeiro daqueles processos, o facto de o autor não ter conseguido provar em tribunal ao longo dos últimos 15 anos a matéria sobre a qual o processo incide (e para o qual solicita uma indemnização por lucros cessantes de cerca de 36.000 milhares de euros) suporta o entendimento do Conselho de Administração que o desfecho daquele processo será favorável ao GRUPO.

Quanto ao segundo daqueles processos, para o qual se aguardava a reconfirmação do Tribunal Constitucional da Eslováquia de sentença favorável já proferida no passado, relativa a factos ocorridos em 2004, verificou-se uma alteração de posição daquele Tribunal, apesar da mesma identidade factual e do enquadramento jurídico-legal. No entanto, e sem prejuízo do direito de recorrer, nomeadamente no âmbito da jurisdição e instâncias europeias, é entendimento do Conselho de Administração, suportado em parecer de reputados juristas, que, devido a um contexto processual muito próprio e a pressupostos desvirtuados, que o conteúdo da decisão administrativa que subjaz ao identificado processo, nomeadamente a respetiva sanção (pecuniária), carecerá sempre de exequibilidade, cuja probabilidade é remota.

Por outro lado, a partir de 2018, dois ex-colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL encontram-se a ser investigados pelo Ministério Público Peruano no seguimento do seu alegado envolvimento num conjunto de práticas desenvolvidas, entre 2011 e 2014, por algumas empresas de construção a operar no Peru que não estariam em total conformidade com a legislação em vigor. Adicionalmente, no seguimento daquela investigação, a MOTA-ENGIL PERU foi envolvida naquele processo, tendo-lhe sido entretanto embargados ativos de cerca de 300 milhares de euros. Por último, já em 2020, o GRUPO solicitou a adesão ao Regime Voluntário Especial previsto na Lei nº 30737, o que lhe permite ativar os mecanismos que a referida norma estabelece para limitar o montante da eventual indemnização que lhe poderá ser imposta em caso de condenação (máximo de 3.400 milhares de euros ao câmbio de 31 de dezembro de 2020). No entanto, à data deste relatório, em virtude do processo acima referido ainda se encontrar na sua fase de investigação preparatória (a qual foi prolongada até 22 de maio de 2021) eventuais contingências associadas à evolução daquela investigação não são neste momento possíveis de se aferir e de se quantificar.

Adicionalmente, em janeiro de 2020, a Autoridade da Concorrência Peruana (INDECOPI) instaurou uma ação de investigação sobre práticas anticoncorrenciais, entre 2002 e 2016, a qual envolveu algumas empresas / entidades do GRUPO MOTA-ENGIL, bem como 35 outras empresas de construção a operar no Peru, e 28 pessoas singulares. Durante o exercício de 2020, no seguimento de conversações mantidas com a INDECOPI, foi estabelecido com esta entidade um acordo através do qual as empresas / entidades do GRUPO envolvidas se comprometeram a: (i) reforçar os seus procedimentos de *compliance*; (ii) cumprir com os parâmetros concorrenciais determinados pela INDECOPI; e (iii) efetuar uma dotação pecuniária de cerca de 14.200 milhares de euros ao longo dos próximos seis anos para atividades relacionadas com a pesquisa, promoção e defesa de práticas anticoncorrenciais. Em 31 de dezembro de 2020, aquela responsabilidade encontra-se registada na rubrica de “Provisões” (Nota 37).

## 41. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e nos exercícios findos naquelas datas, os saldos e as transações mantidas com partes relacionadas, correspondentes a empresas associadas e conjuntamente controladas (contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial), bem como a acionistas do GRUPO que exerçam controlo e a outras empresas por estes detidas, foram como se segue:

2020	Contas a receber	Contas a pagar	Suprimentos concedidos	Suprimentos obtidos
Empresas associadas e conjuntamente controladas	78 697	45 831	15 566	16 366
Acionistas e empresas com acionistas comuns ao Grupo	5 032	11 104	272	692
2019	Contas a receber	Contas a pagar	Suprimentos concedidos	Suprimentos obtidos
Empresas associadas e conjuntamente controladas	84 552	48 470	38 143	22 879
Acionistas e empresas com acionistas comuns ao Grupo	8 642	1 046	-	-
2020	Vendas e prestações de serviços	Custo das mercadorias e FSE	Juros obtidos	Juros suportados
Empresas associadas e conjuntamente controladas	187 675	1 717	1 458	1 788
Acionistas e empresas com acionistas comuns ao Grupo	547	836	-	-
2019	Vendas e prestações de serviços	Custo das mercadorias e FSE	Juros obtidos	Juros suportados
Empresas associadas e conjuntamente controladas	276 071	2 039	4 175	234
Acionistas e empresas com acionistas comuns ao Grupo	73	8	-	-

Em 31 de dezembro de 2020, a relação de empresas associadas e conjuntamente controladas é divulgada no Apêndice A deste Anexo.

Em 31 de dezembro de 2020, a MOTA-ENGIL SGPS é detida diretamente em 56,48% pela MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, S.A. (MGP) e em 1,30% pela ANTÓNIO DO LAGO CERQUEIRA, S.A., a qual por sua vez é detida a 51% pela MGP. Igualmente, naquela data, a MGP é detida a 100% pela FM – SOCIEDADE DE CONTROLO, SGPS, S.A., a qual por sua vez é detida a 100% pelos seguintes acionistas a título individual:

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (administrador igualmente da Mota-Engil SGPS)
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (administrador igualmente da Mota-Engil SGPS)
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (administrador igualmente da Mota-Engil SGPS)
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (administrador igualmente da Mota-Engil SGPS)

Adicionalmente, por exercerem cargos de administração na MGP, foram considerados como pessoal chave da gerência da MGP as seguintes pessoas singulares:

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (administrador igualmente da Mota-Engil SGPS)
José Manuel Mota Neves da Costa
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas (administrador igualmente da Mota-Engil SGPS)
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota (administrador igualmente da Mota-Engil SGPS)
Maria Silvia Fonseca Vasconcelos Mota

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2020, encontravam-se incluídas na categoria “Acionistas e empresas com acionistas comuns ao GRUPO” as seguintes entidades / pessoas singulares:

- (i) As entidades, pessoas singulares e seus familiares diretos que sejam acionistas diretos ou indiretos da MOTA-ENGINL SGPS;
- (ii) As pessoas-chave da gerência e seus familiares diretos da MOTA-ENGINL SGPS;
- (iii) As entidades referidas em (i) onde detenham participações ou cargos de administração / gerência;
- (iv) As entidades controladas pelas pessoas referidas em (ii).

Em 31 de dezembro de 2020, as principais entidades / pessoas singulares incluídas na categoria acima referida com as quais o GRUPO manteve saldos e transações no exercício findo naquela data, foram como se segue:

Eaglestone, N.V.
Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.
Sociedade Agrícola Moura Bastos, S.A.
Sunviauto - Industria de Componentes Automóveis, S.A.

Por último, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a MOTA-ENGINL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO ÁFRICA procedeu à aquisição por 22.370 milhares de euros de 100% do capital social da AMGP AGRICULTURA, S.A. (AMGP AGRICULTURA) à MGP (Nota 42), bem como de 1.600 milhares de euros de empréstimos que a MGP tinha concedido à AMGP AGRICULTURA. Em 31 de dezembro de 2020, cerca de 7.000 milhares de euros daquela transação ainda se encontravam por liquidar e justificavam, naquela data, maioritariamente, o montante de contas a pagar a acionistas e empresas com acionistas comuns ao GRUPO.

Aquela transação, realizada entre partes relacionadas, tendo em consideração os valores envolvidos e o facto de não se enquadrar na atividade corrente do GRUPO, foi objeto de aprovação por parte do seu Conselho de Administração durante o exercício de 2019, tendo obtido igualmente parecer favorável do Conselho Fiscal.

Em 31 de dezembro de 2020, os membros dos órgãos de administração da MOTA-ENGINL SGPS, considerados pessoal-chave da gerência, eram como se segue:

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro
António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier
António Manuel da Silva Vila Cova
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
Eduardo João Frade Sobral Pimentel
Emídio José Bebbiano e Moura da Costa Pinheiro <sup>(1)</sup>
Francisco Manuel Seixas da Costa
Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto
Ismael Antunes Hernandez Gaspar
João Pedro dos Santos Dinis Parreira
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas
Luis Filipe Cardoso da Silva
Luis Valente de Oliveira
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa

<sup>(1)</sup> Nomeado por cooptação como vogal do Conselho de Administração no dia 12 de fevereiro de 2020.

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 ascenderam aos montantes de 4.692 milhares de euros (dos quais, 4.073 milhares de euros a título de remuneração fixa, 281 milhares de euros a título de outras remunerações, 0 milhares de euros a título de remuneração variável e 338 milhares de euros a título de senhas de presença) e de 6.285 milhares de euros (dos quais, 4.126 milhares de euros a título de remuneração fixa, 829 milhares de euros a título de outras remunerações, 1.025 milhares de euros a título de remuneração variável e 305 milhares de euros a título de senhas de presença), respetivamente.

As remunerações acima indicadas foram determinadas pela Comissão de Vencimentos tendo em conta o desempenho individual de cada administrador e a evolução deste tipo de mercado de trabalho.

Os seguintes administradores acionistas fundadores são ainda beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos:

- António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
- Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
- Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles

– Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a informação sobre o plano de pensões acima referido encontra-se divulgada na Nota 39, sendo que a responsabilidade do GRUPO para com os acima referidos administradores ascendia a 16.592 milhares de euros e a 12.358 milhares de euros, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não ocorreram transações com administradores da MOTA-ENGIL SGPS, nem existiam saldos pendentes com os mesmos no fim daqueles exercícios.

Desta forma, conforme acima referido, não ocorreram transações com partes relacionadas que tivessem ultrapassado o limiar de 2,5% do ativo consolidado estabelecido na Lei nº 50/2020.

## 42. Perímetro de consolidação

Em 31 de dezembro de 2020, as empresas / entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, respetivos métodos de consolidação, sedes, proporção do capital detido, atividades, datas de constituição e datas de aquisição, são tal como se apresenta no Apêndice A.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as alterações ocorridas no perímetro de consolidação foram como se segue:

### Aquisição de empresas

2020:

Área de Negócio - África
AMGP Agricultura, S.A.
Empresa Agrícola e Florestal, Lda.

Os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas resultantes da aquisição da AMGP AGRICULTURA podem ser detalhados como se segue:

	À data de aquisição	Ajustamentos para o justo valor	Total	2020
<b>Ativos líquidos adquiridos</b>				
Ativos tangíveis e intangíveis	861	50 063	50 924	50 658
Clientes e outros devedores e outros ativos	14	-	14	14
Caixa e seus equivalentes	102	-	102	102
Fornecedores e credores diversos e outros passivos	(2 649)	-	(2 649)	(2 649)
Passivos por impostos diferidos	-	(11 264)	(11 264)	(11 324)
<b>Total de ativos líquidos adquiridos</b>	<b>(1 672)</b>	<b>38 799</b>	<b>37 127</b>	<b>36 800</b>
<b>Percentagem adquirida - 55%</b>		<b>[I]</b>	<b>20 420</b>	
Custo de aquisição:		<b>[II]</b>	(22 370)	
Pagamentos efetuados em numerário 2019			(5 000)	
Pagamentos efetuados em numerário 2020			(9 000)	
Valores em dívida			(8 370)	
Revalorização dos interesses anteriormente detidos		<b>[III]</b>	16 707	
			<b>(5 663)</b>	
<b>Diferença de aquisição apurada registada na Demonstração consolidada das alterações no capital próprio</b>		<b>[I] + [II] + [III]</b>	<b>14 757</b>	
<b>Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição (Nota 43)</b>				
Pagamentos efetuados			(9 000)	
Caixa e seus equivalentes adquiridos			102	
			<b>(8 898)</b>	

	Desde a data de aquisição (setembro 2020)	12 meses
Fornecimentos e serviços externos	(4)	(5)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	-	(0)
Amortizações e depreciações	(267)	(267)
Rendimentos e gastos financeiros	(0)	(0)
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>(271)</b>	<b>(272)</b>
Imposto sobre o rendimento	60	60
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(211)</b>	<b>(212)</b>

Em 9 de setembro de 2020, o GRUPO adquiriu 100% da AMGP AGRICULTURA, a qual por sua vez detinha 55% do capital social da EMPRESA AGRÍCOLA E FLORESTAL. Os restantes 45% do capital social da EMPRESA AGRÍCOLA E FLORESTAL eram detidos pela MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO. No seguimento desta transação, mantida com uma entidade sob controlo comum, o GRUPO registou a mesma de acordo com o método da compra e procedeu à revalorização dos interesses anteriormente detidos na EMPRESA AGRÍCOLA E FLORESTAL (Nota 1.3 e)).

A AMGP AGRICULTURA é uma entidade portuguesa que, indiretamente através de uma empresa participada em 55% (EMPRESA AGRÍCOLA E FLORESTAL, LDA.) se dedica à plantação, exploração, transformação industrial e comércio de produtos agrícola-florestais (nomeadamente de caju e de cacau) na província de Cabinda em Angola. Conforme explicitado na Nota 15, em agosto de 2020 foi renovado o direito de superfície (por 60 anos renovável) sobre uma área de cerca de 16.000 hectares

Por último, para efeitos de apuramento do justo valor do direito de concessão, foi tomado como base, essencialmente, uma avaliação externa solicitada a uma empresa especializada (Zenki Real Estate, Lda. – entidade inscrita como perito avaliador junto da Comissão de Mercado de Capitais de Angola e subsidiária da CBRE).

### Aumento de percentagem de participação

2020:

Área de Negócio - África
Estradas do Zambeze, S.A. (empresa não controlada anteriormente detida em 40%)
Operadora Estradas do Zambeze, S.A. (empresa não controlada anteriormente detida em 40%)
Empresa - Mãe do Grupo e outras
Logz - Atlantic Hub, S.A. (empresa não controlada anteriormente detida em 30%)
Manvia II Conduatas, Lda. (empresa não controlada anteriormente detida em 45%)

Em 2 de abril de 2020, o GRUPO adquiriu 55% adicionais do capital social da ESTRADAS DO ZAMBEZE e da OPERADORA ESTRADAS DO ZAMBEZE à LINEAS (40%) e a um terceiro (15%), bem como procedeu à aquisição adicional de 70% do capital social da LOGZ.

Os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas resultantes das aquisições adicionais da ESTRADAS DO ZAMBEZE, da OPERADORA ESTRADAS DO ZAMBEZE e da LOGZ podem ser detalhados como se segue:

Estradas do Zambeze	À data de aquisição	Ajustamentos para o justo valor	Total	2020
<b>Ativos líquidos adquiridos</b>				
Ativos tangíveis e intangíveis	241	7 910	8 151	7 748
Inventários	-	-	-	99
Clientes e outros devedores e outros ativos	29 871	(20 832)	9 040	6 426
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	55
Caixa e seus equivalentes	776	-	776	128
Empréstimos	(2 292)	-	(2 292)	(1 006)
Fornecedores e outros credores e outros passivos	(20 655)	10 987	(9 668)	(8 487)
Passivos por impostos diferidos	(63)	-	(63)	-
<b>Total de ativos líquidos adquiridos</b>	<b>7 878</b>	<b>(1 935)</b>	<b>5 943</b>	<b>4 962</b>
<b>Percentagem adquirida - 55%</b>		[I]	3 219	
Custo de aquisição 1 (liquidado através de encontro de contas)		[II]	(878)	
Custo de aquisição 2 (liquidado através de encontro de contas)		[III]	967	
Revalorização dos interesses anteriormente detidos		[IV]	(3 406)	
			(3 317)	
<b>Diferença de aquisição apurada provisoriamente registada na demonstração consolidada dos resultados</b>		[I] + [II] + [III] + [IV]	(98)	
<b>Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição (Nota 43)</b>				
Pagamentos efetuados			-	
Caixa e seus equivalentes adquiridos			776	
			776	

Estradas do Zambeze	Desde a data de aquisição (abril 2020)	12 meses
Vendas e prestações de serviços	9 220	13 250
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação da produção	(3 089)	(4 867)
Fornecimentos e serviços externos	(3 998)	(4 626)
Gastos com pessoal	(738)	(1 141)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	706	540
Amortizações e depreciações	(476)	(525)
Rendimentos e gastos financeiros	(900)	(1 191)
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>725</b>	<b>1 440</b>
Imposto sobre o rendimento	(136)	(343)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>589</b>	<b>1 097</b>

Esta diferença de aquisição foi apurada provisoriamente face aos condicionalismos explicitados na Nota 15.

O justo valor dos ativos e passivos adquiridos, bem como a respetiva revalorização dos interesses anteriormente detidos, foram apurados com base no preço da transação estabelecido com a entidade externa ao GRUPO.

Logz	À data de aquisição	Ajustamentos para o justo valor	Total	2020
<b>Ativos líquidos adquiridos</b>				
Propriedades de investimento	26 170	(11 170)	15 000	15 000
Cientes e outros devedores e outros ativos	92	-	92	100
Caixa e seus equivalentes	722	-	722	722
Empréstimos	(10 608)	-	(10 608)	-
Fornecedores e credores diversos e outros passivos	(27 657)	25 273	(2 384)	(15 828)
Outros passivos	(6 075)	1 047	(5 028)	(12)
<b>Total de ativos líquidos adquiridos</b>	<b>(17 355)</b>	<b>15 150</b>	<b>(2 206)</b>	<b>(18)</b>
<b>Percentagem adquirida - 70%</b>		<b>[I]</b>	<b>(1 544)</b>	
Custo de aquisição (liquidado através de encontro de contas)		<b>[II]</b>	(1 156)	
Revalorização dos interesses anteriormente detidos		<b>[III]</b>	4 553	
			<b>3 397</b>	
<b>Diferença de aquisição apurada reconhecida na Demonstração consolidada dos resultados - Nota 11</b>		<b>[I] + [II] + [III]</b>	<b>1 853</b>	
<b>Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição (Nota 43)</b>				
Pagamentos efetuados			-	
Caixa e seus equivalentes adquiridos			722	
			<b>722</b>	

Logz	Desde a data de aquisição (janeiro 2020)	12 meses
Vendas e prestações de serviços	295	295
Fornecimentos e serviços externos	(55)	(55)
Gastos com pessoal	(56)	(56)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	(1)	(1)
Rendimentos e gastos financeiros	(802)	(802)
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>(618)</b>	<b>(618)</b>
Imposto sobre o rendimento	(1)	(1)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(619)</b>	<b>(619)</b>

O justo valor da propriedade de investimento foi apurado tendo em conta uma proposta de compra efetuada por um terceiro.

2019:

Área de Negócio - Europa Engenharia e Construção
Área golfe - Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, S.A. (Empresa já controlada)
VBT - Projectos e Obras de Arquitectura Paisagística, Lda. (Empresa já controlada)
Vibeiras - Sociedade Comercial de Plantas, S.A. (Empresa já controlada)

Durante o exercício de 2019, o GRUPO adquiriu 6,66% adicionais do capital social da VIBEIRAS e das suas participadas.

Área de Negócio - Europa - Ambiente e Serviços
Enviroil II - Reciclagem de Óleos Usados, Lda. (Empresa já controlada)
Nova Beira - Gestão de Resíduos, S.A. (Empresa já controlada)

Durante o exercício de 2019, a SRI adquiriu 5% adicionais do capital social da ENVIROIL II e a INVESTAMBIENTE adquiriu 34% adicionais do capital social da NOVA BEIRA.

Como resultado das transações acima referidas, não foram produzidos efeitos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

[Empresas consolidadas integralmente ou pelo método da equivalência patrimonial pela primeira vez no exercício](#)

2020:

Empresa - Mãe do Grupo e outras
Botelho, Silva & Abreu, Lda.
Área de Negócio - América Latina
AUSUR S.A.

2019:

Área de Negócio - América Latina
Administradora Desarrollo MEM
Concesionaria Urbana Arco Oriente
Consórcio EE Canoas
Consortio ME Carrera 43
Empresa Constructora de Honduras
ME Honduras
Trans Tamaulipas

Decorrente da primeira consolidação das empresas acima indicadas, não foram produzidos impactos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

## Constituição de empresas

2020:

<b>Empresa - Mãe do Grupo e outras</b>
Luso Global Mining, S.A.
Mota-Engil Mediação de Seguros, S.A.
<b>Área de Negócio - Europa Engenharia e Construção</b>
ME-Central Europe PPP 4
MEREM - Asset Management Sp. Z.o.o.
Project Development 4 Sp. Z.o.o.
Project Development 5 Sp. Z.o.o.
Project Development 6 Sp. Z.o.o.
<b>Área de Negócio - África</b>
Mota-Engil Engenharia e Construção África PTY LTD
Mota-Engil Guiné Mandiana, SARL
Twine, Lda

2019:

<b>Área de Negócio - Europa Engenharia e Construção</b>
Belém Grid Lda.
Streamgrest Limited
<b>Área de Negócio - América Latina</b>
Desarrolladora Cuatro Caminos
Desarrolladora Patzcuaro
ECOSS Ambiental
Fideicomiso Fairmont Costa Canuva
ME Inmobiliária SAPI
Mota-Engil Servicios Compartidos
Operadora Maritima Matamoros

Adicionalmente, durante o exercício de 2019, e após a sua constituição, um terceiro subscreveu um aumento de capital no FIDEICOMISO FAIRMONT COSTA CANUVA o que lhe conferiu 40% do seu capital social. Decorrente desta transação, a qual não gerou qualquer ganho ou perda, os interesses que não controlam acumulados vieram aumentados em cerca de 11.780 milhares de euros (Nota 38).

## Fusão de empresas e reorganizações societárias

2019:

<b>Empresa-Mãe do Grupo e outras</b>
CH&P Anadia (fusão na Manvia)
CH&P Coja (fusão na Manvia)
<b>Área de Negócio - América Latina</b>
Mota-Engil Col (fusão na Mota-Engil Colômbia)

## Saída de empresas

2020:

<b>Empresa - Mãe do Grupo e outras</b>
Hungária Hotel Ingotlanforgamazó, Kereskedelmi, és Szolgáltató Kft. (liquidada)
Nortenha Angola, SGPS, S.A. (alienada)
Vetor Diálogo (alienada)
<b>Área de Negócio - África</b>
Busegera Airport Rwanda (alienada)
Mota-Engil Africa (PTY) Limited (liquidada)
<b>Área de Negócio - América Latina</b>
Eco Innovacion Ambiental SAPI de CV (alienada)
Gestion e Innovacion en Servicios Ambientales SA de CV (alienada)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o GRUPO procedeu à alienação de 100% do capital social da MERCADO URBANO – GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A.. O resultado gerado com aquela transação pode ser resumido como se segue:

		2020
Valor contabilístico dos ativos alienados	(I)	(6 676)
Montante recebido em numerário	(II)	6 605
Ganho apurado (registoado na rubrica "Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas" - Nota 11)	(I) + (II)	(71)

Em 31 de dezembro de 2019, o contributo da empresa acima referida para a demonstração consolidada da posição financeira e para a demonstração consolidada dos resultados é divulgado na Nota 28.

Decorrente da alienação das outras empresas acima indicadas, para além das valias geradas divulgadas na Nota 11, não foram produzidos impactos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

2019:

Empresa - Mãe do Grupo e Atividades Conexas
ME Minerals & Mining Zimbabwe (liquidada)
ME Minerals Mining Malawi (liquidada)
Sampaio (liquidada)
Sangobiar Peru (alienada)
Manvia Condutas Moçambique (liquidada)

Área de Negócio - Europa - Engenharia e Construção
Wilenska Project Development (liquidada)
Mota Engil Central Europe Hungria (liquidada)
Bay Park (liquidada)
Nador Obol (liquidada)
Metroepszolg (liquidada)

Área de Negócio - África
ME Investment South Africa (alienada)
ME Construction South Africa (alienada)
STM (liquidada)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o GRUPO procedeu à aquisição adicional de 49% do capital social da MOTA-ENGIL INVESTMENTS SOUTH ÁFRICA tendo posteriormente procedido à alienação integral daquela entidade. O impacto daquelas transações na demonstração consolidada dos resultados e na demonstração consolidada do outro rendimento integral pode ser resumido como se segue:

	2019
Valor contabilístico dos interesses que não controlam adquiridos	(5 651)
Montante pago (59 ZAR)	-
<b>Resultado gerado na operação registado na demonstração consolidada do outro rendimento integral</b>	<b>(5 651)</b>
Valor contabilístico dos ativos líquidos alienados (I)	(11 533)
Montante recebido	-
Justo valor da renegociação da conta a receber da Mota-Engil Construction South África	(23 231)
Total da contrapartida recebida (II)	(23 231)
<b>Resultado gerado na operação registado na demonstração consolidada dos resultados - Nota 11 (II) - (I)</b>	<b>(11 698)</b>

#### Diminuição de percentagem de participação

2020:

Área de Negócio - Europa Engenharia e Construção
Immo Park, Sp. z.o.o.

Área de Negócio - América Latina
APP Coatzacoalcos Villahermosa SAPI de C.V.

Durante o exercício de 2020, o GRUPO alienou 94,97% do capital social da IMMO PARK (perdendo o controlo que exercia sobre esta entidade), bem como alienou 37% do capital social da APP COATZACOALCOS VILLAHERMOSA (perdendo o controlo que exercia sobre esta entidade mas mantendo influência significativa sobre a mesma). Em 31 de dezembro de 2019, os ativos e passivos afetos à APP COATZACOALCOS VILLAHERMOSA encontravam-se registados nas rubricas de ativos e passivos não correntes disponíveis para venda.

Os resultados gerados com as transações acima referidas podem ser resumidos como se segue:

		Immo Park	APP
<b>Operação de venda parcial:</b>			
Valor contabilístico dos ativos líquidos alienados	(I)	2 012	9 610
Montante recebido (em numerário)	(II)	4 253	10 536
<b>Valia gerada com a alienação</b>	<b>(III) = (II) - (I)</b>	<b>2 240</b>	<b>926</b>
<b>Efeito da revalorização por perda de controlo:</b>			
Revalorização dos interesses anteriormente detidos	IV	141	1 033
<b>Valia total</b>	<b>(V) = (III) + (IV)</b>	<b>2 381</b>	<b>1 959</b>

Em 31 de dezembro de 2019, o contributo da IMMO PARK para a demonstração consolidada da posição financeira e para a demonstração consolidada dos resultados foi como segue:

	Immo Park
<b>Ativo</b>	
<b>Não corrente</b>	
Ativos intangíveis	3 980
Ativos tangíveis	12
Ativos por impostos diferidos	60
	<b>4 052</b>
<b>Corrente</b>	
Clientes e outros devedores	21
Outros ativos correntes	80
Caixa e seus equivalentes com recurso à vista	442
	<b>543</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>4 595</b>
<b>Passivo</b>	
<b>Não corrente</b>	
Empréstimos com recurso	1 283
Fornecedores e credores diversos	1 295
	<b>2 578</b>
<b>Corrente</b>	
Fornecedores e credores diversos	328
Outros passivos correntes	16
	<b>344</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>2 923</b>

	Immo Park
Vendas e prestações de serviços	458
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e Variação da produção	(4)
Fornecimentos e serviços externos	(61)
Gastos com pessoal	(30)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	(31)
Amortizações e depreciações	(116)
Rendimentos e ganhos financeiros	1
Gastos e perdas financeiras	(95)
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>121</b>
Imposto sobre o rendimento	(24)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>97</b>

Em 31 de dezembro de 2019, o contributo da APP COATZACOALCOS VILLAHERMOSA para a demonstração consolidada da posição financeira e para a demonstração consolidada dos resultados é divulgado na Nota 28.

#### Alteração do método de consolidação

2019:

Alteração do método de consolidação de equivalência patrimonial para integração global - África:
Clean Eburnie, SARL

## 43. Anexo à Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os montantes pagos relacionados com a aquisição de investimentos financeiros podem ser discriminados como se segue:

	2020	2019
Aportes de capital e aumentos de capital na Concessionária Autopista Cardel, na Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico e na Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina)	10 990	12 736
Aquisição da AMGP Agricultura (segmento África)	8 898	-
Aportes de capital na APP Tamaulipas (segmento América Latina)	-	5 077
Aquisição adicional da Vibeiras (segmento Europa - Engenharia e Construção)	-	694
Outros	220	271
	<b>20 108</b>	<b>19 108</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os montantes recebidos relacionados com a alienação/reembolso de investimentos financeiros podem ser discriminados como se segue:

	2020	2019
Reembolso / alienação de títulos de dívida pública de Angola, do Malawi e da Costa do Marfim (segmento África)	47 329	21 399
Alienação da participação na APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina)	10 536	-
Alienação da Mercado Urbano (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	6 605	-
Alienação da Immo Park (segmento Europa - Engenharia e Construção)	3 706	-
Impacto em caixa da aquisição da Estradas do Zambere (segmento África)	776	-
Impacto em caixa da aquisição da Logz (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	722	-
Recebimento de prestações acessórias da Haçor Domus (segmento Ambiente e Serviços)	-	580
Outros	259	355
	<b>69 933</b>	<b>22 334</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os montantes pagos relacionados com dividendos podem ser discriminados como se segue:

	2020	2019
Acionistas das participadas da EGF	2 369	3 609
Acionistas da Generadora Fenix	2 022	6 590
Acionistas da Mota-Engil SGPS	-	17 125
Acionista do Consórcio GDL Viaducto	-	1 055
Outros	483	611
	<b>4 874</b>	<b>28 990</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os montantes recebidos relacionados com dividendos podem ser discriminados como se segue:

	2020	2019
BAI	1 664	1 552
Outros	472	523
	<b>2 136</b>	<b>2 075</b>

## 44. Segmentos de negócio

O GRUPO serve-se da sua organização interna para efeitos de gestão como base para o seu reporte de informação por segmentos operacionais.

O GRUPO encontra-se organizado por áreas geográficas: EUROPA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, EUROPA AMBIENTE E SERVIÇOS, ÁFRICA E AMÉRICA LATINA.

Os montantes relativos à MOTA-ENGL, SGPS e à MOTA-ENGL CAPITAL e suas participadas (*holding* constituída durante o ano de 2018) foram incluídos na coluna “Outros, eliminações e intragrupo”, a qual também inclui os montantes relativos às transações e aos saldos mantidos entre as empresas dos diferentes segmentos operacionais.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração o facto de serem unidades do GRUPO que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação aos quais é produzida informação financeira separada, os seus resultados operacionais são revistos pela gestão e sobre os quais esta última toma decisões.

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram idênticas às descritas na Nota 1.4..

A demonstração consolidada dos resultados por segmento operacional pode ser analisada como se segue:

2020	Europa Engenharia e Construção	Europa Ambiente e Serviços	África	América Latina	Outros, eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
Vendas e prestações de serviços (a)	715 138	335 112	760 907	595 401	22 577	2 429 134
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação da produção (b)	(205 037)	(17 462)	(193 642)	(131 607)	(12 842)	(560 591)
<b>Resultado bruto (c) = (a) + (b)</b>	<b>510 100</b>	<b>317 650</b>	<b>567 265</b>	<b>463 794</b>	<b>9 735</b>	<b>1 868 544</b>
Fornecimentos e serviços externos (d)	(362 779)	(150 467)	(241 422)	(224 514)	8 989	(970 194)
Gastos com pessoal (e)	(111 440)	(96 741)	(123 642)	(146 785)	(41 036)	(519 644)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais (f)	(168)	13 823	(12 052)	(7 885)	7 832	1 550
<b>EBITDA (g) = (c) + (d) + (e) + (f)</b>	<b>35 713</b>	<b>84 264</b>	<b>190 150</b>	<b>84 609</b>	<b>(14 481)</b>	<b>380 256</b>
Amortizações e depreciações (h)	(23 335)	(65 353)	(81 419)	(22 586)	(4 050)	(196 743)
Provisões e perdas de imparidade (i)	1 237	(1 677)	(13 567)	(21 894)	(3 127)	(39 027)
[das quais, imparidades para ativos não correntes]	1 554	-	(7 556)	-	(1 290)	(7 293)
<b>Resultado operacional (j) = (g) + (h) + (i)</b>	<b>13 616</b>	<b>17 235</b>	<b>95 164</b>	<b>40 129</b>	<b>(21 658)</b>	<b>144 485</b>
Rendimentos e ganhos financeiros	15 189	4 988	213 580	33 919	(11 256)	256 419
Gastos e perdas financeiras	(17 513)	(16 445)	(255 569)	(72 503)	(29 185)	(391 216)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	426	4 277	143	(8 625)	(2 270)	(6 049)
Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas	2 381	1 146	327	2 896	4 397	11 146
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>14 099</b>	<b>11 201</b>	<b>64 392</b>	<b>(4 185)</b>	<b>(59 972)</b>	<b>25 534</b>

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de “Vendas e prestações de serviços - Outros, eliminações e intragrupo” pode ser analisada como se segue:

2020	Vendas e prestação de serviços
Eliminações e intragrupo	(80 152)
Outros (Empresas não incluídas nos quatro segmentos acima indicados)	102 729
<b>Outros, eliminações e ajustamentos</b>	<b>22 577</b>

Em 31 de dezembro de 2020, os intragrupos de vendas e prestações de serviços podem ser analisados como se segue:

2020	Intragrupo Vendas e prestações de serviços
Europa Engenharia e Construção	(24 183)
Europa Ambiente e Serviços	(9 481)
África	(1 441)
América Latina	(1 124)
Outros	(43 924)
	<b>(80 152)</b>

2019 <sup>1</sup>	Europa Engenharia e Construção	Europa Ambiente e Serviços	África	América Latina	Outros, eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
Vendas e prestações de serviços (a)	628 079	350 528	1 006 586	948 616	(21 370)	2 912 440
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação da produção (b)	(140 806)	(20 001)	(240 155)	(279 188)	19 110	(661 040)
<b>Resultado bruto (c) = (a) + (b)</b>	<b>487 273</b>	<b>330 527</b>	<b>766 431</b>	<b>669 428</b>	<b>(2 260)</b>	<b>2 251 400</b>
Fornecimentos e serviços externos (d)	(339 449)	(188 495)	(394 670)	(428 061)	105 364	(1 245 312)
Gastos com pessoal (e)	(115 732)	(95 565)	(141 257)	(188 296)	(46 380)	(587 229)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais (f)	(896)	15 760	(16 974)	65 114	(64 792)	(1 788)
<b>EBITDA (g) = (c) + (d) + (e) + (f)</b>	<b>31 196</b>	<b>62 228</b>	<b>213 530</b>	<b>118 185</b>	<b>(8 068)</b>	<b>417 071</b>
Amortizações e depreciações (h)	(21 146)	(63 488)	(91 414)	(27 725)	(2 769)	(206 542)
Provisões e perdas de imparidade (i)	4 512	(16 514)	457	(19 036)	7 787	(22 794)
[das quais, imparidade para ativos não correntes]	(694)	-	(8 481)	-	-	(9 175)
<b>Resultado operacional (j) = (g) + (h) + (i)</b>	<b>14 562</b>	<b>(17 774)</b>	<b>122 572</b>	<b>71 423</b>	<b>(3 049)</b>	<b>187 734</b>
Rendimentos e ganhos financeiros	10 719	3 847	165 891	33 043	(3 635)	209 865
Gastos e perdas financeiras	(16 725)	(15 270)	(149 745)	(58 099)	(34 466)	(274 305)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	200	80	1 065	(7 411)	659	(5 407)
Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas	4 188	-	(11 698)	2	(478)	(7 986)
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>12 944</b>	<b>(29 117)</b>	<b>129 832</b>	<b>38 958</b>	<b>(40 969)</b>	<b>111 647</b>

<sup>1</sup> Ver nota 2

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as vendas e prestações de serviços intragrupo foram efetuadas a preços semelhantes às praticadas para as vendas e prestações de serviços a clientes externos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a posição financeira consolidada por segmento operacional pode ser analisada como se segue:

	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
Europa Engenharia e Construção	1 013 784	986 933	754 357	761 127
Europa Ambiente e Serviços	971 440	953 345	801 462	771 425
África	1 983 278	1 989 463	1 660 644	1 620 215
América Latina	1 135 261	1 320 677	1 027 830	1 146 067
Outros, eliminações e intragrupo	(288 281)	(195 854)	425 177	427 701
<b>Grupo Mota-Engil</b>	<b>4 815 482</b>	<b>5 054 564</b>	<b>4 669 470</b>	<b>4 726 535</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o investimento e os investimentos financeiros em empresas associadas e conjuntamente controladas por segmento operacional podem ser analisados como se segue:

	Investimento (a)		Investimentos financeiros em empresas associadas e conjuntamente controladas	
	2020	2019	2020	2019
Europa Engenharia e Construção	24 629	19 456	-	-
Europa Ambiente e Serviços	78 751	100 670	18 738	2 834
África	63 046	70 864	3 458	8 739
América Latina	28 814	69 354	118 154	104 153
Outros, eliminações e intragrupo	1 814	2 022	752	8 084
<b>Grupo Mota-Engil</b>	<b>197 054</b>	<b>262 366</b>	<b>141 102</b>	<b>123 810</b>

(a) Aumento líquido (aumentos-alienações) ocorrido nas rubricas de ativos intangíveis, de ativos tangíveis e de direitos de uso de ativos.

Em 31 de dezembro de 2020 e no exercício findo naquela data, os ativos não correntes e as vendas e prestações de serviços por país podem ser analisados como se segue:

2020	Ativos não correntes	Vendas e prestações de serviços
Portugal	1 027 676	708 241
México	377 591	318 010
Angola	303 155	250 207
Moçambique	109 204	174 169
Costa do Marfim	103 641	88 324
Perú	71 519	109 508
Polónia	66 397	310 002
Guiné	56 936	55 378
Malawi	32 682	57 523
Brasil	27 926	133 430
Resto do Mundo	78 004	224 343
	<b>2 254 729</b>	<b>2 429 134</b>

## 45. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 1.4 ix), foram classificados como se segue:

	2020	2019
<b>Ativos financeiros</b>		
<b>Ativos financeiros registados ao custo amortizado</b>		
Caixa e seus equivalentes à vista e a prazo	449 851	432 853
Clientes - corrente	672 665	821 179
Outros devedores - outros - corrente	186 818	137 799
Clientes - não corrente	48 956	7 385
Outros devedores - outros - não corrente	100 732	125 831
Empresas associadas, participadas e participantes - corrente	2 607	6 026
Empresas associadas, participadas e participantes - não corrente	19 978	44 964
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	54 867	56 779
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - corrente	21 088	10 568
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - não corrente	177 915	212 078
	<b>1 735 478</b>	<b>1 855 463</b>
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	42 675	54 088
Instrumentos financeiros derivados	39	4
Quantia escriturada dos ativos financeiros	<b>1 778 192</b>	<b>1 909 555</b>

	2020	2019
<b>Passivos financeiros</b>		
Instrumentos financeiros derivados	590	697
	<b>590</b>	<b>697</b>
<b>Passivos financeiros registados ao custo amortizado</b>		
Empréstimos com e sem recurso - corrente	960 068	891 739
Empréstimos com e sem recurso - não corrente	931 220	977 185
Outros passivos financeiros - corrente	224 233	208 156
Fornecedores e credores diversos - corrente	801 317	885 832
Fornecedores e credores diversos - não corrente	70 418	93 943
	<b>2 987 256</b>	<b>3 056 854</b>
<b>Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS - 9</b>		
Passivos de locação - corrente	57 554	69 999
Passivos de locação - não corrente	243 707	203 883
	<b>301 261</b>	<b>273 881</b>
Quantia escriturada dos passivos financeiros	<b>3 289 107</b>	<b>3 331 433</b>

Os impactos na demonstração consolidada do rendimento integral resultantes dos instrumentos financeiros acima referidos podem ser resumidos como se segue:

	2020			2019		
	Demonstração dos resultados		Outro rendimento integral	Demonstração dos resultados		Outro rendimento integral
	Gastos financeiros (Nota 9)	Rendimentos financeiros (Nota 9)	Reserva de justo valor	Gastos financeiros (Nota 9)	Rendimentos financeiros (Nota 9)	Reserva de justo valor
<b>Ativos financeiros</b>						
Ao custo amortizado	-	42 145	-	-	44 410	-
Ao justo valor	-	3 195	(9 976)	-	1 894	(6 200)
	-	<b>45 340</b>	<b>(9 976)</b>	-	<b>46 304</b>	<b>(6 200)</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Ao justo valor	-	-	559	-	-	180
Ao custo amortizado	141 601	-	-	145 964	-	-
	<b>141 601</b>	-	<b>559</b>	<b>145 964</b>	-	<b>180</b>

O GRUPO MOTA-ENGIL está exposto a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e de crédito.

O processo de gestão de riscos é uma parte integrante do sistema de controlo interno do GRUPO que consiste no desenvolvimento de políticas e procedimentos de gestão com o objetivo de assegurar a criação de valor, a salvaguarda dos ativos, o cumprimento de leis e regulamentos e um ambiente de controlo que assegure o cumprimento dos valores éticos do GRUPO e a fiabilidade da informação relatada.

Deste modo, a gestão de riscos na MOTA-ENGIL SGPS e nas suas empresas participadas assenta num processo evolutivo de permanente identificação e controlo da exposição aos diferentes tipos de riscos inerentes à sua atividade, nas várias geografias e áreas de negócio em que está presente, promovendo o estudo e implementação de estratégias de mitigação dos principais riscos.

A gestão global de riscos do GRUPO MOTA-ENGIL é da competência da sua Comissão Executiva e dos Órgãos de Administração e Fiscalização das suas empresas participadas. Ao nível da Comissão Executiva, a área de responsabilidade da Função de Risco Corporativo é atribuída a um administrador executivo.

O GRUPO MOTA-ENGIL, pela sua diversificação geográfica, com presença em 3 continentes e 23 países, está exposto a uma variedade de riscos financeiros, sendo que a sua política de gestão daqueles riscos visa minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados financeiros. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção e medidas concretas e efetivas de gestão.

A atividade de gestão do risco financeiro é coordenada pela Função de Finanças Corporativas, a qual coordena e monitoriza a gestão de tesouraria e da carteira de dívida, com o apoio e suporte da Função Corporativa de Controlo de Negócios, e desenvolve-se de acordo e em conformidade com as orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, com intervenção consultiva da Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, que daquele é delegada, não deixando de ser uma responsabilidade das administrações de cada uma das unidades de negócio do GRUPO.

A postura do GRUPO relativamente à gestão dos riscos financeiros é conservadora, recorrendo, quando aconselhável, a instrumentos de cobertura de risco sempre na perspetiva de que estes se relacionem com a atividade normal e corrente, não assumindo nunca posições em derivados ou outros instrumentos financeiros que se revistam de caráter especulativo.

Os diversos tipos de risco financeiro estão interrelacionados e as diversas medidas de gestão adotadas pretendem assegurar a prossecução do mesmo objetivo, isto é, a salvaguarda dos ativos e a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

### Risco de taxa de juro

A política de gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, pretende controlar e mitigar o risco de se incorrer em perdas resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira do GRUPO, maioritariamente denominada em euros. Refira-se a este nível, que a estratégia de alocação da dívida aos mercados locais, próxima da geração de *cash-flows*, tem contribuído para uma diversificação de moedas em termos de tomada de dívida.

Por outro lado, face à estagnação a que têm estado votadas as taxas de juro de curto e médio longo prazo, estáveis em mínimos históricos, têm sido realizadas com menor expressão novas operações de cobertura deste risco. No entanto, nos casos em que as maturidades dos empréstimos são longas, o Grupo continua a analisar e a contratar níveis de cobertura que assegurem possíveis alterações futuras das taxas de juro, mantendo-se o mesmo atento à inversão de tendência que certamente acompanhará a inevitável retoma das economias nos anos que se avizinham.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a sensibilidade dos resultados financeiros do GRUPO a alterações no indexante da taxa de juro dos empréstimos obtidos pode ser analisada como se segue:

	Impacto estimado	
	2020	2019
Varição nos juros suportados pela alteração de 1 p.p. na taxa de juro aplicada ao endividamento médio bruto do ano (excluindo locações e factoring)	18 801	17 204
Blindagem por taxa fixa	(7 023)	(7 149)
Blindagem por instrumentos financeiros derivados de taxa de juro	(2 676)	(2 555)
<b>Sensibilidade do resultado financeiro a variações da taxa de juro</b>	<b>9 102</b>	<b>7 500</b>

As taxas de juro médias suportadas nos empréstimos obtidos pelo GRUPO nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram como se segue:

	2020		2019	
	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)
Empréstimos por obrigações não convertíveis	4,86	[3,86; 6,33]	4,81	[3,86; 6]
Dívidas a instituições de crédito:				
Empréstimos bancários	5,44	[0,002; 28,17]	5,83	[0,07; 21,82]
Descobertos bancários	6,14	[2; 20,25]	5,49	[2; 19,8]
Contas caucionadas	6,01	[1,75; 21,84]	9,23	[2,13; 23,67]
Emissões de papel comercial	3,40	[1,5; 6,05]	3,42	[1,5; 6,05]

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, 48% e 48% da dívida bruta (correspondente às rubricas de endividamento com e sem recurso), incluindo o efeito da contratação de instrumentos financeiros derivados, encontrava-se contratada a taxa variável e o custo médio daquela dívida ascendia a 5,0% e a 5,2%, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe dos instrumentos financeiros do GRUPO de acordo com o tipo de taxa de juro contratada é como segue:

2020	Juro à taxa fixa	Juro à taxa variável	Não sujeito a taxa de juro	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Ativos financeiros registados ao custo amortizado</b>				
Caixa e seus equivalentes à vista e a prazo	165 778	-	284 073	449 851
Clientes	45 312	-	676 309	721 621
Outros devedores - outros	-	-	287 550	287 550
Empresas associadas, participadas e participantes	5 083	11 447	6 055	22 585
Estado e outros entes públicos (exceto imposto sobre o rendimento)	-	-	54 867	54 867
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	199 003	-	-	199 003
	<b>415 176</b>	<b>11 447</b>	<b>1 308 854</b>	<b>1 735 478</b>
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	42 675	42 675
Instrumentos financeiros derivados	39	-	-	39
Quantia escriturada dos ativos financeiros	<b>415 216</b>	<b>11 447</b>	<b>1 351 529</b>	<b>1 778 192</b>

2020	Juro à taxa fixa	Juro à taxa variável	Não sujeito a taxa de juro	Total
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Passivos financeiros registados ao custo amortizado</b>				
Empréstimos com e sem recurso	986 646	904 641	-	1 891 287
Outros passivos financeiros	155 650	68 583	-	224 233
Fornecedores e credores diversos	47 371	-	824 364	871 735
Instrumentos financeiros derivados	590	-	-	590
	<b>1 190 258</b>	<b>973 224</b>	<b>824 364</b>	<b>2 987 846</b>
<b>Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS - 9</b>				
Passivos de locação	209 372	91 889	-	301 261
Quantia escriturada dos passivos financeiros	<b>1 399 630</b>	<b>1 065 113</b>	<b>824 364</b>	<b>3 289 107</b>

2019	Juro à taxa fixa	Juro à taxa variável	Não sujeito a taxa de juro	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Ativos financeiros registados ao custo amortizado</b>				
Caixa e seus equivalentes à vista e a prazo	181 325	-	251 528	432 853
Clientes	-	-	828 564	828 564
Outros devedores - outros	-	-	263 630	263 630
Empresas associadas, participadas e participantes	14 878	25 640	10 472	50 991
Estado e outros entes públicos (exceto imposto sobre o rendimento)	-	-	56 779	56 779
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	222 646	-	-	222 646
	<b>418 848</b>	<b>25 640</b>	<b>1 410 974</b>	<b>1 855 463</b>
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	54 088	54 088
Instrumentos financeiros derivados	4	-	-	4
Quantia escriturada dos ativos financeiros	<b>418 853</b>	<b>25 640</b>	<b>1 465 062</b>	<b>1 909 555</b>

2019	Juro à taxa fixa	Juro à taxa variável	Não sujeito a taxa de juro	Total
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Passivos financeiros registados ao custo amortizado</b>				
Empréstimos com e sem recurso	841 294	1 027 630	-	1 868 924
Outros passivos financeiros	134 078	74 078	-	208 156
Fornecedores e credores diversos	45 477	-	934 297	979 774
Instrumentos financeiros derivados	697	-	-	697
	<b>1 021 546</b>	<b>1 101 708</b>	<b>934 297</b>	<b>3 057 551</b>
<b>Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS - 9</b>				
Passivos de locação	198 578	75 304	-	273 881
Quantia escriturada dos passivos financeiros	<b>1 220 124</b>	<b>1 177 011</b>	<b>934 297</b>	<b>3 331 433</b>

## Risco cambial

O GRUPO MOTA-ENGIL operacionaliza os seus negócios a nível internacional através de diversas empresas em diferentes jurisdições, estando por isso exposto ao risco de taxa de câmbio.

Refira-se que ao nível do risco de taxa de câmbio existe um acompanhamento contínuo e sistemático das variações a que o GRUPO está sujeito. Esse acompanhamento é efetuado pelas áreas de Finanças Corporativas e de Controlo de Negócios da MOTA ENGIL, SGPS, consolidando e reportando a informação de todas as empresas presentes nas diversas geografias, quer ao nível de fluxos, saldos e dívida.

A exposição do GRUPO MOTA-ENGIL ao risco de taxa de câmbio resulta sobretudo da presença de várias das suas participadas em diversos mercados, nomeadamente em África, na Europa Central e na América Latina, que trazem novos desafios com a exposição a novas moedas e novas realidades económico-financeiras.

A política de gestão do risco de taxa de câmbio tem por objetivo a redução da volatilidade em investimentos e operações expressas em moeda externa (moedas que não o euro), contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

O risco de taxa de câmbio no GRUPO sintetiza-se de duas formas:

- Risco de transação – associado aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos registados na demonstração da posição financeira em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e os fluxos de tesouraria; e
- Risco de translação – associado a flutuações no valor do capital investido nas empresas estrangeiras do GRUPO, devido a alterações de taxas de câmbio.

Em termos de gestão do risco de taxa de câmbio, procura-se, sempre que possível ou aconselhável, realizar coberturas naturais de valores em exposição pelo recurso a dívida financeira denominada na moeda externa em que se expressam os valores em risco. Sempre que tal não se revele possível ou adequado, promove-se a contratação ou realização de outras operações baseadas em instrumentos financeiros derivados, estruturadas numa lógica de minimização do seu custo, nomeadamente para cobertura de riscos em transações cambiais futuras, com grande grau de certeza quanto a montante e datas de realização. Salienta-se, por outro lado, que, principalmente nos mercados africanos, uma parte significativa dos contratos é denominada em euros ou em dólares norte-americanos, sendo, sempre que possível, indexado o câmbio ao valor do contrato registado em moeda nacional, com vista a eliminar qualquer risco de volatilidade com perda de valor.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos e passivos do GRUPO expressos de acordo com a moeda funcional do país em que cada participada opera, eram como segue:

Moeda	2020		2019	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Dólar Norte Americano (USD)	6 642	37 734	8 485	35 599
Euro (EUR)	2 931 139	3 110 765	2 724 245	2 850 426
Franco CFA (África Ocidental)	111 756	107 928	83 927	82 765
Kwanza de Angola (AOA)	475 217	314 000	543 115	351 726
Kwacha do Malawi (MWK)	79 623	50 558	123 073	78 228
Metical de Moçambique (MZM)	130 226	44 716	183 229	77 311
Novo Sol Peruano (PEN)	126 244	88 650	176 622	127 579
Peso Mexicano (MXN)	649 611	552 014	712 304	620 743
Real do Brasil (BRL)	88 400	87 190	169 876	139 360
Zloti Polaco (PLN)	215 096	180 661	278 523	248 182
Outras	1 528	95 254	51 167	114 615
	<b>4 815 482</b>	<b>4 669 470</b>	<b>5 054 564</b>	<b>4 726 535</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a sensibilidade do resultado líquido e dos capitais próprios do GRUPO a variações cambiais ocorridas nas principais divisas a que está exposto, pode ser analisada como se segue:

2020	Resultado líquido	Capital próprio
Impactos estimados pela apreciação em 1%:		
do Dólar Norte Americano (USD) face ao Euro (EUR)	(61)	(264)
do Kwanza de Angola (AOA) face ao Euro (EUR)	391	484
do Kwacha do Malawi (MWK) face ao Euro (EUR)	19	276
do Metical de Moçambique (MZM) face ao Euro (EUR)	48	812
do Novo Sol Peruano (PEN) face ao Euro (EUR)	(61)	442
do Peso Mexicano (MXN) face ao Euro (EUR)	173	241
do Real do Brasil (BRL) face ao Euro (EUR)	(91)	83
do Zloty Polaco (PLN) face ao Euro (EUR)	47	318
2019	Resultado líquido	Capital próprio
Impactos estimados pela apreciação em 1%:		
do Dólar Norte Americano (USD) face ao Euro (EUR)	31	(483)
do Kwanza de Angola (AOA) face ao Euro (EUR)	662	337
do Kwacha do Malawi (MWK) face ao Euro (EUR)	(192)	645
do Metical de Moçambique (MZM) face ao Euro (EUR)	230	837
do Novo Sol Peruano (PEN) face ao Euro (EUR)	28	468
do Peso Mexicano (MXN) face ao Euro (EUR)	57	265
do Real do Brasil (BRL) face ao Euro (EUR)	(17)	154
do Zloty Polaco (PLN) face ao Euro (EUR)	(66)	388

Para efeitos da análise acima referida, considerou-se o impacto da variação de + 1% na taxa de câmbio na conversão das demonstrações financeiras das participadas com moeda funcional diferente do Euro para Euro no resultado líquido e nos capitais próprios do GRUPO.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os empréstimos obtidos pelo GRUPO encontravam-se denominados nas seguintes moedas:

	Empréstimos por obrigações não convertíveis	Dívidas a instituições de crédito	Emissões de papel comercial	Outros empréstimos	Total
<b>2020</b>					
Dólar Norte Americano	-	56 024	-	-	56 024
Euros	355 727	1 141 250	152 971	-	1 649 947
Franco CFA	-	39 596	-	-	39 596
Kwanza de Angola	-	51 967	-	-	51 967
Nuevo Sol Peruano	-	384	-	-	384
Pesos Colombianos	-	714	-	-	714
Pesos Mexicanos	-	31 486	-	-	31 486
Real Brasileiro	-	35 216	-	-	35 216
Rial Omani	-	3 364	-	-	3 364
Zlotys Polacos	3 290	15 738	-	-	19 028
Outras	-	3 147	-	414	3 560
	<b>359 016</b>	<b>1 378 886</b>	<b>152 971</b>	<b>414</b>	<b>1 891 287</b>
<b>2019</b>					
Dólar Norte Americano	-	75 247	-	-	75 247
Euros	414 371	909 703	166 179	246	1 490 498
Franco CFA	-	40 176	-	-	40 176
Kwanza de Angola	-	68 621	-	-	68 621
Nuevo Sol Peruano	-	3 930	-	-	3 930
Pesos Colombianos	-	4 342	-	-	4 342
Pesos Mexicanos	-	40 765	-	-	40 765
Real Brasileiro	-	75 196	-	-	75 196
Rial Omani	-	3 239	-	-	3 239
Zlotys Polacos	-	57 994	-	-	57 994
Outras	-	8 917	-	-	8 917
	<b>414 371</b>	<b>1 288 129</b>	<b>166 179</b>	<b>246</b>	<b>1 868 924</b>

### Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam assegurar os meios financeiros necessários para solver compromissos no momento em que estes se tornam exigíveis.

A política de gestão do risco de liquidez do GRUPO MOTA-ENGIL tem por objetivo garantir que existem fundos disponíveis (saldos e fluxos financeiros de entrada) a cada momento no GRUPO suficientes para que estes possam fazer face, em devido tempo, a todos os compromissos financeiros assumidos (fluxos financeiros de saída).

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes medidas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro ao GRUPO numa ótica de longo prazo, independentemente do contexto que possa condicionar os negócios;
- Contratação e manutenção de linhas de crédito excedentárias de curto prazo, que se constituem como reservas de liquidez, disponíveis para utilização a todo o momento;
- Realização de um rigoroso planeamento financeiro por empresa, concretizado na elaboração e revisão periódica de orçamentos de tesouraria, possibilitando a previsão antecipada de excedentes e défices futuros de tesouraria, e a otimização e gestão integrada de fluxos financeiros entre participadas do GRUPO;
- Financiamento dos investimentos no médio e longo prazo, adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento à capacidade de geração de fluxos de caixa de cada projeto ou empresa;
- Início do processo de negociação dos refinanciamentos de empréstimos de médio e longo prazo a vencer no ano, com pelo menos um ano de antecedência sobre a respetiva maturidade;
- Contratação de financiamentos de médio e longo prazo de forma a reduzir a dependência de fundos mais voláteis de curto prazo e criando alguma imunização a fatores conjunturais dos mercados financeiros;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o ciclo de libertação de meios e do grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos pelo GRUPO;
- Procura de novas fontes de financiamento e de novos financiadores, com o objetivo de:
  - Diversificação geográfica – captação de recursos nos diversos mercados em que o GRUPO desenvolve atividade;
  - Diversificação de instrumentos de dívida – captação de fundos junto de fontes alternativas, reforçando o objetivo estratégico de uma maior desintermediação bancária.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a posição de liquidez do GRUPO (componente de capital e juros) detalha-se como se segue:

	2020				Total
	< 1 ano	entre 1 e 2 anos	a mais de 2 anos	Indeterminado	
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Ativos financeiros registados ao custo amortizado</b>					
Caixa e seus equivalentes à vista e a prazo	449 851	-	-	-	449 851
Clientes	640 316	61 999	32 650	-	734 965
Outros devedores - outros	186 818	100 732	-	-	287 550
Empresas associadas, participadas e participantes	4 544	21 692	-	-	26 235
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	48 105	6 762	-	-	54 867
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	35 867	46 572	157 781	-	240 220
<b>Ativos financeiros registados ao justo valor</b>					
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	42 675	42 675
Instrumentos financeiros derivados	-	-	39	-	39
<b>Total dos ativos financeiros ao abrigo da IFRS - 9</b>	<b>1 365 501</b>	<b>237 756</b>	<b>190 471</b>	<b>42 675</b>	<b>1 836 403</b>
<b>Outros ativos não financeiros</b>					
Inventários	252 220	-	-	-	252 220
Ativos associados a contratos com clientes	668 882	-	-	-	668 882
Outros ativos correntes e não correntes	76 243	9 546	-	-	85 789
Imposto sobre o rendimento	23 824	-	-	-	23 824
Ativos não correntes detidos para venda	126 967	-	-	-	126 967
<b>Total de ativos não financeiros</b>	<b>1 148 135</b>	<b>9 546</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 157 682</b>
<b>Total de ativos</b>	<b>2 513 636</b>	<b>247 302</b>	<b>190 471</b>	<b>42 675</b>	<b>2 994 084</b>
<b>Passivos financeiros registados ao custo amortizado</b>					
Empréstimos com e sem recurso	1 054 821	407 498	581 806	-	2 044 125
Outros passivos financeiros	232 785	-	-	-	232 785
Fornecedores e credores diversos	807 002	60 839	9 578	-	877 420
<b>Passivos financeiros</b>					
Instrumentos financeiros derivados	108	482	-	-	590
<b>Total de passivos financeiros ao abrigo da IFRS - 9</b>	<b>2 094 716</b>	<b>468 819</b>	<b>591 385</b>	<b>-</b>	<b>3 154 920</b>
<b>Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS - 9</b>					
Passivos de locação	68 031	78 486	176 112	-	322 630
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>2 162 747</b>	<b>547 306</b>	<b>767 497</b>	<b>-</b>	<b>3 477 550</b>
<b>Outros passivos não financeiros</b>					
Passivos associados a contratos com clientes	277 100	6 614	-	-	283 714
Outros passivos correntes e não correntes	595 088	165 299	-	-	760 387
Imposto sobre o rendimento	20 740	-	-	-	20 740
Passivos não correntes detidos para venda	30 229	-	-	-	30 229
<b>Total de passivos não financeiros</b>	<b>923 157</b>	<b>171 913</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 095 069</b>
<b>Total passivos</b>	<b>3 085 904</b>	<b>719 218</b>	<b>767 497</b>	<b>-</b>	<b>4 572 619</b>
<b>Gap de liquidez</b>	<b>(572 268)</b>	<b>(471 916)</b>	<b>(577 026)</b>	<b>42 675</b>	<b>(1 578 535)</b>

	2019				Total
	< 1 ano	entre 1 e 2 anos	a mais de 2 anos	Indeterminado	
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Ativos financeiros registados ao custo amortizado</b>					
Caixa e seus equivalentes à vista e a prazo	432 853	-	-	-	432 853
Clientes	821 179	7 385	-	-	828 564
Outros devedores - outros	137 799	125 831	-	-	263 630
Empresas associadas, participadas e participantes	10 797	49 171	-	-	59 968
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	50 527	6 252	-	-	56 779
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	27 118	38 781	214 729	-	280 628
<b>Ativos financeiros registados ao justo valor</b>					
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	54 088	54 088
Instrumentos financeiros derivados	-	-	4	-	4
<b>Total de ativos financeiros ao abrigo da IFRS - 9</b>	<b>1 480 273</b>	<b>227 420</b>	<b>214 733</b>	<b>54 088</b>	<b>1 976 514</b>
<b>Outros ativos não financeiros</b>					
Inventários	332 599	-	-	-	332 599
Ativos associados a contratos com clientes	568 360	-	-	-	568 360
Outros ativos correntes e não correntes	54 799	5 427	-	-	60 226
Imposto sobre o rendimento	35 146	-	-	-	35 146
Ativos não correntes detidos para venda	274 407	-	-	-	274 407
<b>Total de ativos não financeiros</b>	<b>1 265 311</b>	<b>5 427</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 270 738</b>
<b>Total ativos</b>	<b>2 745 584</b>	<b>232 847</b>	<b>214 733</b>	<b>54 088</b>	<b>3 247 251</b>
<b>Passivos financeiros registados ao custo amortizado</b>					
Empréstimos com e sem recurso	988 923	289 569	757 629	-	2 036 121
Outros passivos financeiros	215 996	-	-	-	215 996
Fornecedores e credores diversos	891 289	80 703	13 240	-	985 232
<b>Passivos financeiros registados ao justo valor</b>					
Instrumentos financeiros derivados	9	688	-	-	697
<b>Total de passivos financeiros ao abrigo da IFRS - 9</b>	<b>2 096 217</b>	<b>370 960</b>	<b>770 869</b>	<b>-</b>	<b>3 238 045</b>
<b>Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS - 9</b>					
Passivos de locação	81 554	77 297	138 039	-	296 890
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>2 177 770</b>	<b>448 257</b>	<b>908 908</b>	<b>-</b>	<b>3 534 935</b>
<b>Outros passivos não financeiros</b>					
Passivos associados a contratos com clientes	233 639	44 247	-	-	277 885
Outros passivos correntes e não correntes	530 905	157 746	-	-	688 651
Imposto sobre o rendimento	30 395	-	-	-	30 395
Passivos não correntes detidos para venda	129 600	-	-	-	129 600
<b>Total de passivos não financeiros</b>	<b>924 538</b>	<b>201 993</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 126 531</b>
<b>Total passivos</b>	<b>3 102 308</b>	<b>650 250</b>	<b>908 908</b>	<b>-</b>	<b>4 661 466</b>
<b>Gap de liquidez</b>	<b>(356 724)</b>	<b>(417 403)</b>	<b>(694 175)</b>	<b>54 088</b>	<b>(1 414 215)</b>

De acordo com a política de gestão de liquidez definida pelo GRUPO, e para além do mencionado na Nota 46 sobre as medidas adotadas nesta matéria em 2020 e 2021, de forma a mitigar o *gap* de liquidez acima apresentado, em 31 de dezembro de 2020, o mesmo dispunha de linhas de crédito disponíveis e não utilizadas de cerca de 153 milhões de euros. Por outro lado, após 31 de dezembro de 2020, o GRUPO já refinanciou ou encontra-se em processo de refinanciamento de cerca de 578 milhões de euros de dívida bancária, dos quais 228 milhões de euros relativos a contratos que em 31 de dezembro de 2020 foram reclassificados para o passivo corrente por não se encontrarem a cumprir com os *covenants* estabelecidos, bem como aprovou em Assembleia Geral de Acionistas um aumento de capital social até 150 milhões de euros, dos quais cerca de 100 milhões de euros serão assegurados pela MGP e pela CCCC.

### Risco de crédito

A política de gestão do risco de crédito tem por objetivo garantir que as participadas do GRUPO promovem a efetiva cobrança e recebimento dos seus créditos sobre terceiros nos prazos estabelecidos e / ou negociados para o efeito.

A mitigação deste risco é conseguida preventivamente, antes da exposição ao risco, pelo recurso a entidades fornecedoras de informação e perfis de risco de crédito que permitam fundamentar a decisão de concessão de crédito.

Posteriormente, depois de concedido o crédito, é promovida a manutenção de estruturas de controlo de crédito e cobrança implementadas ao nível de cada mercado, e, nalguns casos mais particulares, promove-se o recurso à contratação de seguros de crédito junto de reputadas companhias de seguros especializadas. Estas medidas contribuem para a manutenção dos créditos sobre clientes dentro de níveis não suscetíveis de afetar a saúde financeira das participadas do GRUPO.

Adicionalmente, o desenvolvimento significativo da atividade do GRUPO em África e na América Latina foi em parte promovido pelo desenvolvimento de uma estratégia comercial próxima e dirigida a um elevado e crescente número de clientes, espalhados por diversas áreas de negócio e polos geográficos, o que mitiga o risco.

Por outro lado, regista-se o facto de alguns dos maiores projetos que o GRUPO tem em curso terem como promotores alguns dos maiores conglomerados privados a nível mundial, o que confere uma segurança acrescida ao nível da solidez financeira e de cobertura de crédito, existindo ainda de forma crescente o apoio de entidades multilaterais em África e na América Latina como financiadoras de projetos de infraestruturas promotoras do desenvolvimento económico e social em áreas como o Ambiente, a Energia e a Logística, o que assegura um conforto adicional ao nível do risco de crédito.

Por último, apesar da tendência reforçada nos últimos anos para o desenvolvimento de projetos de dimensão superior, o GRUPO tem uma dispersão muito significativa do seu relacionamento comercial, contando nestes projetos com o pagamento de adiantamentos que permitem reduzir de forma significativa o risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a exposição do GRUPO ao risco de crédito era como segue:

	2020	2019
<b>Ativos financeiros</b>		
<b>Ativos financeiros registados ao custo amortizado</b>		
Caixa e seus equivalentes à vista e a prazo	449 851	432 853
Clientes - corrente	672 665	821 179
Outros devedores - outros - corrente	186 818	137 799
Clientes - não corrente	48 956	7 385
Outros devedores - outros - não corrente	100 732	125 831
Empresas associadas, participadas e participantes - corrente	2 607	6 026
Empresas associadas, participadas e participantes - não corrente	19 978	44 964
Estado e outros entes públicos (exceto imposto sobre o rendimento)	54 867	56 779
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - corrente	21 088	10 568
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - não corrente	177 915	212 078
	<b>1 735 478</b>	<b>1 855 463</b>
Instrumentos financeiros derivados	39	4
<b>Ativos financeiros fora do âmbito da IFRS - 9</b>		
Ativos associados a contratos com clientes	668 882	568 360
	<b>668 882</b>	<b>568 360</b>
<b>Quantia escriturada dos ativos financeiros</b>	<b>2 404 399</b>	<b>2 423 828</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a qualidade do risco de crédito do GRUPO era como se segue:

2020	Cientes e outros devedores - outros	Disponibilidades
Aaa; Aa1; Aa2; Aa3	-	516
Aa1; Aa2; Aa3	-	11 401
A1; A2; A3	20 103	34 150
Baa1; Baa2; Baa3	41 679	78 842
Ba1; Ba2; Ba3	3 870	117 119
B1; B2; B3	65 610	34 971
Ca1; Ca2; Ca3	5 602	16
Caa1; Caa2; Caa3	239 426	5 240
Sem rating ou sem informação	632 882	167 598
<b>Total</b>	<b>1 009 171</b>	<b>449 851</b>

2019	Cientes e outros devedores - outros	Disponibilidades
Aaa; Aa1; Aa2; Aa3	-	57
A1; A2; A3	66 241	9 819
Baa1; Baa2; Baa3	30 886	26 295
Ba1; Ba2; Ba3	38 943	175 788
B1; B2; B3	349 351	3 745
Caa1; Caa2; Caa3	47 178	11 538
Sem rating ou sem informação	559 596	205 610
<b>Total</b>	<b>1 092 194</b>	<b>432 853</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a antiguidade das contas a receber associadas a clientes e outros devedores - outros que não se encontravam em imparidade, era como se segue:

Antiguidade no balanço 2020	Cientes e outros devedores - outros
<b>Valores Vencidos</b>	
] 0 ; 3 ] meses	184 076
] 3 ; 12 ] meses	184 359
] 1 ; 3 ] anos	177 149
Mais de 3 anos	67 747
	<b>613 330</b>
<b>Valores não vencidos</b>	395 841
<b>Total</b>	<b>1 009 171</b>

Antiguidade no balanço 2019	Cientes e outros devedores - outros
<b>Valores Vencidos</b>	
] 0 ; 3 ] meses	221 190
] 3 ; 12 ] meses	175 066
] 1 ; 3 ] anos	120 875
Mais de 3 anos	118 589
	<b>635 721</b>
<b>Valores não vencidos</b>	456 473
<b>Total</b>	<b>1 092 194</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a exposição do GRUPO a saldos correntes com antiguidade superior a um ano, líquidos de perdas de imparidade acumuladas e de saldos credores mantidos com os respetivos terceiros, resultava, essencialmente, de dívidas confirmadas de organismos públicos (Estado e instituições públicas de Angola, Moçambique e Malawi), de saldos a receber de parceiros do GRUPO, nomeadamente dos parceiros da MOTA-ENGIL ANGOLA e da MOTA-ENGIL MÉXICO e de saldos a receber de empresas associadas.

O risco de crédito do GRUPO resulta, essencialmente: i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e ii) do risco de recuperação dos créditos concedidos a entidades externas ao GRUPO. O risco de crédito é avaliado no momento inicial e ao longo do tempo, de forma a acompanhar a sua evolução.

Uma parte significativa dos saldos a receber de clientes e de outros devedores encontra-se dispersa por um número elevado de entidades, um fator que contribui para a redução do risco de concentração do crédito. Regra geral, parte significativa dos clientes do GRUPO não têm *rating* de crédito atribuído.

Para os ativos financeiros que não os registados nas rubricas de “Clientes e outros devedores” e “Ativos associados a contratos com clientes”, o GRUPO considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma contínua em cada período de reporte.

De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, o GRUPO tem em consideração, entre outros, os seguintes indicadores:

- Risco de crédito interno;
- Risco de crédito externo (caso disponível);
- Alterações adversas correntes ou expectáveis ao nível dos resultados operacionais do devedor;
- Aumentos significativos no risco de crédito dos outros instrumentos financeiros do devedor;
- Alterações significativas no valor dos colaterais sobre as responsabilidades, ou na qualidade das garantias de terceiros;
- e
- Alterações significativas na performance e comportamento expectável do devedor, incluindo alterações nas condições de pagamento do devedor ao nível do grupo a que pertence, assim como alterações ao nível dos seus resultados operacionais.

No que respeita aos títulos de dívida pública detidos pelo GRUPO, registados nas rubricas de “Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado” presume-se que existe um aumento significativo no risco de crédito (e o apuramento da imparidade para todos os fluxos contratuais do ativo até à data da sua maturidade) se o *rating* externo do devedor sofrer uma queda de 3 *notchs* (tendo em conta os *ratings* atribuídos por pelo menos duas das três principais agências de *rating* – *Moody's*, *Standard & Poors* e *Fitch*) e desde que o *rating* final se situe abaixo do nível Caa2 ou CCC. Genericamente, a perda apurada resulta da aplicação da seguinte fórmula: exposição ao risco X probabilidade de incumprimento x perda em caso de incumprimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, fruto do agravamento do *rating* de crédito da República de Angola, e consequentemente do aumento da probabilidade de incumprimento nos próximos 12 meses, o GRUPO registou perdas de imparidade estimadas para os títulos de dívida pública que detinha em carteira. Para efeitos de determinação daquelas perdas de imparidade, o GRUPO utilizou os valores de probabilidade de incumprimento nos próximos 12 meses (para entidades com *rating* CCC) e de perda em caso de incumprimento (para entidades localizadas no continente africano) constantes num relatório produzido pela Moodys no segundo semestre do ano. Em 31 de dezembro de 2020, pelos motivos elencados acima, não foram reconhecidas perdas de imparidade estimadas para a totalidade da vida de qualquer ativo financeiro registado ao custo amortizado.

Independentemente da análise acima, e para os restantes casos, presume-se um aumento significativo no risco de crédito se um devedor se atrasa mais de 90 dias a contar da data de pagamento contratual.

Para os ativos financeiros registados nas rubricas de “Clientes e outros devedores” e “Ativos associados a contratos com clientes”, o GRUPO aplica a abordagem simplificada para apurar e registar as perdas de crédito esperadas exigidas pela IFRS 9 (Nota 1.4. ix)).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a principal informação utilizada no apuramento das perdas esperadas de imparidade (taxas médias) foi como segue:

Antiguidade de saldos	Clientes privados	Clientes públicos
<b>Valores não vencidos</b>	<b>1,17%</b>	<b>0,00%</b>
<b>Valores Vencidos</b>		
] 0 ; 3 ] meses	6,52%	0,01%
] 3 ; 6] meses	12,71%	0,02%
] 6 ; 12] meses	19,08%	0,02%
] 1 ; 2 ] anos	31,93%	0,02%
] 2 ; 3 ] anos	41,20%	0,02%
Mais de 3 anos	56,03%	0,02%
<i>Forward looking ratios</i>	<b>98,79%</b>	<b>96,00%</b>

### Justo valor

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os instrumentos financeiros do GRUPO registados ao justo valor eram como segue:

	2020				Total	Hierarquia de justo valor
	Custo amortizado	Justo valor por resultados	Justo valor por outro rendimento integral	Justo valor por outro rendimento integral designado no reconhecimento inicial		
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Ativos financeiros registados ao custo amortizado</b>						
Caixa e seus equivalentes à vista e a prazo	449 851	-	-	-	449 851	
Clientes - corrente	672 665	-	-	-	672 665	
Outros devedores outros - corrente	186 818	-	-	-	186 818	
Clientes - não corrente	48 956	-	-	-	48 956	
Outros devedores - outros - não corrente	100 732	-	-	-	100 732	
Empresas associadas, participadas e participantes - corrente	2 607	-	-	-	2 607	
Empresas associadas, participadas e participantes - não corrente	19 978	-	-	-	19 978	
Estado e outros entes públicos (exceto imposto sobre o rendimento)	54 867	-	-	-	54 867	
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - corrente	21 088	-	-	-	21 088	
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - não corrente	177 915	-	-	-	177 915	
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	42 675	42 675	Nível 3
Instrumentos financeiros derivados	-	-	39	-	39	Nível 2
Quantia escriturada dos ativos financeiros	<b>1 735 478</b>	-	<b>39</b>	<b>42 675</b>	<b>1 778 192</b>	

	2020			Hierarquia de justo valor
	Custo amortizado	Justo valor por outro rendimento integral	Total	
<b>Passivos financeiros</b>				
Instrumentos financeiros derivados	-	590	590	Nível 2
<b>Passivos financeiros registados ao custo amortizado</b>				
Empréstimos com e sem recurso - corrente	960 068	-	960 068	
Empréstimos com e sem recurso - não corrente	931 220	-	931 220	
Outros passivos financeiros - corrente	224 233	-	224 233	
Fornecedores e credores diversos - corrente	801 317	-	801 317	
Fornecedores e credores diversos - não corrente	70 418	-	70 418	
<b>Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS - 9</b>				
Passivos de locação - corrente	57 554	-	57 554	
Passivos de locação - não corrente	243 707	-	243 707	
Quantia escriturada dos passivos financeiros	<b>3 288 517</b>	<b>590</b>	<b>3 289 107</b>	

	2019				Total	Hierarquia de justo valor
	Custo amortizado	Justo valor por resultados	Justo valor por outro rendimento integral	Justo valor por outro rendimento integral designado no reconhecimento inicial		
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Ativos financeiros registados ao custo amortizado</b>						
Caixa e seus equivalentes à vista e a prazo	432 853	-	-	-	432 853	
Clientes - corrente	821 179	-	-	-	821 179	
Outros devedores outros - corrente	137 799	-	-	-	137 799	
Clientes - não corrente	7 385	-	-	-	7 385	
Outros devedores - outros - não corrente	125 831	-	-	-	125 831	
Empresas associadas, participadas e participantes - corrente	6 026	-	-	-	6 026	
Empresas associadas, participadas e participantes - não corrente	44 964	-	-	-	44 964	
Estado e outros entes públicos (exceto imposto sobre o rendimento)	56 779	-	-	-	56 779	
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - corrente	10 568	-	-	-	10 568	
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - não corrente	212 078	-	-	-	212 078	
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	54 088	54 088	Nível 3
Instrumentos financeiros derivados	-	-	4	-	4	Nível 2
<b>Quantia escriturada dos ativos financeiros</b>	<b>1 855 463</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>54 088</b>	<b>1 909 555</b>	

	2019			Hierarquia de justo valor
	Custo amortizado	Justo valor por outro rendimento integral	Total	
<b>Passivos financeiros</b>				
Instrumentos financeiros derivados	-	697	697	Nível 2
<b>Passivos financeiros registados ao custo amortizado</b>				
Empréstimos com e sem recurso - corrente	891 739	-	891 739	
Empréstimos com e sem recurso - não corrente	977 185	-	977 185	
Outros passivos financeiros - corrente	208 156	-	208 156	
Fornecedores e credores diversos - corrente	885 832	-	885 832	
Fornecedores e credores diversos - não corrente	93 943	-	93 943	
<b>Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS - 9</b>				
Passivos de locação - corrente	69 999	-	69 999	
Passivos de locação - não corrente	203 883	-	203 883	
<b>Quantia escriturada dos passivos financeiros</b>	<b>3 330 736</b>	<b>697</b>	<b>3 331 433</b>	

## 46. Impacto Covid-19

No seguimento do aparecimento e disseminação da pandemia Covid – 19, que assolou o planeta desde o início do ano de 2020, enunciam-se abaixo alguns impactos da mesma no relato financeiro do GRUPO relativo ao exercício de 2020:

### Ao nível da atividade e da rentabilidade

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, a atividade do GRUPO em 2020 sofreu uma quebra de cerca de 17%, face ao ano de 2019, tendo esta sido mais sentida no negócio de Engenharia e Construção fruto, nomeadamente, dos diversos constrangimentos que a pandemia provocou, sendo de destacar as interrupções / paragens de produção nos vários projetos que o GRUPO vinha a executar, ora provocadas pelas medidas restritivas de saúde pública implementadas nos diversos países pelas respetivas autoridades locais, ora provocadas pelas dificuldades logísticas em movimentar pessoas, mercadorias e equipamentos. Aquela quebra sentiu-se principalmente nas regiões de África e da América Latina.

No que respeita ao negócio de Ambiente e Serviços, consubstanciado na recolha, tratamento e valorização de resíduos, o impacto provocado pela pandemia foi ligeiro dado que correspondendo aquelas atividades a serviços essenciais e estratégicos para o normal funcionamento das comunidades os mesmos continuaram a ser prestados com alguma normalidade.

Ao nível da rentabilidade, fruto das interrupções / paragens ocorridas em alguns dos projetos executados pelo GRUPO, a produtividade dos mesmos foi afetada, bem como a respetiva diluição de custos fixos. A este respeito, há que salientar que é expectativa do GRUPO que há medida que os projetos forem retomando o seu ritmo normal a rentabilidade melhore. Por outro lado, e ao abrigo dos contratos estabelecidos, foram desde logo iniciados diversos contactos com os clientes no sentido de se recuperarem parte dos custos anormais entretanto incorridos, bem como de se recalendarem os prazos de conclusão dos projetos de forma a mitigar o risco de ocorrência de incumprimentos futuros.

Adicionalmente, tendo em consideração o volume de negócios estimado no orçamento do GRUPO para 2020 e uma margem de erro aceitável de desvio, complementada por alguma informação operacional entretanto recolhida, estima-se que a pandemia possa ter sido responsável por uma redução do volume de negócios do GRUPO em 2020 de cerca de 360 milhões de euros e do EBITDA (tendo em consideração as margens históricas alcançadas pelas regiões de África e da América Latina nos últimos 5 anos) de cerca de 45 milhões de euros.

Por outro lado, no que respeita ao negócio de Engenharia e Construção, depois da quebra acentuada verificada na produção em abril e maio de 2020, nos meses seguintes tem-se vindo a assistir a uma recuperação contínua da mesma, tendo esta apenas sido interrompida nos meses de janeiro e fevereiro de 2021 fruto das condições meteorológicas adversas típicas desta altura do ano e das novas medidas de confinamento decretadas em alguns países onde o GRUPO opera. No entanto, nos próximos três meses, estima-se que a produção volte ao ritmo de crescimento evidenciado nos últimos três meses do ano. No que respeita ao negócio de Ambiente e Serviços, embora ainda ligeiramente abaixo dos níveis apresentados no período pré-pandemia, estima-se uma recuperação gradual da sua atividade durante o ano de 2021.

#### Ao nível do financiamento

Neste capítulo, pese embora a menor rentabilidade das operações, as necessidades de financiamento do GRUPO não se agravaram de forma significativa tendo o mesmo conseguido financiar a sua atividade através das facilidades de crédito disponibilizadas em Portugal ou nos outros países em que opera. A este respeito, destacam-se as linhas Covid obtidas em Portugal e a adesão ao processo de moratórias estabelecido pelo Estado / sistema financeiro Português que permitiu ao GRUPO adiar cerca de 460 milhões de euros de reembolsos de capital e juros às instituições financeiras junto das quais mantinha responsabilidades financeiras ativas em Portugal. Por outro lado, fruto das injeções massivas de liquidez por parte dos bancos centrais e das medidas de apoio à economia implementadas pelos vários Estados não se verificou até à data um agravamento material nos custos de financiamento do GRUPO. Por último, até à presente data, não foi sentido igualmente nenhum agravamento significativo no prazo médio de recebimento dos clientes que tenha afetado as necessidades de financiamento do GRUPO.

#### Ao nível do investimento

Neste capítulo, fruto dos constrangimentos decorrentes da pandemia, nomeadamente o adiamento / interrupção de alguns projetos relevantes, o GRUPO adiou parte do investimento planeado de forma a não sobrecarregar a sua tesouraria. Desta forma, o investimento realizado no ano foi direcionado essencialmente para o negócio de tratamento e recolha de resíduos em Portugal e na Costa no Marfim, onde o GRUPO assumiu no passado compromissos de investimento, e para alguns projetos de Engenharia e Construção onde o processo de *procurement* e de aquisição já se encontravam em curso (nomeadamente para um projeto de mineração de médio e longo prazo na Guiné-Conacri).

#### Ao nível da liquidez

Conforme evidenciado na Nota 45, o *gap* de liquidez do GRUPO a 1 ano em 31 de dezembro de 2020 ascendia a -572 milhões euros. Adicionalmente, de acordo com a política de gestão de liquidez definida pelo GRUPO, e de forma a mitigar o *gap* de liquidez acima referido, em 31 de dezembro de 2020 o mesmo dispunha de linhas de crédito disponíveis e não utilizadas de cerca de 153 milhões de euros. Por outro lado, após 31 de dezembro de 2020, o GRUPO já refinanciou ou encontra-se em processo de refinanciamento de cerca de 578 milhões de euros de dívida bancária, dos quais 228 milhões de euros relativos a contratos que em 31 de dezembro de 2020 foram reclassificados para o passivo corrente por não se encontrarem a cumprir com os *covenants* estabelecidos, bem como aprovou em Assembleia Geral de Acionistas um aumento de capital social até 150 milhões de euros, dos quais cerca de 100 milhões de euros serão assegurados pela MGP e pela CCCC. Por último, e em caso de um agravamento extremo das condições económico-financeiras, o GRUPO dispõe ainda da possibilidade de alienar alguns ativos não correntes, nomeadamente alguns dos títulos de dívida pública que mantém registados na sua demonstração da posição financeira e que totalizam cerca de 200 milhões de euros. Deste modo, é entendimento do Conselho de Administração do GRUPO, mesmo num cenário de alguma incerteza quanto ao futuro, que num prazo de 12 meses possui os recursos financeiros adequados para cumprir com todas as suas responsabilidades no momento em que as mesmas se tornem exigíveis.

#### Ao nível das principais estimativas e pressupostos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas

Fruto da incerteza e dos impactos negativos desencadeados até à data pela pandemia, o GRUPO procedeu para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas a uma revisão das principais estimativas e pressupostos utilizados nas mesmas, com especial enfoque para os testes de imparidade realizados sobre o *Goodwill* (Nota 14), sobre os ativos intangíveis (Nota 15), sobre os ativos tangíveis (Nota 16), bem como sobre o reconhecimento de ativos por impostos diferidos (Nota 12) e sobre a mensuração de perdas de imparidade estimadas para contas a receber (Notas 23 e 45) e para outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado (Notas 20 e 45). Como resultado das análises efetuadas, em que genericamente: (i) para os testes de imparidade as taxas de desconto foram superiores às utilizadas em 2019 e os valores projetados para 2021 foram inferiores aos reais de 2019; (ii) para a mensuração de perdas de imparidade estimadas foram aplicadas matrizes com taxas mais agravadas (Nota 45); e (iii) para as perdas de imparidade estimadas para outros investimentos financeiros foram utilizados os últimos dados disponíveis de probabilidade de incumprimento e de perda em caso de incumprimento divulgadas pela *Moodys*, foram constituídas por uma questão de prudência no ano de 2020 perdas de imparidade totais de cerca de 37 milhões de euros (Nota 8).

### Ao nível da continuidade das operações

Embora continue a existir incerteza quanto à normalização da economia mundial e da atividade do GRUPO, muito dependente do sucesso do processo de vacinação contra a pandemia Covid-19, nomeadamente em alguns países de África e na maioria dos países da América Latina, face (1) à elevada carteira de encomendas que o GRUPO possui para executar, e que inclusive atingiu um volume recorde no final do ano; (2) à posição de liquidez que o GRUPO apresenta para os próximos 12 meses; (3) à inexistência de perdas recorrentes no ano (excluindo o valor anormal de provisões e perdas de imparidade); e (4) às medidas de gestão internas que entretanto tem vindo a ser adotadas (implementação de programas de eficiência, adiamento de investimentos, encerramento de mercados menos rentáveis ou de dimensão reduzida, renegociação de contratos com clientes, etc.), é entendimento do GRUPO que o mesmo dispõe dos recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que o Conselho de Administração reitera que é adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

### Ao nível de eventos subsequentes

Entre 31 de dezembro de 2020 e a data de aprovação para emissão das demonstrações financeiras consolidadas anexas, não ocorreram eventos relevantes ou incertezas adicionais sobre a evolução da pandemia e a atividade futura do GRUPO que tenham ou possam vir a produzir impactos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

## 47. Impacto da Hiperinflação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a economia do Zimbábue foi considerada como sendo uma economia hiperinflacionária. Deste modo, a SUCURSAL DO ZIMBABUE DA MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO ÁFRICA, cuja moeda funcional é o dólar do Zimbábue, procedeu à reexpressão das suas demonstrações financeiras para a unidade de mensuração corrente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e nos exercícios findos naquelas datas, o impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da consideração da economia do Zimbábue como uma economia hiperinflacionária, pode ser resumido como se segue:

2020	Antes da aplicação da IAS 29	Impacto IAS 29	Após a aplicação da IAS 29
Vendas e prestações de serviços	2 429 134	-	2 429 134
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e Variação da produção	(560 570)	(21)	(560 591)
Fornecimentos e serviços externos	(970 792)	599	(970 194)
Gastos com pessoal	(519 605)	(40)	(519 644)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	1 174	377	1 550
Amortizações e depreciações	(196 740)	(4)	(196 743)
Perdas de imparidade	(37 118)	-	(37 118)
Provisões	(1 999)	90	(1 909)
Rendimentos e ganhos financeiros	256 419	-	256 419
Gastos e perdas financeiras	(400 435)	9 218	(391 216)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	(6 049)	-	(6 049)
Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas	11 146	-	11 146
Posição monetária líquida	0	10 748	10 748
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>4 567</b>	<b>20 968</b>	<b>25 534</b>
Imposto sobre o rendimento	(17 996)	271	(17 725)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>(13 430)</b>	<b>21 239</b>	<b>7 809</b>
Atribuível:			
a interesses que não controlam	27 753	-	27 753
<b>ao Grupo</b>	<b>(41 183)</b>	<b>21 239</b>	<b>(19 944)</b>

2020	Antes da aplicação da IAS 29	Impacto IAS 29	Após a aplicação da IAS 29
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Goodwill	20 717	-	20 717
Ativos intangíveis	707 988	-	707 988
Ativos tangíveis	384 573	16	384 589
Direitos de uso de ativos	218 246	-	218 246
Investimentos financeiros em empresas associadas	123 606	-	123 606
Investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas	17 496	-	17 496
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	177 915	-	177 915
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	42 675	-	42 675
Propriedades de investimento	173 565	-	173 565
Clientes e outros devedores	176 428	-	176 428
Outros ativos não correntes	9 546	-	9 546
Instrumentos financeiros derivados	39	-	39
Ativos por impostos diferidos	201 918	-	201 918
<b>Total do ativo não corrente</b>	<b>2 254 713</b>	<b>16</b>	<b>2 254 729</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários	252 220	-	252 220
Clientes e outros devedores	941 678	-	941 678
Ativos associados a contratos com clientes	668 882	-	668 882
Outros ativos correntes	76 243	-	76 243
Imposto sobre o rendimento	23 824	-	23 824
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	21 088	-	21 088
Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo	149 646	-	149 646
Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista	31 507	-	31 507
Caixa e seus equivalentes com recurso à vista	268 699	-	268 699
Ativos não correntes detidos para venda	126 967	-	126 967
<b>Total do ativo corrente</b>	<b>2 560 753</b>	<b>-</b>	<b>2 560 753</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>4 815 466</b>	<b>16</b>	<b>4 815 482</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Empréstimos sem recurso	133 303	-	133 303
Empréstimos com recurso	797 917	-	797 917
Passivos de locação	243 707	-	243 707
Instrumentos financeiros derivados	482	-	482
Fornecedores e credores diversos	70 418	-	70 418
Passivos associados a contratos com clientes	6 614	-	6 614
Outros passivos não correntes	165 299	-	165 299
Provisões	103 598	-	103 598
Passivos por impostos diferidos	181 691	4	181 695
<b>Total do passivo não corrente</b>	<b>1 703 029</b>	<b>4</b>	<b>1 703 033</b>
<b>Corrente</b>			
Empréstimos sem recurso	45 443	-	45 443
Empréstimos com recurso	914 624	-	914 624
Outros passivos financeiros	224 233	-	224 233
Passivos de locação	57 554	-	57 554
Instrumentos financeiros derivados	108	-	108
Fornecedores e credores diversos	801 317	-	801 317
Passivos associados a contratos com clientes	277 100	-	277 100
Outros passivos correntes	595 088	-	595 088
Imposto sobre o rendimento	20 740	-	20 740
Passivos não correntes detidos para venda	30 229	-	30 229
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>2 966 437</b>	<b>-</b>	<b>2 966 437</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>4 669 466</b>	<b>4</b>	<b>4 669 470</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	237 505	-	237 505
Ações próprias	(10 232)	-	(10 232)
Reservas, Resultados transitados e Prêmios de emissão	(274 736)	(21 227)	(295 963)
Resultado líquido consolidado do exercício	(41 183)	21 239	(19 944)
<b>Capital próprio atribuível ao Grupo</b>	<b>(88 646)</b>	<b>12</b>	<b>(88 634)</b>
Interesses que não controlam	234 646	-	234 646
<b>Total do Capital próprio</b>	<b>146 000</b>	<b>12</b>	<b>146 012</b>
<b>Total do Capital próprio e Passivo</b>	<b>4 815 466</b>	<b>16</b>	<b>4 815 482</b>

2019 <sup>o</sup>	Antes da aplicação da IAS 29	Impacto IAS 29	Após a aplicação da IAS 29
Vendas e prestações de serviços	2 916 504	(4 064)	2 912 440
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e Variação da produção	(661 265)	225	(661 040)
Fornecimentos e serviços externos	(1 246 712)	1 400	(1 245 312)
Gastos com pessoal	(587 085)	(144)	(587 229)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	(6 762)	4 974	(1 788)
Amortizações e depreciações	(206 280)	(262)	(206 542)
Perdas de imparidade	(6 147)	-	(6 147)
Provisões	(16 648)	-	(16 648)
Rendimentos e ganhos financeiros	194 749	15 116	209 865
Gastos e perdas financeiras	(274 305)	-	(274 305)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	(5 407)	-	(5 407)
Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas	(7 986)	-	(7 986)
Posição monetária líquida	(0)	1 746	1 746
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>92 656</b>	<b>18 991</b>	<b>111 647</b>
Imposto sobre o rendimento	(41 129)	(345)	(41 474)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>51 527</b>	<b>18 646</b>	<b>70 173</b>
Atribuível:			
a interesses que não controlam	43 445	-	43 445
<b>ao Grupo</b>	<b>8 082</b>	<b>18 646</b>	<b>26 728</b>

<sup>o</sup> Ver Nota 2

2019	Antes da aplicação da IAS 29	Impacto IAS 29	Após a aplicação da IAS 29
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Goodwill	22 233	-	22 233
Ativos intangíveis	629 811	-	629 811
Ativos tangíveis	459 294	734	460 028
Direitos de uso de ativos	246 411	-	246 411
Investimentos financeiros em empresas associadas	103 908	-	103 908
Investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas	19 902	-	19 902
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	212 078	-	212 078
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	54 088	-	54 088
Propriedades de investimento	161 753	-	161 753
Clientes e outros devedores	184 433	-	184 433
Outros ativos não correntes	5 427	-	5 427
Instrumentos financeiros derivados	4	-	4
Ativos por impostos diferidos	186 296	-	186 296
<b>Total do ativo não corrente</b>	<b>2 285 637</b>	<b>734</b>	<b>2 286 371</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários	332 078	521	332 599
Clientes e outros devedores	1 059 462	-	1 059 462
Ativos associados a contratos com clientes	568 360	-	568 360
Outros ativos correntes	54 740	59	54 799
Imposto sobre o rendimento	35 146	-	35 146
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	10 568	-	10 568
Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo	98 303	-	98 303
Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista	34 593	-	34 593
Caixa e seus equivalentes com recurso à vista	299 957	-	299 957
Ativos não correntes detidos para venda	274 407	-	274 407
<b>Total do ativo corrente</b>	<b>2 767 613</b>	<b>581</b>	<b>2 768 193</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>5 053 249</b>	<b>1 315</b>	<b>5 054 564</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Empréstimos sem recurso	110 425	-	110 425
Empréstimos com recurso	866 760	-	866 760
Passivos de locação	203 883	-	203 883
Instrumentos financeiros derivados	688	-	688
Fornecedores e credores diversos	93 943	-	93 943
Passivos associados a contratos com clientes	44 247	-	44 247
Outros passivos não correntes	157 746	-	157 746
Provisões	106 587	-	106 587
Passivos por impostos diferidos	161 659	325	161 984
<b>Total do passivo não corrente</b>	<b>1 745 937</b>	<b>325</b>	<b>1 746 263</b>
<b>Corrente</b>			
Empréstimos sem recurso	50 148	-	50 148
Empréstimos com recurso	841 592	-	841 592
Outros passivos financeiros	208 156	-	208 156
Passivos de locação	69 999	-	69 999
Instrumentos financeiros derivados	9	-	9
Fornecedores e credores diversos	885 832	-	885 832
Passivos associados a contratos com clientes	233 639	-	233 639
Outros passivos correntes	530 905	-	530 905
Imposto sobre o rendimento	30 395	-	30 395
Passivos não correntes detidos para venda	129 600	-	129 600
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>2 980 272</b>	<b>-</b>	<b>2 980 272</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>4 726 209</b>	<b>325</b>	<b>4 726 535</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	237 505	-	237 505
Ações próprias	(10 232)	-	(10 232)
Reservas, Resultados transitados e Prémios de emissão	(160 018)	(17 656)	(177 674)
Resultado líquido consolidado do exercício	8 082	18 646	26 728
<b>Capital próprio atribuível ao Grupo</b>	<b>75 337</b>	<b>990</b>	<b>76 327</b>
Interesses que não controlam	251 703	-	251 703
<b>Total do Capital próprio</b>	<b>327 040</b>	<b>990</b>	<b>328 030</b>
<b>Total do Capital próprio e Passivo</b>	<b>5 053 249</b>	<b>1 315</b>	<b>5 054 564</b>

## 48. Eventos subsequentes

---

Em 2021, até à data de emissão do presente relatório, destacam-se os seguintes factos relevantes, cujo detalhe se encontra adequadamente divulgado como informação privilegiada nos sítios da MOTA-ENGIL e da CMVM:

### 4 de janeiro de 2021:

#### **“MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE A ADJUDICAÇÃO DE UM NOVO CONTRATO NO GANA NUM MONTANTE TOTAL DE 570 MILHÕES DE DÓLARES**

A MOTA-ENGIL informa sobre a adjudicação de um novo contrato à sua subsidiária MOTA-ENGIL ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO ÁFRICA, S.A., no Gana, no montante total de 570 milhões de dólares.

Os trabalhos agora adjudicados correspondem à conceção e construção (reabilitação e expansão) da Autoestrada Accra-Tema e extensões, num total de 27,7 Km, e decorrerão durante um período de 48 meses.”

### 11 de janeiro de 2021:

#### **“MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE ASSINATURA DE CONTRATO NA NIGÉRIA, NO MONTANTE DE 1.820 MILHÕES DE DÓLARES**

A MOTA-ENGIL informa que a sua subsidiária para a região de África assinou um contrato conducente à execução do projeto, à construção e ao financiamento de uma infraestrutura ferroviária na República Federal da Nigéria e na República do Níger.

O contrato acima referido celebrado com o Ministério dos Transportes da Nigéria ascende a cerca de 1.820 milhões de Dólares Americanos e incluirá o projeto, o *procurement*, a construção, bem como o financiamento (EPC-F) da linha férrea com cerca de 284 km + 94 km, “Kano-Danbatta-Kazaure-Daura-Mashi-Katsina-Jibiya-Maradi (Niger Republic) with a branch line to Dutse”.

Durante os próximos meses, a MOTA-ENGIL irá, conjuntamente com o Governo da Nigéria e as entidades financiadoras, trabalhar na conclusão do ESIA (Environmental and Social Impact Assessment), nas necessárias expropriações, na mobilização inicial e na elaboração do projeto, com vista à sua conclusão e à aprovação final do financiamento por parte do Governo da Nigéria.

Aquele financiamento tem vindo a ser estruturado e negociado pelo KFW-IPEX BANK, África Finance Corporation e pelo Credit Suisse, como Financial Advisors da MOTA-ENGIL e Mandated Lead Arrangers para a transação, contará com o apoio de diversas ECA (Export Credit Agencies) internacionais e será tomado pela República da Nigéria.

Terminada aquela fase, arrancarão os trabalhos efetivos de construção da infraestrutura ferroviária que terão uma duração de 32 meses.”

### 1 de março de 2021:

#### **“MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE A ADJUDICAÇÃO DE UM NOVO CONTRATO NA POLÓNIA NUM MONTANTE TOTAL DE 150 MILHÕES DE EUROS**

A MOTA-ENGIL S.G.P.S., S.A., informa sobre a adjudicação de um novo contrato à sua subsidiária na Polónia, MOTA-ENGIL CENTRAL EUROPE, S.A., no montante total de 150 milhões de euros.

O projeto agora adjudicado compreende a conceção e construção (reabilitação e expansão) da Autoestrada S19 entre o nó de "Lubartów Północ" (incluindo o próprio nó) e o nó de "Lublin Rudnik" (excluindo este último nó), num total de 23 Km, e decorrerá durante um período de 36 meses.”

## ACORDO DE INVESTIMENTO COM A CCCC

Em 27 de novembro de 2020, a MOTA-ENGIL S.G.P.S., S.A. informou publicamente ter concluído com a CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION COMPANY, LTD. (CCCC), um acordo de investimento (Acordo) cujos aspectos essenciais tinham sido já objeto de divulgação ao mercado através do comunicado emitido em 27 de agosto de 2020. Uma das condições precedentes do Acordo, consoante então divulgado, consistia na confirmação por parte da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) de que o Acordo e as operações nele previstas não impunham à CCCC uma obrigação de lançamento de uma oferta pública de aquisição (OPA). Por outro lado, os estatutos da MOTA-ENGIL naquela data conferiam a um acionista, ou grupo de acionistas, detentores de pelo menos 30% do capital social, o direito de obstem à aprovação pela Assembleia Geral de deliberações sobre várias matérias, bem como o direito de designar 1/3 dos membros do órgão de administração, sendo certo que, quanto a um conjunto alargado de assuntos, a tomada de decisões, ao nível desse órgão, dependia da não oposição de pelo menos 1/3 dos administradores. Havendo o risco de que a situação descrita pudesse ser encarada como indo além do objetivo de proteger os acionistas minoritários, o que poderia sujeitar o futuro acionista CCCC ao dever de lançar uma OPA quando esta última se tornasse detentora de uma participação igual ou superior a 30% do capital social da MOTA-ENGIL — o que, de resto, nunca chegaria a suceder, uma vez que o investimento por parte da CCCC estava justamente condicionado a que a CMVM confirmasse que a transação não gerava uma obrigação de OPA — o Conselho de Administração deliberou propor aos sócios uma alteração dos estatutos da SOCIEDADE, no sentido da redução daqueles direitos e afastar tal risco.

No seguimento do atrás descrito, no dia 24 de fevereiro de 2021, a CCCC requereu formalmente à CMVM a confirmação de que o Acordo e as operações nele previstas não impõem para a CCCC a obrigação de lançamento de uma OPA. Tal confirmação foi comunicada pela CMVM em 5 de março, na condição de que a alteração estatutária proposta pelo Conselho de Administração venha a ser aprovada em 19 de março.

Mais se informa que, uma vez verificadas todas as condições precedentes:

- a MOTA-ENGIL, no uso da autorização, entretanto já concedida pela Assembleia Geral, irá deliberar um aumento de capital de 100 milhões de novas ações, com respeito pelo direito de preferência dos acionistas, ao preço unitário de 1,50;
- a CCCC, por sua vez, obrigou-se a participar nesse aumento, exercendo os direitos inerentes às 55 milhões de ações que adquirirá à MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, S. A. (MGP), bem como os direitos de subscrição inerentes a outros 20,66% do atual capital, cedidos também pela MGP;
- a MGP, por último, também se vinculou a acorrer ao aumento de capital, subscrevendo um mínimo de 22.598.927 novas ações. Lembra-se que toda a operação (incluindo o aumento de capital) depende da verificação de várias condições precedentes, com relevo para a referida acima e para a obtenção de todas as autorizações e consentimentos por parte de entidades públicas que sejam legalmente exigíveis, nomeadamente por parte de autoridades da concorrência em qualquer jurisdição, o que já sucedeu relativamente à Autoridade da Concorrência do Brasil e da União Europeia.

Por outro lado, e ainda no âmbito da implementação do Acordo, nas Assembleias Gerais de Obrigacionistas a realizar em 23 de março de 2021, será colocada à consideração a atualização da cláusula de “Events of Default” de forma a que alteração da detenção por parte da MGP não venha a desencadear o reembolso antecipado das obrigações MOTA-ENGIL 2018 / 2021 e MOTA-ENGIL 2018 / 2023.

Finalmente, antes do termo da futura oferta pública de subscrição, será convocada uma reunião da Assembleia Geral para deliberar sobre a recomposição global do Conselho de Administração.

## 49. Honorários pagos ao auditor / revisor oficial de contas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de honorários pagos ao auditor / revisor oficial de contas foi como segue:

Natureza do Serviço	Pela Sociedade Valor (euros)	Por entidades que integram o grupo Valor (euros)	Total Valor (euros)
Auditoria e revisão legal de contas	144 800	1 397 618	1 542 418
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-	94 350	94 350
Consultoria fiscal	-	19 162	19 162
Outros serviços que não revisão legal de contas	-	1 395	1 395
<b>Total</b>	<b>144 800</b>	<b>1 512 525</b>	<b>1 657 325</b>

Os trabalhos distintos dos de auditoria prestados pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas durante o exercício de 2020 detalham-se de seguida:

- Disponibilização de licença de acesso à base de dados Inforfisco, a qual consiste num repositório de natureza fiscal de fonte pública (desde legislação a jurisprudência);
- Emissão de relatórios de garantia de fiabilidade sobre as contas reguladas de algumas empresas concessionárias a submeter ao organismo regulador (ERSAR);
- Revisões limitadas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de algumas empresas participadas, em conformidade com a Norma Internacional de Trabalhos de Revisão ISRE 2410;
- Emissão de relatórios de garantia de fiabilidade relativos à validação de rácios financeiros associados a contratos de financiamentos obtidos e a concursos nos quais as empresas do GRUPO participaram;
- Emissão de relatório de garantia de fiabilidade sobre os relatórios de faturação entregues por uma empresa do GRUPO à Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.;
- Emissão de relatório de garantia de fiabilidade relativo à forma de apuramento do justo valor de um investimento financeiro detido pelo GRUPO;
- Participação de alguns colaboradores do GRUPO em cursos de formação genérica *on-line* promovidos pelo Auditor / Revisor Oficial de Contas (abertos a outros intervenientes) sobre temáticas diversas;
- Prestação de serviços de tax compliance a entidades do GRUPO localizadas no sultanato de Omã;
- Prestação de serviços de apoio fiscal associados à implementação do imposto sobre o valor acrescentado em Angola.

## 50. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do GRUPO em 15 de março de 2021. Contudo, as mesmas ainda estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas sendo convicção do Conselho de Administração do GRUPO que serão aprovadas sem alterações.

# Apêndice A. Empresas consolidadas

## EMPRESAS/ENTIDADES INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PELO MÉTODO DA CONSOLIDAÇÃO INTEGRAL

As empresas/entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método da consolidação integral, respetivas sedes, proporção do capital detido, atividade, data de constituição e data de aquisição das mesmas foram as seguintes:

Designação	Sede	Proporção do capital detido	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
<b>Empresa - Mãe do Grupo e outras</b>					
Mota-Engil, SGPS, S.A., Sociedade Aberta ("Mota-Engil SGPS")	Portugal (Porto)	-	Gestão de participações financeiras	ago/90	-
Bay-Park Koriátolt Felelősségű Társaság Kft. ("Bay Park") Através da Obol Invest	Hungria (Budapeste)	76,73 76,73	Promoção imobiliária	-	dez/08
Botelho, Silva & Abreu, Lda. Através da Largo do Paço	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Restauração	ago/43	jun/19
Corgimobil - Empresa Imobiliária das Corgas, Lda. ("Corgimobil") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Cascais)	97,25 97,25	Construções, estudos e realizações imobiliárias	-	nov/00
Dmowski Project Development, Sp. z o.o. ("Dmowski") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	ago/07	-
Gesar - Gestão de Águas Residuais do Algarve ("GESAR ACE Manvia") Através da Manvia	Portugal (Linda-a-Velha)	54,00 54,00	Tratamento de águas residuais	abr/15	-
Kordylewski Project Development W Likwidacji Sp. z o.o. ("Kordylewski") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	fev/05	-
Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda. ("Largo do Paço") Através da Mota-Engil Capital	Portugal (Amarante)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	-	out/01
Logz - Atlantic Hub, S.A. ("Logz") Através da Mota-Engil Capital	Portugal (Lisboa)	100,00 100,00	Gestão e prestação de serviços logísticos e infra-estruturas	jul/08	fev/20
Luso Global Mining B.V. ("Luso Global Mining BV", anteriormente designada por "ME Minerals Mining Investment BV") Através da Luso Global Mining	Holanda (Amesterdão)	100,00 100,00	Gestão de outras empresas	out/10	-
Luso Global Mining, S.A. ("Luso Global Mining") Através da Mota-Engil Capital	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Prospecção e exploração de minérios	ago/20	-
Manvia - Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, S.A. ("Manvia") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Linda-a-Velha)	90,00 90,00	Manutenção e exploração de instalações	jul/94	jun/98
Manvia II Condutas, Lda. ("Manvia II Condutas") Através da Manvia	Portugal (Linda-a-Velha)	90,00 90,00	Construção e manutenção de condutas de saneamento, água ou outros fluidos	dez/10	nov/20
ME Investitii AV s.r.l. ("Mota-Engil Investitii") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Roménia (Bucareste)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	-	set/07
MESP - Mota Engil Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, S.A. ("Mota-Engil Serviços Partilhados") Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Serviços administrativos	dez/02	-
ME 3I, SGPS, S.A. ("ME 3I SGPS") Através da Mota-Engil Indústria e Inovação	Portugal (Linda-a-Velha)	61,20 61,20	Gestão de participações financeiras	out/11	-
MK Contractors, LLC ("MKC") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	EUA (Miami)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	mar/02	-
Mota-Engil África, N.V. ("ME África NV") Através da Mota-Engil SGPS	Holanda (Amesterdão)	100,00 100,00	Gestão e administração de sociedades	out/12	-
Mota-Engil Capital, S.A. ("Mota-Engil Capital") Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	fev/18	-
Mota-Engil Indústria e Inovação, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Indústria e Inovação") Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Linda-a-Velha)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	nov/10	-
Mota-Engil Mediação de Seguros, S.A. ("Mota-Engil Mediação") Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Mediação de seguros	jul/20	-
Mota-Engil Real Estate Hungary Ingatlanforgalmazó, Kereskedelmi és Szolgáltató Kft. ("Mota-Engil Real Estate Hungria") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	jul/05	-
Mota-Engil Real Estate Portugal, S.A. ("Mota-Engil Real Estate Portugal") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	set/01	-
Mota-Engil Real Estate, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Real Estate SGPS") Através da Mota-Engil Capital	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	dez/02	-
Mota-Engil Renewing, S.A. ("ME Renewing") Através da Mota-Engil Capital	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Energia, mobilidade sustentável, reciclagem e reutilização e aproveitamento de recursos	ago/18	-
Obol Invest Befektetési És Üzletviteli Tanácsadó Koriátolt Felelősségű Társaság Kft. ("Obol Invest") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Hungria (Budapeste)	77,50 77,50	Promoção imobiliária	-	mai/05
Obol Xi. Ingatlanhasznosítási Berüházó És Szolgáltató Koriátolt Felelősségű Társaság Kft. ("Obol XI") Através da Obol Invest	Hungria (Budapeste)	76,73 76,73	Promoção imobiliária	-	dez/03
Proempar - Promoção e Gestão de Parques Empresariais e Tecnológicos, S.A. ("Proempar") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção, gestão e exploração de parques empresariais tecnológicos e industriais	out/06	-
PTT - Parque Tecnológico do Tâmega, S.A. ("PTT") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Felgueiras)	90,00 90,00	Promoção e gestão de acolhimento empresarial tecnológico	dez/06	-
Sikorki Project Development Sp. z o.o. ("Sikorki") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	out/12	-
Soltysowska Project Development Sp. z o.o. ("Soltysowska") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	nov/05	-
Takargo - Transportes de Mercadorias, S.A. ("Takargo") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Linda-a-Velha)	100,00 100,00	Transportes ferroviários de mercadorias	out/06	-
Turalgo-Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, S.A. ("Turalgo") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Oeiras)	51,00 51,00	Promoção imobiliária	mai/92	-
Wilanow Project Development SP. z o.o. ("Wilanow") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	jun/07	-

Designação	Sede	Proporção do capital detido	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
<b>Europa</b>					
Mota-Engil Europa, S.A. ("Mota-Engil Europa") Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Linda-a-Velha)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	jun/10	-
<b>Engenharia e Construção</b>					
Áreagolfe - Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, S.A. ("Áreagolfe") Através da Vibeiras	Portugal (Torres Novas)	77,78 77,78	Gestão, construção e manutenção de campos de golfe	-	jul/07
Arkona Property Development Sp z.o.o. ("Arkona", anteriormente designada por "Project Development 1") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	nov/15	-
Balice Project Development Sp. z.o.o. ("Balice") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	out/12	-
Belém Grid - Promoção imobiliária e de Animação Turística, S.A. ("Belém Grid") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção imobiliária e animação turística	out/19	-
Bukowinska Project Development ("Bukowinska Project Development") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção e construção de habitação social	mar/15	-
Carlos Augusto Pinto dos Santos & Filhos S.A. ("Capsfil") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Vila Flor)	100,00 100,00	Extração de saibro, areia e pedra britada	mar/77	out/09
Diace - Construtoras das Estradas do Douro Interior A.C.E. ("Diace ACE MEEC") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	53,10 53,10	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	nov/08	dez/15
Dzieci Warszawy Project Development Sp. z.o.o. ("Dzieci") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	nov/15	-
Ekosrodowisko z.o.o. In Liquidation ("Ekosrodowisko") Através da MES	Polónia (Bytom)	61,50 61,50	Resíduos sólidos urbanos	fev/05	dez/05
Glace - Construtoras das Auto-estradas da Grande Lisboa A.C.E. ("Glace ACE MEEC") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	52,87 52,87	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	dez/06	dez/15
Glan Agua, Ltd ("Glanagua") Através da MEIS	Irlanda (Ballinasloe)	70,00 70,00	Tratamento de resíduos, exploração e gestão de sistemas de água	jan/08	-
Glan Agua (UK), Ltd ("Glan Agua UK") Através da MEIS	Reino Unido (St Albans)	70,00 70,00	Tratamento de resíduos, exploração e gestão de sistemas de água	jul/15	-
Grodowska Project Development Sp. z.o.o. ("Grodowska") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção e construção de habitação social	mar/14	-
Hygeia - Edifícios Hospitalares, SGPS, S.A. ("Hygeia") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção Através da Manvia, Mota-Engil Capital e Mota-Engil Europa	Portugal (Lisboa)	99,00 98,99 0,01	Gestão de participações sociais em outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas	dez/18	-
Immo Park Gdańsk, Sp. z.o.o. ("Immo Park Gdańsk") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	mar/13	-
Immo Park Warszawa, Sp. z.o.o. ("Immo Park Warszawa") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	out/12	-
Kilinskiego Project Development Sp. z.o.o. ("Kilinskiego") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	ago/07	-
Kilinskiego Property Investment Sp. z.o.o. ("Kilinskiego PI") Através da Kilinskiego Project Development Sp. z.o.o. Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 99,99 0,01	Promoção imobiliária	set/11	-
La Scala Property Development Sp z.o.o. ("Scala", anteriormente designada por "Grotta") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	out/12	-
Listopada Project Development ("Listopada Project Development") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	nov/15	-
Lusitânia - Construtoras das Auto-estradas das Beiras Litoral e Alta A.C.E. ("Lusitânia ACE MEEC") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	83,95 83,95	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	abr/01	dez/15
MEREM - Asset Management Sp. z.o.o. ("MEREM", anteriormente designada por "Project Development 3") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	fev/20	-
MES, Mota-Engil Srodowisko, Sp. z.o.o. ("MES") Através da Suma	Polónia (Cracóvia)	61,50 61,50	Resíduos sólidos urbanos	dez/05	-
Mota-Engil Central Europe Ceska Republika, AS ("Mota-Engil Central Europe República Checa") Através da Mota-Engil Europa	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Construção civil e obras públicas	jan/97	-
Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Central Europe Management") Através da Mota-Engil Europa	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de participações sociais em outras sociedades	ago/17	-
Mota-Engil Central Europe PPP 2 Sp. z.o.o. ("ME Central Europe PPP 2") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	dez/13	-
Mota-Engil Central Europe PPP 3 Sp. z.o.o. ("ME Central Europe PPP 3") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	abr/14	-
Mota-Engil Central Europe PPP 4 Sp. z.o.o. ("ME Central Europe PPP 4") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	out/20	-
Mota-Engil Central Europe PPP Road Sp. z.o.o. ("ME Central Europe PPP Road") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	-	nov/13
Mota-Engil Central Europe PPP Sp. z.o.o. ("ME Central Europe PPP") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	mar/12	-
Mota-Engil Central Europe, S.A. ("ME Central Europe Polónia") Através da Mota-Engil Central Europe Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Execução de obras	fev/53	mar/99
Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A. ("Mota-Engil Engenharia e Construção") Através da Mota-Engil Europa	Portugal (Amarante)	100,00 100,00	Execução de obras e compra e venda de imóveis	dez/00	-
Mota-Engil International Construction (UK) Ltd ("Mota-Engil UK") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Reino Unido (St Albans)	60,00 60,00	Construção civil	jul/15	-
Mota-Engil Ireland Construction Limited ("Mota-Engil Irlanda") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Irlanda (Dublin)	60,00 60,00	Construção civil	out/07	-
Mota-Engil Ireland Services Ltd. ("MEIS") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Irlanda (Dublin)	70,00 70,00	Tratamento de resíduos, exploração e gestão de sistemas de água	jan/08	-
Mota-Engil Magyarország Beruházási És Eptoiipari Zrt. ("Mota-Engil Magyarország") Através da Mota-Engil Europa	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Execução de obras públicas	jan/96	-
Mota-Engil Railway Engineering, S.A. ("ME Railway Engineering") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção Através da MEEC África Através da Mota-Engil Latin America BV	Portugal (Porto)	100,00 96,15 1,92 1,92	Estudos, projetos, execução de obras e representação de materiais e equipamentos relacionados com obras de caminho de ferro	jun/18	-
Mota-Engil Real Estate Management, sp. z.o.o. ("Mota-Engil Real Estate Management") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	jun/05	-
Mota-Engil Vermelo Sp. z.o.o. ("ME Vermelo") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	mar/12	-
Norace - Construtoras das Auto-estradas do Norte A.C.E. ("Norace ACE MEEC") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	82,87 82,87	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	jun/99	dez/15
Oriental Hub, S.A. ("Oriental Hub") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Conceção, construção, reabilitação e exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto	nov/18	-
Pinhal - Construtoras das Auto-estradas do Pinhal Interior A.C.E. ("Pinhal ACE MEEC") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	53,52 53,52	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	abr/10	dez/15
Portuscale - Construtoras das Auto-estradas do Grande Porto A.C.E. ("Portuscale ACE MEEC") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	83,95 83,95	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	jul/02	dez/15
Project Development 2 Sp. z.o.o. ("Project Development 2") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	nov/15	-
Project Development 4 Sp. z.o.o. ("Project Development 4") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	fev/20	-

Designação	Sede	Porção do capital detido	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
<b>Project Development 5 Sp. z.o.o. ("Project Development 5")</b> Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	<b>51,00</b> 51,00	Promoção imobiliária	fev/20	-
<b>Project Development 6 Sp. z.o.o. ("Project Development 6")</b> Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	<b>100,00</b> 100,00	Promoção imobiliária	fev/20	-
<b>Senatorska Project Development Sp. z.o.o. ("Senatorska")</b> Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	<b>100,00</b> 100,00	Promoção imobiliária	nov/15	-
<b>Streamgrest Limited ("Streamgrest")</b> Através da Mota-Engil Irlanda Através da GlanAgua	Irlanda (Galway)	<b>65,00</b> 30,00 35,00	Comercial	fev/18	-
<b>VBT - Projectos e Obras de Arquitectura Paisagística, Lda ("VBT")</b> Através da Vibeiras Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Angola (Luanda)	<b>48,89</b> 38,89 10,00	Atividades de plantação e manutenção de jardins	set/08	-
<b>Vianor - Construtoras das Auto-estradas da Costa de Prata A.C.E. ("Vianor ACE MEEC")</b> Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	<b>83,95</b> 83,95	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	abr/00	dez/15
<b>Vibeiras - Sociedade Comercial de Plantas, S.A. ("Vibeiras")</b> Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Torres Novas)	<b>77,78</b> 77,78	Atividades de plantação e manutenção de jardins	jul/88	out/98
Designação	Sede	Proporção do capital detido	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
<b>Ambiente e Serviços</b>					
<b>AGIR - Ambiente e Gestão Integrada de Resíduos, Lda. ("Agir")</b> Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços Através da Suma	Cabo Verde (Praia)	<b>80,75</b> 50,00 30,75	Recolha de resíduos sólidos urbanos	dez/07	-
<b>Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Algar")</b> Através da EGF	Portugal (Loulé)	<b>33,15</b> 33,15	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
<b>Amarsul- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Amarsul")</b> Através da EGF	Portugal (Setúbal)	<b>30,19</b> 30,19	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
<b>Citrave - Centro Integrado de Tratamento de Resíduos de Aveiro, S.A. ("Citrave")</b> Através da Novaflex Através da Suma Através da Suma Esposende	Portugal (Lisboa)	<b>61,50</b> 0,05 61,41 0,05	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	dez/87	out/06
<b>Correia &amp; Correia, Lda. ("Correia &amp; Correia")</b> Através da Enviroil	Portugal (Sertão)	<b>48,18</b> 48,18	Comércio e recolha de óleos usados	set/88	fev/00
<b>Eco Vision LLC ("Eco Vision")</b> Através da Suma	Oman (Muscat)	<b>31,37</b> 31,37	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	jul/15	-
<b>Empresa Geral de Fomento, S.A. ("EGF")</b> Através da Suma Tratamento	Portugal (Lisboa)	<b>59,19</b> 59,19	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
<b>Enviroil II - Reciclagem de Óleos Usados, Lda. ("Enviroil II")</b> Através da Enviroil Através da SRI	Portugal (Torres Novas)	<b>45,77</b> 43,37 2,41	Reciclagem de óleos, produção de eletricidade e comércio por grosso de combustíveis e produtos derivados	abr/11	-
<b>Enviroil SGPS, Lda. ("Enviroil")</b> Através da Suma	Portugal (Torres Novas)	<b>48,18</b> 48,18	Gestão de participações financeiras	nov/97	-
<b>Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. ("Ersuc")</b> Através da EGF Através da Suma	Portugal (Coimbra)	<b>34,14</b> 30,46 3,68	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
<b>InvestAmbiente - Recolha de Resíduos e Gestão de Sistemas de Saneamento Básico, S.A. ("Investambiente")</b> Através da Novaflex	Portugal (Lisboa)	<b>31,98</b> 31,98	Recolha de resíduos não perigosos	fev/00	dez/07
<b>Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Ambiente e Serviços")</b> Através da Mota-Engil Europa	Portugal (Porto)	<b>100,00</b> 100,00	Gestão de participações financeiras	jun/97	-
<b>Nova Beira - Gestão de Resíduos, S.A. ("Nova Beira")</b> Através da Novaflex Através da Investambiente	Portugal (Lisboa)	<b>41,72</b> 20,30 21,42	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	-	dez/07
<b>Novaflex - Técnicas do Ambiente, S.A. ("Novaflex")</b> Através da Suma	Portugal (Lisboa)	<b>61,50</b> 61,50	Recolha de outros resíduos não perigosos	-	dez/07
<b>Real Verde - Técnicas de Ambiente, S.A. ("Real Verde")</b> Através da Novaflex	Portugal (Vila Real)	<b>61,50</b> 61,50	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	dez/07	-
<b>Resiestrela - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Resiestrela")</b> Através da EGF	Portugal (Castelo Branco)	<b>37,26</b> 37,26	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
<b>Resiges - Gestão de Resíduos Hospitalares, Lda. ("Resiges")</b> Através da Novaflex	Portugal (Setúbal)	<b>61,50</b> 61,50	Recolha de resíduos perigosos	mai/98	dez/07
<b>Resilei - Tratamento de Resíduos Industriais, S.A. ("Resilei")</b> Através da Suma	Portugal (Leiria)	<b>30,75</b> 30,75	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	-	jun/03
<b>Resinorte - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Resinorte")</b> Através da EGF	Portugal (Braga)	<b>44,46</b> 44,46	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
<b>Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Resulima")</b> Através da EGF	Portugal (Viana do Castelo)	<b>30,19</b> 30,19	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
<b>Rima - Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A. ("Rima")</b> Através da Suma	Portugal (Lousrosa)	<b>59,12</b> 59,12	Tratamento de resíduos industriais	ago/01	-
<b>SIGA - Sistema Integrado de Gestão Ambiental, S.A. ("Siga")</b> Através da Suma	Portugal (Ponta Delgada)	<b>43,05</b> 43,05	Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos	out/08	-
<b>SIGAMB - Sistemas de Gestão Ambiental, Lda. (Angola) ("SIGAMB")</b> Através da Novaflex	Angola (Luanda)	<b>61,44</b> 61,44	Estudos técnicos, consultoria e formação na área ambiental	fev/14	-
<b>SRI - Gestão de Resíduos, Lda ("SRI")</b> Através da Correia & Correia	Portugal (Sertão)	<b>48,18</b> 48,18	Recolha de resíduos perigosos	jul/08	-
<b>Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Suldouro")</b> Através da EGF	Portugal (Vila Nova de Gaia)	<b>35,52</b> 35,52	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
<b>Suma (Douro) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Douro")</b> Através da Suma	Portugal (Murça)	<b>61,50</b> 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	jul/00	-
<b>Suma (Esposende) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Esposende")</b> Através da Suma	Portugal (Esposende)	<b>61,50</b> 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	dez/99	-
<b>Suma (Macau), Lda. ("Suma Macau")</b> Através da Suma	China (Macau)	<b>60,89</b> 60,89	Recolha de resíduos sólidos urbanos	-	dez/13
<b>Sumalab, S.A. ("Sumalab", anteriormente designada por "Suma Matosinhos")</b> Através da Suma	Portugal (Matosinhos)	<b>61,50</b> 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	dez/00	-
<b>Suma (Porto) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Porto")</b> Através da Suma	Portugal (Porto)	<b>61,50</b> 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	nov/08	-
<b>Suma Tratamento, S.A. ("Suma Tratamento")</b> Através da Suma Através da Suma Esposende Através da Novaflex Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Lisboa)	<b>59,20</b> 49,19 0,01 0,01 10,00	Gestão de participações financeiras	out/14	-
<b>Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma")</b> Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Lisboa)	<b>61,50</b> 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	jun/94	-
<b>Triaza - Tratamento de Resíduos Industriais da Azambuja, S.A. ("Triaza")</b> Através da Suma	Portugal (Azambuja)	<b>61,50</b> 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	nov/15	-
<b>Triu - Técnicas de Resíduos Industriais e Urbanos, S.A. ("Triu")</b> Através da Enviroil	Portugal (Loures)	<b>48,18</b> 48,18	Recolha de resíduos não perigosos	abr/91	set/08
<b>Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Valnor")</b> Através da EGF	Portugal (Portalegre)	<b>31,57</b> 31,57	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
<b>Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Valorlis")</b> Através da EGF	Portugal	<b>30,19</b> 30,19	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15

Designação	Sede	Proporção do capital detido	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
<b>Valorminho - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Valorminho")</b> Através da EGF	Portugal (Valença)	<b>30,19</b> 30,19	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
<b>Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. ("Valorsul")</b> Através da EGF	Portugal (Loures)	<b>31,33</b> 31,33	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Designação	Sede	Proporção do capital detido	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
<b>África</b>					
<b>Akwangola, S.A. ("Akwangola")</b> Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	<b>51,00</b> 51,00	Exploração do mercado de água	dez/10	dez/13
<b>AMGP Agricultura, S.A. ("AMGP")</b> Através da MEEC África	Portugal (Porto)	<b>100,00</b> 100,00	Gestão de projectos de exploração agrícola	fev/19	set/20
<b>Cecot - Centro de Estudos e Consultas Técnicas, Lda. ("Cecot")</b> Através da MEEC África	Moçambique (Maputo)	<b>100,00</b> 100,00	Projetos e fiscalização em construção civil	set/98	abr/11
<b>Clean Eburnie SARL ("Clean Eburnie")</b> Através da MEEC África	Costa do Marfim (Abidjan)	<b>60,00</b> 60,00	Estudo técnico, concepção, financiamento, construção e exploração de centros técnicos de aterros	dez/17	-
<b>Cosamo (Proprietary) Limited ("Cosamo")</b> Através da Mota Internacional	África do Sul (Joanesburgo)	<b>100,00</b> 100,00	Comercial	dez/76	-
<b>Eco Eburnie, S.A. ("Eco Eburnie")</b> Através da MEEC África	Costa de Marfim (Abidjan)	<b>100,00</b> 100,00	Recolha de resíduos sólidos urbanos, limpeza e manutenção de vias públicas	out/17	-
<b>Ecolife, S.A. ("Ecolife")</b> Através da Mota-Internacional	Moçambique (Maputo)	<b>58,45</b> 40,00	Recolha de resíduos sólidos urbanos	dez/13	-
<b>Empresa Agrícola Florestal Portuguesa, S.A. ("Empresa Agrícola Florestal")</b> Através da AMGP	Portugal (Porto)	<b>100,00</b> 55,28 44,72	Exploração agrícola florestal	fev/18	set/20
<b>Estradas do Zambeze ("Estradas do Zambeze")</b> Através da MEEC África	Moçambique (Maputo)	<b>95,00</b> 95,00	Concessão rodoviária	nov/09	abr/20
<b>Fatra - Fábrica de Trefilaria de Angola, S.A. ("Fatra")</b> Através da Mota Internacional	Angola (Luanda)	<b>70,00</b> 70,00	Fabricação de produtos derivados de ferro	mai/08	nov/10
<b>Fibreglass Sundlete (Moçambique), Lda. ("Fibreglass")</b> Através da ME Maurícias	Moçambique (Maputo)	<b>100,00</b> 100,00	Comercial	ago/62	mar/99
<b>Indimo, Lda. ("Indimo")</b> Através da Cecot	Moçambique (Maputo)	<b>100,00</b> 50,00	Promoção imobiliária	-	out/04
<b>Liwonde Logistics Platform Limited ("Liwonde")</b> Através da ME Investments Malawi	Malawi (Lilongwe)	<b>99,49</b> 50,00	Gestão e administração de sociedades	jun/15	-
<b>Malawi Ports Company Limited ("Malawi Ports Company")</b> Através da MEEC África	Malawi (Lilongwe)	<b>100,00</b> 88,00	Transportes marítimos	nov/10	-
<b>Malawi Shipping Company Limited ("Malawi Shipping Company")</b> Através da ME Malawi	Malawi (Lilongwe)	<b>100,00</b> 100,00	Transportes marítimos	nov/10	-
<b>Martinox, S.A. ("Martinox")</b> Através da Mota-Engil Angola	Angola (Benguela)	<b>51,00</b> 51,00	Construção de aço inox	fev/08	dez/11
<b>Mota &amp; Companhia Maurícias, Lda. ("ME Maurícias")</b> Através da MEEC África	Maurícias (Ebene)	<b>100,00</b> 100,00	Construção civil	mai/10	-
<b>Mota-Engil África, SGP, S.A. ("Mota-Engil África")</b> Através da MEEC África	Portugal (Porto)	<b>100,00</b> 100,00	Gestão de participações financeiras	mai/10	-
<b>Mota-Engil África Global Technical Services B.V. ("ME África GTS BV")</b> Através da MEEC África	Holanda (Amsterdão)	<b>100,00</b> 100,00	Gestão e administração de sociedades	mai/14	-
<b>Mota-Engil Angola, S.A. ("Mota-Engil Angola")</b> Através da Mota Internacional	Angola (Luanda)	<b>51,00</b> 51,00	Construção civil e obras públicas e privadas	mai/10	-
<b>Mota-Engil Cameroon SARL ("Mota-Engil Cameroon")</b> Através da MEEC África	Camarões (Douala)	<b>100,00</b> 100,00	Construção civil e obras públicas e privadas	jan/18	-
<b>Mota-Engil Côte D'Ivoire, SARL ("Mota-Engil Costa de Marfim")</b> Através da MEEC África	Costa de Marfim (Abidjan)	<b>100,00</b> 100,00	Construção civil e obras públicas e privadas	abr/18	-
<b>Mota-Engil Engenharia e Construção África PTY LTD ("Mota-Engil Engenharia e Construção África PTY")</b> Através da MEEC África	África do Sul (Joanesburgo)	<b>100,00</b> 100,00	Execução de obras	fev/17	-
<b>Mota-Engil Engenharia e Construção África, S.A. ("MEEC África")</b> Através da Mota-Engil SGP	Portugal (Porto)	<b>100,00</b> 100,00	Execução de obras	ago/12	-
<b>Mota-Engil Guiné Conakry, SARL ("Mota-Engil Guiné")</b> Através da MEEC África	Guiné Conacri (Conacri)	<b>100,00</b> 100,00	Construção civil e obras públicas e privadas	ago/17	-
<b>Mota-Engil Guiné Mandiana, SARL ("Mota-Engil Guiné Mandiana")</b> Através da MEEC África	Guiné Conacri (Conacri)	<b>100,00</b> 100,00	Extração mineira e florestal	fev/20	-
<b>Mota-Engil Investments (Malawi) Limited ("ME Investments Malawi")</b> Através da Mota-Engil África	Malawi (Lilongwe)	<b>99,00</b> 99,00	Empreiteiro de obras públicas e/ou construção civil	mar/11	-
<b>Mota-Engil (Malawi) Limited ("ME Malawi")</b> Através da MEEC África	Malawi (Lilongwe)	<b>99,99</b> 99,99	Empreiteiro de obras públicas e/ou construção civil	jul/11	-
<b>Mota-Engil Moçambique, Lda. ("ME Moçambique")</b> Através da MEEC África	Moçambique (Maputo)	<b>100,00</b> 50,00	Promoção imobiliária	jul/94	-
<b>Mota-Engil S. Tomé e Príncipe, Lda. ("Mota-Engil S. Tomé")</b> Através da Mota Internacional	S. Tomé e Príncipe (S. Tomé)	<b>100,00</b> 95,00	Empreiteiro de obras públicas e/ou construção civil	dez/04	-
<b>Mota Internacional - Comércio e Consultadoria Económica, Lda. ("Mota Internacional")</b> Através da Mota-Engil África	Portugal (Funchal)	<b>100,00</b> 100,00	Comércio e gestão de participações internacionais	set/97	dez/98
<b>Novicer - Cerâmicas de Angola, (SU) Limitada. ("Novicer")</b> Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	<b>51,00</b> 51,00	Fabrico e comércio de materiais de barro	set/07	-
<b>Operadora Estradas do Zambeze ("Operadora Estradas do Zambeze")</b> Através da MEEC África	Moçambique (Maputo)	<b>95,00</b> 95,00	Operação e manutenção de estradas	nov/09	abr/20
<b>Penta - Engenharia e Construção, Lda. ("Penta")</b> Através da MEEC África	Cabo Verde (Praia)	<b>100,00</b> 96,00	Construção civil e obras públicas e privadas	abr/07	-
<b>Prefal - Pré-fabricados de Luanda, Lda. ("Prefal")</b> Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	<b>45,90</b> 45,90	Fabrico de materiais pré-esforçados	dez/93	-
<b>Rentaco Angola - Equipamentos e Transportes, (SU) Limitada. ("Rentaco Angola")</b> Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	<b>51,00</b> 51,00	Aluguer de equipamentos de construção	jan/08	-
<b>Sonauta - Sociedade de Navegação, Lda. ("Sonauta")</b> Através da Mota Internacional	Angola (Luanda)	<b>100,00</b> 100,00	Transportes marítimos c/exclusão dos costeiros	nov/94	-
<b>Tracevia Angola - Sinalização, Segurança e Gestão de Tráfego, Lda. ("Tracevia Angola")</b> Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	<b>51,00</b> 51,00	Sinalização rodoviária	-	set/07
<b>Vista Energy Environment &amp; Services, S.A. ("Vista SA")</b> Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	<b>51,00</b> 51,00	Gestão de participações financeiras	jul/08	dez/13
<b>Vista Multi Services, Lda. ("Vista Multi Services")</b> Através da Vista SA	Angola (Luanda)	<b>51,00</b> 40,80	Serviços urbanos	mai/09	dez/13
<b>Vista Waste Management, Lda. ("Vista Waste")</b> Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	<b>56,15</b> 5,10	Recolha de resíduos	dez/09	dez/13
Através da Vista SA		20,91			
Através da Suma		30,14			

Designação	Sede	Proporção do capital detido	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
<b>América Latina</b>					
<b>Administradora Desarrollo MEM ("Administradora Desarrollo MEM")</b> Através da Mota-Engil México Através da Mota-Engil América Latina SAPI	México (Cidade do México)	<b>51,49</b> 50,49 1,00	Administração de empresas	fev/18	-
<b>Ambiente y Servicios Peru S.A. ("Ambiente y Servicios Peru")</b> Através da Mota-Engil Engenharia e Construção Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	<b>100,00</b> 0,00 100,00	Exploração de terminais	-	-
<b>Concesionaria Cua SAPI de C.V. ("Concesionaria Cua")</b> Através da Mota-Engil México Através das Vias y Comunicaciones Cua	México (Cidade do México)	<b>50,83</b> 34,00 16,83	Construção e manutenção rodoviária	nov/16	nov/20
<b>Concesionaria Tultepec AIFA Pirâmides, S.A. de C.V. ("Concesionaria Tultepec")</b> Através da Mota-Engil América Latina SAPI Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	<b>51,00</b> 0,00 51,00	Concessionária de auto-estradas	dez/20	-
<b>Consórcio EE Canoas ("Consórcio EE Canoas")</b> Através da Empresa Construtora do Brasil Através da Mota-Engil Latam Colombia SAS	Colômbia (Bogotá)	<b>87,50</b> 21,88 65,63	Construção civil e obras públicas	set/18	-
<b>Consórcio Fanning ("Consórcio Fanning")</b> Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	<b>100,00</b> 100,00	Construção de apartamentos	dez/11	-
<b>Consórcio GDL Viaduto, SAPI de C.V. ("Consórcio GDL Viaduto")</b> Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	<b>21,88</b> 21,88	Construção civil e obras públicas	jun/14	-
<b>Consórcio La Ponciána ("Consórcio La Ponciána")</b> Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	<b>100,00</b> 100,00	Construção de apartamentos	dez/11	-
<b>Consórcio Lamat Tramo 1 SAPI ("Consórcio Lamat")</b> Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	<b>29,58</b> 29,58	Construção civil e obras públicas	abr/20	-
<b>Consórcio Los Castaños ("Consórcio Los Castaños")</b> Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	<b>100,00</b> 100,00	Construção de apartamentos	dez/11	-
<b>Consórcio ME Carrera 43 ("Consórcio ME Carrera 43")</b> Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal da Colômbia Através da Mota-Engil Latam Colombia SAS	Colômbia (Bogotá)	<b>51,00</b> 0,00 51,00	Construção civil e obras públicas	fev/18	-
<b>Consórcio MEC Arroyo Carrera 65 ("Consórcio MEC Arroyo Carrera")</b> Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal da Colômbia Através da Mota-Engil Colômbia	Colômbia (Bogotá)	<b>51,00</b> 0,00 51,00	Construção civil e obras públicas	set/16	-
<b>Consórcio MEC-Av. Malecon-UF1 ("Consórcio MEC-Av. Malecon-UF1")</b> Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal da Colômbia Através da Mota-Engil Colômbia	Colômbia (Buenaventura)	<b>51,00</b> 0,00 51,00	Construção civil e obras públicas	mai/16	-
<b>Consórcio MEC-Av. Malecon-UF2 ("Consórcio MEC-Av. Malecon-UF2")</b> Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal da Colômbia Através da Mota-Engil Colômbia	Colômbia (Bogotá)	<b>51,00</b> 0,00 51,00	Construção civil e obras públicas	nov/16	-
<b>Consórcio ME-Contrato Colegios ("Consórcio ME Colegios")</b> Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal da Colômbia Através da Mota-Engil Peru	Colômbia (Buenaventura)	<b>100,00</b> 75,00 25,00	Construção de obras de engenharia civil	mai/16	-
<b>Consórcio Mota-Engil Ojeda &amp; Iju Paracas ("Consórcio ME Ojeda &amp; Iju")</b> Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	<b>100,00</b> 100,00	Construção de apartamentos	dez/11	-
<b>Consórcio Porta ("Consórcio Porta")</b> Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	<b>100,00</b> 100,00	Construção de apartamentos	dez/11	-
<b>Consórcio Túnel Guadajajara, SAPI de C.V. ("Consórcio GDL Túnel")</b> Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	<b>21,88</b> 21,88	Construção civil e obras públicas	jul/14	-
<b>Constructora APP Tabasvera S.A. de C.V. ("Constructora APP Tabasvera")</b> Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	<b>38,25</b> 38,25	Construção civil e obras públicas	jul/16	-
<b>Constructora Autopista Cardel-Poza Rica, S.A. de C.V. ("Constructora Cardel-Poza Rica")</b> Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	<b>40,80</b> 40,80	Construção civil e obras públicas	-	nov/17
<b>Desarrolladora Cuatro Caminos SAPI de C.V. ("Desarrolladora Cuatro Caminos")</b> Através da ME Inmobiliaria SAPI	México (Cidade do México)	<b>49,99</b> 49,99	Construção civil	jun/19	-
<b>Desarrolladora Patzcuaro, SAPI de C.V. ("Desarrolladora Patzcuaro")</b> Através da ME Inmobiliaria SAPI	México (Cidade do México)	<b>49,99</b> 49,99	Construção civil	ago/19	-
<b>Desarrollos DOT México, S.A. de C.V. ("Desarrollos DOT México")</b> Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	<b>43,35</b> 43,35	Construção civil e obras públicas	abr/18	-
<b>Empresa Construtora Brasil, S.A. ("Empresa Construtora Brasil")</b> Através da MEBR	Brasil (Belo Horizonte)	<b>50,00</b> 50,00	Construção civil e obras públicas	nov/12	-
<b>Empresa Construtora de Honduras, S.A. ("Empresa Construtora Honduras")</b> Através da Mota-Engil México	Honduras (Villanueva)	<b>35,70</b> 35,70	Construção civil e obras públicas	ago/18	set/18
<b>Fideicomiso de Vivienda de Bajo Costo Mota Engil, S.R.L. ("Fideicomiso VBC")</b> Através da Mota-Engil Dominicana	Rep. Dominicana (Santo Domingo)	<b>100,00</b> 100,00	Construção, reforma e reparação de edifícios residenciais	nov/15	-
<b>Fideicomiso Fairmont Costa Canuva ("Costa Canuva")</b> Através da Mota-Engil Turismo	México (Cidade do México)	<b>26,86</b> 26,86	Imobiliário e turismo	ago/19	-
<b>Flame Investments, B.V. ("Flame Investments")</b> Através da Mota-Engil Latin America BV	Holanda (Amsterdão)	<b>51,96</b> 51,96	Gestão de participações financeiras	mar/15	-
<b>FSE Comercializadora Fenix, SAPI de C.V. ("FCE Comercializadora Fenix")</b> Através da Mota Engil America Latina SAPI Através da ME Energia operacional	México (Cidade do México)	<b>28,88</b> 0,00 28,88	Comercialização de energia	set/16	-
<b>FSE Suministradora Fenix, SAPI de C.V. ("FSE Suministradora Fenix")</b> Através da ME Energia operacional	México (Cidade do México)	<b>28,88</b> 0,00 28,88	Distribuição de energia	ago/16	-
<b>Generadora Fenix, SAPI de C.V. ("Generadora Fenix")</b> Através da ME Energia operacional	México (Cidade do México)	<b>26,27</b> 26,27	Produção de energia	set/15	-
<b>Geres Participações, S.A. ("Geres Participações")</b> Através da Tracevia México Através da Suma	Brasil (Belo Horizonte)	<b>54,93</b> 28,58 26,35	Gestão de participações financeiras	dez/14	-
<b>Global Technical Services Latam BV ("GTS Latam BV")</b> Através da Mota-Engil Latin America BV	Holanda (Amsterdão)	<b>100,00</b> 100,00	Gestão e administração de sociedades	jul/16	-
<b>Luso Energy del Peru S.A. ("Luso Energy del Peru")</b> Através da Mota-Engil Peru Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Peru (Lima)	<b>100,00</b> 99,98 0,02	Outras atividades empresariais	mai/11	-
<b>MEBR Construções, Consultoria e Participações, S.A. ("MEBR")</b> Através da Mota-Engil Latin America BV Através da Mota-Engil Latam Peru	Brasil (São Paulo)	<b>100,00</b> 33,75 66,25	Construção civil e obras públicas	mar/11	-
<b>Mota-Engil América Latina SAPI de C.V. ("Mota-Engil América Latina")</b> Através da Mota-Engil SGPS Através da Mota-Engil Latin America BV	México (Cidade do México)	<b>100,00</b> 0,02 99,98	Gestão de participações financeiras	nov/13	mai/14
<b>Mota-Engil Argentina, SAU ("Mota-Engil Argentina")</b> Através da Mota-Engil Latin America BV	Argentina (Buenos Aires)	<b>100,00</b> 100,00	Construção civil e obras públicas	abr/18	-
<b>Mota-Engil Aruba Construction Company VBA ("Mota-Engil Aruba Construction")</b> Através da Mota-Engil Aruba Holding	Aruba (Oranjestad)	<b>100,00</b> 100,00	Construção civil e obras públicas	jan/12	abr/16
<b>Mota-Engil Aruba Holding Company VBA ("Mota-Engil Aruba Holding")</b> Através da Mota-Engil Latin America BV	Aruba (Oranjestad)	<b>100,00</b> 100,00	Gestão de participações financeiras	dez/15	-
<b>Mota-Engil Chile S.A. ("Mota-Engil Chile")</b> Através da Mota-Engil Latam Portugal Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Chile (Santiago)	<b>100,00</b> 99,00 1,00	Construção civil e obras públicas	fev/13	-
<b>Mota-Engil Colômbia, S.A.S. ("Mota-Engil Colômbia")</b> Através da Mota-Engil Engenharia e Construção Através da Mota-Engil Latam Peru	Colômbia (Bogotá)	<b>100,00</b> 99,00 1,00	Construção civil e obras públicas	fev/11	-
<b>Mota-Engil Dominicana S.A.S. ("Mota-Engil Dominicana")</b> Através da Mota-Engil Latin America BV	Rep. Dominicana (Santo Domingo)	<b>60,00</b> 60,00	Construção civil e obras públicas	nov/14	-
<b>Mota-Engil Energia, S.A. de C.V. ("ME Energia operacional")</b> Através da Mota-Engil Energy Holding Através da Mota-Engil América Latina SAPI de CV	México (Cidade do México)	<b>28,87</b> 28,87 0,00	Desenvolvimento e operacionalização de produção de energia	set/15	-

Designação	Sede	Proporção do capital detido	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
<b>Mota-Engil Energy Holding México, SAPI de C.V. ("ME Energy Holding ")</b>		<b>28,87</b>			
Através da Mota-Engil México	Holanda (Amsterdão)	0,01	Gestão de participações financeiras	nov/15	-
Através da Mota-Engil Energy BV		28,86			
<b>Mota-Engil Energy B.V. ("Mota-Engil Energy BV")</b>		<b>28,86</b>			
Através da Flame Investments	Holanda (Amsterdão)	28,86	Finanças e Consultadoria	set/15	-
<b>Mota-Engil Honduras, S.A. ("Mota-Engil Honduras")</b>		<b>51,20</b>			
Através da Mota-Engil México	Honduras (Teguicigalpa)	50,80	Construção e prestação de serviços de engenharia civil e arquitetura	jun/18	-
Através da Mota-Engil Latin America BV		0,40			
<b>Mota-Engil Inmobiliaria SAPI de C.V. ("ME Inmobiliaria SAPI")</b>		<b>50,49</b>			
Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	50,49	Promoção imobiliária	jul/18	-
<b>Mota-Engil Latam Col, S.A.S. ("Mota-Engil Latam Col")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Colômbia	Colômbia (Bogotá)	99,00	Construção civil e obras públicas	fev/11	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		1,00			
<b>Mota-Engil Latam Colombia S.A.S. ("ME Latam Colombia SAS")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Colômbia (Bogotá)	49,00	Construção civil e obras públicas	dez/16	-
Através da Mota-Engil Latin America BV		51,00			
<b>Mota-Engil Latam Peru, S.A. ("Mota-Engil Latam Peru")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Latin America BV	Peru (Lima)	99,90	Gestão de participações financeiras	dez/15	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		0,10			
<b>Mota-Engil Latam Portugal, S.A. ("Mota-Engil Latam Portugal")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Porto)	100,00	Gestão de participações financeiras	jul/15	-
<b>Mota-Engil Latin America B.V. ("ME Latin America")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Latam Portugal	Holanda (Amsterdão)	100,00	Gestão de participações financeiras	nov/15	-
<b>Mota-Engil México, S.A. de C.V. ("Mota-Engil México")</b>		<b>51,00</b>			
Através da Mota-Engil Latin America BV	México (Cidade do México)	19,18	Construção civil e obras públicas	jan/10	-
Através da Mota-Engil América Latina SAPI		31,82			
Através da Mota Internacional		0,00			
<b>Mota-Engil O&amp;M México, SAPI de C.V. ("Mota-Engil O&amp;M México SAPI")</b>		<b>51,00</b>			
Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	51,00	Construção civil e obras públicas	set/17	-
<b>Mota-Engil Peru, S.A. ("Mota-Engil Peru")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Latin America BV	Peru (Lima)	99,90	Construção civil e obras públicas	set/86	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		0,10			
<b>Mota-Engil Servicios Compartidos, S.A. de C.V. ("Mota-Engil Servicios Compartidos")</b>		<b>51,00</b>			
Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	51,00	Serviços administrativos	set/19	-
Através da Mota-Engil América Latina SAPI		0,00			
<b>Mota-Engil Tourism, B.V. ("Mota-Engil Tourism BV")</b>		<b>43,13</b>			
Através da Mota-Engil Latin America BV	Holanda (Amsterdão)	9,17	Gestão de participações financeiras	set/15	-
Através da Flame Investments		33,96			
<b>Mota-Engil Turismo Holding, S.A.P.I. de C.V. ("Mota-Engil Turismo Holding")</b>		<b>43,13</b>			
Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	0,01	Gestão de participações financeiras	jun/15	-
Através da Mota-Engil Tourism BV		43,13			
<b>Mota-Engil Turismo, S.A. de C.V. ("Mota-Engil Turismo")</b>		<b>43,13</b>			
Através da Mota-Engil América Latina SAPI	México (Cidade do México)	0,00	Imobiliário e turismo	fev/15	-
Através da Mota-Engil Turismo Holding		43,13			
<b>Operadora APP Coatzacoalcos Villahermosa SAPI de C.V. ("Operadora APP Coatzacoalcos Villahermosa")</b>		<b>38,25</b>			
Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	38,25	Concessão e manutenção rodoviária	abr/17	-
<b>Promotora Inmobiliaria Santa Clara, S.A. ("Santa Clara")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	100,00	Prestação de serviços de promoção imobiliária	mai/12	-
<b>Puente Boca del Rio S.A. de C.V. ("Puente Boca del Rio")</b>		<b>58,35</b>			
Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	43,35	Construção civil e obras públicas	mai/16	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		15,00			
<b>Suma Brasil - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Brasil", anteriormente designada por "Consita")</b>		<b>54,93</b>			
Através da Geres Participações	Brasil (Belo Horizonte)	54,93	Tratamento de resíduos	-	dez/14
<b>Tarucani Generating Company, S.A. ("Tarucani")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Luso Energy del Peru	Peru (Lima)	99,98	Geração e distribuição de energia elétrica	abr/00	-
Através da Mota-Engil Peru		0,02			
<b>Tracevia Mexico S.A. de C.V. ("Tracevia Mexico")</b>		<b>50,00</b>			
Através da Tracevia Brasil	México (Cidade do México)	50,00	Conceção, instalação, desenvolvimento e manutenção de ITS	jun/17	-
<b>Tracevia S.A. ("Tracevia Brasil")</b>		<b>50,00</b>			
Através da MEBR	Brasil (São Paulo)	50,00	Conceção, instalação, desenvolvimento e manutenção de ITS	mar/11	-
<b>Tuxpan - Tampico Construcciones, S.A. de C.V. ("Construtora Tuxpan Tampico")</b>		<b>51,00</b>			
Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	50,99	Construção civil e obras públicas	-	nov/17
Através da Mota-Engil América Latina SAPI		0,01			

## EMPRESAS / ENTIDADES INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As empresas / entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método da equivalência patrimonial, suas respectivas sedes e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2020, foram as seguintes:

Designação	Sede	Proporcional do capital detido
<b>Empresas associadas e conjuntamente controladas</b>		
<b>Empresa-Mãe do Grupo e outras</b>		
Haçor, Conc. Edifício do Hospital da Ilha Terceira, S.A. ("Haçor")	Portugal	40,00
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. ("HL - Sociedade Gestora do Edifício")	Portugal	50,00
Ibercargo Rail, S.A. ("Ibercargo")	Espanha	50,00
Riscos e Diâmetros Angola, SGPS, S.A. ("Riscos e Diâmetros Angola")	Portugal	30,10
Sunviauto Internacional, SGPS, S.A. ("Sunviauto Internacional")	Portugal	29,99
<b>Europa - Ambiente e Serviços</b>		
Ambital - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM ("Ambital")	Portugal	30,14
Citrup - Centro Integrado de Resíduos, Lda. ("Citrup")	Portugal	18,45
Ecozeria - Empresa Intermunicipal para Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM ("Ecozeria")	Portugal	15,07
<b>África</b>		
Automatriz, S.A. ("Automatriz")	Angola	25,50
Icer - Indústria de Cerâmica, Lda. ("Icer")	Angola	25,50
Mebisa - Minerais e Britagens, S.A. ("Mebisa")	Angola	15,30
SPRI - Sociedade Portuguesa de Realizações Industriais e Assistência Técnica, Lda. ("SPRI")	Angola	40,00
Twine, Lda. ("Twine")	Moçambique	50,00
Vista Power, Lda. ("Vista Power")	Angola	25,50
<b>América Latina</b>		
APP Coatzacoalcos Villahermosa SAPI de C.V. ("APP Coatzacoalcos Villahermosa")	México	19,38
APP Tamaulipas, SAPI de C.V. ("APP Tamaulipas")	México	23,97
Ausur, S.A. ("Ausur")	Argentina	33,33
Autopista Urbana Siervo de la Nacion, SAPI de C.V. ("Autopista Siervo de la Nacion")	México	17,49
Concessionária Autopista Cardel-Poza Rica S.A. de C.V. ("Concessionária Autopista Cardel")	México	28,73
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico S.A. de C.V. ("Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico")	México	25,85
Concessionaria Urbana Arco Oriente S.A. de C.V. ("Concessionaria Urbana Arco Oriente")	México	17,00
Consortio ME Colombia ("Consortio ME Colombia")	Colômbia	38,06
Consortio Mepax Limitada ("Consortio Mepax")	Chile	49,90
Constructora Autopista Perote Xalapa, S.A. de C.V. ("Constructora Perote Xalapa")	México	25,50
Constructora Gran Canal SAPI de C.V. ("Constructora Gran Canal")	México	17,03
Constructora M&R, S.A. de C.V. ("Constructora M&R")	México	10,20
Constructora Tampico Ciudad Victoria, SAPI de C.V. ("Constructora Tampico Ciudad Victoria")	México	20,40
ECOSS Ambiental Serviços de Limpeza Urbana - SPE Ltda. ("ECOSS Ambiental")	Brasil	18,68
Fideicomiso el Capomo ("Fideicomiso el Capomo")	México	43,13
Grupo Constructor y Desarrollador de Puebla, S.A. de C.V. ("Grupo Constructor y Desarrollador de Puebla")	México	25,50
M&R de Occidente SAPI de C.V. ("Concessionária M&R")	México	20,00
Operadora Marítima Matamoros SAPI de C.V. ("Operadora Marítima Matamoros")	México	25,50
Operadora Tampico Ciudad Victoria, SAPI de C.V. ("Operadora Tampico Ciudad Victoria")	México	24,23
Sistemas Eléctricos Metropolitanos ("Sistemas Eléctricos Metropolitanos")	México	25,50
Trans Tamaulipas, S.A. de C.V. ("Trans Tamaulipas")	México	17,00
Vias y Comunicaciones Cua SAPI de C.V. ("Vias y Comunicaciones Cua")	México	50,49
<b>Grupo Martifer</b>	<b>Portugal</b>	<b>37,50</b>

Os Agrupamentos Complementares de Empresas incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método da equivalência patrimonial e respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2020, foram os seguintes:

Agrupamentos Complementares de Empresas	Proporção de capital detido
<b>Em atividade</b>	
Ecotejo-Serviços Manut. Tejo Atlântico; ACE	50,00%
Haçor M - Manutenção do Edifício do Hospital da Ilha Terceira, ACE	45,00%
Manvia - Lena Ambiente, ACE	50,00%
ME Water - Manvia Efaced Exploração Técn. Sistemas, ACE	50,00%
Mota-Engil/Acciona/Edivisa - Obras do Aproveitamento Hidroelétrico de Alto Tâmega, ACE	42,50%
SOMAGUE/MOTA-ENGINL - COTA 500, ACE	36,42%
<b>Em período de garantia</b>	
Barragem de Foz Tua ACE	33,34%
DIEXP - Expropriações do Douro Interior, ACE	37,08%
EXPI - Expropriações do Pinhal Interior, ACE	37,08%
GACE - Gondomar ACE	24,00%
GCVC, ACE (Grupo Construtor de Vila do Conde)	42,86%
GLEX - Expropriações da Grande Lisboa, ACE	42,08%
Haçor Hospital da Terceira, ACE	43,25%
HL Construção, ACE	65,00%
LGC - Linha Gondomar, Construtores, ACE	30,00%
Mota-Engil, Soares da Costa, Monteadriano - Matosinhos, ACE	42,86%
Reforço de Potência da Barragem de Venda Nova III, ACE	28,33%
Somague, BPC, Mota-Engil, SPIE - Linha Vermelha do Metropolitano em ACE	23,68%
Via Rápida Câmara Lobos ECL, ACE	36,42%

## ACORDOS CONJUNTOS – CONSÓRCIOS

Os Consórcios incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas na proporção dos ativos e passivos e gastos e rendimentos contratualmente alocáveis ao GRUPO, respetivas sedes e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2020, foram os seguintes:

Designação	Sede	Proporção do capital detido
<b>América Latina</b>		
<b>Consórcio Conservacion Vial Santa Rosa ("Consórcio Conservacion Vial Santa Rosa")</b>	Peru	<b>50,00</b>
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00
<b>Consórcio Constructor Del Puerto de San Martin ("CCPSM - Consorcio Constructor Del Puerto de San Martin")</b>	Peru	<b>33,30</b>
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	33,30
<b>Consórcio Ibagué-Honda-Cambao-Manizales ("Consórcio Ibague")</b>	Colômbia	<b>25,00</b>
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal da Colômbia	(Bogotá)	25,00
<b>Consórcio Inframe ("Consórcio Inframe")</b>	Colômbia	<b>60,00</b>
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal da Colômbia	(Medellín)	60,00
<b>Consórcio Mota-Engil Dominicana SAS/IEMCA ("Consórcio Mota-Engil Dominicana")</b>	Rep. Dominicana	<b>42,00</b>
Através da Mota-Engil Dominicana	(Santo Domingo)	42,00
<b>Consórcio Mota-Engil Peru HL Paita ("Consórcio Mota-Engil Peru HL Paita")</b>	Peru	<b>50,00</b>
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00
<b>Consórcio Mota-Engil TR ("Consórcio Mota-Engil TR")</b>	Peru	<b>50,00</b>
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00
<b>Consórcio Puentes de Loreto ("Consórcio Puentes Loreto")</b>	Peru	<b>34,00</b>
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal do Peru	(Lima)	20,00
Através da Mota- Engil Peru		14,00
<b>Consórcio Vial Acobamba ("Consórcio Vial Acobamba")</b>	Peru	<b>50,00</b>
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00
<b>Consórcio Vial el Descanso-Langui ("Consórcio Vial el Descanso-Langui")</b>	Peru	<b>50,00</b>
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00
<b>Consórcio Vial Jaylli ("Consórcio Vial Jaylli")</b>	Peru	<b>42,00</b>
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	42,00
<b>Consórcio Vial Sur del Peru ("Consórcio Vial Sur del Peru")</b>	Peru	<b>50,00</b>
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00
<b>Consórcio Vial Tambillo ("Consórcio Vial Tambillo")</b>	Peru	<b>50,00</b>
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00
<b>Consórcio Vial Valle Sagrado ("Consórcio Vial Valle Sagrado")</b>	Peru	<b>50,00</b>
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00
<b>Consórcio Vial Vizcachane ("Consórcio Vial Vizcachane")</b>	Peru	<b>50,00</b>
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00
<b>Stracon Translei Joint Venture ("Consórcio Stracon Translei")</b>	Peru	<b>50,00</b>
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00
<b>BEME VOF ("BEME VOF")</b>	Holanda	<b>50,00</b>
Através da MEEC África - Sucursal da Holanda	(Dordrecht)	50,00
<b>Translei Consórcio Cosapi ("Translei Consórcio Cosapi")</b>	Peru	<b>50,00</b>
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00
<b>Translei Consórcio Cusco-Quillabanba ("Translei Consórcio Cusco-Quillabanba")</b>	Peru	<b>50,00</b>
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00

**Desenvolver  
Concessões,  
Acelerar o  
Desenvolvimento.**

MOTAENGIL

*Desenvolver infraestruturas modernas, seguras e eficientes na mobilidade, assegurando ligações que aceleram o desenvolvimento e a valorização do território.*

**Transformamos Mundos.**



**04**

Relatório sobre  
as práticas de  
Governo Societário

# Índice

<b>PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE</b>	<b>243</b>
A. ESTRUTURA ACIONISTA	243
I. Estrutura de capital	243
II. Participações sociais e obrigações detidas	245
B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	247
I. Assembleia Geral	247
II. Administração e Supervisão	248
III. Fiscalização	264
IV. Revisor Oficial de Contas	269
V. Auditor Externo	269
C. ORGANIZAÇÃO INTERNA	272
I. Estatutos	272
II. Comunicação de irregularidades	272
III. Controlo interno e gestão de riscos	273
IV. Apoio ao investidor	278
V. Sítio de Internet	279
D. REMUNERAÇÕES	280
I. Competência para a determinação	280
II. Comissão de remunerações	280
III. Estrutura das remunerações	281
IV. Divulgação das remunerações	287
V. Acordos com implicações remuneratórias	288
VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ( <i>stock options</i> )	289
E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	289
I. Mecanismos e procedimentos de controlo	289
II. Elementos relativos aos negócios	290
<b>PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO</b>	<b>291</b>
1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado	291
2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado	291
3. Outras informações	294

# PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

## A. ESTRUTURA ACIONISTA

### I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245º-A, nº 1, al. a)).

O capital social da MOTA-ENGIL, SGPS, SA (“MOTA-ENGIL” ou “Sociedade”) é de 237.505.141 euros e é representado por 237.505.141 ações ordinárias, nominativas e com um valor nominal de um euro por ação. Todas as ações estão cotadas na Euronext Lisbon.

Distribuição do capital pelos acionistas em 31 de dezembro de 2020:

Acionistas	Nº de ações	% Capital	% Direitos de voto
<b>Ações próprias:</b>	6 091 581	2,56%	-
<b>Participações qualificadas:</b>			
FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA	154 312 882	64,97%	66,68%
Mutima Capital Management, LLC	7 423 309	3,13%	3,21%
Azvalor Asset Management, SGIIC SA	4 946 777	2,08%	2,14%
<b>Freefloat</b>	64 730 592	27,25%	27,97%
	<b>237 505 141</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 245º-A, nº 1, al. b)).

Não existem restrições à transmissibilidade das ações nem limitações à sua titularidade.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245º-A, nº 1, al. a)).

Em 31 de dezembro de 2020, a MOTA-ENGIL detinha 6.091.581 ações próprias correspondentes a 2,56% do seu capital social, as quais não conferem direito de voto.

4. Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a Sociedade, exceto se a Sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245º-A, nº 1, al. j).

Não existem acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade, nem foram adotadas medidas que determinem pagamentos ou assunção de encargos pela Sociedade, no caso de mudança de controlo ou da composição do órgão de administração.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não foram adotadas quaisquer medidas defensivas nem existem quaisquer limitações estatutárias relativas ao número de votos que podem ser exercidos por um único acionista.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da Sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245º-A, nº 1, al. g).

A Sociedade não tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

## II. Participações sociais e obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245º-A, nº 1, als. c) e d) e art. 16º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Em 31 de dezembro de 2020 e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, os acionistas que, de acordo com o artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, têm uma participação qualificada representativa de, pelo menos, 2% do capital social da MOTA-ENGL são os seguintes:

Acionistas	Nº de ações	% Capital detido	% Direitos de voto
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA (*)	134 147 973	56,48%	57,97%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (**) (a)	4 494 211	1,89%	1,94%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (**) (a)	4 210 020	1,77%	1,82%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (**) (a)	3 676 836	1,55%	1,59%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (**) (a)	3 275 066	1,38%	1,42%
António Lago Cerqueira, S.A. (***)	3 091 577	1,30%	1,34%
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (**)	480 000	0,20%	0,21%
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota (**)	440 000	0,19%	0,19%
Maria Sílvia Fonseca Vasconcelos Mota (****)	437 061	0,18%	0,19%
José Manuel Mota Neves da Costa (****)	40 000	0,02%	0,02%
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas (**)	20 138	0,01%	0,01%
<b>Atribuível à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA</b>	<b>154 312 882</b>	<b>64,97%</b>	<b>66,68%</b>
Ghotic Corp Mutima Capital (*)	3 604 893	1,52%	1,56%
Ghotic HSP Corp Mutima Capital (*)	1 399 289	0,59%	0,60%
Ghotic JBD LLC Mutima Capital (*)	1 312 787	0,55%	0,57%
Ghotic ERP LLC Mutima (*)	925 700	0,39%	0,40%
The Mutima Africa Fund LP (*)	180 640	0,08%	0,08%
<b>Atribuível à Mutima Capital Management, LLC</b>	<b>7 423 309</b>	<b>3,13%</b>	<b>3,21%</b>
Azvalor Iberia (*)	1 663 702	0,70%	0,72%
MC SICAV SA - Azvalor International (*)	1 519 365	0,64%	0,66%
Azvalor International (*)	1 018 903	0,43%	0,44%
Azvalor Value Selection, SICAV, SA (*)	744 807	0,31%	0,32%
<b>Atribuível à Azvalor Asset Management, SGIIC SA</b>	<b>4 946 777</b>	<b>2,08%</b>	<b>2,14%</b>
<b>Ações próprias</b>	<b>6 091 581</b>	<b>2,56%</b>	<b>-</b>
<b>Freefloat</b>	<b>64 730 592</b>	<b>27,25%</b>	<b>27,97%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>237 505 141</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Acionista direta da Sociedade

(\*\*) Membro do Conselho de Administração da Sociedade e Dirigente

(\*\*\*) Entidade detida em 51% pela Mota Gestão e Participações, SGPS, SA

(\*\*\*\*) Dirigente da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2020, a Mota Gestão e Participações, SGPS, SA era detida a 100% pela FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA, a qual era detida a 100% pelos membros do Conselho de Administração assinalados com (a) acima.

À data deste relatório, eram atribuíveis à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA 154.312.882 ações, correspondentes a 64,97% do capital social da MOTA-ENGL, que conferiam 66,68% dos direitos de voto.

Não existem acionistas, ou categorias de acionistas, titulares de direitos especiais.

**8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização. [NOTA: a informação deve ser prestada de forma a dar cumprimento ao disposto no nº 5 do art. 447º CSC]**

As ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade encontram-se divulgadas em anexo ao relatório anual de gestão nos termos exigidos pelo artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais.

**9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245º-A, nº 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.**

Em 31 de dezembro de 2020, os estatutos da Sociedade não previam a atribuição de qualquer poder especial ao Conselho de Administração, nomeadamente, no que respeita a deliberações de aumento de capital.

No entanto, posteriormente a 31 de dezembro de 2020, foi aprovada em Assembleia-Geral de Acionistas, realizada no dia 7 de janeiro de 2021, a inclusão de um novo artigo nos estatutos da Sociedade (artigo 6.º A), que concede ao Conselho de Administração a autorização para deliberar, por uma única vez, um aumento de capital por novas entradas em dinheiro até ao montante máximo de 100 milhões de euros.

**10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade.**

Para além das transações referidas no ponto 90 deste documento, não existem relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade.

## B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

### I. Assembleia Geral

#### 11. Identificação e cargos dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato (início e fim)

Em 31 de dezembro de 2020, a Mesa da Assembleia Geral era composta pelos seguintes membros, mandatados para o quadriénio 2018-2021:

Presidente: Dr. António Cândido Lopes Natário

Secretário: Dr. Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedroto

#### 12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art 245º-A, nº1, al.f)

De acordo com os estatutos da MOTA-ENGIL, a cada ação corresponde um voto, exceto às ações preferenciais sem voto, estando assegurada, deste modo, a necessária proporcionalidade entre detenção de capital e direito de voto.

Ainda que os estatutos da MOTA-ENGIL prevejam a possibilidade de a Sociedade emitir ações preferenciais sem voto, não existe atualmente essa categoria de ações.

De acordo com o número 3 do artigo 16º dos estatutos da Sociedade, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em primeira convocatória, é indispensável a presença ou representação de acionistas que detenham ações correspondentes a mais de 50% do capital social.

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência estão previstas no artigo 15º dos estatutos da Sociedade. De acordo com aquele artigo, os acionistas poderão votar por correspondência relativamente a todo e qualquer tema, não estando prevista qualquer restrição a este nível.

A Sociedade disponibiliza um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. Este modelo pode ser obtido através dos serviços da Direção de Relação com os Investidores (Dr. Pedro Arrais – e-mail: [pedro.arrais@mota-engil.pt](mailto:pedro.arrais@mota-engil.pt)).

Só serão considerados os votos por correspondência desde que as declarações de voto por correspondência sejam recebidas na sede da Sociedade com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia Geral.

Durante o ano de 2020, não foi possível a participação e o exercício do direito de voto à distância. No entanto, a Sociedade encontra-se a estudar os mecanismos necessários de forma a que no futuro tais funcionalidades estejam disponíveis.

Os acionistas da Sociedade podem aceder, no sítio da Internet ([www.mota-engil.pt](http://www.mota-engil.pt)), aos extratos das atas das reuniões das Assembleias Gerais, sendo as mesmas divulgadas dentro do prazo de cinco dias após a sua realização.

A Sociedade disponibiliza, no seu sítio da Internet ([www.mota-engil.pt](http://www.mota-engil.pt)), informação relativa às deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade referentes pelo menos aos três últimos exercícios, bem como o capital social representado e os resultados das votações.

A Sociedade não adotou qualquer mecanismo que provoque o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação.

### **13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do nº1 do Artigo 20º**

Os estatutos da Sociedade não preveem a limitação de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

### **14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias**

De acordo com o estabelecido nos estatutos da Sociedade, as deliberações da Assembleia Geral deverão ser tomadas por maioria simples, exceto se a lei exigir diversamente ou se se relacionarem, nomeadamente, com os assuntos previstos no número 2 do artigo 16, para os quais uma maioria qualificada de pelo menos 70,01% é necessária.

## **II. Administração e Supervisão**

### **15. Identificação do modelo de governo adotado**

A MOTA-ENGIL adota um modelo de governo latino/clássico reforçado, composto por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, não fazendo o último parte do Conselho Fiscal. O Conselho de Administração é o órgão responsável por praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, determinar a orientação estratégica e proceder à designação e supervisão geral da atuação da Comissão Executiva e das comissões especializadas por si constituídas. Os restantes dois órgãos têm a responsabilidade de fiscalização.

Os detalhes da estrutura adotada, os órgãos que a compõem e correspondentes funções e responsabilidades são apresentados a seguir.

### **16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (art. 245º-A, nº 1, al. h)**

Os membros do Conselho de Administração são eleitos, de acordo com a lei e os estatutos, nos termos constantes de proposta aprovada em Assembleia Geral de Acionistas. Adicionalmente, e tal como previsto na lei e nos estatutos, o Conselho de Administração elegeu uma Comissão Executiva. Os estatutos preveem que as regras especiais referentes à eleição dos membros do Conselho de Administração previstas nos n.ºs 2 a 5 do artigo 19º se aplicarão, com as necessárias adaptações, à sua substituição.

Tal como explicitado no ponto 21, à Comissão de Vencimentos estão igualmente conferidas as funções de avaliação do desempenho, bem como de acompanhamento e apoio ao processo de nomeação dos membros do Conselho de Administração.

### **17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro**

De acordo com os estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto pelo número de membros fixado pela Assembleia Geral que os elege. O mandato do Conselho de Administração é de três anos, sendo permitida a sua reeleição nos termos legais. O atual mandato do Conselho de Administração, ainda ao abrigo da anterior versão dos estatutos, corresponde ao quadriénio 2018-2021.

Em 31 de dezembro de 2020, a MOTA-ENGIL apresentava um Conselho de Administração composto por 21 membros: um presidente, três vice-presidentes e dezassete vogais. Na mesma data, oito dos seus membros exerciam funções executivas e formavam uma Comissão Executiva, e outros treze exerciam funções não executivas.

Administrador	Primeira designação	Termo do mandato em curso
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	31 de março de 2000	31 de dezembro de 2021
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	28 de março de 2008	31 de dezembro de 2021
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	26 de maio de 2008	31 de dezembro de 2021
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho	11 de maio de 2018	31 de dezembro de 2021
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro	11 de maio de 2018	31 de dezembro de 2021
António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier	31 de março de 2006	31 de dezembro de 2021
António Manuel da Silva Vila Cova	15 de abril de 2009	31 de dezembro de 2021
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	17 de abril de 2012	31 de dezembro de 2021
Eduardo João Frade Sobral Pimentel	25 de maio de 2016	31 de dezembro de 2021
Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro	12 de fevereiro de 2020 <sup>(1)</sup> 18 de junho de 2020 <sup>(2)</sup>	31 de dezembro de 2021
Francisco Manuel Seixas da Costa	11 de maio de 2018	31 de dezembro de 2021
Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto	11 de maio de 2018	31 de dezembro de 2021
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	28 de março de 2008	31 de dezembro de 2021
João Pedro dos Santos Dinis Parreira	30 de abril de 2014	31 de dezembro de 2021
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	7 de janeiro de 2013 <sup>(1)</sup> 24 de abril de 2013 <sup>(2)</sup>	31 de dezembro de 2021
Luís Filipe Cardoso da Silva	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2021
Luís Valente de Oliveira	31 de março de 2006	31 de dezembro de 2021
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	25 de maio de 2016	31 de dezembro de 2021
Maria Manuela Queirós V. Mota dos Santos	31 de março de 2000	31 de dezembro de 2021
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	31 de março de 2000	31 de dezembro de 2021
Maria Teresa Queirós V. Mota Neves da Costa	31 de março de 2000	31 de dezembro de 2021

(1) Cooptação pelo Conselho de Administração;

(2) Ratificação da cooptação em Assembleia Geral.

**18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão**

Administrador	Executivo / Não-executivo <sup>(1)</sup>	Independente / Não-independente <sup>(2)</sup>
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	Não-executivo	Não-independente
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	Executivo	Não-independente
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	Não-executivo	Não-independente
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho	Não-executivo	Independente
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro	Não-executivo	Independente
António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier	Não-executivo	Independente
António Manuel da Silva Vila Cova	Não-executivo	Independente
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	Executivo	Não-independente
Eduardo João Frade Sobral Pimentel	Executivo	Não-independente
Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro	Não-executivo	Não-independente
Francisco Manuel Seixas da Costa	Não-executivo	Independente
Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto	Não-executivo	Independente
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	Executivo	Não-independente
João Pedro dos Santos Dinis Parreira	Executivo	Não-independente
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	Executivo	Não-independente
Luís Filipe Cardoso da Silva	Executivo	Não-independente
Luís Valente de Oliveira	Não-executivo	Independente
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	Executivo	Não-independente
Maria Manuela Queirós V. Mota dos Santos	Não-executivo	Não-independente
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	Não-executivo	Não-independente
Maria Teresa Queirós V. Mota Neves da Costa	Não-executivo	Não-independente

(1) Executivo: membro da Comissão Executiva; Não-executivo: não-membro da Comissão Executiva;

(2) Considerados independentes de acordo com o critério de independência estabelecido no ponto 18.1 do Anexo I do Regulamento nº 4/2013 da CMVM e da recomendação III.4 do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance* (IPCG) (2018 e revisto em 2020), nos termos e com a ressalva indicada infra.

Tendo em consideração os respetivos percursos profissionais, e os motivos elencados abaixo, os administradores António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier, António Manuel da Silva Vila Cova e Luís Valente de Oliveira mantêm-se como administradores não executivos independentes, apesar de terem iniciado em 2018 o quarto mandato no órgão de administração da Sociedade. A este respeito, há que destacar que, durante a sua participação no Conselho de Administração, os referidos membros têm vindo a contribuir, precisamente pela sua experiência noutras instituições e pela sua participação na sociedade civil, com valores, opiniões e conselhos de carácter independente que têm vindo a dotar aquele órgão de um valioso, heterogéneo e sustentado conjunto de opiniões e pontos de vista que, no entendimento da Sociedade, vão de encontro precisamente ao espírito da recomendação do IPCG sobre os requisitos dos membros independentes de entre os administradores não executivos. De igual modo, o facto dos acima referidos administradores serem pessoas dissociadas a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade e continuarem a pautar a sua intervenção pela total isenção das suas análises ou decisões reforça o seu estatuto de independentes. Desta forma, em conjunto com os outros quatro membros independentes, verifica-se que os administradores, António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier, António Manuel da Silva Vila Cova e Luís Valente de Oliveira contribuem adequadamente para o pretendido equilíbrio de entre esses 7 elementos e os restantes membros não executivos do Conselho de Administração (maioritariamente representantes do acionista maioritário).

Adicionalmente, entende-se que as retribuições anuais (divulgadas no ponto 77) dos administradores Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho, Luís Valente de Oliveira, António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier, António Manuel da Silva Vila Cova, Francisco Manuel Seixas da Costa, Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto e Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro, não lhes retiram a sua independência.

Sendo sete o número de administradores independentes de acordo com os critérios supraexplanados, de entre um total de treze administradores não executivos, considera-se haver uma proporção adequada de independentes entre os administradores não executivos.

Por outro lado, atendendo à dimensão e complexidade do GRUPO, presente num elevado número de países e desenvolvendo diversas atividades, e face à análise de *benchmarking* realizada a outras empresas cotadas em Portugal e na União Europeia, considera-se adequado, de forma a assegurar com eficiência as funções que lhe estão cometidas, o atual número de administradores não executivos.

#### 19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

##### António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente)

###### Qualificações profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil (Vias de Comunicação) pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

###### Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de ser presidente do Conselho de Administração e presidente da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

##### Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vice-presidente)

###### Qualificações profissionais

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- Pós-graduação em Gestão pelo Instituto Superior de Gestão

###### Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de Vice-presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

##### Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo (Vice-presidente)

###### Qualificações profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

###### Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de Vice-presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

**Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho (Vice-presidente Independente)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Para além de Vice-presidente do Conselho de Administração e Presidente do Conselho Consultivo Estratégico da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

**Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro (Vogal independente)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Para além de membro independente não executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

**António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (Vogal independente)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra  
- Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro independente não-executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

**António Manuel da Silva Vila Cova (Vogal independente)****Qualificações profissionais**

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro independente não-executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

**Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto  
- Master in Business Administration pela Universidade do Porto

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

**Eduardo João Frade Sobral Pimentel (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

**Emídio José Bebiano e Moura de Costa Pinheiro (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa
- MBA pela Universidade Católica Portuguesa
- Advanced Management Program pela Católica Lisbon School of Business & Economics e Kellogg Scholl of Management - Northwestern University

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Empresa Geral do Fomento, SA
- Presidente do Conselho Superior do Ambiente da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA
- Presidente do Conselho de Administração da BAUC - Business Angels Universidade Católica, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Sixty Degrees, Sociedade Gestora de Fundos de Organismos de Investimento Coletivo, SA
- Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, SA
- Presidente da Comissão Executiva do Banco de Fomento de Angola, SA
- Gerente da Questão Destemida, Consultoria de Negócios, Unipessoal, Lda.
- Presidente do Conselho Consultivo da Experienced Management

**Francisco Manuel Seixas da Costa (Vogal independente)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade de Lisboa

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Para além de membro independente não executivo do Conselho de Administração e membro do Conselho Consultivo Estratégico da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

**Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto (Vogal independente)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa
- Master in Business Administration pela Universidade Católica Portuguesa
- Mestrado em Gestão de Operações Comerciais pela Universidade Católica - Porto Business School
- Doutoramento em Business Studies pela Warwick Business School

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Para além de membro independente não executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

**Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

**João Pedro dos Santos Dinis Parreira (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra  
- Pós-graduação em Gestão pela Universidade Católica Portuguesa

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

**José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa – Porto

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

**Luís Filipe Cardoso da Silva (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

**Luís Valente de Oliveira (Vogal independente)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto  
- Doutoramento em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto  
- Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro independente não-executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

**Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Mestrado em Engenharia Civil pela University College of London

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

**Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

**Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de ser membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

**Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de ser membro do Conselho de Administração e da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

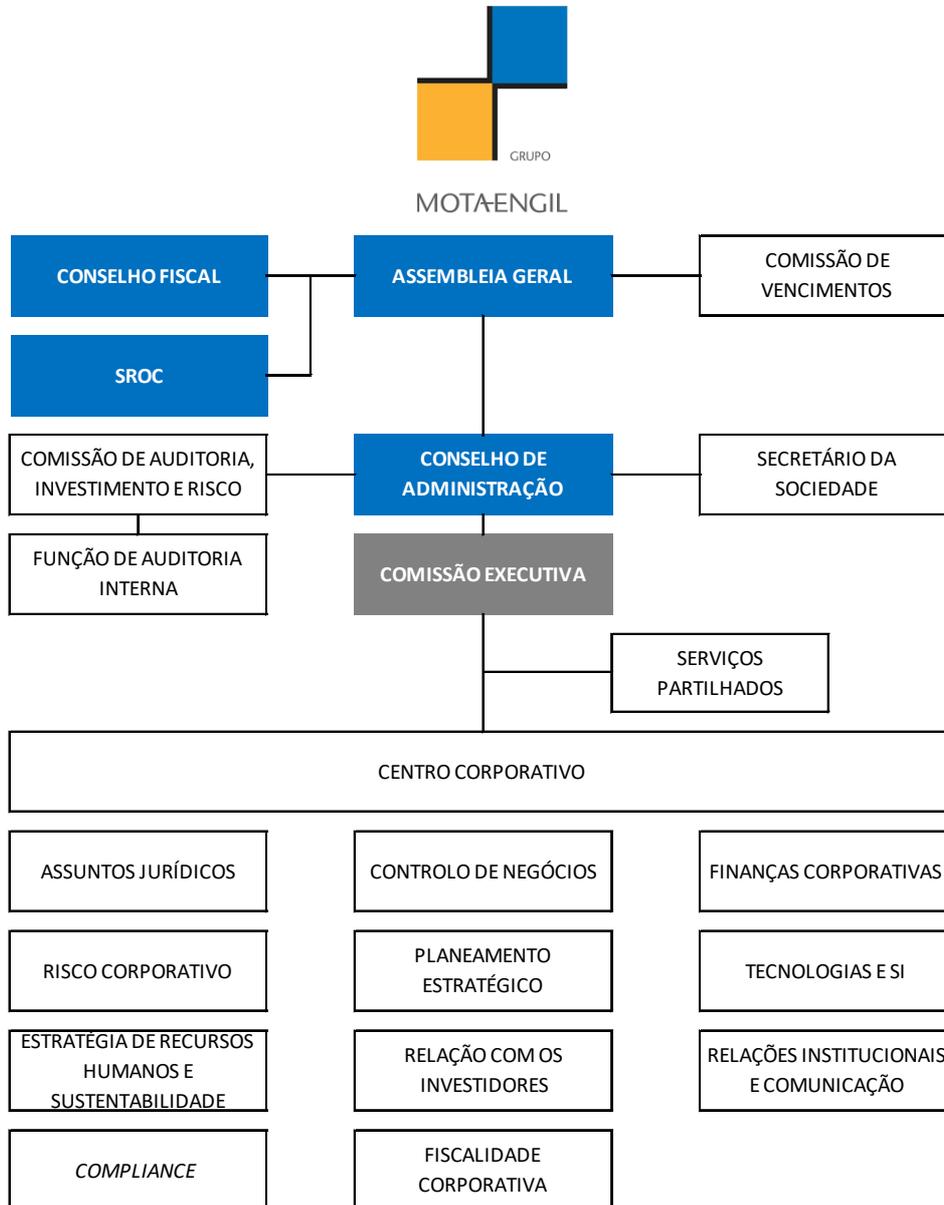
No Anexo 5 – ponto 7 deste relatório, é apresentada a lista de cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA em outras sociedades do GRUPO e fora deste.

**20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.**

Os membros do Conselho de Administração António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos, Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa e Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles são irmãos e são titulares de 100% do capital social da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA, entidade à qual é imputado o domínio do capital social e respetivos direitos de voto da MOTA-ENGIL.

O membro do Conselho de Administração Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos é filho de Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos; o membro do Conselho de Administração Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota é filho de António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota e o membro do Conselho de Administração José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas é genro de Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade.



## Órgãos de administração

Em 31 de dezembro de 2020, a MOTA-ENGIL apresentava um Conselho de Administração composto por 21 membros: um Presidente, três vice-presidentes e dezassete vogais. Na mesma data, oito dos seus membros exerciam funções executivas e formavam uma Comissão Executiva, e outros treze exerciam funções não-executivas.

O Conselho de Administração reúne no mínimo com uma periodicidade mensal, ou sempre que seja convocado pelo seu Presidente ou por dois Administradores, devendo o calendário para as reuniões de cada ano ser elaborado pelo Presidente do Conselho de Administração e publicitado a todos os seus membros, bem como aos membros do Conselho Fiscal, até ao dia 15 de dezembro do ano anterior.

Cinco dias antes de cada reunião, o Presidente do Conselho de Administração distribui a agenda dos trabalhos e a respetiva documentação de suporte a todos os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Geralmente, assistem às reuniões do Conselho de Administração, para além dos seus membros, a Secretária da Sociedade e os membros do Conselho Fiscal. De cada reunião é elaborada ata, validada por todos os presentes e circulada por todos os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Para além das funções que lhe estão atribuídas por lei, ao Conselho de Administração é cometida, essencialmente, a definição e controlo das linhas de desenvolvimento estratégico do GRUPO e de cada um dos seus negócios, bem como a tomada de decisões sobre matérias de superior importância. Neste âmbito, não foram delegadas competências no domínio da definição da estratégia e das políticas gerais da Sociedade, da estrutura empresarial do GRUPO e das decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais. De igual forma, embora todo o sistema de controlo interno e de gestão de riscos seja operacionalizado com o suporte da Função de Risco Corporativo (que reporta à Comissão Executiva) as linhas principais e estruturantes desse sistema (incluindo a fixação de limites quantitativos de exposição ao risco) são aprovadas e monitorizadas pelo Conselho de Administração.

Em resumo, não são delegadas na Comissão Executiva, entre outras, as seguintes matérias:

- Aprovar o Plano de Negócios do GRUPO, incluindo os objetivos estratégicos, planos económico-financeiros plurianuais, as políticas corporativas do GRUPO, o orçamento anual, o plano de investimentos e de financiamento do GRUPO;
- Aprovar a entrada do GRUPO em novas regiões, mercados e negócios;
- Aprovar operações de compra, de fusão e alienação de participações sociais e todas as parcerias estratégicas e/ou de capital (novos sócios para novos contratos ou investimentos);
- Aprovar as diretrizes para o GRUPO ao nível de política de dividendos, estrutura de capital, aplicações, gestão da dívida, operações de bolsa e emissão de obrigações, empréstimos, financiamentos, relacionamento bancário, seguros e garantias;
- Aprovar o aumento dos plafonds de crédito de médio e longo prazo, quer no GRUPO, quer em associadas (para além do previsto no orçamento);
- Aprovar operações financeiras para associadas que exijam garantias da MOTA-ENGIL SGPS;
- Aprovar os Relatórios, Semestrais e Anuais das Contas Consolidadas e Individuais da Sociedade;
- Deliberar sobre a criação de Comitês para assessoria ao Conselho de Administração nas decisões de assuntos específicos de sua competência;
- Aprovar as linhas de orientação estratégica das políticas de recursos humanos do GRUPO, Regiões e Mercados, no que se refere a política de desenvolvimento de recursos humanos, remuneração e incentivos;
- Aprovar as políticas de representação institucional para o GRUPO, Regiões e Mercados;
- Aprovar as linhas de orientação de Comunicação e Marketing Institucional e assegurar que estão em consonância com a política do GRUPO.

Adicionalmente, os estatutos da Sociedade definem no artigo 20º um conjunto de matérias que não podem ser objeto de delegação por parte do Conselho de Administração, se houver votos contra de, pelo menos, 1/3 dos seus membros.

O Presidente do Conselho de Administração tem as competências que lhe são atribuídas por lei e pelos estatutos, nomeadamente a relação com as Comissões Societárias.

Por norma, os membros do Conselho de Administração e da Comissão de Vencimentos assistem às Assembleia Gerais de Acionistas.

A Comissão Executiva foi eleita pelo Conselho de Administração, tendo-lhe sido delegados todos os poderes relacionados com a gestão das atividades da Sociedade e de todas as suas participadas, na sua aceção mais estrita de tomada de opções táticas e controlo das linhas concretas de desenvolvimento das várias atividades, assumindo as responsabilidades de gestão executiva dos negócios do GRUPO em linha com as orientações e políticas definidas pelo Conselho de Administração. A Comissão Executiva pode discutir todos os assuntos da competência do Conselho de Administração, sem prejuízo de só poder deliberar nas matérias que lhe estão delegadas. Todos os assuntos tratados na Comissão Executiva, mesmo que incluídos na sua competência delegada, são dados a conhecer aos administradores não-executivos, que têm acesso às respetivas atas e documentos de suporte.

As reuniões da Comissão Executiva realizam-se geralmente de três em três semanas, ou sempre que sejam convocadas pelo seu Presidente, devendo o calendário para as reuniões de cada ano ser elaborado pelo Presidente da Comissão Executiva e publicitado a todos os membros até ao dia 15 de dezembro do ano anterior.

Com uma antecedência mínima de três dias relativamente à data de cada reunião, o Presidente da Comissão Executiva distribui a agenda dos trabalhos e a respetiva informação necessária para suportar a discussão e o processo decisório dos assuntos agendados.

O Presidente da Comissão Executiva, através da área corporativa de Relações Institucionais e Comunicação, remete ao Presidente do Conselho de Administração com a antecedência necessária as convocatórias e as atas das respetivas reuniões. Adicionalmente, o Presidente da Comissão Executiva informa regularmente o Presidente do Conselho de Administração acerca das decisões tomadas nas reuniões da Comissão Executiva, ficando este último responsável por informar os restantes membros do Conselho de Administração. Os membros executivos prestam aos membros não-executivos, bem como aos demais membros dos órgãos sociais, todos os esclarecimentos necessários ao exercício das competências destes, quer por sua iniciativa, quer a solicitação dos mesmos, nomeadamente no decurso das reuniões do Conselho de Administração. Todos estes aspetos encontram-se definidos no “Regulamento de Funcionamento da Comissão Executiva” aprovado, e periodicamente atualizado, pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2020, no que concerne à distribuição de pelouros entre os titulares do Conselho de Administração, nomeadamente no âmbito da Comissão Executiva, destaca-se o seguinte:

- Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
  - Presidente da Comissão Executiva
  - Assuntos Jurídicos
  - Relações Institucionais e Comunicação
  - Relação com os Investidores
  - *Chairman* da MOTA-ENGIL África
  
- Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
  - Vice-Presidente da Comissão Executiva
  - *Chairman* da MOTA-ENGIL EUROPA
  - *Chairman* da MOTA-ENGIL AMÉRICA LATINA
  - *Chairman* da MOTA-ENGIL AMBIENTE E SERVIÇOS
  
- Eduardo João Frade Sobral Pimentel
  - Estratégia de Recursos Humanos e Sustentabilidade
  
- Ismael Antunes Hernandez Gaspar
  - CEO da MOTA-ENGIL CAPITAL
  
- João Pedro dos Santos Dinis Parreira
  - CEO da MOTA-ENGIL AMÉRICA LATINA

- José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas
  - *Chief Financial Officer* (CFO)
  - Controlo de Negócios
  - Finanças Corporativas
  - Risco Corporativo
  - Relação com os Investidores
  - Serviços Partilhados
  - Tecnologias e SI
  
- Luís Filipe Cardoso da Silva
  - Planeamento Estratégico
  - Controlo de Negócios
  - Fiscalidade Corporativa
  - *Compliance*
  
- Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota
  - CEO da MOTA-ENGIL ÁFRICA
  - CEO da MOTA-ENGIL EUROPA (engenharia & construção)

Em 31 de dezembro de 2020, o Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins, na qualidade de Presidente da Comissão Executiva, era considerado o *Chief Executive Officer* (CEO) da Sociedade e o Dr. José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas, na qualidade de responsável pelas áreas financeiras da Sociedade, era considerado o *Chief Financial Officer* (CFO).

Os administradores não-executivos acompanharam a atividade desenvolvida pela Sociedade, garantindo-se a efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade, nomeadamente através das reuniões periódicas do Conselho de Administração, sem prejuízo do acesso a qualquer informação ou documentação que tenha sido solicitada. Em concreto, sublinha-se que a definição da estratégia e sua avaliação, bem como a definição das principais políticas e estrutura societária foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração com a participação fundamental dos administradores não-executivos.

No exercício das suas funções não-executivas, os administradores não se depararam, no exercício de 2020, com quaisquer constrangimentos. O relatório anual de gestão inclui uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não-executivos.

O Dr. Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho, como único Vice-Presidente independente do Conselho de Administração, exerce a função de *Lead Independent Director*. No âmbito desta sua função, subsidiariamente à sua posição enquanto administrador independente: (a) atua, quando se revela necessário, como interlocutor com o Presidente do Conselho de Administração, com o Presidente da Comissão Executiva e com os demais administradores; (b) assegura que os restantes administradores não executivos, em particular os independentes, têm acesso a toda a informação necessária e dispõem das condições e meios necessários ao exercício das suas funções; e (c) organiza e suporta a avaliação de desempenho do Conselho de Administração e das suas comissões, com vista a apoiar a Comissão de Vencimentos no respetivo processo formal de avaliação anual.

### Órgãos de fiscalização

A fiscalização da Sociedade é exercida por um Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, os quais exercem as funções que resultam da legislação aplicável e dos estatutos.

Compete à Assembleia Geral eleger o Conselho Fiscal, bem como designar, sob proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal da Sociedade é composto por um número mínimo de três membros efetivos, um Presidente e dois vogais.

O Conselho Fiscal reúne, pelo menos, com uma periodicidade mensal, sendo a convocatória de cada reunião expedida com pelo menos uma antecedência de cinco dias úteis relativos à data de cada reunião.

A ordem de trabalhos é determinada pelo Presidente do Conselho Fiscal e os documentos de suporte relativos aos diversos pontos da mesma são distribuídos por todos os membros do Conselho com uma antecedência de cinco dias sobre a data da reunião.

De cada reunião é elaborada ata, validada pelos presentes e circulada por todos os membros efetivos do Conselho Fiscal. Todos estes aspetos encontram-se definidos no “Regulamento de Funcionamento do Conselho Fiscal”.

### Comissões especializadas

#### Comissão de Vencimentos

De acordo com os estatutos, a Comissão de Vencimentos, eleita pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral, tem por função definir a política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais, fixando as remunerações aplicáveis, tendo em consideração as funções exercidas, o desempenho verificado e a situação económica da Sociedade. Neste contexto, a Comissão de Vencimentos acompanha e avalia, numa base constante, o desempenho dos administradores, verificando em que medida foram atingidos os objetivos propostos, e reúne sempre que for necessário. A remuneração dos administradores integra uma componente baseada no desempenho.

Por outro lado, compete a esta Comissão assegurar que as propostas para eleição dos novos membros do Conselho de Administração sejam acompanhadas da fundamentação sobre a adequação do perfil, conhecimentos e *curriculum* à função a desempenhar.

De igual modo, está também no âmbito de atuação da Comissão de Vencimentos o acompanhamento e o apoio no processo de nomeação de quadros dirigentes.

A Comissão de Vencimentos eleita para o quadriénio 2018-2021 é composta pelos seguintes membros: António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa, ambos membros do órgão de administração, e Manuel Teixeira Mendes. São elaboradas atas de todas as reuniões realizadas.

#### Comissão de Auditoria, Investimento e Risco

A Comissão de Auditoria, Investimento e Risco é composta por três membros permanentes (três administradores, dos quais dois não executivos, sendo um deles administrador independente), e poderá convidar sempre que aplicável e necessário ao desempenho das suas funções outros responsáveis do GRUPO ligados aos projetos em avaliação. Esta Comissão tem como principais funções e responsabilidades: (i) aprovar o plano anual de auditorias, efetuar o acompanhamento das mesmas e pronunciar-se sobre os seus relatórios, (ii) apreciar e sugerir políticas de investimento e risco de negócios e projetos ao Conselho de Administração, (iii) examinar e emitir parecer sobre projetos de investimento ou desinvestimento, (iv) emitir parecer sobre a entrada e saída em novas áreas de negócio, (v) monitorizar operações financeiras e societárias relevantes, (vi) emitir parecer sobre a matriz de risco do GRUPO, sempre que esta for atualizada ou sempre que existirem alterações substanciais nos riscos da envolvente externa e/ou nos riscos operacionais, (vii) avaliar as estratégias de gestão de risco definidas ao nível corporativo e a implementação das políticas transversais de gestão de risco nas regiões/áreas de negócio e (viii) acompanhar a monitorização de riscos associados a projetos selecionados. São elaboradas atas de todas as reuniões realizadas. Em 31 de dezembro de 2020, eram membros desta comissão: Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa, Luís Filipe Cardoso da Silva e António Manuel da Silva Vila Cova, este último administrador independente.

A Comissão de Auditoria, Investimento e Risco reúne com uma periodicidade mensal, ou sempre que seja convocada pelo seu Presidente, sendo o calendário para as reuniões de cada ano elaborado por aquele e publicitado a todos os membros até ao dia 15 de dezembro do ano anterior.

A agenda de cada uma das reuniões é definida pelo Presidente, sendo esta distribuída até ao dia anterior à data da reunião. O Presidente providencia a preparação da informação necessária para suportar a discussão e o processo decisório dos assuntos agendados.

De cada reunião é elaborada ata, validada pelos presentes e circulada por todos os membros da Comissão e pelo Presidente do Conselho de Administração. Todos estes aspetos encontram-se definidos no “Regulamento de Funcionamento da Comissão de Auditoria, Investimento e Risco”.

Durante o ano de 2020, foram realizadas 7 reuniões da Comissão de Auditoria, Investimento e Risco.

## 22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Os órgãos de administração e fiscalização da Sociedade têm regulamentos internos de funcionamento que não se encontram publicados no sítio de Internet da Sociedade e que não se encontram disponíveis para consulta. A MOTA-ENGIL entende que os regulamentos vão para além dos aspetos de mero funcionamento dos órgãos, contendo um conteúdo reservado, razão pela qual não os disponibiliza ao público. No entanto, as principais funções e responsabilidades daqueles órgãos são explicitadas ao longo deste relatório, vide por exemplo pontos 21 e 38.

## 23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Durante o ano de 2020, tiveram lugar 22 reuniões do Conselho de Administração (CADM) e 16 reuniões da Comissão Executiva (COMEX), com a seguinte assiduidade:

Administrador	CADM	COMEX
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	100%	n/a
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	100%	100%
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	100%	n/a
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho	100%	n/a
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro	95%	n/a
António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier	100%	n/a
António Manuel da Silva Vila Cova	86%	n/a
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	100%	100%
Eduardo João Frade Sobral Pimentel	100%	100%
Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro	100%	n/a
Francisco Manuel Seixas da Costa	100%	n/a
Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto	95%	n/a
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	95%	100%
João Pedro dos Santos Dinis Parreira	100%	100%
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	100%	100%
Luís Filipe Cardoso da Silva	100%	100%
Luís Valente de Oliveira	95%	n/a
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	95%	100%
Maria Manuela Queirós V. Mota dos Santos	100%	n/a
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	95%	n/a
Maria Teresa Queirós V. Mota Neves da Costa	95%	n/a

## 24. Indicação dos órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração, em representação dos acionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral.

Adicionalmente, de acordo com o previsto no “Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração”, cabe a este órgão o seguinte:

- Aprovar as grandes linhas de orientação do modelo de gestão do GRUPO e das participadas e submeter propostas à Assembleia Geral de Acionistas de alterações na estrutura dos Órgãos de Governo;
- Acordar a nomeação, cessação de funções e a destituição dos membros dos órgãos sociais do GRUPO, Regiões e Mercados (incluindo empresas participadas); e

- Deliberar sobre a criação de Comitês para assessoria ao Conselho de Administração nas decisões de assuntos específicos de sua competência.

Neste contexto, o Conselho de Administração realiza de forma continuada e profunda a avaliação do modelo de governo do GRUPO, numa perspectiva que inclui, mas ultrapassa, a auto-avaliação do órgão, analisando a adequação da orgânica definida e a composição de cada nível hierárquico de todo o GRUPO, Regiões e Mercados, nomeadamente o desempenho dos administradores executivos de cada um desses patamares.

#### **25. Critérios predeterminados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.**

A componente quantitativa da avaliação do desempenho dos administradores executivos compreende um conjunto de *Key-Performance Indicators* (KPI), indexados ao Plano Estratégico do GRUPO.

A avaliação quantitativa é, posteriormente, ponderada com a avaliação qualitativa individual, de natureza discricionária, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo, predefinidos.

#### **26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do GRUPO, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.**

Os cargos exercidos pelos administradores da MOTA-ENGIL em outras empresas (maioritariamente em empresas do GRUPO ou em representação do GRUPO) e outras atividades relevantes dos mesmos, encontram-se discriminados no ponto 7 do Anexo 5 “Lista de cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração”, resultando evidenciada pelos cargos que exercem, mas também pela assiduidade e participação ativa dos administradores, quer nas reuniões da Comissão Executiva, no caso dos administradores executivos, quer nas reuniões do Conselho de Administração, relativamente a todos os seus membros (conforme ponto 23 supra), a disponibilidade de cada um dos membros para o exercício das suas funções.

Adicionalmente, encontra-se previsto no regulamento de funcionamento da Comissão Executiva, que o exercício de funções por parte de administradores executivos em entidades fora do GRUPO terá de ser previamente validado por aquele órgão e corresponder a situações residuais e de reduzido envolvimento dos mesmos.

Cada um dos membros do Conselho de Administração tem a responsabilidade de agir no melhor interesse da Sociedade e não deve atuar de forma que colida com essa responsabilidade, cumprindo com o disposto no capítulo 3 do Código de Ética e de Conduta Empresarial do GRUPO MOTA-ENGIL relativamente ao Procedimento de Conflito de Interesses. Sempre que necessário, será promovida a separação de funções no seio dos órgãos sociais, garantindo que o eventual membro em conflito não interfira no processo de decisão.

#### **27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.**

Para além da Comissão Executiva, o Conselho de Administração criou a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco (conforme ponto 21 supra). O respetivo regulamento interno de funcionamento não se encontra disponível para consulta, mas as principais funções e responsabilidades daquela Comissão encontram-se descritas no ponto atrás referido.

**28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).**

Em 31 de dezembro de 2020, a composição da Comissão Executiva era como segue:

Administrador	Cargo
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	Vice-presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva
Eduardo João Frade Sobral Pimentel	Vogal do Conselho de Administração
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	Vogal do Conselho de Administração
João Pedro dos Santos Dinis Parreira	Vogal do Conselho de Administração
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	Vogal do Conselho de Administração
Luís Filipe Cardoso da Silva	Vogal do Conselho de Administração
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	Vogal do Conselho de Administração

**29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.**

No que respeita a esta matéria, remete-se para os pontos 21 e 27 supra.

### III. Fiscalização

#### 30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado.

O Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas são, no modelo de governo adotado, os órgãos de fiscalização da Sociedade.

#### 31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 18.

De acordo com os estatutos da Sociedade, o Conselho Fiscal deve ser composto por um número mínimo de três membros efetivos, sendo que a maioria destes deverá ser independente. O Conselho Fiscal terá ainda um ou dois membros suplentes, se for constituído por três ou mais membros efetivos, respetivamente. Compete à Assembleia Geral designar o Presidente do Conselho Fiscal entre os seus membros. O mandato atual dos membros do Conselho Fiscal tem a duração de quatro anos (três anos no próximo mandato).

Os membros designados para o mandato em curso (quadriénio 2019-2022) e que se encontram em funções são:

Membro	Cargo	Primeira designação	Termo do mandato em
José António Ferreira de Barros	Presidente	23 de maio de 2019	31 de dezembro de 2022
Cristina Maria da Costa Pinto	Efetivo	23 de maio de 2019	31 de dezembro de 2022
Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus	Efetivo	23 de maio de 2019	31 de dezembro de 2022
Pedro Manuel Seara Cardoso Perez	Suplente	30 de março de 2007	31 de dezembro de 2022

Por outro lado, atendendo à dimensão e complexidade do GRUPO, presente num elevado número de países e desenvolvendo diversas atividades, e face à análise de *benchmarking* realizada a outras empresas cotadas em Portugal e na União Europeia, considera-se adequado o atual número e o perfil dos membros do Conselho Fiscal.

#### 32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414º, nº 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 19.

Todos os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplente, cumprem os critérios de independência previstos no nº 5 do artigo 414º, bem como as regras de incompatibilidade previstas no nº 1 do artigo 414º-A, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 21.

#### José António Ferreira de Barros (Presidente)

##### Qualificações profissionais

- Licenciatura em Engenharia Químico-Industrial pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

##### Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Presidente do Conselho Fiscal da Mota-Engil, SGPS, SA
- Presidente do Conselho Fiscal da CIN - Corporação Industrial do Norte, SA
- Presidente do Conselho Fiscal do Instituto Português de Tabacologia
- Presidente do Conselho Fiscal da AMIC - Associação Promotora do Museu da Ciência e Indústria, SA
- Presidente da EMCE - Estrutura de Missão para a Capitalização das Empresas
- Gerente da SPAL – Sociedade Portuguesa do Ar Líquido, Lda
- Membro do Conselho de Administração da Fundação Eça de Queiroz
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FASE - Estudos e Projectos, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AEP - Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria para o Norte de Portugal, SA
- Fundador e Presidente do Conselho de Curadores da Fundação AEP

#### Cristina Maria da Costa Pinto (Efetivo)

##### Qualificações profissionais

- Licenciatura em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa

##### Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Membro do Conselho Fiscal da Mota-Engil, SGPS, SA
- Membro do Conselho Fiscal de várias empresas fora do Grupo
- Consultora na área fiscal na sociedade Pinheiro Pinto – Consultadoria, Lda
- Docente na Universidade Católica e na Católica Business School
- Advogada

#### Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus (Efetivo)

##### Qualificações profissionais

- Licenciatura em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Pós-graduação em Gestão do Risco e Derivados pela Universidade Católica Portuguesa
- Revisora Oficial de Contas

##### Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Membro do Conselho Fiscal da Mota-Engil, SGPS, SA
- Membro do Conselho Fiscal de várias empresas fora do Grupo
- Membro do Conselho Fiscal, na qualidade de Revisora Oficial de Contas, de várias empresas fora do Grupo
- Membro da Comissão de Fiscalização, na qualidade de Revisora Oficial de Contas, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 24.

O Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL tem regulamento interno de funcionamento. No entanto, o mesmo não se encontra publicado no sítio de Internet da Sociedade nem se encontra disponível para consulta. A Sociedade entende que o regulamento vai para além dos aspetos de mero funcionamento do órgão, contendo um conteúdo reservado, razão pela qual não o disponibiliza ao público. Contudo, as principais funções e responsabilidades do Conselho Fiscal encontram-se descritas nos diversos pontos deste capítulo III (pontos 30 a 38).

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 25.

Durante o ano de 2020, realizaram-se 10 reuniões do Conselho Fiscal com a presença efetiva da totalidade dos membros em exercício.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do GRUPO, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 26.

#### **José António Ferreira de Barros (Presidente)**

---

##### **Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil
- 

##### **Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Gerente da SPAL – Sociedade Portuguesa do Ar Líquido, Lda
  - Membro do Conselho de Administração da Fundação Eça de Queiroz
  - Presidente do Conselho Fiscal da CIN - Corporação Industrial do Norte, SA
  - Presidente do Conselho Fiscal do Instituto Português de Tabacologia
  - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FASE - Estudos e Projectos, SA
  - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AEP - Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria para o Norte de Portugal, SA
  - Fundador e Presidente do Conselho de Curadores da Fundação AEP
- 

#### **Cristina Maria da Costa Pinto (Efectivo)**

---

##### **Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil
- 

##### **Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Docente na Universidade Católica e na Católica Business School
  - Consultora na área fiscal na sociedade Pinheiro Pinto – Consultadoria, Lda
  - Membro do Conselho Fiscal das seguintes entidades:
    - Sogrape SGPS, SA
    - Haitong Bank SGPS, SA
    - Super Bock Group SGPS, SA
-

**Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus (Efetivo)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Presidente do Conselho Fiscal da Flexdeal – Sociedade de Investimento Mobiliário para Fomento da Economia, SA
- Presidente do Conselho Fiscal da Bright Ventures Capital, SCR, SA
- Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA
- Membro do Conselho Fiscal da Sociedade Banco Primus, SA
- Membro do Conselho Fiscal, na qualidade de Revisora Oficial de Contas, da Associação Porto Digital
- Membro do Conselho Fiscal, na qualidade de Revisora Oficial de Contas, da Sociedade Lusa - Agências de Notícias de Portugal, SA
- Fiscal Único das seguintes entidades:
  - Frezite - Ferramenta de Corte, SA
  - Frezigest, SA
  - Imocapital, SA
  - Oftaline, SA
  - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE
  - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
  - Gestão e Obras do Porto, EM

**37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.**

De acordo com o n.º 11 do artigo 77º do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015 de 7 de setembro, é da competência do Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL avaliar adequadamente as ameaças à independência do revisor / auditor decorrentes da prestação de serviços distintos de auditoria. Esses serviços, que não sejam proibidos nos termos do respetivo n.º 8, têm, ainda assim, que ser objeto de parecer prévio, devidamente fundamentado.

Nestes termos, foi sujeita à apreciação do Conselho Fiscal a possibilidade de o revisor / auditor da MOTA-ENGIL poder prestar qualquer serviço distinto do de auditoria. Desta forma, para cada pedido de prestação de serviços solicitado foi emitido um parecer, devidamente fundamentado, sobre a possibilidade da sua execução.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal recebe anualmente, nos termos do artigo 62º-B do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro), a declaração de independência do revisor / auditor, na qual são descritos os serviços prestados por este e por outras entidades da mesma rede, respetivos honorários pagos, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda para fazer face às mesmas. Todas as ameaças à independência do revisor / auditor foram avaliadas e discutidas com este, assim como as respetivas medidas de salvaguarda.

**38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.**

Ao Conselho Fiscal compete, nos termos da lei e do respetivo Regulamento de funcionamento:

- Verificar a observância da lei e regulamentos, dos estatutos e das normas emitidas pelas autoridades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas no GRUPO;
- Verificar, em particular, o funcionamento do Conselho de Administração e das suas comissões delegadas, bem como o relacionamento entre todos esses órgãos;
- Avaliar, pelo menos anualmente, o cumprimento do Plano de Negócios do GRUPO e do Orçamento Anual do GRUPO;
- Verificar, nas empresas do GRUPO, sujeitas a supervisão em base consolidada, a prossecução dos objetivos fundamentais fixados em matéria de controlo interno e gestão de riscos pela Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários;
- Avaliar a fiabilidade dos reportes respeitantes ao GRUPO e empresas do GRUPO sujeitas àquela obrigação;

- Verificar a adequação e supervisionar o cumprimento das políticas, dos critérios e das práticas contabilísticas adotadas e a regularidade dos documentos que lhes servem de suporte;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e a existência de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte, verificando a exatidão dos documentos de prestação de contas e fiscalizar o processo de preparação e divulgação da informação financeira pela Sociedade;
- Dar parecer sobre o relatório, as contas e as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, atestando se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora;
- Justificar devidamente a seleção do Revisor Oficial de Contas junto da Comissão Executiva, incluindo na proposta sobre quem deva prestar esses serviços a respetiva remuneração, propondo à Assembleia Geral a respetiva nomeação;
- Fiscalizar a atividade do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente a sua independência e a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da Sociedade, e, nesse quadro, apreciar e emitir parecer sobre a prestação pelo Revisor Oficial de Contas de serviços adicionais à Sociedade (que não de auditoria) ou a sociedades por ela controladas, bem como sobre as respetivas condições;
- Representar a Sociedade, para todos os efeitos, junto do Revisor Oficial de Contas, sendo, designadamente, o primeiro interlocutor da Sociedade junto dele e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios; zelar para que sejam asseguradas ao Auditor, pela Sociedade, condições adequadas para a prestação dos seus serviços;
- Dar parecer sobre a possibilidade de manutenção do Revisor Oficial de Contas para além de um período de oito anos, ponderando as condições de independência e vantagens e custos da sua substituição;
- Acompanhar as ações fiscalizadoras da CMVM, da Direção-Geral dos Impostos e da Inspeção-Geral de Finanças realizadas às empresas do GRUPO;
- Certificar a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos;
- Convocar a Assembleia Geral, quando o Presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Tomar conhecimento das comunicações de irregularidades apresentadas por colaboradores, acionistas ou outrem;
- Dar parecer sobre as transações realizadas com titulares de participação qualificada ou com entidades com eles relacionadas nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, ou respetivas renovações, cujo valor agregado por entidade seja superior a 500 mil euros por ano;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da Sociedade.

Em particular, para apresentar à Comissão Executiva proposta relativa ao Revisor Oficial de Contas a contratar pela Sociedade, o Conselho Fiscal segue a seguinte metodologia: (1) pré-avaliação das entidades com potencial de assumir tal função; (2) preparação e envio, para as entidades selecionadas, de pedido de apresentação de proposta com indicação do âmbito e tipo de serviços a prestar ao nível global às empresas do GRUPO, critérios de seleção e calendário respetivo; (3) apresentação das propostas pelas empresas selecionadas; (4) análise de propostas e avaliação de acordo com critérios objetivos; (5) seleção e proposta de contratualização.

Ao Conselho Fiscal compete ainda acompanhar e avaliar o exercício de funções pelas áreas corporativas de *Compliance*, Risco e de Auditoria Interna. Paralelamente, e no âmbito da respetiva função fiscalizadora, o Conselho Fiscal acompanha os planos de trabalho e os recursos afetos às áreas atrás referidas, sendo destinatário de relatórios periódicos realizados por aquelas funções, assim como de informações sobre matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

#### IV. Revisor Oficial de Contas

##### 39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O cargo de Revisor Oficial de Contas efetivo da Sociedade é desempenhado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda, representada pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia.

##### 40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou GRUPO.

O cargo de Revisor Oficial de Contas é exercido desde 2017 (quatro anos) pela PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda.

##### 41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

Ver resposta no ponto 46 abaixo.

#### V. Auditor Externo

##### 42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O Auditor da Sociedade, nos termos do nº 2 do artigo 8º do Código dos Valores Mobiliários, é a PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda, representada pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia e encontra-se registado na CMVM sob o número 20161485.

##### 43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou do GRUPO.

A PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda e o seu representante iniciaram a prestação de serviços de auditoria à Sociedade em 2017 (há quatro anos).

##### 44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

A política da Sociedade em termos de rotação do Auditor consiste na realização de um processo de consulta periódico para a sua escolha de quatro em quatro anos. No entanto, no ano de 2016, fruto da imposição legal quanto à necessidade de rotação dos auditores, o Conselho Fiscal da Sociedade promoveu o lançamento de um novo processo de consulta para o período de 2017 a 2022, tendo convidado três das quatro grandes empresas de auditoria de reputação internacional para apresentarem uma proposta para a prestação de serviços de auditoria ao GRUPO MOTA-ENGIL. Em resultado do referido processo de consulta, o Conselho Fiscal da Sociedade propôs a nomeação da PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda.. Adicionalmente, a política da Sociedade e do Auditor relativamente à periodicidade de rotação do Revisor Oficial de Contas que o representa, no cumprimento dessas funções, enquadra-se no normativo legal vigente, isto é, dois ou três mandatos, consoante sejam, respetivamente, de quatro ou três anos.

#### 45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

O Conselho Fiscal avalia anualmente o Auditor, assumindo a responsabilidade pela fiscalização das suas habilitações e pela sua independência, bem como garante que lhe são asseguradas, dentro da Sociedade, as condições adequadas à prestação dos seus serviços, sendo o interlocutor da Sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios do Auditor.

Apesar de não constituir competência específica ou exclusiva da Assembleia Geral, nada impede que a mesma seja chamada a pronunciar-se, em caso de interpelação pelo Conselho Fiscal, sobre a destituição do Auditor, sempre que se verifique justa causa para o efeito. Em todo o caso, e até à presente data, o Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL não encontrou quaisquer razões para ponderar a tomada de diligências no sentido de destituir com justa causa uma entidade que tenha desempenhado as funções de Auditor da Sociedade.

#### 46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a Sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Os trabalhos distintos dos de auditoria prestados pelo Auditor e Revisor Oficial de Contas da Sociedade durante o exercício de 2020 detalham-se de seguida:

- Disponibilização de licença de acesso à base de dados Inforfisco, a qual consiste num repositório de natureza fiscal de fonte pública (desde legislação a jurisprudência);
- Emissão de relatórios de garantia de fiabilidade sobre as contas reguladas de algumas empresas concessionárias a submeter ao organismo regulador (ERSAR);
- Revisões limitadas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de algumas empresas participadas, em conformidade com a Norma Internacional de Trabalhos de Revisão ISRE 2410;
- Emissão de relatórios de garantia de fiabilidade relativos à validação de rácios financeiros associados a contratos de financiamentos obtidos e a concursos nos quais as empresas do GRUPO participaram;
- Emissão de relatório de garantia de fiabilidade sobre os relatórios de faturação entregues por uma empresa do Grupo à Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.;
- Emissão de relatório de garantia de fiabilidade relativo à forma de apuramento do justo valor de um investimento financeiro detido pelo GRUPO;
- Participação de alguns colaboradores do GRUPO em cursos de formação genérica *on-line* promovidos pelo Auditor / Revisor Oficial de Contas (abertos a outros intervenientes) sobre temáticas diversas;
- Prestação de serviços de *tax compliance* a entidades do GRUPO localizadas no sultanato de Omã;
- Prestação de serviços de apoio fiscal associados à implementação do imposto sobre o valor acrescentado em Angola.

Tal como referido no ponto 38, compete ao Conselho Fiscal fiscalizar a independência do Auditor e, nesse quadro, apreciar e emitir parecer sobre a prestação pelo Auditor de serviços adicionais à Sociedade (que não de auditoria) ou a sociedades por ela controladas. Desta forma, para cada pedido de prestação de serviços solicitado foi emitido um parecer, devidamente fundamentado, sobre a possibilidade da sua execução.

Todas as ameaças à independência do Auditor foram avaliadas e discutidas com este, assim como as respetivas medidas de salvaguarda. Desta forma, em virtude de: (i) os serviços acima referidos não serem proibidos; (ii) parte significativa daqueles corresponderem a serviços de garantia de fiabilidade; (iii) parte dos serviços deverem ser preferencialmente (por questões de tempo) ou obrigatoriamente (por imposição legal) executados pelo Revisor Oficial de Contas / Auditor da Sociedade e (iv) no seu acumulado os honorários totais de serviços que não de auditoria ou de garantia de fiabilidade serem pouco significativos, o Conselho Fiscal entendeu que a independência do Auditor não foi afetada pela prestação daqueles serviços.

Adicionalmente, no âmbito do seu trabalho, o Auditor verifica a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, bem como a eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno. No caso de encontrar qualquer deficiência ou irregularidade, esta é reportada ao Conselho Fiscal.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873, de 16 de maio)

Durante o exercício de 2020, a remuneração anual suportada pela Sociedade, e por outras sociedades em relação de domínio ou de GRUPO, com os auditores (PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda), incluindo outras entidades pertencentes à mesma rede, foi de 1.657.325 euros, tendo esse montante sido repartido pela prestação dos seguintes serviços:

Natureza do Serviço	Pela Sociedade		Por entidades que integram o Grupo		TOTAL	
	Valor (euros)	%	Valor (euros)	%	Valor (euros)	%
Auditoria e revisão legal de contas	144 800	100%	1 397 618	92%	1 542 418	93%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-	0%	94 350	6%	94 350	6%
Consultoria fiscal	-	0%	19 162	1%	19 162	1%
Outros serviços que não revisão legal de contas	-	0%	1 395	0%	1 395	0%
<b>TOTAL</b>	<b>144 800</b>	<b>100%</b>	<b>1 512 525</b>	<b>100%</b>	<b>1 657 325</b>	<b>100%</b>

## C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

### I. Estatutos

#### 48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade (art. 245º-A, nº 1, al. h).

As alterações aos estatutos têm que ser aprovadas por maioria qualificada de pelo menos 70,01% de votos presentes.

### II. Comunicação de irregularidades

#### 49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade.

A Sociedade tem em vigor um procedimento onde estão definidos os mecanismos a adotar em matéria de comunicação de irregularidades. O procedimento considera que constituem “irregularidades” todos os atos ou omissões, dolosos ou negligentes, que sejam imputados à conduta de colaboradores da Sociedade no exercício dos seus cargos profissionais, que violem: i) a legislação, normas ou regulamentos vigentes; ii) o “Código de Ética e de Conduta Empresarial”; e iii) as boas práticas de gestão; em todos os casos por referência aos domínios da contabilidade, controlos contabilísticos internos, auditoria, luta contra a corrupção e crime financeiro. As comunicações recebidas que extravasem esse âmbito não serão objeto de tratamento pelo referido procedimento.

Este procedimento é enquadrado pelos seguintes pontos:

- (i) finalidade do tratamento;
- (ii) carácter voluntário da denúncia;
- (iii) direitos do denunciado, nomeadamente de acesso à informação;
- (iv) direitos do denunciante, de não retaliação, intimidação ou discriminação;
- (v) não utilização abusiva ou de má-fé, sob pena de instauração de processo disciplinar ou penal; e
- (vi) confidencialidade das denúncias, assim como do denunciante, estando asseguradas medidas de segurança adequadas.

A comunicação de irregularidades deverá ser efetuada por escrito, por *email* ou carta, para pelo menos um dos seguintes endereços:

- [etica@mota-engil.com](mailto:etica@mota-engil.com)
- Auditoria Interna – Rua do Rego Lameiro, nº 38, 4300 – 454 Porto
- [www.mota-engil.pt/Provedoria](http://www.mota-engil.pt/Provedoria)

Por delegação do Conselho Fiscal, a quem compete, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, receber as comunicações de irregularidades, a receção e encaminhamento das participações de preocupações ou infrações é da responsabilidade da função de Auditoria Interna. Algumas ocorrências, em virtude da sua natureza, poderão ser encaminhadas para as respetivas áreas funcionais corporativas.

As fases processuais do mecanismo de comunicação de irregularidades incluem: receção e registo; análise preliminar e confirmação das alegadas informações; notificação; investigação; e relatório final, com ações de correção e conclusão / opinião sobre a situação reportada, com comunicação ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração.

Com uma periodicidade anual, é produzido um relatório, onde são sistematizadas as situações comunicadas mais recorrentes, bem como os indicadores relevantes dos resultados apurados ao longo do ano. Este relatório, entre outros, tem como objetivo ajudar a detetar eventuais fragilidades ou oportunidades de melhoria nos controlos dos processos, servindo como contributo para uma proposta de revisão dos mesmos e / ou do mecanismo de comunicação de irregularidades.

### III. Controlo interno e gestão de riscos

#### 50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Como órgão máximo e independente para a salvaguarda do cumprimento dos processos e procedimentos, e com reporte ao Conselho de Administração, a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco tem como missão apoiar a gestão do GRUPO MOTA-ENGIL no reforço dos meios e métodos de atuação ao nível do controlo interno e de monitorização do risco de negócio. Compete também a esta Comissão o acompanhamento da evolução dos níveis globais de risco e avaliar em conjunto com a Comissão Executiva as medidas de monitorização e controlo dos riscos.

A Comissão de Auditoria, Investimento e Risco tem sob a sua dependência hierárquica a Função de Auditoria Interna, cuja missão é apoiar a consecução dos objetivos estratégicos, a avaliação, conformidade e melhoria contínua da eficácia e controlo interno dos processos de gestão do GRUPO.

A Função de Auditoria Interna dispõe de uma estrutura de recursos especificamente alocada ao desempenho das seguintes funções:

- Realização de auditorias de gestão, financeiras, operacionais e tecnológicas nas diversas regiões e empresas do GRUPO;
- Auditar o bom funcionamento dos processos, boas práticas e políticas definidas;
- Verificação da conformidade dos procedimentos internos, leis, regulamentos e contratos;
- Verificação do cumprimento dos procedimentos de controlo interno atendendo às recomendações das entidades reguladoras dos mercados, assim como da legislação aplicável nas diferentes regiões em que o GRUPO atua;
- Assegurar o *follow-up* apropriado das recomendações emitidas nos relatórios enviados à Comissão de Auditoria, Investimento e Risco;
- Preparar pareceres prévios à Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, sobre iniciativas de aquisições ou alienações definidas pelo GRUPO MOTA-ENGIL;
- Analisar o processo de comunicação e o cumprimento do Código de Ética e Conduta Empresarial do GRUPO;
- Apoiar o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco nas vertentes relacionadas com processos e procedimentos de gestão.

Ao Conselho Fiscal é atribuída, entre outras, a responsabilidade pela avaliação do funcionamento do sistema de controlo interno e de propor o respetivo ajustamento às necessidades do GRUPO. Sobre esta matéria, convém ainda referir que, tal como estipulado na alínea i) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, é da competência do Conselho Fiscal verificar a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e da prática de auditoria interna.

O Conselho Fiscal acede aos relatórios e pareceres emitidos pela Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, supervisiona a adoção dos princípios e das políticas de identificação e gestão dos principais riscos financeiros e operacionais e acompanha as medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar os riscos.

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal reconhecem a importância que têm para a organização os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, promovendo as condições humanas e tecnológicas suscetíveis de propiciar um ambiente de controlo proporcional e adequado aos riscos da atividade.

Compete à Comissão Executiva assegurar a criação e o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos. Com o crescimento da atividade internacional do GRUPO e da sua consequente diversificação geográfica e de negócio, a estrutura organizacional do GRUPO apresenta cada vez mais uma dimensão superior e mais complexa.

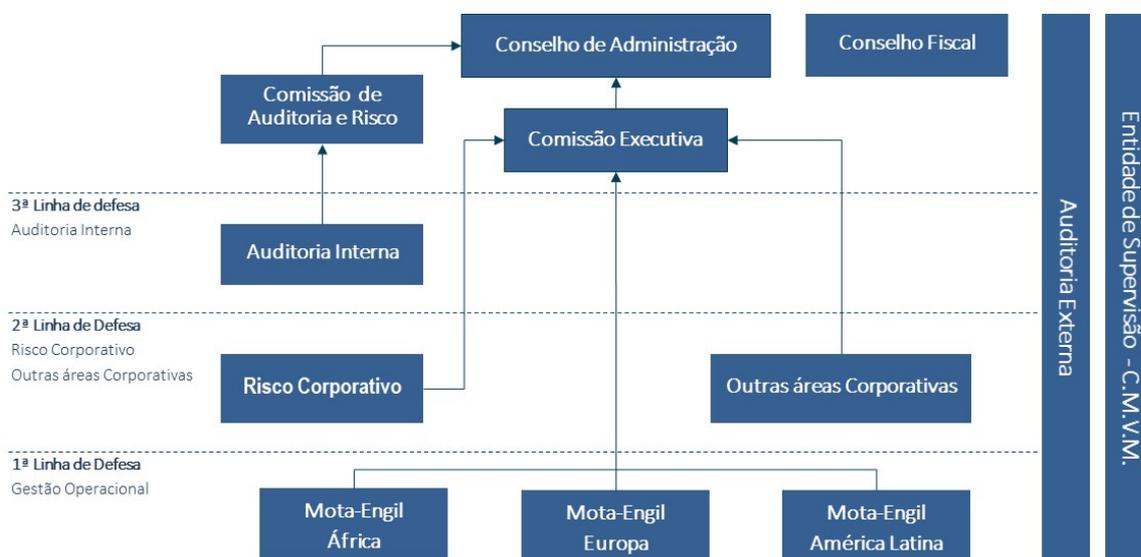
Assegurando a devida autonomia operacional aos negócios, a MOTA-ENGIL, com a sua vertente estratégico-financeira, dispõe no seu modelo de *governance* de uma estrutura denominada Centro Corporativo onde se encontram todas as funções corporativas de suporte à Comissão Executiva, os instrumentos de controlo da performance do negócio e de uma gestão de risco mais robusta e estruturada, de acordo com as políticas, procedimentos e visão estratégica do GRUPO.

A atividade de gestão de risco e a sua concentração numa área específica, a Função de Risco Corporativo, encontra-se sob a responsabilidade de um administrador executivo, procurando assim reforçar a avaliação de risco de uma forma mais sistematizada, eficiente e com a devida *interface* comunicacional com as diversas áreas de negócio em diferentes regiões / mercados.

O processo de gestão de risco é uma parte integrante do sistema de controlo interno que consiste no desenvolvimento de políticas e procedimentos de gestão com o objetivo de assegurar a criação de valor, a salvaguarda dos ativos, o cumprimento de leis e regulamentos e um ambiente de controlo que assegure o cumprimento dos valores éticos da MOTA-ENGIL e a fiabilidade da informação relatada.

### 51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da Sociedade.

A organização e o modelo de *governance* da MOTA-ENGIL têm por base a implementação das melhores práticas internacionais ao nível de *Corporate Governance*, assegurando uma transparência de processos e procedimentos e uma autonomia e independência de atuação consignada no chamado modelo das “três linhas de defesa”, tal como esquematizado no organograma abaixo, perseguindo as orientações da declaração de posicionamento do “Institute of Internal Auditors” para uma gestão eficaz de riscos e controlos de uma organização.



- A primeira linha de defesa é constituída pelas unidades de gestão de negócio, que são responsáveis por desempenhar as suas atividades operacionais integradas nas orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração, assegurando o cumprimento das normas e procedimentos do GRUPO, os quais procuram assegurar uma transversalidade de atuação em conformidade com uma identidade cultural própria, assente em princípios éticos e de conduta materializados nas políticas transversais a seguir.

As unidades de gestão de negócio têm responsabilidade na identificação, avaliação, notificação e mitigação dos riscos, de forma a facilitar, padronizar e tornar mais eficaz o processo de gestão de riscos. Na gestão operacional estão definidos gestores do risco, designados por *Risk Owners*, que são responsáveis pela identificação dos riscos na sua área de negócio e que funcionam como *focal points* no relacionamento com a Função de Risco Corporativo.

- A segunda linha de defesa é representada pelas Funções do Centro Corporativo, as quais reportam à Comissão Executiva e das quais destacamos o Controlo de Negócios; o Planeamento Estratégico; as Finanças Corporativas; a Fiscalidade Corporativa; o Risco Corporativo; a Estratégia de Recursos Humanos e Sustentabilidade; a Relação com os Investidores; os Assuntos Jurídicos; o *Compliance* e as Tecnologias e SI. Todas estas áreas contribuem, no âmbito da sua área funcional e de forma complementar, para a disseminação das políticas transversais de risco, desde que com o devido consentimento / aprovação da Comissão Executiva.

- A terceira linha de defesa é representada pela Função de Auditoria Interna, que tem como principal função verificar de forma independente e sistemática as atividades realizadas pela primeira e segunda linhas, em conformidade com as normas e regulamentos instituídos.

A Função de Auditoria Interna reporta hierarquicamente à Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, a qual por sua vez reporta diretamente ao Conselho de Administração e é composta por três membros permanentes. Dois membros são administradores não-executivos, sendo que um administrador é independente. Com a presença de um administrador não executivo independente neste órgão colegial, considera-se garantida a independência desta Comissão face ao órgão de administração executivo (ver pontos 21 e 50).

A CMVM, o Auditor e o Conselho Fiscal estão fora do corpo executivo da Sociedade, mas desempenham um papel importante na estrutura geral de *governance* e controlo, sendo que:

- A entidade reguladora, o Auditor e o Conselho Fiscal podem ser considerados como linhas adicionais de defesa na medida em que que fornecem avaliações às partes interessadas da Sociedade, incluindo aos órgãos de *governance* e à Administração;
- Os reguladores estabelecem requisitos com a intenção de fortalecer os controlos e têm uma função independente e objetiva, para avaliar o todo ou parte da primeira, segunda ou terceira linha de defesa no que tange a esses requisitos, procurando atuar de forma cooperante e em diálogo permanente com a Sociedade.

## 52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

A gestão de riscos da Sociedade e das sociedades por ela controladas é um elemento integrador de todos os processos e decisões organizativas e não uma atividade isolada, afastada das principais atividades do GRUPO.

A gestão e controlo do risco são acompanhados pelo Conselho de Administração, pelos responsáveis das áreas de negócio e pelas Funções Corporativas da Sociedade, com destaque para as seguintes: Controlo de Negócios; Planeamento Estratégico; Finanças Corporativas; Fiscalidade Corporativa; Risco Corporativo; Estratégia de Recursos Humanos e Sustentabilidade; Relação com os Investidores; Assuntos Jurídicos; *Compliance* e Tecnologia de SI.

A Função de Risco Corporativo tem como missão promover a definição e implementação de uma política transversal de gestão de risco, identificar e analisar, mediante parâmetros previamente estabelecidos, os riscos que poderão afetar a sustentabilidade do negócio / mercado e a criação de valor.

Tem, ainda, como responsabilidade a produção de relatórios trimestrais que detalham os níveis de exposição a cada um dos principais riscos, através dos *Key Performance Indicators* (KPI) identificados ao longo do ano, bem como as medidas de mitigação propostas / implementadas. Estes relatórios são analisados pela Comissão Executiva, permitindo a reflexão sobre as principais recomendações e a decisão das ações necessárias de forma a mitigar os riscos sinalizados, sendo que os mesmos são igualmente partilhados com a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco.

Esta Função reporta diretamente à Comissão Executiva e dispõe de autonomia na identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos.

A Função de Risco Corporativo tem definido no seu âmbito a execução das seguintes atividades principais:

- Mapear riscos transversais, assente numa matriz de risco (revista anualmente) com base na recolha de informação sobre determinados KPI;
- Verificar os níveis de risco através da recolha e análise de informação crítica para monitorização dos riscos transversais;
- Definir modelos e linhas da atuação para mitigação de riscos transversais;
- Desenvolver e implementar planos de ação de risco e respetiva integração na gestão dos negócios;
- Monitorizar e reportar a evolução dos riscos e respetivo cumprimento das ações desencadeadas para mitigação dos mesmos;
- Promover a dinamização e implementação de políticas transversais de risco nas regiões / áreas de negócio devidamente customizadas ao mercado;
- Sistematizar as políticas e sistemas de gestão de risco, a serem incorporados nos Relatórios e Contas do GRUPO;
- Reporte e discussão em Comissão Executiva dos principais riscos e medidas de mitigação.

Existe ainda uma comissão especializada, a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, reportando ao Conselho de Administração, cujas principais funções e responsabilidades são descritas no ponto 21 supra.

### **53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade se expõe no exercício da atividade.**

A gestão de riscos no GRUPO MOTA-ENGIL assenta na permanente identificação e análise da exposição aos diferentes tipos de riscos inerentes à sua atividade, nas várias geografias em que está presente, e que são transversais a toda a Sociedade – riscos de conjuntura, riscos financeiros - riscos de taxa de juro, riscos de taxa de câmbio, riscos de liquidez, riscos de crédito, riscos operacionais, riscos legais, riscos regulatórios, entre outros – e na adoção de estratégias de maximização da rentabilidade.

Em capítulo autónomo do Relatório de Gestão, que se considera parte integrante deste relatório por referência, são descritos em pormenor os principais riscos a que o GRUPO está exposto na condução do seu negócio (parte I, capítulo C do Relatório de informação não financeira).

### **54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.**

A gestão de riscos está incorporada em toda a organização e o principal objetivo é identificar, avaliar e gerir as oportunidades e ameaças que os diferentes negócios, em diferentes localizações, enfrentam na persecução dos objetivos de criação de valor.

O GRUPO MOTA-ENGIL persegue as melhores práticas instituídas para o Controlo Interno e Gestão de Riscos, sendo que, neste capítulo, está incorporado na sua gestão o sistema de controlo interno baseado nas orientações internacionais do COSO (*The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), nomeadamente, quanto à avaliação e atribuição de graus de criticidade e prioridade aos riscos em função dos impactos nos objetivos de negócio e quanto à sua probabilidade de ocorrência.

A gestão de riscos é uma responsabilidade de toda a organização, nomeadamente das unidades de gestão dos negócios, das diferentes funções corporativas, com destaque para a Função de Risco Corporativo, que coordena as diferentes informações de riscos e monitoriza com base numa perspetiva global, e para a Função de Auditoria Interna.

Descrevemos, de seguida, o conjunto cíclico e sequencial de fases do processo de gestão de risco do GRUPO:

- Identificação do risco - determinação dos riscos a que a organização está exposta e do nível de tolerância de exposição a esses mesmos riscos;
- Mensuração do risco - quantificação das exposições ao risco e produção de relatórios de suporte à tomada de decisão;
- Controlo e gestão do risco - definição de ações a empreender para fazer face ao risco;
- Implementação das medidas de gestão de risco definidas - agregação sistemática de informação do risco e respetivo reporte à Comissão Executiva;
- Monitorização - avaliação do processo de gestão de risco e, se necessário, realinhamento e redefinição de estratégia.

Anualmente e de acordo com um plano definido e aprovado pela Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, são realizadas auditorias operacionais de conformidade e financeiras que visam testar a eficácia dos controlos internos implementados pelo GRUPO.

Todos os investimentos ou novos negócios relevantes são analisados quanto aos riscos associados pelas diversas áreas corporativas, sendo objeto de parecer prévio da Comissão de Auditoria, Investimento e Risco antes de serem submetidos à aprovação em Conselho de Administração.

A Função de Risco Corporativo assegura a aplicação efetiva da gestão de riscos através do acompanhamento contínuo da respetiva adequação e eficácia, do acompanhamento de medidas de mitigação de eventuais deficiências de controlo interno e da monitorização permanente dos níveis de risco e implementação de medidas de controlo.

A avaliação do sistema de controlo interno e de gestão de riscos permite aferir sobre a sua eficácia, sem, contudo, deixar de apontar medidas de melhoria a implementar a curto e médio prazo num processo que se pretende que seja de evolução e melhoria contínua e adequado ao desenvolvimento da própria organização empresarial e dos seus respetivos desafios estratégicos.

#### **55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245º-A, nº 1, al. m).**

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporte financeiro, é um compromisso dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como das diferentes unidades de negócio e do centro corporativo responsáveis pela produção de informação financeira.

O Conselho de Administração está continuamente empenhado em assegurar que são implementadas as políticas adequadas que garantam que as demonstrações financeiras são reportadas de acordo com os princípios contabilísticos adotados.

Os documentos de apresentação de informação financeira ao mercado são elaborados pelos responsáveis das funções de Controlo de Negócios e de Relações com os Investidores, com base na informação disponibilizada pelas unidades de negócio, e apresentados ao mercado de capitais pelo representante para as Relações com o Mercado.

Todos os documentos de informação financeira a apresentar ao mercado são enviados aos órgãos de administração e de fiscalização e apenas são divulgados após terem sido objeto de análise e respetiva aprovação pelos mesmos.

O processo de divulgação de informação financeira envolve um número restrito de colaboradores da MOTA-ENGIL, resumindo-se apenas aos que estão envolvidos diretamente no processo de preparação e elaboração daquela informação. Adicionalmente, através dos processos e controlos implementados, parte dos quais referidos nos pontos 50 a 54 infra, a MOTA-ENGIL prepara e divulga de forma adequada e rigorosa aos seus diversos *stakeholders*, nos prazos internos definidos (mensalmente) ou nos prazos legais estipulados, a informação financeira necessária à análise e avaliação da atividade do GRUPO.

A este propósito, e de acordo com o previsto no Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, a MOTA-ENGIL elaborou e mantém atualizadas listas dos seus colaboradores, com ou sem vínculo laboral, que têm acesso, regular ou ocasional, a informação privilegiada. A inclusão na respetiva lista foi dada a conhecer a cada um dos colaboradores que a integra, explicando-lhes: (i) os motivos que originaram a inclusão do seu nome na referida lista; (ii) os deveres e obrigações previstos na lei; e (iii) as consequências decorrentes da divulgação ou utilização abusivas de informação privilegiada, bem como foi obtida dos respetivos colaboradores a confirmação que tomaram conhecimento da sua inclusão naquela lista e das obrigações decorrentes desse facto.

Adicionalmente, no âmbito do seu trabalho, o Auditor e Revisor Oficial de Contas no seu relatório de auditoria pronuncia-se sobre a inclusão dos elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários (CVM) relativamente ao Relatório sobre as práticas de Governo Societário. Neste sentido, e tendo em conta a alínea m) do referido artigo, existe conformidade no cumprimento dos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

## IV. Apoio ao investidor

### 56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esse serviço e elementos para contacto.

A Sociedade mantém um contacto permanente com investidores e analistas, através da Direção de Relação com os Investidores, disponibilizando informação atualizada relevante e fidedigna, para além de prestar esclarecimentos relativos aos negócios do GRUPO, com o objetivo de melhorar o conhecimento e a compreensão daqueles em relação ao mesmo.

A Direção de Relação com os Investidores, em articulação com a Direção de Planeamento Estratégico e a Direção de Controlo de Negócios, prepara regularmente apresentações para a comunidade financeira, comunicações sobre resultados semestrais e anuais, bem como comunicações relevantes ao mercado sempre que tal se revele necessário para divulgar ou clarificar qualquer evento que possa influenciar a evolução da cotação das ações da MOTA-ENGIL. Adicionalmente, e quando solicitada, fornece esclarecimentos sobre as atividades do GRUPO, respondendo às questões colocadas através de *e-mail* ou por telefone.

Toda a informação divulgada é disponibilizada na página da internet da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)) e na da MOTA-ENGIL ([www.mota-engil.pt](http://www.mota-engil.pt)).

O responsável pela Direção de Relação com os Investidores é Pedro Manuel Ramos Arrais, cujos contactos são:

Rua Mário Dionísio, 2  
2796-957 Linda-a-Velha  
Tel.: 351 214 158 200  
Fax: +351 214 158 688  
E-mail: [pedro.arrais@mota-engil.pt](mailto:pedro.arrais@mota-engil.pt)

### 57. Representante para as relações com o mercado.

O representante para as relações com o mercado de capitais é Luís Filipe Cardoso da Silva, cujos contactos são:

Edifício Mota  
Rua do Rego Lameiro, 38  
4300-454 Porto  
Tel.: +351 225 190 300  
Fax: +351 225 190 303  
E-mail: [investor.relations@mota-engil.pt](mailto:investor.relations@mota-engil.pt)

### 58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

Tal como referido anteriormente, a Sociedade mantém um contacto permanente, através da Direção de Relação com os Investidores, com os seus investidores e analistas mediante a disponibilização de informação sempre atualizada. Quando solicitada, presta esclarecimentos sobre os factos relevantes da atividade do GRUPO, entretanto divulgados nos termos da lei. Todas as informações solicitadas são analisadas e respondidas num prazo que não ultrapassa cinco dias úteis, pelo que não existem pedidos pendentes do ano anterior. A Sociedade considera que a sua Direção de Relação com os Investidores assegura um contacto permanente com os investidores, mantendo um registo dos pedidos solicitados e do respetivo tratamento que lhes foi dado.

## V. Sítio de Internet

### 59. Endereço(s).

O sítio institucional da Sociedade na Internet é disponibilizado em português, espanhol, francês e inglês e pode ser acedido através do seguinte endereço [www.mota-engil.pt](http://www.mota-engil.pt). Na área para investidores é proporcionada informação que permite o conhecimento sobre a evolução da Sociedade e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

### 60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais.

<http://www.mota-engil.com/investidores/perfil-corporativo-2/>

### 61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

<http://www.mota-engil.com/investidores/perfil-corporativo-2/>

### 62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

<http://www.mota-engil.com/institucional/orgaos-sociais/>

<http://www.mota-engil.com/Investidores/apoio-ao-investidor-2/>

### 63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

<http://www.mota-engil.com/Investidores/informacoes-financeiras/>

<http://www.mota-engil.com/Investidores/calendario-do-investidor/>

<http://www.mota-engil.com/Investidores/assembleias-gerais/>

### 64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

<http://www.mota-engil.com/Investidores/assembleias-gerais/>

### 65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

<http://www.mota-engil.com/Investidores/assembleias-gerais/>

## D. REMUNERAÇÕES

### I. Competência para a determinação

#### 66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da Sociedade.

De acordo com os estatutos, a Comissão de Vencimentos, eleita pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral, tem por função definir a política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais, fixando as remunerações aplicáveis, tendo em consideração as funções exercidas, o desempenho verificado e a situação económica da Sociedade.

A remuneração dos dirigentes da Sociedade é determinada pela respetiva administração, obedecendo aos princípios da política de remunerações submetida pela Comissão de Vencimentos à apreciação da Assembleia Geral.

Por outro lado, compete também a esta Comissão confirmar anualmente a correta aplicação da política de remunerações (fixas e variáveis) aprovada para os membros dos órgãos de administração e para os membros das comissões da Sociedade.

### II. Comissão de remunerações

#### 67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A Comissão de Vencimentos eleita para o quadriénio 2018-2021 é composta pelos seguintes membros: António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa, ambos membros do órgão de administração, e Manuel Teixeira Mendes (membro independente).

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente, membro não-executivo do Conselho de Administração e parente de dois membros executivos) e Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (membro não-executivo do Conselho de Administração e parente de dois membros executivos) integram a Comissão de Vencimentos tendo sido eleitos para essas funções pela Assembleia Geral, sob proposta da acionista maioritária Mota Gestão e Participações, SGPS, SA. As suas participações na Comissão de Vencimentos correspondem exclusivamente à representação do interesse acionista, ali intervindo nessa qualidade e não na de membros do órgão de administração. Para garantia de independência no exercício das referidas funções, estes membros não tomam parte em qualquer discussão ou deliberação em que exista ou possa existir conflito de interesses, designadamente no que se refere à fixação das remunerações dos respetivos parentes enquanto membros executivos do órgão de administração. Adicionalmente, é convicção geral, nomeadamente da Assembleia Geral de Acionistas que os elegeram para os respetivos cargos, que os membros da Comissão de Vencimentos acumulam uma experiência, uma ponderação e uma ética que lhes permite cabalmente zelar pelos interesses que lhes estão cometidos.

Não foi contratada qualquer pessoa singular ou coletiva para apoiar a Comissão de Vencimentos nas suas funções. No entanto, compete única e exclusivamente a esta Comissão, dentro das limitações orçamentais da Sociedade, decidir a eventual contratação de serviços externos de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.

Por outro lado, compete à Comissão de Vencimentos assegurar que os serviços de consultoria sejam prestados com independência e que os respetivos prestadores não sejam contratados pelo GRUPO para a execução de outros serviços sem a sua autorização expressa.

Por último, de forma a prestar informação ou esclarecimentos aos acionistas, o Presidente, ou no seu impedimento, outro membro da Comissão de Vencimentos encontra-se presente nas Assembleias Gerais anuais ou naquelas em que a ordem de trabalhos inclui pontos relacionados com as remunerações dos membros dos órgãos de administração e comissões da Sociedade.

### 68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Considera-se que, em virtude dos respetivos currículos e / ou percursos profissionais (ver ponto 7 do Anexo 5 “Lista de cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração”), os membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e experiência em matéria de política de remunerações. Adicionalmente, e quando se revela necessário, a Comissão de Vencimentos é auxiliada por recursos especializados, internos ou externos à Sociedade, para suportar as suas deliberações em matéria de política de remunerações.

## III. Estrutura das remunerações

### 69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho.

Tal como era estipulado na Lei nº 28/2009, de 19 de junho, era anualmente submetida à apreciação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

No entanto, com a entrada em vigor da Lei n.º 5/2020, a proposta de política de remuneração do GRUPO terá de ser submetida à aprovação da Assembleia-Geral, pelo menos de quatro em quatro anos, e sempre que ocorra uma alteração relevante da política vigente.

Durante o exercício de 2020, e até à realização da próxima Assembleia-Geral, os princípios gerais observados na fixação das remunerações foram, essencialmente, os seguintes:

#### a) Funções desempenhadas

Deverão ser tidas em conta as funções desempenhadas por cada um dos elementos, num sentido mais amplo da atividade efetivamente exercida e das responsabilidades que lhes estão associadas e não apenas num sentido formal. Não estarão na mesma posição todos os administradores entre si, nem mesmo os administradores executivos entre si, ou os membros do Conselho Fiscal. A reflexão sobre as funções deve ser efetuada no seu sentido mais amplo, sendo exigível que se levem em linha de conta critérios tão diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo de dedicação ou o valor acrescentado para o GRUPO que resulta de um determinado tipo de intervenção ou uma representação institucional. Igualmente, não se poderá furta a esta reflexão da existência de funções desempenhadas noutras sociedades dominadas, significando isso tanto um aumento de responsabilidade como uma fonte cumulativa de rendimento.

Em alinhamento com o princípio enunciado, o GRUPO tem definida uma política retributiva cuja abrangência se estende, de forma segmentada, aos membros dirigentes e colaboradores, baseando-se no modelo internacional Korn Ferry / HayGroup, para a pontuação das funções.

De acordo com a metodologia em vigor, as funções são avaliadas com base no conhecimento, complexidade e responsabilidade / autonomia exigidos, e enquadradas, posteriormente, em segmentos funcionais predefinidos, constituindo este o vetor referencial para a determinação das condições em matéria retributiva.

#### b) A situação económica da Sociedade

Deve ser tida em consideração a situação económica da Sociedade, bem como os interesses desta numa perspetiva de longo prazo e do real crescimento da mesma e da criação de valor para os seus acionistas.

Neste âmbito, o GRUPO tem vindo a suportar o seu desenvolvimento no planeamento de curto e médio prazo (Plano Estratégico do GRUPO), estabelecendo objetivos e definindo iniciativas cuja execução é alvo de avaliação periódica através de um conjunto de KPI, orientando a *performance* em torno de quatro dimensões: geração de *cash-flow*, controlo interno / risco controlado, crescimento sustentável e reforço organizacional.

Sendo o Plano Estratégico do GRUPO o instrumento orientador da sua estratégia, os KPI constituem um dos componentes-chave para a avaliação dos membros dirigentes do GRUPO e, respetivamente, para a determinação das suas compensações em matéria retributiva, direcionando os mecanismos de incentivo para a efetiva criação de valor, num horizonte de longo prazo.

### c) Condições gerais de mercado para situações equivalentes

A definição de qualquer remuneração não pode fugir à lei da oferta e da procura, não sendo o caso dos titulares dos órgãos sociais exceção. Apenas o respeito pelas práticas do mercado permite manter profissionais com um nível de desempenho adequado à complexidade das funções e às responsabilidades atribuídas. É importante que a remuneração esteja alinhada com o mercado e seja estimulante, permitindo servir como meio para atingir um elevado desempenho individual e coletivo, assegurando-se não só os interesses do próprio, mas essencialmente os da Sociedade e a criação de valor para todos os seus acionistas.

Tendo em consideração o princípio supracitado, é âmbito da política retributiva do GRUPO a auditoria periódica às práticas de compensação, bem como a comparação das mesmas com o mercado. Para esse efeito, é adotada a metodologia internacional de pontuação de funções Korn Ferry / HayGroup, bem como estudos salariais Korn Ferry / HayGroup direcionados para os grupos funcionais de comparação, garantindo, deste modo, racionais de ajustamento competitivos à estratégia para o desenvolvimento do capital humano e à evolução do mercado salarial.

As opções concretas da política de remuneração submetidas e aprovadas foram as seguintes:

1. A remuneração dos membros executivos, bem como dos não-executivos não independentes do Conselho de Administração, será composta por uma parte fixa e uma parte variável.

A política retributiva consagra dois aspetos fundamentais na compensação do universo de membros dirigentes e colaboradores do GRUPO: por um lado, a equidade / competitividade retributivas, salvaguardadas através da análise interna e comparação externa da proporção da retribuição fixa em relação com a função exercida pelos titulares (utilizando como suporte a metodologia Korn Ferry / HayGroup); por outro, a meritocracia, complementando a retribuição fixa com uma retribuição variável, dependente da avaliação do desempenho.

2. A remuneração dos membros não-executivos independentes do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros da Mesa da Assembleia Geral será composta apenas por uma parte fixa.
3. A parte fixa da remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas, bem como dos membros não-executivos não independentes, consistirá num valor mensal pagável 14 vezes por ano.
4. A fixação do valor mensal para a parte fixa das remunerações dos membros do Conselho de Administração será feita para todos os que sejam membros da Comissão Executiva e para aqueles que, embora não pertencentes a esta comissão, não sejam considerados independentes.
5. A fixação de valor predeterminado por cada participação em reunião aos membros do Conselho de Administração será feita para aqueles que sejam considerados independentes e tenham funções essencialmente não-executivas.
6. As remunerações fixas dos membros do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral consistirão todas num valor fixo, pagável 12 vezes por ano.
7. O processo de atribuição de remunerações variáveis aos membros executivos, bem como aos não-executivos não independentes do Conselho de Administração, deverá seguir os critérios propostos pela Comissão de Vencimentos, atenta a avaliação de desempenho efetuada, da sua posição hierárquica, de critérios de *performance* de longo prazo da Sociedade, do crescimento real da mesma e das variáveis de desempenho escolhidas.

Ao abrigo da política retributiva definida para o GRUPO, a retribuição variável está dependente da avaliação de desempenho, cujos princípios gerais e respetivo modo de aplicação se encontram previstos no Modelo Corporativo de Gestão de Desempenho.

A avaliação do desempenho no GRUPO compreende dois componentes: a avaliação quantitativa, medida através do cumprimento de KPI indexados ao Plano Estratégico do GRUPO, e que são declinados em metas anuais, no início de cada ciclo de avaliação; e a avaliação qualitativa, que resulta de uma avaliação individual incidindo sobre competências-chave para o GRUPO.

A determinação da retribuição variável no GRUPO pressupõe a observância de duas condições cumulativas: o atingimento das metas-barreira, definidas para cada ciclo de avaliação anual, desdobradas a partir do Plano Estratégico do GRUPO; e o atingimento médio satisfatório das metas quantitativas ponderadas com a avaliação qualitativa individual, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo predefinidos.

Adicionalmente, estão estabelecidos mecanismos preventivos de inibição do pagamento de retribuição variável, de modo a minimizar o incentivo de resultados desalinhados com uma perspectiva de criação de valor sustentável, num horizonte de longo prazo.

Como tal, não haverá lugar à atribuição de retribuição variável caso se verifique uma das seguintes condições:

- a. Uma das metas-barreira (que corresponde ao valor mínimo a atingir por KPI, para ser elegível o pagamento de retribuição variável) não ser atingida, de acordo com os parâmetros fixados para cada ciclo de avaliação anual;
  - b. O atingimento médio das metas definidas por KPI, ponderado com a avaliação qualitativa individual, ser insatisfatório.
8. Na fixação de todas as remunerações, designadamente na distribuição do valor global da remuneração variável pelos membros do Conselho de Administração, serão observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da Sociedade e critérios de mercado.

A política retributiva do GRUPO é extensível aos membros dirigentes e colaboradores, encontrando-se segmentada em grupos funcionais predefinidos (inserindo-se os membros do Conselho de Administração em *Top Executives*), utilizando como base o modelo internacional Korn Ferry / HayGroup para pontuação das funções. Salvaguarda-se na política retributiva do GRUPO que as retribuições fixadas a cada grupo funcional (quer se trate da componente fixa, quer da variável) tenham como racional a equidade interna e o *benchmarking* salarial relativo ao mercado de referência, desenvolvido periodicamente.

Em relação aos grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para fixação da remuneração, a Comissão de Vencimentos tem em consideração, nos limites da informação acessível, todas as sociedades nacionais de dimensão equivalente, designadamente dentro do PSI-20, e também sociedades de outros mercados internacionais com características equivalentes ao GRUPO.

Não se encontram fixados pela Comissão de Vencimentos quaisquer acordos quanto a pagamentos pelo GRUPO relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

Tal como já referido, a remuneração dos administradores não-executivos não independentes do Conselho de Administração integra uma componente variável. A Sociedade entende que, para além de dever premiar a estratégia de longo prazo levada a cabo por todo o Conselho de Administração, incluindo os administradores não-executivos não independentes, esta situação não desvirtua a sua função não-executiva.

Para além dos Estatutos determinarem que, em termos totais, a remuneração variável do Conselho de Administração não pode exceder 5% dos lucros do exercício, estão previstos mecanismos na política retributiva em vigor que visam, por um lado, premiar a criação de valor efetiva, numa perspectiva de longo prazo, e, por outro, desincentivar a assunção de riscos excessivos e de comportamentos desalinhados com a estratégia preconizada para o GRUPO.

Assim, a retribuição fixa e variável encontra-se balizada por posicionamentos retributivos que têm como racional a função, o respetivo segmento funcional e o *benchmarking* no mercado de referência. A retribuição fixa tem subjacente um valor mínimo e máximo predefinido por segmento funcional e a retribuição variável encontra-se indexada à avaliação de desempenho, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo, predefinidos. Em termos agregados, o *mix* de retribuição fixa e variável encontra-se balanceado, através da fixação de limites mínimos e máximos, previstos no âmbito da política retributiva.

A Comissão de Vencimentos considera que a forma como se encontra estruturada a remuneração dos administradores é adequada, entendendo esta Comissão ser desnecessária a fixação de limites máximos potenciais, agregados e / ou individuais da remuneração a pagar aos membros do órgão de administração, mais considerando que a política de remunerações adotada está em linha com as práticas remuneratórias da generalidade das empresas congéneres do PSI-20, ponderadas as características da Sociedade.

Os membros do órgão de administração não celebraram contratos, nem com a Sociedade, nem com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.

**70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.**

A atual política de remunerações do GRUPO, tal como aprovada em Assembleia Geral, procura promover, numa perspetiva de médio e longo prazo, o alinhamento dos interesses dos administradores, demais órgãos sociais e dirigentes com os interesses da Sociedade, e assenta, sobretudo, numa base fixa, com uma componente variável (quando aplicável) em função dos resultados da atividade desenvolvida e da situação económica e financeira da Sociedade.

Conforme descrito no ponto 69, a política retributiva do GRUPO tem subjacentes instrumentos de retribuição variável estruturados de modo a promover o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, desincentivando a assunção excessiva de riscos, nomeadamente pela monitorização de KPI associados à dimensão “controlo interno / risco controlado”.

Para tal, estão definidos na política retributiva mecanismos de indexação da retribuição variável à avaliação de desempenho, que, por seu turno, se baseia em KPI declinados a partir do Plano Estratégico do GRUPO, definido para um horizonte de longo prazo.

Ao abrigo da componente quantitativa da avaliação de desempenho, são definidas, no início do ciclo de avaliação, as metas a atingir para cada um dos KPI.

A determinação da retribuição variável no GRUPO pressupõe um atingimento médio satisfatório das metas fixadas, ponderadas com a avaliação qualitativa individual (podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo, predefinidos).

Adicionalmente, estão estabelecidos mecanismos preventivos de inibição do pagamento de retribuição variável, caso se verifique uma das seguintes condições:

- Uma das metas-barreira (que corresponde ao valor mínimo a atingir por KPI, para ser elegível o pagamento de retribuição variável) não ser atingida, de acordo com os parâmetros fixados para o ciclo de avaliação anual;
- O atingimento médio das metas definidas por KPI, ponderado com a avaliação qualitativa individual, ser insatisfatório.

**71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.**

A política de remuneração e compensação dos membros executivos do Conselho de Administração da Sociedade, e dos membros não executivos não independentes, obedece a um plano composto por: (i) uma componente fixa definida de acordo com a função, respetivo enquadramento nos grupos funcionais predefinidos para o GRUPO e *benchmarking* de mercado (suportados na metodologia internacional Korn Ferry / HayGroup de pontuação de funções) e que engloba a remuneração bruta base paga por referência ao período de um ano; e (ii) uma componente variável paga a título de prémio de *performance* tendo em consideração a evolução do seu desempenho, baseada em critérios definidos e revistos anualmente pela Comissão de Vencimentos.

Os critérios de atribuição da retribuição variável aos membros dos órgãos de administração do GRUPO estão indexados à avaliação de desempenho, da responsabilidade da Comissão de Vencimentos.

A avaliação do desempenho compreende duas componentes: a avaliação quantitativa, medida através do cumprimento de KPI indexados ao Plano Estratégico do GRUPO e que são declinados em metas anuais, fixadas no início de cada ciclo de avaliação; e a avaliação qualitativa, que resulta de uma avaliação individual discricionária.

O pagamento da retribuição variável aplicável aos membros dirigentes do GRUPO pressupõe a observância de duas condições cumulativas: o atingimento das metas barreira, definidas no início de cada ciclo de avaliação anual, desdobradas a partir do Plano Estratégico do GRUPO; e o atingimento satisfatório das metas quantitativas ponderadas com a avaliação qualitativa individual, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo, predefinidos.

#### **72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.**

Não existe qualquer diferimento no pagamento das referidas remunerações variáveis. Não obstante este facto, a Comissão de Vencimentos estrutura a remuneração dos membros do órgão de administração de forma a poder haver uma continuação do desempenho positivo da Sociedade no longo prazo. *Ex ante*, a monitorização do desempenho positivo é realizada através da avaliação periódica dos KPI desdobrados do Plano Estratégico do GRUPO, permitindo acompanhar a evolução do desempenho da Sociedade. *Ex post*, encontram-se definidos mecanismos na política retributiva que visam inibir o pagamento de retribuição variável, caso não seja verificada uma das seguintes condições:

- Uma das metas-barreira (que corresponde ao valor mínimo a atingir por KPI, para ser elegível o pagamento de retribuição variável) não ser atingida, de acordo com os parâmetros fixados para cada ciclo de avaliação anual;
- O atingimento médio das metas definidas por KPI ponderado com a avaliação qualitativa individual ser insatisfatório.

A Comissão de Vencimentos considera que a forma como se encontra estruturada a remuneração dos administradores, nomeadamente a ausência de qualquer mecanismo de diferimento da componente variável, é adequada e permite o alinhamento dos interesses destes com os interesses da Sociedade no longo prazo. Pelo mesmo motivo, entende a Comissão de Vencimentos ser desnecessária a fixação de limites máximos potenciais, agregados e / ou individuais, da remuneração a pagar aos membros dos órgãos sociais, mais considerando que a política de remunerações adotada está em linha com as práticas remuneratórias da generalidade das empresas congéneres do PSI-20, ponderadas as características da Sociedade.

#### **73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.**

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de ações e / ou qualquer outro sistema de incentivos com ações.

#### **74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.**

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir opções sobre ações.

#### **75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.**

A Sociedade não tem qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

**76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.**

Com exceção dos administradores acionistas fundadores, a Sociedade não tem em vigor regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores. Os administradores acionistas fundadores são beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos que lhes permitirá, em termos gerais, obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da reforma. O referido plano já se encontrava em vigor em data anterior à data de admissão à cotação da MOTA-ENGIL.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os montantes acumulados de responsabilidades com planos de reforma de benefícios definidos relativamente aos referidos administradores eram como se segue:

Valores em euros

Membros	2020	2019	Varição
António Manuel Queirós V. da Mota	4 313 609	5 271 571	(957 962)
Maria Manuela Queirós V. Mota dos Santos	3 369 697	2 273 844	1 095 853
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	5 309 921	2 414 547	2 895 375
Maria Teresa Queirós V. Mota Neves da Costa	3 598 784	2 397 805	1 200 980
	<b>16 592 011</b>	<b>12 357 766</b>	<b>4 234 245</b>

A variação ocorrida em 2020 nas responsabilidades acumuladas deveu-se, essencialmente, à redução da taxa de desconto, ao aumento da massa salarial superior ao estimado e a um aumento da idade expectável de reforma dos beneficiários.

## IV. Divulgação das remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da Sociedade, proveniente da Sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

Membros	Componente Fixa	Outras Remunerações	Componente Variável	Senhas de presença	Valores em euros
					Total
<b>Administradores executivos</b>					
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	297 000	3 071			300 071
Eduardo João Frade Sobral Pimentel	254 000	6 010			260 010
Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins	376 000	66 619			442 619
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	286 000	82 993			368 993
João Pedro Santos Dinis Parreira	301 142	11 332			312 473
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	235 000	3 480			238 480
Luís Filipe Cardoso da Silva	238 000	52 000			290 000
Manuel António Fonseca Vasconcelos da Mota	310 004	10 943			320 947
<b>Administradores não executivos não independentes</b>					
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	476 000	35 370			511 370
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	286 000				286 000
Emídio Jose Bebiano Moura Costa Pinheiro	260 461	2 818			263 280
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	251 000				251 000
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	251 000	5 167			256 167
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	251 000				251 000
<b>Administradores não executivos independentes</b>					
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro				40 000	40 000
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier				50 000	50 000
António Manuel da Silva Vila Cova				43 000	43 000
Francisco Manuel Seixas da Costa				70 000	70 000
Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto				40 000	40 000
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho				51 120	51 120
Luís Valente de Oliveira				45 000	45 000
					<b>4 691 530</b>

Não existem quaisquer planos de atribuição de ações ou de direitos de adquirir opções sobre ações ou de qualquer outro sistema de incentivos com ações, sendo que os critérios relativos às componentes variáveis da remuneração dos órgãos de administração são aqueles que constam da política de remunerações descrita no ponto 69.

A informação sobre a ligação entre a remuneração e o desempenho dos órgãos de administração é aquela que consta da política de remunerações descrita no ponto 69.

A informação sobre os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais é aquela que consta da política de remunerações descrita no ponto 69.

Não existem quaisquer outros montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.

### 78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de GRUPO ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Os montantes pagos por outras sociedades do GRUPO encontram-se incluídos no quadro do ponto anterior.

**79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos.**

A componente variável da remuneração dos membros do órgão de administração corresponde a um prémio de desempenho e está dependente da avaliação de desempenho, cujos princípios gerais e respetivo modo de aplicação se encontram previstos no Modelo Corporativo de Gestão de Desempenho, tal como já explicitado no ponto 69.

**80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.**

Não foram pagas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

**81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da Sociedade, para efeitos da Lei nº 28/2009, de 19 de junho.**

Membros	Empresa	Valores em euros
		Total
José António Ferreira de Barros	Mota-Engil SGPS	30 000
Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus	Mota-Engil SGPS	30 000
Cristina Maria da Costa Pinto	Mota-Engil SGPS	30 000
		<b>90 000</b>

Adicionalmente, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda., incluindo outras entidades pertencentes à mesma rede, auferiu, na Sociedade e em empresas em relação de domínio ou GRUPO, o montante de 1.657.325 euros (ver pontos 46 e 47).

**82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.**

Durante o ano de 2020, o atual presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu 6.000 euros e o atual secretário auferiu 3.000 euros.

## V. Acordos com implicações remuneratórias

**83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.**

Não se encontram fixados contratualmente quaisquer limites para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador para além do previsto na lei. Por outro lado, não existe nenhum instrumento jurídico celebrado com administradores que obriguem a Sociedade ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação além do que é legalmente exigível.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade. (art. 245º-A, nº 1, al. L).

Não foram celebrados quaisquer acordos entre a Sociedade e os administradores e dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

## VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (*stock options*)

### 85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir ações ou opções sobre ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir ações ou opções sobre ações.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações (*'stock options'*) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir ações ou opções sobre ações.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245º-A, nº 1, al. E)).

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir ações ou opções sobre ações.

## E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### I. Mecanismos e procedimentos de controlo

#### 89. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas.

Todos os negócios realizados pela Sociedade com partes relacionadas respeitam o interesse da Sociedade e suas participadas e são realizados em condições normais de mercado. Os mecanismos implementados em vigor para controlar tais transações passam por procedimentos administrativos específicos que decorrem essencialmente de imposições normativas e pela aprovação pelo Conselho de Administração.

No entanto, no seguimento da entrada em vigor da Lei n.º 5/2020, a Sociedade elaborou um procedimento interno, pendente ainda de aprovação pelo Conselho de Administração e de obtenção de parecer prévio vinculativo favorável do Conselho Fiscal, sobre os mecanismos de controlo interno a adotar relativamente à verificação periódica das transações realizadas com partes relacionadas, nomeadamente se aquelas: (i) foram realizadas no âmbito da sua atividade corrente e (ii) em condições de mercado.

De acordo com aquele procedimento, caso as transações realizadas com partes relacionadas não cumpram os requisitos (i) e (ii) atrás mencionados, as mesmas terão de ser submetidas à aprovação do Conselho de Administração, precedida de um parecer do Conselho Fiscal.

No entretanto, foram já implementados mecanismos de captura de transações com partes relacionadas de forma a que periodicamente o Conselho de Administração possa analisar as mesmas, e semestralmente o Conselho Fiscal se possa igualmente pronunciar sobre a razoabilidade da análise efetuada.

#### **90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.**

Durante o ano de 2020, por corresponder a uma transação realizada fora da atividade corrente da Sociedade, e pese embora o valor da mesma seja pouco significativo, foi sujeita a controlo e aprovação a constituição de uma sociedade por parte do GRUPO MOTA-ENGIL em que um dos acionistas seria também um dos seus administradores. Essa sociedade tem como objeto social a operação e exploração mineira.

Por outro lado, foi concretizada no exercício de 2020 a aquisição de 100% da AMGP AGRICULTURA SA à MOTA - GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, transação que tinha sido aprovada pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL SGPS em 2019. Para mais informação sobre esta transação, recomenda-se a leitura das Notas 41 e 42 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2020.

#### **91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.**

Tal como previsto no Regulamento de Funcionamento do Conselho Fiscal, enquanto o procedimento interno referido no ponto 89 não for aprovado, compete a este órgão apreciar, previamente à aprovação pelo Conselho de Administração, as transações a realizar com titulares de participação qualificada ou com entidades com eles relacionadas, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, ou respetivas renovações, cujo valor agregado por entidade seja superior a 500 mil euros por ano (limiar definido pelo Conselho de Administração).

## **II. Elementos relativos aos negócios**

#### **92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.**

A informação sobre os negócios efetuados com partes relacionadas encontra-se divulgada na Nota 41 às demonstrações financeiras consolidadas constante do Relatório e Contas Consolidadas 2020.

# PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

O presente relatório obedece ao modelo constante do anexo ao Regulamento da CMVM nº 4/2013, de 1 de agosto, e tem por referência o Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance* (2018 e revisto em 2020) divulgado através do seu endereço eletrónico [www.cgov.pt](http://www.cgov.pt).

## 2. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

Indicação discriminada das recomendações incluídas no Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance* adotadas e não adotadas pela MOTA-ENGLIL:

Recomendação/Capítulo	Subrecomendação	Cumprimento	Relatório
<b>I. PARTE GERAL</b>			
<b>I.1. Relação da Sociedade com investidores e informação</b>			
I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.		Cumprida	21, 55, 56 e 58
<b>I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da Sociedade</b>			
I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.		Cumprida	21
I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respectivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas das respetivas reuniões.	Conselho de Administração	Cumpridas as duas subrecomendações	21
	Conselho Fiscal	Cumpridas as duas subrecomendações	
	Comissão Executiva	Cumpridas as duas subrecomendações	
	Comissão de Auditoria, Investimento e Risco	Cumpridas as duas subrecomendações	
	Comissão de Vencimentos	Não cumprida - regulamento interno	
I.2.3. A composição e o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	Composição	Cumprida	21 e 31
	Número de reuniões	Cumprida	21, 23 e 35
I.2.4. Deve ser adotada uma política de comunicação de irregularidades (whistleblowing) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que esta seja solicitada.		Cumprida	49
<b>I.3. Relação entre órgãos da Sociedade</b>			
I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.		Cumprida	21
I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.		Cumprida	21
<b>I.4. Conflitos de Interesse</b>			
I.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.		Cumprida	26
I.4.2. Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.		Cumprida	26 e 67
<b>I.5. Transações com partes relacionadas</b>			
I.5.1. O órgão de administração deve divulgar, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.		Cumprida	89, 90 e 91
I.5.2. O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1.		Cumprida	89

Recomendação/Capítulo	Subrecomendação	Cumprimento	Relatório
<b>II. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL</b>			
II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.	a)	Cumprida	12
	b)	Não aplicável	
II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.		Não cumprida	14
II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão.		Não cumprida	12
II.4. A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica.		Cumprida	12
II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contem todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.		Não aplicável	
II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.		Cumprida	4
<b>III. ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO</b>			
III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções, e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.		Cumprida	21
III.2. O número de membros não executivo do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	a)	Cumprida	17 e 18
	b)	Cumprida	31
	c)	Não aplicável	
III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.		Cumprida	17 e 18
III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade; ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.		Cumprida	18
III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (cooling-off period).		Não aplicável	
III.6. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.	a)	Não cumprida	38
	b)	Cumprida	
III.7. As sociedades devem dispor de comissões especializadas em matéria de governo societário, nomeações e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399º do Código das Sociedades Comerciais, e de tal não ser proibido por lei, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão de competência nas referidas matérias.	Governo Societário	Não cumprida	16 e 21
	Remunerações e avaliação	Cumprida	
	Nomeações	Cumprida	
<b>IV. ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA</b>			
IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.		Cumprida	21 e 26
IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	a)	Cumprida	21
	b)	Cumprida	
	c)	Cumprida	
IV.3. No relatório anual, o órgão de administração explicita em que termos a estratégia e as principais políticas definidas procuram assegurar o êxito a longo prazo da sociedade e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.		Cumprida	21

Recomendação/Capítulo	Subrecomendação	Cumprimento	Relatório
<b>V. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES</b>			
<b>V.1 Avaliação Anual de Desempenho</b>			
V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da Sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da Sociedade.	Autoavaliação	Cumprida	21 e 24
	Comissões	Cumprida	
	Comissão Executiva	Cumprida	
<b>V.2 Remunerações</b>			
V.2.1. A sociedade deve constituir uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.		Cumprida	66 a 68
V.2.2. A fixação das remunerações deve competir à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão.		Cumprida	66
V.2.3. Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações.		Cumprida	24
V.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.		Cumprida	67
V.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.		Cumprida	67
V.2.6. A comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.		Cumprida	67
V.2.7. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.		Cumprida	69
V.2.8. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, necessariamente, à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.		Cumprida	69
V.2.9. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.		Não aplicável	85
V.2.10. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.		Não cumprida	69
<b>V.3 Nomeações</b>			
V.3.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.		Cumprida	21, 69 e 70
V.3.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.		Cumprida	16 e 21
V.3.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.		Não cumprida	67
V.3.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.		Não cumprida	
<b>VI. CONTROLO INTERNO</b>			
VI.1. O órgão de administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.	Plano estratégico	Cumprida	21 e 50 a 55
	Política de Risco	Cumprida	
VI.2. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.		Cumprida	38 e 50 a 55
VI.3. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.		Cumprida	38, 51 e 54
VI.4. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.		Cumprida	38
VI.5. O órgão de fiscalização deve ser destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.		Cumprida	38 e 50 a 55
VI.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.	(i)	Cumprida	52 a 54
	(ii)		
	(iii)		
	(iv)		
VI.7. A sociedade deve estabelecer procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.		Cumprida	52, 54 e 55

Recomendação/Capítulo	Subrecomendação	Cumprimento	Relatório
<b>VII. INFORMAÇÃO FINANCEIRA</b>			
<b>VII.1 Informação Financeira</b>			
VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contábilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.		Cumprida	38
<b>VII.2 Revisão legal de contas e fiscalização</b>			
VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.		Cumprida	38 e 46
VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	a)	Cumprida	38 e 45
	b)	Cumprida	
VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.		Cumprida	37, 38, 45 e 46

### 3. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem recomendações cuja não observância ou não aplicação necessitem de posteriores fundamentações.

**Crescer na  
Mineração,  
Atuar de forma  
Sustentável.**

MOTAENGIL



*Desenvolver serviços especializados de mineração de uma forma eficiente, segura e sustentável para partilhar com o Mundo novos e imprescindíveis recursos para o seu desenvolvimento.*

**Transformamos Mundos.**

**05**

Anexos

## 1 - DECLARAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 245º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação financeira constante deste relatório e contas foi elaborada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da MOTA-ENGIL e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da MOTA-ENGIL e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 15 de março de 2021

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota  
Presidente do Conselho de Administração

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins  
Vice-presidente do Conselho de Administração e  
Presidente da Comissão Executiva (*Chief Executive Officer*)

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo  
Vice-presidente não executivo do Conselho de Administração

Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho  
Vice-presidente não executivo e independente do  
Conselho de Administração

Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro  
Vogal não executivo e independente do  
Conselho de Administração

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier  
Vogal não-executivo e independente do  
Conselho de Administração

António Manuel da Silva Vila Cova  
Vogal não-executivo e independente do  
Conselho de Administração

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos  
Vogal do Conselho de Administração e  
Vice-presidente da Comissão Executiva

Eduardo João Frade Sobral Pimentel  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro  
Vogal não executivo do Conselho de Administração

Francisco Manuel Seixas da Costa  
Vogal não executivo e independente do  
Conselho de Administração

Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto  
Vogal não executivo e independente do  
Conselho de Administração

Ismael Antunes Hernandez Gaspar  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

João Pedro dos Santos Dinis Parreira  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva (*Chief Financial Officer*)

Luís Filipe Cardoso da Silva  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

Luís Valente de Oliveira  
Vogal não-executivo e independente do  
Conselho de Administração

Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos  
Vogal não executivo do Conselho de Administração

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles  
Vogal não executivo do Conselho de Administração

Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa  
Vogal não executivo do Conselho de Administração

## 2 - ARTIGOS 324º Nº 2 E 66º Nº 5 ALÍNEA D) DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Durante o exercício de 2020, a MOTA-ENGIL não realizou qualquer transação sobre ações próprias.

Em 31 de dezembro de 2020, a MOTA-ENGIL detinha 6.091.581 ações próprias representativas de 2,56% do seu capital social, as quais não conferiam direitos de voto.

## 3 - ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Divulgação de ações e outros títulos detidos por membros do Conselho de Administração e por dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas, e das transações sobre os mesmos efetuadas no decurso do exercício.

Anexo a que se refere o Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais:

Dirigentes	Data	Detendo ações de												
		MOTA-ENGIL, SGPS, SA					MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA					
		Qt.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora Bolsa	%	Qt.	%	Qt.	%				
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles														
	Saldo inicial / final	4 494 211				1,89%	0	0,0%	17 902	21,51%				
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota														
	Saldo inicial / final	4 210 020				1,77%	0	0,0%	28 701	34,48%				
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa														
	Saldo inicial / final	3 676 836				1,55%	0	0,0%	17 902	21,51%				
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos														
	Saldo inicial	3 375 066				1,42%	0	0,0%	17 902	21,51%				
	22/jun/20	-100 000		Doação										
	Saldo final	3 275 066				1,38%	0	0,0%	17 902	21,51%				
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos														
	Saldo inicial	380 000				0,16%								
	22/jun/20	100 000		Doação										
	Saldo final	480 000				0,20%								
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota														
	Saldo inicial / final	440 000				0,19%								
Maria Sílvia Fonseca Vasconcelos Mota														
	Saldo inicial / final	437 061				0,18%								
José Manuel Mota Neves da Costa														
	Saldo Inicial	35 000				0,01%								
	11/mar/20	5 000	1,090											
	Saldo final	40 000				0,02%								
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas														
	Saldo inicial / final	20 138				0,01%								
Luís Filipe Cardoso da Silva														
	Saldo inicial / final	12 500				0,01%								
Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins														
	Saldo inicial / final	12 435				0,01%								
Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro														
	Saldo inicial / final <sup>1)</sup>	10 000				0,00%								
António Cândido Lopes Natário														
	Saldo inicial / final	10 000				0,00%								
Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedroto														
	Saldo inicial / final	2 000				0,00%								
Ísmael Antunes Hernandez Gaspar														
	Saldo inicial / final	1 000				0,00%								
António Lago Cerqueira, S.A.														
	Saldo inicial / final	3 091 577				1,30%								
F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, SA														
	Saldo inicial / final	-				-	6 337 640	100,0%						
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA														
	Saldo inicial	133 466 687				56,20%								
	13/mar/20	45 000	1,020											
	16/mar/20	136 286	1,017											
	15/mai/20	500 000	1,006											
	Saldo final	134 147 973				56,48%	-	-						

1) Posição em 31 de dezembro de 2020 e na data da sua nomeação para os órgãos sociais da Mota-Engil SGPS.

As obrigações detidas pelos membros do Conselho de Administração, pelos dirigentes e pelos membros dos órgãos de fiscalização da MOTA-ENGIL em 31 de dezembro de 2020 eram como se segue:

Nome	nº de obrigações	obrigação ME 2018/2022 (VN - 500€)	obrigação ME 2019/2024 (VN - 500€)
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	376	376	-
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	359	340	19
José Manuel Mota Neves da Costa	340	200	140
António Manuel da Silva Vila Cova	300	300	-
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	298	224	74
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	250	140	110
Luís Valente de Oliveira	108	108	-
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	46	46	-
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	40	40	-
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro	40	40	-
Luís Filipe Cardoso da Silva	36	36	-
Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins	19	-	19
Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro	14	4	10
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	12	-	12
António Cândido Lopes Natário	4	4	-

VN: valor nominal

Adicionalmente, apresenta-se de seguida a lista dos acionistas que, em 31 de dezembro de 2020, eram titulares de, pelo menos, 10%, 33% ou 50% do capital social da MOTA-ENGIL:

Acionista	2020		2019	
	Nº de ações	% capital	Nº de ações	% capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA (Direta e indiretamente através da António Lago Cerqueira, SA)	137 239 550	57,78%	136 558 264	57,50%

#### 4 - DECRETO-LEI Nº 411/91, DE 17 DE OUTUBRO

Nos termos e para os efeitos do artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, declara-se que as empresas integrantes do GRUPO MOTA-ENGIL não apresentam dívidas em mora à Segurança Social.

## 5 - ARTIGO 66º Nº 5 ALÍNEA G) DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Em 31 de dezembro de 2020, as empresas integrantes do GRUPO MOTA-ENGIL detinham sucursais nos seguintes países:

Empresa	País
Empresa Construtora Brasil SA	Colômbia
Manvia II Conduatas, Lda.	Angola
Manvia – Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, SA	Espanha
	França
Mota-Engil Africa, BV	Uganda
Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA	Argélia
	Brasil
	Cabo Verde
	Colômbia
	Espanha
	EUA
	França
	Hungria
	Irlanda
	Marrocos
	Panamá
	Peru
	Paraguai
	Polónia
Reino Unido	
Roménia	
Mota-Engil, Engenharia e Construção África, SA	África do Sul
	Angola
	Cabo Verde
	Camarões
	Costa do Marfim
	Gabão
	Gana
	Holanda
	Malawi
	Moçambique
	Quénia
	Ruanda
	Suazilândia
	Tanzânia
Uganda	
Zâmbia	
Zimbabwe	
Mota-Engil Peru, SA	Colômbia
Mota-Engil Railway Engineering, SA	Malawi
	Moçambique
SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda.	Brasil
	Omã
Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA	Marrocos

## 6 - PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Dando cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 2º do Regulamento da CMVM nº 5/2008 (repblicado pelo Regulamento da CMVM n.º 7/2018), apresenta-se de seguida uma lista dos titulares de participações qualificadas em 31 de dezembro de 2020, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários:

Acionistas	Nº de ações	% Capital detido	% Direitos de voto
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA (*)	134 147 973	56,48%	57,97%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (**) (a)	4 494 211	1,89%	1,94%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (**) (a)	4 210 020	1,77%	1,82%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (**) (a)	3 676 836	1,55%	1,59%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (**) (a)	3 275 066	1,38%	1,42%
António Lago Cerqueira, S.A. (***)	3 091 577	1,30%	1,34%
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (**)	480 000	0,20%	0,21%
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota (**)	440 000	0,19%	0,19%
Maria Sílvia Fonseca Vasconcelos Mota (****)	437 061	0,18%	0,19%
José Manuel Mota Neves da Costa (****)	40 000	0,02%	0,02%
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas (**)	20 138	0,01%	0,01%
<b>Atribuível à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA</b>	<b>154 312 882</b>	<b>64,97%</b>	<b>66,68%</b>
Ghotic Corp Mutima Capital (*)	3 604 893	1,52%	1,56%
Ghotic HSP Corp Mutima Capital (*)	1 399 289	0,59%	0,60%
Ghotic JBD LLC Mutima Capital (*)	1 312 787	0,55%	0,57%
Gothic ERP LLC Mutima (*)	925 700	0,39%	0,40%
The Mutima Africa Fund LP (*)	180 640	0,08%	0,08%
<b>Atribuível à Mutima Capital Management, LLC</b>	<b>7 423 309</b>	<b>3,13%</b>	<b>3,21%</b>
Azvalor Iberia (*)	1 663 702	0,70%	0,72%
MC SICAV SA - Azvalor International (*)	1 519 365	0,64%	0,66%
Azvalor International (*)	1 018 903	0,43%	0,44%
Azvalor Value Selection, SICAV, SA (*)	744 807	0,31%	0,32%
<b>Atribuível à Azvalor Asset Management, SGIC SA</b>	<b>4 946 777</b>	<b>2,08%</b>	<b>2,14%</b>
<b>Ações próprias</b>	<b>6 091 581</b>	<b>2,56%</b>	<b>-</b>
<b>Freefloat</b>	<b>64 730 592</b>	<b>27,25%</b>	<b>27,97%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>237 505 141</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Acionista direta da Sociedade

(\*\*) Membro do Conselho de Administração da Sociedade e Dirigente

(\*\*\*) Entidade detida em 51% pela Mota Gestão e Participações, SGPS, SA

(\*\*\*\*) Dirigente da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2020, a Mota Gestão e Participações, SGPS, SA era detida a 100% pela FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA, a qual era detida a 100% pelos membros do Conselho de Administração assinalados com (a) acima.

À data deste relatório, eram atribuíveis à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA 154.312.882 ações, correspondentes a 64,97% do capital social da MOTA-ENGL, que conferiam 66,68% dos direitos de voto.

## 7 - LISTA DE CARGOS EXERCIDOS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

### António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente)

---

#### Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020

- Presidente do Conselho de Administração da AMGP Agricultura, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil Angola, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da ÁreaGolfe – Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Belém Grid - Promoção Imobiliária e de Animação Turística, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Empresa Geral do Fomento, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Hygeia - Edifícios Hospitalares, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Manvia – Manutenção e Exploração de Instalações e Construções, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Martifer, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MESP – Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Capital, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Railway Engineering, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Real Estate Portugal, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Renewing, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Angola, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção África, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Europa, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Indústria e Inovação, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Oriental Hub – Reconversão e Exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Suma Tratamento, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, SA
- Membro do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, SA

---

#### Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020

- Presidente do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
  - Presidente do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
  - Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Agrícola Moura Basto, SA
  - Membro da Comissão de Vencimentos da António Lago Cerqueira, SA
  - Membro do Conselho de Curadores e do Conselho Consultivo da Fundação Manuel António da Mota
  - Membro do Conselho de Curadores da Fundação AEP, em representação da Mota-Engil, SGPS, SA
  - Membro do Conselho Consultivo para o Investimento e Comércio Externo da AICEP Portugal Global, EPE
  - Membro do Conselho Municipal de Economia do Porto – “Casa dos 24”
-

**Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vice-presidente)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Mexico SA de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Lineas – Concessões de Transportes, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil África, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Engenharia e Construção África, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Douro - Estradas do Douro Interior, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora DI, Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Membro do Conselho de Administração da Concessionária Urbana Arco Oriente, SA de CV
- Membro do Conselho de Administração da Copexa - Concessionária Autopista Perote-Xalapa, SA de CV
- Membro do Conselho de Administração da Concessionária Urbana Arco Oriente, SA de CV
- Membro do Conselho de Administração da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo SA
- Gerente da Lineas – Serviços de Administração e Gestão, Lda.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ascendi Douro – Estradas do Douro Interior, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ascendi Operadora DI, Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Largo do Paço - Investimentos Turísticos e Imobiliários, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo SA, em representação da Lineas – Concessões de Transportes, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota- Engil Capital, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota- Engil Railway Engineering, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota- Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Membro do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, SA

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Membro do Conselho de Administração da Dourowood - Entidade de Gestão Florestal, SA
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota
- Membro do International Advisory Board da Católica Lisbon School of Business and Economics

**Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo (Vice-presidente)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Indústria e Inovação, SGPS, SA
- Vice-presidente do Conselho de Administração da Martifer, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Coordenação Estratégico da Martifer, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Membro do Conselho Geral da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
- Membro do Conselho Geral do Boavista Futebol Clube
- Membro do Conselho Geral da PROFORUM - Associação para o Desenvolvimento da Engenharia
- Membro da Direção da PROFORUM - Associação para o Desenvolvimento da Engenharia
- Vice-Presidente do Conselho Estratégico para as Relações Internacionais

**Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho (Vice-presidente independente)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Presidente da Assembleia Geral da Mota-Engil, Indústria e Inovação, SGPS, SA
- Membro do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, SA

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Managing Partner da Green Horizonte, Lda
- Managing Partner da Horizonte, Lda
- Managing Partner da Soc. Agro-Industrial Terras de Azurara, Lda
- Membro do Conselho de Administração da VAA - Vista Alegre Atlantis, S.G.P.S., SA
- Presidente da Assembleia Geral da AIRV (Associação Empresarial da Região de Viseu)
- Membro do Conselho Consultivo do Banco de Investimento Global (BIG)
- Membro do Conselho Consultivo da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal)
- Presidente do Conselho Estratégico Empresarial de Sintra
- Vice-Presidente do Conselho Geral da Universidade Nova de Lisboa

**Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro (Vogal independente)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Membro do Conselho de Administração da Vila Avenida Hotel, SA
- Membro do Conselho de Administração do Hotel Vista da Ponte, SA
- Gerente da Sítio Valverde - Restauração e Eventos Sociedade Unipessoal, Lda
- Gerente da About Town, Imobiliária Lda

**António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (Vogal Independente)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Partner e Membro do Conselho de Administração da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco BPI, SGPS, SA
- Membro não executivo do Conselho de Administração da BA GLASS - Serviços de Gestão e Investimento, SA
- Membro não executivo do Conselho de Administração da Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Membro não executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA
- Membro não executivo do Conselho de Administração da Riopele, SA
- Membro não executivo do Conselho de Administração da Fundação Casa da Música
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação para o Desenvolvimento da Figueira
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da BERD - Bridge Engineering Research & Design
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da GMG - Grupo Manuel Gonçalves, SGPS, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mysticinvest Holding, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Têxtil Manuel Gonçalves, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da TMG Capital SGPS, SA
- Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo Interno do Banco BPI, SGPS, SA
- Conselheiro de Estado
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo

**António Manuel da Silva Vila Cova (Vogal Independente)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Presidente do Conselho de Administração não-executivo do Banco Finantia
- Membro da Direção da Liga dos Amigos do Hospital de S. João

---

**Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Presidente do Conselho de Administração da Empresa Construtora do Brasil, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil America Latina, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Real Estate, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Renewing, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Europa, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Latam Portugal, SA
- Membro do Conselho de Administração da AMGP Agricultura, SA
- Membro do Conselho de Administração da Hygeia - Edifícios Hospitalares, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA
- Director da Flame Investments, BV
- Director da Global Technical Services Latam, BV
- Director da Mota-Engil Energy, BV
- Director da Mota-Engil Tourism, BV
- Director da Mota-Engil, Latin America, BV
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Central Europe Česká Republika, A.S.
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Central Europe, SA
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Magyarország Beruházási És Építőipari Zrt
- Membro da Comissão de Vencimentos da Belém Grid - Promoção Imobiliária e de Animação Turística, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Hygeia - Edifícios Hospitalares, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Capital, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Real Estate Portugal, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Oriental Hub, Reconversão e Exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto, SA
- Presidente do Conselho Superior da Suma Tratamento, SA
- Membro do Conselho Superior da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA

---

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
  - Membro do Conselho de Administração da António Lago Cerqueira, SA
  - Membro do Conselho de Administração da Dourowood - Entidade de Gestão Florestal, SA
  - Membro do Conselho de Administração da Mota Global - Planeamento, SA
  - Membro do Conselho de Administração da Motawood - Entidade de Gestão Florestal, SA
  - Membro do Conselho de Administração da Sociedade Agrícola Moura Basto, SA
  - Gerente da Kepler, SGPS, Lda.
  - Gerente da Morada Certa – Sociedade Imobiliária, Lda
  - Gerente da Motadossantoswood – Entidade de Gestão Florestal, Lda
  - Gerente da Portuscale Trading, Lda.
-

**Eduardo João Frade Sobral Pimentel (Vogal)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Railway Engineering, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Capital, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Amarsul – Valorização e Tratamento de Resíduos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ersuc – Resíduos Sólidos do Centro, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Resinorte – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Resisestrela - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Suldouro – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Valorlis – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Valorminho – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Não exerce funções em sociedades fora do Grupo Mota-Engil

**Emídio José Bebiano e Moura de Costa Pinheiro (Vogal)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Empresa Geral do Fomento, SA
- Presidente do Conselho Superior da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Presidente do Conselho de Administração da BAUC - Business Angels Universidade Católica, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Sixty Degrees, Sociedade Gestora de Fundos de Organismos de Investimento Coletivo, SA
- Gerente da Questão Destemida, Consultoria de Negócios, Unipessoal, Lda.
- Presidente do Conselho Consultivo da Experienced Management

**Francisco Manuel Seixas da Costa (Vogal independente)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Membro independente do Conselho de Administração da Mota-Engil Engenharia e Construção África SA
- Membro da Comissão de Auditoria da Mota-Engil Engenharia e Construção África SA

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Membro do Conselho de Administração não executivo da Jerónimo Martins, SGPS, SA
- Membro independente do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- Membro da Comissão de Auditoria da EDP Renováveis SA
- Presidente do Conselho Fiscal da Tabaqueira PMM SGPS, SA
- Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações da EDP Renováveis SA
- Presidente do Conselho Estratégico Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian
- Presidente do “Clube de Lisboa”
- Membro do Conselho Geral Independente da RTP, SA
- Membro do Conselho das Ordens de Mérito Civil, Presidência da República
- Membro da Comissão para a participação portuguesa na Exposição Internacional do Dubai / 2020

---

**Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto (Vogal independente)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil
- 

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Presidente do Conselho Fiscal do Grupo Media Capital
  - Docente na Universidade Católica e na Católica Business School
  - Membro do Conselho Consultivo Internacional da SKEMA Business School
  - Membro do Conselho Consultivo da Liverpool University Management School
- 

---

**Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Vogal)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Presidente do Conselho de Administração da Haçor – Concessionária do Edifício do Hospital da Ilha Terceira, S.A.
  - Presidente do Conselho de Administração da HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.
  - Presidente do Conselho de Administração da Hygeia - Edifícios Hospitalares, SGPS, SA
  - Presidente do Conselho de Administração da Manvia – Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, SA
  - Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Capital, SA
  - Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Real Estate, SA
  - Presidente do Conselho de Administração da Proempar, Promoção de Empreendimentos Imobiliários para Actividades Recreativas, S.A.
  - Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, SA
  - Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, Europa SA
  - Membro do Conselho de Administração da Largo do Paço - Investimentos Turísticos e Imobiliários, SA
  - Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Real Estate, SGPS, SA
  - Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Renewing, SA
  - Membro do Conselho de Administração da PTT - Parque Tecnológico do Tâmega, SA
  - Membro do Conselho de Administração da Takargo - Transporte de Mercadorias, SA
  - Membro do Conselho de Administração da Turalgo – Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, S.A.
  - Gerente da Botelho, Silva & Abreu, Lda
  - Gerente da Corgimobil - Empresa Imobiliária das Corgas, Lda
  - Membro do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, SA
- 

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Vogal do Conselho Fiscal do FUNDCIC - Fundo para Desenvolvimento das Ciências da Construção
-

---

**João Pedro dos Santos Dinis Parreira (Vogal)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Presidente do Conselho de Administração da Administradora para el Desarrollo – MEM, SA de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Ambiente y Servicios Peru, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Autopista Urbana Siervo de La Nación, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Constructora Gran Canal, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Desarrollos Dot Mexico, SA de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Generadora Fénix SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Luso Energy del Peru, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Dominicana, SAS
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Energia SA de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Energy Holdings Mexico, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Latam Peru SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Peru SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Turismo Holding, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Turismo, SA de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Promotora e Inmobiliaria Santa Clara, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Puente Boca del Río, SA de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Tarucani Generating Company, SA
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil América Latina SAPI de CV
- Membro do Conselho de Administração da Ascendi Mexico, S.A. de CV
- Membro do Conselho de Administração da Concesionaria Urbana Arco Oriente, SA de CV
- Membro do Conselho de Administração da Concessionária Autopista Perote-Xalapa, SA de CV
- Membro do Conselho de Administração da Empresa Construtora do Brasil, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Canada, Inc
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Chile, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Latam Portugal, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Mexico, SAPI de CV
- Membro do Conselho de Administração da Operadora Autopista Perote-Xalapa, S.A. de CV
- Director Geral da Ascendi Mexico, SA de CV
- Secretário do Conselho de Administração da Constructora M&R, SA de CV
- Secretário do Conselho de Administração da M&R Occidente, SAPI de CV
- Secretário do Conselho de Administração da Operadora Maritima Matamoros, SAPI de CV

---

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Não exerce funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil
-

---

**José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas (Vogal)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Mediação de Seguros, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Serviços Partilhados Administrativos e de Gestão SA
- Presidente do Conselho de Administração da Sunviauto México, SA de CV
- Membro do Conselho de Administração da AMGP Agricultura, SA
- Membro do Conselho de Administração da Ascendi Douro - Estradas do Douro Interior, SA
- Membro do Conselho de Administração da Empresa Agrícola Florestal Portuguesa, SA
- Membro do Conselho de Administração da Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda
- Membro do Conselho de Administração da Lineas – Concessões de Transportes, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Capital, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Ascendi Operadora DI, Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Gerente da Botelho, Silva & Abreu, Lda
- Gerente da Lineas – Serviços de Administração e Gestão, Lda
- Vogal do Conselho Superior da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA

---

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Membro do Conselho de Administração da António Lago Cerqueira, SA
- Membro do Conselho de Administração da Dourowood - Entidade de Gestão Florestal, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota Global – Planeamento, SA
- Membro do Conselho de Administração da Motawood - Entidade de Gestão Florestal, SA
- Membro do Conselho de Administração da Sociedade Agrícola Moura Basto, SA
- Gerente da Kepler, SGPS, Lda
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral do IET - Instituto Empresarial do Tâmega
- Membro do Conselho Geral da AEP - Associação Empresarial de Portugal
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação AIP
- Membro do Board da EIC - European International Contractors
- Vice-Presidente da Fundação da Juventude

---

**Luís Filipe Cardoso da Silva (Vogal)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Membro do Conselho de Administração da Empresa Geral do Fomento, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, Serviços Partilhados Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Resinorte - Valorização de Tratamento de Resíduos Sólidos, SA

---

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Não exerce funções em sociedades fora do Grupo Mota-Engil
-

**Luís Valente de Oliveira (Vogal Independente)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Presidente do Conselho de Fundadores da Casa da Música
- Presidente do Conselho Geral da Universidade do Minho

**Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota (Vogal)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Presidente do Conselho de Administração da Cosamo (PTY), Ltd
- Presidente do Conselho de Administração da Empresa Agrícola Florestal Portuguesa, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Luso Global Mining BV
- Presidente do Conselho de Administração da Luso Resources Limited
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Angola, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Nazare Resources PTY, Ltd
- Administrador Único da Luso Global Mining, SA
- Administrador Único da Luso Global Mining Cameroon, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil África (PTY), Ltd
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil África, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Engenharia e Construção África, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, Europa, SA
- Gerente da Mota Internacional, Comércio e Consultadoria Económica, Lda
- Membro do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, SA
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Central Europe, SA
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Central Europe Ceska Republika, AS

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Gerente da Kepler, SGPS, Lda.

---

**Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Membro do Conselho de Administração da AMGP Agricultura, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Manvia - Manutenção e Exploração de Instalações e Construções, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Martifer, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Áreagolfe – Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Largo do Paço - Investimentos Turísticos e Imobiliários, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Renewing, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Europa, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Indústria e Inovação, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, SA

---

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
  - Membro do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
  - Membro do Conselho de Administração da Sociedade Agrícola Moura Basto, SA
  - Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda
  - Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda
  - Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda
  - Gerente da Sem Par – Sociedade Imobiliária e Turística, Lda
  - Gerente da Serra Lisa, Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, Lda
  - Membro da Comissão de Vencimentos da António Lago Cerqueira, SA
  - Presidente do Conselho Diretivo da Fundación Manuel António da Mota "Asociación Civil"
  - Presidente do Conselho de Administração e membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota
-

**Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Presidente do Conselho de Administração da Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda
- Membro do Conselho de Administração da AMGP Agricultura, SA
- Gerente da Botelho, Silva & Abreu, Lda
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Renewing , SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA
- Membro do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, SA

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Membro do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Sociedade Agrícola Moura Basto, SA
- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda
- Gerente da Sem Par – Sociedade Imobiliária e Turística, Lda
- Gerente da Verotâmega – Sociedade Imobiliária, Lda
- Membro da Comissão de Vencimentos da António Lago Cerqueira, SA
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota

**Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Vogal)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Membro do Conselho de Administração da AMGP Agricultura, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Belém Grid - Promoção Imobiliária e de Animação Turística, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Hygeia - Edifícios Hospitalares, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção África, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Railway Engineering, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Oriental Hub, Reconversão e Exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto, SA

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2020**

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Sociedade Agrícola Moura Basto, SA
- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda
- Gerente da Empresa Agrícola e Florestal Casa da Costa, Lda
- Gerente da Empresa de Gestão Florestal dos Chões, Lda
- Gerente da Imobiliária Toca do Lobo, Lda
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda
- Gerente da Navarras Supermercados, Lda
- Gerente da Sem Par – Sociedade Imobiliária e Turística, Lda
- Membro do Conselho de Curadores e do Conselho Consultivo da Fundação Manuel António da Mota

**Preservar  
o legado,  
construir  
confiança.**

*Fazer mais e melhor  
para preservar o nosso legado  
e consolidar a confiança  
que nos distingue, criamos  
crescimento com história,  
construímos solidez.*

**Transformamos Mundos.**

MOTAENGIL

06

Relatórios  
de fiscalização





## ***Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria***

### ***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas***

#### ***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de ativo de 4.815.482 milhares de euros e um total de capital próprio de 146.012 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 19.944 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### ***Bases para a opinião***

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ***Matérias relevantes de auditoria***

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

**Reconhecimento do rédito de contratos de construção**

*Divulgações relacionadas com o rédito de contratos de construção apresentadas nas notas 1.4 xii), 1.4 xvii), 1.4 xxii), 2, 8, 24, 34 e 37 das demonstrações financeiras consolidadas.*

O Grupo desenvolve parte da sua atividade no setor da construção, o qual é caracterizado pela existência de contratos plurianuais. O valor do rédito referente a contratos de construção em 31 de dezembro de 2020 ascende a 1.550.356 milhares de euros.

O Grupo reconhece o rédito de acordo com as orientações da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. Conforme preconizado pela IFRS 15, o rédito e margens associados aos contratos de construção em curso são reconhecidos de acordo com a respetiva percentagem de acabamento, a qual corresponde à proporção dos gastos incorridos sobre os gastos totais estimados do contrato.

Na determinação da percentagem de acabamento dos contratos são realizadas estimativas e julgamentos significativos, nomeadamente no que respeita aos rendimentos globais do contrato, gastos a incorrer até à sua conclusão e impactos de trabalhos realizados diferentes dos contratados, atrasos na execução e reclamações existentes ou futuras. Valores adicionais de rédito são estimados quando decorrem de direitos contratuais e se avaliam como altamente prováveis. Estas estimativas são revistas em cada período de relato, com base no melhor conhecimento da gestão, e a revisão pode resultar em alterações materiais no rédito e margens anteriormente reconhecidas.

Dada a expressão dos montantes em causa e a incerteza e complexidade dos julgamentos nas estimativas realizadas, consideramos este tema uma matéria relevante de auditoria.

O trabalho desenvolvido sobre o reconhecimento do rédito de contratos de construção plurianuais incluiu os seguintes procedimentos:

- entendimento e avaliação das atividades de controlo relacionadas com o reconhecimento de rédito de contratos de construção, e teste à eficácia dos controlos, quando relevante;
- obtenção dos mapas de obras que suportam o reconhecimento de rédito dos contratos de construção plurianuais, e sua conciliação com a contabilidade;
- confirmação da receita total estimada refletida nos mapas com os contratos celebrados com os clientes e outros termos e condições, e dos custos totais estimados com os orçamentos de produção, para uma amostra de contratos;
- obtenção e análise do suporte para os custos incorridos, para uma amostra de transações, e dos autos de medição dos trabalhos realizados, para uma amostra de contratos;
- análise da avaliação da gestão quanto à identificação ou não de componentes significativas de financiamento no preço dos contratos e diferentes obrigações de desempenho, para uma amostra de contratos;
- teste de razoabilidade à percentagem de acabamento considerada, tendo em conta os pressupostos subjacentes;
- análise das estimativas e julgamentos da gestão no que se refere à margem reconhecida, através: (i) da análise da fiabilidade das estimativas históricas, tendo como referência os valores reais verificados em obras concluídas, quando possível e comparável; (ii) do inquérito sobre as variações ocorridas nas receitas totais e custos totais estimados, bem como nos custos incorridos em comparação com os custos orçados; e (iii) da avaliação da suficiência e robustez da evidência de

---

**Matérias relevantes de auditoria****Síntese da abordagem de auditoria**

---

suporte aos valores adicionais de rédito que decorrem de direitos contratuais mas cujo valor envolvido não esteja ainda aprovado pelo cliente; e

- análise da necessidade de reconhecimento de provisões para perdas esperadas em contratos, através da obtenção de informação junto do pessoal operacional chave ou da gestão, bem como do resultado da análise de contratos significativos e atas da gestão, fatores externos conhecidos, litígios e disputas com as contrapartes ou resultados de eventos após o período de relato.

Procedemos, também, à revisão das divulgações relacionadas com contratos de construção apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

---

**Imparidade e valorização de ativos não correntes**

*Divulgações relacionadas com imparidades e valorização de ativos não correntes apresentadas nas notas 1.4 v), 1.4 ix), 1.4 xxii), 8, 15, 16, 20, 45 e 46 das demonstrações financeiras consolidadas.*

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo detém ativos não correntes afetos às seguintes unidades geradoras de caixa (UGC), e em relação aos quais foram identificados indícios de imparidade:

- tratamento e valorização de resíduos, no valor de 292.957 milhares de euros;
- construção da Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A., no valor de 35.135 milhares de euros;
- atividade logística a desenvolver no *Malawi Gateway project*, no valor de 20.224 milhares de euros;
- exploração de pedreiras, no valor de 40.255 milhares de euros; e

O trabalho de análise da avaliação de perdas de imparidade destes ativos e do justo valor do instrumento de capital consistiu em:

- aferir sobre os critérios subjacentes à identificação das unidades geradoras de caixa (UGC);
- obter os modelos preparados para determinação do valor recuperável das UGC, do justo valor do instrumento de capital e da estimativa de perdas de crédito esperadas dos títulos de dívida pública angolanos, de forma a determinar a sua conformidade com o normativo contabilístico;
- reexecutar os cálculos dos modelos;
- avaliar criticamente e, sempre que possível, de modo corroborativo os pressupostos utilizados nos modelos, nomeadamente períodos utilizados, fluxos de caixa previsionais, taxas de crescimento de fluxos de caixa nos períodos de projeção e perpetuidade, taxas de desconto, múltiplos e transações comparáveis consideradas,

---

**Matérias relevantes de auditoria**

- recolha e tratamento de resíduos sólidos em Abidjan (Costa do Marfim), no valor de 29.301 milhares de euros.

O Grupo detém ainda:

- Um instrumento de capital numa entidade não cotada em mercado regulamentado, no valor de 30.796 milhares de euros; e
- Títulos de dívida pública angolana, no valor de 176.851 milhares de euros.

Como referido nas políticas contabilísticas do Grupo, em cada período de relato é feita uma avaliação para determinar se existem indícios de que os seus ativos possam estar em imparidade, sendo realizados testes para estimar a correspondente quantia recuperável. Relativamente ao instrumento de capital, este está valorizado de acordo com o seu justo valor, através do outro rendimento integral, e os títulos de dívida pública angolana são valorizados ao custo amortizado líquido de perdas de imparidade calculadas de acordo com o modelo geral de perdas de crédito esperadas previsto na IFRS 9.

Conforme referido, para as UGC acima referidas, foram identificados indicadores que despoletaram a necessidade de realização de testes de imparidade. A realização destes testes, bem como a determinação do justo valor da participação de capital e das perdas de crédito esperadas dos títulos de dívida pública, têm por base pressupostos que envolvem incertezas e julgamentos significativos, nomeadamente previsões de rentabilidade futura e montantes de investimento, taxas de crescimento, obtenção de comparáveis de mercado, taxas de desconto, indicadores de aumento significativo do risco de crédito, probabilidades de incumprimento e perdas em caso de incumprimento, bem como a análise de documentação associada às intenções de uso futuro dos ativos. Acresce a esta dificuldade a incerteza do impacto da pandemia Covid-19 nos vários mercados onde o Grupo opera, a qual procurou ser incorporada através da utilização

---

**Síntese da abordagem de auditoria**

julgamentos sobre o aumento do risco de crédito dos títulos de dívida pública, respetivas probabilidades de incumprimento e perdas esperadas em caso de incumprimento, envolvendo peritos internos, sempre que relevante;

- assegurar que valores recuperáveis assentes em intenções de uso futuro dos ativos apresentam correspondência com as condições atuais do ativo/UGC, bem como viabilidade e aderência a toda a informação conhecida até à data de análise; e
- rever as análises de sensibilidade aos pressupostos mais significativos dos modelos, sempre que o valor de uso ou de mercado obtido se encontra próximo do valor contabilístico.

Procedemos, também, à revisão das divulgações relativas à imparidade e justo valor de ativos não correntes apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

de estimativas de *cash-flows* mais prudentes e taxas de desconto mais elevadas, conforme evidenciado na nota 46.

Em particular no que se refere aos ativos líquidos de tratamento e valorização de resíduos, e tal como referido na nota 15, acresce que ainda estão em curso, para algumas concessões, as negociações com a ERSAR sobre os proveitos permitidos e tarifas reguladas para o período regulatório em curso (2019-2021), com os potenciais impactos que o desfecho destas negociações poderá vir a ter na valorização futura destes ativos.

Foram reconhecidas no exercício perdas por imparidade relativas aos títulos de dívida pública angolana de cerca de 8.000 milhares de euros.

Relativamente ao instrumento de capital foi reconhecida uma variação negativa de justo valor na demonstração consolidada do outro rendimento integral no valor de 9.976 milhares de euros.

A análise da avaliação das perdas de imparidade e do justo valor destes ativos foi considerada uma matéria relevante de auditoria pela complexidade e grau de julgamento envolvidos nas estimativas realizadas pela gestão para a determinação do seu valor recuperável.

---

***Valorização de contas a receber e reconhecimento de imparidades***

*Divulgações relacionadas com Contas a receber apresentadas nas notas 1.4 ix), 1.4 xxii), 8 e 23 das demonstrações financeiras consolidadas.*

A 31 de dezembro de 2020 o Grupo apresenta contas a receber de Clientes e Outros Devedores – Outros no valor total de 1.009.171 milhares de euros (líquidas de Perdas por imparidade acumuladas de 255.339 milhares de euros, das quais 28.715 milhares de euros

O trabalho desenvolvido para validação do reconhecimento e mensuração de imparidades para contas a receber incluiu os seguintes procedimentos:

- entendimento e avaliação das atividades de controlo relacionadas com o reconhecimento e mensuração de imparidades de contas a receber, e teste à eficácia dos controlos, quando relevante;

---

**Matérias relevantes de auditoria**

foram reconhecidas, líquidas de reversões, na demonstração consolidada dos resultados).

O Grupo avalia, em cada período de relato, o montante de perdas por imparidade a reconhecer à luz da IFRS 9 – Instrumentos financeiros. Para o efeito, são reconhecidas perdas por imparidade para o valor não recuperável estimado das contas a receber com antiguidade ou para as quais são identificados outros indícios de imparidade (perdas incomidas), bem como potenciais perdas por imparidade esperadas utilizando uma matriz de incobabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do Grupo nos últimos cinco anos, ajustada por questões específicas do devedor, bem como por condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. Estas matrizes foram agravadas em 2020 devido à maior incerteza no futuro decorrente da pandemia da Covid-19, conforme explicitado nas notas 45 e 46.

A identificação das contas a receber em imparidade, a determinação do seu valor recuperável e a modelização de matrizes para a determinação de potenciais perdas por imparidade por tipologia de cliente, indústria/setor ou país envolvem julgamentos significativos da gestão, nomeadamente no que se refere: (i) à capacidade dos devedores para regularizar a dívida e probabilidade de incumprimento de condições acordadas e perspectivas de cobrança; e (ii) à segmentação da carteira de clientes e outros devedores por diferentes grupos de perfis de risco de crédito e a correspondente determinação das taxas indicadoras das perdas por imparidade estimadas. A existência de contas a receber significativas, nas várias geografias em que o Grupo opera, de entidades governamentais, estatais ou enquadráveis como entidades públicas, introduz um nível adicional de subjetividade e incerteza nestes julgamentos.

---

**Síntese da abordagem de auditoria**

- obtenção do cálculo das matrizes com referência às taxas de perdas por imparidade esperadas por segmentos de países, indústrias e clientes à data de reporte, em caso de histórico de perdas por imparidade ou risco de crédito;
- discussão com a gestão dos principais pressupostos utilizados na determinação das perdas por imparidade esperadas, nomeadamente segmentação das matrizes por diferentes grupos de perfil de risco de crédito, ajustamentos realizados em devedores específicos, seleção dos períodos históricos e informação base, bem como expectativas das condições macroeconómicas futuras, em particular considerando o impacto da pandemia da Covid-19;
- obtenção de listagens de antiguidade de contas a receber, para confrontação com as perdas de imparidade reconhecidas;
- discussão com a gestão, em comparação com o ano anterior, dos pressupostos utilizados na determinação de perdas de imparidade incorridas de contas a receber, nomeadamente para valores significativos pendentes de recebimento por períodos de tempo alargados;
- obtenção e análise da informação de suporte disponível, utilizada pela gestão na avaliação realizada;
- verificação de recebimentos após encerramento do exercício, quando relevantes; e
- no caso particular de contas a receber significativas de entidades governamentais, estatais ou enquadráveis como entidades públicas com elevada antiguidade, verificamos se existiam confirmações externas, documentação formal de correspondência com os organismos institucionais respetivos, autos de medição ou outras evidências que comprovem a venda/serviço prestado, de modo a avaliar se estas evidências são consistentes com as perdas de imparidade reconhecidas.

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
<p>Adicionalmente, e conforme relatado na nota 1.4 ix) a), o Grupo estima o valor atual das contas a receber nas situações em que é expectável que o recebimento se prolongue para além dos 12 meses. Nesta situação, as estimativas realizadas pela gestão requerem julgamentos, nomeadamente no que se refere ao momento em que é expectável que ocorra o recebimento e à taxa de desconto a aplicar.</p> <p>As estimativas realizadas relativamente à imparidade das contas a receber e ao seu valor atual são uma matéria relevante de auditoria porque requerem um elevado grau de julgamento por parte da gestão.</p>	<p>Em relação ao cálculo do valor atual das contas a receber, os procedimentos desenvolvidos consistiram principalmente em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>entendimento e avaliação das atividades de controlo relacionadas com mensuração dos saldos de contas a receber que ultrapassam o período de um ano, e teste à eficácia dos controlos, quando relevante;</li> <li>avaliação da integralidade das contas a receber com condições de pagamento alargadas ou especiais, consideradas pela administração para reconhecimento do valor presente descontado; e</li> <li>teste ao cálculo dos efeitos do valor atual reconhecido e avaliação da razoabilidade dos pressupostos utilizados pela gestão, no que respeita ao momento esperado do recebimento e taxa de desconto utilizada.</li> </ul> <p>Procedemos também, à revisão das divulgações relativas à valorização e imparidades de contas a receber apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>

#### *Valorização de inventários imobiliários e propriedades de investimento*

*Divulgações relacionadas com inventários imobiliários e propriedades de investimento apresentadas nas notas 1.4 vii), 1.4 xi), 1.4 xxii), 6, 8, 21, 22 das demonstrações financeiras consolidadas.*

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo detém inventários relativos a imóveis para alienação no estado atual ou para desenvolvimento imobiliário e posterior alienação, no valor de cerca de 126.800 milhares de euros, mensurados pelo menor entre o custo de aquisição ou produção e o valor realizável líquido. O Grupo detém ainda propriedades de investimento registadas a justo valor no montante de 173.565 milhares de euros, cujos impactos líquidos na demonstração consolidada dos resultados e na demonstração consolidada do outro rendimento integral de 2020 foram

Os procedimentos de auditoria realizados, relativamente à valorização de inventários e propriedades de investimento incluíram:

- avaliação da razoabilidade da classificação dos inventários e das propriedades de investimento, considerando o seu destino esperado, com base em reuniões realizadas com a gestão;
- avaliação da independência e competência dos avaliadores externos contratados pela gestão, e da competência dos peritos externos ou internos utilizados para realizar/analisar as avaliações; e
- revisão da valorização dos imóveis, nomeadamente, através dos seguintes procedimentos: (i) realização de reuniões com os responsáveis da área imobiliária do Grupo e, quando necessário, com os peritos internos e externos do Grupo, a fim de

---

### *Matérias relevantes de auditoria*

positivos de 16.628 milhares de euros e negativos de 20.793 milhares de euros, respetivamente. Os inventários imobiliários e as propriedades de investimento incluem alguns projectos para os quais não existe perspectiva de desenvolvimento imediato ou cuja venda tem sido atrasada.

A determinação do valor líquido de realização ou do justo valor destes ativos requer a realização de estimativas, as quais envolvem a utilização de pressupostos por parte da gestão, nomeadamente no que respeita a vendas comparáveis de mercado, projeções de fluxos de caixa futuros (preços de venda e custos de construção a incorrer para a conclusão do ativo), rendas de mercado e taxas de desconto.

O elevado grau de julgamento inerente aos pressupostos utilizados nas estimativas de valor realizável líquido e justo valor realizadas, e a incerteza associada às mesmas, justificam que esta seja uma matéria relevante de auditoria.

---

### *Síntese da abordagem de auditoria*

analisar e discutir as evidências apresentadas e as conclusões retiradas; e (ii) análise da razoabilidade dos dados base utilizados nas avaliações, recorrendo ao nosso conhecimento e experiência, incluindo confronto com transações comparáveis e *benchmarks* da indústria, envolvendo, sempre que necessário, neste exercício os nossos peritos internos.

Procedemos, também, à revisão das divulgações relativas a inventários imobiliários e propriedades investimento apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

---

### *Provisões e contingências*

*Divulgações relacionadas com provisões e contingências apresentadas nas notas 1.4 xvii), 1.4 xxii), 8, 12, 37 e 40 das demonstrações financeiras consolidadas.*

O Grupo regista provisões para contingências, nomeadamente reclamações e outras responsabilidades associadas aos contratos de construção, incluindo garantias de obra. A 31 de dezembro de 2020 o montante de provisões apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas ascende a 103.023 milhares de euros, dos quais 1.909 milhares de euros foram reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados de 2020, líquidos de reversões.

Adicionalmente, pela dimensão, estrutura e dispersão geográfica das suas operações, o Grupo está exposto a enquadramentos fiscais e legais diversificados, que originam um

Em relação a provisões e passivos contingentes para responsabilidades decorrentes de contratos de construção, os procedimentos que realizámos incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos:

- validação da listagem das provisões constituídas para responsabilidades decorrentes de contratos de construção, atendendo ao nosso conhecimento do negócio, inquéritos à gestão, leitura de atas e outra documentação e acontecimentos verificados após o período de relato;
- avaliação da razoabilidade dos pressupostos utilizados pela gestão na mensuração das provisões, nomeadamente comparando as estimativas de períodos anteriores com os gastos reais incorridos; e
- análise do cálculo das provisões constituídas e respetiva documentação de suporte.

---

**Matérias relevantes de auditoria**

acréscimo na complexidade dos procedimentos de natureza fiscal e legal. Como consequência, o Grupo tem diversas questões fiscais em aberto e processos de natureza legal em curso, para os quais não foram estimadas responsabilidades e que representam Passivos contingentes. De acordo com a nota 40 das demonstrações financeiras consolidadas, os Passivos contingentes associados a processos fiscais ascendem a 99.213 milhares de euros e os judiciais, com valor individual superior a 500 milhares de euros, ascendem a cerca de 113.000 milhares de euros. Na mesma nota são ainda mencionadas as seguintes litigâncias no Peru: (i) uma investigação instaurada pelo Ministério Público contra dois ex-colaboradores do Grupo por alegadamente se envolverem em práticas não conformes com a legislação em vigor desenvolvidas por algumas empresas de construção, e onde o Grupo foi chamado a responder com bens próprios no valor de 300 milhares de euros, tendo igualmente acionado um mecanismo legal disponível para limitar a sua responsabilidade; e (ii) uma ação de investigação sobre práticas anticoncorrenciais instaurada pela Autoridade da Concorrência (INDECOP), que envolve algumas empresas do Grupo, em conjunto com outras empresas a operar no setor da construção no Peru e um grupo de pessoas singulares, relativamente à qual o Grupo estabeleceu um acordo em 2020 para a sua regularização, tendo registado para o efeito uma provisão nos resultados do exercício, líquida do desconto financeiro, no valor de 10.431 milhares de euros.

Conforme preconizado na Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e relatado na nota 37, o Grupo regista provisões sempre que considera que é provável um desfecho desfavorável para a contingência existente. A avaliação da probabilidade de desfecho é efetuada pela gestão com base no seu julgamento relativamente a estas matérias, bem como no parecer dos assessores jurídicos e fiscais do Grupo.

---

**Síntese da abordagem de auditoria**

Em relação a provisões e passivos contingentes para responsabilidades decorrentes de litígios fiscais e legais, realizámos entre outros, os seguintes procedimentos:

- compreensão dos processos de avaliação de contingências e litígios fiscais e legais realizados pela gestão;
- obtenção e análise da relação dos litígios fiscais e legais que afetam o Grupo;
- obtenção e análise das confirmações recebidas dos advogados internos e externos, em relação aos processos que têm a seu cargo;
- análise da correspondência trocada com as autoridades fiscais, nomeadamente no que respeita a reclamações e contestações efetuadas pelo Grupo;
- análise das atas do Conselho de Administração e Comissão Executiva e acompanhamento de notícias dos media que citem o Grupo ou empresas do seu perímetro ou relacionadas;
- análise de pareceres fiscais ou jurídicos obtidos de consultores ou advogados externos que suportam posicionamentos da gestão quanto a potenciais contingências ou litígios em curso, promovendo reuniões diretamente com os mesmos sempre que necessário para debater julgamentos mais significativos;
- inquérito à gestão e responsáveis da área jurídica e fiscal, com apoio dos nossos peritos, sobre as estimativas e julgamentos mais significativos, procurando, sempre que possível, corroborar os pressupostos assumidos na classificação e determinação do montante das provisões constituídas e das contingências divulgadas; e
- escrutínio de despesas incorridas após a data de relato com vista a identificar advogados ou consultores externos não circularizados e/ou possíveis novos processos fiscais ou litígios iniciados.

---

**Matérias relevantes de auditoria****Síntese da abordagem de auditoria**

---

Atendendo ao nível de julgamento envolvido na avaliação dos Passivos contingentes e na determinação da estimativa da quantia a despendar para liquidar a obrigação presente, e ao elevado grau de incerteza quanto ao desfecho dos processos, consideramos este assunto uma matéria relevante de auditoria.

Procedemos, também, à revisão das divulgações relativas a provisões e contingências apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

---

**Aquisições de controlo de entidades**

*Divulgações relacionadas com concentrações empresariais nas notas 1.3 e), 15, 21, 41 e 42 das demonstrações financeiras consolidadas.*

Durante o exercício o Grupo adquiriu o controlo das entidades Logz - Atlantic Hub, S.A. (Logz), AMGP Agricultura, S.A. (AMGP) e Estradas do Zambeze, S.A. (EZ), sediadas, respetivamente, em Portugal, Angola e Moçambique, onde já detinha participações em períodos anteriores.

A AMGP, cujos ativos líquidos, expressos pelo seu justo valor, à data de aquisição ascendiam a 37.127 milhares de euros, foi adquirida à Mota Gestão de Participações, S.A., que é uma empresa sob controlo comum do Grupo. Esta transação gerou uma variação positiva na demonstração consolidada das alterações no capital próprio no valor de 14.757 milhares de euros. A aquisição da EZ, cujos ativos líquidos, expressos pelo seu justo valor, à data de aquisição ascendiam a 5.943 milhares de euros, resultou da compra de 55% do seu capital social, dos quais 40% foram adquiridos à Lineas - Concessões de Transportes, SGPS, S.A, que é uma parte relacionada do Grupo. A aquisição da Logz, cujos ativos líquidos negativos, expressos pelo seu justo valor, à data de aquisição ascendiam a 2.206 milhares de euros, resultou de um acordo celebrado com todos os acionistas anteriores com vista à reestruturação do passivo da empresa e à sua viabilização operacional e financeira, tendo gerado um ganho da demonstração consolidada dos resultados, no valor de 1.853 milhares de euros.

Os nossos procedimentos de auditoria, relativamente a estas transações, focaram-se:

- Na leitura dos contratos de aquisição, e demais documentação disponibilizada, com vista a identificar as partes envolvidas e os ativos líquidos adquiridos, bem como a verificar a quantia transferida considerada na contabilização das concentrações de atividades empresariais;
- Na análise da avaliação que serviu de base à determinação do justo valor do negócio da AMGP, dos ativos líquidos adquiridos e dos interesses anteriormente detidos e que foi efetuada por peritos da Gestão através: (i) da verificação da independência e competência dos mesmos; (ii) da realização de reuniões com os responsáveis do Grupo envolvidos na transação a fim de analisar e discutir as evidências apresentadas e as conclusões retiradas; (iii) da análise da razoabilidade dos dados base utilizados nas avaliações, recorrendo aos nossos peritos internos para a verificação dos pressupostos e cálculos que são passíveis de validação de forma independente, e reunindo diretamente com os peritos da Gestão para os restantes casos, de modo a verificar e discutir as metodologias e fontes utilizadas;
- No caso da EZ e Logz, na aferição da razoabilidade do justo valor atribuído aos ativos líquidos adquiridos e interesses anteriormente adquiridos tendo por base o preço pago nas transações com partes não relacionadas, evidência que foi complementada especificamente na Logz

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
<p>A contabilização da aquisição de controlo destas entidades envolveu julgamentos significativos, em especial nas transações que envolveram partes relacionadas, nomeadamente na determinação do justo valor dos ativos líquidos adquiridos, do justo valor dos interesses anteriormente detidos e da quantia transferida, assim como na avaliação da política contabilística definida para aquisição de entidades sob controlo comum. Consequentemente, consideramos este assunto uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>com uma proposta de compra efetuada por um terceiro para o principal ativo; e</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Na verificação da consistência da política contabilística definida para concentrações empresariais de empresas sob controlo comum com a estrutura conceptual aplicável e demais pronunciamentos já publicados pelos IASB, bem como na avaliação das opções seguidas pela Gestão e seu enquadramento.</li> </ul> <p>Procedemos, também, à revisão das divulgações relativas a estas transações nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>

***Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas***

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, relatório de governo societário e demonstração não financeira consolidada nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

### *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas*

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

e  
i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a informação não financeira consolidada foi apresentada.

#### ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

##### ***Sobre o relatório consolidado de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira consolidada incluída no relatório consolidado de gestão.

##### ***Sobre o relatório de governo societário***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do nº 1 do referido artigo.

##### ***Sobre a demonstração não financeira consolidada***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório consolidado de gestão que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório consolidado de gestão



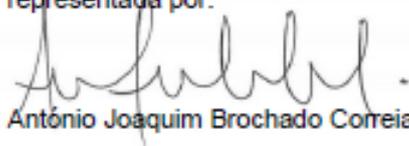
*Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014*

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 24 de maio de 2017 para o período remanescente do mandato compreendido entre 2015 e 2018. A nossa última nomeação/eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 23 de maio de 2019 para o mandato compreendido entre 2019 e 2022.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 1 de abril de 2021.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

1 de abril de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.



MOTA-ENGIL  
SGPS, S.A.

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas da Mota-Engil, SGPS, S.A.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Mota-Engil, SGPS, S.A. (“Sociedade”) vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de 2020, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu com regularidade e acompanhou a evolução da Sociedade, em especial mediante os contactos com o Conselho de Administração e os seus membros e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem foi recebendo todas as informações, explicações e justificações que se tornaram necessárias.

O Conselho Fiscal acompanhou, também, a atividade da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas/Auditor, recolhendo, deste modo, os elementos necessários ao desenvolvimento das suas funções de fiscalização. Fiscalizou, ainda, a atividade do Revisor Oficial de Contas/Auditor, incluindo a sua independência, em cumprimento do previsto na alínea d), do n.º 2, do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, e isenção.

Adicionalmente, no decurso do presente exercício, e no âmbito das funções que lhe são atribuídas, mais especificamente no seguimento do n.º 2 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais (“Negócios com a sociedade”), e do artigo 249.º A do Código dos Valores Mobiliários, este órgão emitiu, no dia 14 de julho de 2020, parecer favorável sobre uma transação a realizar entre a Sociedade e uma parte relacionada.

O Conselho Fiscal analisou os referidos documentos de prestação de contas consolidadas, a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria Consolidado emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas/Auditor inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, tendo, ainda, recebido e analisado o respetivo Relatório Adicional dirigido ao Órgão de Fiscalização.



MOTAENGIL  
SGPS, S.A.

Nos termos da al. c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório e Contas Consolidadas de 2020 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados consolidados da Mota-Engil, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho financeiro e não financeiro e da posição consolidada da Mota-Engil, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Em consequência, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração.

Porto, 1 de abril de 2021

José António Ferreira de Barros

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Cristina Maria da Costa Pinto

# MOTAENGIL

[www.mota-engil.com](http://www.mota-engil.com)

 [www.facebook.com/motaengil](http://www.facebook.com/motaengil)

 [linkedin.com/company/mota-engil](https://linkedin.com/company/mota-engil)

 [www.youtube.com/motaengilsgps](http://www.youtube.com/motaengilsgps)